

HISTÓRIA, GÊNERO E AMÉRICA LATINA:

conexões entre o local e o global

Organizadores

Gleidiane de Sousa Ferreira

José Ítalo Bezerra Viana

Cassiano Celestino de Jesus



Editora

**SER
TÃO
CULT**

Organizadores



Gleidiane de Sousa Ferreira

Doutora em História Cultural - UFSC. Professora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL). Professora do Programa de Pós Graduação em História, Culturas e Espacialidades (PPGH/UECE).



José Italo Bezerra Viana

Professor da Rede Estadual de Ensino do Ceará e da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Gênero e América Latina (GEHGAL-UVA).



Cassiano Celestino de Jesus

É doutorando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA). Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL), bem como do Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Atualidade e Medieval (LETHAM/UFBA) e do Domínio - Estudos sobre sociedades senhoriais (UFS).

Organizadores

Gleidiane de Sousa Ferreira

José Ítalo Bezerra Viana

Cassiano Celestino de Jesus

HISTÓRIA, GÊNERO E AMÉRICA LATINA:

conexões entre o local e o global



Sobral-CE
2026

Editora

**SER
TÃO
CULT**

HISTÓRIA, GÊNERO E AMÉRICA LATINA: conexões entre o local e o global

© 2026 copyright by Gleidiane de Sousa Ferreira, José Ítalo Bezerra Viana, Cassiano Celestino de Jesus (orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaocult.com.br

sertaocult@gmail.com

www.editorasertaocult.com.br

Cordenação Editorial

Marco Antônio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Andreia Rodrigues de Andrade

Camila Teixeira Amaral

Cícero João da Costa Filho

Felipe Azevedo Cazetta

Geranilde Costa e Silva

Gilberto Gilvan Souza Oliveira

João Batista Teófilo Silva

Juliana Magalhães Linhares

Valéria Aparecida Alves

Revisão

Janaelia Ferreira Vasconcelos Rodrigues

Diagramação e Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967



Grupo de Estudo e Pesquisa
História, Gênero e América Latina
GEH GAL

H673 História, gênero e América Latina : conexões entre o local e o global. / Organizado por Gleidiane de Sousa Ferreira, José Ítalo Bezerra Viana, Cassiano Celestino de Jesus. – Sobral, CE : SertãoCult, 2026.

472p.

ISBN: 978-65-5421-289-2 - E-book em pdf

ISBN: 978-65-5421-290-8 - papel

Doi: 10.35260/54212892-2026

1. História da América Latina. 2. Estudos de gênero. 3. Mulheres – América Latina – História. 4. Relações de gênero. 5. Ciências sociais. I. Ferreira, Gleidiane de Sousa. II. Viana, José Ítalo Bezerra. III. Jesus, Cassiano Celestino de. IV. Título.

CDD 980 – História da América do Sul / América Latina

305.42 – Mulheres e estudos de gênero

305.3 – Relações de gênero

306.7 – Estudos de gênero e sexualidade



Apresentação

Este livro é resultado de muito trabalho acadêmico coletivo e individual, e principalmente, de frutíferos diálogos, trocas e afetos compartilhados. Nele, temos um registro de parte importante de pesquisas iniciadas, desenvolvidas e amadurecidas no Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina, o GEHGAL, desde o seu surgimento na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral, no Ceará, em maio de 2020, até o ano de 2026.

Nascido no difícil e incerto contexto inicial da pandemia de COVID-19, o grupo foi idealizado pela Profa. Gleidiane de Sousa Ferreira e pelo Prof. Ítalo Bezerra Viana como um lugar de incentivo à pesquisa acadêmica e ao senso crítico com base nas discussões fomentadas nos campos da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero e Feministas e dos estudos Latino-americanos, ao passo que buscava criar um momento semanal, e posteriormente quinzenal, de acolhimento a todas/os/es nós que, naquele período, sofriamos em meio a um cenário político distópico, de um cotidiano de tragédias e perdas, enquanto víamos também a dinâmica remota invadir nossas relações de ensino e aprendizagem. Considerando e apesar de tudo isso, o GEHGAL foi se fortalecendo na presença de professores/as do ensino superior e básico, estudantes, pessoas da comunidade local e de outras lugares do país, assim como de discussões e metodologias que buscaram, e ainda buscam, construir um espaço acadêmico indissociável da vida real, e que aposta que o estudo dedicado, a leitura, a formação profissional integral e de qualidade são indissociáveis do compromisso político, do senso crítico e do desejo de transformar o mundo.

Discutir obras e textos, matérias jornalísticas, produtos culturais e vivências pessoais se tornou uma dinâmica consolidada de trabalho coletivo no grupo, que, na minha percepção enquanto coordenadora, foi permitindo certo aguçamento da capacidade de observação da realidade por todos/as, especialmente das/os estudantes, imbricando histórias de vida e inclinações acadêmicas para temas, problemáticas, abordagens e inserções sociais diversas das pessoas que o compõem, muitas das quais se transformando em trabalhos de pesquisa. Perceber-se implicado/a em estruturas históricas e relações sociais que atravessam as realidades globais e locais foi realidade de muitos/as estudantes que construíram o GEHGAL, o que tem favorecido despertares diversos sobre as potencialidades da ciência histórica e do exercício profissional da História, destacadamente no ensino e na pesquisa.

Findado o contexto pandêmico, o GEHGAL seguiu realizando encontros remotos, como forma também de viabilizar a participação da comunidade acadêmica, especialmente do curso de História da UEVA, cujos/as estudantes advêm de cidades e municípios circunvizinhos à cidade de Sobral e que possuem histórica dificuldade de estarem presencialmente na universidade no período da tarde, turno em que os encontros são realizados.

Ao longo desses seis anos, vivenciamos a leitura coletiva de referências como Ailton Krenak, bellhooks, Nestor Canclini, Audre Lorde, Aimé Césaire, Angela Davis, Silvia Federici, Luciana Ballestrin, Aníbal Quijano, Rita Segato, Donna Haraway, Sandra Harding, Lélia González, Marcela Lagarde, Gloria Anzaldúa, Françoise Ega, Carolina Maria de Jesus, Silvia Rivera Cusicanqui, Elizabeth Jelin, Beatriz Nascimento, Sayak Valencia, para citar apenas alguns exemplos, além de uma série de diálogos com professoras e pesquisadoras externas que facilitaram aulas e conversas acadêmicas valorosas nos ciclos de estudos, como as brasileiras, Prof. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC), Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC), Prof. Dra. Cintia Lima Crescêncio (UFABC), Prof. Dr. Elias Veras (UFAL), Prof. Dra. Márcia Mura (Rede Estadual de Rondônia), Profa. Dra. Ana Maria Veiga (UEPB), Profa. Dr. Paulo Souto Maior (UFRN), Profa. Dra. Paula Faustino Sampaio (UFGD), e internacionais, como a Me. Valeria Bajaña Bilbao (Mestre em Criminologia Crítica pela Universidade de Hamburgo - Ale-

manha); Profa. Me. Esperanza Basurto Alcalde (Universidad Nacional Autónoma de México - México); Profa. Dra. Mariurka Maturell Ruiz (Universidad de Oriente, Cuba); Profa. Dra. María Antonieta Mendizábal Cortés (Universidad de Chile, Chile); Profa. Dra. Alejandra Oberti e Profa. Dra. Karin Grammatico (Universidad de Buenos Aires - Argentina); Profa. Dra. Sonia Alvarez (University of Massachusetts - Estados Unidos da América).

O GEHGAL sempre se pautou no reconhecimento da necessidade de entendermos e valorizarmos nossos contextos locais, mas também, pela necessidade de compreendê-los nos seus atravessamentos políticos, econômicos, sociais e culturais globais. Observar, imergir e refletir o nosso entorno, enquanto examinamos fenômenos, processos e experiências de outras espacialidades e escalas, particularmente a do continente americano, é apostar que essa interação é fundamental para entender nossa experiência histórica. Temos entendido que ela é ainda mais importante para a compreensão crítica das experiências humanas no tempo presente.

Foi na construção coletiva dessa identidade que o livro foi gestado. Primeiro, celebrando mais de meia década de trabalho do GEHGAL, que se constituiu por uma expressiva interação e produção acadêmica. Parte dessa produção, assim, foi sistematizada para este livro, enquanto outra já se encontra publicada em revistas acadêmicas ou em formato de trabalho de conclusão de curso no repositório institucional da universidade. Algumas outras não puderam ser atualizadas e revisadas a tempo desta publicação por motivos diversos, mas principalmente, pela difícil sobrecarga de trabalho docente vivida por estudantes egressos da UEVA e que construíram e produziram trabalhos no grupo ao longo desse período.

Os capítulos que compõem as seções da obra são, em sua maioria, frutos de trabalhos de conclusão de graduação defendidos no curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, mas também, de pesquisas em nível de mestrado ou de estudos diversos empreendidos em projetos de pesquisadores/as do grupo.

Os capítulos *Seria a América Latina definida pela violência? Uma análise dos debates feministas sobre violência contra as mulheres, durante a década de 1990, a partir da revista Mujer/Fempress (1981-2000)*, de Anabelle Rodrigues Melo; Botafoço do Quilombo de Batoque: futebol, memória e

identidade, de Luiz Carlos da Costa Lima; “*Sempre tiveram mais força*”: protagonismo feminino indígena nos processos de emergência étnica dos Tabajara e Kalabaça de Poranga-CE (1990-2020), de Vinícius Chaves Almeida; e *História, memória, política e gênero: os usos do passado em Catunda* (1990-2020), de Wagner Cavalcante Farias, abordam, através de diferentes objetos, a experiência de luta de mulheres, indígenas e quilombolas que mobilizaram uma profunda reflexão sobre gênero, raça, classe e território, deslocando, por meio de suas atuações políticas, estruturas históricas de opressão que têm impedido e limitado dramaticamente a presença, a capacidade de decisão, a autodeterminação, as condições de articulação e comunicação desses sujeitos em escala local e também latino-americana.

Em *Lembrar para resistir: relações de gênero e memória no documentário Torre das Donzelas* (2018), de Susanna Lira, escrito por Amanda Alves Vieira; *A representação da United Fruit Company e a história dos trabalhadores da banana na Colômbia através do audiovisual* (1920-2016), de Vitória Veras Cavalcante; *Narrativas sobre gênero, raça e classe na obra Becos da Memória* (1980) de Conceição Evaristo: releituras das desigualdades brasileiras, de Andressa Sâmela Mendes Aragão; “*Mulher também faz cordel*”: a produção feminista de Salete Maria, de Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima; *A construção de um líder: Toussaint L'Ouverture através de lentes francesas* (2012), de Suellen Maria Félix da Silva; e *Fanservice nos animes: a erotização da figura feminina, uma análise da obra One Piece* (1999-Atual), de Maria Natália dos Santos Ferreira, temos uma diversificada análise de produtos culturais advindos do cinema, da propaganda, dos animes e da literatura. As discussões desenvolvidas nesses trabalhos debateram a produção das mulheres, mas também, a representação de sujeitos históricos como mulheres, presas/os políticos, trabalhadores, pobres e artistas em contextos que exploram o local, o latino-americano e o internacional. Juntos, esses capítulos nos convidam a pensar as conexões transnacionais de estruturas, relações, imaginários e representações.

As vivências laborais e sociais de empregadas domésticas cearenses e as trajetórias de feministas como Alina Paim, Ivone Gebara e Josephina Alves de Azevedo foram problematizadas nos capítulos *Caminhos de empregadas domésticas: experiências de vida e trabalho entre Santana do Acaraú, Sobral e Fortaleza* (1970-2022), de Ana Cássia de Sousa Carneiro; *A feminista de*

Alina Paim: literatura, gênero e resistência no Brasil no século XX, de Casiano Celestino de Jesus e Maria Aline Matos de Oliveira; *Feminismo e Cristianismo: reflexões sobre a trajetória de vida de Ivone Gebara a partir do livro As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade* (2005), de Maria Juanessa Ribeiro da Silva; e *Josephina Alvares de Azevedo e a escrita engajada: a peça Voto Feminino como propaganda e luta*, de Piedade Aguiar Abreu. Nesses textos, observamos a importância de recuperar a experiência histórica das mulheres, suas memórias e produções. Essa recuperação nos permite entender suas vivências e enfrentamentos diante das opressões sociais que as atravessaram nos contextos históricos em que estiveram inseridas.

Refletindo sobre o Ensino de História, particularmente sobre a ensinância da História das Américas, os textos “*Nem só de Grécia e Roma se faz História Antiga*”: análise de como a antiguidade nas Américas é abordada nos livros didáticos mais usados no Ceará (2020-2024), de Joycielle Araújo Oliveira; e *A escrita da História da América: uma análise da coleção diálogos em Ciências Humanas - Construção da cidadania* (2020), de Francisco Matheus Daniel Pereira, trazem uma importante contribuição para pensar o lugar do continente e da historiografia latino-americana na elaboração de coleções didáticas brasileiras, possibilitando uma observação também dos usos desses materiais no contexto cearense.

Finalmente, a análise crítica de veículos da imprensa, mas também, da produção acadêmica sobre temas, sujeitos e objetos são questões centrais da produção dos capítulos *Cartunistas mulheres na historiografia do humor brasileiro: balanço necessário a partir de um olhar de gênero e feminista* (1970-2024), de Cintia Lima Crescêncio; *Agência, Escritas e Possibilidades: a produção sobre pessoas trans nas Ciências Humanas no Ceará a partir dos anos 2000*, de Misa Gonçalves da Silva; *As mulheres e o debate de gênero nas páginas do jornal sobralense Correio da Semana* (2010-2014): uma análise dos discursos e representações das mulheres, de Taís Adelaide Sousa; *Quantas mortes na prisão são necessárias para virar capa de jornal? O massacre do Carandiru a partir do periódico Folha de São Paulo: uma análise de como a vida e a morte são pensadas a partir da chacina*, de Antonio Gustavo Vasconcelos Rodrigues. Juntos, esses capítulos nos permitem compreender a

importância de examinarmos criticamente as presenças e ausências, e a produção de estereótipos sobre sujeitos e experiências sociais.

Finalmente, desejamos que esse livro possa contribuir com reflexões críticas diversas a respeito de sujeitos e contextos históricos atravessados por dinâmicas locais e globais, e que de alguma forma possa alterar nossas percepções sobre o mundo e seus funcionamentos. Que ele possa ser também um pequeno registro histórico de um trabalho coletivo regado de determinação e irmandades.

Boa leitura!

Profa. Dra. Gleidiane de Sousa Ferreira
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA)



Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram de alguma forma para a concretização deste livro. A todas/os as/os estudantes que participaram como integrantes, pesquisadoras/es e/ou bolsistas do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina, e também, as/os que estiveram presentes nos ciclos de estudos ao longo desses anos. A todas/os as/os professores e professoras do colegiado do curso de História da UEVA, em especial, às/aos que fizeram parte das atividades promovidas pelo GEHGAL. Um agradecimento especial também a todas as pessoas que participaram da nossa campanha de arrecadação de fundos para custear a publicação, em particular, a cantora e compositora Sara Lizz e as pessoas que deram suporte às diversas atividades promovidas para viabilizar a obra.



Sumário

Seria a América Latina definida pela violência? Uma análise dos debates feministas sobre violência contra as mulheres, durante a década de 1980, a partir da revista *Mujer/fempress* (1981 - 2000) 13

Anabelle Rodrigues Melo

***Botafogo do quilombo de Batoque: futebol, memória e identidade* 37**

Luiz Carlos da Costa Lima

“Sempre tiveram mais força”: Protagonismo feminino indígena nos processos de emergência étnica dos Tabajara e Kalabaça de Poranga-CE (1990-2020) 59

Vinícius Chaves Almeida

História, memória, política e gênero: Os usos do passado em Catunda (1990-2020)..... 81

Wagner Cavalcante Farias

Lembrar para resistir: relações de gênero e memória no documentário “*Torre das Donzelas*” (2018), de Susanna Lira..... 111

Amanda Alves Vieira

A representação da *United Fruit Company* e a história dos trabalhadores da banana na Colômbia através do audiovisual (1920-2016) 131

Vitória Veras Cavalcante

Narrativas sobre gênero, raça e classe na obra *Becos da memória* (1980) de Conceição Evaristo: releituras das desigualdades brasileiras 157

Andressa Sâmela Mendes Aragão

“Mulher também faz cordel”: a produção feminista de Salete Maria 177

Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima

A construção de um líder: Toussaint L'Ouverture através de lentes francesas (2012)..... 199

Suellen Maria Félix da Silva

Fanservice nos animes: a erotização da figura feminina, uma análise da obra *One Piece* (1999–atual)..... 217

Maria Natália dos Santos Ferreira

Caminhos de empregadas domésticas: experiências de vida e trabalho entre Santana do Acaraú, Sobral e Fortaleza (1970 – 2022)..... 239

Ana Cássia de Sousa Carneiro

A Escrita Feminista de Alina Paim: literatura, gênero e resistência no Brasil do século XX 261

Cassiano Celestino de Jesus

Maria Aline Matos de Oliveira

Feminismo e cristianismo: reflexões sobre a trajetória de vida de Ivone Gebara a partir do livro *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade* (2005) 275

Maria Juanessa Ribeiro da Silva

Josephina Alvares de Azevedo e a escrita engajada: a peça *O voto feminino* (1890) como propaganda e luta 299

Piedade Aguiar Abreu

“Nem só de grécia e roma se faz história antiga”: Análise de como a antiguidade nas américas é abordada nos livros didáticos mais usados no Ceará (2020–2024) 321

Joycielle Araujo Oliveira

A escrita da história da América: uma análise da coleção *Diálogos em ciências humanas – construção da cidadania* (2020).....343

Francisco Matheus Daniel Pereira

Cartunistas mulheres na historiografia do humor brasileiro: balanço necessário a partir de um olhar de gênero e feminista (1970-2024)379

Cintia Lima Crescêncio

Agência, escritas e possibilidades: a produção sobre pessoas trans nas ciências humanas no Ceará a partir dos anos 2000 397

Misa Gonçalves da Silva

As mulheres e o debate de gênero nas páginas do jornal sobralense *Correio da Semana* (2010-2014): uma análise dos discursos e representações das mulheres..... 421

Taís Adelaide Sousa

Quantas mortes na prisão são necessárias para virar capa de jornal? O Massacre do Carandiru a partir do periódico *Folha de São Paulo*: uma análise de como a vida e a morte são pensadas a partir da chacina451

Antonio Gustavo Vasconcelos Rodrigues

Minibiografias 467



Seria a América Latina definida pela violência? Uma análise dos debates feministas sobre violência contra as mulheres, durante a década de 1980, a partir da revista *Mujer/ fempres* (1981 - 2000)

Anabelle Rodrigues Melo

Resumo: Neste artigo, buscamos apresentar uma análise sobre como a violência contra as mulheres na América Latina foi retratada na revista feminista *MUJER/FEMPRESS* (1981 – 2000). Fundada no exílio por duas chilenas, Viviana Erazo e Adriana Santa Cruz, a revista, desde sua origem, se consolidou como uma rede de comunicação alternativa latino-americana e feminista, reunindo e dando circularidade a debates caros aos movimentos feministas da região, sendo constante a reiteração de discussões sobre diversos temas, dentre eles a violência contra as mulheres.

Palavras-chaves: Movimento Feminista; América Latina; Violência contra as mulheres.

A indagação que intitula esse trabalho, “*Seria a América Latina definida pela violência? Uma análise dos debates feministas sobre violência contra as mulheres, a partir da revista MUJER/FEMPRESS*”, surge doravante as reflexões produzidas durante a bolsa de iniciação científica na pesquisa *Histórias dos encontros feministas no Cone Sul: política, memória e imaginário latino-americano* (1979 – 2017), vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina - GEHGAL/UVA, que, por sua vez, integrou também, durante sua vigência o projeto *Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)*, do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH/UFSC.

À vista disso, cabe destacar que versões preliminares dessa pesquisa foram apresentadas no XXV Encontro de Iniciação Científica (2023) e no XXVI Encontro de Iniciação Científica (2024) realizados pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e também no XIX Encontro Estadual de História organizado pela ANPUH-CE, que ocorreu na Universidade Estadual do Ceará, de 2 a 5 de julho de 2024, em Crateús-CE, durante o Simpósio Temático 3 - Gênero, Sexualidades e História. Portanto, uma apresentação e contextualização sobre a publicação *MUJER/FEMPRESS* já foi realizada nesses trabalhos anteriores.

No presente artigo, buscamos percorrer uma análise e nos aprofundarmos sobre o conceito de violência contra as mulheres e como este foi discutido e complexificado pelas feministas latino-americanas que contribuíram para a revista *MUJER/FEMPRESS* (1981 - 2000). Neste trabalho, o enfoque será na década de 1980, época que marca a fundação da revista, que desde sua estruturação já reiterava o compromisso de ser uma rede alternativa de informação para conectar mulheres e vários grupos feministas na América Latina e lutar por mudanças em diversas esferas: na pesquisa, no ativismo, na política, na mídia e no cotidiano (Cruz, 1995; Grammatico, 2011).

Para desenvolvermos essas questões, este artigo está dividido em algumas partes. Na primeira, discutiremos sobre a conceituação de violência contra as mulheres a partir da teoria feminista, enfocando na indispensabilidade que é pensar violência, tendo como lente de análise os Estudos Feministas, centrada neles que se constrói um diagnóstico que parte

do “ponto de vista de nossas estratégias para resistir e politizar a tristeza e o sofrimento”, que, por consequência, é antifacista e antineoliberal (Gago, 2020, p. 13). Na segunda, trataremos de apresentar como a complexificação da violência contra as mulheres já estava situada na experiência latino-americana com as feministas de *MUJER/FEMPRESS*. E, por fim, nas conclusões, abordaremos de que modo a violência contra as mulheres parece se afirmar enquanto elemento definidor da região diante do sentido de urgência dado pela revista à violência contra mulher.

Conceituação de violência contra as mulheres a partir da teoria feminista

A definição internacional de violência contra a mulher, segundo a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, é “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrendo na vida pública ou privada” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994, Cap. I, Art. 1). Embora a definição internacional não esteja incorreta, ela escamoteia, ou seja, encobre e dissimula o fato de que a violência contra as mulheres não constitui um fenômeno isolado e individual, mas se trata de uma questão política e social global (Falquet, 2022, p. 29).

Sob tal perspectiva, Jules Falquet (2022, p. 29; 60-61), em *Pax Neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência*, analisa que a violência contra as mulheres se estabelece enquanto um “instrumento chave na manutenção das relações sociais de sexo e da ordem social”. Nesse sentido, a violência perpetrada contra as mulheres pode ser compreendida como parte dos mecanismos de controle social que se assemelham aos de “guerra de baixa intensidade” (p. 29), que longe de serem leves, “implicam o uso sistemático e intencional de técnicas extremamente brutais” (p. 60-61) similares às práticas de violência política, como a tortura. Portanto, há uma “guerra de baixa intensidade” (p. 61) direcionada às mulheres, que ocorre na gestão cotidiana das relações de gênero, em tempos de uma farsa da paz neoliberal.

Em consonância, Rita Laura Segato já evidenciou mecanismos de controle semelhantes em *Las estructuras elementales de la violencia - Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos* (2003) e *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres* (2014), trabalhos que demarcam a importância de que examinar a estrutura patriarcal montada a partir das relações de gênero aponta para um modelo de compreensão da violência e das desigualdades sociais de forma mais ampla.

Em *Las estructuras elementales de la violencia - Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos* (2003), Segato classifica a violência contra as mulheres enquanto um *mandato* (p. 13), uma vez que também elabora a definição desse conceito a partir de uma desnaturalização do que seria um fenômeno de ações individuais ou somente um resultado da dominação masculina. Segundo a autora, a violência contra as mulheres se configura enquanto um mandato de preservação e manutenção da estrutura patriarcal “justificada” pela hierarquização das relações de gênero, classe e raça:

no es sencillamente una consecuencia de patologías individuales ni, en el otro extremo, un resultado automático de la dominación masculina ejercida por los hombres, sino un mandato. *La idea de mandato hace referencia aquí al imperativo y a la condición necesaria para la reproducción del género como estructura de relaciones entre posiciones marcadas por un diferencial jerárquico e instancia paradigmática de todos los otros órdenes de estatus* – racial, de clase, entre naciones o regiones (2003, p. 13, grifo nosso).

Compreende-se, desse modo, que a violência contra as mulheres desempenha “papel necessário na reprodução da economia simbólica do poder” (Segato, 2003, p. 13), sendo assim basilar para o funcionamento do sistema patriarcapitalista neoliberal, uma vez que a exploração dos corpos das mulheres presentes nas formas de violência e nas lógicas da guerra de baixa intensidade são parte da engrenagem mestra para a acumulação, produção e manutenção do capital, bem como da “reprodução social” possível a partir da apropriação estatal da capacidade reprodutiva das mulhe-

res, como elucidou Silvia Federici, em *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017).

Nesta obra, Federici argumenta que o enclausuramento progressivo das mulheres na esfera doméstica e privada no período de início da modernidade possibilitou a apropriação e controle de seus corpos e do trabalho delas, o naturalizando e categorizando como gratuito e creditando a uma “inferioridade natural” (2017, p. 13) que foi resultante de um “intenso processo de degradação social” (2017, p. 199), o que determinou o processo de acumulação primitiva fulcral para a organização e o desenvolvimento capitalista (Federici, 2017).

Em *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres* (2014), a antropóloga argentina reforça tal compreensão sobre a conjuntura destacada acima ao definir violência enquanto um *mandato*, quando se considera: “La guerra toma nuevas formas, asume ropajes desconocidos. Y no es casual la metáfora textil: su principal bastidor en estos tiempos es el cuerpo femenino. Texto y territorio de una violencia que se escribe privilegiadamente en el cuerpo de las mujeres” (2014, p. 5). E também aponta para uma responsabilização do Estado cúmplice da violência praticada contra as mulheres, afirmando que: “las nuevas formas de la guerra, caracterizadas por la informalidad, se despliegan hoy en un espacio intersticial que podemos caracterizar como para-estatal porque se encuentra controlado por corporaciones armadas con participación de efectivos estatales y para estatales” (2014, p. 15).

Françoise Vergès, em *Uma teoria feminista da violência* (2021), corrobora com o apontamento de Segato (2014), ao salientar que o Estado é um dos principais responsáveis pela violência contra as mulheres, pois “como instância reguladora da dominação econômica e política, o Estado é a condensação de todas as opressões e explorações imperialistas, patriarcais e capitalistas.” (2014, p. 11). Como também ressalta Elsa Dorlin (2020, p. 102), para quem o Estado é “o principal instigador da desigualdade”, porque é a instituição estatal “responsável por armar aqueles que nos golpeiam”, sendo assim, “é inútil demandar justiça ao Estado, a primeira instância a institucionalizar a injustiça social”.

Falquet também defende existir cumplicidade estatal na autoria e permanência da violência contra as mulheres:

ser objeto de violência torna as pessoas vulneráveis, e este é, obviamente, um dos objetivos almejados pelos autores individuais e coletivos da violência, *bem como pelas instituições – notadamente do Estado – que, em particular, a autorizam ao fechar os olhos, ou a legitimam criando um quadro jurídico favorável ao seu exercício* (2022, p. 66-67, grifo nosso).

Dessarte, Sayak Valencia, em *Capitalismo Gore* (2010), ao tomar por empréstimo o termo “gore”, que é subgênero do cinema para filmes de terror caracterizados por cenas de extrema violência, ou seja, sangrentas, traz um contributo interessante para analisar a violência contra as mulheres, uma vez que a responsabilização das instituições do Estado Moderno se dá por sua relação direta com as lógicas do capital. Para ela, ele está inserido e atende ao sistema capitalista neoliberal, estando enquadrado em uma conjuntura político-econômica e social global:

Tomamos el término gore de un género cinematográfico que hace referencia a la violencia extrema y tajante. Entonces, *con capitalismo gore nos referimos al derramamiento de sangre explícito e injustificado (como precio a pagar por el Tercer Mundo que se aferra a seguir las lógicas del capitalismo, cada vez más exigentes)*, al altísimo porcentaje de vísceras y desmembramientos, *frecuentemente mezclados con el crimen organizado, el género y los usos predatorios de los cuerpos*, todo esto por medio de la violencia más explícita como *heramienta de necroempoderamiento* (2010, p.15, grifo nosso).

Por conseguinte, para o sistema patriarcapitalista neoliberal já não basta a exploração da força de trabalho, os corpos passam a ser entendidos como produtos/mercadoria de troca e com tal circunstância se altera a lógica do capital, porque retira-se a parte de produção de mercadoria para substituí-la pela vida humana por meio da violência extrema. Essa transposição de valores é evidenciada nas formas de subjugação e violência contra as mulheres e em outros corpos marginalizados pelo mesmo

sistema. Ao passo que o corpo se torna mercadoria, a violência e a morte convertem-se em negócio muito lucrativo, constituindo-se enquanto parte da engrenagem mestra desse sistema.

Portanto, ao analisar a violência contra as mulheres a partir da teoria feminista, é perceptível que a violência contra esses corpos não se reduz a um fenômeno da esfera privada e/ou pública de caráter individual e resultante apenas da dominação masculina. É, em vez disso, um mandato imperativo que se materializa como um instrumento chave na manutenção das relações sociais de sexo e da ordem social, que são uma condição necessária, um elemento vertebrador da estruturação lógica do sistema capitalista, ou seja, é parte de sua etiologia.

O objetivo central deste artigo, portanto, é entender e historicizar as contribuições para a discussão da violência contra as mulheres no contexto da América Latina, dialogando com as compreensões trazidas por Falquet (2022), Segato (2003;2014), Vergès (2021), Federici (2017), Dorlin (2020) e Valencia (2010), pensando sobretudo sobre a especificidade dessa violência na região. Destacaremos como mulheres e vários grupos feministas latino-americanos, que são anteriores ou contemporâneas às publicações valorosas mencionadas acima, também refletiram e complexificaram o conceito de violência contra as mulheres a partir de suas elaborações em encontros e artigos veiculados na revista latino-americana independente *MUJER/FEMPRESS* (1981-2000), fundada pelas chilenas Adriana Santa Cruz e Viviana Erazo, diretora e codiretora da revista, respectivamente.

Como complexificações do conceito de violência contra as mulheres aparecem na revista *MUJER/FEMPRESS*

A princípio, aprecia-se apresentar com brevidade *MUJER/FEMPRESS*, a revista tem uma média de 28 páginas, porém poderia-se considerar 30 páginas, pois a 3ª e 4ª capas (ou seja, o verso da contra-capas e a contra-capas em si) costumam apresentar ainda parte de uma das últimas seções da revista destinada à comunicação entre as leitoras, intitulada *Comunicándonos*, ou, em algumas, uma charge que dialoga com as temáticas discutidas ao longo do número.

Outrossim, sobre as seções que compõem a revista, para além dos artigos escritos pelas correspondentes (colaboradoras de cada país), seção intitulada *corresponsalia fempress*, há a *recortes fempress*, uma seção destinada a recortes de notícias de cada país que traz, por exemplo, notícias relacionadas à condição da mulher ou de mudanças na legislação nacional e/ou regional que podem interferir positiva ou negativamente nela; a seção *Nuevas publicaciones* para compartilhar resenhas de novas publicações, a exemplo de livros e também pesquisas, em algumas edições, como a Coletânea de 1989 (uma edição em português da revista, sendo a terceira de uma série de Coletâneas Mujer/Fempress em língua portuguesa, que iniciou em 1987; a Coletânea de 1989 é o fim desse projeto); uma seção nomeada por *Agenda*, que faz listagem e divulgação de eventos e encontros feministas; e, também a seção *Notas*, destinada para noticiar sobre a criação de grupos de apoio contra a discriminação cometida contra as mulheres, falar sobre encontros que estavam sendo organizados ou que já tinham sido realizados, bem como anúncio da publicação, dentre outras notícias breves.

Figura 1 - Capa e contracapa da revista *MUJER/FEMPRESS*



Fonte: MUJER/FEMPRESS (n.p., 1989); MUJER/FEMPRESS (n.p., 1996).

Capa da revista MUJER/FEMPRESS de 1989 com fotografia de Indígenas gorotirê, Caiapó, Pará, Brasil. Ao lado direito, a contracapa com humor gráfico de Diana Raznovich para fempress, presente na edição n. 174, de 1996.

Os números aqui analisados pertencem à década de 1980, em especial, os anos de 1988 e 1989. Cabe destacar que no correr dos anos de publicação da revista foi marcante o compromisso do periódico em pautar a problemática da violência contra as mulheres em seus aspectos cotidiano e estrutural. As “*correspondientes*”, assim chamadas as autoras que escreviam para a revista *MUJER/FEMPRESS*, eram residentes em diversos países da América Latina e Caribe, entre eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Rep. Dominicana, Uruguai, Venezuela, dentre outros.

De início, analisaremos alguns artigos contidos no número 77, publicado em janeiro de 1988, e que são exemplares do modo como a revista tratou do assunto.

O artigo *¡Coraje Mujeres!*, encontrado na paginação três e quatro, cuja autoria pertence a Carmen Tornaría (1949- 2019) – que foi docente e historiadora, ex-conselheira do Codicen (Consejo Directivo Central da Administración Nacional de Educación Pública (ANEP)), durante dois períodos (1995-2000 e 2000-2005), presidente da Fundación Plenario de Mujeres del Uruguay, sendo uma referência para a educação no Uruguai –, chama atenção para o dia 25 de novembro, Dia Internacional da não violência contra a mulher.

Tornaria disserta sobre uma oficina/encontro sobre violência física em que as mulheres recordaram as violências que as rodeavam tanto na esfera privada quanto pública. Nesse encontro, foi exibido um vídeo pertencente a uma série brasileira intitulada *Joana*, que era exibida pela Rede Manchete entre 1984 e 1985 e que abordava temáticas relativas ao feminismo e aos conflitos familiares. Com o intuito de que as presentes refletissem sobre o fundamento ideológico da violência contra a mulher, ao final da oficina percebeu-se, segundo a autora, que poucas mulheres reagiam em sua própria defesa em casos de violência, agindo passivamente pela naturalização das violências vividas.

Com o artigo, a autora chama atenção para a não reação das mulheres para sua própria defesa nessas situações de violência, não as culpabilizando, mas evidenciando a relevância da necessidade de se tratar da problemática e de propor mudanças. A oficina foi planejada para que as participantes pudessem refletir que a violência contra as mulheres não eram ocorrências

isoladas como o discutido acima, a partir da análise da série *Joana* e dos próprios relatos das mulheres participantes da oficina, elas são regidas pelo que a autora chama de “fundamento ideológico”, e que pode ser entendido como a própria lógica em que o sistema patriarcapitalista se estrutura, conforme refletimos com a bibliografia na primeira parte do artigo.

O artigo *Las Mujeres en el año de la crisis: A medida que se agudiza la crisis, más grupos de mujeres se organizan en torno a distintas demandas de supervivencia*, disposto na página sete, é da autoria de Berta Hiriart (1950-) – que é escritora, dramaturga e atriz mexicana. O texto tem como temática principal a crise no México e como esta se relacionou com a violência doméstica, em que as mulheres ficavam mais vulneráveis e, portanto, também suscetíveis a sofrerem violências, seja em casa pelos maridos ou na prostituição para o sustento dos filhos.

Hiriart chama atenção para a vulnerabilização das mulheres mexicanas em período de crise. Para compor o artigo, ela se utiliza de um desenho de autoria de *Listin Diário*, da República Dominicana, em que uma mulher racializada de feição triste está utilizando utensílios domésticos, um esfregão e um balde. Na imagem, também há uma cédula de dinheiro voando, enquanto ela está presa com uma algema, que por meio de uma corrente liga a uma bola de ferro, um dispositivo de contenção para limitar o movimento e impedir a fuga de prisioneiros.

Figura 2 - Listin Diário, República Dominicanaem *MUJER/FEMPRESS*



Fonte: *MUJER/FEMPRESS* (p. 7, 1988).

Utilizando-se dessa analogia, em comparativo à prisão simbólica vivenciada pelas mexicanas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, Berta Hiriart levantava uma discussão similar ao que, um ano depois, Mercedes Canãs (1989 *apud* Falquet, 2022, p. 30, 55) analisou no contexto salvadorenho sobre as relações entre violência doméstica e tortura. Sendo a primeira pesquisa feminista sobre violência doméstica naquele país segundo Falquet, ainda que limitada à violência física e sem dimensionar a posição de classe e raça das mulheres salvadorenhas, Canãs (1989) analisava o que Hiriart também apontava, que a violência doméstica possuía características semelhantes à tortura.

O artigo *Bolivianas en la política*, localizado na edição número 77 de janeiro de 1988, de autoria pertence a Magali Camacho Omiste de Vega, ou como aparece na revista, Magali Vega (1938 - 2025) – pioneira na comunicação popular alternativa e feminista, não só na história da Bolívia, mas também da região, promoveu o Círculo de Mulheres Jornalistas e demonstrou compromisso com a Associação de Jornalistas de La Paz, da qual não era apenas presidente, mas também membro do Tribunal de Ética. Nesse texto, abordava a violência simbólica presente na discriminação étnica de mulheres *cholitas* na política, na restrição de sua presença em ambientes, como o cinema.

O artigo enfatizava a resistência, no que diz respeito à busca por integrar e enfrentar a discriminação, dessas mulheres a ocupar espaços em que a entrada lhes era negada e, portanto, participarem ativamente na política do país.¹ Cabe destacar que segundo uma das candidatas entrevistadas, Ana Uriarte de Condori, uma mulher cholita, essa proibição era palpável, sendo “registrada em vários livros”. Magali considerava fundamental uma instrumentalização em nível educacional para que, capacitadas, as mulheres se organizassem e se sentissem incentivadas a “participar da vida social, política e cultural”, constituindo um levante frente às violências.

1 Nesse artigo de Magali Vega estão presentes trechos de entrevistas das candidatas para as eleições municipais na Bolívia, que pleiteavam para o cargo de *segunda concejal*. Uma dos trechos da entrevista é o de Ana Uriarte Condori descrita como “una mujer de polleras (cholita), mujer del pueblo con su vestimenta típica”, ela retalou a discriminação sofrida: “El campesio no podía entrar a la Plaza Murillo (Plaza Central), la chola antes no podía entrar a los cines, situación que además está registrada en varios libros”.

A partir desses dois artigos podemos observar que as autoras refletem a violência contra as mulheres a partir de olhares que problematizam as relações de gênero, mas também como as condições de classe e étnico raciais estabelecidas na região são realidades que impactam diretamente na vida dessas mulheres. Estarem atravessadas por crises econômicas e sociais e discriminações por suas origens étnicas são intersecções que não podiam ser ignoradas para entender como essas violências vividas na vida cotidianas estão relacionadas à estruturas como o racismo e o classismo da região. Na sequência, analisaremos alguns artigos que pertencem à Coletânea 1989, essa publicação é a terceira de uma série de Coletâneas *MUJER/FEMPRESS*, em língua portuguesa, que iniciou em 1987. A Coletânea 1989 reuniu 25 artigos, de setembro de 1988 a julho de 1989. Segundo a linha editorial:

O quadro que facilmente emerge desta seleção de artigos revela que embora vários projetos de democratização estejam em curso em toda a América Latina e os movimentos sociais se empenhem na transformação da nossa realidade, as mulheres ainda não conquistaram um espaço significativo quer a nível do Estado, quer no interior das organizações populares (Mujer/Fempress, 1989, p. 6).

No artigo *A “moral sexual” das meninas*, que se encontra na página seis da Coletânea 1989 e que foi publicado originalmente no número 89, na edição de fevereiro-março de 1989, na páginação 15, a autora Ana Maria Amado (1946 - 2016) – escritora, professora, jornalista e militante argentina, que é lembrada como fundadora do campo de estudos de gênero na Argentina – trata de um caso em que um juiz teria censurado a “moral sexual” de uma menina de 10 anos². Ana Maria Amado discute e denuncia a expressiva violência estrutural do Estado argentino contra mulheres e meninas, que dificultava ainda mais as denúncias devido à cul-

2 O caso se refere ao juiz que teria censurado* “a moral sexual” de Jimena Hernández, uma menina de 10 anos, que foi encontrada sem vida no fundo de uma piscina em um colégio religioso, o relatório médico recebido pelo juiz constatava que a menina tinha sofrido abusos repetidos.

*na versão em português, presente na coletânea de 1989 está descrito como “censura” o ato proferido pelo juiz, já na versão em espanhol está como “questionar”. Em ambas as versões, é possível perceber que o juiz julgou tendenciosamente, embora a notícia não relate o que foi dito por ele.

pabilidade e vergonha que era despejada em cima de mulheres e meninas com questionamentos e descredibilização das vítimas pelas autoridades. Assim, as mulheres e meninas estavam duplamente violentadas: pelos abusos sofridos e depois pela censura negligente do judiciário. Aqui podemos observar que a autora produz uma reflexão que entende a violência contra mulheres e meninas sendo uma opressão sistêmica, uma vez que é, também, perpetrada pelo Estado. O caso de Jimena Hernández, noticiado por Ana Maria Amado, não é tratado por ela de forma isolada, mas utilizado como demonstrativo das violações sancionadas pelo judiciário misógino, que desvaloriza a vida de mulheres e meninas, resultando no tratamento injusto. A autora aponta, como tal tratamento, a violência contra as mulheres e meninas se refletia no aumento dos casos de abuso sexual de crianças.

No texto *O Direito é tão neutro quanto os homens que o criam*, disponível na página nove da Coletânea 1989, mas publicado originalmente no número 89, na edição de fevereiro-março de 1989, na paginação 11, a autora Alda Facio Montejó, ou como se apresenta na revista, Alda Facio (1948-) – jurista feminista costarriquenha, escritora, professora e especialista internacional em gênero e direitos humanos na América Latina –, refletiu sobre a desigualdade da justiça em relação às mulheres. Neste artigo, ela questionou a falsa neutralidade do Direito e como este era usado, muitas vezes, em prejuízo para as mulheres, enquanto parte de uma lógica estrutural que discriminava e violentava mulheres: “O direito³ em si é sexista e androcêntrico. Mesmo que a sua aplicação se ativesse estritamente à letra da lei, sempre teria efeitos discriminatórios para as mulheres” (Facio, 1989, p. 11).

Alda Facio trazia uma importante contribuição semelhante às análises de Vergès (2021) e Dorlin (2020), em que o Direito, que faz parte de um Estado que é fruto das opressões imperialistas, racistas e sexistas, está muito distante de ser justo, uma vez que é parte legitimadora de um sistema capitalista em que a violência e sua impunidade são ferramentas do *necroempoderamiento*, conforme afirma Valencia (2010), ou seja, são força motriz para a continuidade deste mesmo sistema.

3 A citação foi transcrita exatamente como está na edição, porém cabe reafirmar, a fim de esclarecer, que o Direito a que se refere a autora trata-se do ordenamento e da prática jurídica, no que concerne ao sistema de leis.

Ainda nessa mesma coletânea de 1989, no artigo *De direitos do homem a direitos humanos*, situado na página 28 (lançado pela primeira vez na edição de n. 91, fevereiro-março de 1989), a jurista costarriquenha reiterou como os direitos humanos das mulheres eram violados e como isso influenciava a religião, a linguagem, a ideologia, a cultura e a estrutura familiar. Nesse contexto, Facio explana que quando uma violação era contra um homem, se considerava uma violação contra os direitos humanos, e se tal ocorresse contra a mulher, era uma violação contra a mulher, como se esta fosse menos humana, representando assim o quanto a violência também é estrutural. A jurista traz uma leitura crítica sobre as legislações a respeito dos direitos humanos, e explicita essa assimetria que ocorria com relação ao gênero da vítima que sofria algum tipo de violação, e como isso diz respeito à forma como o direito é estruturado.

No artigo *A falsa solução da esterilização*, presente na página doze da Coletânea 1989, mas publicado originalmente no número 93, na edição de julho de 1989, Fátima Vianna Mello – que é uma autora brasileira que foi correspondente da revista *MUJER/FEMPRESS*, mas sobre a qual não tivemos maiores informações –, destacava o que para ela seria uma violência do Estado brasileiro, referente ao aumento no número de esterilizações realizadas pelo sistema público de saúde. Não viabilizando alternativas às mulheres, essa prática representava uma violência sobre seus corpos. Ela questionava: “42% das mulheres em idade fértil têm suas trompas ligadas. Será que elas estão optando livremente?”

Mello (1989) também enfatizava que a fertilidade feminina deveria ser regulada segundo a decisão das mulheres, e não algo a ser eliminado delas de forma compulsória. A defesa de Fátima Vianna Mello nos remete ao conceito de *guerra de baixa intensidade* contra as mulheres articulado por Falquet (2022, p. 60 - 61), em que, nessas técnicas de guerra, um dos eixos psicossociais é o uso da desinformação, na qual “as mulheres são mantidas sem informação sobre sua própria sexualidade e reprodução, quando se lhe explica mal as consequências da esterilização”.

No artigo *Una tarde en Chimalhuaca*, que faz parte da edição de número 89, fevereiro-março de 1989, a já mencionada Berta Hiriart denunciava o quanto meninas já violentadas sexualmente precisavam passar por

uma série de violências ao recorrer à “justiça”. Ela defendia que elas não deveriam passar pelo “calvário das análises e interrogatórios que culpabilizavam as vítimas”, reafirmando a análise de Alda Facio sobre a falsa neutralidade do direito. O artigo deixava claro o posicionamento da linha editorial da revista em reforçar que o Direito, tal como era praticado naquele contexto, era mais uma das formas de violência contra mulheres e meninas, por meio da censura e da discriminação.

Em *Una indiscreta y critica mirada al Código Civil chileno*, artigo que compõe a edição de número 89, impresso de fevereiro-março de 1989, posicionado nas páginas 16 e 17 e escrito por Nelly Gonzalez Tapia – advogada e integrante do coletivo “NO VIOLENCIA CONTRA LA MUJER” no Chile –, vemos uma comparação entre o Código Civil chileno à maioria dos códigos do século XIX.

Ao analisar algumas legislações latino-americanas, avaliando a chilena em relação à legislação argentina, a autora argumentava que a chilena era anacrônica, ainda colocando as mulheres em condição de dependência e subordinação. A autora compara Chile e Argentina no que diz respeito às leis de divórcio, separação, pensão alimentícia, direitos de nascidos fora do casamento, direitos iguais para mães e pais, não obrigatoriedade de usar sobrenome do marido, planejamento familiar, lei nacional sobre Violência Doméstica, criação de Subsecretaria da Mulher, entre outros. Demonstrando que o Código Civil chileno estava fundado em princípios do liberal individualismo com a pressuposição equivocada de uma igualdade formal e fincada em um modelo de família legítima imposto aos moldes da Igreja Católica, a autora argumentava que isso mantinha as mulheres em desvantagem e subordinação.

Para além dos artigos que constituíam parte da revista *MUJER/FEM-PRESS*, a revista contava com uma seção intitulada *notas fempress*, que são notícias menores com o intuito de apresentar instituições e/ou organizações de apoio às mulheres, noticiar eventos, reuniões, dentre outros. No número 77, publicado em janeiro de 1988, tiveram divulgações importantes sobre o tema da violência contra as mulheres.

Destacamos aqui quatro notas que são representativas dessa divulgação. A primeira é o *Primer Foro Colombiano sobre la Violencia Intrafa-*

miliar (p. 11), que seria uma nota endereçada à Colômbia. Na ocasião, divulgou-se o primeiro fórum colombiano para discutir sobre violência intrafamiliar, configurando-se como marcante a reiteração da tematização da violência pela linha editorial da revista, trazendo visibilidade à temática e evidenciando a necessidade de se reunir para discussão de tal problemática. A segunda nota para o Chile referia-se à “*Corporación de Ayuda a Mujeres Afectadas por la Discriminación*”, sob a sigla AMAD (p. 11), formada em final de dezembro por duas chilenas frente a violência ditatorial e repressão do regime militar, sendo importante para entender o contexto de resistência à ditadura e a violência contra as mulheres nesse período. A terceira, do Paraguai, intitulada *Una joven sobresaliente* (p. 12), diz respeito à premiada anunciada na nota que comentou sobre as mulheres estarem se organizando e se encontrando para falar sobre o que as aflige e sobre a luta para deixarem de ser consideradas “cidadãs de segunda classe”. É uma das evidências de o quanto a década de 80 foi importante na organização de movimentos feministas na região contra as formas de discriminação e violências. E, por fim, destacamos a quarta nota, para o Paraguai, nomeada de *Mujeres por la libertad* (p. 12), que noticia um ato contra a repressão e violência ditatoriais, com a participação de Nelva Falcone, mãe de Claudia, que protagonizou a *noche de los lápices*, sequestro de estudantes que ocorreu durante a ditadura argentina.

As notas *fempres* apresentadas acima nos possibilitam perceber uma potente articulação política na região no que se refere a propor medidas de erradicação da violência e de assistência às mulheres – em alguns casos com uma agenda combativa independente –, seja através de um fórum como na primeira nota, que define que embora a violência ocorra no seio familiar (intrafamiliar) ela deve ser pauta de discussão e da ação coletiva, concebendo que o privado também é político, sendo a violência intrafamiliar derivada não só de ações individuais, mas sim das estruturas de poder e da lógica patriarcapitalista como discutido com a bibliografia na primeira seção do artigo, assim as feministas latino-americanas já compreendiam a violência contra as mulheres enquanto “uma questão política e social global”, como também destacado por Falquet (2022, p. 29).

A segunda e quarta notas, que demonstram outra esfera da violência contra as mulheres, demarcando o Estado como responsável e perpetrador

dor dessas violências, sendo dispositivo da colonialidade a respeito da manutenção das relações de dominação, em específico contra as mulheres, ambas relembram das recentes ditaduras vivenciadas seja no Chile (como na segunda nota) ou no Paraguai (como na quarta nota), constatando o Estado como condensador da injustiça social (Dolin, 2020, p. 102). Elas salientam essa genealogia “latino-americana” da violência contra as mulheres resultante da tentativa de dominação de seus corpos, que, enquanto herança colonial, esteve também de modo extensivo e exploratório durante as ditaduras nesses países, assim como outros países da América Latina, a exemplo do Brasil com *modus operandi* do sistema repressivo que foi categoricamente misógino, “usou o corpo, a sexualidade e a maternidade como formas de intensificar a tortura ou exterminar cruelmente” algumas mulheres (Teles, 2015, p. 1001). A terceira nota também reafirma a presença do teor misógino direcionado às mulheres na região, em que estas eram tratadas enquanto “cidadãs de segunda classe”, convocando as mulheres a se organizarem contra as limitações e restrições impostas sistematicamente, essa nota mesmo que curta, evidencia essa desvalorização atribuída, socialmente, às mulheres.

Como forma de entregar notícias que seriam de interesse às leitoras, a revista também continha a seção *recortes fempress*, em que trechos de notícias⁴ da região eram disponibilizados na publicação feminista. A seguir, podemos observar diferentes divulgações que mostraram a iniciativa de mulheres e grupos feministas de debater as formas de expressões da violência contra as mulheres. Reproduzindo o trecho do periódico *Zeta* do Uruguai, o jornal divulgava e estimulava a mobilização de um boicote aos publicitários que colocavam o corpo da mulher em situação degradante, como objetos sexuais de consumo, anúncios que ridicularizavam pessoas com algum tipo de deficiência. Se denunciava o quanto tais publicidades eram violentas e reprodutoras de estereótipos que afetavam as mulheres psicologicamente (*Mujer/Fempress*, 1988, p. 16).

Adiante, na página seguinte, em reprodução ao periódico nicaraguense *El Nuevo diario*, tornou-se a indicar que “*Las mujeres siguen siendo maltra-*

4 Geralmente, eram recortes enviados à revista pelo público ou pelas correspondentes que escreviam os artigos. Eles eram selecionados e reproduzidos na revista por serem considerados de relevância para discussão das leitoras e dos grupos feministas.

tadas”, a matéria contou com a contribuição de Ana Lucía Silvia, licenciada e diretora da “*Oficina de Orientación y Protección Familiar*”, que comentou sobre os relatos de maus-tratos sofridos pelas mulheres que chegavam a seu escritório, também disse que para mudar tal conjuntura precisavam-se desenvolver as seguintes esferas: capacitação técnica das mulheres, educação sexual e participação política (*Mujer/Fempress*, 1988, p. 17). Em mesma paginação, o recorte do jornal mexicano *La jornada* relatou “7 mil marcharon contra la violencia hacia las mujeres”. *MUJER/FEMPRESS* faz uso do recorte para comentar sobre uma marcha contra a violência contra as mulheres, evidenciando mais uma vez a urgência da temática (*Mujer/Fempress*, 1988, p. 17).

Outro recorte replicado pela revista feminista é oriundo da revista brasileira *Veja*, em que a jornalista Beth Azize apontou que “A Constituinte é machista”. Em referência à Constituinte conduzida por Ulysses Guimarães, Azize registrou a postura debochada do presidente da constituinte que gerou dúvidas quanto ao seu perfil democrático, devido as alegações listadas por Azize, mencionando a violência simbólica, em que a discriminação que não ocorria apenas no campo discursivo, mas também, no espaço físico que naturalizar a desigualdade e as violências que as mulheres sofriam em meio estatal: na ocupação de gabinetes e na ausência de banheiros femininos na Câmara dos Deputados, por exemplo (*Mujer/Fempress*, 1988, p. 23).

Para finalizar essa mirada a algumas das seções da revista, replica-se o recorte *fempress* do periódico chileno *Las ult.notícias*, “*Mujer: la criada del futuro*”, que em aviso preocupante expressa a desvalorização das mulheres latino-americanas (*Mujer/Fempress*, 1989, p. 46). É relevante observar que a linha editorial trouxe esse recorte de notícia do *Las Ult. Noticias* com abordagem sobre o livro de Margaret Atwood, *The Handmaid's tale* (1985), distopia que é usada como um alerta para mulheres, no livro, sob Estado teocrático e totalitário, cujas mulheres são o principal alvo de uma opressão sem precedentes.

Ao fazer isso, a linha editorial da *MUJER/FEMPRESS* colocava em pauta a discussão sobre as formas de opressão feminina, e estas, por sua vez, recaíam nas formas de violência contra as mulheres, alertando para a par-

ticipação do Estado nessas violações, afinal, aquelas violações não estavam presentes só na distopia, como aconteciam factualmente. É possível evidenciar a paleta de matizes das esferas de violência que a linha editorial organiza para que o público possa analisar, possibilitando um entendimento holístico da violência, já que o sistema em que se estrutura a violência contra as mulheres é determinante para os variados eventos de violência que estão sendo apresentados ao longo de todos os números da revista.

Conclusões

Ao analisar a publicação latino-americana *MUJER/FEMPRESS*, podemos constatar a existência de um enfoque nos debates sobre violência para pensar ações feministas na região, expressando não só um esforço das correspondentes, como também da linha editorial da revista em considerar a violência contra as mulheres uma das questões centrais a ser divulgada e debatida. Percebe-se a relevância dada para que essas produções fossem publicadas e alcançassem às leitoras. Ao fazer isso, a revista, além de sensibilizar uma mobilização pela erradicação da problemática, também manifestava a urgência em pautar esse debate.

Além disso, tais leituras presentes nessa fonte sobre violência contra as mulheres precisam ser historicizadas. Há poucos trabalhos históricos que utilizem essa revista enquanto documento histórico, mas ela nos possibilita apreender as sociabilidades de mulheres, grupos e movimentos feministas na região nesse contexto histórico, permitindo entender o que Segato (2020, s.p) identifica enquanto “*politicidade em chave feminina*”:

esse modo de gestão e deliberação, essa tecnologia de sociabilidade, essa outra politicidade tem algumas características tão reconhecíveis como diferentes: [...] não é utópica, mas tópica, pragmática e orientada pelas contingências, não determinista na sua moralidade, mais interessada no processo do que no resultado, e, sobretudo, solucionadora de problemas e preservadora da vida no cotidiano.

Esse conceito pode ser percebido na elaboração e complexificação da violência por essas feministas latino-americanas, ao tensionar problemá-

ticas e leituras buscando compreender suas realidades a partir da experiência de ser mulher e latino-americana. Nesse sentido, nota-se que a América Latina, investigada e interpretada pelas escritoras da revista, é um lugar de uma série de violências, e, em parte, por uma naturalização dessas violências.

Os artigos e notícias aqui apresentados também mostram uma linha editorial enfocada em demandar e organizar agendas para a erradicação dessas violências e de propor medidas legislativas, em um momento em que países *conosurenos* estavam em redemocratização, que protegessem e dessem algum suporte que assegurasse as mulheres frente às violências que estavam vulneráveis por simplesmente serem mulheres.

Assim como reiterada constantemente na revista latino-americana, a violência contra as mulheres parece se afirmar enquanto elemento definidor da região, interferindo e marcando as possibilidades de ser mulher, uma vez que, como evidencia a linha editorial, está por todas as matizes do cotidiano em América Latina e regendo as estruturas.

Referências

AMADO, Ana María. A “moral sexual” das meninas. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 89, p. 15, fev./mar. 1989. In: *Mujer/Fempress*. Coletânea 1989. Santiago, 1989.

AMAD. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 77, p. 11, jan. 1988.

AZIZE, Beth. A Constituinte é machista. *Veja*, São Paulo, out. 1987. In: *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 77, p. 23, jan. 1988.

BOICOT a los avisadores. *Zeta*, Montevideu, set. 1987. In: *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 77, p. 16, jan. 1988.

BRÚJULA NOTICIAS. Fallece la periodista Magaly Camacho Omiste, a un día de su cumpleaños 87. Disponível em: <https://www.brujuladigital.net/sociedad/2025/01/04/fallece-la-periodista-magaly-camacho-omiste-a-un-dia-de-su-cumpleanos-87-41608>. Acesso em: 1 jun. 2025.

CRUZ, Adriana Santa. Fempress: a communication strategy for women. *Gender & Development*, v. 3, n. 1, p. 51–55, 1995. DOI: 10.1080/741921767.

DOMÍNGUEZ, Nora. Palabras para Ana Amado. *Mora*, Buenos Aires, v. 24, n. 2, p. 121–124, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/mora.n24.6307>. Acesso em: 1 jun. 2025.

DORLIN, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Crocodilo Edições; Ubu Editora, 2020.

FACIO, Alda. De direitos do homem a direitos humanos. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 91, fev./maio 1989. In: *Mujer/Fempress*. Coletânea 1989. Santiago, 1989.

FACIO, Alda. O Direito é tão neutro quanto os homens que o criam. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 89, p. 9, fev./mar. 1989. In: *Mujer/Fempress*. Coletânea 1989. Santiago, 1989.

FALQUET, Jules. *Pax neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência*. Sob Influência Edições, 2022.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GAMBETTI, Rodolfo. Mujer: la criada del futuro. *Las Últimas Noticias*, Santiago, dez. 1988. In: *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 89, p. 46, fev./mar. 1989.

GRAMMATICO, Karin. Feminismos en clave latinoamericana: un recorrido sobre *Fem*, *Isis* y *Fempress*. *Mora*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 17, n. 2, set. 2011.

HIRIART, Berta. Las mujeres en el año de la crisis: a medida que se agudiza la crisis, más grupos de mujeres se organizan en torno a distintas demandas de supervivencia. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 77, p. 7, jan. 1988.

HIRIART, Berta. Una tarde en Chimalhuaca. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 89, p. 1, fev./maio 1989.

LIBERTELLA, Mauro. Ana Amado, intelectual del cine y la política. *Clarín*, Buenos Aires, 10 nov. 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20210919000845/https://www.clarin.com/cultura/Ana-Amado-intelectual-cine-politica_0_H11L7Yz-x.html. Acesso em: 1 jun. 2025.

MELLO, Fátima Vianna. A falsa solução da esterilização. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 93, jul. 1989. In: *Mujer/Fempress*. Coletânea 1989. Santiago, 1989.

MELO, Anabelle Rodrigues. Debates feministas sobre violência contra as mulheres a partir da revista *Mujer/Fempress* (1981–2000). In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 26., 2024, Sobral. *Anais eletrônicos [...]* Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2024. Disponível em: https://sistemas.uvanet.br/sadoc/participante/trabalho/trab_ini_77_2ab-86d4520c9ca816.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

MELO, Anabelle Rodrigues. Histórias dos encontros feministas no Cone Sul: política, memória e imaginário latino-americano (1979–2017). In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 18., 2023, Sobral. *Anais eletrônicos*. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2023. p. 755. ISSN 2675-052X. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mXLZ-vpKkaFRv2pagrDHCrmvYdy5_1FR/view. Acesso em: 11 fev. 2025.

MELO, Anabelle Rodrigues. Pensando uma agenda feminista latino-americana: seria a América Latina definida pela violência? (1979–2000). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 19., 2024, Crateús. *Anais eletrônicos [...]* Crateús: Universidade Estadual do Ceará, 2024. Disponível em: <https://uece.br/eventos/anaseehanpuhce/trabalhos.html>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MUJERES por la libertad. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 77, p. 12, jan. 1988.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)*. Belém do Pará, 1994. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/basicos/belemdopara.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

PRIMER Foro Colombiano sobre la Violencia Intrafamiliar. *Mujer/Fempress*, Santiago, n. 77, p. 11, jan. 1988.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de guerra y el cuerpo de las mujeres*. Puebla: Pez en el Árbol, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 1001–1022, set./dez. 2015.

TORNARÍA, Carmen. ¡Coraje mujeres! *Mujer/Fempres*, Santiago, n. 77, p. 3–4, jan. 1988.

TAPIA, Nelly González. Una indiscreta y crítica mirada al Código Civil chileno. *Mujer/Fempres*, Santiago, n. 89, p. 16–17, fev./mar. 1989.

UNA joven sobresaliente. *Mujer/Fempres*, Santiago, n. 77, p. 12, jan. 1988.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo gore*. Barcelona: Melusina, 2010.

VEGA, Magali. Bolivianas en la política. *Mujer/Fempres*, Santiago, n. 77, p. 9–10, jan. 1988.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência*. Tradução de Léa Siqueira. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

Fontes de pesquisa

FACIO, Alda. Disponível em: <https://justassociates.org>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FUNDAÇÃO PARA LAS LETRAS MEXICANAS. Berta Hiriart: detalle del autor. Disponível em: <https://www.elem.mx/autor/datos/1834>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 2 jun. 2025.

ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN PÚBLICA (ANEP). Carmen Tornaría. Disponível em: <https://www.anep.edu.uy/nacimiento-de-carmen-tornaria>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CÍRCULO DE MUJERES PERIODISTAS LA PAZ. Homenagem a Magaly Camacho de Vega. Facebook, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/100064564574904/posts/magal%C3%ADcamachodevegapionera-de-la-comunicaci%C3%B3n-popular-y-feministamagal%C3%ADcamac/1143240977838044/>. Acesso em: 1 jun. 2025.



Botafoço do quilombo de Batoque: futebol, memória e identidade

Luiz Carlos da Costa Lima

Resumo: Este artigo busca compreender a relação do futebol com o quilombo de Batoque, situado entre os municípios de Pacujá e Mucambo, no interior do Ceará, e como esse esporte ajudou no seu processo de identidade, passando entre gerações e se transformando num símbolo de resistência na luta quilombola. O Botafoço de Batoque também simboliza a conexão entre gerações e a união da comunidade em torno de um esporte, que, para o quilombo, é ancestral. Uma relação que resistiu ao tempo, lembrada através da memória dos quilombolas.

Palavras-chave: Botafoço de Batoque; Quilombo; futebol.

Introdução

Pretendo refletir neste artigo¹ a história de um time de futebol quilombola, o Botafoço, pertencente ao quilombo de Batoque, localizado entre o município de Pacujá e o município de Mucambo, no estado do Ceará. Um time, considerado pelos detentores da memória do quilombo como cente-

¹ Este texto é uma adaptação, em forma de artigo, de parte da minha monografia, defendida no início de 2026 no curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú com o título “BOTAFOGO DO QUILOMBO DE BATOQUE: ENTRE MEMÓRIAS, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA CONTRA O RACISMO”.

nário, e que se entrelaça numa história de ancestralidade, identidade quilombola e resistência contra a opressão colonial, que dialoga, diretamente, com aquilo que Beatriz Nascimento discutia a respeito do novo sentido de ser Quilombo, quando ela diz:

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro, e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude a associação seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra (Nascimento, 2021, p. 166).

Nesse sentido, entendo que tanto o time de futebol, Botafogo de Batoque, quanto o Quilombo têm uma relação muito forte de identidade mútua, na qual, ao longo da história, são um para o outro sinônimos de proteção, essenciais para legitimar os conceitos a respeito dessa nova leitura sobre o que seria se aquilombar. E foi se ancorando na ancestralidade do povo quilombola, através da oralidade, constantes e inconstantes, com ou sem lapsos, que buscamos elucidar, a partir de suas memórias e nas entrelinhas da subjetividade de cada um, a história do quilombo e do Botafogo.

As pessoas escolhidas para a entrevista são de perfis que considero distintos, conectados por dois fatores: o Botafogo e o Quilombo. Entrevistei ex-jogadores de várias gerações diferentes, desde a primeira equipe, quando foi batizada de Botafogo, no ano de 1978, até o time atual. Entrevistei, também, ex-presidentes da equipe, ex-treinadores, torcedoras que já acompanham a equipe desde a década de 80 até os dias atuais.

Para além das entrevistas, também busquei fontes etnográficas, fotografias e documentos de competições municipais nas quais o Botafogo participou no município de Pacujá. Essas fontes foram essenciais para a compreensão da trajetória do Botafogo de Batoque e nos ajudaram a elucidar, através de imagens e documentações diversas, a presença da equipe quilombola nesses territórios, questão que exploraremos a partir daqui.

A discussão está na estruturação dessa identidade entre o povo quilombola de Batoque e sua equipe de futebol desde seus primórdios. Iremos discutir como essa equipe conseguiu permanecer na ativa por tantas décadas,

e continua, como disse um dos seus ex-presidentes, “até quando os negros do Batoque existirem” (Cordeiro, 2021). Além da equipe masculina, também vamos destacar a equipe de futebol feminina, que surgiu ainda na década de 90 e que também está na ativa até os dias atuais.

O Botafo do batoque: entre conexões e identidade

Segundo o senhor Inácio Raimundo do Nascimento (2025), 90 anos de idade, conhecido como Inácio Joana e morador mais antigo ainda vivo no quilombo, o time da comunidade, no qual ele foi atleta desde a adolescência, recebeu o nome de Botafo do no ano de 1978, quando alguns membros da comunidade viajaram para o Rio de Janeiro em busca de emprego. Uma prática que se tornou comum nesse período, quando muitos nordestinos viajaram para o sudeste, num êxodo rural que obedecia às transformações econômicas que o Brasil sofria no período², e lá compraram um uniforme preto e branco referente às cores do time profissional carioca, *Botafo do de Futebol e Regatas*, e enviaram para o quilombo, no intuito de presentear a equipe da comunidade, que por sinal, já existia. Portanto, antes de nos aprofundarmos aqui no período em que o time foi representado pelo nome de Botafo do, iremos buscar o seu nascimento quando ainda era conhecido apenas como *o time do Batoque*.

Antes de ser Botafo do, a equipe já tinha um longo período de existência. Sobre esse tempo, não encontrei nenhuma fonte material. Nesse sentido, nos ancoramos na memória de ex-jogadores e torcedores que recordam do período ou ouviram relatos dos mais antigos, a partir de uma conexão por meio da oralidade. Segundo Portelli (2021, p. 12), a oralidade é a arte da voz no canto da narrativa, e que não é algo que se remete apenas ao passado, é uma força cultural presente e ativa. Nas primeiras informações sobre a sua origem, descobrimos que a comunidade defende que sua existência é centenária. Eles se baseiam na memória dos mais antigos, como o Senhor Inácio Joana, que nasceu em 1935 e completou 90 anos de idade. Suas memórias mais remotas são de quando ele tinha 7 anos de idade, o

2 A década de 1970 abriu uma ferida profunda no interior brasileiro. O avanço dos grandes latifúndios mecanizados atingiu a forma de vida das comunidades rurais, empurrando milhares de famílias para as periferias das metrópoles. O camponês, ao chegar à cidade, se tornou o operário, e muitos ficaram desempregados, sempre com a vontade de voltar para casa.

que ele entende como a “idade da razão”. Nessa época ele recorda que já existia uma equipe de futebol na comunidade, e que o seu pai era jogador. Pela contagem do tempo, ele está falando de 1942, mas complementa que uma prima sua, mais velha, afirmava que quando ela era criança também já existia por lá um time de futebol, e isso indica ser entre os anos 20 e 30 do século passado.

Segundo o Sr. Inácio Joana, no Batoque, os jogadores eram agricultores que passavam o dia inteiro trabalhando na roça para os latifundiários que dominavam a posse das terras na região e ofereciam parcerias aos camponeses para trabalharem em suas terras num sistema conhecido como *meação*³, vantajoso apenas para os donos das terras. Os batoqueiros passavam o dia inteiro na roça e, no fim da tarde, voltavam correndo para casa para dar tempo de treinarem no campo de futebol. Isso evidencia o quanto esse esporte foi se tornando importante para o cotidiano daqueles camponeses, que viam no futebol uma forma de lazer, uma maneira de aliviar o peso que era ficar de “de sol a sol” perante um trabalho tão árduo, que era a labuta na roça. Sobre a rotina que envolvia o futebol, o Sr. Inácio Joana completa:

Tenho a lembrança, lembro onde era o campo, fazia tudo, tudo campo natural, tudo era aberto, não tinha cerca, né? Eram os campos. Aí só tinha o carnaubal e a gente escolhia, como escolhemos um lugar aqui em primeira mão, aqui distante, não é tão longe, só tá ocupado com água agora. Água do Taquara. E... E lá nós fizemos... Lá durou quase a minha vida, que eu comecei a jogar nessa idade que você falou. Então, o negócio desse jogo, e até hoje, melhorando, porque agora naquela época, você vê que nós trabalhamos, toda a vida trabalhamos na roça, e é mais distante que para o lado do Mucambo, toda a vida lá é mais promissor, pro legume, melhor o barro, e a gente nunca deixou, a gente largava, e aí que trabalhava às vezes de sete horas, e lá almoçava e voltava lá mesmo, até quatro horas da tarde que a gente trabalhava, mas era dia de treino, quando a gente largava era meio que soltar um bocado de gado assim de dentro, um cercado que

3 Sistema de trabalho onde o dono da terra oferece um espaço para o camponês plantar, dividindo a produção em meio a meio.

estava com sede, corria de lá até aqui. A gente era praticamente, tinha preparo físico para sobrar. Chegava e ia jogar bola. Era tanto aqui, que se a gente tivesse jogando com um time ou outro time, toda a vida tinha um timezinho, mas muita raça dos negros aqui, e tinham aquele sangue, muita resistência, que tinha gente que apostava, se a gente tivesse perdendo no primeiro tempo, quando eles voltavam para o segundo, não tem quem segure eles, e era mesmo, aí vencia (Nascimento, 2025).

Apesar de todos os problemas vividos, o povo do quilombo também tinha seus momentos de festa. Estava sempre em movimento, principalmente nos fins de semana, quando se reuniam para confraternizar. Mesmo se tratando de uma época em que os deslocamentos entre as localidades eram muito precários, o simples agendamento de um amistoso aos domingos virava um evento. Jogar contra um time de fora era sinônimo de celebração, conforme relata o Sr. Inácio Joana:

Tinha uma coisa animada nesse tempo. A gente que convidava um time, um time de fulano. Aí, Falar com eles, pedir uma partida para disputar. Aqui eles se preparavam. Faziam uma festa dançante, a gente falava com o tocador, que onde tinha mais tocador aqui para que se encontrava era aqui, um Chico Fulano, ele tocava rabeca, lá no Jenipapo, a não ser ele, era ir atrás de um tocador na serra. Faziam uma festa dançante para aquele clube. Preparava, comida para aquele povo, para tudo que vinha. Chegava, ficava na festa. E a festa eles ficavam até alta-noite, até as horas que desse, ficavam na festa dançando depois do jantar, que jantavam aqui. Era animada coisa. Nesse tempo, era feito desse jeito. Quando ia para lá, era do mesmo jeito. Preparava uma festona para aqueles (Nascimento, 2025).

Assim como outros movimentos culturais, o futebol era uma ferramenta de conexão entre as comunidades que faziam daquele dia de jogo um motivo de festa. Contratando cantadores e oferecendo comidas e bebidas, tudo para receber aquela outra equipe que vinha de outra localidade, geralmente a pé.

A partir do ano de 1978, quando o time do quilombo passou a ser conhecido como Botafogo de Batoque, foi se tornando uma das equipes mais tradicionais e mais longevas da sua região. Poucas são as equipes que conseguiram coexistir junto ao Botafogo de Batoque. Muitas equipes ficaram pelo caminho, enquanto outras surgiram bem depois. No Batoque, a resistência ao tempo se explica por um fenômeno de unificação, o quilombo e o clube de futebol se tornaram uma coisa só. O time ganhou tamanha relevância que passou a ser o maior símbolo da identidade local. Mais do que um esporte, o futebol foi ressignificado pela comunidade, se transformando em um traço cultural e em uma ferramenta de união e conexão entre os quilombolas.

Na entrevista com o Francisco Reginaldo Cordeiro, 49 anos de idade, ele falou da sua infância no quilombo e das lembranças de quando seu pai era jogador do time. Ele é filho de João Francisco Cordeiro, o Sr. João Chico, que foi jogador e o primeiro presidente do Botafogo quando foi batizado com esse nome em 1978. Reginaldo fala com orgulho ao lembrar que jogou ao lado do seu pai. Foi um momento da entrevista que olhou largamente para o horizonte, como se estivesse buscando o passado, e foi contemplando a memória com os *flashes* que conseguiu resgatar. Ao falar sobre a equipe, ele disse:

Não existe na nossa região um time que joga como nós. Não existe. Você pode olhar os outros times do nosso interior, ou da nossa cidade vizinha, não tem um time que joga como o nosso aqui. Aí o futebol inglês, a origem, né? Mas não existe um futebol como o nosso aqui. O nosso Quilombo. O nosso Quilombo joga diferente. Você vê que tem a técnica, tem a raça, e tem esse negócio de guerreiro, de capoeira, isso, na cabeça (Cordeiro, F., 2025).

Reginaldo Cordeiro atribui ao Botafogo de Batoque, e também à capoeira, um padrão de excelência que acompanha toda sua história. Uma forma de jogar diferente, que divergindo de Gilberto Freyre, ao ter comparado a forma do negro jogar ao Deus grego Dionísio, simbolizando irreverência e irresponsabilidade, Reginaldo conecta o time da comunidade com a ancestralidade quilombola do Batoque. Uma junção entre futebol e

as artes ancestrais, como a capoeira e o Leruá.⁴ Ele, como um capoeirista, disse que praticamente todos os jogadores das gerações mais recentes do Botafo do Quilombo também são capoeiristas, o que torna a equipe do quilombo, no mínimo, diferente das demais, pois está atribuindo, junto a sua forma de jogar futebol, os valores da nobre arte marcial vinda da ancestralidade africana. Ele reforça a ideia de identidade do Botafo do Quilombo com o quilombo por meio de uma representatividade que sempre empoderou a comunidade, assim como ele relata:

Botafo, eu considero, e não é porque eu considero por ser o Botafo do Batoque, não, eu considero é porque eu acho que se não fosse o Botafo, o nosso quilombo não era do jeito que é, porque eu acho que o Botafo é uma forma de resistência quilombola, antes de saber que era quilombola, a cabeça do pessoal, que a cabeça quilombola vai ficar depois de mim, antes era uma comunidade, mas não, uma comunidade de negro, mas não de quilombola, aí sem querer eu acho que o Botafo já sabia disso, o Botafo, a entidade Botafo, já sabia que era uma resistência de quilombola, trazia uma demonstração de resistência, isso, o Botafo trazia uma demonstração de resistência, de força da comunidade, que as pessoas meio que não entendiam, faziam sem saber, isso, aí eu acho que reflete no Botafo hoje, reflete essa resistência do Botafo antes, nosso Botafo resistiu, resistiu, resistiu, sendo Botafo, lutando, aí nesse tempo tanto lutava com a cor do Botafo, como com a comunidade pequena e o time bom, e aí a resistência do quilombo hoje, eu digo que se deve muito, muito mesmo, mais de 90% ao Botafo por isso, porque o Botafo unido, fez com que a comunidade refletisse o que ela é hoje, ele transmitiu na sua concepção uma ideia de empoderamento para a região assim, principalmente sobre os mais novos, porque o mais novo defende muito a camisa do Botafo e automaticamente do quilombo, você está entendendo? (Cordeiro, F., 2025).

4 O Leruá é um bailado de roda, em que cantigas são entoadas com refrões repetidos em coro, acompanhados do entrechoque de pequenos cacetes de jucá. A roda se movimenta no ritmo da cantiga, que acelera no decorrer da brincadeira (Veiga, 2016, p. 11).

O futebol no quilombo assumiu um papel que vai além do esporte, tornando-se uma herança ressignificada pelo contato com as tradições locais. Conforme aponta Cordeiro (2024), trata-se de uma prática democrática, exercida por todas as gerações. Essa importância se materializa na geografia da comunidade; há campos de diversos tamanhos espalhados pelo território, segmentados para atender tanto o público infantil quanto o adulto, complementados por uma quadra poliesportiva para a prática do futsal.

Figura 1 - Campo de futebol atual do quilombo de Batoque



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A sede do campo de futebol do quilombo mudou de lugar várias vezes. Esse da figura acima já é o quarto campo construído para o Botafogo sediar seus jogos; os anteriores foram desapropriados. Essas mudanças acontecem, na maioria das vezes, porque os donos das terras pedem o espaço de volta. Isso obriga os dirigentes a buscarem novos locais para que o time possa continuar jogando. Na entrada do campo atual tem uma placa indicando o seu nome, “*Estádio Manoel Rodrigues Lopes*”, que, segundo membros do quilombo, foi uma exigência do dono da terra, um latifundiário que tem posse de terras dentro do território quilombola. Uma clara atitude de demarcação de espaço, para que não esqueçam a quem a terra pertence, o que causa um incômodo significativo e mostra a complexidade enfrentada pelos quilombolas em relação à questão de território.

A teia de interação em torno do futebol no quilombo, que conecta as pessoas através do cotidiano entre a ida aos jogos no fim de semana e a rotina de acompanhar os treinos em conjunto, jogadores e torcida, mostra

o quanto o quilombo consegue absorver momentos de comunhão. Apesar de sua histórica luta contra a invisibilidade e contra os preconceitos alicerçados por uma estrutura racista, o quilombo vive aquilo que Nascimento (2021) chamou de *Paz quilombola*. E pode ser essa paz que mais tenha incomodado o sistema escravocrata, pois indicava uma sociedade, que apesar de toda repressão, ainda se mostrava organizada, em harmonia. Apagar a verdadeira história dos quilombos e colocá-los apenas como fugitivos foi a estratégia mais eficaz do sistema escravocrata, evitando que o conhecimento sobre essas sociedades alternativas fosse visto como exemplo de organização social.

Figura 2 - Time de futebol Botafo de Batoque masculino do início da década de 1990



Fonte: Acervo ARQUILOMB.

O ato de torcer já iniciava ainda quando criança e passava a acompanhar a equipe em seus jogos, em casa ou fora da comunidade. Essa cultura se enraizou na vida de muitas pessoas, principalmente quando o Botafo passou a disputar grandes competições, tendo que desafiar seus rivais no futebol. O principal deles, dito por todas as pessoas com quem conversei, em todas as gerações, é o clube do Belmonte F.C. de Pacujá,⁵ o time da cidade.

Trago para a pesquisa o exemplo de Dona Francisca Rosa, que está com 73 anos de idade e segue acompanhando a equipe, independente de qual

5 O Belmonte F.C. de Pacujá, segundo ex-dirigentes, recebe esse nome em 1975, em homenagem a Vila Belmonte, como era conhecida a cidade de Pacujá, antes de se tornar distrito. Esse nome deriva da fazenda Bel Monte, que deu origem a vila, e a posteriori, à cidade.

categoria esteja jogando. Ela é presença certa na beira dos campos, e durante nossa conversa, com muito sentimento e boas lembranças, ela afirma que seu gosto por futebol vai para além do Botafogo. O seu filho João Victor é goleiro, e quando ele vai jogar para equipes de fora da comunidade, ela vai com ele, na garupa da moto.

Sua presença na beira do campo é notada devido a sua interação intensa com o que está acontecendo no jogo, pois ela tem o hábito de orientar a equipe que ela está torcendo; pode ser o Botafogo, que é seu time do coração, ou outra equipe que seu filho esteja atuando. Ao falar de suas memórias sobre os tempos que começou a acompanhar o Botafogo, Dona Francisca Rosa diz que tinha 16 anos, e que muitas meninas da sua geração também acompanhavam, formando a torcida feminina da equipe. Relata que aos jogos mais próximos iam a pé, e nos jogos mais distante, fretava-se um caminhão pau-de-arara⁶, um transporte muito comum no nordeste para transportar pessoas em diversos lugares. Conheço esse transporte, pois quando era criança viajei nesse modelo várias vezes para a cidade de Canindé-CE nas romarias de São Francisco.

Apesar da existência da diretoria da equipe, a comunidade sempre foi muito presente nas decisões, incluindo as despesas do time. “Tem torcedor aqui que já fez até feira pro time, e se precisasse, fazia de novo” (Cordeiro, J., 2025). Quando era marcado um jogo para outro lugar e se fretava um pau-de-arara para levar a equipe e os torcedores, muitos passavam a semana juntando o dinheiro para poder pagar o frete, principalmente os que precisavam pagar pelos filhos e cônjuge, o que aumentava a despesa, mas não deixavam de ir.

É uma relação muito interessante, que através do futebol o quilombo podia mostrar sua união. Uma força que tem raízes ancestrais e que sempre esteve presente entre eles, independente de futebol ou de qualquer outra coisa, assim como reforça Teonília Cordeiro:

6 Um tipo de transporte de passageiros comum em algumas regiões do Brasil (especialmente Norte e Nordeste), realizado na carroceria adaptada de um caminhão ou caminhonete, com bancos improvisados de tábuas e, às vezes, uma cobertura de lona. Muito comum no transporte de equipes de futebol amadoras do meio rural.

O Botafo do quilombo é parte do quilombo. Então ele é parte da comunidade. Essa construção que se dá da identidade quilombola, ela se fortalece com o time, mas ela não vem através do time. Há uma diferença. Quem é do quilombo é parte de quem eles são. E eu tenho certeza absoluta que o Botafo do quilombo, os filhos do quilombo têm imenso orgulho de ser daqui, de ser da equipe daqui, de carregar o nome daqui, do Batoque. Mas a construção, enquanto os negros do Batoque, enquanto o quilombo do Batoque, ela nasce com nós. Ela é passada de geração para geração. O time é só um fortalecimento dessa identidade (Cordeiro, T., 2025).

Além de Teonília Cordeiro argumentar sobre a importância do clube de futebol como um forte instrumento de identidade, ela exalta a questão da ancestralidade quilombola, algo que tornou as famílias unidas em função da necessidade de se proteger. Uma aliança extremamente necessária para que conseguissem sobreviver às opressões externas, a partir das invasões do território, não respeitando o fato de que o quilombo, como ressalta a entrevistada, já está naquele território antes mesmo da existência dos municípios, e antes mesmo das terras serem negociadas entre os latifundiários. Portanto, essa união foi laço necessário no instinto de sobrevivência, onde o corpo negro, tanto no sentido individual como coletivo, continua sendo perseguido. E para sobreviver, precisou se aquilombar, se ressignificar, mas sem nunca perder a ideia de andar em bando, como coloca Cordeiro (2025):

É muito comum, dentro de Pacujá, que é a cidade onde se ver muitos batoqueiros juntos, inclusive como prática cultural de defesa, de proteção. Batoqueiros andam muito juntos. Você vai ver grupo de três, de quatro, e até de cinco pessoas da própria comunidade andando juntos (Cordeiro, 2025).⁷

Isso é visto como um instinto ancestral de proteção que o quilombo sempre utilizou como costume, e isso está presente em todas as práticas da co-

7 Trecho da fala de Joseli Cordeiro no canal Dragão do Mar, no Youtube, em uma live com o título: No Ceará Tem Disso Sim! - Trajetórias de Quilombolas do Ceará: Estudos sobre os Quilombos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5NcpqCUAnPY&t=1613s>.

munidade: quando vão às festas, nos trabalhos em mutirão, nas idas à cidade e nos jogos de futebol, principalmente quando esses jogos são no estádio municipal da cidade de Pacujá, devido às rivalidades atribuídas a conflitos que surgiam através do processo de xenofobia e racismo contra o povo do quilombo. Esse processo de se aquilombar fica mais forte quando tudo se entrelaça com a ancestralidade negra, e, como vamos percebendo, o futebol no quilombo passou por esse processo. Ele saiu da sua lógica estabelecida em torno do individualismo e se tornou ferramenta de conexão e identidade. Como reforça Paulo Henrique Sousa da Silva, de 29 anos, capitão da equipe do Botafogo na atualidade:

Porque falar do Batoque, não falar do Botafogo do Batoque, e não falar da Capoeira e do Batoque... Para mim, o Botafogo do Batoque é... É uma forma de liberdade, é uma forma de garra, é um... Não é só um clube, não é só um pessoal, ah, vamos jogar bola, não. É um povo que se uniu ali, para, diante do descanso após o trabalho, mas lutar pela comunidade, fazer valer a pena o tamanho dessa história ultimamente. É um... Falar... Ter só uma palavra específica para falar do Botafogo, do Batoque, é... É uma paixão, na minha vida (Silva, 2025).

Nas palavras de Paulo Henrique, nota-se a maneira como ele enxerga a importância do Botafogo para o quilombo, e junto ao futebol ele inclui a capoeira. Além de jogador, ele também é mestre em capoeira e utiliza muito a filosofia da capoeira para explicar o que é ser quilombola. Na minha aproximação ao quilombo, conheci de perto o Paulo Henrique e vi o quanto ele tem espírito de liderança, e parte dessa postura está relacionada a seu contato com a capoeira, que ele leva consigo para o campo de futebol. Com toda sua serenidade costumeira, demonstrada em sua forma de falar, de observar e de procurar a melhor forma de se expressar, ele comenta sobre a importância de se identificar como quilombola:

Sobre ser quilombola, é a identidade mesmo, é você se assumir, não é só falar, ah, eu sou quilombola, o que é ser quilombola, o que é quilombola, o que é quilombola, aí abre essa curiosidade, da identidade, e assim a gente vai forta-

lecendo, esse caso ajuda nessa construção, bota um pouco, ajuda, porque, se é só uma pessoa lutando por uma causa, aí complica, é difícil, mas quando é várias pessoas lutando pela mesma causa e tentando explicar a mesma causa, aí na mente do adolescente, que está se formando, da criança ali, vai se construindo e se consolidando em pensamento mais forte, porque ele não ouviu só dentro da casa dele, ele não ouviu só de mim, ele ouviu do Burrego, ele ouviu do Papai Inácio, que entende da história, do tio dele, ali vai se criando a raiz, vê onde ele pode se segurar, aí vai estudando e criando argumentos e se tornando uma espécie de símbolo, que ele olha e diz, é um time do meu quilombo, nesse sentido. Meu quilombo, ele começa a ver a luta que a gente tem, e que o passado do time faz parte daquela luta ali (Silva, 2025).

Nesse sentido, nota-se o quanto está sendo importante para a comunidade se identificar como quilombola, e o quanto isso fortalece as lutas que a comunidade sempre teve que lutar. Assim como eles enfatizam, o futebol tem um papel fundamental nessa caminhada, que é longa, e que, por muitas vezes, é dolorosa, mas que sempre conseguiram ressignificar tudo, dando continuidade a uma luta que atravessa gerações.

O Botafoogo de Batoque possibilita que uma mesma família tenha todos os seus integrantes como membros do clube em algum momento da história. A família de Paulo Henrique, por exemplo, iniciou a participação na equipe com o seu bisavô, pai do Sr. Inácio Joana, e vai atravessando gerações de atletas, entre homens, mulheres e crianças, até chegar a seu sobrinho, Arthur, de 7 anos de idade, que já joga na escolinha de futsal do quilombo.

Figura 3 - Uma família de atletas do Botafogo de Batoque



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Essa integração familiar com o clube de futebol se estende para muitas outras famílias do quilombo, como é o caso da família do ex-jogador Deusimar (de boné, na figura 03), visto que sua família inteira é composta por pessoas que já jogaram ou ainda jogam na equipe. Iniciando por seu pai José, passa pela sua esposa Aurilene Cordeiro e chega aos seus filhos, Deilson e Denilson. Todos representados na imagem acima. Um retrato muito claro da conexão entre o quilombo e o Botafogo, que entrelaçou, junto a sua trajetória, a história das famílias. Os que vão chegando têm a referência presente dentro de casa, ou o pai, ou a mãe, ou o avô já foram jogadores do Botafogo em algum momento de suas vidas e continuam conectados ao clube como torcedores. As histórias do passado, contadas em rodas de conversas, em que os novos jogadores ouvem os grandes feitos de seus pais, dos títulos inesquecíveis, das partidas memoráveis, das viagens a outros lugares acompanhando a equipe, são uma simbiose cuja “tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos” (Hampaté-Bâ, 2010, p. 169).

Mulheres quilombolas no campo: o futebol como estratégia de resistência social

Assim como os membros da comunidade afirmam que o futebol masculino chegou ao Batoque na década de 1920, segundo os relatos dos mais antigos, a prática feminina também fincou raízes na comunidade. Isso ocorreu nos anos 90, justamente quando a categoria ainda buscava se consolidar em nível nacional. Uma demonstração clara de pioneirismo, que dialoga com o protagonismo da mulher quilombola e sua ancestralidade africana, divergindo da lógica eurocentrista que Oyewumí (2020) chama de “família nuclear”, centralizada na figura do homem. As mulheres do quilombo quiseram jogar futebol, tal qual os homens, e criaram o Botafofo do Batoque feminino.

Foi no início da década de 90 quando montaram a equipe. Como não era fácil encontrar outras mulheres para praticar junto com elas, tinham que jogar junto com os homens. Essas ausências ainda eram resquícios da proibição, aliadas a uma cultura misógina da sociedade brasileira. Em entrevista com Dona Antônia Rosa de Sousa, que hoje está com 50 anos de idade, ela lembra os primeiros anos que começou a se interessar em jogar bola, algo que ela percebia ser uma prática ligada ao universo masculino, mas que entendia que também poderia ser uma jogadora, assim como ela relatou:

A ideia de criar o time feminino começou desde a nossa infância, porque desde pequena a gente já gostava de futebol e a gente já começou a jogar junto com os meninos, que na verdade só eram três meninas, eu, a Lena e a Marli, que gostava de jogar com os meninos (Sousa, 2025).

Baseando-se na idade de Dona Antônia Rosa, a infância dela foi na década de 80, portanto, podemos constatar que suas primeiras atividades com bola, junto com suas duas amigas, são anteriores ao surgimento de uma equipe mais organizada. Nesse sentido, podemos colocá-las como as primeiras mulheres a jogarem futebol no quilombo, e que foram importantes para dar força à ideia de se organizar. Ela complementa: “quando a gente começou eram só essas três, mas depois outras começaram a gostar

de jogar futebol junto com a gente, aí começou, a partir daí começou o time feminino do Botafogo” (Sousa, 2025).

No mesmo período em que surgiu a equipe feminina do Botafogo, também surgiram outras na região próxima ao quilombo. Equipes de bairros ou de comunidades, assim como a do Batoque. Isso possibilitou que o time do quilombo pudesse jogar de forma regional, disputando jogos e fortalecendo a categoria, desafiando uma época em que o futebol feminino era visto com muito preconceito, fora dos limites do quilombo. Assim como reitera Dona Antônia Rosa:

Falando a respeito de gostar de jogar futebol, eu sempre gostei, e a reação das pessoas era muito preconceituosa, porque a gente era chamada de macho e fêmea, porque só algumas meninas gostavam de jogar junto com os meninos, do time masculino. Não era um esporte muito aceito para as meninas, porque, na verdade, antigamente as meninas só eram para estar lavando roupa, fazer as coisas de casa, mas nós gostávamos de jogar futebol, então nós pulávamos acima desse preconceito e toda tarde nós íamos jogar, era tarde, noite, junto com os meninos, não estava nem aí se fosse chamada de macho e fêmea (Sousa, 2025).

Falar sobre o que ocorre fora dos limites do quilombo não significa dizer que não existisse preconceito internamente. Alguns pais resistiram à ideia de ver suas filhas em campo, mas o peso da ancestralidade matriarcal servia como um contraponto, suavizando essa mentalidade em comparação ao cenário externo. O preconceito que se infiltrou no quilombo é fruto direto da colonização, que buscou apagar traços culturais originais. Apesar dessa invasão de valores europeus, a essência da comunidade resistiu, e essa força de preservação fica destacada quando analisamos a autonomia das mulheres no território.

Figura 4 - Botafo de Batoque feminino, início década de 90



Fonte: Acervo ARQUILOMB.

“Nosso time era um dos melhores, se não o melhor dessa região aqui” (Cordeiro, T., 2025). Essa é uma afirmação importante, pois demonstra o protagonismo das mulheres do quilombo e potencializa uma força que torna as atividades esportivas no quilombo sinônimo de excelência, e que segundo os próprios quilombolas tem a ver com identidade, assim como disse Teonília Cordeiro:

Uma parte importante da história do Botafo, onde a gente pode se orgulhar de dizer que tem o time feminino do Botafo de Batoque, tem o time feminino, tem o time principal e tem o time máster, que é o time dos de 40 anos. Nós temos todas as categorias pela paixão que se tem pelo futebol no Botafo, pela representatividade que o nosso time tem, porque é um patrimônio da comunidade. É parte da nossa história e é parte de quem somos, e ser quilombola para mim é um conjunto de um todo. É a minha história ancestral, as minhas origens, é de onde eu sou. É a minha relação de pertencimento com o meu território, com o Batoque, onde Batoque e eu pessoa somos um só, não há essa separação (Cordeiro, T., 2025).

Entendendo que o time feminino era tão importante para o quilombo quanto às outras modalidades, a comunidade foi cada vez mais apoiando suas atividades. Membros da equipe masculina passaram a ajudá-las nos

treinamentos, inscrevê-las em competições regionais e promover competições dentro do quilombo. A hegemonia familiar no quilombo faz com que pessoas muito próximas de parentesco se misturem nas atividades, quebrando aquilo que a família tradicional entende por hierarquia. Por exemplo, o primeiro treinador do time feminino é sobrinho da primeira jogadora, e o segundo treinador é irmão de outra jogadora. Assim foi se construindo a estrutura de convivência no quilombo, onde todos têm sua importância, quebrando barreiras que a sociedade patriarcal engessou, sendo forte em sua complexidade.

Sempre presente nos jogos da equipe masculina, Dona Antônia Rosa não apenas torce, mas orienta os jogadores com a autoridade de quem conhece o jogo. Esse saber foi construído na observação em acompanhar os treinamentos dos meninos, ela absorveu táticas que mais tarde aplicaria em suas próprias práticas. Essa intersecção de saberes traduz o que Nêgo Bispo chamaria de confluência, uma troca viva e contínua entre os membros da comunidade (Santos, 2015).

Em relação à questão de pertencimento, de se sentir parte de um universo que a sociedade indica que não é seu lugar, é preciso ser forte e determinada. As mulheres que se colocaram como protagonistas tiveram que enfrentar todas as barreiras impostas. Aurilene da Silva Cordeiro, 39 anos de idade, que jogou no Botafogo ainda no final dos anos 90, relata que havia sim muitos pais que não permitiam suas filhas jogarem, mas que a força da comunidade apoiando, fazia que eles mudassem de ideia, e passaram a apoiar também. Sobre serem desrespeitadas em campo, ela diz não lembrar muito bem na sua época, mas que sabe que as jogadoras mais recentes já passaram por situações constrangedoras. Todavia, o que ela tem mesmo guardado na lembrança são os momentos de ansiedade que antecederiam cada partida, que quando elas se juntavam um dia antes dos jogos, era o único assunto da roda. “Pode se dizer que foi o melhor tempo da vida da gente, foi esse tempo aí” (Cordeiro, A., 2025). Uma sensação de pertencimento, de também ser Botafogo, de viver aqueles momentos que antecederam as partidas, de poder ver seus familiares torcerem por ela na beira do campo. Sobre viver essa experiência de ser jogadora de futebol no quilombo, Aurilene Cordeiro acrescenta:

E eu tinha oito anos, quando comecei a jogar. Por mais que a gente veja que alguns dos meninos não apoiam, mas a gente tinha muito orgulho de entrar em campo e usar a camisa do Botafogo e dizer que era a equipe do Botafogo do Batoque, que era uma honra, uma sensação maravilhosa que a gente tinha. A gente jogava com orgulho e tudo, e se sentia mesmo o fogão. Era uma rotina para nós jogar essas coisas. Era um momento que a gente esperava, ansiosa, que chegasse à tarde, que era a hora da gente se encontrar, todo mundo junto, para poder fazer aquela partida, ter aquele racha, como eu dizia antigamente. E era uma coisa que era muito boa. A gente se sentia bem, se sentia livre (Cordeiro, A., 2025).

O futebol atravessa gerações na família de Aurilene Cordeiro. Seus filhos e o esposo jogam regularmente, enquanto seu sogro já atuou como jogador e treinador do Botafogo. Essa herança vem de berço, já que seu pai, José Leão, também foi atleta, assim como seus irmãos e irmãs. Na Figura 3, onde aparece ao centro, fica nítida a conexão profunda e inegável entre Aurilene Cordeiro e a história do clube.

Figura 5 - Troféu de campeãs de um torneio disputado em uma localidade vizinha, em 2023



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Dentro da galeria do clube, estão inclusos os troféus de todas as categorias. Uma parte deles foi conquistada pela equipe feminina. Quando fui visitar o acervo, umas das atuais jogadoras da equipe, Vladianne da Silva, pediu que, se caso fôssemos expor algum dos troféus do time feminino na pesquisa, deveria ser o único que tem a representação de uma mulher. Todos os outros que elas conquistaram são figurados por representações masculinas. Isso reflete a estrutura do universo futebolístico, moldado para os homens. A proporção dos troféus também obedece a uma lógica preconceituosa, pois os que são disputados pelas equipes femininas, na maioria das vezes, são bem menores que os disputados pelas masculinas.

No quilombo já está surgindo uma nova geração de jogadoras, que se dividem entre o jogo de futebol, futsal, e o queimado. Todos muito bem organizados, com treinamentos semanais, participação em jogos e competições. Essas jogadoras também dividem seu tempo com outras atividades desenvolvidas pelo quilombo, como capoeira, dança, e muitas delas também praticam cavalgada, costume advindo de uma forte cultura presente no quilombo.

Considerações finais

Em busca por construir um caminho de compreensão dessa relação futebol e quilombo, na comunidade de Batoque, embarcamos nas memórias dos entrevistados para dentro dessa história. Mediante detalhes importantes, conseguimos compreender o quanto o futebol foi significativo para a relação de afeto da comunidade, e um símbolo de união, compreendendo o porquê de o Botafogo, em todos os momentos de sua história, ter sido e ainda ser um instrumento de defesa do quilombo, e também uma representação de sua grandeza.

O Botafogo do Batoque representa muita coisa importante para o seu quilombo, e era necessário entender e relatar cada uma delas. Foi na força da oralidade em que me ancorarei e que pude trazer para esse artigo a memória do quilombo de Batoque através do futebol. Que ele seja um instrumento de contribuição na luta pelos direitos do povo quilombola, ajudando a mostrar a sua força identitária e a maneira como conseguem

ressignificar tudo que absorvem, confluindo com os seus costumes e sua cultura. O futebol no quilombo passou por essa ressignificação e hoje é considerado um dos seus principais instrumentos de identidade.

O esporte é uma força dentro do quilombo, representado por várias modalidades para além do futebol, como: vôlei, futsal, atletismo, cavalgada, queimado e capoeira, e que precisam ser incentivados por políticas públicas, ajudando a solidificar, cada vez mais, essas iniciativas. O Botafo de Batoque, em todas as suas categorias, é sinônimo de resistência e representatividade, principalmente a equipe feminina, que está entre as poucas equipes quilombolas do Estado e que já disputou, junto com a masculina, competições em nível nacional, realizada no ano de 2024, apenas para equipes vinda dos quilombos. Fica evidente a importância de incentivar a permanência da prática esportiva dentro do quilombo, e também a preservação de sua memória, para que possa incentivar as gerações que estão por vir.

Referências

CORDEIRO, Joseli do Nascimento. *Comunidade quilombola de Batoque: entre identidades e memórias, conta-se a história*. 2016. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2016.

CORDEIRO, Joseli do Nascimento. *Quilombo de Batoque: memórias de resistências afropindorâmicas*. 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2024.

CORDEIRO, Joseli. *Entrevista ao Canal Dragão do Mar*. Fortaleza: Canal Dragão do Mar, 10 ago. 2024. 1 vídeo (1 h 29 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5NcpqCUAnPY>. Acesso em: 13 jan. 2026.

HAMPÂTÊ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África I: metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, p. 167-212, 2010.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

No Ceará tem disso sim!: trajetórias de quilombolas do Ceará: estudos sobre os quilombos do Batoque (Pacujá) e do Cumbe (Aracati). Participação de João do Cumbe e Renato Jacques de Brito Veiga. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 110-128, 2020.

SALES, Telma Bessa; FREITAS, Antonio Jerfson Lins de (org.). *História oral: diálogos com a obra de Alessandro Portelli no Brasil*. Sobral: Sertão Cult, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI; UnB, 2015.

Fontes orais

CORDEIRO, Aurilene da Silva. *Aurilene da Silva Cordeiro*: depoimento [dez. 2025]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2025.

CORDEIRO, Francisco Reginaldo. *Francisco Reginaldo Cordeiro*: depoimento [nov. 2025]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2025.

CORDEIRO, João Francisco. *João Francisco Cordeiro*: depoimento [mar. 2021]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2021.

CORDEIRO, João Francisco. *João Francisco Cordeiro*: depoimento [nov. 2025]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2025.

CORDEIRO, Teonília do Nascimento. *Teonília do Nascimento Cordeiro*: depoimento [nov. 2025]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2025.

NASCIMENTO, Inácio Raimundo do. *Inácio Raimundo do Nascimento*: depoimento [ago. 2025]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2025.

SILVA, Paulo Henrique Sousa da. *Paulo Henrique Sousa da Silva*: depoimento [nov. 2025]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2025.

SOUSA, Antônia Rosa de. *Antônia Rosa de Sousa*: depoimento [dez. 2025]. Entrevistador: Luiz Carlos da C. Lima. Batoque, 2025.



“Sempre tiveram mais força”: Protagonismo feminino indígena nos processos de emergência étnica dos Tabajara e Kalabaça de Poranga-CE (1990-2020)

Vinícius Chaves Almeida

Resumo: A pesquisa investiga a emergência étnica das etnias Tabajara e Kalabaça em Poranga-CE (1990-2020), destacando o protagonismo feminino indígena na organização comunitária. Lideranças como Tia Ray, Leuda Tabajara, Eliane Tabajara e Aruena Tabajara impulsionaram a mobilização, ao lado da freira belga Margareth Malfliet. O estudo analisa estratégias como oralidades, engajamento religioso e retomada de territórios tradicionais. Utilizando fontes como o museu Oca da Memória e documentos das associações indígenas, a pesquisa dialoga com perspectivas feministas e a luta indígena no Brasil e América Latina.

Palavras-chave: Emergência étnica; Tabajara e Kalabaça; Poranga-CE; protagonismo feminino indígena.

Introdução

Em 1989, um ano depois da promulgação da mais recente Constituição nacional que garantia o direito dos povos originários brasileiros¹, foi organizada em Altamira, no Pará, uma audiência pública sobre a implementação da usina hidrelétrica de Belo Monte.² Entre figuras públicas e lideranças indígenas de povos que habitavam a região que seria alagada pela construção da represa, os debates se voltavam a resoluções que objetivavam a realocação de comunidades tradicionais de seus territórios ancestrais a outras terras fora do alcance da área devastada pelo lago artificial gerado pela usina.

Inesperadamente, uma figura surge em meio a diversos representantes e se direciona à mesa de autoridades, observa o diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes³, saca seu facão e pressiona a bochecha do diretor com uma das faces da ferramenta. Entre o estourar dos flashes das câmeras e a reação do engenheiro José Antônio Lopes, ali ficava registrado um dos mais emblemáticos símbolos iconográficos da luta indígena do país, que circulou o mundo como denúncia do desrespeito às nações do baixo Xingu e da continuidade das violações de direitos por parte de ações do estado brasileiro.

A figura citada anteriormente se trata de Tuíra⁴ (1969-2024), mulher da nação *Mëbêngôkre*⁵, que décadas seguintes tem o simbolismo da sua ação resgatada na internet de forma frequente em postagens nas redes

-
- 1 Nos referimos aqui à Constituição Federal de 1988, o capítulo VIII “Dos Índios” e os artigos 231 e 232 que garantem o direito dos povos indígenas às terras e ao seu modo de vida ancestral (Brasil, p.133-134, 1988 [2016]). O destaque da CF 88 é o desmonte do caráter assimilacionista ou etnocida presentes em cartas antecessoras.
 - 2 A UHE Belo Monte está localizada no estado do Pará, compreendendo os territórios dos municípios de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio.
 - 3 José Antônio Muniz Lopes, engenheiro elétrico maranhense, ocupou cargos de gestão na Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, de 1985 a 1990. Atualmente a Eletronorte é uma subsidiária da Eletrobras, privatizada em 2022.
 - 4 Tuíra, ou Tuíre, foi uma liderança indígena do povo *Mëbêngôkre*. Ativista ambiental e símbolo da resistência originária, foi fator de maior abertura das posições de liderança dentro de comunidades indígenas na região.
 - 5 *Mëbêngôkre* ([mëbeŋo'kre] *Mêm-ben-gô-kré*) é o endônimo utilizado por povos denominados pelos exônimos Kayapó e Xikrin, ambos, povos do tronco Macro-Jê para se designar. Tuíra é uma mulher Kayapó, embora a utilização do termo Kayapó não esteja incorreta neste contexto, utilizamos a grafia *Mëbêngôkre* com o objetivo de estar em ressonância com a autodenominação destes povos.

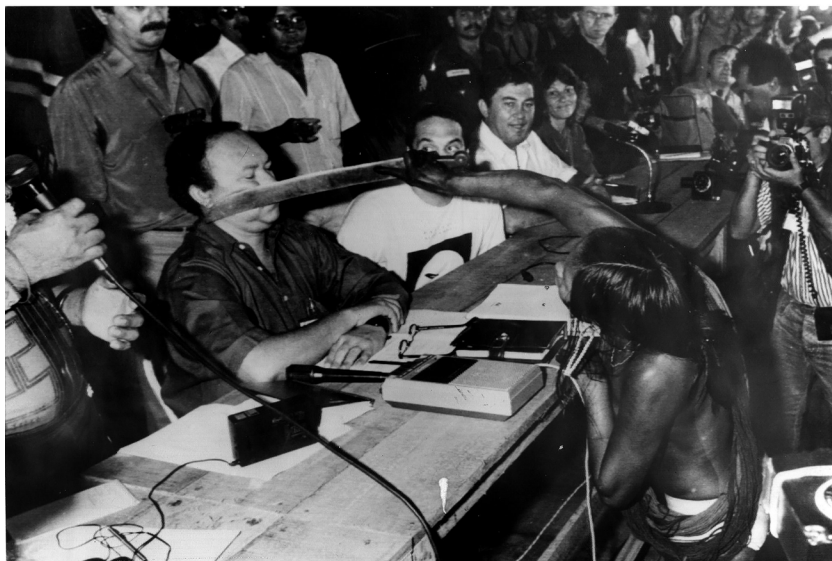
sociais e veículos jornalísticos para reforçar os discursos da potência da resistência indígena em meio à barbárie colonizadora. Seu simbolismo é reforçado a partir da centralidade de uma mulher indígena à frente de um potente ato político como este e os múltiplos sentidos desenvolvidos sob o olhar da fotografia e a conscientização a partir de um retrato da dura realidade das vivências indígenas. Sentidos e significados esses explorados pelo olhar afiado de Susan Sontag e seu pensamento acerca dos simbolismos edificadas pela fotografia (Serelle, 2015, p. 65).

É nesta variabilidade de noções envolvendo um fragmento iconográfico que podemos expandir os sentidos e significados citados anteriormente. O pressionar da bochecha de José Antônio pela ponta do facão de Tuíra pode elucidar o caráter guerreiro das ações indígenas de resistência frente ao avanço desenfreado das organizações não indígenas sobre as formas tradicionais e ancestrais de existir ou/e podemos focar na força de uma mulher indígena diante das múltiplas formas de violência, que partem de forças colonizadoras e patriarcais, sobre o mundo dos povos originário e das mulheres indígenas.

Em meio à multiplicidade de simbolismos e discursos citados no trecho anterior, podemos invocar mais um sentido. Trata-se da representação de uma normalidade patriarcal, centrada na colonialidade e na modernidade capitalista, como discute Quijano (2005). Essa normalidade insiste em modos de vida baseados na incessante produção e no consumo de bens a partir de recursos finitos, em um planeta cuja natureza foi profundamente alterada por ações humanas a ponto de se considerar a concepção de uma nova era geológica: o Antropoceno (Ferreira, 2017, p. 178).

Essa lógica, entretanto, é confrontada por uma alternativa resistente à vida, existente desde antes da criação do sistema político e social que conhecemos. Trata-se de uma forma de existência que, com coragem, se contrapõe à barbárie das ações colonialistas e capitalistas, bem como à subjugação de gênero baseada no patriarcado. Tal resistência é simbolizada pela empunhadura de um facão, representada por uma liderança feminina *Mêbêngôkre* da bacia do Xingu.

Figura 1 – Tuíra “ameaça” com um facão o então presidente da Eletronorte,
José Antonio Muniz Lopes



Fonte: Protássio Nêne/Estadão, 1989.

É no terreno simbólico que encontramos suplementos para agir na realidade. É hora de ouvir e agir como Tuíra, como mulheres indígenas e/ou de outras organizações opostas à normalidade capitalista e patriarcal para produzir modos de viver que condizem com o respeito à vida e permitam a continuidade no planeta terra. Nesta pesquisa, acreditamos ser fundamental ouvir as mulheres, não no sentido banal desta frase ou no emprego desta por dispositivos repressivos do patriarcado na perspectiva de só considerar válida a experiência feminina quando ela parte das reações pessoais,⁶ mas ouvi-las num amplo e pleno.

6 Esta última forma deve ser combatida na sua raiz, a partir do momento que ela intensifica a maternidade compulsória e sequestra seu sentido político da experiência das mulheres e pessoas com útero. Utilizando as perspectivas de Gleidiane Ferreira na análise das ações do coletivo *Mujeres Creando* (2018, p.138), a própria *Pachamama*, divindade andina que conecta a técnica e a experiência humana à natureza, tem seus sentidos esvaziados pela opressão colonial, patriarcal e são retiradas as possibilidades de leituras e vivências atreladas à luta feminista. Empregar o uso de sentidos maternos e representações femininas aos ideais de nacionalismos também deve ser alvo das lentes problematizantes forjadas aqui. O uso de mulheres em personificações de nações por países que reprimiram violentamente o sufrágio feminino proibiam os direitos reprodutivos e colocavam seus corpos e vivências sobre o controle dos homens através da hierarquização patriarcal é uma das contradições das sociedades geradas pelo sistema colonial-moderno-patriarcal. Não adianta *Marianne* ou a *Mãe-Pátria* de 85 metros em Volgogrado “guiar o povo para a liberdade” se não há conformidade com a equidade de gênero e a luta feminista, liberdade para quem?

Ouvir, ver e aprender com a organização de mulheres, nos dão uma dimensão de práticas inovadoras no campo político e social partindo das observações de alguns exemplos da realidade, como as organizações autonomistas das indígenas zapatistas na EZLN em Chiapas, México (Nascimento, 2012, p.6-9); das mulheres Curdas em Rojava, Síria; do coletivo *Mujeres Creando*, na Bolívia (Ferreira, 2014); da persistência da Cacique Pequena,⁷ no Ceará, e como será abordado neste trabalho, das mulheres Tabajaras e Kalabaças, de Poranga, que organizaram estratégias para a edificação do processo de emergência étnica no município.

É com esta linha de ação – ouvir, ver e aprender com a estruturação de suas ações políticas – que este trabalho se desenvolve. A proposta apresentada aqui explana o impacto das ações de mulheres indígenas das etnias Kalabaça e Tabajara na construção e fortalecimento dos processos de emergência étnica desses povos durante o período de 1990 a 2020 no município de Poranga-CE, localizado no Sertão de Crateús, a 348 km de Fortaleza, faz fronteira ao oeste com o Piauí e atualmente conta com 60% de seu território dentro da área de litígio entre os dois estados.

Para realizar este recorte, devemos iniciar a compreensão da conjuntura na qual se inserem as lutas das mulheres indígenas de Poranga: os processos de emergência étnica (Arruti, 1995), este que, por sua vez, também é sinônimo para Etnogênese e ganha outros nomes a partir dos contextos em que estão inseridos. A escolha para emergência étnica como um dos elementos deste trabalho é que esta é usada por Arruti (1995) para descrever os fenômenos de etnogênese no Nordeste. Além disso, o termo tem uma polissemia poética, ao considerarmos os contextos de “emergência” em que os indígenas brasileiros vivem. Este complexo de dinâmicas de lutas, políticas, culturas e afloramentos de etnias se fortaleceram a partir da segunda metade do século XX e foram cruciais no reaparecimento de etnias indígenas no nordeste, com destaque no estado do Ceará. A partir das definições de Arruti (2006, p.50), entendemos como emergência étnica os “reaparecimentos” de etnias injustamente declaradas como extintas a partir da autodeclaração de sua etnicidade e do reconhecimento de identidades, vivências e territorialidades atrelados a sua ancestralidade.

7 Considerada a primeira mulher cacique do Brasil e atual liderança do povo Jenipapo-Kanindé de Aquiraz (Vieira, 2019).

No caso dos processos de emergência étnica em Poranga, uma característica se destaca: a atuação de mulheres na articulação das múltiplas formas de luta. Essa característica não se configura como uma temática extra ao se analisar o movimento, mas como uma característica fundamental da sua formação e articulação. Frente às condições de opressão, as mulheres indígenas montaram mecanismos de resistência, e como cita a liderança histórica Kalabaça Tia Ray (2023), “elas sempre tiveram mais força”.

Para explorar esta questão, trabalhamos com as seguintes fontes históricas: os escritos da freira belga Margaret Malfliet; o acervo do museu da comunidade, chamado Oca da Memória; documentos orais, através de 4 entrevistadas: tia Ray, Leuda Tabajara, Eliane Tabajara e Aruena Tabajara. Contamos também com entrevistas feitas por outros pesquisadores e que se encontram publicamente disponíveis; documentos impressos produzidos pelas próprias associações e organizações políticas dos Tabajara e Kalabaça e livros de história local. Buscamos assim contextualizar e dialogar com perspectivas com perspectivas feministas comunitárias e com os protagonismos indígenas femininos no Ceará, Nordeste, Brasil e América Latina.

Em estado de emergência étnica: a particularidade cearense nos processos de etnogênese no atual nordeste brasileiro do século XX

Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribus de Tabajaras, Cariris e Potiguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba, que os Jesuítas no princípio do século passado formaram em Villa Viçosa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Benedicto com os índios chamados Camussis, Anacaz, Ararius e Acaracú, todos da grande família Tabajara [...] (Silva, 2011 apud Antunes, 2012, p. 12).

O trecho anterior analisa um relatório provincial de 1863, que afirmava a extinção da presença indígena no Ceará devido à assimilação cultural e à migração. Ao pensar a luta de mulheres Tabajaras e Kalabaças na cons-

trução dos mecanismos de resistência da comunidade, também pensamos na luta contra um projeto histórico de apagamento e negacionismo⁸ de suas existências e resistências. Como explorado anteriormente, entendemos o fenômeno da emergência étnica, descrito por Arruti (1995), como o “reaparecimento” de etnias dadas como extintas pelas forças do Estado. Fenômeno proeminente no Nordeste na primeira metade do século XX, e com destaque, no estado do Ceará na segunda metade do mesmo século.

A emergência étnica das populações indígenas no Ceará foi um processo longo e desafiador, atravessando mais de um século até o reconhecimento oficial de sua existência. O relatório provincial analisado por Tician Antunes (2012, p. 12-15) sustentava que os povos indígenas do Estado haviam sido completamente assimilados à sociedade imperial ou migrado para outros territórios. Essa tese fundamentou a invisibilização dos indígenas e legitimou políticas de apagamento identitário. Apenas em 2012, após reivindicações e mobilizações, a Assembleia Legislativa do Ceará reconheceu oficialmente a presença indígena no estado.

Desde os anos 1970, diversas etnias protagonizaram processos de etnogênese e lutaram pela retomada de territórios e direitos, com destaque para o povo Tremembé de Almofala, em Itarema-CE. As décadas de 1980 e 1990 marcaram o surgimento de associações indígenas e alianças estratégicas com setores da Igreja Católica, especialmente por meio da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Lideranças religiosas, como Dom Frágoso, e missionários engajados enfrentaram conflitos e ameaças ao lado dos indígenas, consolidando uma rede de apoio político e social. Como destaca Pinheiro (2012, p. 111), essa militância religiosa engajada, próxima das problemáticas sociais, foram fundamentais para a luta indígena no Ceará e fator para o reconhecido destaque nos processos de emergência étnica frente a outros estados da região.

As reivindicações indígenas avançaram, mas ainda enfrentam desafios. Conquistas como a educação diferenciada e a saúde indígena representaram passos importantes, mas a principal demanda – o direito à terra – continua sendo uma luta essencial para a preservação das tradições e

8 NASCIMENTO, Francisco Joedson da Silva. Presença, silenciamento e aparecimento político dos povos indígenas no Ceará. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 2, p. 82-96, jul.-dez. 2022.

modos de vida indígenas. Esse contexto reflete o conceito de “resistência adaptativa” (Stern, 1987 *apud* Almeida, 2010), que demonstra como os povos indígenas desenvolveram estratégias para sobreviver, se adaptar e fortalecer sua identidade ao longo dos séculos.

Mobilizações das mulheres Tabajara e Kalabaça para fomento da emergência étnica em Poranga-CE através de oralidades e memórias

Uma das características observadas na edificação da emergência étnica dos Tabajara e Kalabaça de Poranga e que os distingue de outros processos na região é o fato de que os quadros de mobilização em frentes pela educação, saúde, terra e etnicidade indígena no município são ocupados quase integralmente por mulheres. O cultivo de um movimento durante a segunda metade do século XX que criou raízes profundas no presente.

Em 1964, a Diocese de Crateús foi criada a partir do desmembramento da Diocese de Sobral, abrangendo municípios do sertão de Crateús. Para sua gerência, foi designado o bispo Dom Antônio Batista Fragoso, que rejeitou privilégios e direcionou sua atuação para a população mais pobre, consolidando a Igreja Popular na região. A Diocese impulsionou a criação de sindicatos, pastorais e, principalmente, de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que combinavam reflexão bíblica e ativismo social (Pinheiro, 2012, p. 112).

Essas iniciativas fortaleceram a consciência política das comunidades e foram fundamentais para a mobilização social em Poranga, onde a freira belga Margaret Malfliet teve um papel central. Chegando a Crateús na década de 1970 para atuar como secretária na Diocese, Margaret identificou semelhanças culturais entre os moradores do bairro Jardim das Oliveiras e os povos indígenas Myky da Amazônia mato-grossense, com quem havia trabalhado, incentivando a partir disso a pesquisa sobre ancestralidade. Junto às CEBs e às Pastorais, ela ajudou a organizar a Pastoral Indígena, que contribuiu para o reconhecimento da identidade indígena local, fortalecendo a luta dos Tabajara e Kalabaça por direitos e visibilidade (Silva, 2013, p. 77). Margaret é o núcleo das discussões e ações em torno do de-

envolvimento das etnias e identidades Tabajara e Kalabaça, segundo as falas das próprias indígenas em Poranga.

Chegando em Crateús em 1977, os amigos de Recife me disseram: “como é que você, Margaret, com tanta sensibilidade para os indígenas vai logo para o estado brasileiro onde não existem mais índios?” Iniciou-se uma lenta descoberta... Na Irmandade do Servo Sofredor, que nasceu na grande seca (1979 a 1983) graças à iniciativa de Padre Alfredinho, nós trabalhávamos principalmente com o povo mais sofrido (afro-indígenas) (Malfliet, 2009, p. 422).

É perceptível a construção de hierarquias na cidade neste período citado, partindo da análise das relações sociais constituídas entre os moradores dos bairros mais centrais com o bairro Jardim das Oliveiras. Os habitantes deste último foram pejorativamente chamados de *bofadas*⁹ por habitantes que ocupavam a centralidade do espaço sócio-geográfico da sede municipal. Eliane Tabajara, professora indígena, liderança na Aldeia Cajueiro e vereadora do município de Poranga (legislatura 2025-2028), destaca a distinção dos moradores dos Jardins das Oliveiras: “[...] nosso bairro sempre teve uma característica nossa, né? A gente sempre foi discriminado, era... chamavam de “Gonçalo” e chamavam de “bofada”, né? [...]” (Tabajara, 2023).

Entre as diversas colaboradoras do projeto de fortalecimento da etnicidade no município devemos destacar as ações da professora Leuda Tabajara, professora da Escola Indígena Jardim das Oliveiras e coordenadora do Museu Oca da Memória, e após ser incentivada por Margaret Malfliet, iniciou pesquisas a partir desta *distinção* dos moradores do bairro Jardim das Oliveiras centrada na ancestralidade indígena com uma turma de EJA criada na comunidade. Leuda destaca o insucesso nas primeiras tentativas de convencer a comunidade de sua herança indígena, mas foi a partir de trocas com outros povos, como os Tremembé, com destaque para o pajé Luís Caboclo,

9 Eliane destaca que o termo se refere a um aspecto de desigualdade na aquisição de gêneros alimentícios. Pelo elevado valor dos cortes de carnes no mercado local, se tinha como alternativa o consumo dos *bofes* (intestinos, estômago, pulmão e fígado bovinos, caprinos e ovinos). Neste contexto, o termo se originou entre moradores de bairros mais centrais e disseminou-se no ambiente escolar que eram compartilhados por crianças de todos os bairros.

que foi perceptível os progressos no fortalecimento da identidade dos Tabajara e Kalabaça em Poranga.

Aí eles vieram na escola e identificaram *tudim*, que eu não sei como era, eles têm lá o segredo do pajé e aí eles descobriram que aqui antigamente era um cemitério e aí a gente foi (pesquisar). Quando chegamos lá na finada Ana Maria, chegamos e ela falou: “você já estão aqui de novo? Pois já podem entrar pra dentro”, aí o Pajé (Luís Caboclo) disse: “Dona Ana” - aí se apresentou e disse quem ele era e perguntou: “a senhora é índia?”, e ela disse: “Deus me livre meu filho, não sou não. Eu tenho medo desse nome.”, aí ele falou assim: “eu também não. Também não sou índio não. Eu sou descendente de um povo que vive da caça, da pesca, do cultivo da mandioca, da agricultura, da cura através das plantas, das benzedeiras, das parteiras, das contações de história, das debulhas de feijão, das Festas Juninas, nas fogueiras, da partilha do beiju na Semana Santa; eu sou descendente de um povo que para cortar os cabelos precisa de que a Lua esteja boa, que as mulheres não se sentam nas portas dia de sexta-feira, nem na boca de pilão... aí ele contou toda uma história, quando ele terminou, ela disse: eu também sou é desse povo aí” (Tabajara, 2023).

Junto de Leuda, tia Ray é outra figura que se destaca nas ações de fortalecimento da etnicidade e compreensão coletiva de identidade indígena no município a partir do bairro Jardim das Oliveiras. Liderança Kalabaça histórica, historiadora formada pela UECE, atuou na educação básica em São Paulo desenvolvendo diversos projetos educacionais centrados em cultura indígena, utilizou sua experiência em contextos educacionais e a relação profunda com sua própria ancestralidade para ingressar na luta pelos direitos indígenas dos Tabajara e Kalabaça junto de Ir. Margaret.

Um dia uma menina chegou lá em casa, tava fazendo aquele curso [...] curso de Pedagogia, aí ela perguntou para mim, com uma folha em branco e uma caneta na mão: “tia Ray, diga aí o que é ser índio”; aí eu disse assim: **“ser índio é você se assumir etnicamente, buscando a sua história”**; aí ela: “ué”, [risos] e eu vou dizer mais o que? Busque a sua História,

busque seus troncos velhos - que para nós são os troncos velhos - busque com eles: seu avô, seu bisavô, se você tiver, que vai contar a história e a história não vai mudar nunca! Você pode até achar que não é indígena, mas busque fundo a fundo e veja como você é indígena (Tabajara, 2023, grifos nossos).

Memória e pesquisa histórica aparecem assim sendo utilizadas como “arma” frente à opressão imposta às formas de viver dos Tabajara e Kalabaça de Poranga. Com a investigação da ancestralidade contida na oralidade dos mais velhos e vivências da comunidade que estão atreladas aos modos originários de se viver, denominadas de *circuitos de pesquisa* pelo antropólogo Bruno Ronald Silva (2013), pode-se trabalhar em um projeto político emancipador em relação às disputas de poder no município e o empoderamento da comunidade frente à diversidade de formas de opressão e hierarquização.

Esse modelo de organização política foi empreendido por mulheres indígenas que se engajaram na institucionalização e criação de espaços que pudessem acolher a comunidade vítima dos sistemas opressivos citados anteriormente. Para as violências direcionadas aos indígenas nas escolas regulares, foi criada uma escola diferenciada que valorizava as raízes e sabedorias ancestrais; para lutar contra repressões partindo dos próprios órgãos do estado no âmbito jurídico, foi fundado o Conselho Indígena de Poranga - CIPO; para preservar a história e memória, usá-la como combustível de luta e garantir a continuidade às novas gerações, foi fundada a Oca da Memória através do *Projeto Historiando*¹⁰; e para a recuperação dos territórios de ocupação ancestral dos Tabajara e Kalabaças da especulação fundiária e grilagem, foram empreendidas as lutas de ocupação dos territórios que hoje compreendem as Aldeias Imburana e Cajueiro.

10 O *Projeto Historiando* (Gomes; Vieira Neto, 2009) atuou, de 2002 a 2008, em ações conjuntas com comunidades indígenas, como a realização de atividades educativo-culturais e no assessoramento da construção de museus comunitários. No ano de 2007 foi criado o projeto “Emergência étnica: índios, negros e quilombolas construindo seus lugares de memória no Ceará”, com financiamento da Secult-CE e execução do Museu do Ceará e o IMOPEC (Instituto da Memória do Povo Cearense), buscando a construção de museus comunitários nos territórios indígenas a partir do diálogo com as próprias comunidades, em um sentido de gestão democrática desses espaços. Durante os anos de 2007 a 2008 ainda foram construídas publicações como parte das atividades do projeto, uma delas, Na mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará (2009), organizado por Estevão Palitot, dedicado à temática indígena e referenciado neste trabalho.

A atuação de mulheres indígenas nesses contextos alcançou um alto grau de protagonismo dentro da organização da luta indígena, que originou outra instituição política dentro das dinâmicas de lutas dos indígenas de Poranga, a *Articulação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça de Poranga-CE na Aldeia Imburana - AMITIK*, em 2007. Essas ações mostram, mais uma vez, o desempenho ativo de articulações para alcançar os objetivos de suas reivindicações enquanto povo e enquanto mulheres, fortalecendo o reconhecimento da etnicidade frente à sociedade.

Como se pode observar nos trechos anteriores, em face de toda a condição de opressão, construíam-se métodos de resistência. Ao analisarmos a variedade de ações da atuação política dos Tabajara e Kalabaça citados anteriormente, destaca-se a mobilização pela terra. Tema principal na Constituição de 1988, a terra é o espaço de possibilidades para a continuidade dos modos de vida ancestral; é espaço sagrado e garantia de permanência de práticas culturais mesmo sob o ataque e o avanço de forças antagônicas ao viver e existir indígena.

Eliane Tabajara conta sobre uma série de pesquisas realizadas nos territórios de ocupação por povos originários em Poranga que ficaram sob domínio de elites fundiárias e políticas do município. Nestas pesquisas empregadas pela vereadora, o maior destaque vai para os processos que envolvem os territórios da aldeia Cajueiro, que ficaram sob controle da Agropecuária Pinho - Agropinho S/A, uma indústria de criação de gado para corte, fundada com recursos da SUDENE¹¹ por uma dinastia política que imperava no município desde a primeira legislatura até os anos 2000: a família Pinho (Silva, 2013, p. 154).

[...] vendia um pedacinho de terra, pro Eufrasino Neto, que na época era deputado e quando ia cercar, cercava um montante. Só sei que chegou a isso, né? Quase 5.000 hectares e nesse território aqui eles implantaram uma fazenda chamada Agropinho. Tinha muitas árvores nativas aqui que eles derrubaram, as árvores, pra plantar algaroba, pra poder dar ao gado. Era um projeto mi, bilionário. Eles traziam gado Nelore e aqui era cheio, ninguém podia criar nada, nenhum

11 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. É um órgão federal de financiamento de projetos de desenvolvimento na região Nordeste fundado em 1959.

tipo de animal. Mas aqui eles implantaram uma escola, para as famílias que trabalhavam aqui, né, tinham serviço para as famílias, mas as pessoas trabalhavam por necessidade [...] (Tabajara, 2023).

A Agropinho, idealizada e constituída por iniciativa do prefeito Abdoral Pinho e do deputado estadual Eufrasino de Pinho durante a década de 1970, tinha instalações robustas, como galpões, casas de máquinas, pousada, pista de pouso na sede do município e um pequeno sistema de trilhos dentro das fazendas de criação. Lentamente, a empresa foi ocupando e expulsando habitantes através de compra, especulação e grilagem de territórios do oeste do município, em uma região que concentra mata de caatinga e carrasco. Esse território estava relacionado a vivências ambientais e sociais, popularmente chamadas de *macambira*.

Em 2005, a Agropinho encerrou oficialmente suas atividades. Segundo Bruno Ronald Silva (2013, p. 156), até 1995 foram investidos 3 milhões de reais pagos em diversas parcelas. O acúmulo de dívidas, a má administração, as mudanças constantes de diretores minaram a estabilidade da empresa, que pediu recuperação judicial e entrou em processo de falência. Eliane relata que era comum a prática de transportar gado do Piauí para soltar no pasto quando a fiscalização da SUDENE marcava visita ao empreendimento, visto que a empresa não cumpria sua real função (criação de gado para corte e reprodução). Após a ida da fiscalização o gado era movido para outro local. Eliane destaca:

E algumas famílias indígenas que moravam aqui, saíram daqui, abandonaram aqui, deixaram de morar aqui, mas ficavam sempre de olho. Sempre acompanhando de longe como estava sendo conduzido o território. Às vezes eles vinham caçar escondido aqui (aldeia cajueiro) e eu peguei muito depoimento. Eles diziam que tinha um senhor que morava aqui, que até já morreu. Ele adoeceu e levaram para Fortaleza e ele acabou não resistindo... de câncer nos ossos. E aí tem um depoimento dele dizendo: “Eliane, eu entrava no trator” -ele era o tratorista, ele entrava no trator para derrubar as árvores. Era ele derrubando e as lágrimas descendo, chorando. Ele me contando, e chorando. E aí saía porque

as abelhas começavam a invadir, aí passava um tempo, pra matar as abelhas e continuar o trabalho. Aí ele dizia: “Eliane, meu maior sofrimento e desgosto da minha vida foi ter feito esse trabalho, porque eu tava derrubando uma vida, uma vida que Deus tinha colocado ali e nós não queríamos”. Como ele tinha filhos, ele tinha que alimentar. Ele não tinha como trabalhar mais, porque ele teve que sair daqui, mas teve que retornar para fazer esse serviço e para poder alimentar a sua família (Tabajara, 2023).

O êxodo das famílias indígenas em Poranga esteve diretamente ligado à degradação ambiental promovida pela Agropinho, que transformou a paisagem e impactou a economia local. As pesquisas de Eliane Tabajara registraram relatos sobre vastas faixas de mata e árvores de grande porte que existiam na região de Macambira, próxima à aldeia Cajueiro, antes do avanço da exploração econômica. Além do deslocamento forçado, os indígenas enfrentaram cercamentos de terra, opressões e ameaças a professores, religiosos e sindicalistas, especialmente contra o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Poranga. Desde os anos 1970, a resistência indígena foi articulada dentro e junto à paróquia municipal, destacando a atuação da Igreja não como de tutela, mas como meio de fortalecimento organizacional e amplificação da luta política dos Tabajara e Kalabaça.

O protagonismo de mulheres indígenas no emprego de práticas de resistência e no fortalecimento da etnicidade revela novos contornos para uma história indígena no Estado. “No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”, frase da historiadora Michelle Perrot (2005 [1987], p. 33), nos permite a construção de uma necessária reflexão sobre as vozes, escritas, ideias e descrições sobre a presença feminina ao longo da história. Perguntar “e as mulheres?” em sala de aula ou antes de iniciar uma pesquisa é uma provocação que precisamos para mudar toda uma concepção de produção historiográfica que ignora, em múltiplos níveis, as participações femininas dentro dos processos históricos, combinado com a violência e a subjugação de gênero que a colonialidade e modernidade (Quijano, 2005) de base patriarcal sujeitou o mundo. Aruena Tabajara, professora indígena na aldeia Cajueiro, fotografa e uma das mais influentes lideranças jovens

na comunidade, dá uma importante contribuição para pensarmos a necessidade e as significações dos protagonismos de mulheres indígenas:

Porque é necessário, vivemos muito escondidas debaixo do braço do homem. Então, porque não, ter lideranças indígenas? E não é só aqui, aqui vemos esse quantitativo de mulheres, mas já tem comunidades que são referências em lideranças por mulheres presentes em todos os movimentos, como por exemplo, os Jenipapo-Kanindé, uma comunidade lideradas por mulheres, em especial a nossa primeira cacique, a cacique Pequena, que foi a primeira mulher a ser cacique, então, é necessário estarmos em espaços que antigamente só víamos homens e hoje a gente se encontra de maneira... bem dentro, né!? Então isso é necessário, principalmente para as novas lutas. Tem gente que fala assim: “ai, não sei o quê, tem muitas comunidades que levam as mulheres debaixo do braço do homem.”... porque lá existem várias situações, como por exemplo, violência doméstica, então a gente leva em consideração tudo isso (toda a trajetória e luta de mulheres indígenas) para não deixar que isso aconteça, nosso protagonismo é necessário (Tabajara, 2023).

Aruena, como uma liderança jovem, permite conceber em seu diálogo uma mensagem de esperança e continuidade de uma luta, que ao que parece, está longe de findar. Na medida em que os direitos indígenas na comunidade avançaram e avançam fruto da mobilização destas mulheres, também avançaram as formas de opressão.

A complexidade da organização das vivências Tabajaras e Kalabaças em torno da reconstrução de uma etnicidade, de um resgate de memória e da reintegração de seus territórios tradicionais parte do ativismo de mulheres, que na compreensão da coletividade indígena local, conduziram suas ações e insistências de forma fundamental para alicerçar e edificar a comunidade. Em relação à frase anterior, alicerces e edificações foram literalmente constituídos quando as mulheres indígenas na década de 1990 e 2000, nos relatos de Leuda e tia Ray, carregaram pedras e água para a construção da primeira escola indígena no município, mostrando que não há nenhum aspecto da comunidade que não houvesse presença e protagonismo feminino.

O enfrentamento de hierarquias patriarcais a partir da opressão de gênero, a perseverança na luta de garantias dos direitos e na construção de espaços seguros de vivências compartilhadas a partir da oralidade dessas mulheres, reforça o que discutimos no início deste trabalho. As mudanças necessárias na estrutura opressiva de nossa sociedade partem de projetos inovadores que estão sendo construídos fora das alternativas normativas oferecidas pelo capitalismo de base colonial e patriarcal. Ouvir, ver e aprender para a promoção de uma ação que elabore e propague as mudanças necessárias nas desigualdades estruturais na sociedade são atos imprescindíveis do nosso tempo.

Conclusão

A trajetória das mulheres Tabajaras e Kalabaças em Poranga-CE evidencia a centralidade feminina nos processos de emergência étnica e na luta pelos direitos indígenas. Lideranças como Leuda Tabajara, Tia Ray, Eliane Tabajara e Aruena Tabajara desempenharam papéis essenciais na organização comunitária, na educação diferenciada e na preservação da memória coletiva. A atuação da freira Margaret Malfliet e das Comunidades Eclesiais de Base foi determinante para o despertar da consciência identitária e para o fortalecimento da mobilização indígena no município.

O movimento dessas mulheres demonstra que a resistência indígena é marcada pela articulação política, pela valorização da ancestralidade e pelo enfrentamento das desigualdades estruturais. Apesar dos avanços conquistados, desafios como a demarcação de terras, a garantia de educação e saúde diferenciadas e o combate à marginalização dos povos indígenas ainda persistem. Assim, a continuidade dessa luta é essencial para a reafirmação dos direitos e da identidade indígena, demonstrando que as mulheres sempre tiveram – e continuam tendo – um papel fundamental na resistência e na construção do futuro de seus povos.

A construção dos sentidos de etnicidade dos povos indígenas cearenses na mobilização, pesquisa a partir dos sentidos de memórias coletiva e resgate de práticas culturais empregadas pelos indígenas cearenses, são analisadas pelo meio extra acadêmico, por muitas vezes, como totalizantes e findam por si mesmo na compreensão do fenômeno da emergência

étnica no Estado e na região. Este modo de ver deve sofrer alterações para produzir uma diversidade de sentidos, no cultivo de entendimentos sobre as relações de gênero nas comunidades e reprodução de opressões frutos da colonialidade e sociedades patriarcais. É com esta intenção que este trabalho se edificou, nas escutas ativas dos diálogos com Eliane, Leuda, Ray e Aruena, para entender os protagonismos femininos, gerar uma diversidade de temas dentro das organizações das comunidades e novos temas para o estudo da história indígena cearense.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDRADE, Andreza de Oliveira. Tecendo experiências, histórias e narrativas: conversando sobre feminismo com mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. *Anais eletrônicos [...]* Florianópolis, 2021. ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613682174_ARQUIVO_3aff519eca966ccf0784dfb3b0d1845d.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

ARRUTI, José Maurício Andion. Etnogêneses indígenas. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 50-54, 2006.

BEZERRA, Viviane Prado. “A igreja está ao lado da libertação”: experiências de uma pastoral popular no contexto da Ditadura Militar no Ceará. *Historiar*, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/19>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011.

DUTRA, Juliana Cabral de Oliveira; MAYORGA, Claudia. Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 39, e221693, 2019.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. *Resistência, solidariedade e rebeldia: o feminismo das Mujeres Creando na Bolívia (1992-2015)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Entre a desconstrução e a construção: dilemas de pensar, agir e reinventar-se feminista latino-americana em tempos de antropoceno. In: CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lidia Schneider (org.). *Histórias de gênero*. Florianópolis: Edições Verona, 2017.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Produzindo conhecimento sobre si mesmas: uma reflexão histórica sobre práticas feministas autônomas na Bolívia. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 96-113, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FREIRES, Bianca Araújo. *Lembrar para existir: memória, resistência e o processo de etnogênese dos índios Tabajara e Kalabaça de Poranga (1990-2008)*. 2017. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=86045>. Acesso em: 10 set. 2023.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. Museus e memória indígena no Ceará: a emergência étnica entre lembranças e esquecimentos. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: Secult; Museu do Ceará; IMOPEC, 2009. p. 367-391.

GOMES, Priscila Greyce de Amaral; AIRES, Joubert Max Maranhão Piorsky. Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541462713_ARQUIVO_artigorba.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

LUCA, Tânia Regina de. *Práticas de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2020.

MACHADO, Jurema. Gênero e mulheres indígenas no Nordeste. In: LEAL, Caroline; ENEIDA, Heloisa; ANDRADE, Lara Erendira (org.). *Guerreiras: a força das mulheres indígenas: mulheres indígenas em Pernambuco afirmando tradições, identidades e protagonismos*. 2011. Disponível em: http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/01/revistaguerreiras_indiosNE.pdf. Acesso em: 9 mar. 2024.

MALFLIET, Margaret. Uma intuição que pela experiência virou convicção. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: Secult; Museu do Ceará; IMOPEC, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Joedson da Silva. Presença, silenciamento e aparecimento político dos povos indígenas no Ceará. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 82-96, 2022.

NASCIMENTO, P. da S. Mulheres indígenas em movimentos sociais: novas práticas e desafios a partir da experiência das mulheres indígenas zapatistas. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, v. 12, n. 2, p. 261-274, 2013. DOI: 10.29327/233099.12.2-12. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/451>. Acesso em: 4 mar. 2025.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Sobre os conceitos de etno-história e história indígena: uma discussão ainda necessária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003. *Anais [...]* João Pessoa: ANPUH, p. 1-8, 2003.

PALITOT, Estêvão Martins (org.). *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: Secult; Museu do Ceará; IMOPEC, 2009.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo indígena comunitario*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da História*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

RAY, Tia. *Tia Ray*: entrevista [out. 2023]. Entrevistador: Vinícius Chaves Almeida. Poranga-CE, 2023. Transcrição de áudio.

SERELLE, Márcio. Fotografia: ensaio e intervenção, em Susan Sontag. *Mídiação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 21, 2015.

SILVA, Bruno Ronald Andrade da. *Nos enredos do circuito de pesquisas dos Tabajara e Kalabaça de Poranga-CE*. Recife: O autor, 2013. 183 f.

SILVA, Bruno Ronald Andrade da. Notas sobre a construção da educação “diferenciada” entre os Tabajara e Kalabaça de Poranga. *Cadernos do LEME*, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/SILVA-Bruno-R.-A.-de.-Notas-sobe-a-constru%C3%A7%C3%A3o-da-educa%C3%A7%C3%A3o-diferenciada-entre-os-Tabajara-e-Kalaba%C3%A7a-de-Poranga..pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

VIEIRA, Regilene Alves. *Mulheres indígenas em movimento: um olhar sobre o protagonismo das mulheres Jenipapo Kanindé*, Aquiraz-CE. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Ceará; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza, 2019.

Fontes documentais

CIPO. *Nossos artistas*. YouTube, 4 maio 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OGdq-YIpYtM&list=PL6kGFx187vSXrFMHqs5h4pa_bic0GkDEL&index=2. Acesso em: dez. 2022.

CIPO. *Nossos rezadores*. YouTube, 4 maio 2012. Disponível em: https://youtu.be/WisWPXjVKJY?list=PL6kGFx187vSXrFMHqs5h4pa_bic0GkDEL. Acesso em: dez. 2022.

CIPO. *Quem somos, nossa identidade e nossa história*. YouTube, 4 maio 2012. Disponível em: https://youtu.be/cwa7YtRedpw?list=PL6kGFx187vSXrFMHqs5h4pa_bic0GkDEL. Acesso em: dez. 2022.

CIPO. *Viva a natureza viva!... e nossas raízes bem profundas*. Poranga, 2003.

CIPO. *Acervo fotográfico*. Poranga, 2022.

CIPO. *Ata de reunião de fundação do CIPO*. Poranga, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ata de reunião com a liderança indígena Tabajara e Kalabaça da Aldeia Umburana de Poranga sobre as ameaças de posseiros*. Crateús, CE, 31 jan. 2014.

OCA DA MEMÓRIA. *Acervo museológico*. Poranga, 2022.

PROJETO NOSSOS PAIS E AVÓS NOS CONTARAM E CONTAM. *Nosso jeito de viver*. YouTube, 4 maio 2012. Disponível em: https://youtu.be/-Gus93K6Xeg?list=PL6kGFx187vSXrFMHqs5h4pa_bic0GkDEL. Acesso em: dez. 2022.

TABAJARA E KALABAÇA. *Nossa história de luta em poesia*. Poranga, 2004.

Fontes Orais

RAY, Tia. *Tia Ray*: entrevista [out. 2023]. Entrevistador: Vinícius Chaves Almeida. Poranga-CE, 2023. Transcrição de áudio.

TABAJARA, Aruena. *Aruena Tabajara*: entrevista [set. 2023]. Entrevistador: Vinícius Chaves Almeida. Poranga-CE, 2023. Transcrição de áudio.

TABAJARA, Eliane. *Eliane Tabajara*: entrevista [set. 2023]. Entrevistador: Vinícius Chaves Almeida. Poranga-CE, 2023. Transcrição de áudio.

TABAJARA, Leuda. *Leuda Tabajara*: entrevista [out. 2023]. Entrevistador: Vinícius Chaves Almeida. Poranga-CE, 2023. Transcrição de áudio.



História, memória, política e gênero: Os usos do passado em Catunda (1990-2020)

Wagner Cavalcante Farias

Resumo: O presente estudo busca analisar os usos do passado a partir das construções históricas e memorialísticas de Catunda, no interior do Ceará, entre 1990 e 2020, tomando o gênero como categoria central de análise. A partir de um conjunto de fontes se investiga como as narrativas sobre a História e a Memória na cidade foram produzidas e publicadas em contextos diferentes. Dialogando com os debates sobre o uso do passado, o artigo mostra que a escrita da História municipal esteve vinculada a agentes próximos às estruturas de poder, resultando em narrativas seletivas, personalistas e marcadas por questões políticas. Desse modo, conclui-se que a história e memória em Catunda são campos de disputas marcados pela articulação entre poder e gênero.

Palavras-chave: História; memória; poder; gênero; Catunda.

Considerações iniciais

Desde a emancipação política de Catunda¹, em 1990, uma série de documentos foi produzida com o objetivo de resgatar, registrar e fixar uma narrativa sobre a história e memória do recém instalado município. Relatórios oficiais, apostilas escolares, matérias jornalísticas, cordéis políticos, revistas e jornais comemorativos e, mais recentemente, produções audiovisuais compõem o conjunto de fontes que, ainda que se distingam em linguagem, suporte e público, compartilham uma operação: o uso do passado.

O uso do passado não é um tema estranho para a História. Conforme escreveu Giovanni Levi (2001) ao refletir sobre *O passado distante*², inclusive, seria absurdo imaginar que o uso político da história seja uma novidade. O caráter da história como ciência cívica a torna, por definição, uma atividade política”³ (p. 26, tradução minha). Deste modo, de diferentes maneiras, o passado é mobilizado como recurso político, usado por grupos e/ou indivíduos de forma interessada. A história, portanto, não é um campo neutro de produção do conhecimento, mas um campo de disputas, onde conscientemente ou não, seus produtores e produtoras, recorrem a recursos narrativos para sustentar suas escritas.

Em Catunda, isso pode ser compreendido a partir do estudo das construções narrativas que, nesses mais de trinta anos, pretenderam publicar as

1 Catunda está entre os municípios mais jovens da federação. O mote de suas origens não difere de algumas outras cidades do interior do Estado do Ceará – seu povoamento e desenvolvimento se deram próximo a rios e/ou riachos e está atrelado a um patrimônio religioso. De fazenda à vila e de vila a distrito da cidade de Santa Quitéria, em 1938, o percurso até criação do município foi marcado por diferentes tentativas emancipacionistas e contou com diferentes agentes políticos. Ao todo foram quatro as tentativas de emancipação de Catunda. A primeira e bem sucedida aconteceu em 1963. Contudo, após o golpe cívico-militar, o então município é suprimido antes mesmo de ser instalado. A segunda ocorreu no contexto da redemocratização, em 1985, e desta vez não foi efetivada por solicitação do então prefeito de Santa Quitéria, Haroldo Martins. Em 1988 ocorreu à terceira tentativa, e embora tal tentativa não tenha sido exitosa, por conta de questões de demarcações territoriais, o movimento emancipacionista catundense ganhou força e mobilizou boa parte da população local, sob a organização de comerciantes e com apoio de parlamentares. Foi através do projeto de Lei 024, de 08 de junho de 1990, da então vereadora Regina Elena Magalhães, que a área territorial do distrito foi modificada, atendendo a demanda para uma quarta tentativa de emancipação. Após a consulta plebiscitária de 07 de setembro de 1990, finalmente o distrito é desmembrado de Santa Quitéria e criado por lei estadual em 27 de dezembro do mesmo ano.

2 Cf. LEVI, Giovanni. *Le passé lointain: sur l'usage politique de l'histoire*. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dirs.). *Les usages politiques du passé* Paris: Éditions de L'EHESS, 2001.

3 No original: “Il serait absurde d’imaginer que l’usage politique de l’histoire est une nouveauté. Le caractère de science civique qu’a l’histoire en fait, par définition, une activité politique.”

histórias e memórias sobre e no lugar, afinal “quem quer que quem lembre o quê e por quê?” (Burke, 1992, p. 84) tem intenções marcadas pelas interseções que atravessam seus corpos, ocupam espaços de poder e buscam firmar identidades. Dito de outra forma, os documentos históricos e memorialísticos que narram sobre a cidade são produtos de interesse, produzidos por uma operação intencionada de poder e desejo, e, portanto, me permitem conhecer não somente seu espaço e tempo de criação, “mas [também] os criadores e os denominadores da memória coletiva” (Le Goff, 2013, p. 433).

As produções aqui tomadas como fontes não apenas narram acontecimentos do passado, mas selecionam personagens, hierarquizam eventos e silenciam experiências, mais especificamente quando tratamos da História Política da Cidade. Nesse processo, o passado é evocado para legitimar gestões municipais, firmar e/ou deslegitimar lideranças, construir identidades coletivas e projetar futuros desejáveis. Neste artigo, entendo o uso do passado não somente como reminiscência – evocação da memória –, mas como prática atravessada por, entre outras questões, relações de poder, por disputas políticas e marcadores como o gênero⁴.

Le Goff (*op. cit.*, p. 485) advertiu que “o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver.” Assim, o conjunto documental aqui analisado não é compreendido como registros neutros, dados, mas como resultados de interesses individuais e/ou coletivos, produzidos no interior de disputas (Cf. Pollack, 1989). Ao analisá-los, observa-se que a escrita da História de Catunda esteve majoritariamente alinhada a sujeitos vinculados às estruturas do poder local – lideranças políticas municipais, agentes educacionais e/ou artísticos ligados às administrações e outros apoiadores. Ao produzirem narrativas sobre a cidade, estes não somente resgataram a história e a memória da cidade, mas buscaram construir uma escrita que atendesse as demandas políticas dos corpos que as “encomendaram”.

História, memória, política e gênero são entrecruzadas aqui mostrando que as construções narrativas sobre o passado da cidade não apenas nar-

4 “[...] forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

ram acontecimentos pretéritos, mas participam ativamente das disputas contemporâneas atravessadas pelas relações de poder, afinal, como escreveu Pedro Ruiz Torres (2001) sobre *Os usos políticos da História na Espanha*⁵, “a política sempre fez parte da história, e esta foi frequentemente utilizada para fins políticos”⁶ (p. 130, tradução minha).

Os campos da História e memória, inclusive, mantêm uma tênue e estreita relação. Ambos constituem formas de acessar o passado orientadas por interesses presentes (Cf. Lowenthal, 1988). A memória se ancora na experiência vivida e a história se faz desde uma operação intelectual, (Cf. Nora, 1993, p. 9), entretanto isso não as opõe, mas complexifica a discussão. Não irei me demorar nesta questão, pois importantes estudos já o fizeram.

Para este artigo, o que importa é lembrar e reforçar que arquivos, monumentos, publicações e outros documentos não apenas registram o passado, mas o organizam segundo interesses presentes e projetos futuros. Deste modo, as construções narrativas aqui analisadas permitem acessar não apenas seu conteúdo, mas também seus contextos de produção e circulação. Então reforço que os documentos aqui analisados, oriundos de diferentes arquivos, foram produzidos em diferentes contextos e estão impregnados por pessoalidades, de marcas.⁷

Em meus estudos sobre a História Política de Catunda, por exemplo, percebi que embora as mulheres tenham atuado na cidade desde antes de sua emancipação e instalação, e ainda que estejam presentes em alguns documentos, sua participação é marcada por estereótipos, silenciamentos ou como meros apontamentos. Desta forma, emergem algumas questões: Afinal, quem produz memória sobre a cidade? Quem pode lembrar e narrar essa memória? Quais experiências ganharam destaque na produção histórica local e quais ainda permanecem à margem? O gênero opera como categoria organizadora dessas narrativas? Se sim, como?

5 TORRES, Pedro Ruiz. Les usages politiques de l’histoire em Espagne: formes, limites et contradictions. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dirs.). *Les usages politiques du passé* Paris: Éditions de L’EHESS, 2001.

6 No original: “la politique a toujours fait partie de l’histoire et celle-ci a été fréquemment utilisée à des fins politiques”.

7 Como escreveu Durval Muniz: “Mesmo as marcas de grampos e clips, mesmo os furos que foram feitos no documento para acondicioná-los, encadernações, o tipo de pasta e carpetas em que estão guardados, falam do destino e descaminhos do próprio documento, indicam que o documento não só contém a história, mas ele tem uma história [...]” (Albuquerque Júnior, 2020, p. 61).

Isto posto, neste artigo busco analisar as construções narrativas sobre a história e a memória política de Catunda entre 1990 e 2020, tomando como fontes documentos oficiais, produções periódicas, literárias e comemorativas. Ao entrecruzá-las, quero evidenciar os usos políticos do passado e como as relações de gênero estruturaram presenças, ausências e hierarquias na História e na Memória publicada na e sobre a cidade.

Usos políticos do passado e a memória em Catunda pós-emancipação

Logo após a emancipação política de Catunda, em 1990, começou a se “inventar” a cidade. Em outros termos, começou a se pensar e construir o recém-instalado município, do ponto de vista físico e técnico, político, imaginário e simbólico (Cf. Brandão, 2017). Nesse caminho uma questão foi colocada: como se escreveria uma História para Catunda?

Importante notar que narrativas históricas frequentemente assumem um caráter fundacional, buscando atribuir origens, propor continuidades e formar uma experiência coletiva que firme uma identidade. Essas construções narrativas tendem a naturalizar determinados acontecimentos e personagens, ao mesmo tempo em que buscam silenciar outros.⁸

Deste modo, dois documentos oficiais inauguram o que pode ser entendido como gesto fundacional de escrita sobre a história e memória local, a saber, o relatório preliminar *Conhecendo Catunda* e a apostila *Querer é aprender*. Ambos, mesmo que diferentes em forma e público, tinham um objetivo de tentar organizar um passado coerente para a recém-emancipada cidade, atribuindo-lhe uma origem, personagens importantes e destacando uma trajetória política inteligível que contribuísse com a invenção de Catunda.

O relatório *Conhecendo Catunda* é uma produção institucional, vinculada ao poder municipal através da então Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em data não firmada, e coordenado pela supervisora educa-

8 As mulheres, por exemplo, por muito tempo foram o “silêncio da História” Cf. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, p. 317–326, 2005.

cional Maria de Fátima Mesquita Magalhães⁹. Dito oficial não somente por sua formalidade e ligação com uma instância do poder, mas por se tratar de um documento que busca estabelecer referências, indicar algumas fontes e nomear sujeitos considerados importantes para a história do município. Seu objetivo, conforme se lê logo na apresentação, é que servisse como base para que posteriormente fosse feita a “realização de um estudo mais profundo de maior extensão sobre a cidade de Catunda”.

O passado é ali construído de forma linear e progressiva, partindo dos fatos históricos, seguindo pela religião, educação, história política, saúde, comércio, meios de comunicação e segurança pública. Nesse processo, observa-se que o protagonismo da narrativa é associado a homens ligados a esferas de poder e às famílias consideradas fundadoras. As mulheres que aparecem no documento são meramente mencionadas ou destacadas como colaboradoras da história que estava se construindo, mas nunca como fortemente protagonistas. Não que esse silêncio em torno da participação das mulheres se apresente como total ausência, afinal elas formam maioria entre as entrevistadas para a construção desse relatório, deste modo foram evocadas como testemunhas¹⁰, mas as presenças destas são pouco ou não problematizadas suficientemente, quase como que tivessem pouca agência no processo histórico municipal.

A apostila *Querer é aprender*, escrita pelo professor Antonio Misterdam Lourenço dos Santos,¹¹ em 1995, embora não tenha caráter oficial, opera

9 Tenho poucas informações sobre ela, mas sei que foi uma agente da secretaria municipal de educação durante a gestão de Regina Elena Magalhães, ocupando o cargo de supervisora educacional.

10 Sobre a relação entre testemunha e os produtores de história, sugiro a leitura do texto *Le témoin et l'historien* (2000), de François Hartog. Logo no início do texto o autor escreve: “A testemunha e o historiador? O problema parece ter sido resolvido há muito tempo: prática e epistemologicamente. A testemunha não é historiador, e o historiador, embora possa ser testemunha se necessário, não precisa sê-lo, e sobretudo, é somente distanciando-se da testemunha (qualquer testemunha, inclusive ele próprio) que pode começar a se tornar historiador. Ser testemunha, portanto, nunca foi condição suficiente, nem mesmo necessária, para ser historiador.” (Hartog, 2000, p. 1) No original: *Le témoin et l'historien? Le problème semble réglé depuis long-temps: pratiquement et épistémologiquement. Le témoin n'est pas un historien et l'historien, s'il peut être, le cas échéant, un témoin, n'a pas à l'être, et surtout cā n'est qu'ēn prenant ses distances par rapport au témoin (tout témoin, y compris lui-même) qu'il peut commencer à devenir historien. Importante reforçar que o testemunho per se não é suficiente para a produção da História. Existe uma relação dialética entre o testemunho e os documentos, que se fazem mutuamente na produção historiográfica. Paul Ricoeur traz uma importante reflexão sobre essa questão no texto *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé* (2000).*

11 Professor da rede básica de ensino de Catunda e sobrinho de uma liderança política local, Misterdam ocupou cargo de vereador em dois mandatos (2008 – 2016), ambos pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB).

de modo semelhante ao relatório anterior. Com o objetivo de que “os caros leitores conheçam melhor a sua terra, a sua gente”, foi estruturada com três grandes capítulos, observando os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais, partindo da apresentação do macro ao micro sem estabelecer muitas relações entre eles, destacando a Região Nordeste, seguindo por um breve estudo do Estado do Ceará e finalmente debruçando-se sobre o município.

O terceiro capítulo, intitulado *Estudando Catunda*, subdivide-se em tópicos que vão buscar dar conta da origem e história política do município, bem como destacar os meios de comunicação, as famílias tradicionais, a biografia de monsenhor Luis Ximenes¹², escrita em um considerável número de páginas, seguindo pela educação e a saúde, até tratar de questões geográficas. Importante observar que essa estrutura de análise e escrita vai ser a mesma utilizada nos documentos produzidos a posteriori, conforme mostro a seguir.

Escrita por um agente educacional – professor Misterdam – vinculado à administração municipal e publicada no contexto do quinto aniversário de emancipação da cidade, a apostila reforça a centralidade da História Política de Catunda, destacando os líderes políticos, as tentativas de emancipação do distrito, os primeiros e principais partidos políticos, a disputa do primeiro pleito municipal em 1992 e a busca por relatar os feitos da gestão municipal. O passado aqui é mobilizado como pedagógico e identitário, voltado à formação de um sentimento de pertencimento à cidade – uma história com emoção, por assim dizer.

Destaco, inclusive, que a escola tem um papel na difusão do conhecimento histórico. Ainda que não tenha um componente curricular obrigatório de Ensino de História Local no currículo municipal de Catunda – até onde tenho conhecimento –, costumeiramente se ensina sobre o assunto no mês de setembro, quando se comemora a emancipação política da cidade. Assim, essa apostila produzida e circulada nos anos 90, ajudou a contar a história local nas escolas, conforme as marcas nela indicam.

12 Nascido em Camocim, Ceará, foi um importante sacerdote da cidade de Santa Quitéria desempenhando ofício na capela de Catunda. Apaixonado por trens, já que era filho de maquinista, foi também poeta.

Esse contar a história da cidade recém instalada não tinha somente a função de ensinar sobre o passado recente de Catunda, mas de construir uma identidade coletiva, assim a apostila pode ser lida como um mecanismo de construção de memórias geradoras de identidade, que “ao mesmo tempo em que [...] modela, é também [...] modelada” (Candau, 2021, p. 18). Afinal, “[...] não existe identidade sem memória e, reciprocamente, é o desejo que nos leva a nos identificarmos com o que fomos que nos permite cultivar a memória”¹³ (Torres, *op. cit.*, p. 134, tradução minha).

Nesse ponto é importante marcar que nas narrativas históricas e memorialísticas produzidas sobre Catunda devem ser compreendidas como construções situadas, marcadas pelo tempo e pelo contexto em que foram feitas. Nem sempre os discursos históricos tomados como fontes aqui tem sua autoria explícita, como é o caso das matérias jornalísticas a seguir e dos cordéis que apresento mais adiante, contudo, quando é possível identificar quem produziu o documento, como é o caso do relatório e da apostila acima analisados, é crucial compreender, como já citei, não só o documento, mas seu contexto de produção.

Ambos os documentos, feitos imediatamente na pós-emancipação e por agentes ligados à educação municipal, revelam uma escolha política importante. Ao assumir a função de mediar esse passado, esses sujeitos educadores não somente conferem legitimidade institucional aos documentos, mas dão um caráter pedagógico que contribui para orientar a memória sobre e na cidade. A autoria das fontes aqui analisadas, por exemplo, a partir do entendimento que toda história, seja ela feita ou não por profissionais, “é filha de seu tempo e está intimamente ligada à conjuntura política do momento em que é produzida”¹⁴ (*ibid.*, p. 131, tradução minha), indica que a narrativa histórica produzida nesse contexto ultrapassa o mero registro e se torna um projeto formativo, que orientaria a constituição da identidade coletiva em Catunda. Em outras palavras, não só se buscava criar um passado para a cidade recém instalada, mas um sentimento de ser catundense atrelado ao passado comum, por assim dizer, daquele

13 No original: Il n'existe pas d'identité sans mémoire et, réciproquement, c'est le désir qui nous pousse à nous identifier avec ce que nous avons été qui nous permet de cultiver la mémoire.

14 No original: est fille de son temps et étroitement liée à la conjoncture politique du moment dans lequel elle est produite.

espaço. Destaco isto só para reforçar a educação, nesse caso, como campo estratégico do uso do passado na produção da história e memória sobre e em Catunda.

Enfim, o relatório e a apostilha compartilham uma mesma estrutura de interpretação: a história e memória de Catunda é apresentada como uma sucessão de feitos políticos protagonizados em sua maioria por homens, enquanto as mulheres permanecem sendo associadas a campos de cuidado, como a educação, ou são meramente mencionadas. Desse modo, observa-se que, desde os primeiros anos pós-emancipação, buscou-se estabelecer uma memória para Catunda construída a partir de um uso seletivo do passado, no qual a história dita oficial se confunde com a trajetória de grupos que ocupavam espaços de poder. Isto estabelece limites para que o passado lembrado, dito e publicado siga sempre uma estrutura entendida como legítima e reconhecida como única para a História da cidade.

Imprensa, comemoração e gênero: “Administrando Catunda com amor”

Os periódicos que encontrei na Hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará – matérias publicadas no *Diário do Nordeste*¹⁵ sobre a cidade entre 1993 e 1995 – ampliaram a operação historiográfica sobre a cidade, principalmente por terem maior espaço de circulação pública. Produzidos no contexto imediato da instalação do município, foram publicados quase sempre nos aniversários de emancipação e tinham uma dupla função: divulgar os feitos administrativos da cidade e dar legitimidade às lideranças políticas.

A primeira matéria que encontrei, datada de 30 de setembro de 1993 (Ano XII, n. 4.165), publicada no 1º Caderno, Seção *Interior*, noticia a realização de um “seminário para elaboração do plano administrativo” municipal. Ainda que aparentemente informativa, a matéria revela um padrão recorrente na produção sobre a história e memória da cidade, a saber, a promoção da gestão vigente – possivelmente quem encomendou a matéria. O passado recente da emancipação aparece aqui como ponto

15 Jornal cearense de grande circulação em funcionamento desde 1981 e gerido pelo Grupo Edson Queiroz.

de partida para a construção narrativa que busca dar legitimidade à então administração.

Esse modelo, a saber, produzir um passado em busca de legitimar um presente e propor um projeto de futuro, se apresenta e se intensifica em outras matérias, como a publicada em 27 de setembro do mesmo ano, com o título “*Administrando Catunda com amor*” – slogan da gestão municipal. A ausência de autoria em ambos os textos, inclusive, é compreendida como uma prática recorrente no jornalismo político: omite-se a autoria em favor de uma narrativa que parece neutra, mas que funciona como peça de promoção política.

Ao analisar essas publicações, em destaque a última mencionada, chama atenção o modo como a então prefeita Regina Elena Magalhães¹⁶ é narrada. Diferente dos gestores homens, frequentemente apresentados como líderes racionais, eficientes e estrategistas, associados à segurança pública, esportes e economia, Regina é sempre descrita com atributos associados ao feminino¹⁷, como cuidado, à emoção e à estética. Expressões como “imprimindo um toque de beleza ao recém-emancipado município” e na cidade “tudo é feito com carinho e toque de beleza” organizam a representação sobre a essa gestão, deslocando a atuação política de Regina para o campo do emocional e do puramente estético, reforçando estereótipos de gênero.

O último parágrafo da matéria explicita esse enquadramento ao destacar a presença das mulheres no secretariado municipal naquele ano. Entre as

16 Comerciante líder do movimento emancipacionista de Catunda nas décadas de 80 e 90. Foi a vereadora responsável pelo projeto de lei que modificou os limites territoriais do então distrito possibilitando a consulta plebiscitária que culminou na emancipação da localidade. Regina foi a primeira prefeita de Catunda, com mandato entre 1992 e 1996. Por muito tempo uma liderança de oposição tentando se eleger novamente nas disputas eleitorais de 2000, 2004 e 2008. Em 2012 assumiu a pasta da Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Atualmente está ligada a programas educacionais, sendo articuladora do Selo Unicef.

17 De acordo com o Dicionário Crítico de Gênero: “Denominou-se condição feminina a “condição” que determinaria uma identidade comum para as mulheres, com base na biologia ou, melhor dizendo, no fato de terem nascido (se tornado, como diria Simone de Beauvoir) mulheres.” (Veiga e Pedro, 2019, p. 130). Ainda de acordo com o livro: “Historicamente no Ocidente a noção de feminino costuma designar o conjunto de características, qualidades e atributos social e culturalmente reconhecidos como parte da natureza da mulher.” (Soares, 2019, p. 248). Nesse estudo quando me refiro a feminino não uso como sinônimo de mulheres ou de mulheridades, uma vez que esse entendimento está ancorado em ideias deterministas que atribuem a elas expectativas de gênero como se fossem naturais (cuidado, sensibilidade e etc.). Nem tudo o que é feminino diz respeito necessariamente às mulheres, e nem todas as mulheres se reconhecem ou expressam os padrões do que se entende como feminino.

inscrições: “Nesse ritmo, Catunda cresce sob a visão das mulheres” e que isso seria “uma prova inconteste de que a mulher cearense, a cada ano que passa, assume seu papel na construção de um Ceará melhor”.

Nota-se que, embora seja o primeiro documento identificado que menciona e destaca o protagonismo das mulheres no desenvolvimento municipal de Catunda, essa visão não rompe com a lógica hierárquica de gênero. Ao contrário, ela a reforça, associando a atuação das mulheres na política à emoção, à estética e à subjetividade, em contraste à racionalidade e objetividade historicamente atribuídas aos homens.

Importante notar que no contexto em que tenho dedicado meus estudos desde a graduação, quando as mulheres rompem e ultrapassam os limites estabelecidos pelo patriarcado e se elegem, o gênero é utilizado como forma de legitimar suas atuações políticas. Regina Elena, como se nota na matéria, por exemplo, é dita uma eficiente gestora não por romper com as expectativas de gênero, mas justamente por mobilizá-las em seu favor. Não irei me demorar nessa questão neste estudo, mas é interessante observar que, em síntese, os atributos de gênero são recursos utilizados por mulheres eleitas no limiar entre reforçar as noções tradicionais da feminilidade e reinterpretar a capacidade de ação das mulheres na política.

Voltando aos periódicos, essa ambiguidade se torna mais evidente nas matérias publicadas nos anos seguintes, especialmente as veiculadas em páginas inteiras no 1º Caderno, seção *Informe*, do *Diário do Nordeste*. A edição de 9 de setembro de 1994 e, sobretudo, a edição comemorativa dos cinco anos de emancipação política de Catunda – *Cinco anos de emancipação política. Regina Elena constrói Catunda com amor* – publicada em 7 de setembro de 1995, intensificaram tanto o tom de prestação de contas que buscava legitimar a administração municipal, quanto algumas questões de gênero que associavam a eficiência da gestão de Regina Elena a seus atributos de gênero. Logo no primeiro parágrafo se lê:

Na administração pública, no lar, a mulher, como se um gabinete fosse a sala-de-estar, arruma tudo de forma discreta, sem os desperdícios inerentes ao gênero oposto, numa legítima adequação do esboço às necessidades reais. Exemplo desse quadro podemos encontrar no município de Catun-

da, 23º quilômetros de Fortaleza, Região Central do Estado. A administração municipal está entregue a senhora Regina Magalhães, 33 anos, casada, mãe de dois filhos. Prestes a completar o terceiro ano de trabalho, ela se sente gratificada por ter participado ativamente na construção do município, mas decepcionada porque não conseguiu realizar tudo que pretendia.

O trecho acima reforça a divisão sexual do trabalho ao atribuir melhor gestão dos recursos públicos às mulheres, uma vez que estas são administradoras do lar. A prefeita, inclusive, não é apresentada somente como gestora, mas como jovem esposa e mãe, o que evidencia, conforme mencionei anteriormente, que sua capacidade de gestão está ancorada em seus papéis de gênero, lidos como naturais. Aqui o passado é usado para prestar contas da eficiente administração da prefeita e para fixar uma memória que destaca a presença das mulheres em espaços de poder em Catunda, sem, contudo, subverter a ordem do sistema patriarcal.

Quando comparadas aos documentos feitos na pós-emancipação em Catunda, as matérias do *Diário do Nordeste* não introduzem nenhuma alternativa e tampouco aprofundam as narrativas anteriormente analisadas, mas reiteram e amplificam uma operação: a de servir como prestação de contas da gestão municipal que as encomendou, o que vai ser percebido também nos documentos mais adiante. A imprensa atua, assim, como difusora de uma memória que associa a criação e desenvolvimento da cidade às figuras que ocupavam os espaços de poder, ao mesmo tempo em que enquadra a participação das mulheres na política de Catunda, mesmo que de maneira estereotipada.

Os periódicos, desde modo, não apenas registram os acontecimentos da emancipação e da administração municipal, mas participam ativamente da produção da história da cidade. Ao mobilizar o passado como narrativa celebratória, as matérias aqui analisadas ajudam a consolidar a memória publicada sobre e na cidade e reforça as expectativas de gênero sob a aparência de reconhecimento e valorização, afinal “Catunda crescia sob o olhar das mulheres”.

Produções literárias e intenções políticas: memórias em disputa

Esses são sem dúvida os documentos que mais me chamaram atenção, não só porque são produções literárias, mas principalmente porque não eram de meu conhecimento até o início dessa escrita, e, quando os li pela primeira vez, eles me envolveram, me incomodaram, me fizeram rir, responderam a perguntas que nunca imaginei que faria. Encontrei esses folhetos de cordel quando estava ajudando na arrumação da biblioteca de uma escola onde trabalhei. Eles estavam guardados em um envelope rosado com poeira, no fundo de um grande baú de madeira marrom. Jamais esperei encontrar naquela ocasião algo que viria servir para meus estudos sobre a História da cidade, porque não estava procurando por nada.

De todo modo, os cordéis produzidos e circulados em Catunda, principalmente a partir dos anos 2000 em contextos de campanhas, ampliam o campo de disputas em torno da memória da cidade. Diferentemente dos documentos institucionais e das matérias jornalísticas anteriormente analisadas, que, conforme mostrei, tendem a construir narrativas de origem e/ou celebrar feitos das gestões municipais, essas produções operam como forma de confronto, revelando que os usos do passado também se dão pelas sátiras, acusações e desqualificações.

Produtos no início dos anos 2000, alguns com fotografias e/ou ilustrações, os cordéis ou são assinados por Vital Araújo¹⁸ ou não trazem autoria. De edições únicas, grandes tiragens e com o objetivo político, de acordo com minha leitura, eles são documentos que mesmo sem pretensão de ser uma fonte histórica, cumprem bem essa função, pois estão inseridos num contexto em que se buscava resgatar e registrar a História da cidade, em busca de inventá-la.

Os cordéis que destaco aqui são produções situadas, feitas em contextos de disputa eleitoral e de proposta de reorganização do poder local. Sua circulação, associada às campanhas políticas e redes de sociabilidade partidária, indica os interesses e alinhamentos políticos por trás dessa prática

18 Paraibano, desenvolveu importantes trabalhos como secretário municipal de diferentes pastas em Catunda. Cordelista e fundador de um espaço particular de memória conhecido como Museu dos Cacarecos, tem alguns folhetos de cordel de circulação única e pouca tiragem publicados com financiamento da prefeitura.

cultural. Assim como nos documentos pós-emancipação e nos periódicos, o passado aqui é mobilizado como recurso estratégico, neste caso marcado pela oralidade, pelo humor e também pelo confronto direto.

Ao analisar esses cordéis, percebe-se a construção de uma memória política polarizada e marcada na construção de antagonismos perceptíveis: gestões competentes contra gestões incompetentes, verdadeiros representantes do povo contra usurpadores do poder. Essa lógica “nós contra eles”, assim como nos periódicos, revela o uso do passado e sua operação central, a saber, a disputa sobre a História e Memória que se constrói em Catunda.

Logo nas primeiras linhas do cordel “*Catunda quem ti viu quem ti ver*”, se lê:

Nessa minha poesia / Da Catunda vou falar / Mostro como
ela foi / E mostro como está / Vou mostrar para o povo /
Com CHICO LIMA denovo / Como ela ficará

A Catunda foi passado / Foi Catunda menina / Foi a terra
que não quis / Ser filha do CHICO LIMA / Foi a filha do
descaso / Foi a órfã do atraso / Onde tudo foi ruína

A Catunda do passado / Foi a Catunda Pequena / Foi a Ca-
tunda dum povo / Merecedores de pena / Foi uma terra so-
frida / Sem as coisas prometidas / Por Maria Madalena

A Catunda do passado / Foi a terra da tristeza / Foi a terra
do vazia / E também da incerteza / Foi quando seus gestores
/ Deixaram seus moradores / E foram pra Fortaleza

O cordel narra os feitos do primeiro mandato de Francisco Antonio Lima (Chico Lima)¹⁹, entre os anos de 1997 e 2000, apresentando as “principais melhorias” que “a cidade do presente” teve na em sua gestão – como construções, reformas e aquisições –, tudo ilustrado por meio de fotografias que acompanham a narrativa. Ao mesmo tempo, também desqualifica

19 Foi o segundo prefeito eleito em Catunda, atuando em dois mandatos consecutivos (1996 – 2004). Não tenho muitas informações sobre ele, mas sei que foi uma liderança política desde antes de sua eleição e ainda hoje está no imaginário da população catundense como um importante homem para a história da cidade.

“a cidade do passado” – mote da narrativa – que, na gestão de Regina Elena Magalhães, teria sido lugar de abandono, descaso e sofrimento. Ainda traça metas para uma administração futura, desde a capa onde se lê em letras de caixa alta: “SEU CHICO FEZ, SEU CHICO FARÁ!”

O segundo cordel, “*Informativo popular – ‘O Arrôôxo’ fazendo justiça*”, datado de agosto de 2000 e com tiragem de 5.000 exemplares, assim como o anterior, buscava desqualificar a gestão de Regina Elena Magalhães. Na capa, ilustrada com o desenho de um homem de cabelo branco e uma mulher de meia-idade, se lê:

Nós aqui iremos ver / Uma turminha imunda / Que todos nós
conhecemos / Só com os panos de bunda / Um grupo de opres-
sores / Esses sim sequestradores / Do dinheiro de Catunda

O folheto de cordel segue com uma estrutura dialética e busca desqualificar, conforme já mencionado, a administração municipal de Regina Elena Magalhães, ainda que não a mencione diretamente. A forma “Quem sou eu? O povo responde”, presente ao lado de todas as estrofes, indica que os eleitores e eleitoras saberiam de quem se tratava, o que reforça o caráter público da difamação. Primeiro, ele desmoraliza a então candidata Regina a chamando de “cobra cascavel”, “enrolada”, que “vai lhe enganar”, produzindo uma imagem de perigosa, falsa e manipuladora, assim questionando seu caráter. Trata ainda da vida privada da candidata – falando do casamento da filha –, um ataque quase exclusivamente direcionado às mulheres, porque são estas representadas do privado no sistema patriarcal. Ainda insinua o enriquecimento ilícito da candidata, que à época já havia sido prefeita do município, e o faz como se fosse boato – “o povo diz” – buscando difamar sua imagem e associá-la à corrupção.

Na entrevista que fiz com Regina Elena Magalhães, em 2021, ao questioná-la sobre essas produções literárias usadas no contexto de campanhas nos anos 2000, ela me contou:

Eu não tenho eles guardados ou se guardei já dei fim mas assim. Teve uma época as campanhas que eram muito acirradas aqui que esses cordéis andaram saindo e eram uma forma de atacar né e falava mesmo e as músicas eram tudo

de ataque era bem interessante a forma de comunicação de ataques. Não era nem tanto no palanque, era nas músicas, nas músicas de campanha e saía esses cordéis [...] mas para mim lhe dizer eu nem guardei os conteúdos deles o que diziam e do que faziam, mas lembro que eram fortes, eram muito fortes (Magalhães, 2021).

Mesmo que seja uma crítica aparentemente política, a questão de gênero estrutura toda a peça. Em nenhum momento se discutem propostas políticas, mas se fazem comparações com gestões, tudo girando em torno da moralidade, comportamentos esperados de cada gênero, má administração de recursos econômicos e é apresentado como uma “fofoca comunitária”. Ao usar uma linguagem simples, com rimas entendíveis, o cordel em questão se aproxima da oralidade e fica parecendo uma crítica espontânea e não produzida como recurso da oposição. O ataque não só é individualizado, mas reforça o coletivo mulheres como inadequadas ao campo político, deslegitimando suas capacidades de liderar.

Antes de serem eleitas, mas também durante seus mandatos, ou ao concorrerem à reeleição, as mulheres são atacadas em busca de desqualificar, desmoralizar e deslegitimar suas presenças na política através do uso de estereótipos de gênero. Diferentemente dos periódicos anteriores, cuja presença de mulheres na política foi valorizada através dos atributos associados ao feminino, como o cuidado e a sensibilidade, esses cordéis utilizaram o gênero como ataque.

Não estou afirmando, é claro, que existe oposição absoluta nos usos do gênero no fazer memória política local, afinal, ambos os documentos – periódicos e cordéis – compartilham pressupostos semelhantes das expectativas de gênero, mas os jornais analisados legitimam a presença de mulheres na política reforçando as características associadas ao feminino, enquanto os cordéis utilizam essas características como meio de atacar essa presença.

A linguagem dos cordéis, em específico este “*Informativo Popular*”, marca bem a disputa em torno da memória na Cidade, pois o recurso da ironia utilizado, a desqualificação e o ataque pessoal contra a gestão de Regina Elena Magalhães produzem uma narrativa histórica nada neutra,

mas que demarca uma posição contrária e busca adesão. O cordel, nesse caso, funciona como documento privilegiado dessa politização da memória, pois mobiliza elementos para reatualizar a disputa eleitoral e alimentar ressentimentos, criando um “inimigo do povo”.

Ao comparar os documentos aqui tomados como fontes, percebe-se uma regularidade: em ambos os casos, a escrita da história e a memória municipal é dominada por sujeitos ligados às estruturas de poder e por narrativas que privilegiam determinados atores e eventos em detrimento de outros. O que os diferencia é mais a forma do que o conteúdo: se os documentos oficiais e os periódicos produzem uma memória institucionalizada, os cordéis operam como registro mais popular. Nesse sentido, esses cordéis não apenas revelam a política local, mas participam ativamente da construção do passado indicando quem e como se governa e quem merece ocupar os espaços de protagonistas da história municipal.

As épocas das comemorações: quinze, vinte e vinte cinco anos de Catunda

As publicações comemorativas produzidas por ocasião dos quinze, vinte e vinte e cinco anos de emancipação política de Catunda – junto com os desfiles de Sete de Setembro²⁰ – marcam um novo momento nos usos políticos do passado. Trata-se menos de registrar a história e mais de administrar a memória já estabelecida.

A revista comemorativa dos 15 anos, publicada em 2005, explicita essa operação logo em sua materialidade: tiragem única, número único e com editorial assinado pelo então prefeito recém-empossado Ernane Peres Lima²¹ e por outros secretários municipais, dos quais se destaca a primei-

20 Os desfiles de sete de Setembro não foram analisados nesse trabalho, pois já os problematizei em outro texto. Sugiro: FARIAS, Wagner Cavalcante. Emoções, relações de gênero e histórias na avenida: a (co)memoração do 7 de setembro em Catunda – Ceará (2013 – 2022). In: *V Jornadas do LEGH: anais eletrônicos*. Org. Elaine Schmitt e Wagner Cavalcante Farias. Florianópolis, Ed. dos Autores, p. 570 – 584, 2023.

21 Líder político local, como é conhecido, atuou como secretário de educação na gestão do prefeito Francisco Antonio Lima. Foi herdeiro político deste último, se elegendo em 2005 e assumindo dois mandatos seguidos. Ainda hoje é uma das lideranças influentes da cidade, tendo atuado diretamente na gestão de sua esposa Ravenna Fernandes Lima anunciando que aquele era um mandato de “casal”.

ra-dama e secretária de Administração, Finanças e Planejamento, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima.²² Logo na abertura, buscou-se articular passado, presente e futuro, apresentando a história de Catunda como um *continuum*, cuja culminância estava associada à então gestão municipal.

Na seção intitulada *Fazendo História* se nota uma permanência da matriz narrativa já observada nos documentos pós-emancipação: a ênfase nas origens na cidade, nas famílias povoadoras, na figura de alguns personagens, nesse caso Francisco Pereira Nau, e nos marcos político-administrativos – da emancipação as primeiras gestões. Até onde tenho conhecimento, foi o primeiro documento escrito por uma historiadora local, talvez para dar legitimidade à produção, através da ideia do argumento de autoridade. Isto não indica, contudo, que a história narrada no documento é mais ou menos verdadeira, só que é lida como “profissional”.

Os historiadores e/ou historiadoras são sujeitos autorizados na produção do passado, mas sendo todo discurso histórico suscetível aos usos políticos, esses “profissionais não são os únicos usuários [desses usos], longe disso: os poderes, as instituições, mas também todos nós temos a tentação recorrente de mobilizar os recursos cognitivos, argumentativos e simbólicos do passado.”²³ (Hartog; Revel, 2001, p. 13, tradução minha) Deste modo, é perceptível a diferença da construção narrativa em questão, e isso se dá, em minha leitura, por ter sido feito por uma “profissional”.

Ainda assim, mesmo que a autora Maria Sonalba Borges de Lira²⁴ introduza novos elementos – como a formação socioterritorial do interior do Ceará –, a lógica geral permanece: o passado é linear, seletivo e personalista. A novidade aqui não é a ruptura do delineado narrativo, mas seu refinamento através das habilidades de uma profissional da história.

22 Advogada de formação, foi secretária em Catunda durante a gestão de seu esposo Ernane Lima. Atuou com direito e administração pública em diferentes prefeituras, até concorrer e ser eleita a segunda mulher prefeita de Catunda em 2016. Teve dois mandatos consecutivos (2016 – 2024) e atualmente é Chefe do Gabinete da Prefeitura Municipal de Catunda.

23 No original: professionnels n'en sont d'ailleurs pas les seuls usagers, il s'en faut de beaucoup: les pouvoirs, les institutions, mais aussi tout un chacun ont la tentation récurrente de mobiliser les ressources cognitives, argumentatives, symboliques du passé.

24 Professora de História de formação, é uma das fundadoras do Centro Educativo Pequeno Príncipe, instituição privada de ensino básico na cidade.

No tópico sobre a história política de Catunda, a autora aprofunda a discussão feita nas fontes anteriores, trazendo documentos que representam o narrado, como fotografias e recortes de jornais, contudo sendo um texto dito oficial, uma vez que foi financiado pela prefeitura, por óbvio se tem uma carga partidária, por assim dizer. Ao tratar, por exemplo, do mandato do recém falecido prefeito, Francisco Antonio Lima, antecessor e responsável pela indicação de Ernane Peres Lima (ex-secretário de educação) como seu sucessor, lê-se que “em bem pouco tempo Chico Lima mostra seu valor como administrador e consegue o apoio político da Câmara dos Vereadores e admiração dos adversários” e que “No que se refere a realizações Chico Lima foi notável” (p. 6). Ainda, ao tratar do recém-empossado prefeito em exercício Ernane Lima, lê-se que este “deixa marcada a história política de Catunda como homem que venceu conceituados líderes políticos do lugar” e que teve “o privilégio de governar e comemorar [...] os 15 anos desta terra [Catunda]”.

Essa comemoração não somente relembra o passado, mas hierarquiza legados, definindo quem deve ser lembrado como protagonista da História da cidade e quem ocupa um lugar secundário nessa narrativa. Enquanto a gestão do prefeito Francisco Antonio Lima é exaltada como responsável pela consolidação do município, e a de Ernane Lima, que estava se iniciando, é apresentada como herdeira e privilegiada nesse processo, a administração de Regina Elena Magalhães aparece de forma breve e restrita à instalação de Catunda.

Deste modo, mas produtivo do que buscar entender se a produção narrativa é de fato “partidária”, já que foi solicitada e financiada pela gestão municipal, é mais interessante compreender que toda escrita do passado é atravessada por condições institucionais, políticas e simbólicas, uma vez que as narrativas de Memória e História têm na sua construção o desejo e o poder como combustíveis e são resultadas de uma operação que considera o lugar social, bem como as questões que atravessam o corpo de quem escreve. Afinal, produzir História é cumprir uma função.

Portanto, o que chamo de escrita partidária ao tratar dessa fonte, tem muito mais a ver com os usos políticos do passado, em outras palavras, com as personagens que são destacadas em dados momentos, apagadas em outros, e ainda desfiguradas em outros mais – como no caso dos cordéis

anteriormente analisado –, do que com o julgamento sobre a autora. Ao tratar com textos oficiais de caráter público e político, principalmente com pretensão histórica, como é o caso dessa revista, preciso considerar o tempo e o espaço de produção, bem como as intencionalidades das presenças, ausências ou ainda das ausências presentificadas de uma outra maneira. Ou seja, quem quer que se lembre, o que, quando, como e por quê?

O fato da autoria da seção histórica ser de uma mulher, não implica, *per se*, uma ruptura como a tradição androcêntrica da escrita da História. Mulheres também podem produzir e reproduzir narrativas masculinizadas do passado quando operam nos mesmos enquadramentos sociais e políticos. No caso da revista, a autora só buscou prestar um serviço à gestão política da época e produziu uma História sob demanda, afinal: “nem sempre é possível pretender separar a produção de conhecimento sobre esse passado das solicitações e implicações políticas que o cercam e pesam sobre ele.”²⁵ (Hartog; Revel, 2001, p. 17, tradução minha) e:

Trata-se, na verdade, de profissionais que colocam suas competências a serviço de interesses particulares para fins que podem ser muito diversos. [...] Trata-se, convenhamos, de um tipo de pedido — por vezes, de encomenda — que não se pode fingir que não afeta, de alguma forma, a posição e a postura do historiador, mesmo que a profissão por vezes finja ver nisso apenas uma extensão normal das suas competências reconhecidas²⁶ (, p. 18, tradução minha).

Essa lógica se intensifica no jornal comemorativo *20 anos – Catunda de História e compromisso com o futuro*, publicado em 2010. Novamente produzido sob demanda da prefeitura – num contexto do segundo mandato consecutivo de Ernane Lima –, o escopo documental do periódico foi ampliado, trazendo tabelas, fotografias e dados sistematizados, contudo não se rompeu com os usos políticos do passado, pelo contrário, nota-

25 No original: “[...] il n'est pas toujours pensable de prétendre séparer la production d'un savoir sur ce passé des sollicitations et des implications politiques qui l'environnent et qui pèsent sur lui.”

26 No original: Il s'agit en fait de professionnels qui mettent leur compétence au service d'intérêts particuliers à des fins qui peuvent être très diverses [...] Il s'agit là, on en conviendra, d'un type de demande – de commande, parfois – dont on ne peut pas feindre qu'il affecte, d'une manière ou d'une autre, la position et la posture de l'historien même si la profession feint parfois de ne voir là qu'une extension normale de ses compétences reconnues.

-se o reforço entre a associação de memória histórica e a continuidade administrativa.

Na seção *Nossa história começa assim...* lemos, de forma mais condensada, o mote das narrativas do passado de Catunda. Aqui se foca mais nas tentativas de emancipação política do que nas origens da cidade. Os processos emancipacionistas são descritos com detalhes, como os números das leis e decretos que fizeram parte dessa História.

A incorporação de uma narrativa visual, por meio das fotografias, reforça o processo de continuidade histórica. As imagens não apenas ilustram o documento, mas produzem um texto no qual eventos cívicos, obras públicas e lideranças políticas são fixados na História municipal. A comemoração se torna, assim, um ritual de reafirmar esses agentes históricos.

As tabelas que registram a composição dos poderes municipais desde 1992 permitem observar a baixa participação das mulheres na política de Catunda. Ainda que indique a presença de mulheres eleitas na cidade, estas permanecem pouco ou não tematizadas nas Histórias. A memória política celebrada nas comemorações ainda foi centrada em homens, enquanto a presença delas foi diluída ou mencionada de forma pontual.

Esse movimento se percebe no cordel produzido por ocasião dos 25 anos de emancipação política, resultado de um concurso cultural promovido no âmbito das comemorações oficiais. Entre suas estrofes, destaco as seguir:

Na nossa primeira gestão / Tivemos uma prefeita / Prestou
muito serviço ao povo / Que por ele foi eleita / Regina Elena
Magalhães / Lutou muito pelas mães / É uma mulher direita

Na segunda gestão mudou / O prefeito Chico Lima / Ho-
mem de muito moral / Igual dona Regina / Foi prefeito dos
mandatos / Mas perdeu seu status / Pra lei de Deus lá de
cima

[...]

Depois veio o prefeito Ernane / Homem muito popular /
Tem um coração gigante / Ao povo veio ajudar / Governou
por oito anos / Tem a política em seus planos

Esta produção literária reproduz a lógica memorialística observada nas publicações anteriores. O cordel apresenta a política local de forma estável, sem disputas, numa lógica de continuidade histórica, quase como se tivesse sido natural o desenvolvimento político da cidade e o então presente fosse herdeiro de um passado ordenado. Ao narrar a história política da cidade, a partir das figuras dos prefeitos e prefeita, o autor, professor José Antonio, reafirma hierarquias de gênero, reforçando a associação da mulher a moralidade e a maternidade, e dos homens a agência política e ao progresso, e o faz mostrando que o passado é feito por virtudes encontradas nesses personagens da História de Catunda. Em síntese, o cordel constrói uma memória seletiva e moralizadora da política local, legitimando lideranças e tornando elas bons exemplos.

Enfim, os três documentos aqui tomados como fontes, ainda que diferentes em forma e linguagem, compartilham um mesmo uso do passado: a comemoração como estabilizadora da memória política. Ao comemorar não apenas se buscou celebrar a história de Catunda, mas participar ativamente da produção de uma memória marcada por questões de gênero – silenciamentos ou reforço das hierarquias – sob aparência de homenagem.

Três décadas de História: (co)memorando Catunda em meia à crise

Os documentos analisados a seguir foram produzidos no contexto da pandemia de Covid-19, em 2020, momento marcado por restrições à circulação, suspensão de eventos públicos e forte instabilidade política e social. Esse contexto não apenas condicionou as formas de comemoração do trigésimo aniversário de emancipação política de Catunda, como também impactou diretamente os modos de produção, circulação e enunciação das narrativas históricas e memorialísticas.

O documentário *Catunda 30 anos de emancipação política: da luta à conquista*²⁷, narrado por Regina Elena Magalhães, foi produzido no âmbito

27 Cf. CENTRO EDUCATIVO PEQUENO PRÍNCIPE. PROJETO CATUNDA 30 ANOS – DOCUMENTÁRIO Catunda 30 anos de Emancipação Política: da luta à conquista por Regina Elena Magalhães. Youtube, 04 de set. de 2020. 29: 53. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wPgIMv_hij0. Acesso em: 2 de jan. de 2026.

de um projeto escolar com o objetivo de rememorar o processo emancipatório do município. Convidada por uma instituição de ensino local – o Centro Educativo Pequeno Príncipe –, a primeira prefeita e uma das principais articuladoras do movimento emancipacionista revisita, em primeira pessoa, a trajetória política que culminou na criação do município no início da década de 1990.

Trata-se de uma fonte singular no conjunto analisado, pois, diferentemente dos documentos institucionais, periódicos e produções comemorativas anteriormente analisadas, a narrativa é conduzida em primeira pessoa por uma mulher que participou direta e ativamente dos acontecimentos narrados. Ainda que o documentário não tematize explicitamente a questão de gênero, o protagonismo feminino emerge de forma concreta, uma vez que, pela primeira vez, uma mulher liderança política local narra a si mesma como sujeito histórico, e não como personagem mediada por terceiros.

A produção audiovisual também evidencia permanências discursivas já observadas nas fontes anteriores. A narrativa enfatiza a luta, o esforço coletivo e os marcos institucionais da emancipação, mantendo uma leitura linear do passado. Assim, mesmo quando a voz feminina ocupa o centro da narrativa, o enquadramento memorialístico permanece alinhado a uma racionalidade política já consolidada na escrita da história local.

No mesmo contexto pandêmico, outra iniciativa de (co)memoração do trigésimo aniversário de Catunda foi desenvolvida por meio do site *Catunda 30 anos: memórias, sentimentos e saudades*,²⁸ reunindo transmissões ao vivo, uma exposição virtual e debates públicos. Organizado fora da estrutura formal da administração municipal, o projeto propôs visitar símbolos, instituições e práticas culturais da cidade, ao mesmo tempo em que buscou problematizar os modos tradicionais de celebração cívica, inviabilizados naquele momento.

A migração das comemorações para o ambiente virtual não representou apenas uma mudança de suporte, mas abriu espaço para novas formas de circulação da memória histórica. Ao reunir diferentes vozes, temas e linguagens, o projeto tencionou, ainda que de forma limitada, as narrativas

28 Cf. FARIAS, Wagner Cavalcante. *Catunda 30 anos: memórias, sentimentos e saudades*, 2020. Disponível em: <https://catunda30anos.wixsite.com/30anoscatunda>. Acesso em: 2 de jan. de 2026.

propostas sobre a história local até aquele momento, tornando visíveis experiências e sujeitos pouco destacados nas produções comemorativas oficiais.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se o encontro público entre duas lideranças políticas femininas de gerações distintas: Regina Elena Magalhães e a então prefeita Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima. O diálogo, ocorrido em 5 de setembro de 2020, na rádio local e transmitido por diferentes canais de comunicação, intitulado *Eleitas: mulheres na política ontem e sempre!*²⁹, constituiu um acontecimento inédito na história política recente do município, ao promover a interlocução pública entre grupos historicamente situados em campos de oposição e por ser espaço onde mulheres lideranças da política narraram suas experiências elas mesmas.

Embora o teor da conversa não tenha aprofundado uma reflexão historiográfica sistemática sobre as trajetórias dessas mulheres, o encontro evidencia deslocamentos importantes nos usos do passado. Ao possibilitar que mulheres ocupassem simultaneamente o lugar de narradoras da história política local, a iniciativa problematizou a memória pública tradicionalmente centrada em figuras masculinas, ainda que sem romper completamente com os enquadramentos narrativos dominantes.

Mesmo não se tratando de uma produção oficial, o conjunto dessas fontes confirma que toda prática de memória é atravessada por interesses, disputas e enquadramentos simbólicos. No entanto, ao serem produzidas em um contexto de crise sanitária e política, essas iniciativas revelam fissuras nos modos tradicionais de (co)memoração, abrindo espaço para experiências narrativas que, ainda de forma incipiente, permitem repensar o lugar das mulheres na história e na memória política de Catunda.

Considerações finais

Neste artigo, busquei evidenciar como a História e a Memória em Catunda foram produzidas e publicadas entre 1990 e 2020. Relatórios oficiais, apostilas didáticas, matérias jornalísticas, cordéis e publicações memo-

29 Cf. CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA – UVA. ELEITAS: MULHERES NA POLÍTICA ONTEM E SEMPRE! Youtube, 05 de set. de 2020. 2: 03: 04. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BA0f6KrzW10>. Acesso em: 2 de jan. de 2026.

rativas revelam que o passado sobre e na cidade não foi apenas lembrado, mas continuamente mobilizado como recurso estratégico nas disputas políticas locais.

Ao analisar os documentos, aqui tomados como fontes, pude compreender que a escrita da História em Catunda esteve, em grande medida, vinculada a agentes próximos às estruturas do poder municipal, sobretudo nos contextos pós-emancipação, em anos eleitorais e/ou em momentos comemorativos. Desde as primeiras produções, observa-se uma narrativa do passado linear, fundacional e personalista, no qual sujeitos e/ou eventos são destacados em detrimentos de outros, assim alguns corpos e/ou acontecimentos ganham a condição de protagonistas na História da cidade e outros permaneceram silenciados, secundarizados e/ou enquadrados em estereótipos.

Os documentos, na medida em que resgatam e/ou construíram o passado, buscavam divulgar o presente e, em alguns casos, convidar os munícipes a pensar o futuro. Dito isto, questões do tipo: como o passado de Catunda foi utilizado para fins políticos?; quais e como as personagens políticas são divulgadas para atingir esses objetivos?; ou qual o lugar social da escrita desses textos? guiaram esta reflexão.

Tomando o gênero como categoria de análise, busquei demonstrar que essas narrativas são estruturadas pelas relações de poder que atravessam tanto os agentes que a produzem, quanto as histórias e memórias narradas. A participação das mulheres, em destaque na política, embora presente desde antes da emancipação do município, aparece ora valorizada a partir das expectativas de gênero – “Catunda cresce sob a visão das mulheres” –, ora atacada – “A mulher que nós falamos / Era cobra cascavél” (p. 2). Assim, e principalmente nas matérias jornalísticas e nos cordéis analisados, o gênero operou como recurso discursivo na construção política do passado sobre a cidade.

O relatório e a apostila evidenciaram a necessidade de se construir uma História para a cidade recém-emancipada em busca de construir uma ideia de identidade coletiva para Catunda. Os cordéis, por sua vez, ampliaram a noção do uso político do passado e mostraram a politização da memória que reforça a lógica de “nós contra eles” e, ainda, marcam os protagonistas e os sujeitos secundários nessa História.

As produções comemorativas dos quinze, vinte e vinte cinco anos de emancipação indicam um deslocamento nesse uso do passado: se nos anos imediatamente pós-emancipação a preocupação era “inventar” a cidade através da História, nos anos seguintes se observa um esforço de reafirmar e administrar a memória já estabelecida. O passado, portanto, é apresentado como continuidade, herança, e a comemoração funciona como ritual de consagração de determinadas gestões municipais. Mesmo quando produzidas por “profissionais da história”, essas narrativas permanecem atravessadas por demandas políticas.

Deste modo, neste estudo reafirmo que História e Memória não são campos neutros, mas espaços de disputas, nos quais se confrontam projetos políticos. Em Catunda, entre 1990 e 2020, o passado foi continuamente reatualizado para explicar o presente, em alguma medida, projetar futuros desejáveis, o que revela que lembrar e esquecer são atos políticos. Ao problematizar os usos do passado e sua relação com o gênero, busquei contribuir não apenas com a História Política local, mas com alguns debates mais amplos, como a relação entre memória, poder e gênero, dando destaque à necessidade de questionar quem narrar, a partir de onde e quais experiências são destacadas na história publicada.

Enfim, indico que o caminho que segui até aqui não é a única chave de leitura desses documentos, sendo assim não esgotam as problematizações que podem e devem ser feitas sobre a História e Memória produzida e publicada em Catunda. Ainda, destaco que outros importantes documentos já foram e estão sendo criados com o mesmo objetivo dos aqui analisados, como é o caso de do álbum de figurinhas comemorativo, outros tantos desfiles cívicos e manifestações culturais e mais recentemente o *podcast* da rádio local, o #Podver.

Para arrematar essa discussão, acredito ser urgente à escrita de uma História de Catunda nos moldes acadêmicos e a partir de uma perspectiva do gênero e suas intersecções, das emoções e feita “sob demanda” de outros corpos que até há pouco foram nunca ou pouco problematizados como agentes históricos nessas narrativas.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O tecelão dos tempos. In: _____. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História*. São Paulo: Intermeios, p. 179-190, 2020.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, p. 69-89, 1992.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.
- CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, p. 199-217, 1998.
- FARIAS, Wagner Cavalcante. Emoções, relações de gênero e histórias na avenida: a (co)memoração do 7 de setembro em Catunda – Ceará (2013-2022). In: JORNADAS DO LEGH, 5., 2023, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Organização de Elaine Schmitt e Wagner Cavalcante Farias. Florianópolis: Ed. dos Autores, p. 570-584, 2023.
- HARTOG, François. Le témoin et l'historien. *Gradhiva: revue d'histoire et d'archives de l'anthropologie*, Paris, n. 27, p. 1-14, 2000.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjoncture historiographique. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 7. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 387-440, 2013.
- LEVI, Giovanni. Le passé lointain: sur l'usage politique de l'histoire. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução de Lúcia Haddad. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 55, n. 4, p. 731-747, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a História. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-79, jul./dez. 1995.

TORRES, Pedro Ruiz. Les usages politiques de l'histoire en Espagne: formes, limites et contradictions. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.

Fontes documentais

Administrando Catunda com amor. Diário do Nordeste, Fortaleza, 27 out. 1993.

ANTONIO, José. *História política de Catunda*. Catunda, 2015.

Catunda quem te viu e quem te vê. Catunda, 2000.

Catunda, somos nós, os verdadeiros sequestradores do dinheiro de vocês. Catunda, 2000.

Catunda. Diário do Nordeste, Fortaleza, 30 set. 1993.

Catunda: distritozinho ontem, cidade progresso hoje. Diário do Nordeste, Fortaleza, 9 set. 1994.

Catunda: 15 anos – Catunda novos horizontes. Catunda, 2005.

Catunda: 20 anos – Catunda de história e compromisso com o futuro. Catunda, set. 2010.

Cinco anos de emancipação política: Regina Elena constrói Catunda com amor. Diário do Nordeste, Fortaleza, 7 set. 1995.

COLIGAÇÃO CATUNDA UNIDA E FORTE 2000. *Catunda unida e forte*. Catunda, 2000.

MAGALHÃES, Maria de Fátima. *Conhecendo Catunda: relatório preliminar*. Catunda, 1993.

SANTOS, Amsterdam Lopes dos. *Estudos regionais: querer é aprender*. Catunda, 1995. Apostila.

Sexto aniversário de Catunda movimentada cidade com muita festa e inaugurações. Diário do Nordeste, Fortaleza, 6 set. 1996.

Fontes orais e audiovisuais

MAGALHÃES, Regina Elena. *Entrevista 01* [28 out. 2021]. Entrevistador: Wagner Cavalcante Farias. Catunda, 2021.

CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA ÁGORA. *Projeto Catunda 30 anos – Catunda: memórias, sentimentos e saudades*. Disponível em: <https://catunda30anos.wixsite.com/30anoscatunda>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CENTRO EDUCATIVO PEQUENO PRÍNCIPE. *Projeto Catunda 30 anos – documentário: Catunda, 30 anos de emancipação política: da luta à conquista*, por Regina Elena Magalhães. YouTube, 4 set. 2020. 29 min 53 s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wPgIMv_hiJ0. Acesso em: 3 fev. 2026.

LIMA, Antonia Dnara da Costa Nascimento; FARIAS, Wagner Cavalcante. *História em retratos: um registro afetivo do desfile cívico de 7 de setembro pelos arquivos dos catundenses*. In: *30 anos – Catunda: histórias, sentimentos e saudades*. 2020. Disponível em: <https://catunda30anos.wixsite.com/30anoscatunda/hist%C3%B3ria-em-retratos>. Acesso em: 3 fev. 2026.



Lembrar para resistir: relações de gênero e memória no documentário “*Torre das Donzelas*” (2018), de Susanna Lira

Amanda Alves Vieira

Resumo: O artigo analisa as relações entre gênero e memória no documentário *Torre das Donzelas* (2018), de Susanna Lira, que reconstrói as experiências de mulheres presas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O documentário evidencia as especificidades da repressão contra mulheres e destaca práticas de solidariedade e resistência no cárcere. Conclui-se que a obra atua como dispositivo de memória e intervenção política nas disputas contemporâneas sobre a ditadura.

Palavras-chave: Cinema; memória; mulheres.

Introdução

A presente pesquisa analisa as relações entre gênero e memória no documentário *Torre das Donzelas* (2018), dirigido por Susanna Lira¹, bus-

1 Susanna Lira é cineasta, dirigiu mais de 18 longas-metragens e dezenas de curtas e séries, acumulando mais de 120 prêmios em festivais no Brasil e no exterior. Ao longo de 20 anos de carreira, trabalhou para os principais veículos de comunicação, possuindo uma longa e reconhecida carreira como diretora, tendo sido inclusive homenageada em vários países com obras exibidas em mostras especiais dedicadas à sua trajetória no Chile (2019), Uruguai (2018), Argentina (2016) e Brasil, onde foi homenageada em 2021 com a Mostra Susanna Lira, organizada pelo Inffinito Fes-

cando compreender como a obra constrói uma narrativa sobre a experiência de mulheres militantes durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Embora amplamente estudado pela historiografia, o período ditatorial permanece como um campo de disputas no Brasil contemporâneo, marcado por tensões entre memórias que denunciam a violência do regime e discursos que buscam relativizar ou negar esse passado. Nesse contexto, a memória do período ditatorial não se apresenta como um consenso, mas como um território conflituoso, atravessado por disputas simbólicas, políticas e historiográficas que se intensificam à medida que o passado é constantemente reatualizado no presente.

Instaurada a partir do golpe de 1964, a ditadura consolidou um regime autoritário caracterizado pela supressão de direitos políticos, pela censura e pela repressão sistemática aos opositores, utilizando prisões, tortura e exílio como instrumentos de controle. Nesse contexto, o Presídio Tiradentes, em São Paulo, tornou-se um dos principais espaços de encarceramento de presos políticos e de práticas de violência física e psicológica, mas também de articulações políticas e estratégias de sobrevivência. Na ala feminina, nomeada pelos moradores da ala masculina como “Torre das Donzelas”, espaço destinado à prisão de mulheres consideradas subversivas pelo regime, observa-se que ela se tornou símbolo das especificidades da repressão dirigida às mulheres. Lá estiveram presas estudantes, trabalhadoras e militantes de diferentes organizações políticas, cujas trajetórias revelam dimensões específicas da repressão direcionada às mulheres.

A repressão política não se configurou como uma ação episódica, mas como uma política de Estado articulada por meio de órgãos de informação, forças policiais e espaços específicos de encarceramento e tortura. O cárcere feminino revelou como o autoritarismo operou de maneira articulada ao patriarcado, produzindo formas específicas de punição, e constituiu-se como instrumento central de controle, de produção de silêncio e de tentativa de desarticulação das resistências ao regime.

Esse apagamento relaciona-se diretamente às desigualdades de gênero que atravessam tanto o período ditatorial quanto a produção do conheci-

tival. Foi jurada do Emmy Awards em 2023 e finalista como Melhor diretora Latino-americana de ficção nos Prêmios Produ 2023 (México) (Modo Operante, 2025).

mento histórico. Durante décadas, as narrativas sobre a repressão privilegiaram trajetórias masculinas, relegando as mulheres a posições secundárias ou invisibilizando suas vivências. Contudo, a experiência feminina do cárcere apresenta especificidades que demandam análise própria, uma vez que a repressão incidiu não apenas sobre a militância política, mas também sobre os corpos, os afetos e os papéis sociais atribuídos às mulheres.

É nesse cenário que se insere o documentário *Torre das Donzelas*, dirigido por Susanna Lira e lançado em 2018, em meio à ascensão de discursos revisionistas e à reconfiguração do cenário político brasileiro. O documentário reconstrói a memória de mulheres ex-presas políticas — que estiveram encarceradas na ala feminina do Presídio Tiradentes, em São Paulo — a partir de entrevistas, reconstituições cenográficas e encenações, nas quais essas próprias mulheres revisitam o espaço do cárcere e elaboram coletivamente suas lembranças. Ao colocar essas vozes no centro da narrativa, o documentário rompe com silenciamentos históricos e reescreve as mulheres como sujeitas da história da ditadura brasileira, oferecendo uma leitura sensível e crítica da experiência do cárcere durante o regime. O documentário propõe uma interpretação do passado a partir das marcas deixadas no corpo e na memória das protagonistas.

A escolha do cinema documental como objeto e fonte de investigação dialoga com debates contemporâneos da historiografia, especialmente no campo da História do Tempo Presente. Ao longo das últimas décadas, o audiovisual passou a ser reconhecido como forma legítima de produção de narrativas históricas, uma vez que realiza operações semelhantes às da escrita da história, como seleção, recorte, ordenação e interpretação dos acontecimentos. Assim, o documentário deve ser compreendido como uma narrativa historicamente situada, atravessada por escolhas estéticas e políticas, que disputam a memória e a interpretação histórica.

No âmbito da História do Tempo Presente, o cinema adquire relevância particular, pois permite analisar eventos cujos efeitos ainda se fazem sentir na sociedade contemporânea. A produção de documentários sobre a ditadura civil-militar brasileira relaciona-se diretamente com as disputas em torno da memória, da justiça de transição e da permanência de estruturas autoritárias. Desse modo, o documentário configura-se como espaço privilegiado de disputa, no qual diferentes interpretações do passado entram

em confronto e atuam como contra-discurso, reafirmando a violência do regime e denunciando as continuidades autoritárias presentes na sociedade contemporânea.

Ao narrar experiências de violência e resistência, o documentário contribui para o enfrentamento do esquecimento e para a afirmação da memória como elemento constitutivo da democracia. Como observa Susanna Lira, o filme é pensado como um “manual de resistência” (Brasil de Fato RS, 2019), pois, apesar de narrar histórias de dor, evidencia também a força coletiva das mulheres frente à opressão.

Diante disso, este trabalho propõe analisar *Torre das Donzelas* como objeto historiográfico, compreendendo-o como uma narrativa que produz conhecimento histórico, intervém no debate público e participa ativamente das disputas de memória sobre a ditadura brasileira. Busca-se compreender como o documentário constrói uma narrativa historiográfica sobre o cárcere feminino durante a ditadura e como essa narrativa dialoga com as disputas de memória no tempo presente.

Ditadura, memória e disputas no Brasil Contemporâneo (2010 -2022)

O documentário *Torre das Donzelas* (2018), dirigido por Susanna Lira, foi lançado em um momento de profundas tensões políticas no Brasil, quando as disputas de memória sobre a ditadura civil-militar voltaram a ocupar o centro do debate público. Compreender esse contexto é fundamental para analisar a obra. Ao resgatar a experiência das mulheres militantes encarceradas, o documentário estabelece uma relação com o presente, pois os anos que antecedem sua estreia foram marcados por intensas tensões políticas no Brasil, que culminaram na ascensão da extrema direita. O documentário conecta-se a um momento da história recente do país em que o passado da repressão militar se entrelaça com o presente de uma política polarizada, na disputa pela memória e pelos sentidos da democracia. A obra dialoga com um momento histórico no qual esse passado autoritário voltou a ser reivindicado e contestado no cenário político brasileiro. Em meio a discursos que relativizam ou mesmo exaltam o regime militar, *Torre das Donzelas* contrapõe-se como um gesto de resistência ao recupe-

rar experiências de mulheres que enfrentaram a repressão, reafirmando que a democracia é resultado de lutas históricas e contínuas.

A ausência de um processo amplo de justiça de transição no Brasil contribuiu para que a memória da ditadura permanecesse tensionada. Diferentemente de outros países latino-americanos, o Estado brasileiro não promoveu julgamentos sistemáticos de agentes da repressão, o que possibilitou a permanência de narrativas que relativizam ou minimizam as violências cometidas. Ao longo da década de 2010, a eleição de Dilma Rousseff, ex-presa política e vítima da ditadura, trouxe novamente para o centro do debate público os limites da democracia brasileira e a violência de Estado, reforçando a relação entre memória do regime ditatorial, gênero e democracia. A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei n.º 12.528/2011, representou um marco importante no processo de justiça de transição no Brasil. Seu relatório final, publicado em 2014, reforçou a necessidade de reconhecer a violência perpetrada pelo Estado, incluindo torturas, perseguições e desaparecimentos forçados. Ao mesmo tempo, emergiram discursos que buscavam relativizar ou negar esse passado, em um contexto de polarização política intensificada pelas manifestações de 2013 e pela crise que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

A eleição presidencial de 2018 marcou, assim, a consolidação de um projeto político que frequentemente recorreu a referências positivas à ditadura. A ascensão do bolsonarismo intensificou os ataques aos direitos sociais, ambientais e educacionais. Em algumas falas, o então presidente exaltava figuras da repressão militar, enquanto surgiam novos embates em torno da democracia, demonstrando como o passado autoritário brasileiro permanece ativo na sociedade, reatualizando disputas sobre memória e poder. Como destaca Lilian Schwarcz (2019, p. 26), as raízes históricas do autoritarismo, do patriarcalismo, da violência de Estado e da desigualdade permanecem estruturais na história brasileira, continuando a repercutir no presente e alimentando um terreno fértil para discursos de intolerância e exclusão. É nesse espaço de tensão que se insere o documentário *Torre das Donzelas*, ao reivindicar o papel das mulheres na resistência à ditadura e reafirmar a importância de manter viva a memória democrática em tempos de polarização.

Nesse mesmo período, as redes sociais consolidaram-se como arenas centrais de disputa política, contribuindo tanto para a mobilização democrática — a exemplo da movimentação feminista #EleNão — quanto para a difusão de desinformação. Esses acontecimentos revelam como a memória da repressão e da resistência não é um tema restrito ao passado; ela se mantém presente na disputa política contemporânea, influenciando a compreensão do presente e as perspectivas sobre o futuro da democracia brasileira. O documentário *Torre das Donzelas* assume uma posição crítica ao reconstruir as experiências de mulheres presas políticas, articulando memória, gênero e resistência em diálogo com o contexto político contemporâneo. Assim, o período entre 2010 e 2022 constitui um pano de fundo indispensável para compreender o impacto de *Torre das Donzelas*.

A obra insere-se em um cenário em que as memórias da ditadura são retomadas, reinterpretadas e disputadas, evidenciando o papel do cinema documental como espaço de resistência e de afirmação da democracia. Nesse contexto, revisitar o cárcere feminino assume dimensão política. As mulheres presas políticas, historicamente invisibilizadas nas narrativas tradicionais sobre a repressão, passam a ocupar o centro da narrativa documental. O documentário, ao reconstruir cenograficamente a cela a partir de desenhos e memórias das ex-presas, cria um dispositivo de evocação que transforma o espaço em gatilho de lembranças. A memória emerge fragmentada, atravessada por silêncios, afetos e pausas. Essa construção rompe com narrativas heroicas ou simplificadoras, evidenciando a complexidade das experiências femininas no cárcere.

Cinema, história e gênero: o documentário como fonte histórica

O cinema tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos campos mais dinâmicos da pesquisa historiográfica. O avanço dos estudos e a ampliação das fontes históricas permitiram que ele se tornasse objeto e instrumento de análise para a historiografia. O cinema, enquanto fonte histórica, passou a ser compreendido como espaço de memória, forma de conhecimento e lugar de disputa. Para Marc Ferro (1992), o cinema constitui não apenas uma fonte histórica, mas também um agente ativo

na produção de sentidos sobre o real. Assim, todo filme contém “história”, pois traz em si marcas da sociedade que o produziu, expressando tensões políticas, valores sociais e conflitos de seu tempo. Dessa forma, é possível analisar o documentário como um instrumento político de produção de narrativas compostas por significados e significantes.

A relação entre o cinema brasileiro e a ditadura civil-militar (1964–1985) é complexa, marcada por diferentes fases, linguagens e estratégias de enfrentamento à censura. Desde o golpe de 1964, cineastas, produtores e críticos viram-se diante do desafio de representar a realidade nacional em um contexto de censura, vigilância, repressão ideológica e controle institucional sobre os meios de comunicação. A repressão ao cinema deu-se por meio de perseguições diretas a artistas, desmonte de instituições culturais e tentativas sistemáticas de sufocar a produção de obras politicamente críticas. Ainda assim, como demonstra a história da cinematografia brasileira, o processo de censura influenciou a luta de cineastas e cineastas para o surgimento de novas estéticas políticas, formas simbólicas de linguagem e estratégias narrativas que buscavam driblar o autoritarismo. Alguns conseguiram contornar a censura, como foi o caso de Ana Carolina Teixeira Soares, que logrou “contornar os obstáculos da censura, por meio de alegorias, metáforas e ironia — matérias-primas de sua estética e linguagem cinematográfica” (Veiga, 2022, p. 158).

O documentário *Torre das Donzelas* (2018) conecta-se ao enfrentamento da incompletude da justiça de transição brasileira. Ao contrário de outros países latino-americanos, o Brasil não julgou os responsáveis pelas violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. Por isso, grande parte do processo de reconstrução da memória política brasileira tem sido assumida por obras artísticas, pela literatura, pelo teatro, por produções universitárias e, especialmente, pelo cinema. Nesse contexto, *Torre das Donzelas* funciona como um gesto de reparação simbólica. Ao colocar em evidência mulheres que resistiram à instituição repressiva que buscou destruí-las, o documentário realiza um ato de justiça subjetiva, reescrevendo as sobreviventes como autoras da própria história. Sua narrativa remete a uma produção que revisita o trauma para que ele não se naturalize, não seja apagado e não seja apropriado por projetos revisionistas que tentam reabilitar o regime autoritário no imaginário social. Desse modo, o docu-

mentário não se limita a reconstituir o passado: ele intervém no presente, dialogando diretamente com o contexto político contemporâneo, marcado pela ascensão de discursos autoritários que relativizam ou celebram o autoritarismo. O documentário insere-se, portanto, em uma disputa pública sobre “o que lembrar” e “como lembrar”.

A partir do documentário, é possível observar a relação entre cinema e gênero. Joan Scott (1995) aponta que o gênero é uma categoria de análise histórica que permite compreender como as diferenças sexuais são construídas social e historicamente e como são constitutivas de relações de poder, bem como de que forma essas relações atravessam corpos e subjetividades. No documentário, as memórias das ex-presas políticas revelam como a experiência de gênero atravessou a repressão e moldou estratégias de resistência, tornando visível um aspecto frequentemente marginalizado pela narrativa histórica tradicional. Além disso, Ana Maria Veiga (2022) ressalta a importância das cineastas na produção de uma memória audiovisual sobre ditadura e gênero no Brasil. Segundo a autora, obras como *Torre das Donzelas* contribuem para reposicionar as mulheres como protagonistas de uma narrativa que conecta passado e presente, resistência e memória. Dessa forma, a análise de *Torre das Donzelas* deve considerar simultaneamente suas dimensões estética, política e memorial, reconhecendo o documentário como um dispositivo que intervém nas lutas pela democracia.

Memória do cárcere em *Torre das Donzelas* (2018)

O documentário *Torre das Donzelas* (2018), dirigido por Susanna Lira, reconstrói a memória de ex-presas políticas encarceradas no Presídio Tiradentes, em São Paulo, durante os anos da ditadura civil-militar. A Figura 1 apresenta a capa do documentário. A partir de entrevistas, reconstituições cenográficas e reencenações, a obra permite que essas mulheres revisitem coletivamente suas experiências no cárcere, elaborando uma narrativa que destaca o protagonismo feminino na resistência ao regime.

O documentário destaca-se como uma das obras mais contundentes da produção audiovisual brasileira recente voltada para a reconstrução da memória social da ditadura civil-militar, pois transforma a experiência em narrativa coletiva, reabrindo espaços de fala e retratando, no presente, expe-

riências femininas silenciadas pelo esquecimento institucional. Sua análise permite compreender como o cinema se converte em lugar de disputa do passado, campo de elaboração política e espaço de produção de sentido histórico diante da ausência de justiça plena e da permanência do negacionismo.

Figura 1 – Capa de *Torre das Donzelas*



Fonte: Modo Operante Produções (2018).

O documentário reúne os testemunhos de mais de 30 mulheres militantes, ex-presas políticas que estiveram encarceradas na Torre do Presídio Tiradentes. As entrevistadas pertenceram a diferentes organizações de esquerda, atuaram em distintas frentes da resistência à ditadura civil-militar e apresentam trajetórias diversas que se cruzam no interior da ala feminina do presídio. À época da prisão, eram majoritariamente mulheres jovens, muitas delas estudantes, trabalhadoras ou militantes em processo de formação polí-

tica. Embora possuam origens regionais distintas e a maioria seja composta por mulheres brancas, suas narrativas revelam experiências compartilhadas de militância, repressão, violência institucional e resistência coletiva.

Torre das Donzelas rompe com uma tradição historiográfica que frequentemente invisibilizou as experiências femininas, permitindo que essas mulheres elaborem sentidos sobre o passado a partir de suas memórias, afetos e reflexões políticas. Entre as mulheres presentes estão: Ana Bursztyn-Miranda, Ana Maria Aratanga, Ana Mércia, Darci Miyaki, Dilma Rousseff, Dulce Maia, Elza Lobo, Eva Teresa Skazufka, Guida Amaral, Iara Glória Areias Prado, Ieda Akselrud Seixas, Ilda Martins da Silva, Janice Theodoro da Silva, Leane Ferreira de Almeida, Lenira Machado, Leslie Belloque, Lucia Salvia Coelho, Maria Aparecida Costa, Maria Aparecida dos Santos, Maria Luiza Belloque, Marlene Soccas, Nadja Leite, Nair Benedicto, Nair Yumiko Kobashi, Rita Sipahi, Rioco Kayano, Robêni Baptista da Costa, Rose Nogueira, Sirlene Bendazzoli, Telinha Pimenta e Vilma Barban.

Torre das Donzelas destaca-se por construir uma narrativa centrada exclusivamente nas experiências de mulheres. Embora a presença feminina na resistência seja amplamente documentada por estudos históricos e memórias, a historiografia tradicional frequentemente relegou essas experiências a um segundo plano, reproduzindo perspectivas marcadas pelo patriarcado. O documentário reinscreve, portanto, as trajetórias de ex-presas políticas como protagonistas da história, permitindo que elas narrem suas próprias experiências e mobilizem emoções, afetos e reflexões que revelam as múltiplas camadas da violência de gênero.

Memória, resistência e experiência do cárcere feminino

A experiência das mulheres encarceradas durante a ditadura civil-militar brasileira constitui um dos capítulos mais complexos desse período. Durante décadas, porém, seus relatos foram silenciados em função de estruturas patriarcais que minimizaram sua participação política e de um discurso estatal que buscou apagar as marcas da violência de gênero no sistema repressivo. O documentário *Torre das Donzelas* (2018), ao colocar no centro da narrativa as memórias de ex-presas políticas, realiza uma operação historiográfica fundamental: reinscreve a experiência feminina

como dimensão constitutiva da luta contra o autoritarismo. Para compreender a relevância dessa operação, é preciso considerar como o cárcere funcionou simultaneamente como instrumento de dominação autoritária e como espaço de construção de solidariedades, afetos e formas de resistência. Dilma Rousseff reflete:

O que que é a prisão? Ela é um controle do espaço e do tempo e define o que você faz no seu cotidiano, e como você faz, e te isola. Então, qual era nosso objetivo? Não nos isolar, ter o controle do nosso espaço, dentro das nossas possibilidades, e do nosso tempo (Rousseff, Torre das Donzelas, 2018, 1h11min).

Os testemunhos presentes no documentário — alguns articulados com as memórias registradas em obras escritas — revelam que o aprisionamento feminino durante a ditadura possuía especificidades que extrapolavam a violência física. Havia uma clara tentativa de quebrar subjetividades, despolitizar corpos e deslegitimar as mulheres como agentes políticas e históricas. As ex-presas relatam, no documentário, insultos misóginos, uso de terminologia machista, tentativas de desumanização e estratégias de humilhação sexual praticadas pelos torturadores.

No documentário, essa dimensão dos insultos e das ameaças proferidas pelas autoridades expõe como o corpo feminino foi transformado em campo de batalha — espaço vítima da violência estatal e, simultaneamente, espaço de resistência. Joan Scott argumenta que “o gênero é uma forma primária de significar relações de poder” (Scott, 1995, p. 86), e a repressão durante a ditadura confirma essa perspectiva: as mulheres foram punidas não apenas por seus atos políticos, mas também por desafiar a ordem patriarcal.

Apesar da violência do regime, o cárcere também se tornou espaço de solidariedade, aprendizado coletivo e reorganização política. As mulheres desenvolveram estratégias de apoio mútuo e formação política que transformaram a convivência cotidiana em forma de resistência. No documentário, elas relembram como criavam grupos de estudo, promoviam ensino mútuo, realizavam debates políticos, atividades culturais, exercícios físicos

e estratégias de cuidado coletivo. As cenas em que reconstróem esses gestos — sentar-se ao redor da mesa e nos beliches, cantar juntas, ler textos e ensinar umas às outras — evidenciam como o cotidiano se tornou uma arma política. A força da convivência feminina na prisão permitiu o aprofundamento de vínculos afetivos e políticos, transformando aquelas mulheres em companheiras de luta, cuja solidariedade foi fundamental para a sobrevivência aos traumas da repressão. Assim, sobreviver tornou-se um ato político e coletivo.

A operação realizada por Susanna Lira reativa camadas da memória por meio do corpo e do espaço. A reconstrução da cela da Torre permite que as mulheres acessem lembranças corporais, e o retorno ao espaço reconstruído funciona como estímulo às memórias profundas, pois o espaço físico convoca recordações e produz conexões afetivas. A Torre reconstruída torna-se um ponto simbólico onde as mulheres narram como aquele espaço rompe fronteiras temporais: passado, presente e futuro se entrelaçam enquanto elas lembram, choram, discutem, riem e silenciam juntas.

A solidariedade feminina não surge apenas como lembrança do passado, mas também como gesto presentificado no ato de filmar. Susanna Lira promove encontros coletivos entre as ex-presas, valorizando o diálogo, o conflito e o apoio mútuo, revelando uma prática de escuta e valorização da memória compartilhada, marcada por sensibilidade e resistência política que transformam a dor em escuta. Esse olhar para a dor e os traumas vividos manifesta-se também no cuidado com o registro dos silêncios. Logo nas primeiras cenas, ao entrar no cenário, as entrevistadas hesitam, emocionam-se, respiram fundo, desviam o olhar e interrompem frases. A cineasta não elimina esses momentos. O silêncio torna-se documento histórico: denuncia aquilo que não pode ser dito, aquilo que permanece no corpo e na memória, aquilo que ultrapassa a linguagem. Esses silêncios constituem componentes essenciais da memória feminina da ditadura.

A dimensão da resistência no cárcere também é representada como um processo coletivo de negociação de identidades. Algumas mulheres narram que, antes de serem presas, não se percebiam feministas e/ou não

elaboravam conscientemente questões de gênero. A convivência forçada na Torre permitiu que reconhecessem como o autoritarismo reproduzia padrões patriarcais e como seus corpos eram alvos de violências específicas de gênero. A prisão, nesse sentido, produziu novas formas de consciência política. A historiografia das mulheres na ditadura tem demonstrado como o encarceramento permitiu o surgimento de redes femininas de debate, reflexão e solidariedade, transformando o cárcere em espaço de formação, dimensão essencial para compreender o papel das mulheres na luta pós-ditadura e no processo de transição democrática.

Assim, o documentário *Torre das Donzelas* reconstrói o cárcere feminino como espaço de violência e resistência, lugar de trauma e criação, território de dor e solidariedade. Ao fazê-lo, reinscreve as mulheres na historiografia da ditadura e amplia o repertório de memórias que estruturam a compreensão da violência estatal no Brasil. O documentário mostra que o passado ditatorial continua atravessando corpos, afetos e lutas. É justamente na força dessas mulheres que o documentário constrói sua potência historiográfica e política.

Lembrar para resistir: o documentário no contexto das disputas de memória no Brasil contemporâneo

A recepção e o significado histórico do documentário *Torre das Donzelas* não podem ser compreendidos fora do contexto político de sua produção e circulação. Lançado em 2018, ano marcado por profunda instabilidade democrática, ascensão de discursos autoritários e ofensiva contra políticas de direitos humanos, o documentário de Susanna Lira emerge como intervenção direta nas disputas de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. A obra insere-se em um cenário de polarização extrema, no qual a lembrança do passado ditatorial se torna terreno de conflito e instrumento de manipulação política.

Nos anos que antecedem o lançamento do documentário, observa-se, no Brasil, a intensificação de discursos revisionistas que relativizaram, negaram e distorceram o regime ditatorial de 1964–1985. Figuras públicas passaram a exaltar torturadores, minimizar a violência institucional e

questionar as violações de direitos humanos amplamente documentadas pela Comissão Nacional da Verdade, por pesquisadores e por testemunhas.

É nesse ambiente que *Torre das Donzelas* chega ao público. A obra assume, portanto, uma dimensão política ampliada: não apenas relembra o passado, mas também se contrapõe às narrativas que buscam apagá-lo ou distorcê-lo. Entretanto, a disputa pela memória da ditadura envolve também o tipo de futuro que se deseja construir. Nesse sentido, o documentário atua ao evidenciar a violência, o trauma e a resistência das mulheres encarceradas — elementos frequentemente apagados nos discursos revisionistas.

A conjuntura de 2018 também é fundamental para compreender a intensidade emocional da narrativa e a urgência política da obra. A presença de Dilma Rousseff no documentário, por exemplo, adquire dimensão simbólica ampliada. Sua fala, além de estar vinculada à tortura que sofreu na década de 1970, também pode ser interpretada à luz da experiência recente do impeachment de 2016, cujas motivações e efeitos foram marcados por discursos misóginos, violência política de gênero e desestabilização democrática. A impossibilidade de Dilma retornar à cela reconstruída constitui também um comentário político contemporâneo: a violência do passado reverbera no presente, e certas feridas, tanto pessoais quanto institucionais, permanecem abertas.

A montagem e os depoimentos sugerem que a ditadura deixou heranças que persistem nas estruturas sociais, nas práticas policiais, nas instituições e nos discursos públicos. Parte dessas heranças relaciona-se à memória da ditadura brasileira, marcada pela ausência de espaços físicos de preservação desse passado e pela falta de responsabilização efetiva dos agentes da repressão. É o que ocorreu com a própria Torre, demolida ainda durante a vigência do regime ditatorial, apesar de sua importância para a memória das ex-presas. O documentário *Torre das Donzelas* evidencia essa incompletude ao permitir que as sobreviventes relatem suas experiências e memórias em uma sociedade que, por vezes, questiona a legitimidade de seus testemunhos.

Ao expor a violência, o machismo e o patriarcado presentes no regime ditatorial, o documentário confronta diretamente o retorno de discursos

autoritários no Brasil contemporâneo. Trata-se, portanto, de uma obra que intervém no presente como afirmação historiográfica. Susanna Lira insere o testemunho das mulheres como elemento central na disputa pela narrativa histórica: elas são testemunhas vivas que confrontam os revisionismos com a força da memória incorporada.

O documentário dialoga com movimentos sociais contemporâneos, especialmente aqueles vinculados às pautas feministas e de direitos humanos. O ano de estreia da obra, 2018, foi marcado pelo crescimento das mobilizações de mulheres, como o movimento #EleNão, que denunciou a violência política de gênero e a ameaça representada por discursos autoritários à democracia brasileira. A força das mulheres no espaço público — e a recuperação de narrativas femininas da ditadura — adquire sentido ampliado quando se observa *Torre das Donzelas* como parte dessa constelação de ações políticas e culturais. A obra também reflete mudanças na própria historiografia brasileira, que, nas últimas duas décadas, vem revisando criticamente o papel das mulheres na resistência e desnaturalizando narrativas patriarcais sobre o período ditatorial. O documentário de Susanna Lira participa desse movimento epistemológico, trazendo ao grande público discussões que antes se concentravam em livros acadêmicos ou depoimentos dispersos.

Essa convergência entre cinema, feminismo e memória faz de *Torre das Donzelas* uma obra que participa ativamente da reconstrução histórica brasileira em um momento de ameaça à democracia. O documentário insere-se em um conjunto de produções audiovisuais contemporâneas que têm buscado recontar a ditadura a partir de perspectivas menos exploradas, ampliando o repertório da memória nacional. Como observa Veiga (2023), a presença de cineastas mulheres no campo documental apresenta maior sensibilidade política, tensionando o imaginário nacional e trazendo à tona aquilo que a história institucional tentou silenciar. *Torre das Donzelas* é um exemplo paradigmático desse movimento.

A reação do público ao documentário também revela muito sobre o cenário das disputas de memória. Em festivais, universidades e debates públicos, a obra provoca forte comoção e, ao mesmo tempo, encontra resistência por parte de grupos alinhados a discursos da extrema direita. Esse

conflito de recepção demonstra que a memória da ditadura permanece dividida e que o documentário atua como gatilho para reativar debates reprimidos. Ao abordar a violência de Estado contra mulheres, a obra desafia diretamente narrativas que buscam suavizar ou romantizar a ditadura.

Torre das Donzelas ilustra como o cinema pode atuar como agente na disputa pela memória e pela narrativa histórica. Em vez de assumir posição neutra ou distanciada, a obra afirma uma perspectiva clara: a violência da ditadura existiu, foi brutal, afetou profundamente a vida das mulheres, e suas marcas persistem. Em um período de negação sistemática da história, reafirmar o testemunho das sobreviventes constitui um ato de resistência democrática. Como afirma Susanna Lira em entrevista, o documentário que seria de memória transforma-se em um “manual de resistência” (Brasil de Fato RS, 2019).

Assim, o documentário reabre arquivos, convoca vozes silenciadas, reativa memórias coletivas e confronta discursos que buscam normalizar o autoritarismo. Em um Brasil marcado pela fragilidade institucional e pela recorrência de práticas repressivas, *Torre das Donzelas* torna-se mais do que uma obra cinematográfica: é um gesto político e historiográfico fundamental para a compreensão crítica do passado e para a defesa do futuro democrático.

Por fim, a análise do cárcere no documentário evidencia a presença de continuidades entre o passado autoritário e a sociedade contemporânea. As memórias das mulheres relacionam-se à conjuntura política de 2018, na qual a violência de gênero e o autoritarismo ressurgem no discurso público. Ao trazer essas narrativas para a tela, Susanna Lira explicita uma resistência feminina, demonstrando que a luta das mulheres contra o autoritarismo não terminou com a redemocratização. Esse gesto historiográfico conecta passado e presente, produzindo uma memória política que se opõe à banalização da ditadura e à reatualização das violências que a caracterizaram.

Considerações finais

As mulheres na ditadura vivenciaram uma dupla condição: foram alvo de violências específicas em razão de sua condição de gênero e, simultaneamente, transformaram essas experiências em práticas de resistência e

solidariedade. Essa dimensão é fundamental para compreender o documentário *Torre das Donzelas*, que, ao rememorar as experiências dessas militantes, expõe tanto as marcas da repressão quanto a potência política da resistência feminina.

A análise historiográfica de *Torre das Donzelas* evidencia que o documentário de Susanna Lira ultrapassa os limites formais do cinema testemunhal e se afirma como uma poderosa intervenção no campo da memória política brasileira. Ao reunir mulheres que sofreram prisão e tortura durante a ditadura civil-militar e ao organizar suas narrativas por meio de escolhas estéticas sensíveis, éticas e politicamente orientadas, o documentário constrói uma representação complexa da resistência feminina. Essa representação não se limita a registrar fatos do passado, mas rearticula camadas de memória que permanecem em disputa no presente.

O documentário revela que, embora o presídio seja um lugar de opressão e privação da liberdade, o cárcere também se transformou em espaço de solidariedade, afeto, resistência e aprendizado coletivo. As entrevistadas relatam que criaram dinâmicas de convivência, apoio mútuo e fortalecimento identitário e político. Tais práticas revelam que, longe de serem apenas vítimas, as mulheres encarceradas constituíram redes de resistência que desafiavam a lógica repressiva do regime. Essa solidariedade tornou-se elemento essencial para suportar a repressão e manter viva a esperança de transformação social.

A abordagem estética de Susanna Lira — marcada pela montagem fragmentada, pelos silêncios preservados, pela importância do corpo como arquivo sensível e pela coletividade como força narrativa — revela que a memória não é apenas conteúdo verbal, mas também experiência performática, afetiva e política. O retorno das mulheres à cela reconstruída, seus gestos, suas pausas e suas interações compõem um modo de narrar que insere o espectador na temporalidade da memória, permitindo que o passado seja sentido. Ao confrontar representações patriarcais da militância feminina e desmontar estereótipos perpetuados pela historiografia tradicional e pelo imaginário social, o documentário amplia o campo de visibilidade das mulheres, reposicionando-as como protagonistas de sua própria história. Essa reconfiguração é fundamental em uma sociedade

que, durante décadas, silenciou suas vozes ou as tratou como figurantes da narrativa masculina da resistência.

Dessa forma, a leitura de *Torre das Donzelas* como parte das disputas de memória que atravessam o Brasil contemporâneo revela sua importância estratégica no enfrentamento do revisionismo histórico e da naturalização da violência autoritária. Em um momento de fragilidade institucional, o documentário atua como gesto de resistência, reafirmando que a democracia depende da manutenção da memória e da escuta das vozes que testemunharam a violação dos direitos humanos. Assim, *Torre das Donzelas* é não apenas uma obra cinematográfica, mas também um ato político de resistência. O documentário reinscreve o passado sob a perspectiva das mulheres, denuncia a persistência das estruturas autoritárias e restabelece vínculos entre memória e democracia. Sua força historiográfica reside na capacidade de transformar o testemunho em reflexão coletiva, reafirmando que lembrar é também lutar.

Nesse sentido, o documentário atua como instrumento de intervenção no presente, reafirmando o papel do cinema documental na construção da democracia e na valorização das vozes historicamente silenciadas. A análise de *Torre das Donzelas* evidencia o potencial do cinema documental como espaço de produção de memória e interpretação histórica. Ao reunir testemunhos de mulheres que enfrentaram a repressão da ditadura, a obra reinscreve suas experiências na narrativa pública e reafirma a importância da memória como elemento fundamental para a defesa da democracia.

Por fim, este trabalho reafirma a importância de integrar cinema e história como campos de análise. A investigação de obras audiovisuais como fontes e produtos historiográficos amplia o repertório interpretativo da História e possibilita novas formas de acesso ao passado. Ao reconhecer o cinema como espaço de produção de sentidos, considera-se que este estudo contribui para fortalecer abordagens que valorizam a memória, o gênero e a sensibilidade como dimensões fundamentais da escrita da história da ditadura civil-militar brasileira. Além disso, evidencia a centralidade das memórias femininas, reforçando o potencial do documentário como ferramenta para a escrita da história e para o ensino de História. Ao trazer à tona experiências historicamente marginalizadas, a obra atua como

instrumento de resistência, ampliando o campo de compreensão do período, fortalecendo uma perspectiva historiográfica comprometida com a democracia e com os direitos humanos e sociais, bem como enfrentando o esquecimento e o negacionismo histórico.

Dessa forma, *Torre das Donzelas* reafirma a centralidade das mulheres na luta pela democracia, ao mesmo tempo que questiona as versões oficiais que buscam minimizar ou negar a violência do regime. Em um período recente marcado pela ascensão de discursos autoritários e pela relativização dos crimes da ditadura, o documentário atua como um “manual de resistência”, reforçando o valor da memória coletiva como ferramenta de luta política. Ao dar visibilidade às experiências femininas, *Torre das Donzelas* amplia os horizontes da História do Tempo Presente e reafirma a importância de preservar e transmitir as memórias de resistência às novas gerações.

Referências

- FERRO, Marc. *Cinema e história*. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- VEIGA, Ana Maria. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades*. Curitiba: Appris, 2022.
- VEIGA, Ana Maria. Cinema de mulheres como resistência à ditadura a partir de uma fonte de pesquisa. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 37, n. 109, p. 297-312, 2023.
- VEIRA, Amanda Alves. *Relações de gênero e memória no documentário “Torre das Donzelas” (2018), de Susanna Lira: representações da ditadura e lutas por democracia*. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2026.

Fontes de pesquisa

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL DE FATO RS. *Susanna Lira, diretora do Torre das Donzelas, fala sobre o filme, feminismo, memória e resistência*. YouTube, 6 nov. 2019. Vídeo (30 min 41 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fi-cb3rHFbNs>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CANAL BRASIL. *Andréia Horta, Susanna Lira e Rita Sipahi falam do filme “Torre das Donzelas” | O País do Cinema*. YouTube, 10 mar. 2020. Vídeo (28 min 42 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ajdDSCIg-Sug>. Acesso em: 22 jan. 2026.

TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. Produção: Modo Operante Produções. Brasil: Modo Operante Produções, 2018. Documentário (97 min).

TORRE DAS DONZELAS. Modo Operante Produções. Disponível em: <https://modooperante.com.br/portfolio-item/torre-das-donzelas/>. Acesso em: 1 fev. 2026.



A representação da *United Fruit Company* e a história dos trabalhadores da banana na Colômbia através do audiovisual (1920-2016)

Vitória Veras Cavalcante

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender a realidade social vivenciada pelos trabalhadores da banana na Colômbia na primeira metade do século XX e o modo como a poderosa empresa estadunidense *United Fruit Company*, que tinha expressiva presença em países da América Latina, exercia seu poder econômico e político e se promovia por meio de propagandas institucionais. A partir de duas produções audiovisuais que retratam essas experiências sob perspectivas distintas, abrangendo o período de 1920 a 2016, a presente pesquisa tem o intuito de compreender seus contextos de produção e as narrativas construídas sobre a própria empresa, os trabalhadores, os conflitos existentes, a Colômbia e a América Latina.

Palavras-chave: América Latina; trabalhadores da banana; Colômbia.

Introdução

“Não escutaremos o esquecimento ao qual nos chamam”, assim escreve a poeta hondurenha Melissa Cardoza no poema citado pela socióloga Jules Falquet¹ (2021), levando-nos a refletir sobre os compromissos de pesquisar as relações sociais e a história daqueles subalternizados pelo sistema capitalista e suas múltiplas realidades de opressão, sujeitos considerados subcidadãos.

Nessa interpretação, entende-se a categoria de subcidadão tal como trabalhada pelo sociólogo Luís Estenssoro em sua tese de doutorado *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina* (2003), que, em diálogo com outros intelectuais, define os subcidadãos como aqueles proletários subalternizados que possuem sua força de trabalho como seu maior bem e que, quando não se encaixam nos moldes do sistema, são facilmente substituídos por um “exército industrial de reserva” — termo que designa aqueles marginalizados no mundo do trabalho, seja na condição de desempregados, seja na de trabalhadores informais.

Tendo em vista a perspectiva de dependência econômica na conjuntura política internacional e as relações de trabalho abusivas e de marginalização dos trabalhadores — neste caso, daqueles que atuaram na produção da banana na Colômbia —, esta pesquisa se propõe a compreender como algumas representações audiovisuais retrataram os interesses imperialistas e econômicos estadunidenses personificados pela *United Fruit Company*, multinacional exportadora de frutas tropicais que possuiu considerável atuação econômica e política na América Latina. Busca-se contextualizar como se deu essa hegemonia na região colombiana, atentando-se particularmente para a exploração dos chamados *trabajadores bananeros*, proletários da *United Fruit Company* (UFCo), tendo como ápice da expressão de sua luta de classes a greve realizada na Colômbia, em dezembro de 1928, conhecida no país por seu desfecho trágico, denominado *Masacre de las bananeras*.

Considerando a superexploração dos trabalhadores bananeiros e a realidade que os levou à resistência, a investigação busca essas narrativas por meio de representações audiovisuais. Procura-se compreender como a

1 Em seu livro *Pax Neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência* (2021), Jules Falquet desenvolve uma análise centrada nas violações históricas sofridas por mulheres latino-americanas em Estados com políticas neoliberais. A autora examina essas mulheres posicionadas na categoria de subcidadãs – condição determinada por seu gênero e localização geográfica periférica dentro de uma estrutura hierárquica patriarcal.

multinacional influenciou a percepção sobre si mesma na América Latina por intermédio de suas propagandas institucionais e como esses trabalhadores e seus descendentes resistiram por meio das reminiscências do que vivenciaram. A pesquisa tem como objetivo refletir também sobre as consequências da exploração da classe trabalhadora e da repressão violenta do Estado, subordinado a interesses externos, contra os grevistas colombianos, trabalhadores da multinacional, bem como sobre a forma pela qual essa memória será preservada ao longo do tempo como mecanismo de resistência, em um contexto marcado por uma política dependente e pela fragilidade da soberania nacional.

Partindo dessas questões, esta pesquisa analisa dois documentários distintos, produzidos em momentos históricos diferentes: *Why the Kremlin Hates Bananas* e *Masacre de las bananeras: con las palabras olvidadas*. O primeiro audiovisual, produzido em 1953, em pleno contexto da Guerra Fria, consistiu em uma propaganda patrocinada pela própria *United Fruit Company*,² com o objetivo de enaltece-la e difundir ideias anticomunistas. O segundo, publicado em 2016, apresenta-se como uma forma de resistência por meio da reminiscência de um povo que sofreu violações ao reivindicar melhores condições de trabalho. Ambos serão analisados a partir de seus discursos e contextos temporais e espaciais, buscando compreender as especificidades presentes em suas narrativas, construídas de forma subjetiva por seus idealizadores. De um lado, encontram-se a supremacia estadunidense e a hegemonia da *United Fruit Company* na Colômbia; de outro, o impacto desse projeto na vida dos trabalhadores bananeiros.

O audiovisual como objeto de estudo

Segundo o historiador e pesquisador de cinema Éder Cristiano de Souza, as construções narrativas no cinema são palco de embates políticos, econômicos e sociais do contexto em que foram produzidas e das intencionalidades de quem as produz, contribuindo para a consolidação de sentidos

2 Em 1899, a companhia se estabelece na América Latina com o objetivo principal de importar e exportar frutas tropicais, especialmente bananas, para o mercado norte-americano e outros países, como o Reino Unido. A *United Fruit Company* (1889) nasce do acordo entre o empresário estadunidense Andrew Preston (1846-1924), dono da *Boston Fruit Company* (1885-1899), e de Minor Cooper Keith (1948-1929), responsável pela construção de ferrovias na América Latina para escoamento de frutas tropicais para a *Boston Fruit Company*.

e para a fabricação de visões de tempo histórico (Souza, 2011). Ou seja, o audiovisual traz consigo subjetividades, recortes, lacunas, idealizações de seus respectivos produtores e embates que se referem ao seu próprio contexto de produção e o documentam. É preciso ter em mente, portanto, que documentários, fotografias, filmes e outros recursos audiovisuais utilizados como fontes históricas são fruto de seu tempo e trazem consigo mensagens subjetivas daqueles que os produziram, desde seus objetivos de produção até as representações dos elementos ou fatos expostos, sem se desvencilharem da complexidade social e da própria representação da realidade.

Nesse sentido, podemos abordar a questão da não neutralidade das escolhas e das fontes utilizadas na construção do documentário ou da propaganda. Um bom exemplo seria a construção de um álbum de família que tem como objetivo registrar memórias por meio de imagens. Contudo, na produção desse “produto”, encontram-se as subjetividades relacionadas à escolha dos dias específicos para a realização das fotografias, à definição do que é considerado um evento importante, às roupas utilizadas, às pessoas que aparecem nas imagens, à frequência com que determinadas pessoas são retratadas e assim sucessivamente. Como afirma Santos:

O historiador é quem busca, ao empreender uma análise sobre determinado filme, documentário, série ou outra obra de cunho histórico, evidenciar o que é verossímil ou não, é plausível ou meramente especulatório. Há algum tempo o cinema e outras formas de produção audiovisual se tornaram foco, não apenas de análise, mas até mesmo de possibilidade de atuação para os historiadores. As próprias mudanças no campo de atuação do historiador, marcadas muitas vezes por um engessamento, tem possibilitado essa relação. Possibilidades, instrumentos, referenciais e fontes para esse trabalho existem. E uma dinamização e ampliação do leque de atuação dos historiadores se faz necessária e profícua. Algo positivo não apenas para a sociedade em geral (Santos, 2018, p. 12).

Outro ponto abordado por Rodrigo Luís Santos (2018) em seu artigo refere-se à percepção do público em relação à veracidade do documentário. O senso comum possui em seu imaginário a ideia de que o documentário apresenta os fatos exatamente como ocorreram e que é mais verídico

do que outros gêneros cinematográficos, os quais, na maioria das vezes, são menos aceitos como registros de veracidade por serem percebidos como ficcionais.

Percebe-se, na propaganda e no documentário escolhidos para análise neste trabalho, uma intencionalidade antagônica que sustenta suas produções. Enquanto *Why the Kremlin Hates Bananas?* enaltece a gigante multinacional, conhecida de forma crítica e jocosa como “o Polvo”, e enfatiza os investimentos em ferrovias, telégrafos, escolas — especialmente a Escola Pan-Americana de Agricultura (Zamorano), em Honduras — e igrejas, o documentário *Masacre de las bananeras: con las palabras olvidadas* (2016) pretende desmascarar a presença da empresa ao apresentar as consequências do domínio externo por meio de políticas que não beneficiavam a população no que se refere aos direitos trabalhistas e a outros direitos sociais.

É buscando compreender como a multinacional é representada de um lado e como os trabalhadores colombianos são representados de outro que desenvolveremos nossa análise histórica. Entendemos que, ao abordar produções com perfis distintos e elaboradas em momentos diferentes, poderemos compreender elementos importantes dos conflitos sociais existentes na Colômbia, bem como identificar permanências e rupturas ao longo do tempo no que se refere às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do país.

O audiovisual de propaganda: “why the kremlin hates bananas” e o imperialismo estadunidense

A peça publicitária do curta-metragem *Why the Kremlin Hates Bananas?* (11 min 12 s) serviu como propaganda para enaltecer a marca *United Fruit Company* e difundir ideias anticomunistas na América Latina. Patrocinada pela UFCo, foi publicada em 1953, produzida por John Sutherland e apresentada por Edward Tomlinson. A musicalidade animada do conjunto sinfônico que introduz a obra é convidativa, com ritmo dançante e latino, assemelhando-se à música produzida pela companhia nos anos 1940, que permaneceu na memória popular por muito tempo, sendo inclusive utilizada pela sucessora da *United Fruit Company*, posteriormente renomeada como *Chiquita Brands International* em 1970. A música passou

por adaptações e eternizou-se na voz da cantora e atriz estadunidense Monica Lewis (1922–2015).

Para compreendermos melhor quem foram os idealizadores e produtores desse curta-metragem, é importante apresentar brevemente esses dois nomes responsáveis pelo audiovisual *Why the Kremlin Hates Bananas?* (1953). Segundo a revista on-line *Hogan's Alley* (2002), em texto intitulado *Animating Ideas: The History of John Sutherland*, John Sutherland era bacharel em Política e Economia, trabalhou com Walt Disney na juventude e, posteriormente, fundou seu próprio estúdio — *John Sutherland Productions* —, com vasta filmografia, diversos projetos e parcerias com a *United Fruit Company* para a produção de comerciais, como *The Living Circle* e *Banana? Sí, Señor!*, ambos publicados em 1956. O apresentador do documentário, Edward Tomlinson, segundo o jornal *The New York Times* (1973), era autor, jornalista e conferencista especializado em assuntos latino-americanos, tendo escrito para importantes periódicos, como *The New York Herald Tribune* e *Reader's Digest*. Entre 1928 e 1959, o jornalista viajou anualmente para países da América Central e tropical em busca de material para suas publicações.

De acordo com o estudioso de cinema James Dudley Andrew, em sua obra *As principais teorias do cinema: uma introdução*, que apresenta reflexões sobre cinema e audiovisual a partir das perspectivas de pesquisadores como os psicólogos Hugo Münsterberg (1863–1916) e Rudolf Arnheim (1904–2007), é possível compreender aspectos da construção das imagens e dos sons, bem como da interação entre ambos nas produções cinematográficas. Segundo Münsterberg, o processo cinematográfico seria uma construção mental humana; para ele, “o cinema é a arte da mente, assim como a música é a do ouvido e a pintura, a do olho” (Andrew, 1945, p. 28). Arnheim elaborou sua teoria com base nos elementos que compõem o filme e nas intervenções humanas sobre eles. O irreal, como matéria-prima, estaria presente nas dimensões, na profundidade, na iluminação ou em sua ausência, no enquadramento da imagem, na continuidade espaço-temporal, na narração e no discurso (Andrew, 1945, p. 36). Considerando essas questões, podemos observar como a voz narrativa, representada pela figura do jornalista Edward Tomlinson, não é ocultada, mas colocada em primeiro plano na introdução da propaganda. Tomlinson aparece sentado em uma bancada de

escritório, transmitindo credibilidade por meio de sua postura e de seu tom de voz sério. O cenário é composto por uma cesta de frutas, com destaque para uma penca de bananas, além de uma máquina de escrever e de um mapa-múndi afixado na parede ao fundo, que será utilizado para mostrar ao telespectador os países em que a UFCo estava presente.

Sobre a narração — entendida aqui como construção de fluxos, sentidos e estratégias de convencimento —, a publicidade apresenta a indagação sobre o motivo pelo qual os comunistas não gostavam das bananas, em referência ao potencial exportador da multinacional estadunidense nos trópicos da América Central e da América do Sul. A temporalidade retratada insere-se no contexto da Guerra Fria, período em que os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se reconheciam mutuamente como adversários políticos. Nessa disputa ideológica e econômica, os principais objetivos consistiam em expandir os modelos capitalista e comunista para diferentes regiões do mundo. Sob a justificativa de proteção dos países considerados menos militarizados, os Estados Unidos implementaram ações e políticas voltadas à defesa de seus interesses comerciais em diversas partes do globo, transformando muitos territórios em zonas de influência e intervindo, de forma direta ou indireta, inclusive na escolha de dirigentes estatais.

Nesse sentido, os países latino-americanos de fato têm representado um dos principais alvos da ofensiva imperialista, especialmente norte-americana por meio das grandes corporações transnacionais que, com a globalização neoliberal, conseguem manter estruturas coloniais. Isso ocorre, porque o desenvolvimento devia partir da especialidade da produção tradicional agrícola para exportação, fortalecendo o livre comércio internacional (Bezerra; Bento; Muniz, 2023, p. 8).

Em uma primeira análise, a propaganda destaca a localização privilegiada do chamado “coração das Américas”, isto é, a América Central. Essa região é apresentada como estratégica por estar próxima aos Estados Unidos e por “possuir uma das vias vitais e estratégicas do Mundo Livre, o Canal do Panamá” (Sutherland, 1953, 00:01:10). Trata-se de uma das áreas navegáveis mais importantes do mundo. Os Estados Unidos somente

transferiram a administração do canal ao Panamá em 1999, quase um século após sua construção. Esse domínio territorial sempre foi considerado estratégico para o país, como demonstram declarações do então presidente Donald Trump, em 2025, acerca de seus interesses sobre o canal, conforme reportagem publicada pela BBC News, intitulada *Por que Trump diz que quer controle da Groenlândia, do Canal do Panamá e até do Canadá*, em 8 de janeiro de 2025.

Ademais, o documentário, por meio da narração de Edward Tomlinson, aborda a religiosidade da região, destacando a influência da Igreja Católica e dos sistemas educacionais que, segundo a narrativa, seriam responsáveis por barrar a expansão do comunismo. O suposto ateísmo associado à ideologia comunista seria incompatível com a tradição cristã fortemente presente na região, que não aceitaria a manipulação e o controle dos corpos e das mentalidades exercidos pelas instituições oficiais. Nesse contexto, a *United Fruit Company* é apresentada como uma das responsáveis por elevar o padrão de vida das populações locais e fortalecer a economia desses países por meio de investimentos provenientes dos Estados Unidos. Assim, segundo a narrativa da propaganda, “os agentes do comunismo internacional selecionaram a *United Fruit Company* como um alvo principal de ataque” (Sutherland, 1953, 00:02:15, tradução livre), conforme a Figura 1.

Figura 1 – Comentarista



Fonte: Sutherland (1953).

A ideia de missão civilizadora constituía um elemento fundamental no discurso econômico da empresa. Tal concepção buscava fornecer uma justificativa para a articulação entre interesses públicos e privados nos Estados Unidos, público importante para essas produções, além de construir uma narrativa sobre a região dos “trópicos” — na qual se inclui a Colômbia — e sobre os trabalhadores que nela viviam.

Algo semelhante também pode ser observado quando Tomlinson afirma que a empresa responsável pelo cultivo dessas terras era detestada pelos líderes comunistas e passa, então, a destacar as benfeitorias supostamente realizadas em favor dos trabalhadores. Entre elas, encontra-se a escola inovadora e tecnológica destinada aos filhos dos trabalhadores bananeiros, que teriam a oportunidade de aprender técnicas de produção agrícola: a chamada Escola Pan-Americana de Agricultura Zamorano, cujo método pedagógico era sintetizado pela expressão *Aprender Haciendo* e pelo lema “*enseñar a la juventud de hoy es alimentar al mundo de mañana*”.

Essa instituição foi fundada em 1942, em Tegucigalpa, Honduras, por meio de uma parceria entre os setores público e privado, contando com forte participação da *United Fruit Company*. A iniciativa possuía o objetivo de capacitar jovens trabalhadores e estudantes em atividades ligadas à pecuária e às modernas técnicas agrícolas. Segundo a narrativa da propaganda, esses estudantes desfrutariam do privilégio de ter todas as despesas custeadas pela instituição: “A cada ano, 160 jovens de repúblicas de língua espanhola frequentavam esta escola com bolsas integrais de três anos, com todas as despesas pagas, até mesmo a roupa lavada e passada para os meninos, sem custos” (Sutherland, 1953, 00:04:11, tradução livre) (Figura 2).

Figura 2 – Escola Pan Americana de Agricultura



Fonte: SUTHERLAND (1953)

Ainda segundo Arnheim, o produtor ou cineasta possui o poder de manipular a percepção do público por meio das escolhas e dos recortes de imagens apresentados na tela, direcionando a atenção do telespectador para determinados aspectos da narrativa. Nesse sentido, “o enquadramento, que restringe a visão do espectador, pode ser usado pelo artista para organizar e dirigir nossa percepção do objeto” (Andrew, 1945, p. 39).

No caso da propaganda analisada, observa-se uma forte ênfase narrativa voltada à Escola Pan-Americana de Agricultura Zamorano, que ocupa grande parte da produção audiovisual. São destacados diversos aspectos da rotina minuciosa dos estudantes trabalhadores, que se iniciava às 5h30min da manhã e se estendia até o horário do almoço. As atividades apresentadas incluem a irrigação das plantações, a análise do solo, o cuidado com os animais e as práticas de criação pecuária.

Durante a investigação realizada no sítio eletrônico da própria instituição, na seção *História – Universidad Zamorano*, foi possível acessar materiais informativos que circularam entre as décadas de 1980 e 1990 sobre a Zamorano. Na imagem apresentada a seguir, percebe-se que a estrutura externa da Escola Agrícola Pan-Americana Zamorano permanecia semelhante àquela exibida na propaganda analisada neste trabalho (Figura 3).

Figura 3 – Carta informativa deldirector



Fonte: Malo (1988).

É perceptível que o currículo concebido para essas escolas estava pautado principalmente em disciplinas das áreas de exatas, conforme se observa na fala do jornalista: “Depois do almoço, eles estudam com professores altamente treinados para aprender física, química e matemática elementar, o suficiente para as necessidades de um fazendeiro. Eles estudavam inglês. Eles aprendem a raciocinar para se comunicar com os outros” (Sutherland, 1953, 00:07:38, tradução livre). A partir dessa afirmação, é possível refletir, sob a perspectiva da análise do discurso, sobre como essa concepção de escola e de ensino destinada aos trabalhadores possuía caráter tecnicista e elementar, voltado para a operação das atividades do mundo do trabalho. Para a empresa, esse modelo era apresentado como um ensino eficaz quando direcionado aos filhos dos trabalhadores. Os estudantes não eram preparados para desenvolver um pensamento crítico, mas para uma formação mecanicista, vinculada à qualificação da mão de obra para atividades rurais e técnicas.

Também é possível identificar um tom colonial e de superioridade na afirmação de que aqueles jovens eram ensinados a “aprender a raciocinar para se comunicar com os outros” (Sutherland, 1953, 00:07:48, tradução li-

vre). O raciocínio é uma capacidade inerente ao ser humano; dessa forma, a frase sugere uma concepção de missão civilizadora fundamentada no trabalho, na religião, na cultura e nos modelos comportamentais associados aos estadunidenses. Assim, desconsideravam-se as formas de pensar e viver trazidas por esses estudantes em favor de um modelo de vida que deveria ser por eles assimilado, em consonância com a missão assumida pela companhia.

Os estudantes trabalhavam durante toda a manhã em diferentes atividades, algumas delas bastante desgastantes e exigentes do ponto de vista físico, como o corte de cana-de-açúcar. Certa romantização do esforço laboral pode ser observada na seguinte passagem: “Poucos trabalhos na América tropical são mais difíceis do que cortar a cana-de-açúcar com um facão, mas os meninos têm muito orgulho de sua capacidade de enfrentar o trabalho duro nos campos desde o início da manhã até a hora do almoço” (Sutherland, 1953, 00:07:23, tradução livre). Nesse sentido, surge o questionamento acerca do efetivo custeio da manutenção desses estudantes. Se eles trabalhavam, ainda que sob supervisão, desempenhavam uma função ativa na cadeia produtiva e, conseqüentemente, contribuíam para o funcionamento econômico dessas instituições (Figura 4).

Figura 4 – Trabalho dos estudantes



Fonte: Sutherland (1953).

Dessa forma, refletir sobre como a companhia compreendia sua mão de obra é fundamental para entender sua inserção na economia desses países. A América Latina, em especial a região que compreende parte da América do Sul e a América Central — denominada na propaganda como “América Tropical” —, é frequentemente apresentada como um espaço voltado ao atendimento dos interesses públicos e privados dos Estados Unidos, sem incentivos significativos ao desenvolvimento tecnológico e industrial local. Como se sabe, essa lógica contribui para a manutenção da dependência econômica da região, que permanece exportando bananas, soja, café e outros produtos primários, enquanto importa bens de alto valor agregado, cuja produção demanda elevados níveis de tecnologia.

Outro aspecto que não deve ser desconsiderado é a forma como a aversão ao comunismo pode ser compreendida não apenas como ferramenta de propaganda ideológica, mas também como mecanismo de legitimação econômica, política e social dos interesses estadunidenses perante o restante do mundo.

A missão civilizadora assumida pela *United Fruit Company*, o racismo expresso pela homogeneização de diferentes países latino-americanos sob a denominação de “América Tropical”, as noções de superioridade civilizacional norte-americana, a manipulação dos alcances e impactos dessas políticas e a omissão de diversos elementos relacionados às condições de trabalho e às oportunidades oferecidas aos trabalhadores compõem o conjunto de discursos presentes nessa peça publicitária.

Embora os discursos mobilizados na produção sejam frequentemente atribuídos à “América Tropical” como um todo, e não apenas à Colômbia, que aparece nas referências de atuação da companhia como apenas um dos países integrantes desse território, eles expõem de forma precisa aspectos das relações sociais e econômicas analisadas neste artigo no que se refere aos trabalhadores da banana colombianos.

Com essa produção, mais do que representar determinada realidade ou difundir ideias anticomunistas, a companhia também busca defender uma narrativa histórica específica sobre a experiência desses trabalhadores e sobre as próprias relações de produção. Contudo, como se sabe, essas narrativas entram em conflito com outras construídas pelos próprios

trabalhadores e por memórias críticas acerca dessa relação, evidenciando que a disputa pela interpretação do passado também é uma disputa pelos sentidos atribuídos ao presente.

“Masacre de las bananeras con las palabras olvidadas”: história e memória da resistência

O documentário *Masacre de las bananeras: con las palabras olvidadas* (2016), com 44 min 47 s de duração, foi produzido, patrocinado e dirigido por Alberto Eduardo Botero Londoño (1943–2015), médico endoscopista, ativista em defesa dos grupos socialmente vulneráveis e dedicado também às artes, especialmente à poesia e à produção audiovisual. Foi sindicalista e atuou na defesa dos direitos das crianças, dos trabalhadores e do acesso à saúde de qualidade. Entre suas iniciativas, coordenou o Primeiro Congresso Colombiano pelos Direitos dos Trabalhadores, em 1992, e produziu outros documentários, como *Al borde del abismo* (Londoño, 2015, 01:58:58).

O audiovisual foi editado pelo comunicador colombiano William Jair Cano Vargas, profissional independente que contribuiu para a construção da narrativa por meio das escolhas de enquadramento, iluminação, recortes e perspectivas.

Masacre de las bananeras: con las palabras olvidadas apresenta as memórias de um passado disputado pela resistência daqueles que enfrentaram a exploração de sua força de trabalho e reivindicaram seus direitos. O documentário busca retratar a repercussão da mobilização desses trabalhadores superexplorados e vítimas de violações, cujas trajetórias não foram esquecidas. Esse processo marcou a história da Colômbia tanto pela expressiva participação popular quanto pelo elevado número de vítimas fatais.

A produção foi construída a partir de entrevistas e visitas a sobreviventes e descendentes do massacre, moradores da cidade de Ciénaga, localizada no departamento de Magdalena. Entre os entrevistados encontram-se também líderes sindicais e especialistas, como historiadores e escritores. Para a elaboração do documentário, foram consultados arquivos confidenciais, documentários produzidos anteriormente, notícias, artigos e vasta bibliografia relacionada ao processo histórico abordado.

Ao final da obra, é informado que sua produção possui finalidade didática, buscando servir como referência para a preservação da memória histórica como instrumento de luta, reivindicação de direitos e enfrentamento das injustiças sociais. Alberto Botero também compôs uma canção apresentada nos créditos finais do documentário, intitulada *Con los obreros del mundo*, fato que reforça seu envolvimento artístico e seu ativismo político.

Observa-se uma escassez de imagens diretamente relacionadas à greve, o que faz com que a narrativa se concentre principalmente nas entrevistas e na análise de documentos históricos. Ainda assim, o documentário apresenta imagens relevantes em diferentes momentos, permitindo observar aspectos da vida cotidiana dos trabalhadores colombianos ao longo de distintos períodos históricos. Entre essas imagens destacam-se registros de trabalhadores nas plantações de tabaco, atividade de grande importância econômica entre 1851 e 1875, conforme apontado pelo historiador Gabriel Fonnegra González. Trabalhadores das grandes ferrovias colombianas, especialmente das linhas de Antioquia, Buenaventura e Cundinamarca, bem como imagens do transporte de bananas por meio de animais de carga, provavelmente destinadas ao escoamento da produção para as ferrovias e, posteriormente, para os portos exportadores, conforme ilustram as Figuras 5, 6 e 7.

Figura 5 – Plantação de tabaco



Fonte: Londoño (2016).

Figura 6 – Trem a vapor



Fonte: Londoño (2016).

Figura 7 – Trem a vapor e carroça



Fonte: Londoño (2016).

As entrevistas foram realizadas pelo próprio Botero, razão pela qual é possível perceber um enquadramento menos profissional dos entrevistados quando comparado a produções de maior porte. A maior parte das gravações parece ter sido realizada nas residências dos próprios participantes,

A falta de soberania dos países latino-americanos e sua condição de dependência econômica produziram consequências significativas para a população. No caso dos trabalhadores da banana, diversos direitos eram sistematicamente negados pela multinacional, entre eles o descanso dominical, o pagamento em moeda corrente, a indenização em casos de acidentes de trabalho e garantias relacionadas à aposentadoria. A partir da narrativa dos trabalhadores e das trabalhadoras, percebe-se que as oportunidades e o desenvolvimento propagandeados pela empresa em produções

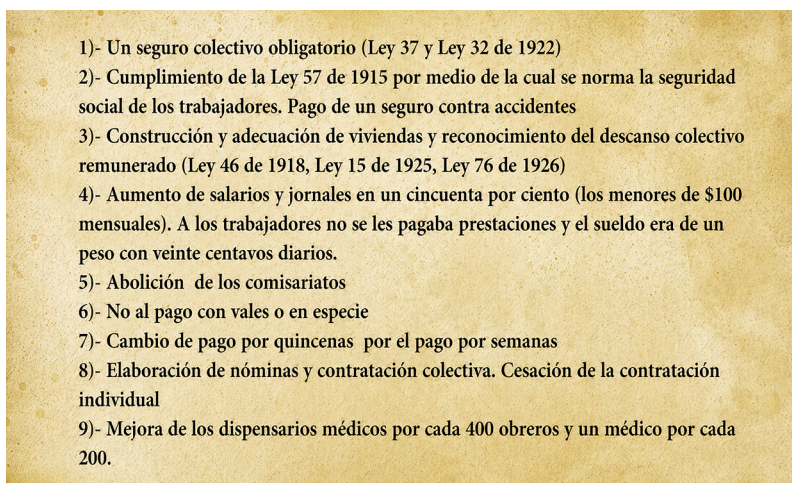
como *Why the Kremlin Hates Bananas?* não correspondiam à realidade vivenciada por aqueles sujeitos.

Um episódio marcante desse processo foi a greve dos trabalhadores das bananeiras ocorrida em Ciénaga, na Colômbia, em 1928, apresentada como eixo condutor da narrativa do documentário de Botero. Nessa mobilização, os trabalhadores organizaram-se em busca de melhorias nas condições de trabalho. A ação tornou-se simbólica tanto por sua dimensão quanto por representar uma das primeiras grandes greves do território colombiano, reunindo milhares de trabalhadores bananeiros insatisfeitos com as condições de trabalho e, conseqüentemente, com suas condições de vida.

A greve de 1928 tornou-se amplamente conhecida por seu desfecho trágico. O movimento culminou em um massacre que reprimiu violentamente aqueles que reivindicavam seus direitos, evidenciando a profunda insatisfação dos trabalhadores diante das relações laborais estabelecidas sob a influência da companhia. Na ocasião, os grevistas reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e o cumprimento de direitos que, em alguns casos, já eram garantidos pela legislação vigente.

No documentário, é apresentada uma síntese dos nove pontos que fundamentavam o movimento grevista, conforme pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 – Representação dos nove pontos

- 
- 1)- Un seguro colectivo obligatorio (Ley 37 y Ley 32 de 1922)
 - 2)- Cumplimiento de la Ley 57 de 1915 por medio de la cual se norma la seguridad social de los trabajadores. Pago de un seguro contra accidentes
 - 3)- Construcción y adecuación de viviendas y reconocimiento del descanso colectivo remunerado (Ley 46 de 1918, Ley 15 de 1925, Ley 76 de 1926)
 - 4)- Aumento de salarios y jornales en un cincuenta por ciento (los menores de \$100 mensuales). A los trabajadores no se les pagaba prestaciones y el sueldo era de un peso con veinte centavos diarios.
 - 5)- Abolición de los comisariatos
 - 6)- No al pago con vales o en especie
 - 7)- Cambio de pago por quincenas por el pago por semanas
 - 8)- Elaboración de nóminas y contratación colectiva. Cesación de la contratación individual
 - 9)- Mejora de los dispensarios médicos por cada 400 obreros y un médico por cada 200.

Fonte: Londoño (2016).

O historiador, escritor e jornalista Gabriel Fonnegra González participou do documentário, aspecto relevante pela preocupação dos produtores em incluir especialistas na temática, capazes de abordar o assunto a partir de uma perspectiva acadêmica. González é autor da obra *Las bananeras* (1980), resultado de 76 entrevistas realizadas na Zona Bananeira em 1978. O livro reúne relatos sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores bananeiros e, sobretudo, sobre a experiência daqueles que sobreviveram ao massacre de 1928.

Um trecho particularmente significativo da obra, lido pelo próprio González no documentário, aborda a dura realidade enfrentada por trabalhadores que sofreram mutilações ou incapacitações decorrentes do trabalho e que permaneceram sem qualquer forma de proteção social:

Había uno por ejemplo que contaba a mí, me toco, (leitura do livro) “trabajaba sin ningún tipo de protección y me quedé ciego y nunca me quisieron jubilar, ni nunca me quisieron pagar pensión de invalidez, lo veo uno a los 82 años ciego, teniendo que levantarse todos los días a ganarse el pan desherbando los antejardines de las casas”. Se llamaba, Elgio Valiente, ese sí cuenta su testimonio (Londoño, 2016, 00:06:46).

O forte testemunho apresentado pelo historiador no documentário possui a intenção de sensibilizar o espectador quanto à forma como os trabalhadores eram tratados em seu cotidiano, trazendo o caso de Elgio Valiente, que perdeu a visão em decorrência das condições de trabalho. Conforme a narrativa apresentada, essa condição impossibilitou-o de continuar exercendo sua antiga função de fumigador, responsável pela aplicação de produtos químicos destinados ao controle de pragas nos bananais.

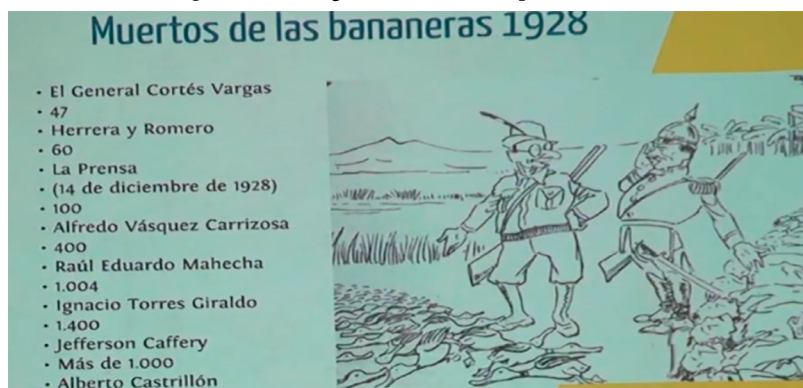
A desumanização sofrida por esse trabalhador, assim como por muitos outros cujos relatos foram registrados por Gabriel Fonnegra González, remete ao que o sociólogo brasileiro Darcy Ribeiro denominou de “máquina de moer gente”. Trata-se de indivíduos que tiveram negados direitos básicos relacionados ao bem-estar social, à cidadania e à dignidade humana, sendo frequentemente desqualificados em razão de sua origem social e da posição ocupada na divisão internacional do trabalho.

Essas condições de existência entre os trabalhadores bananeiros contribuíram para a organização de greves lideradas por representantes sindicais e por trabalhadores insatisfeitos com a realidade de exploração a que estavam submetidos. Entre suas reivindicações encontravam-se aumentos salariais, descanso dominical, indenização em casos de acidentes de trabalho e o pagamento dos salários em dinheiro, em vez de cupons que podiam ser trocados em estabelecimentos vinculados à *United Fruit Company* (Saldanha, 2015).

A greve e o massacre de 1928 constituíram um marco na história da Colômbia e do movimento trabalhista no país. A repressão aos grevistas foi comandada pelo general Carlos Cortés Vargas (1883–1954), durante o governo do presidente Miguel Abadía Méndez (1867–1947), membro do Partido Conservador. O episódio tornou-se um dos mais emblemáticos exemplos da violência empregada contra trabalhadores que reivindicavam direitos e melhores condições de vida.

Os documentos que registraram o massacre apresentam divergências significativas quanto ao número de mortos. Periódicos da época, testemunhos e pesquisas posteriores apontam estimativas bastante distintas. O documentário de Alberto Botero apresenta a participação do historiador e sociólogo Carlos Payares González (Figura 9), que discute justamente essa discrepância observada em jornais, livros e demais registros produzidos sobre o episódio (Londoño, 2016, 00:29:00, tradução livre).

Figura 9 – Divergências observadas por Gonzalez



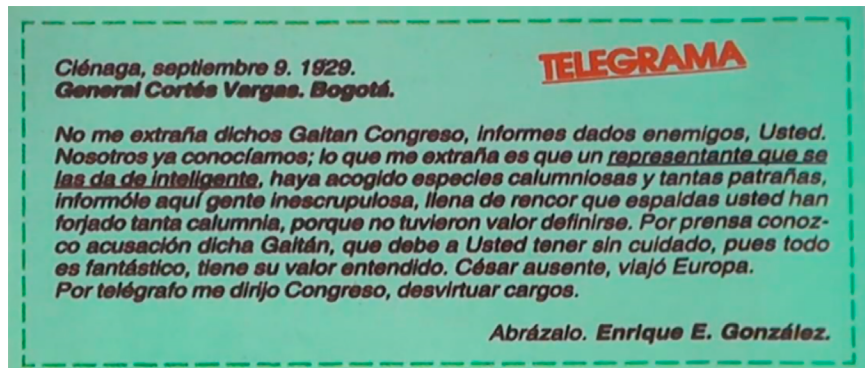
Fonte: Londoño (2016).

Carlos Payares apresenta também documentos oficiais, entre eles aqueles que registram as felicitações do presidente Miguel Abadía Méndez ao general Carlos Cortés Vargas em razão da atuação do Exército durante o conflito.

Outro personagem mencionado no documentário é o político Jorge Eliécer Gaitán³(1903-1948), membro do Partido Liberal e um dos principais opositores do presidente Miguel Abadía Méndez. Gaitán destacou-se por denunciar, no Congresso colombiano, as condições de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores da *United Fruit Company*.

Posteriormente, Gaitán consolidou-se como uma das figuras mais influentes da política colombiana, conquistando ampla popularidade entre os setores populares. Sua crescente projeção política provocou tensões com grupos conservadores e com parte das elites dirigentes, que viam com preocupação tanto sua liderança popular quanto suas constantes denúncias das desigualdades sociais e das violações de direitos. Essa conjuntura pode ser observada, entre outros documentos apresentados no documentário, por meio do telegrama trocado entre o general Carlos Cortés Vargas e o presidente Miguel Abadía Méndez (Figura 10).

Figura 10 – Telegrama entre Cortés e Méndez



Fonte: Londoño (2016).

Segundo Annelise Carvalho, em 1948, Jorge Eliécer Gaitán foi assassinado por Juan Roa Sierra, que, de acordo com relatos da época, foi arrastado

3 Jorge Eliécer Gaitán foi um advogado e político colombiano, que ganhou grande notoriedade popular ao denunciar o Massacre das Bananeiras em 1928, e lutar por causas sociais como o direito à terra, a alfabetização e outras reformas sociais.

e linchado pelas ruas de Bogotá. O episódio desencadeou na Colômbia um intenso ciclo de lutas, protestos e denúncias, conhecido como *Bogotazo*. A imprensa estadunidense e parte da imprensa brasileira, representada pelo jornal *Gazeta*, atribuíram inicialmente a morte do líder liberal aos comunistas, buscando fomentar um sentimento anticomunista na região. Posteriormente, contudo, constatou-se que o assassinato não possuía vínculo comprovado com uma conspiração comunista (Carvalho, 2017, p. 50).

Ainda sobre a desigualdade econômica e social na região, Carlos Párryares González afirma que alguns historiadores e memorialistas descreveram o período de domínio da *United Fruit Company* como uma *Belle Époque*. Entretanto, esse processo, percebido por alguns como um período de prosperidade econômica, concentrou seus benefícios nas mãos de um número reduzido de famílias, enquanto grande parte da população vivenciava a pobreza, a fome e a violação de direitos. Segundo a narrativa do historiador:

Essas pessoas falam de uma época florescente quando na realidade os fatos mostram principalmente a partir da década de 60, que uma vez que os Estados Unidos desmantelaram suas propriedades e começaram a vender suas terras para converter uma empresa de plantio e exportação de banana em uma empresa comercial, e isso afetou tremendamente a economia desta região e o que fez foi colocar na mesa, colocar no tapete, as condições precárias em que vivia a grande maioria da população, hoje Ciénega é uma cidade onde segundo estatísticas oficiais de cada 10 pessoas, sete estão na linha da pobreza, o que nos diz que as bananas não foram um benefício para poucos e uma desgraça para muitos (Londoño, 2016, 00:37:20, tradução livre).

Assim, é possível perceber, por meio dos discursos e das imagens presentes no documentário, como os trabalhadores foram representados ao longo do tempo. O conceito de representação deve ser compreendido aqui como um processo de construção de sentidos que busca influenciar a percepção dos espectadores, mobilizando identificações, valores e posicionamentos diante das questões sociais, políticas e econômicas abordadas. As narrativas audiovisuais não são neutras; ao contrário, refletem as con-

cepções de mundo de seus realizadores ou dos grupos e instituições que financiam sua produção.

O documentário contextualiza brevemente a posição ocupada pelos trabalhadores colombianos entre o final do século XIX e o início do século XX, permitindo compreender uma narrativa distinta acerca de suas condições de vida e de trabalho. Esse percurso evidencia como experiências aparentemente localizadas foram capazes de influenciar processos históricos mais amplos, demonstrando a importância desses trabalhadores para a sustentação da estrutura econômica colombiana ao longo do tempo, seja na produção de tabaco, seja na exportação de bananas ou de café.

O massacre adquiriu forte dimensão simbólica em razão de sua repercussão política, sindical e social, bem como pelo papel desempenhado por Jorge Eliécer Gaitán na denúncia dos acontecimentos. O número de mortos é frequentemente estimado em mais de mil trabalhadores bananeiros, conforme informação atribuída ao cônsul estadunidense na Colômbia, Jefferson Caffery, em 12 de janeiro de 1929. Entretanto, o documentário também evidencia a existência de discursos negacionistas, que minimizam ou questionam a dimensão da violência ocorrida, revelando como diferentes grupos sociais disputam a memória desse episódio histórico.

Como se observa ao longo do documentário, produzido em um contexto mais recente, as representações dos trabalhadores da banana, de suas condições de vida e trabalho e dos marcos históricos considerados fundamentais para suas trajetórias antagonizam diretamente com as representações promovidas pelas produções institucionais da própria multinacional. Essas diferenças não se restringem às interpretações sobre o trabalho e os trabalhadores, mas abrangem também distintas visões de mundo, concepções de direitos, valores e projetos de futuro presentes na construção das narrativas audiovisuais.

Enquanto uma dessas produções é fruto da ação ideológica da empresa em meados do século XX, articulada aos interesses políticos dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e do combate ao comunismo, a outra, produzida em período mais recente, questiona essas narrativas a partir de uma perspectiva que coloca os trabalhadores, suas lutas e suas memórias no centro da reflexão histórica. Uma busca legitimar uma narrativa insti-

tucional específica; a outra procura pluralizar interpretações e valorizar histórias e memórias populares e coletivas, que permanecem mobilizadas como instrumentos de educação política e de construção da consciência histórica.

Analisar essas produções de forma comparativa constituiu, portanto, uma escolha metodológica que permite explorar a riqueza dessas diferenças.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, foi possível identificar como o audiovisual é capaz de transmitir mensagens com finalidades diversas, influenciando a percepção dos espectadores. O cinema, as produções audiovisuais como um todo e as propagandas constituem objetos de pesquisa relevantes para a compreensão dos objetivos estratégicos, políticos, culturais, econômicos e sociais daqueles que buscam influenciar, sensibilizar ou persuadir o público em relação a determinadas temáticas.

É perceptível que a divulgação de propagandas institucionais da *United Fruit Company* tinha como objetivo difundir um determinado modelo de desenvolvimento e progresso supostamente proporcionado por seus investimentos na Colômbia e na América Latina. Entretanto, essa narrativa ocultava as profundas contradições decorrentes da exploração dos trabalhadores da banana, marcados pela pobreza e pela desigualdade social. A repressão às greves e as condições desumanizantes de trabalho vivenciadas por esses sujeitos históricos evidenciam a busca constante por maiores níveis de lucratividade por parte das grandes multinacionais, cujas estratégias de acumulação de capital frequentemente se sobrepunham à dignidade humana dos trabalhadores.

Nesse sentido, a reconstrução da memória desses homens e mulheres, trabalhadores da banana subalternizados pela dinâmica econômica imposta à Colômbia durante a primeira metade do século XX, especialmente no que se refere ao massacre ocorrido durante a greve de 1928, constitui uma forma de resistência e luta política. O documentário de Botero (2016) contribui para esse processo ao mobilizar a arte e a memória como ins-

trumentos de enfrentamento ao esquecimento e de preservação das experiências daqueles que sofreram diretamente os efeitos da violência e da exploração.

Esta pesquisa inicial ainda apresenta lacunas que não puderam ser plenamente exploradas a partir da análise da propaganda e do documentário selecionados. Permanecem abertas, por exemplo, possibilidades de investigação relacionadas ao conjunto mais amplo de produções audiovisuais sobre a temática, bem como ao mapeamento e à análise comparativa dessas obras. Espera-se, contudo, que futuras pesquisas possam aprofundar a discussão de outros elementos e aspectos presentes nessas fontes históricas.

Referências

ANDREW, James Dudley. *As principais teorias do cinema: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1945.

BEZERRA, Catarina Rose; BENTO, Fábio Régio; MUNIZ, Felipe Valente Ribeiro. O colonialismo corporativo: um estudo sobre novas formas de dominação na América Latina. *Relações Internacionais*, [s. l.], n. 73, p. 103-115, 2022.

CARVALHO, Annelise Gomes de. *O 9 de abril de 1948: tragédia política e motim urbano na Colômbia*. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ESTENSSORO, Luis Enrique Rambalducci. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SALDANHA, Ana Maria. Colômbia: influência norte-americana, violência e questão agrária. *Opera Mundi*, 2015. Disponível em: <https://opera-mundi.uol.com.br/opiniaio/colombia-influencia-norte-americana-violencia-e-questao-agraria/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SANTOS, Rodrigo Luis. Sob outras lentes: considerações sobre a construção de narrativas e interpretações históricas através de documentos. *Revista Sociais & Humanas*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 155-167, 2018.

SOUZA, Éder Cristiano de. Cinema e didática da história: um diálogo com o conceito de cultura histórica de Jörn Rüsen. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 15-36, 2012.

THE NEW YORK TIMES. Edward Tomlinson, 82, is dead. 31 dez. 1973. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1973/12/31/archives/edward-tomlison-82-is-dead-wrote-on-latinamerican-news-awarded.html>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Fontes audiovisuais

BOTERO, Alberto Eduardo. *Masacre de las bananeras con las palabras olvidadas*. YouTube, 12 nov. 2016. Disponível em: https://youtu.be/-XhSuwmWOK0?si=cql3D66cTQw_sifl. Acesso em: 22 fev. 2025.

UNITED FRUIT COMPANY. *Why the Kremlin Hates Bananas*. YouTube, 6 set. 2023. Disponível em: https://youtu.be/7XM_3HjLI2k?si=6vDX-8W2u8jLIrjW. Acesso em: 22 fev. 2025.



Narrativas sobre gênero, raça e classe na obra *Becos da memória* (1980) de Conceição Evaristo: releituras das desigualdades brasileiras

Andressa Sâmela Mendes Aragão

Resumo: O presente texto propõe analisar a obra *Becos da Memória* (2017), da escritora Conceição Evaristo, e as intersecções que atravessam os corpos das mulheres negras em um contexto específico: a favela. A obra servirá como pano de fundo para uma discussão e análise historiográfica do Brasil, em que realidade e ficção dialogam. A partir da análise de periódicos, fotografias e entrevistas, percebe-se que as narrativas apresentadas são atemporais e que as vivências das personagens transcendem a literatura, refletindo o passado e o presente de uma população historicamente marginalizada.

Palavras-chave: relações de gênero; relações raciais; literatura negra.

Introdução

A obra em prosa aqui analisada é construída como uma colcha de retalhos, tecida pelas lembranças de moradores periféricos socialmente excluídos, que narram vivências cotidianas marcadas por violências oriundas de um sistema racista, sexista e classista que incide sobre seus corpos e territórios. Os trechos que compõem o livro articulam denúncias sociais e traumas decorrentes da exclusão com sonhos, lembranças, experiências coletivas e desejos construídos pelas comunidades periféricas em meio ao descaso governamental.

Dito isso, o objetivo deste texto é analisar os diálogos existentes entre os contextos socioeconômico e cultural que marcaram a trajetória da escritora Conceição Evaristo e aqueles retratados em sua obra *Becos da Memória* (2017). Busca-se problematizar como as desigualdades sociais e raciais influenciaram a vida das mulheres negras representadas nas personagens do livro, compreendendo de que maneira realidade e ficção se entrecruzam em um espaço específico: a favela e suas múltiplas relações com a trajetória da própria autora.

Este estudo constitui um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em abril de 2025, e tem como propósito refletir sobre a construção historiográfica das mulheres negras no Brasil e suas representações, seja como personagens, seja como escritoras.

O presente texto está organizado em três tópicos. No primeiro, procura-se analisar o contexto social e familiar em que Conceição Evaristo nasceu e como sua subjetividade, enquanto mulher negra inserida em uma realidade marcada por desigualdades, influenciou sua escrita afrodiaspórica, destacando-se os cruzamentos entre gênero, raça e classe e seus impactos sobre o corpo e o território da autora. No segundo tópico, apresentam-se reflexões sobre a inserção da literatura na trajetória de Conceição Evaristo, analisando sua chegada à cidade do Rio de Janeiro e sua sociabilidade nos espaços literários. Por fim, no terceiro tópico, analisa-se de forma mais detida a obra *Becos da Memória* (2017), refletindo sobre a tênue fronteira entre ficção e realidade.

“Esse local social e étnico em que eu nasci”: ambientação e subjetividade da escritora Conceição Evaristo

Maria da Conceição Evaristo de Brito, atualmente uma das mais célebres escritoras afro-brasileiras, nasceu em 29 de novembro de 1946. Filha de Joana Josefina Evaristo, que por muito tempo foi mãe solo de quatro filhas, Maria Inês, Maria Angélica, Maria de Lourdes e Maria Conceição Evaristo. Posteriormente, Joana Josefina casou-se com Aníbal Vitorino, com quem teve mais cinco filhos, totalizando nove descendentes.

Os umbigos de todas as irmãs e irmãos foram enterrados na Favela Pindura Saia, local onde a família viveu durante longo período, até 1970, quando os moradores foram removidos em decorrência do processo de desfavelamento promovido para a construção do Mercado Distrital Cruzeiro. A escritora desconhece seus familiares paternos e, desde a infância, precisou lidar com a ausência do pai. Evaristo cresceu em um ambiente marcado pela forte presença de mulheres negras, trabalhadoras braçais e independentes.

O número de mulheres chefes de família tem aumentado significativamente no Brasil, rompendo, em diversos aspectos, com modelos patriarcais de organização familiar. Entretanto, essa configuração frequentemente impõe às mães solo uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades, conduzindo-as a uma rotina exaustiva, especialmente no caso das mulheres negras, que enfrentam múltiplas formas de opressão e desigualdade.

Segundo as memórias da autora, o gosto pela leitura e pela escrita foi herdado da mãe, Joana, que utilizava o chão de terra para desenhar e escrever com um graveto. Tratava-se de um ritual de criação composto por movimentos e gestos, momento em que as filhas se reuniam ao redor da mãe, acompanhando a invenção de histórias e realidades. Esses gestos são conceituados por Evaristo como “movimento-grafia” (Evaristo, 2020, p. 49), uma escrita produzida não apenas pelas mãos, mas também pelos corpos que participam do processo de criação.

Foram as mãos das lavadeiras, marcadas pelo trabalho repetitivo e desgastante de lavar as roupas alheias, que conduziram as mãos infantis de

Evaristo ao aprendizado das letras, dos números, do alfabeto e dos primeiros textos escolares.

Foram essas mãos que folhearam comigo revistas velhas, jornais e poucos livros que nos chegavam recolhidos dos lixos ou recebidos das casas dos ricos, aguçaram a minha curiosidade para leitura e escrita. daquelas mãos lavadeiras recebi também cadernos feitos de papéis de embrulho de pão, ou ainda outras folhas soltas, que, pacientemente costuradas, evidenciavam a nossa pobreza, e distinguiam mais uma de nossas diferenças, em um grupo escolar (Evaristo, 2020, p. 51).

Em entrevista concedida à revista *Marie Claire*, Conceição Evaristo relata que, na quarta série do ensino fundamental, possuía uma professora de Língua Portuguesa que incentivava sua produção textual e semanalmente solicitava a elaboração de crônicas. Foi nesse contexto que produziu *Samba-Favela*, narrativa inspirada no cotidiano dos moradores das periferias urbanas. Segundo a autora, “esse foi o meu primeiro texto que pode se encaixar no conceito de escrevivência” (Evaristo, 2024).

O texto foi publicado no jornal *Diário Católico*¹, de Belo Horizonte, e lhe proporcionou uma bolsa de estudos em uma escola frequentada pela elite mineira. A crônica retratava a realidade em que vivia, característica que posteriormente se tornaria marca fundamental de sua escrita. Em entrevista à revista *Marie Claire*, Evaristo afirma: “eu era nova, mas ali também já tinha a minha veia poética. Sempre consegui lidar com a realidade” (Evaristo, 2024).

A autora reconhece que *Samba-Favela* constituiu um embrião do que mais tarde se tornaria o romance *Becos da Memória*:

Hoje, relendo o texto, vejo que ‘Samba favela’ foi a semente de Becos da Memória. Foi a experimentação de uma escrita, marcada por uma escrevivência. Criei aquele texto, o primeiro, a partir de um lugar específico, particular, minha vivência de jovem moradora em uma favela. Talvez naquele momento, eu confirmava para mim mesma, sem saber ain-

1 O *Diário*. Belo Horizonte, 18/10/1974. Seção: Documentação Católica.

da, que a escrita me seria possível. Escrivência vem daí, daquele texto (Evaristo, 2020, p. 33).

Desde muito jovem, Evaristo, assim como inúmeras meninas negras brasileiras, foi atravessada por processos de racialização que a levaram a refletir sobre seu lugar social e sobre as discriminações raciais, sociais e de gênero presentes em sua realidade. Essa consciência racial e de gênero desenvolveu-se em um ambiente familiar composto por mulheres lavadeiras que utilizavam a oralidade como instrumento de transmissão de memórias, valores e experiências, herança profundamente vinculada às tradições afro-brasileiras.

A escritora compreendia desde cedo a precariedade da vida cotidiana e, gradualmente, passou a reconhecer os lugares sociais que ocupava. Essas experiências refletiram-se em suas redações escolares e, posteriormente, em sua produção literária, marcada por vivências específicas de mulheres negras atravessadas pela pobreza, pelo sexismo e pelo racismo.

A escritora e feminista Gloria Anzaldúa, em “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo” (2000), destaca a importância de mulheres racializadas escreverem sobre suas próprias experiências como forma de romper com discursos hegemônicos historicamente produzidos por homens brancos e, muitas vezes, reproduzidos por determinados segmentos do feminismo branco. Segundo a autora, a escrita dessas mulheres torna-se fundamental para “registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você” (Anzaldúa, 2000, p. 232). Nas palavras de Conceição Evaristo:

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Tento responder. Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida (Evaristo, 2020, p. 53).

Aos 27 anos, Conceição Evaristo, com a ajuda de alguns amigos, conseguiu mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro. Mesmo distante dos familiares, formou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ). Foi na capital fluminense que a escritora iniciou sua participação no movimento negro organizado.

Durante a década de 1980, passou a integrar o grupo Negrícia – Poesia e Arte Crioula, ao lado de outros artistas negros cariocas. O grupo realizava apresentações em presídios, favelas e bibliotecas públicas, com o propósito de desmistificar a literatura canônica e democratizar o fazer literário. Por meio dos encontros promovidos pelo Negrícia, Evaristo ampliou sua rede de contatos intelectuais e publicou, em 1990, seus primeiros textos nos *Cadernos Negros*, posteriormente editados pelo grupo Quilombhoje.

Desde então, publicou poemas, contos e romances, conciliando a atividade literária com a criação de sua única filha, Ainá. Evaristo ficou viúva ainda jovem, após a morte de seu esposo, Osvaldo Santos de Brito. Segundo a autora, a dor da perda, a maternidade solo e a saudade dos familiares fizeram-na pensar em desistir de tudo. Em entrevista concedida à revista *Marie Claire*, afirmou: “não foi fácil, mas o que me sustentou emocionalmente nesse período foi ela (Ainá). Se não fosse por ela, teria desistido da minha vida” (Evaristo, 2024).

Mesmo enfrentando o luto, Conceição Evaristo retomou os estudos, o trabalho e os cuidados com a filha. Além de sua atuação na militância política e literária, tornou-se mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1992, aos 42 anos de idade, e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2008, aos 58 anos.

Em 2024, foi eleita para a cadeira n.º 40 da Academia Mineira de Letras, tornando-se a primeira mulher negra a integrar a instituição. Na disputa, concorreu com outros cinco candidatos e foi eleita com 30 votos entre os 34 votantes.

Durante a juventude, Conceição Evaristo trabalhou como empregada doméstica na residência de intelectuais e, nos intervalos do trabalho, escrevia seus textos na cozinha. Por meio de sua escrevivência, rompeu com a imagem estereotipada da “mãe-preta” destinada apenas a contar histórias para embalar os filhos da casa-grande e com a ideia de que as mulheres negras estariam naturalmente restritas a ocupações como cozinheiras, faxineiras, vendedoras ambulantes ou prostitutas.

As mesmas mãos que realizaram o trabalho doméstico foram também aquelas que escreveram uma trajetória intelectual capaz de conduzi-la ao reconhecimento literário e acadêmico. Consciente da importância dessa conquista, tanto no plano individual quanto coletivo, afirmou em entrevista: “o importante não é ser a primeira negra nos espaços acadêmicos, mas abrir perspectivas” (Evaristo, 2024).

Entre suas principais obras individuais destacam-se: *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da Memória* (2006), *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), *Olhos d'água* (2014), *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016), *Canção para ninar menino grande* (2018) e *Macabéa: flor de Mulungu* (2023).

Como indicado anteriormente, nosso objeto de pesquisa é *Becos da Memória*, romance escrito durante o período em que a autora se estabelecia no Rio de Janeiro. Embora tenha sido produzido ainda na década de 1980, o manuscrito permaneceu inédito por muitos anos e somente foi publicado em 2006. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, Evaristo afirma que a demora na publicação e no reconhecimento de sua obra está relacionada ao racismo estrutural, que dificulta o acesso e a afirmação de pessoas negras em diferentes campos do conhecimento, especialmente na literatura.

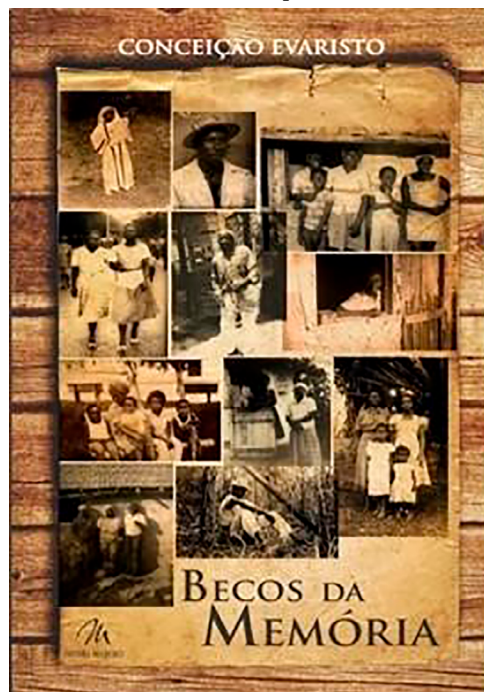
Para concluir esta seção, apresentamos brevemente a obra *Becos da Memória*, que será analisada de forma mais aprofundada nos próximos tópicos. O romance foi construído a partir de rastros de memória, conceito discutido por Paul Ricoeur em *A memória, a história e o esquecimento* (2007), articulados aos três elementos constitutivos da escrevivência: corpo, condição e experiência.

Um dos primeiros rastros escrevivenciais da obra manifesta-se na composição da capa da primeira edição, publicada em 2006, formada por fotografias que remetem à infância da escritora e de seus familiares. Em diversos momentos da leitura, essas imagens contribuem para que o leitor associe as personagens às experiências vividas pela autora. Nesse sentido, “ficção e realidade entram em estreito diálogo, pois as memórias da autora bem que poderiam ser de vários dos que compõem sua narrativa” (Oliveira, 2016, p. 76).

Observa-se que, mesmo diante das condições materiais adversas já mencionadas, alguns fatores foram fundamentais na trajetória de Conceição Evaristo, como o acesso à educação e a preservação de registros fotográficos familiares. Tais condições não eram comuns à maioria das comunidades periféricas da época, sobretudo em um contexto de acesso limitado à tecnologia e aos meios de registro da memória. Assim, a possibilidade de preservar fotografias familiares constituía uma realidade rara para grande parte da população residente nesses territórios.

No processo de escrita de *Becos da Memória* (2006), há o acúmulo de experiências que expressam as múltiplas dimensões de ser uma mulher negra no Brasil. Conceição Evaristo uniu sua voz às vozes de outras mulheres que fizeram parte de sua trajetória e que compartilhavam o mesmo estigma social. Sua escrita é fruto dessas experiências coletivas, que se articulam para denunciar as desigualdades sociais, raciais e de gênero que atravessam cotidianamente suas vidas.

Figura 1 - Segunda capa da edição 2013, organizado pela Editora Mulheres de Florianópolis



Fonte: Oliveira (2018).

Essas vivências marcaram profundamente a subjetividade da autora, uma vez que foi na própria dinâmica da vida cotidiana que surgiram os primeiros traços da escrita da obra. Em outras palavras, foi no chão da história da Favela Pindura Saia que *Becos da Memória* foi germinado.

“Nossos passos vêm de longe”: movimentos sociais e literários

Durante duas décadas, o Brasil vivenciou um regime antidemocrático que contribuiu para a consolidação de um marco autoritário e violento no âmbito sociopolítico do século XX. Apesar da repressão, a década de 1960 foi marcada por intensa atuação dos movimentos sociais, que se expressaram por meio de manifestações culturais, como a música, o teatro e a literatura, bem como por formas de organização social, a exemplo dos movimentos sindicais e de diversas associações urbanas e rurais.

Foi nesse contexto de repressão e violência que os movimentos sociais ganharam força, com destaque para o Movimento Negro Unificado (MNU). Militantes negros passaram a se organizar de maneira crescente, criando movimentos de base voltados para questões históricas, culturais e políticas relacionadas à população negra brasileira. Essas organizações apresentaram à sociedade os desafios enfrentados pela comunidade negra, desconstruindo o mito da democracia racial e defendendo a consciência racial como instrumento fundamental de transformação social.

A militância negra aproximou-se de outros movimentos sociais durante a fase final da Ditadura Militar, levando pautas raciais e sociais para congressos e fóruns. Entretanto, dois² episódios de violência racial e policial contribuíram decisivamente para que o movimento negro articulasse forças com outras organizações sociais em torno do combate à discriminação racial e às desigualdades sociais. Dessa forma, o Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu a partir da luta contra o racismo e contra as múltiplas violências físicas e simbólicas sofridas pela população negra na

2 Um dos primeiros atos públicos do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) foi em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases.

cidade de São Paulo, expandindo-se posteriormente para diversas capitais brasileiras.

Na década de 1970, surgiu na capital paulista um coletivo de escritores negros que buscava, por meio da literatura, construir formas de resistência diante dos diversos problemas sociais enfrentados pela população negra no Brasil. Esse movimento tinha como objetivo debater e aprofundar reflexões acerca da identidade brasileira e da cultura negra na literatura nacional. Com o passar do tempo, os escritores reunidos nesses espaços passaram a se articular para criar grupos literários e publicações coletivas, utilizando as ruas como territórios de encontro e difusão cultural. Em praças públicas, presídios e favelas, declamavam poesias e promoviam atividades literárias que rompiam com os padrões da literatura canônica brasileira.

A circulação da poesia negro-brasileira transformou-se em uma experiência de criação, preservação e disseminação da memória e da identidade negra. Esses espaços assumiram caráter transgressor ao apresentarem narrativas produzidas por sujeitos historicamente silenciados, cujas vozes haviam sido substituídas pela perspectiva do colonizador. Da mesma forma, revelaram-se subversivos ao adotarem um *modus operandi* cuja estética literária se diferenciava daquela tradicionalmente valorizada pela literatura canônica, majoritariamente branca.

Nesse contexto, surgiram diversos grupos responsáveis pela organização e publicação coletiva de produções literárias negras. Entre eles destacam-se o Quilombhoje, de São Paulo, responsável pela continuidade dos *Cadernos Negros* (1978); o Grupo Palmares (1978), no Rio Grande do Sul; o Negrícia – Poesia e Arte Crioula (1982), no Rio de Janeiro; e o GENS (1985), na Bahia (Palmeira, 2010, p. 38).

Dentre essas iniciativas, destaca-se a trajetória dos *Cadernos Negros*³, único projeto que permaneceu ativo ao longo de mais de quatro décadas, publicando contos e poemas de forma ininterrupta. Seu principal objetivo consistia em ampliar a visibilidade de escritores e escritoras afro-brasileiros, fomentando não apenas a literatura negra, mas também a produção

3 O nome *Cadernos Negros* foi em homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus, autora da obra *Quarto de Despejo, diário de uma favelada*.

literária oriunda das periferias. Muitas dessas publicações foram lançadas de forma independente, em razão da ausência de investimentos do mercado editorial, historicamente dominado por autores brancos e pouco receptivo às produções literárias negras.

No prefácio do volume inaugural, Cuti, um dos fundadores do movimento, escreveu: “*Cadernos Negros* marca passos decisivos para nossa valorização e resulta de nossa vigilância contra as ideias que nos confundem, nos enfraquecem e nos sufocam” (Cuti, 1978, p. 2). Durante a formação da literatura brasileira, os modelos de produção literária legitimados foram amplamente influenciados pelos padrões europeus, sendo os espaços de publicação ocupados predominantemente por homens brancos. Esse cenário contribuiu para a reprodução das desigualdades raciais e sociais. Por isso, é fundamental reconhecer que, ao longo da história da literatura brasileira, existiram e resistiram vozes negras que reivindicaram o direito de narrar a si mesmas e suas experiências.

Todo esse movimento dialogava com as reflexões desenvolvidas pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que, a partir da década de 1970, voltou seu olhar para a valorização das matrizes africanas e da ancestralidade negra.

Conceição Evaristo publicou seus primeiros contos e poemas nos *Cadernos Negros* após a morte repentina de seu companheiro, Oswaldo Santos. Em meio ao luto, à maternidade solo, à solidão e à distância dos familiares, a escritora enfrentou profundas dificuldades emocionais. Em um contexto social no qual questões relacionadas à saúde mental eram frequentemente interpretadas como fraqueza ou falta de disposição, a escrita tornou-se uma importante forma de resistência e sobrevivência.

Na obra *Conceição Evaristo: voz insubmissa* (2024), da jornalista Yasmin Santos, a autora afirma: “também não nos é concedido o direito de sofrer” (Evaristo, 2024, p. 125). A escrita transformou-se, portanto, em um instrumento de elaboração da dor. Nas linhas finais do conto “A gente combinou de não morrer”, publicado em *Olhos d’água* (2016), Evaristo escreve: “nesse momento, corpos caídos ao chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia ‘Escrever é uma maneira de sangrar’. Acrescento: e de sangrar muito e muito...” (Evaristo, 2016, p. 109).

O ingresso de Conceição Evaristo nos *Cadernos Negros* ocorreu com a publicação de seis poemas: “Mineiridade” (1990, p. 29), “Eu-mulher” (1990, p. 30), “Os sonhos” (1990, p. 31), “Vozes-mulheres” (1990, p. 32), “Fluida lembrança” (1990, p. 33) e “Negro-Estrela” (1990, p. 34). Embora escritos em contextos distintos, os poemas abordam temas como ancestralidade, identidade das mulheres negras, memória, esperança e resistência.

Após essa publicação inicial, Conceição Evaristo passou a dedicar-se de maneira mais sistemática à escrita, conciliando a produção literária com as múltiplas jornadas de trabalho, a maternidade, o magistério e os cuidados domésticos.

Após a publicação de *Ponciá Vicêncio* (2003) e sua repercussão positiva no meio literário, a autora conseguiu publicar, em 2006, *Becos da Memória*, obra escrita cerca de vinte anos antes. O romance foi lançado pela Editora Mazza, responsável também pela publicação de *Ponciá Vicêncio*.

Reconhecido atualmente como uma das principais obras memorialistas da literatura brasileira contemporânea, *Becos da Memória* recebeu novas edições em diferentes editoras. Em 2013, foi publicado pela Editora Mulheres, de Florianópolis, e, desde 2018, integra o catálogo da Editora Pallas, do Rio de Janeiro.

É importante destacar que tanto a Mazza quanto a Pallas dedicam parcela significativa de seus catálogos à valorização da afrodescendência e das matrizes culturais africanas. Por meio de suas publicações, essas editoras contribuem para a recuperação de tradições, memórias e experiências historicamente silenciadas por estruturas de poder marcadas pelo racismo estrutural e institucional.

A trajetória de Conceição Evaristo rompe com o imaginário de que escritores e escritoras necessariamente pertencem às classes privilegiadas. Sua história evidencia a necessidade de compreender a literatura como um direito e de problematizar as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que limitam o acesso à publicação e ao reconhecimento literário. Nesse sentido, Aníbal Quijano, em “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005), desenvolve o conceito de colonialidade do poder para analisar as permanências das estruturas de dominação construídas durante o período colonial e ainda presentes nas relações sociais, políticas

e culturais contemporâneas. Essas estruturas não apenas reproduzem desigualdades raciais, sociais e de gênero, mas também controlam os espaços de produção e legitimação do conhecimento.

A literatura cânone, como um espaço elitizado, ocupado por autores brancos, europeus e/ou descendentes, cis e abastados, molda o conceito de literatura “universal”, colocando à margem as narrativas de corpos que foram subjugados pela lógica colonial. Em consequência disso, a literatura cânone reflete a colonialidade do poder ao manter uma perpetuação de perspectiva colonial nas estruturas literárias, alimentada pela visão eurocêntrica, que impacta diretamente na produção literária de autores e autoras negros/as, indígenas e subalternizados, que por vezes não têm acesso a publicações e oportunidades de reconhecimento na Academia.

A ativista Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento, em 2022, publica o livro *O pacto da branquitude*, trazendo uma reflexão importante sobre a branquitude enquanto estrutura social, que, por sua vez, pelo processo de colonização é naturalizada com as manutenções de privilégios até os dias de hoje. Esse “pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como ser o ‘diferente’ ameace o ‘normal’, o ‘universal’” (Bento, 2022, p. 18). Esse pacto não está apenas nas relações do cotidiano, mas também, nas estruturas do fazer científico e na produção cultural. A literatura, enquanto um dos principais espaços de construção de identidade e ampliação de conhecimento, desempenha um papel central nesse processo de racialização da branquitude.

Os/as literatos e literatas negros/as, ao publicarem seus livros em um continente, como o americano, que é marcado pelas desigualdades sociais, raciais e de gênero, rompem com o pacto narcísico da branquitude, que se vê como figura naturalizada. Esses/as literatos/as ampliam e reescrevem a história de um país formado por mãos negras, parafraseando a historiadora Beatriz Nascimento. A literatura de Conceição Evaristo serve, portanto, não só como um resgate da identidade e memória de uma população historicamente negada, mas também, como um aparato poderoso de ruptura contra a hegemonia da branquitude e seu pacto narcísico.

Análise histórica e literária da obra *Becos da Memória*

Nos trechos da obra *Becos da Memória* (2017) que serão analisados, podemos observar denúncias sociais construídas a partir de um lirismo poético que confere à narrativa um tom de dramaticidade. Os corpos que ocupam as páginas do livro são os dos excluídos sociais, dentre eles moradores de favela, prostitutas, “vadios”, meninas e meninos em situação de rua, bebedores e mendigos, sujeitos atravessados pela exclusão social, mas que também possuem sonhos, desejos, lembranças e afetos.

Violência e afetividade, realismo e ficção, dramaticidade e poesia impactam os leitores ao longo da narrativa e revelam o compromisso da escrivência de Conceição Evaristo, que coloca no centro ficcional os corpos historicamente relegados à margem do discurso neoliberal.

Para a construção do romance *Becos da Memória* (2017), Conceição Evaristo utiliza como pano de fundo os múltiplos becos da favela percorridos por Maria-Nova, narradora-personagem que descreve, por meio de breves histórias, a vida e o cotidiano de homens, mulheres e crianças da comunidade. No desejo de escrever uma nova história sobre o espaço periférico em que nasceu, Maria-Nova constrói uma narrativa marcada pela oralidade. Todos os relatos são observados e narrados por ela. As histórias eram ouvidas nas vielas da favela, em sua casa e nas conversas realizadas nas calçadas, especialmente entre os moradores que buscavam auxílio junto à Vó Rita.

Entretanto, essas narrativas diferiam do discurso historiográfico ensinado na escola. Ao ler um texto intitulado “Libertação dos Escravos”, Maria-Nova percebeu que aquela narrativa histórica não correspondia à realidade que vivenciava, pois os moradores da favela não experimentavam a liberdade anunciada pelos livros didáticos. Ao refletir sobre essa contradição, compreendeu que as estruturas da senzala e da casa-grande permaneciam presentes no tempo contemporâneo. Pensou, então: “Queria citar, como exemplo de casa-grande, o bairro nobre vizinho e como senzala, a favela onde morava. [...] Fechou a boca novamente, mas o pensamento continuava. Senzala-favela, senzala-favela” (Evaristo, 2006, p. 73). A relação entre senzala e favela aparece na obra sob duas perspectivas. A primeira manifesta-se por meio das memórias da escravidão compartilhadas pelos moradores mais an-

tigos, especialmente Tio Totó, personagem que nasceu durante o período da Lei do Ventre Livre. Por intermédio de suas narrativas, conhecemos histórias sobre a infância na fazenda, os trabalhos agrícolas, a vastidão das terras, as perdas acumuladas ao longo da vida e a percepção de que “a vida, levava tudo de roldão” (Evaristo, 2006, p. 28). Com Maria-Nova, Tio Totó compartilhava as dores que carregava no peito, a saudade e o sentimento de banzo.

A segunda perspectiva refere-se à própria favela, espaço em que os moradores viviam em condições de subalternidade e sob a constante ameaça do deslocamento forçado. A comunidade precisava ser removida para dar lugar à construção de um novo empreendimento da prefeitura. Assim como Tio Totó recordava as terras distantes e a condição de homens formalmente livres, mas desprovidos de garantias materiais, os moradores da favela também experimentavam a insegurança diante da possibilidade de perder o único lugar onde conseguiam viver com suas famílias.

Por meio desses fragmentos narrativos, o romance permite analisar a permanência de estruturas herdadas da escravidão no mundo contemporâneo, evidenciando as profundas desigualdades enfrentadas pelos descendentes da população escravizada.

Conceição Evaristo utiliza a literatura como instrumento político para denunciar a posição subalternizada das mulheres negras na sociedade brasileira. Em *Becos da Memória* (2017), a autora articula ficção e experiências historicamente vividas por mulheres negras, evidenciando as desigualdades que atravessam suas trajetórias.

Ao fazê-lo, rompe com os estereótipos presentes na literatura canônica, que frequentemente representava as mulheres negras a partir de perspectivas marcadas pelo fetichismo colonial. Evaristo constrói personagens femininas negras em toda a complexidade de suas existências, de forma contrária às representações que tradicionalmente as colocavam em posições secundárias ou como corpos disponíveis à exploração. Em sua narrativa, essas mulheres ocupam o papel central da história. São representadas a partir de suas experiências concretas, envolvendo maternidade, afetividade, jornadas de trabalho, liberdade sexual, solidão e outras dimensões constitutivas da condição de ser mulher negra nas periferias brasileiras.

Gostaria de destacar aqui o tema da maternidade. Muitas são as mães que povoam a obra: Mãe Joana, Ditinha, Dora, Custódia, Tetê do Mané, entre outras. A narradora principal, por exemplo, descreve o amor de Mãe Joana por ela e pelos demais filhos. Mesmo diante da escassez material, Maria-Nova sabia que sua mãe jamais venderia qualquer um de seus filhos. Essa reflexão surge quando a narradora toma conhecimento da mais nova história do beco: a mãe de Nazinha havia vendido a filha para um homem e, com o dinheiro, fugido da favela, deixando para trás o marido alcoólatra e a criança.

O cuidado materno de Mãe Joana é descrito de forma realista. Joana era uma mulher bonita, mas não sorria: “nem por dentro, nem por fora. Mãe Joana talvez chorasse, tempestuasse constantemente por dentro. Ela era bonita e triste” (Evaristo, 2006, p. 40). Dividida entre o trabalho de lavagem de roupas para famílias brancas e os cuidados com os filhos:

Maria-Nova tinha certeza, jamais Mãe-Joana a venderia ou venderia algum dos seus filhos. Ela comeria o pão que o diabo amassou, iria no fundo do inferno, mataria se preciso fosse, mas não daria, nem venderia nenhum dos filhos. Mãe Joana estava ali feito galinha arrepiada, detectando qualquer sinal de perigo. E sua fragilidade enfrentava o mundo. Mãe Joana amamentava, criava e amava o que era seu. Maria Nova sabia, Mãe Joana é mulher de poucas palavras. Mãe Joana é uma mulher de muito amor (Evaristo, 2006, p. 40).

A maternidade constitui um elemento central da obra. A maioria das personagens é composta por mães que vivenciam o maternar de formas distintas, de acordo com suas condições e necessidades. Maria-Nova descreve o carinho de Mãe Joana com admiração. Apesar das dificuldades cotidianas, ela mantinha o cuidado e a proteção dos filhos, insistindo para que estudassem e aprendessem a ler.

Além de Mãe Joana, destaca-se Ditinha, que engravida de forma indesejada aos quinze anos e precisa lidar com a maternidade precoce sem o apoio do companheiro. Após o nascimento do filho, divide sua rotina entre os cuidados com a criança, o pai alcoólatra e paralisado e o trabalho como empregada doméstica na casa de Dona Laura. Durante a quarta gestação,

Ditinha recorre ao aborto. Procura a ajuda de Vó Rita, uma das moradoras mais velhas da favela, conhecida por seus conhecimentos de cura, pelas rezas e pela atuação como parteira. Contudo, Vó Rita recusa-se a ajudá-la, afirmando que de suas mãos apenas poderia vir a vida. Sozinha, Ditinha realiza um aborto clandestino em seu barraco. Após intensas dores, consegue chegar ao hospital com o auxílio dos moradores da comunidade. Ao descobrirem que ela havia provocado o aborto, os profissionais de saúde negligenciam seu atendimento e a deixam sofrer. Em decorrência de uma forte hemorragia, Ditinha perde o útero e torna-se estéril. A esterilidade surge para a personagem como uma forma de alívio, pois significava não precisar sustentar mais uma criança. Entretanto, o procedimento quase lhe custou a própria vida. Essa realidade remete à experiência de inúmeras meninas e mulheres que poderiam ser assistidas por políticas públicas de educação sexual, acesso a métodos contraceptivos e serviços de saúde reprodutiva.

A educação sexual ainda é tratada como um tabu na sociedade brasileira. A ausência desse conhecimento contribui para a ocorrência de gestações indesejadas, infecções sexualmente transmissíveis e dificuldades na identificação de situações de violência e abuso sexual. Soma-se a isso o fato de que muitas famílias não abordam o tema com seus filhos e filhas. Tal realidade torna-se ainda mais grave em comunidades empobrecidas, onde o acesso à informação e aos meios de prevenção costuma ser mais limitado.

Em *O feminismo é para todo mundo* (2024), bell hooks defende a liberdade sexual feminina associada à educação e ao direito à autonomia corporal. Conhecer o próprio corpo, utilizar métodos contraceptivos seguros e decidir quando ter filhos constituem direitos fundamentais. Segundo a autora:

Antes que pudesse haver qualquer igualdade de gênero em relação à questão do amor livre, mulheres precisavam ter acesso garantido a métodos contraceptivos seguros e eficientes e ao aborto. Enquanto mulheres brancas individuais, com privilégios de classe, frequentemente tinham acesso a ambas as garantias, a maioria das mulheres não tinha (Hooks, 2024, p. 50).

A filósofa, antropóloga, professora, militante do movimento negro e feminista Lélia Gonzalez afirma que “ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (Gonzalez, 2020, p. 58). Se os homens negros enfrentam o racismo estrutural, a perseguição e diferentes formas de violência, sobretudo a violência policial, as mulheres negras são atravessadas simultaneamente pelo racismo, pelo patriarcado, pelo sexismo e pela sobrecarga de múltiplas jornadas de trabalho. O trabalho de cuidar e maternar foi historicamente naturalizado como responsabilidade feminina. Essas mulheres, muitas delas empregadas domésticas, cuidam da casa e dos filhos da patroa, enfrentam longos deslocamentos no transporte público e, ao retornarem para suas residências, continuam responsáveis pelos afazeres domésticos, pelo cuidado dos filhos, dos pais e de outros membros da comunidade. Os trabalhos domésticos constituem formas de trabalho socialmente indispensáveis, embora frequentemente invisibilizadas.

Silvia Federici, em *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2023), argumenta que a desvalorização do trabalho doméstico e reprodutivo contribui para o controle dos corpos femininos. Segundo a autora, “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago” (Federici, 2023, p. 40).

Escritores e escritoras negros/as utilizam da literatura como ferramenta política para narrar suas vivências históricas, que por muito tempo foram escritas pelo branco libertário, que se colocava como porta-voz de uma população subjugada pelo racismo. Contudo, esse povo sempre falou de si, mas, não tinha os mesmos privilégios de poder que a branquitude possui. Conceição Evaristo, como uma das figuras proeminentes desse movimento negro literário, narra suas escrevivências que são sentidas e vividas pelo seu corpo, onde a realidade se entrelaça com a ficção.

As histórias narradas por Evaristo desenvolvem-se em um espaço-tempo onde as violências, as denúncias raciais e sociais, e as mazelas do patriarcado são sentidas pelas personagens. No entanto, essas mesmas dores também são sentidas e vividas por pessoas da vida real, que sangram e sonham, que carregam consigo as marcas dos sofrimentos de si e dos seus antepassados. A escrita ficcional de Evaristo resgata as memórias e as vi-

vências do passado e do presente de uma comunidade que teve seus corpos violentados e segregados pelo Estado e pelas estruturas de poder, mas que também puderam resistir e sobreviver.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%x>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CUTI (Luiz Silva) (org.). *Cadernos negros 1*. São Paulo: Edição dos Autores, 1978.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (org.). *Escrevivência: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Idea, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. *Canção para ninar menino grande*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

EVARISTO, Conceição. *Histórias de leves enganos e parecenças*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Macabéa: flor de mulungu*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- EVARISTO, Conceição. Mineiridade; Eu-mulher; Os sonhos; Vozes-mulheres; Fluida lembrança; Negro-estrela. In: *Cadernos negros 13: poesia*. São Paulo: Quilombohoje, p. 29-36, 1990.
- EVARISTO, Conceição. O importante não é ser a primeira mulher negra na ABL, mas abrir perspectiva. *Marie Claire*, São Paulo, mar. 2024. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2024/03/conceicao-evaristo-o-importante-nao-e-ser-a-primeira-mulher-negra-na-abl-mas-abrir-perspectiva.ghml>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 49-64, 2020.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 25. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.
- OLIVEIRA, Margarete. Entre becos e memórias: Conceição Evaristo e o poder da ficção. *Literafro*, 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ficcao/68-conceicao-evaristo-entre-becos-e-memorias-conceicao-evaristo-e-o-poder-da-ficcao>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- PALMEIRA, Francineide Santos. *Vozes femininas nos Cadernos Negros: representações de insurgência*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-126.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Yasmin. *Conceição Evaristo: voz insubmissa*. Organização de Josselia Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.



“Mulher também faz cordel”: a produção feminista de Salete Maria

Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima

Resumo: Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, cujo objetivo foi analisar as representações das mulheres nos cordéis de Salete Maria da Silva e compreender como a literatura de cordel é utilizada para promover pautas feministas nas obras *Mulher consciência: nem violência nem opressão* (1994), *Embalando meninas em tempos de violência* (2001), *Cidadania: nome de mulher* (2001), *Mulher também faz cordel* (2005) e *Lugar de mulher* (2009).

Palavras-chave: Cordéis feministas; Salete Maria da Silva; Representação.

Considerações iniciais

Proponho, nesta pesquisa, compreender como a cordelista feminista Salete Maria da Silva (56 anos) representa as mulheres em suas obras: *Mulher consciência: nem violência nem opressão* (1994), *Embalando meninas em tempos de violência* (2001), *Cidadania: nome de mulher* (2001), *Mulher também faz cordel* (2005) e *Lugar de mulher* (2009). Essas produções foram escolhidas pela relevância das pautas abordadas e por estarem situadas em um recorte temporal marcado por importantes transformações relaciona-

das aos direitos das mulheres e à implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero.

Este estudo parte dos debates acerca das relações entre História e Literatura, compreendendo as fontes literárias como possibilidades de construção de discursos sobre a realidade e como práticas culturais que contribuem para a formação de representações de determinados períodos históricos (Borges, 2010, p. 98-99). Busco, também, compreender como essas obras contribuem para os estudos das relações de gênero no contexto de sua produção.

Os movimentos feministas da década de 1960 contribuíram para que as mulheres passassem a ser reconhecidas como sujeitas da história. As pesquisadoras Raquel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) defenderam a importância desse campo de estudos e refletiram sobre seus desafios historiográficos: “queremos refletir sobre a historicidade de nossas categorias de análise, e, ao mesmo tempo, mostrar que já não se trata de reparar uma exclusão. O que precisamos é buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito” (Soihet; Pedro, 2007, p. 282).

Historicamente, as vozes e as histórias das mulheres passaram por insistentes tentativas de apagamento. A escrita, assim como a voz, representa poder; quem a possui tem autonomia para se expressar nos espaços sociais. Além disso, ambas constituem formas de inserção na esfera pública, visto que as mulheres, ao longo da história, foram frequentemente excluídas desse espaço. A historiadora Michele Perrot (2005, p. 326) dedicou-se ao estudo das “vozes silenciadas” e argumentou que o domínio do discurso pelas mulheres representou uma revolução simbólica. Tal processo gerou receio entre os homens que ocupavam posições de dominação, os quais tentaram, reiteradas vezes, silenciá-las. Esse sentimento também se manifestou em relação à escrita feminina; por isso, a escrita passou a ocupar um lugar de resistência e transformação.

Para que as mulheres escrevessem, foi necessário atravessar um processo árduo, que ainda hoje apresenta desafios, uma vez que, durante muito tempo, grande parte delas permaneceu restrita aos espaços privados, cabendo-lhes tratar de questões familiares, como correspondências e contabilidade doméstica (Perrot, 2007, p. 97). Mesmo considerando que aquelas

que tiveram acesso à escrita possuíam determinadas condições sociais que possibilitavam sua instrução, enfrentaram inúmeros obstáculos para obter reconhecimento como escritoras e, posteriormente, publicar suas obras.

Antes disso, muitas recorreram ao uso de pseudônimos para alcançar aceitação no campo literário. Por essa razão, há numerosos casos de mulheres que escreveram suas obras, mas cujas produções foram assinadas por terceiros, que acabaram recebendo o reconhecimento público. A visibilidade feminina nesse espaço de escrita foi conquistada por meio de múltiplas lutas, diretamente relacionadas às reivindicações pelo acesso e pela permanência nos espaços públicos.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é contextualizar a produção de Salete Maria na literatura de cordel, bem como conhecer aspectos de sua trajetória, buscando compreender como sua escrita contribui para os estudos de gênero e como representa as mulheres em suas obras. Veremos que as mulheres foram rompendo barreiras e desconstruindo e reconstruindo a literatura de cordel ao longo do tempo.

“Mulher também faz Cordel”: Poetas na História do Brasil

Na história da literatura de cordel, as mulheres não foram inseridas nos grupos considerados “canônicos”; portanto, o cânone pode ser utilizado para compreendermos também o destaque abundante de uns em detrimento de outros. É nesse sentido que penso as relações de gênero, pois as obras das mulheres não possuíam o mesmo destaque que as dos homens nesse tipo de literatura e, mesmo com muitas mudanças em nossos dias, ainda não possuem. Nesse sentido, o cânone influenciou a definição de que os cordéis escritos por mulheres seriam sem valor e, consequentemente, não mereceriam evidência (Melo, 2016, p. 31). Como resultado dessa dinâmica, a figura do homem foi fixada como exclusiva na literatura de cordel. No decurso deste texto, será demonstrado que as mulheres, assim como os homens, fizeram e fazem parte da literatura de cordel e, por isso, lutam para desconstruir esse cânone.

Os cordéis são formados por diferentes histórias, fictícias ou não, e por contextos diversos, e isso influencia as obras, que acabam incorporando

a personalidade, as percepções e os valores do(a) escritor(a). Nesse sentido, crenças, estereótipos e condutas recaem muitas vezes sobre os textos, assim como ocorre em outros tipos de produção literária. Barbosa (2010, p. 49) refletiu que “até meados do século XX, é predominante no cordel o discurso ideológico de base católica que corrobora para a construção de representações femininas a serviço do interesse de um discurso patriarcal que pretende impor a sua cosmovisão como universal”. Como reflexo da sociedade patriarcal, as mulheres já foram descritas, principalmente nos cordéis produzidos por homens, de diferentes formas ao longo do tempo e foram retratadas, em muitos folhetos, como dependentes e submissas, associadas unicamente ao ambiente privado e ao seu cotidiano. Seus comportamentos foram julgados e determinados como positivos ou negativos, e elas ainda foram vistas sob a dicotomia entre “maligna” e “santa”.

A história do cordel está intimamente ligada à poesia cantada e, como citado anteriormente, há registros que confirmam a atuação das mulheres nessa arte. Segundo Luyten (2003), relatos mostram que muitas mulheres recitaram versos e cantos populares no contexto brasileiro. De acordo com o autor, a jovem Maria Riachão, por exemplo, teve grande destaque, pois “além de possuir uma voz bem timbrada, rimava com espantosa facilidade. Daí ela dizer, a todo momento, que seu coração pertencia àquele que conseguisse vencê-la em um desafio” (Luyten, 2003, p. 146).

Então, por mais que as mulheres não escrevessem como os homens, compartilhavam os versos de acordo com suas possibilidades; logo, elas também fizeram literatura de forma oral. A professora Francisca Pereira cita nomes de outras cantadoras:

O olhar para trás, para o passado, revelou que sempre houve mulheres poetisas no campo dessa poética e, embora excluídas do letramento e de determinados espaços públicos, elas também participaram da produção cultural desse campo transitando no âmago da primazia masculina [...] por meio da voz. Cantando em pelejas, como os homens, em duelos de cantorias, elas participaram e participam desse mundo, como Francisca Barroso, Vovó Pangula, Terezinha Tietre, Mocinha de Passira e muitas outras (Santos, 2020, p. 225).

Portanto, esses estudos questionam percepções de que as mulheres não estavam inseridas nessa literatura e confirmam que as “mulheres sempre criaram, produziram e eventualmente publicaram” (Santos, 2020, p. 220) diferentes produtos do cordel.

O primeiro cordel escrito por uma mulher publicado no Brasil foi o de Maria das Neves Batista Pimentel¹, em 1938, com o título *O violino do diabo ou o valor da honestidade*. Contudo, o cordel mencionado não foi assinado por ela; foi utilizado o pseudônimo de Altino Alagoano, em referência ao nome do marido, Altino de Alencar Pimentel. A poeta foi inserida no mundo dos folhetos sob a influência de seu pai, Francisco das Chagas Batista, poeta e editor.

Assim, o cordel é um instrumento de resistência, protesto e de muitas lutas. Isso é possível devido às ressignificações que ocorrem, fruto das dinâmicas culturais; daí ser necessário compreender o cordel no contexto das mudanças sociais e culturais. Assim, essa produção, mesmo contando com maior participação masculina e com muitas obras que apresentam questões negativas em relação às mulheres, é utilizada também como grito de resistência a tantas opressões.

“Cordelista, Feminista e Libertária!”: a vida de Salete Maria da Silva

Salete Maria da Silva é cordelista feminista, professora, advogada e pesquisadora, “necessariamente nessa ordem”, como a mesma se apresenta. Nasceu em São Paulo, em 1970, mas, já na década seguinte, foi morar em Juazeiro do Norte-CE. É filha de Raimunda Alexandre da Silva e de Hamilton José da Silva. Aprendeu a fazer cordéis com sua avó, Dona Maria José, a primeira cordelista com quem teve contato, e ainda contou com a influência de seu tio José Alexandre. Tem uma filha chamada Olga Vitória. E, desde 2007, mora na Bahia. É formada em Direito, mestra também em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e, posteriormente, fez doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Femi-

¹ Maria das Neves nasceu em João Pessoa, na Paraíba, em 1913. Escreveu os seguintes cordéis: *O amor nunca morre*, *O corcunda de Notre Dame* e o *Violino do Diabo ou o valor da honestidade*. Essas obras foram embasadas nas obras de Victor Hugo, Victor Perez e Abade Prévost.

nismos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi professora do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (Urca) e, atualmente, é professora do curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É pesquisadora e líder do grupo Jusfemina, grupo de pesquisa e ação em gênero, direito e políticas para a igualdade.

Desde muito cedo participou de movimentos estudantis e sociais. Conheceu o movimento feminista ainda jovem. Ingressou na política institucional como candidata à vereadora nas eleições municipais de Juazeiro do Norte-CE, em 1996. Nas eleições seguintes, foi candidata à prefeita da mesma cidade, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 2006, foi a única candidata mulher ao governo do Estado, agora pelo Partido da Causa Operária (PCO).

Em entrevista concedida ao jornal *Diário do Nordeste*,² Salete Maria contou sobre as adversidades no período eleitoral, já que não possuía recursos financeiros. Era uma candidatura que iniciou no interior e foi para a capital, o inverso das demais. Ainda assim, relatou que conseguiu visitar 17 cidades, obteve 4.165 votos e comentou que foram “votos ideológicos”, pois cada um deles representava uma pessoa que acreditava em suas propostas e ideais.

A cordelista foi membra fundadora da *Sociedade dos Cordelistas Mauditos*.³ O termo “maudito” é também uma maneira de responder aos cordelistas inseridos no cânone que acreditavam ser os únicos produtores dessa arte e consideravam os cordéis dos demais como malfeitos (Santos, 2009, p. 228). O movimento compreendia a literatura de cordel como pertencente a todos(as), sem divisões e apropriações; portanto, os “mauditos” buscavam desconstruir o cânone literário. Por meio da inserção de novos temas, atores sociais e linguagens, é possível afirmar que o grupo teria

2 Salete ficou satisfeita com o resultado final. *Diário do Nordeste*, 2026. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/salete-ficou-satisfeita-com-o-resultado-final-1.746629>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

3 Grupo de poetas, que surgiu em 1º de abril de 2000, em Juazeiro do Norte. A data em questão marcou os 500 anos do Brasil. Como momento inaugural do grupo foi publicado o cordel *Sem nada a comemorar*. Como afirma Francisca Santos (2009, p. 226), o grupo era formado por 12 poetas, sendo 4 mulheres: a própria Francisca Santos conhecida como Fanka, Salete Maria, Camila Alenquer e Jô Andrade. A estreia do grupo foi marcada com a publicação de 12 obras intituladas de *Agora são outros 500*, no sentido crítico aos 500 anos de história.

aberto discussões sobre as mulheres cordelistas. As propostas e reflexões do grupo desmobilizaram a ideia de “fixo”, pois a literatura de cordel passou e passa por constantes transformações.

Salete Maria tem uma escrita que atinge e incomoda muitas pessoas e, talvez, seja esse seu objetivo: incomodar e mexer com as estruturas. Mas não só isso; mostrar também que mudanças na sociedade são necessárias e urgentes. E isso a forma, ou seja, a luta constante por igualdade e direitos para todos(as), é isso que a move.

A autora já ganhou prêmios por suas obras. Um deles foi o segundo lugar no Prêmio Nacional de Literatura de Cordel da Fundação Cultural da Bahia. Seus cordéis são reconhecidos nacionalmente e possuem tal relevância cultural e social que são fontes de pesquisas, como a que estamos desenvolvendo. A autora já teve poesias musicadas e encenadas, como é o caso do cordel *O milagre travesthriller: a história da travesti que (com fé) engravidou*,⁴ que foi adaptado com direção de Orlando Pereira e Nívia Uchôa.

Suas obras são alinhadas principalmente a debates sobre as relações de gênero e os direitos humanos. Portanto, são obras que tratam da violência contra as mulheres, do machismo, da discriminação, dos direitos humanos, das diversidades, da mulher na literatura de cordel, das mulheres nos diferentes espaços e das questões ambientais, dentre outros temas. São obras que carregam críticas, gritos e vozes que muitas vezes são invisibilizadas na sociedade e, por meio das rimas, a autora reivindica justiça e direitos para todos(as). Muitas das lutas tratadas em suas obras estavam sendo travadas no período da redemocratização — como a plena cidadania das mulheres, o combate à violência e a defesa da saúde — e seguem sendo uma demanda das mulheres na atualidade.

Cataloguei diversos cordéis publicados no blog *Cordelirando*, muitos dos quais estão no seu livro *Outras Rimadas, outras pessoas: cordéis sobre os invisíveis*,⁵ que reúne diferentes cordéis da autora. Organizei um quadro

4 SILVA, Salete Maria da. *O milagre travesthriller: a história da travesti que (com fé) engravidou*. Cordelirando, 2 de julho de 2010. Disponível em: <http://cordelirando.blogspot.com/2010/07/o-milagre-travesthriller-historia-da.html>.

5 Cf.: SILVA, Salete Maria da. *Outras rimadas, outras pessoas: cordéis sobre os “invisíveis”*. Salvador: Editora Expogeo, 2012.

com as obras disponíveis no meu TCC.⁶ Considerando a organização do livro e do site, acredito que a escritora ainda possua muitas outras obras, mas as destacadas dimensionam a temática e a extensão de seus escritos.

Análises dos Cordéis de Salete Maria da Silva

Através dos cordéis, refletirei sobre como Salete Maria representa as mulheres, considerando o conceito de representação da autora Sandra Jatthy Pesavento (2004), que considera a categoria como uma presentificação do ausente: “não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (Pesavento, 2004, p. 39-40). Então, representar é identificar, perceber, reconhecer e reconstruir o que está sendo estudado. As representações falam mais do que é demonstrado, pois, através delas, podemos conhecer a autora e aquilo que pode ficar oculto nas descrições. Portanto, será compreendido como a poeta representou as mulheres nas fontes estudadas, entendendo também como ela construiu essas percepções.

A escrita de Salete Maria contribui para os estudos de gênero na medida em que ela problematiza as relações de gênero, pensando em sua diversidade e percebendo o gênero relacionado à classe, à raça, à sexualidade, à cultura e aos direitos sociais. Além de pensar as questões de gênero a partir de diferentes contextos, a autora denuncia e anuncia possibilidades de transformação para que tenhamos igualdade de fato. Portanto, sua escrita tem influências do movimento feminista — ao mesmo tempo em que o constrói — e abraça inúmeras pautas do movimento. Desse modo, através das obras estudadas, busco entender como o cordel é, de fato, um espaço de questionamentos, como a literatura de cordel foi sendo ressignificada no decorrer dos anos e como Salete Maria é uma personagem importante na luta pela igualdade.

O Cordel *Lugar de Mulher*, escrito em 2009 por Salete Maria, traz reflexões sobre questões que historicamente são pautadas em nossa sociedade: o lugar da mulher, como o próprio título sugere. Ao longo do cordel, a autora vai repetindo o mote “Lugar de Mulher” para construir sua definição,

6 LIMA, Antonia Dnara da Costa Nascimento. “*Lugar de Mulher*”: as representações das mulheres nos cordéis feministas de Salete Maria da Silva (1994-2009). Monografia (Curso de História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, p. 81, 2021.

que é justamente romper com as ideias de lugares determinados, permitidos ou proibidos para as mulheres. A autora fez um “jogo” de palavras nos versos para definir que os lugares das mulheres são todos. Dessa forma, são citados lugares que foram compreendidos como específicos dos homens, como as trincheiras, e outros como os das mulheres, dos quais um exemplo seria o salão. Destaco os seguintes versos:

Lugar de mulher é ponte
Trincheira, jardim, salão
Lugar de mulher é fonte
Indústria, baile, fogão
Lugar de mulher é mina
Do solo de Teresina
Ao Morro do Alemão
(Silva, 2012, p. 120).

Portanto, Salete Maria fez referências, na obra, à ocupação das mulheres nos espaços públicos e privados. Esse conceito é muito relevante, pois as implicações para homens e mulheres são distintas. Biroli e Miguel (2014, p. 32) retratam que, na modernidade, “a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo”. Portanto, o público estaria relacionado a características como responsabilidade e independência, e o privado, à familiaridade. Com isso, foi perpetuada a ideia de que as mulheres são responsáveis pelos cuidados dos lares e de seus familiares, e os homens, por prover essa família. Dessa forma, a vida doméstica foi naturalizada como específica das mulheres. Desde crianças, as meninas são “treinadas”, com brinquedos, por exemplo, para que, posteriormente, possam ser boas mães e donas de casa. Essa naturalização implica também a desvalorização do trabalho doméstico, como afirma Silvia Federici:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina (Federici, 2019, p. 42).

As distinções desses espaços estão relacionadas à divisão sexual do trabalho, como afirmou Biroli (2018, p. 36), e essa divisão produz o gênero, mas não de forma única; é necessário considerar as relações de gênero como marcadas por outras relações, como as de classe, raça e nacionalidade. A separação dos trabalhos possui lógica desigual, além de produzir estereótipos que colocam as mulheres em posições que as desfavorecem socialmente. A divisão sexual do trabalho compromete a cidadania das mulheres, pois estabelece percalços e entraves para a ocupação de espaços e participações, como na política autônoma (Biroli, 2018, p. 24). Essas dessemelhanças são muito expressivas quando se referem ao trabalho remunerado, que se dá de forma distinta entre homens e mulheres e entre diferentes grupos de mulheres. Um exemplo é a luta árdua por salários dignos no trabalho doméstico. Silvia Federici (2019) explicou como foi inserida uma lógica afetiva nesse trabalho e como isso contribuiu para sua desvalorização:

Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida, as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade” (Federici, 2019, p. 44).

A afetividade também é posta em outras profissões com grande número de mulheres, como, por exemplo, as enfermeiras, que, em seus trabalhos, são dedicadas e precisam fazer tudo por amor, assim como as professoras. Essas profissões, além de serem mal remuneradas, exigem extensa carga de trabalho, mas é estabelecida a lógica de que estão fazendo por amor, e os salários vão ficando em segundo plano.

Salete Maria utilizou sua obra para desestruturar a ideia de que existem trabalhos de mulher e trabalhos de homem. A autora faz isso citando diferentes espaços que correspondem a profissões distintas, como é possível ver nos versos: “Lugar de mulher é serra/ Obra, beco e parlamento/ Lugar de mulher é guerra/ Missa, teatro e convento” (v. 1-4, est. 12). Alguns dos

espaços citados são ocupados por maior número de homens do que de mulheres, nos casos do “parlamento” e da “guerra”, e outros são relacionados popularmente às mulheres, como “missa” e “convento”, que estão associados à docilidade e à bondade. Com isso, ela demonstra que as mulheres podem ocupar todas as profissões, sejam elas em espaços de poder, ou mesmo aquelas que exigem maior esforço físico, bem como as que carregam estereótipos de serem femininas.

Salete Maria concluiu escrevendo que o lugar das mulheres é tudo o que elas podem alcançar, atravessando os espaços públicos e privados e mencionando diferentes espaços de trabalho, de lazer e de moradia, como os versos demonstram:

Lugar de mulher é show
Favela, brejo e poder
Lugar de mulher é gol
Ringue, desfile e lazer
Lugar de mulher é creche
Das bandas de Marrakech
Às vilas do ABC
(Silva, 2012, p. 120).

Portanto, a dicotomia público/privado precisa ser complexificada e superada, mas garantindo, fundamentalmente, a igualdade de direitos. Para que seja alcançada a democracia de fato, as relações precisam ser igualitárias, sem distinções em seus diferentes âmbitos. Isso inclui romper estruturas que naturalizaram a vida doméstica como feminina, pois, mesmo ocupando os espaços públicos, as mulheres ainda lidam com os afazeres domésticos e os cuidados dos filhos, na grande maioria das vezes, sozinhas. A autora refletiu que as mulheres podem estar em todos os lugares, sejam públicos ou privados, com maior presença de homens ou de mulheres, e ocupando diferentes profissões. Dessa forma, pode-se pensar que sua arte contribui para questionar as representações tradicionais das mulheres e para que ocorram mudanças nas estruturas sociais, pois rompe com ideias de lugares determinados, representando as mulheres em sua diversidade e como um campo de possibilidades.

O cordel *Mulher-Consciência: nem violência, nem opressão* teve sua primeira edição em 1994, e o cordel *Embalando meninas em tempos de violência* foi publicado em 2001. Ambos possuem temáticas comuns, em contextos distintos: a violência contra a mulher. Esse é um problema que atravessa gerações, e a autora trouxe essa questão tão emergente e atual em seus versos. A cordelista iniciou o cordel *Mulher-Consciência* relatando os altos índices de violência na região do Cariri, onde morava, e no Brasil de modo geral.

Os dados são cada vez mais preocupantes. Segundo o Relatório de Pesquisa *Violência contra a Mulher*, de março de 2005, realizado pelo Senado Federal, a pesquisa foi desenvolvida com mulheres nas 27 capitais brasileiras, tendo sido realizadas 815 entrevistas. Dentre as perguntas, questionou-se sobre a frequência da violência que já haviam sofrido, e o resultado foi, de fato, alarmante, pois a maioria das mulheres entrevistadas foi agredida mais de uma vez. Destaco os números dessa pesquisa de 2005, pois correspondem ao período estudado neste trabalho. Essa pesquisa ilustra uma característica da violência doméstica: a formação de um ciclo que torna o homem dominador e a mulher dominada, fazendo com que a violência se torne cada vez mais recorrente. Nos dias atuais, os dados são ainda mais alarmantes. Segundo o dossiê do Instituto Patrícia Galvão,⁷ 76% das mulheres já sofreram violência e assédio no ambiente de trabalho; os números de assédio nos meios de transporte são preocupantes, pois 97% das mulheres já foram vítimas; e, para 87% da população, a violência contra as mulheres aumentou consideravelmente durante a pandemia de COVID-19.

Salete Maria relatou, no cordel citado, que a opressão das mulheres nasceu com a acumulação do produto do trabalho. Isso demonstra a leitura que a poeta tem sobre o capital e que, na “divisão” das tarefas, as mulheres teriam ficado com o lar e os cuidados dos(as) filhos(as). Como esse trabalho não é remunerado, a busca por emancipação foi dificultada. Como já descrito, essas relações desiguais prejudicam as mulheres. Compreendemos também que essa divisão torna a rotina das mulheres extenuante, pois, além de realizarem essas atividades, na grande maioria das vezes sozinhas, trabalham em outros ambientes, tendo, ao final do dia, uma jornada tripla, diferentemente dos homens, que, em larga escala, não a realizam. Sobre a

7 Violência contra a mulher em dados. Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>.

opressão das mulheres, destaco que a autora entende que ela é resultado do capitalismo, aproximando-se das interpretações que dão menos ênfase às opressões vividas pelas mulheres em períodos anteriores à existência do capitalismo. Pode-se observar essas questões nos seguintes versos:

Há muito tempo as mulheres
Sofrem grande opressão
Conta a História que isto
Nasce com a acumulação
Do produto do trabalho
Em algumas poucas mãos
(Silva, 2012, p. 153).

No cordel *Embalando meninas em tempos de violência*, a autora utilizou cantigas populares, especificamente de ninar, sendo elas: *Terezinha de Jesus*, *Pirulito que bate-bate*, *Eu sou pobre-pobre*, *Ciranda cirandinha*, *O cravo brigou com a rosa* e *Senhora Dona Sancha*, para relatar e denunciar casos de violência doméstica contra mulheres. Acredito que a escolha se deu pelo amplo conhecimento dessas músicas, que fazem parte do cancionário popular brasileiro, já que o tema precisa da atenção de todos(as). A autora relatou, por meio dos versos, o receio das pessoas, especialmente dos(as) vizinhos(as), em denunciar os casos de violência, pois ainda persiste a ideia de que não pode haver envolvimento externo nas relações familiares. Como afirmam Biroli e Miguel (2014, p. 32), “a garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico foi vista, por isso, como uma das ferramentas para manutenção da dominação masculina”. A estrofe 7 do cordel descreve esses casos:

O Cravo brigou com a Rosa
Dentro de sua morada
A Rosa saiu ferida
E o Cravo a dar risada
A Rosa pediu socorro
E o guarda veio atender:
“Se o Cravo é seu marido,
Não devemos nos meter”
(Silva, 2012, p. 129).

A cordelista trouxe, em seus versos, a realidade de mulheres que têm a vida violentada por pais, irmãos e companheiros, sendo atingidas em diferentes classes sociais. A autora expôs ainda a descrença de mulheres na justiça em casos de violência e dá o exemplo de um homem que violentou uma mulher e matou outra, permanecendo impune. O cordel termina, mais uma vez, enfatizando a importância de denunciar os casos de violência. Ressalto as seguintes estrofes:

Mariquinha não vai com as outras
Marinha não quer falar
Mariquinha perdeu a fé
E não quer testemunhar
Ela diz que viu o Zé
Matando outra mulher
Mas anda solto a cantar
[...]
Senhora Dona Sancha
Coberta de porrada
Do rosto tire o véu
Mostre que está lesionada
Não leve para o céu
Em respeito a um anel
(Silva, 2012, p. 129).

A autora utilizou cantigas de ninar, algumas delas presentes na infância de muitas pessoas, para relatar casos de violência e, mais do que isso, enfatizar a importância da denúncia. Expôs, no cordel, o silêncio das pessoas que testemunham ou tomam conhecimento das agressões e, infelizmente, a ideia de que questões internas não podem ser resolvidas por pessoas externas ainda está presente em nossos dias. A autora utilizou exemplos dessas concepções para enfatizar o quanto essa postura constitui um obstáculo à atuação dos órgãos responsáveis pelos casos de violência. O cordel trouxe a realidade da violência doméstica, que não ocorre somente entre companheiros e companheiras, mas também entre pais, irmãos e mulheres, ou seja, em diferentes circunstâncias da vida feminina. É possível compreender também, por meio da obra, que a descrença de muitas mulheres na resolução das situações de violência decorre das falhas do sistema, que

deixa impunes muitos acusados, da naturalização dessas hierarquias e violências e, acreditamos, também, da falta de acolhimento nos órgãos responsáveis e da ausência de suporte social.

Salete Maria evidencia ainda, no cordel *Mulher-Consciência*, que a sociedade machista destrói as mulheres, mas ela defende que todas têm força para lutar. Dentre as questões que mais atingem as mulheres está a violência, que precisa ser combatida. A luta que a autora registra é para que todos(as) recebam salários de forma igualitária para as mesmas funções, que tenham direitos reprodutivos, entendendo que as mulheres têm o direito de decidir sobre seu próprio corpo, e que tenham educação sexual. Acen-tua ainda a necessidade de que todas as mulheres, independentemente da idade e de suas diferentes profissões, juntem-se a essas lutas.

As mulheres são muitas, mas não estão representadas em todos os espaços de forma igualitária, como nos espaços de poder. A poeta comenta sobre os códigos Civil e Penal e a urgência de mudanças, principalmente para os casos de violência contra as mulheres, pois muitos agressores ficam impunes. Mais uma vez, a autora “chama” as mulheres à luta por direitos, por exemplo, pelo direito à licença-maternidade, às delegacias da mulher, à pensão alimentícia, à aposentadoria e contra a discriminação e o machismo.

Devo esclarecer a tempo
Que nossa luta é igual
Companheiro e companheira
Vítimas do capital
Somente a nossa união
Destruirá este mal

A vitória não se espera
É preciso conquistar
A luta começa hoje
Basta você se engajar
Acredite, companheira
Nunca é tarde pra lutar.
(Silva, 2012, p. 158).

O cordel trouxe reflexões sobre a violência contra as mulheres, que, no contexto de sua escrita, era muito grave e, como ressaltado, ainda é em nossos dias atuais. Compreendo que muito do que a autora trouxe para o cordel é fruto do que observa e vivencia, dando-se, em grande medida, por sua atuação como advogada de mulheres e por sua luta e formação em direitos humanos, elementos trazidos com muita propriedade no texto.

No cordel *Cidadania – nome de mulher*, publicado em 2001, a autora discorre sobre a luta das mulheres em diferentes contextos históricos, na busca por direitos e igualdade. Segundo a cordelista, seria por meio dessa luta que as mulheres alcançariam a cidadania plena. A autora iniciou escrevendo que, no tempo de sua bisavó, apenas o homem era considerado cidadão; as mulheres eram “objetos” e viviam para satisfazer as vontades dos homens. As mulheres não podiam estudar, pois isso poderia representar um perigo para a família, já que o conhecimento liberta. Além disso, ressalta que seus prazeres sexuais eram negados. A referência feita ao período da bisavó de Salete Maria, acredito, é uma estratégia comunicativa para apresentar a ainda maior escassez de direitos em tempos anteriores e, posteriormente, escrever sobre os ganhos das lutas políticas das mulheres para que a cidadania seja alcançada de fato. Evidenciamos a seguinte estrofe, que trata, por exemplo, da luta pelo direito ao voto:

Enfrentou os militares
Disse: “queremos votar”
Ajudou fundar partidos
Deixou de silenciar
Lançou a vozão vento
No poder tomou assento
Conseguiu se emancipar
(Silva, 2012, p. 133).

Saliento que as mulheres só conquistaram o direito ao voto em 1932, após anos de lutas e reivindicações por esse direito político, e que ele só foi igualado ao dos homens na Constituição de 1946. Pensar as mulheres na política no Brasil não é relacioná-las à ausência. As mulheres atuaram de forma efetiva, ao longo dos anos, nos movimentos feministas, de mu-

lheres, sindicatos, organizações autônomas e partidos políticos; lutaram por melhores condições de vida, direitos reprodutivos e sexuais, combate à violência e pela própria participação igualitária na política institucional. Porém, “a história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados” (Biroli, 2018, p. 172). Por isso, destaca-se a importância da luta contra estruturas que corroboram as desigualdades:

Por conta de sua luta
Um preço sempre pagou
Pois mentes reacionárias
O mundo sempre gerou
Mas foi no capitalismo
Onde o crescente machismo
Outras proporções tomou
(Silva, 2012, p. 133).

Como podemos ver na citação, Salete mostra que os desafios para a igualdade são culturais, pois é necessário lidar com as “mentes reacionárias”, e também sociais e econômicos, visto que teria sido “no capitalismo/ Onde o crescente machismo/ Outras proporções tomou”. A obra de Salete é marcada por reflexões que articulam gênero a outros marcadores da diferença, e isso pode ser explicado também pela identificação socialista da escritora.

A autora escreveu que existem vários crimes contra as mulheres e, mais uma vez, refere-se à violência, pois as mulheres são oprimidas em seus estados mais vulneráveis e muitas ainda são culpabilizadas pelo crime que as atingiu, quando lhes perguntam, com frequência: “o que fizeram para merecer isso?”, uma acusação antes de qualquer defesa. Salete Maria relatou na estrofe a seguir:

Há casos onde a vítima
É tida como culpada
O mundo todo pergunta
Pelo que fez a finada

Como querendo saber
Se ela fez por merecer
Ter a vida abreviada
(Silva, 2012, p. 134).

Por último, Salete Maria convidou todas as mulheres a somarem forças para lutar pela cidadania feminina. Relatou o quanto as mulheres sofreram com a ausência de direitos e que, após intensas lutas, conquistaram o direito ao voto e tantos outros. Segundo a cordelista, são tempos que exigem luta:

Uma questão de justiça
Estamos a colocar
Ninguém pode ser omissa
O tempo é de lutar
“Cidadania-Mulher”
É tudo que a gente quer
Não podemos mais calar
(Silva, 2012, p. 134).

A autora, por meio de seu cordel, refletiu sobre o conceito de cidadania. Trouxe, em mais uma obra, questões referentes às desigualdades e às vulnerabilidades sociais, sempre destacando o quanto essas questões atingem especialmente as mulheres. A obra mostrou que os direitos das mulheres serão plenos quando suas demandas coletivas forem garantidas e, por isso, é necessário que todos(as) lutemos.

Na obra *Mulher também faz cordel* (2005), a autora inicia contando sobre a chegada dos cordéis ao Brasil e sua produção ao longo das décadas, que, em grande escala, era feita por homens. A poeta relata que as mulheres não adentraram esse universo porque, durante muito tempo, viveram exclusivamente para os cuidados dos filhos e filhas, dos maridos e dos lares, permanecendo nos ambientes privados, além de não terem acesso ao letramento. Como mencionado anteriormente, as mulheres estavam inseridas nesse campo fazendo cordéis de forma oral, mesmo que com limitações, e hoje em dimensões muito maiores na forma escrita. Sobre essa questão, destacamos os seguintes versos da autora:

A mulher não se atrevia
Nesse campo transitar
Por isso não produzia
Vivia para seu lar
Era o homem maior
Vivia ele, afinal
Para o mundo desbravar
[...]
Sem ter a cidadania
Vivendo vida privada
Pouco ou nada entendia
Não era emancipada
Só na cultura oral
Na forma original
Se via ela entrosada
(Silva, 2005).

As mulheres eram consideradas por muitas pessoas como “princesas” e inspiração para as produções; no entanto, não lhes cabia escrever, muito menos viajar para vender os cordéis, segundo a autora. As mulheres foram tema de muitos cordéis; eram objetos de discursos e representações de um olhar masculino, nem sempre positivo, como exemplificamos na parte anterior do artigo. Diz:

E durante muitos anos
Assim a coisa se deu
Em muitos cordéis tiranos
A mulher emudeceu
O homem falava dela
Mas não falava com ela
Nem ela lhe respondeu
(Silva, 2005).

Salete Maria narrou a primeira publicação de um cordel escrito por uma mulher, Maria das Neves Batista Pimentel, porém assinado por um homem, no caso, o marido da escritora. Depois disso, outras mulheres publicaram com seus próprios nomes, abordando diferentes temáticas em todo o país, inclusive obras que reproduziram o machismo. Compreendo

que isso se deu pelo fato de estarmos imersos em uma sociedade machista e, por isso, a necessidade de desconstrução e reconstrução é de todos(as), todos os dias.

Salete Maria ressignifica a literatura de cordel por meio de sua escrita, pois é uma mulher que escreve sobre mulheres, pensando e problematizando suas questões. Como a própria autora se definiu em uma transmissão ao vivo para o projeto OXE, de Salvador: “eu vou me tornando marginal dentro de uma literatura já marginal” (Silva, 2020). Ela escreve sobre mulheres em uma literatura que, por muito tempo, foi considerada exclusivamente masculina e que também já foi vista como uma literatura de segunda categoria.

Considerações finais

Finalmente, entendo que as produções poéticas e políticas de Salete Maria cooperam para os estudos de gênero e para a luta do movimento feminista, já que a escritora escreveu sobre questões que envolvem essa luta, buscando criticar realidades, refletir, educar e conscientizar. Por isso, suas obras contribuem para uma sociedade mais igualitária, pois a autora levanta fortemente essa pauta. Representa as mulheres nesses cordéis como fortes, corajosas, resistentes, empoderadas e unidas; esses são apenas alguns dos principais adjetivos usados reiteradamente pela autora para falar desse sujeito histórico. São representações que rompem os estereótipos sobre as mulheres na sociedade como um todo e na produção de cordel de forma particular.

Junto disso, a cordelista também combate o machismo, o racismo, as desigualdades sociais e todo tipo de discriminação e injustiça. Sua luta é buscar a igualdade para todos(as). Logo, considero os cordéis de grande relevância, pois circulam em todo o país e, por terem linguagem acessível, possibilitam a leitura e a compreensão por muitas pessoas. Portanto, os temas tratados afetam, de alguma forma, a população, pois abordam questões importantíssimas e também cotidianas, como as relações de poder e os direitos humanos.

Além disso, Salete Maria representou as mulheres nos cordéis sem lugares socialmente determinados, mas como pessoas com possibilidades, que buscam direitos iguais, sem distinção de gênero e raça, além de figuras femininas empoderadas que constroem sua própria história.

Referências

- BARBOSA, Clarissa Loureiro Marinho. *As representações identitárias femininas no cordel: do século XX ao XXI*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, n. 3, jun. 2010.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- LUYTEN, Joseph M. F. Feminismo *versus* machismo: autoras mulheres na literatura de cordel. In: _____. *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Umesp/Fai, p. 141-155, 2003.
- MELO, Miriam Carla Batista de Aragão de. “*Cordel de saia*”: autoria feminina no cordel contemporâneo. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PROJETO OXE. *Live OXE – Cordelista Salete Maria*. Salvador, 29 jun. 2020. Instagram: @projetoaxe. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CCCBwSBF1wW/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, Francisca Pereira dos. *Novas cartografias no cordel e na cantoria: desterritorialização de gênero nas poéticas das vozes*. 2009. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, Francisca Pereira dos. Livro delas: autoria feminina no cordel, cantoria e gravura. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, v. 33, p. 218-230, jan./jun. 2020.

SILVA, Salete Maria da. *Mulher também faz cordel*. 2005. Disponível em: <https://cordelirando.blogspot.com/search?q=mulher+tamb%C3%A9m+-faz+cordel>. Acesso em: 1 nov. 2021.

SILVA, Salete Maria da. Cidadania – nome de mulher. In: SILVA, Salete Maria da. *Outras rimas, outras pessoas: cordéis sobre os “invisíveis”*. Salvador: Expogeo, p. 133-135, 2012.

SILVA, Salete Maria da. Embalando meninas em tempos de violência. In: SILVA, Salete Maria da. *Outras rimas, outras pessoas: cordéis sobre os “invisíveis”*. Salvador: Expogeo, p. 119-129, 2012.

SILVA, Salete Maria da. Lugar de mulher. In: SILVA, Salete Maria da. *Outras rimas, outras pessoas: cordéis sobre os “invisíveis”*. Salvador: Expogeo, p. 119-129, 2012.

SILVA, Salete Maria da. Mulher-consciência: nem violência, nem opressão. In: SILVA, Salete Maria da. *Outras rimas, outras pessoas: cordéis sobre os “invisíveis”*. Salvador: Expogeo, p. 153-158, 2012.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.



A construção de um líder: Toussaint L'Ouverture através de lentes francesas (2012)

Suellen Maria Félix da Silva

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção do líder revolucionário haitiano Toussaint L'Ouverture por meio da minissérie francesa *Toussaint L'Ouverture* (2012), bem como a representação de Toussaint enquanto integrante de uma família: esposo, pai, irmão, tio e amigo. O que impacta um ex-escravizado a construir tantas redes de afeto? A partir dessa perspectiva, adentraremos o evento que revolucionou a colônia de São Domingos e culminou na abolição da escravidão.

Palavras-chave: Revolução Haitiana; Toussaint L'Ouverture; Afeto.

Introdução

Lançada em 2012, a minissérie francesa *Toussaint L'Ouverture*, produzida pela Eloa Prod, com participação da France Télévisions, composta por dois episódios,¹ tem como premissa contar a história de vida do general Toussaint L'Ouverture como um grande líder da Revolução Haitiana. Transitando entre os gêneros biografia, drama e história, a direção fica a

¹ Primeiro episódio: O voo da águia; segundo episódio: A luta das águias.

cargo de Philippe Niang. A produção conta com adaptações e diálogos de Philippe Niang e Sandro Agenor, além da colaboração de Alain Fox. Atualmente, encontra-se em domínio público e está disponibilizada na plataforma digital YouTube.²

A Revolução Haitiana (1791-1804) teve como palco a ilha de São Domingos, a mais lucrativa colônia francesa localizada no disputado Caribe. Ela insurgiu no verão de 1791, após uma cerimônia vodu, na qual escravizados utilizavam a prática religiosa como refúgio mínimo diante das mazelas da escravidão. Eles marcharam e incendiaram fazendas, iniciando um colossal movimento revolucionário e um conflito cujo principal objetivo era o fim da escravidão na ilha. Em 1804, os revolucionários declararam independência da metrópole francesa, construindo a história do Haiti por meio de muita luta e de importantes lideranças.

Toussaint L'Ouverture foi uma dessas figuras emblemáticas que influenciaram os rumos da revolução. Este texto é um fragmento da minha pesquisa de conclusão do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na qual foi proposto analisar os conflitos raciais representados na minissérie. Nas páginas que se seguem, analisaremos a reconstrução da figura do general Toussaint L'Ouverture apresentada na obra cinematográfica e o que essa reconstrução tem a nos dizer sobre como uma revolução de escravizados foi e é assimilada.

O general Toussaint L'Ouverture

Inicialmente, somos apresentados a um jovem Toussaint, galanteador, muito bem-quisto por seu senhor, Bayon de Libertat, e pelo padre Paul, que o ensina a ler. Aqui temos a introdução da alfabetização de Toussaint não somente na língua francesa, mas também no cristianismo. O roteiro não dá destaque às origens africanas de Toussaint. Marco Morel (2016) nos apresenta um pouco dessa origem. Apesar de as informações sobre sua ascendência não serem plenamente comprovadas, uma vez que os escravizados não possuíam certidão de nascimento (Hazareesingh, 2020,

2 Os episódios estão disponibilizados na plataforma com áudio original em francês e legendas em inglês e espanhol. Legendado em inglês: <https://youtu.be/gau8RGiT5Do?si=Qr-qEt8F6lm56fde>. Legendado em espanhol: <https://youtu.be/MEgXbwPywpM?si=PWQ9-q4v9JMKewN->.

p. 46), diz-se que seu avô paterno, Gaou Guinou, era africano, e seu pai, Hyppolite Gaou, foi traficado para a ilha de São Domingos e vendido ao conde de Breda. Sua mãe chamava-se Pauline e conheceu Gaou na ilha caribenha.

Morel (2016) aponta que o pai de Toussaint provavelmente foi quem lhe ensinou os conhecimentos sobre ervas medicinais, habilidade que lhe garantiu a proteção de Bayon e o incentivo à alfabetização, permitindo-lhe assumir o cargo de capataz e viver uma realidade distinta da maioria das pessoas negras escravizadas, embora ainda permanecesse na condição de escravizado. Foi também por meio desses conhecimentos medicinais que Toussaint atuou como médico dos batalhões negros durante a grande insurreição de 1791 e como ajudante de campo dos comandantes. Esses comandantes eram os ex-cativos Biassou, Bullet e Jean-François, informação mantida pelo roteiro da minissérie.

Com o tempo, Toussaint destacou-se e começou a assumir cargos de comando. Na minissérie, Biassou é apresentado como um líder irresponsável, alcoólatra e sem habilidades de liderança, um recurso narrativo utilizado para criar contrastes e destacar ainda mais a centralidade e a capacidade de liderança de L'Ouverture. Tanto a minissérie quanto a historiografia ressaltam suas habilidades estratégicas.

Durante a insurreição, Toussaint aliou-se aos espanhóis para enfrentar as tropas inglesas e francesas e, posteriormente, aos franceses para expulsar ingleses e espanhóis, tornando-se, assim, o general Toussaint L'Ouverture. Em 1797, Toussaint tornou-se governador-geral vitalício pela França republicana, a mais alta autoridade do poder colonial na ilha de São Domingos. Em 1801, Toussaint L'Ouverture outorgou a primeira constituição autônoma do território de São Domingos, um feito sem precedentes e de grande significado histórico.

Podemos observar alguns elementos importantes dessa Constituição no quadro a seguir:

Quadro 1 - Características da primeira constituição autônoma de São Domingos

Data de promulgação	Governante	Escravidão	Forma de Governo	Chefe do Poder Executivo	Crítério racial	Religião
1801	Toussaint L'Ouverture	Proibida no território e abolida para sempre, junto com a servidão.	Colônia do Império da França com autonomia administrativa.	Governador Geral vitalício e General Chefe das Forças Armadas.	Igualdade sem distinção racial.	Católica, única permitida em culto público.

Fonte: (Morel 2017, p. 126).

Através dela, entendemos que a preocupação primordial permanecia a mesma: garantir a abolição definitiva e permanente da escravidão na ilha. Além disso, percebe-se o não rompimento com o Império francês, algo que aconteceu somente na Constituição de 1804, com Dessalines no poder (Morel, 2016, p. 126). O fato de os cultos católicos serem os únicos permitidos publicamente nos traz alguns pontos de interrogação, visto que o coração da revolução foram as cerimônias *vodu*.

Diferentemente da narrativa da minissérie, o historiador Sudhir Hazareesingh, em seu livro *O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint L'Ouverture* (2020), apresenta-nos a versão oral³ segundo a qual Toussaint foi alfabetizado por uma ordem jesuíta que viveu no norte de São Domingos e que teria, inclusive, estudado formalmente para ser padre (Hazareesingh, 2020, p. 52). Hazareesingh explica que a ordem jesuíta de São Domingos construiu uma boa relação com os escravizados. Diferentemente do restante do clero presente na ilha, promovia ações como a “Missa Negra”, na qual anciãos africanos eram responsáveis pela condução (Hazareesingh, 2020, p. 52). Ele ainda aponta que Toussaint teve contato muito cedo com o catolicismo, inclusive desempenhando atividades proselitistas (Hazareesingh, 2020, p. 53).

Hazareesingh afirma que sua função como adestrador de animais e seus laços com o catolicismo moldaram a personalidade do jovem Toussaint, mas também sua origem africana. A transmissão de conhecimentos medicinais, que provavelmente lhe foi repassada por seu pai, constitui um

3 Igualando-se ao imperador, não comparando-se a ele.

dos vestígios dessa aproximação com suas raízes africanas. O historiador aponta que já foi sugerido que Toussaint adotou plenamente práticas da religião *vodu* e as mesclava com sua prática de medicina natural, surgindo daí sua fama como exímio curandeiro, combinando práticas medicinais, espirituais africanas e caribenhas (Hazareesingh, 2020, p. 59) e, por isso, viveria entrelaçando essas distintas heranças.

Na minissérie, as manifestações de fé são um tanto sutis. Temos Toussaint em contato com símbolos cristãos, como sua ida à capela antes de juntar-se à luta, a cerimônia fúnebre católica de sua irmã, além da alfabetização realizada pelo padre. Em relação ao *vodu*, notamos alguns recursos narrativos que sugerem certo conflito de Toussaint com sua ancestralidade africana. Na cena da cerimônia *vodu*, Toussaint está presente, mas ocupa mais a posição de observador, visto que não participa da dança nem dos demais ritos.

Há um momento específico em que Biassou provoca um conflito com Toussaint: acusa-o de estar espionando a cerimônia e exige que ele beba o sangue de porco e mate Bayon e sua família. Toussaint se recusa. Biassou aponta uma arma de fogo em sua direção, e Toussaint, corajosamente, afirma que aquelas balas não o matarão. Biassou dispara, mas nada acontece. Tenta novamente, e a arma falha outra vez. O mestre da cerimônia aproxima-se e afirma que Toussaint é protegido por Papa Legba. Papa Legba é o *loa* (divindade) “da ligação entre os homens e os *loás*; é o primeiro a ser saudado nas cerimônias de *vodu*” (Charles, 2011). Tal cena possui um tom sugestivo ao projetar Toussaint como um homem escolhido, protegido para realizar algo maior.

O Toussaint adulto foi construído de modo mais centrado, discreto e observador, mas a narrativa sugere que, apesar dessa discrição — muitas vezes associada à desconfiança —, ele mantém fortes laços com seus ancestrais. Duas passagens importantes podem representar essa “divisão” ou “junção” de crenças. A primeira ocorre quando Fatiman entrega o rosário que pertenceu a Boukman e afirma que, caso ele perca o rosário, também se perderá de si mesmo. A segunda acontece quando o tesouro de Toussaint é aberto e o rosário é encontrado guardado em local seguro após sua morte. O objeto era feito de conchas e pedras, e sua cruz, de galhos.

Trata-se de um artefato sincrético que pode ser interpretado como representação dessa dualidade de Toussaint.

Voltando à Constituição e à exclusividade do catolicismo, lembremos que a catequização também foi utilizada como instrumento de dominação e uma das bases do colonialismo. Esse catolicismo colonial era extremamente intolerante e criou raízes profundas naqueles que alcançou. O general Toussaint L'Ouverture não estava imune a essa influência. Hazareesingh afirma que, apesar dos esforços de Toussaint para suprimir práticas *vodu*, ele, assim como Dessalines, ocupa seu lugar como *loa* (divindade) no *vodu* haitiano, consolidando-se na tradição oral e religiosa do Haiti (Hazareesingh, 2020, p. 700).

Morel (2016, p. 52) aponta que, em razão de seus grandes feitos, Toussaint recebeu dos europeus apelidos como “Washington das colônias” e “Bonaparte negro”, guiados por uma lógica racista segundo a qual a agência de um indivíduo negro só poderia ser equiparada à de um sujeito branco, considerado o único capaz de tal intelectualidade. Morel também destaca que o próprio L'Ouverture cultivava essa mística e, ao escrever para Napoleão, apresentou-se como “o primeiro dos negros ao primeiro dos brancos”,⁴ o que desagradou o imperador francês.

Outro aspecto curioso que reforça essa comparação entre os dois é que L'Ouverture era descrito como um homem franzino, assim como o imperador francês. Para além das comparações de feitos, podemos supor outro significado associado a esse subtítulo: as narrativas construídas pela historiografia que, como já mencionado, sustentaram que os acontecimentos da Revolução Haitiana só foram possíveis devido à influência iluminista, como se os escravizados e o próprio L'Ouverture não tivessem capacidade de articular-se e organizar-se em busca da liberdade. Trata-se de uma narrativa perigosa, que coloca as pessoas negras em posição de inferioridade intelectual, reproduzindo interpretações racistas presentes na historiografia.

Com cerca de doze minutos de exibição, o personagem de Toussaint afirma algo que dialoga diretamente com essa ideia de inferiorização intelectual das pessoas negras. Ao ser questionado por Parsquier se Bayon de

4 Igualando-se ao imperador, não comparando-se a ele.

Libertat o havia alfabetizado, Toussaint responde algo semelhante a: “Um homem negro não é um homem. Terei mais sorte ensinando um cão a ler”. Com isso, encerra-se o interrogatório daquele dia.

Essa breve fala é reveladora, pois reflete uma das ferramentas mais eficientes e cruéis do colonialismo: fazer com que todos, inclusive as próprias pessoas negras, enxerguem o corpo negro como desprovido de intelectualidade e naturalmente inferior ao branco, colocando-o permanentemente em uma condição de suposta selvageria.

Trouillot, em *Silenciando o passado: poder e a produção da história* (2016), analisa uma carta datada de 1790, escrita por La Barre, um colono de São Domingos, para sua esposa, na qual afirmava: “Não há inquietação entre nossos negros... Eles nem sequer concebem algo assim. São muito tranquilos e obedientes. Uma revolta entre eles é impossível” (Dorsinville *apud* Trouillot, 2016, p. 121). O autor também apresenta as palavras de um capataz dirigidas a seus patrões: “Vivo tranquilamente no meio deles sem qualquer pensamento sobre um levante da sua parte, a menos que sejam açulados pelos próprios brancos” (Dorsinville *apud* Trouillot, 2016, p. 121). Trata-se de uma certeza cega, que nos leva a refletir sobre a origem dessa pressuposição tão arraigada acerca das pessoas negras.

Trouillot (2016) aponta como causa a criação do Ocidente no início do século XV e todas as transformações que a envolveram, desde o colonialismo mercantil até as ideias advindas do Renascimento, fazendo surgir questionamentos teológicos, artísticos e políticos que colocavam o homem como centro. Esses questionamentos sobre o que seria ser um homem, quais direitos esses homens possuíam e como deveriam se organizar são importantes. Aqui, é necessário relembrar e frisar que esses homens eram os homens brancos europeus (Trouillot, 2016, p. 123-126).

Os europeus ficaram envolvidos em tantos movimentos antropocêntricos que acabaram presos em uma espécie de caverna de Platão, onde enxergavam somente suas próprias sombras e, não satisfeitos, as projetaram e impuseram sobre populações de além-mar, que nada tinham a ver com a ganância e o asselvajamento (Césaire, 2020) trazidos pelas luzes/sombras da modernidade. A Revolução Haitiana tornar-se-ia famosa justamente por ter sido recebida com espanto: o improvável havia acontecido. Os

contemporâneos brancos não tinham capacidade de assimilá-la, pois não enxergavam as formas de resistência presentes nos atos dos escravizados.

O historiador C. L. R. James, em seu livro *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos* (2010), discute as tomadas de decisão de Toussaint em seus últimos momentos em São Domingos. O autor aponta duas certezas que Toussaint possuía: “que São Domingos decairia sem as vantagens da conexão francesa; também estava certo de que a escravidão jamais poderia ser restaurada” (James, 2010, p. 165).

Toussaint entendia que São Domingos precisava voltar a produzir, pois necessitava manter-se economicamente. Na minissérie, há cenas em que Toussaint acompanha o retorno ao trabalho nos canaviais. Os trabalhadores não demonstram satisfação com aquilo. Apesar de Toussaint afirmar que seriam devidamente remunerados, não é de se estranhar essa aversão ao retorno ao trabalho, pois era nos canaviais que aquelas pessoas eram submetidas à exaustão.

James (2010) aponta que Toussaint pretendia controlar os colonos em benefício da sociedade de São Domingos, entendendo que não era o momento de romper com a França, como demonstra a Constituição de 1801. O autor afirma ainda que essa fidelidade à Revolução Francesa acabou por arruiná-lo: “Talvez a sua expectativa de obter mais do que a liberdade pura e simples tenha sido demais para a época” (James, 2010, p. 165).

Essas várias percepções sobre Toussaint nos fazem refletir que, apesar de seus feitos e das condições diferenciadas de sua vivência na colônia, ele também foi ocidentalizado e colonizado. Lembremos, então, de humanizar os indivíduos históricos que analisamos, sem ocupar um lugar de julgamento, mas de compreensão, ainda que parcial, das razões pelas quais esses sujeitos se moveram. Hazareesingh (2020) aponta algo muito pertinente sobre como é projetada em Toussaint uma figura de masculinidade, não apenas relacionada à virilidade expressa por sua coragem e pelas vitórias militares, mas também associada à ruptura de estereótipos atribuídos aos homens negros quando se considera a dimensão racional. O autor afirma:

Ela também contestava arraigados estereótipos racistas no mundo ocidental, ajudando a associar negritude a noções de racionalidade, boa governança, sobriedade e perdão. Seu

legado permitia ligar visões diferentes, e por vezes conflitantes, de negritude na era moderna: o reformista e o revolucionário; o separatista e o transnacionalista; o caribenho e o africano; o católico e o vodu; o religioso e o secular; e o marxista e o anti-imperial (Hazareesingh, 2020, p. 756).

O psiquiatra e filósofo Frantz Fanon, em seu livro *Peles negras, máscaras brancas* (2008), apresenta, no capítulo 7 — “O preto e o reconhecimento” —, características do preto martinicano e do preto antilhano a respeito do desejo latente de ser reconhecido e do desejo latente de ser branco. Fanon explica que a relação dos antilhanos com a comparação é social: eles seriam marcados por uma constante necessidade de se medir em relação ao branco, colocando-se como o outro, o diferente; desvalorizando-se e apontando quem seria “mais negro” que quem (Fanon, 2008, p. 176 e 179).

O martinicano, segundo Fanon, teria desejos ligados à virilidade, ao desejo de ser e de aparecer, reagindo à violência interna causada pelo racismo por meio de um complexo de superioridade (Fanon, 2008, p. 177). O autor ressalta a reviravolta que ocorreu interiormente no negro, pois não foram apenas os brancos que acreditaram nessa suposta essência de servidão atribuída às pessoas negras; os próprios negros internalizaram essa inferioridade e esse lugar de alteridade.

A reviravolta não diferenciou o preto. Ele passou de um modo de vida a outro, mas não de uma vida a outra. Do mesmo modo que um paciente recai quando lhe anunciam que está melhor e que sairá do asilo em poucos dias, assim também a notícia da libertação dos escravos provocou psicoses e mortes súbitas. Em uma vida inteira, tal fato não acontece duas vezes (Fanon, 2008, p. 183).

Isso não é algo superado. Ainda hoje, nós, pessoas negras, lutamos contra esse adoecimento e adestramento que o racismo nos impõe. Lutamos diariamente para não cair em suas armadilhas, que nos fazem duvidar de nossa humanidade e desejar constantemente ser o branco. Uma figura como Toussaint, alcançando tal magnitude e contrariando completamente essa condição de suposta “incivilidade” atribuída às pessoas negras, representa um enorme perigo para os colonizadores, pois a representatividade

possui um poder significativo: faz as pessoas encontrarem referências, faz as pessoas questionarem entendimentos considerados naturais. Claro que, mesmo com as dimensões alcançadas pelos atos de Toussaint e de tantas outras pessoas escravizadas, não foram apagados nem impedidos anos de internalização do racismo. Contudo, esses feitos possibilitaram, e ainda possibilitam, esperança.

Fanon (2008), em outro momento da obra, aponta que uma das formas utilizadas pelo homem negro para tornar-se branco seria por meio de relacionamentos inter-raciais. Relacionar-se com uma mulher branca, ser amado por uma mulher branca, torná-lo-ia digno de um amor branco e, conseqüentemente, branco. Pensando nessa relação conflituosa que as pessoas negras estabelecem com o afeto, discutiremos os afetos de Toussaint representados na minissérie e como isso reflete na forma pela qual nós, pessoas negras, nos relacionamos com o afeto na atualidade.

Toussaint L'Ouverture e o afeto

No primeiro episódio da minissérie, temos uma cena dedicada à alforria de Toussaint, que acontece em 1776, durante uma festa promovida por Bayon para comemorar a significativa produção de açúcar daquele ano. Durante seu discurso, Bayon anuncia a todos que Toussaint servirá à plantação como um homem livre, o que causa espanto em alguns brancos presentes. Aos 33 anos, Toussaint torna-se um homem livre e, diferentemente do que Bayon imaginava, decide deixar a *Plantation* Bayon, pois desejava casar-se com Suzanne, construir uma família e gerir sua própria plantação. Assim, adentramos um pouco mais na intimidade do personagem.

Esse início de aproximação com a vida privada do personagem é construído por meio de uma cena bastante forte. Pouco tempo após Toussaint passar a administrar sua fazenda — que contava com a presença de africanos trabalhando na lavoura e onde o personagem afirma que todos eram bem tratados —, ele recebe a notícia de que sua irmã Marie está muito mal. Ao chegar ao local acompanhado de seu sobrinho Moyse, é informado de que Marie havia sido violentada por marinheiros brancos, cuja origem geográfica não é possível identificar. Na cena, podemos vê-la em estado

atônito e quase sem vida; ali presenciamos seus últimos suspiros. Tudo isso acontece diante do pequeno Moyse, que começa a compreender o quanto os brancos poderiam ser violentos. A partir de então, ele seria criado por Toussaint.

Alguns meses depois, Toussaint casa-se com Suzanne, e temos então um salto temporal no qual conhecemos um jovem Moyse e os dois filhos de Toussaint e Suzanne: Isaac e Placide, este último enteado de Toussaint. Durante a revolução, o caminho de Toussaint cruza-se com o de Plaisir, que se tornará um grande amigo até sua morte.

Ao observarmos esses núcleos de afeto que rodeiam Toussaint, lembramos das potentes discussões que a escritora e ativista bell hooks desenvolve a respeito do amor e de seu poder transformador. Bell hooks costuma encantar seus leitores pela forma de escrita e pela preocupação em fazer com que o conhecimento ultrapasse os muros da academia. Partindo de seu texto *Vivendo de Amor* (2010) e do núcleo familiar de Toussaint apresentado na minissérie, podemos refletir sobre as dinâmicas de amor e afeto entre pessoas vítimas do colonialismo.

Figura 1: Toussaint e sua família



Fonte: Toussaint Louverture, Philippe Niang (2012).

Hooks (2010) introduz seu texto falando da ferida emocional que as pessoas negras carregam. O colonialismo e suas divisões raciais criaram condições difíceis para que as pessoas negras nutrissem sua espiritualidade, e acabamos nos privando do afeto, criando bloqueios e distorcendo nossa capacidade de amar (Hooks, 2010, p. 1).

Para entendermos a relação entre o bloqueio do amor e o colonialismo, a autora nos convida a imaginar o que significaria criar laços de afeto em um contexto colonial, no qual era necessário sobreviver à condição de escravizado que lhe fora imposta. “Num documento datado de 1845, Frederick Douglass lembra que foi incapaz de se sensibilizar com a morte de sua mãe, por ter sido impedido de manter contato com ela” (Hooks, 2010, p. 2). Além dessa separação forçada, os escravizados perceberam que demonstrar compaixão pelos outros também os tornaria alvo de punição. Assim, tiveram de aprender a ocultar sua empatia, utilizando-a apenas em situações extremas (Hooks, 2010, p. 3). Tiveram de aprender a reproduzir comportamentos dos brancos e a embrutecer sua alma. Imagine construir uma relação e, dias depois, ser separado da pessoa que ama; imagine ser forçado a ver sua família ser violentada em todas as categorias possíveis e não conseguir impedir que isso aconteça. Amar significava maior vulnerabilidade; significava ser alvo; significava sofrimento. Inibir o afeto significava menos sofrimento; significava sobrevivência. Não afirmo que a criação de laços não tenha acontecido entre os escravizados. Obviamente houve a construção de relações afetivas e fraternais, para além da obrigação de procriação, que também era controlada pelos senhores de engenho, e da convivência nas senzalas e plantações. As relações de Toussaint são prova disso, questão trazida pela minissérie.

Desde o início da produção, o roteiro preocupa-se em desenvolver o romance entre Toussaint e Suzanne. É ele quem decide casar-se com ela e busca conquistá-la. A obra apresenta um casal profundamente apaixonado, que, mesmo nos momentos de conflito, demonstra respeito mútuo. Suzanne revela parceria e respeito pelo lado líder de Toussaint, apesar de muitas vezes discordar e se ferir com essa faceta de seu esposo. Ainda assim, não demonstra intenção de abandoná-lo em nenhum momento.

A minissérie constrói a imagem de Suzanne associada ao lar, à mulher que dirige a casa e espera o retorno seguro de seu amado das batalhas.

Infelizmente, não iremos nos aprofundar na análise histórica ou mesmo fílmica dessa personagem neste trabalho, mas entendemos ser importante mencionar essa escolha narrativa a seu respeito.

A minissérie apresenta um Toussaint muito respeitoso e profundamente ligado à sua família, um homem íntegro e observador, que alerta constantemente seu sobrinho Moyse, personagem que se junta a ele nas batalhas da revolução, de que deve manter-se longe das bebidas e das mulheres, reforçando a imagem épica do líder centrado que o protagonista carrega. No entanto, a relação de Toussaint com Catherine (irmã de Bayon) coloca à prova sua fidelidade. As cenas em que os dois aparecem juntos demonstram certa tensão corporal, principalmente por parte de Catherine, algo inclusive percebido por Moyse, que confronta Toussaint sobre a situação. A historiografia aponta que o general teve filhos fora do casamento. A minissérie expressa esse detalhe de forma sutil, preservando até os momentos finais a imagem do homem centrado e protetor da família.

Quando comparamos o núcleo familiar de Toussaint ao de seus companheiros negros de luta, vemos apenas L'Ouverture contando com uma estrutura afetiva familiar mais evidente. Há exemplos de famílias entre os colonos e também no núcleo do governador Sonthonax. Esse detalhe nos leva novamente ao texto de Hooks, quando ela discute a dificuldade que foi para as pessoas negras experimentarem o amor, mesmo após conquistarem a liberdade.

A autora aponta a existência de um despreparo para amar, apesar do desejo de experimentar esse sentimento. Assim, muitas pessoas acabavam reproduzindo comportamentos violentos que espelhavam as relações familiares dos brancos. Segundo Hooks, esse despreparo e essa reprodução da violência ainda nos atingem na atualidade.

O colonialismo e a ausência de reparação e amparo às pessoas escravizadas após o fim legal da escravidão nos colocaram em uma posição de atraso nos âmbitos estrutural e econômico. Pessoas negras, desde muito cedo, preocupam-se com a questão material. O amor nem sempre ocupa um lugar central em suas vidas. Quando Hooks (2010) discute essa questão, não afirma que as pessoas negras não valorizam ou não desejam experimentar o amor em suas diversas dimensões. O que ela argumenta é que

nos acostumamos a colocá-lo em segundo ou terceiro plano diante de outras questões que compõem nossa vida social. Isso acontece, muitas vezes, por necessidade, mas também porque fomos levados a acreditar que não somos dignos de afeto, que ele não foi feito para nós, que não somos bons o suficiente para vivê-lo. Esse tipo de leitura e seus resquícios são perigosos e exigem profunda desconstrução. Hooks (2010) afirma que o amor cura. Se ele cura, não deveríamos nos permitir conhecê-lo?

Conhecer o amor significa aceitar o desafio de reconhecer nossas necessidades emocionais e enxergá-las como importantes. Dar esse passo é colidir com os mecanismos que o racismo utiliza para nos adestrar. É conseguir pedir ajuda e compartilhar dúvidas e dores sem menosprezá-las. É também conseguir compartilhar paixões. Hooks (2010) nos convida a assumir o compromisso de amar as pessoas negras, e aqui falamos para além do relacionamento romântico, pois, “numa sociedade racista, capitalista e patriarcal, os negros não recebem muito amor” (Hooks, 2010, p. 10). Construir espaços seguros para sermos vulneráveis é um movimento anticolonial. O roteiro da minissérie constrói uma narrativa em que Toussaint está sempre retornando para sua família e lutando por ela até seu fim em uma cela no Fort de Joux. Ele não caminha exatamente na mesma direção proposta por Hooks em seu texto; no entanto, inspirados nesse núcleo de afeto, convidamos, juntamente com bell hooks, a refletir sobre o lugar do afeto na luta anticolonial, seja para entendermos como ele foi e continua sendo utilizado para controlar nossos corpos, seja para “acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras” (Hooks, 2010, p. 10).

Conclusão

Os feitos que aconteceram na colônia de São Domingos e resultaram na Revolução Haitiana devem ocupar cada vez mais espaço, seja na historiografia, na literatura ou no cinema. Analisamos alguns elementos de uma minissérie que se propôs a contar os feitos de um dos revolucionários que atuou nesse grande acontecimento mundial, e muitas outras questões ainda podem e devem ser analisadas.

A escolha de retratar um revolucionário como protagonista em uma produção transmitida na ex-metrópole convida os franceses contemporâneos que tiveram acesso à obra, descendentes de imigrantes ou não, a refletirem sobre esse acontecimento emblemático, sobre suas origens e sobre o que ele possibilitou à população escravizada que vivia na ilha. Convida também a pensar qual papel os franceses desempenharam nesse processo histórico.

No entanto, mesmo retratando uma França que não concordou com o fim da escravidão e que foi responsável pela captura e morte de Toussaint, a produção aparenta proteger a imagem dos colonos, colocando-os, muitas vezes, em um lugar de inocência. Não queremos ver pessoas escravizadas sendo retratadas apenas em cenas violentas avulsas; também entendemos que somos levados a conhecer a revolução a partir da trajetória de Toussaint. Entretanto, compreendemos que a imagem tem impacto na memória, e a violência e a selvageria dos brancos se esgueiram das cenas, o que pode causar uma percepção de maior violência por parte dos escravizados, como se fossem os únicos a recorrer a ela durante a revolução. O ambiente colonial é extremamente brutal e utilizou o medo e a tortura para se manter. Todos os lados envolvidos nesse conflito foram influenciados por isso. A diferença é que os negros passaram anos suportando a violação de seus corpos e espíritos; não nos esqueçamos disso.

Estudar a Revolução Haitiana é lembrar a complexidade e a tragédia que foram o colonialismo e a escravidão. Reforça também que, mesmo diante de tanta dor e de tantos cenários de desesperança, os escravizados não desistiram de suas vidas. Independentemente do fim que tiveram, utilizaram o que possuíam para enfrentar a escravidão, seja por meio do envenenamento, do suicídio ou do levante. Cada movimento realizado pelas pessoas escravizadas apontava em direção à liberdade. Com Toussaint L'Ouverture não foi diferente. Ele utilizou aquilo que conhecia e defendeu aquilo em que acreditava até o fim de sua vida. Estudar a trajetória dessas pessoas em busca da liberdade me dá forças e esperança para lutar contra o adestramento que ainda hoje é perpetuado socialmente ao nos colocar no lugar do outro.

Conhecer esses processos é essencial para entendermos que precisamos, a cada dia, nos curar das mazelas que a escravidão causou em nossa memória e na forma como nos enxergamos. Essa tensão racial, que nos ca-

tegoriza como mercadoria, nos separa cada vez mais e nos desvia o foco do verdadeiro problema: a luta contra o racismo, o capitalismo e tudo aquilo que os sustenta. Assim como bell hooks, convido-os a utilizar o amor como uma de nossas armas. “Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura” (Hooks, 2010, p. 12).

Referências

- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- CHARLES, Hùngbónò. *Vodu haitiano*. Site Candomblé, 2011. Disponível em: <https://ocandomble.com/2011/03/21/vodu-haitiano-2/>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOOKS, bell. *Vivendo de amor*. 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/356648583/Vivendo-de-Amor-bell-hooks-pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Toussaint L'Ouverture*. Impressões Rebeldes, 2024. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/pessoa/toussaint-louverture/>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Uma história impensável: a Revolução Haitiana como um não evento. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

Objeto de estudo

TOUSSAINT LOUVERTURE. Direção: Philippe Niang. Produção: Eloa Production. França: France Télévisions, 2012. Disponível no YouTube.

Fontes documentais

AFRICULTURES. Personnes Africultures: Philippe Niang. Disponível em: <https://africultures.com/personnes/?no=21107>. Acesso em: 10 dez. 2024.

AMAZON PRIME VIDEO. *Toussaint Louverture*. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Toussaint-Louverture/dp/B0079LQD4U>. Acesso em: 1 mar. 2024.

IMDB. *Toussaint Louverture* (TV Mini Series 2012). Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt2062690/fullcredits?ref_=tt_cst_sm. Acesso em: 30 jan. 2024.

PRIME VIDEO. *Toussaint Louverture – Saison 1*. Disponível em: https://www.primevideo.com/detail/Toussaint-Louverture/0KI1ONZICRXB-NHH79G1VD83SJH/ref=atv_nb_lcl_pt_BR. Acesso em: 15 dez. 2024.

ROTTEN TOMATOES. *Toussaint Louverture*. Disponível em: https://www.rottentomatoes.com/m/toussaint_louverture. Acesso em: 15 dez. 2024.

ROUHBAN, Odile; TANNEAU, Pierre; SIMON, Patrick. *Perceived discrimination persists for the second generation*. Insee.fr, 2025. Disponível em: <https://www.insee.fr/en/statistiques/8357932?sommaire=8357942>. Acesso em: 1 mar. 2025.



Fanservice nos animes: a erotização da figura feminina, uma análise da obra *One Piece* (1999–atual)

Maria Natália dos Santos Ferreira

Resumo: Este trabalho busca analisar o fenômeno conhecido como *fanservice* (serviço ao fã), presente no anime japonês *One Piece*, com foco no *fanservice* de teor sexual. Nesse sentido, pretende-se problematizar a representação de duas personagens dessa obra sob a perspectiva da feminista britânica Laura Mulvey e de sua teoria do *male gaze*, que, em síntese, aborda a objetificação sexual das mulheres na mídia a serviço do olhar masculino.

Palavras-chave: Animes; *Fanservice*; Erotização feminina.

Introdução

O avanço da internet e das tecnologias digitais possibilitou uma maior ligação entre as diversas culturas do mundo. Foi por meio desse processo que o anime¹ alcançou níveis globais de consumo e se consolidou na esfera internacional. O anime, como o conhecemos hoje, é um produto que re-

1 Animê ou anime é o nome sob o qual a animação japonesa tornou-se conhecida mundialmente. Para este trabalho, anime se referirá a animações produzidas pelo Japão.

sulta de uma série de transformações e influências que foram se somando do início do século XX até os dias atuais. Essas produções cinematográficas estão inseridas no conjunto de manifestações da cultura *pop* japonesa e, dessa forma, os animes configuram-se como um dos maiores representantes dessa cultura em nível internacional (Brito; Gushiken, 2011, p. 1).

Nesse sentido, a cultura *pop* japonesa é utilizada para expressar seu *soft power*² estimulado pelos incentivos governamentais da chamada campanha *Cool Japan*. Como resultado desses esforços, temos, por exemplo, a consolidação de um significativo mercado brasileiro, que atua na distribuição e no consumo desses produtos culturais, principalmente animes e mangás. Nesse contexto, o Brasil é um dos países que mais consomem essas produções, ocupando o quarto lugar no ranking mundial (Silveira, 2021).

O produto analisado como objeto desta pesquisa é o anime *Wan Pisu* (*One Piece*, popularmente), uma adaptação audiovisual do mangá de mesmo nome do mangaká³ Eiichiro Oda. Em síntese, o anime narra “[...] a história de Monkey D. Luffy, que ganhou poderes de borracha depois de comer uma fruta do diabo. O enredo mostra as aventuras de Luffy e seu grupo, os Piratas do Chapéu de Palha, em busca do *One Piece*, o tesouro mais procurado do mundo [...]” (TecMundo, 2020).

Caracterizado como um *shōnen*, ou seja, um anime voltado para o público jovem, com temas de ação, aventura e fantasia, *One Piece* é produzido pelo consagrado estúdio de animação TOEI Animation e estreou no Japão em 20 de outubro de 1999, seguindo, ainda hoje, em produção contínua com lançamentos semanais. Atualmente,⁴ a série conta com 1.146 episódios (em andamento), 5 OVAs,⁵ 13 especiais e 15 filmes.

Distribuído para o mundo todo por serviços de *streaming*, canais de televisão e plataformas informais na internet, *One Piece* é considerado uma das produções de maior sucesso das últimas décadas. Seu mangá lidera rankings de vendas, e a série *live-action* de *One Piece*, lançada em 2023 pela

2 Poder suave: ferramenta na política externa japonesa de influência cultural e ideológica a nível internacional.

3 Autor de mangá: criador de histórias em quadrinhos.

4 Data: 21 de outubro de 2025.

5 *Original Video Animation*. São produções que complementam a história de forma paralela, mas não são exibidas na televisão ou cinema, e sim, lançadas no mercado de vídeos, a exemplo do DVD.

Netflix, já se configura como um sucesso. O fato é que *One Piece* se consolidou no mercado internacional e, portanto, possui uma carga expressiva como produto cultural japonês.

Por falar na relação entre realidade e ficção, o enorme sucesso do anime se deve justamente à identificação do público com sua narrativa. É nesse contexto de popularidade e aceitação que se torna fundamental discutir e questionar o lugar que as mulheres ocupam na indústria dos animes. Essa relevância traduz a importância de investigar *One Piece* e problematizar suas representações femininas, especialmente por meio das personagens Nami e Nico Robin, uma vez que estudar os discursos visuais produzidos e capitalizados sobre a feminilidade em uma obra cinematográfica é buscar compreender como cultura, relações de poder e gênero, em determinado tempo histórico, estão interligados e dialogam com a ficção nessas produções.

Atualmente, com os avanços do feminismo pelo mundo, as discussões sobre as representações das mulheres na contemporaneidade, assim como sua construção imagética na literatura e nos meios midiáticos em geral, têm alcançado novos espaços de visibilidade. Diante disso, observa-se uma carência de pesquisas acadêmicas ligadas à temática “mulheres e animes”. O fato é que pouco se discute ou se propõe a trabalhar sobre a representação da figura feminina sob a ótica da cultura nipônica, sendo essa uma das motivações que justificam a pesquisa.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno do *fanservice* de teor sexualizado no anime *One Piece*, produzido no Japão desde 1999, buscando compreender de que maneira esse recurso influencia a produção de um discurso visual sobre o feminino no século XXI. Por que os corpos das mulheres são frequentemente erotizados em histórias que têm os homens como público?

Buscando desenvolver essa problemática, será realizado um estudo sobre os elementos que compõem a identidade visual das personagens Nami e Nico Robin ao longo do anime, com foco nas mudanças corporais atribuídas a elas, em suas vestimentas e na forma como esses elementos estão condicionados à prática do *fanservice*. Para isso, serão expostos fragmentos imagéticos com o objetivo de compreender de que maneira a imagem

dessas personagens femininas está sendo retratada e comercializada midiaticamente e quais são as implicações disso para a representação do feminino na atualidade.

Fanservice nos animes e a erotização feminina

A palavra *fanservice* pode ser traduzida como “serviço ao fã” e abarca diversas estratégias narrativas com o intuito de agradar e atrair o público consumidor. Contudo, essa vontade de cativar o público não é algo específico do Japão; ela já faz parte da cultura mundial há muito tempo. Logo, o *fanservice* não é, por si só, algo negativo. Em muitos casos, é utilizado para atender aos anseios dos fãs em relação às narrativas de filmes e séries, às músicas, aos animes, entre outros produtos culturais, como forma de mantê-los contentes e engajados com a obra.

No entanto, partindo de uma percepção ocidentalizada sobre a sexualidade, o *fanservice* passa a ser visto de forma negativa, por exemplo, nos animes, quando é utilizado de maneira incoerente com o enredo da história e tem como único objetivo atrair o olhar do espectador. Nesse contexto, a forma mais utilizada para essa finalidade é o apelo sexual.

Em uma pesquisa rápida no Google, utilizando apenas a palavra *fanservice*, é possível observar a predominância de imagens que fazem alusão a conteúdos eróticos pertencentes ao universo dos animes. Na maioria das animações japonesas, é comum a aplicação dessa estratégia comercial, na qual o produtor, diretor ou roteirista incorpora às cenas elementos de erotização associados ao alívio cômico que, por vezes, não condizem com o enredo nem contribuem para seu desenvolvimento. É importante destacar que o uso dessa estratégia não se restringe apenas às personagens de interesse masculino. As representações masculinas também são alvo desse recurso, que inclui tanto estereótipos corporais quanto comportamentais na tentativa de agradar ao público feminino. Todavia, o uso de cenas e enquadramentos apelativos é, sem dúvida, mais frequente na representação das mulheres de modo hiperssexualizado. Chega a ser excessiva a utilização desse recurso nas produções japonesas que, em nome de atender a um público majoritariamente masculino, contribuem para uma lógica de objetificação sexual das mulheres nessas produções.

Assim, devido ao uso recorrente do apelo sexual como forma de serviço ao público, a palavra adquiriu uma conotação depreciativa e, atualmente, está fortemente associada às animações japonesas, uma vez que esse recurso é frequentemente reproduzido na grande maioria dos animes, como se fosse uma “fórmula padrão”, seja de forma mais sutil ou mais explícita. Nesse contexto, o serviço ao público está ligado a cenas e situações em que personagens femininas são hiperssexualizadas e que, geralmente, não agregam relevância à trama. Figurinos curtos e sensuais, seios exageradamente grandes, poses eróticas e cenários envolvendo banhos ou passeios na praia são elementos constantemente retratados nos animes.

Diante disso, devemos nos perguntar: até que ponto esse serviço ao público se configura como um mecanismo mercadológico pautado em uma predominância masculina? É comum que protagonistas femininas sejam desenhadas de forma sensual e atrativa, o que suscita reflexões sobre como os espectadores absorvem essas representações em uma sociedade imersa na mediação capitalizada.

No artigo “A construção da imagem da mulher por meio do discurso masculino: uma análise a partir das relações de gênero e poder”, a especialista em cultura e artes visuais Paula Barros apresenta uma reflexão que complementa essa discussão:

Essas imagens podem acabar influenciando tanto a auto concepção feminina, quanto o modo como a sociedade aprende a pensar o que é ser mulher. [...] a construção dos sujeitos se dá por meio dos discursos que carregam efeitos específicos de poder, pode-se dizer que a sociedade produz imagens, discursos visuais do feminino, seja através de qualquer meio de comunicação, que são reflexo e resultado de uma ideia socialmente enraizada relativa à feminilidade, e essas imagens difundidas de forma massiva, produzem e estabelecem modos de pensar o feminino nas sociedades ocidentais (Barros, 2017, p. 8).

Esse trecho reforça a importância da mídia na construção de estereótipos e na promoção de padrões a serem seguidos. Trata-se de uma problemática amplamente debatida na contemporaneidade, visto que esse dis-

curso midiático produz implicações tanto para a representação da mulher na sociedade quanto para a construção de relações e discursos de gênero.

Objetificação Sexual e o *The Male Gaze*

A história de grande parte da humanidade é marcada pela estreita relação entre o patriarcado e o controle dos corpos femininos. Um dos elementos fundamentais para isso é a sexualidade feminina e, nesse sentido, a objetificação sexual atua como um instrumento para reforçar esse controle. De acordo com o psicólogo Lourenço, a objetificação sexual pode se manifestar na “representação sexualizada do indivíduo pela mídia ou na exploração de partes do corpo ligadas à sexualidade, como se a exibição de um corpo ou de partes dele fosse a representação de uma pessoa” (Lourenço, 2014, p. 16).

Para a doutora em Ciências Políticas Caroline Heldman, a objetificação feminina limita o papel das mulheres ao ato sexual. Em 2012, em uma palestra sobre o tema *The Sexy Lie*, Heldman afirma que, apesar dos avanços das discussões relacionadas ao gênero, esse caráter “objetificante” tem sido normalizado, principalmente entre as novas gerações e, em grande parte, pelo aumento da proliferação de imagens sexualizadas por meio da internet. “O que está sendo vendido diariamente não é a ideia de sexo, mas, sim, que só teremos valor por meio dele. Olhamos o nosso corpo como instrumento sexual” (Heldman, 2012). Diante disso, ela desenvolve o conceito de “auto-objetificação” e seus efeitos negativos, como a impotência sexual (devido à preocupação com o observador), a competição feminina e o controle sobre o próprio corpo e comportamento, entre outros. Heldman aponta que um dos sinais da auto-objetificação é o crescente aumento das cirurgias plásticas estéticas e o uso “quase obrigatório” de maquiagem no dia a dia.

Nesse contexto, Paula Barros expõe uma discussão fundamental sobre o processo de construção do corpo da mulher como objeto sexual e mercadológico por meio do discurso masculino:

[...] pode-se dizer que a imagem da mulher é um discurso criado pela sociedade patriarcal, e o seu consumo manufaturado passa a subsidiar a reprodução de imagens mentais, que

colaboram e fomentam os estereótipos de gênero. Assim, as representações da mulher são, na verdade, mercadorias que tanto atendem a desejos eróticos quanto aos de poder [...] (Barros, 2017, p. 12).

Corroborando essa discussão a respeito da objetificação das mulheres, o autor Jehanzeb, em seu artigo *The Objectification of Women in Comic Books*, faz uma crítica à super-heroína Mulher-Maravilha nas histórias em quadrinhos. Segundo Jehanzeb (2015, p. 1, tradução minha), “À primeira vista, ela pode parecer uma super-heroína feminista empoderada, em meio a um reino dominado por super-heróis masculinos. Mas a Mulher-Maravilha é realmente empoderada? Ela é realmente o ícone do feminismo em *graphic novels*?”.

Segundo o autor, as representações dessas imagens eróticas resultam de um olhar heterossexual masculino, reforçando os papéis binários de gênero da mulher passiva e do homem dominante. Uma super-heroína poderosa, não mais uma donzela em perigo ou o par romântico do protagonista, uma mulher que “representa as mulheres”; todavia, podemos observar que o “olhar masculino” ainda permeia a sua construção e significado ao sexualizar, por exemplo, as suas vestimentas e seu corpo. Forte, corajosa, mas, ainda assim, objetificada sexualmente em razão de um “olhar masculino” heterossexual (Jehanzeb, 2015, p. 2).

O conceito de *male gaze* (olhar masculino) foi trabalhado inicialmente pela psicanalista britânica e teórica feminista Laura Mulvey, em 1975. No artigo intitulado “Prazer Visual e Cinema Narrativo”, Mulvey discorre a respeito dessa teoria feminista que, em síntese, trabalha a objetificação sexual das mulheres na mídia a serviço do olhar masculino, a partir de um estudo concentrado no cinema hollywoodiano, e, dessa forma, desenvolve uma crítica feminista a esse cinema, identificando seus mecanismos de ação à medida que almeja a ruptura com essa forma de prazer visual.

O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina, estilizada de acordo com essa fantasia. Em seu papel tradicional exibicionista, as mulheres são simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma a

que se possa dizer que conota a sua condição de “para-ser-olhada”. A mulher mostrada como objeto sexual é o leitmotiv do espetáculo erótico [...], ela sustenta o olhar, representa e significa o desejo masculino (Mulvey, 1975, p. 444).

Consagrado como um dos trabalhos mais relevantes da crítica feminista, seu estudo é pautado em duas referências: a psicanálise e o feminismo. Logo, sua análise sobre a imagem da mulher como objeto passivo do olhar é guiada pelos fundamentos da teoria psicanalítica. Dessa forma, “as estruturas da psique – sobretudo aquelas relacionadas com a sexualidade – entram aqui como um elemento fundamental para a compreensão dos mecanismos ideológicos e discursivos das sociedades do espetáculo” (Mello; Pedro; Weidner, 2005, p. 347).

No *male gaze*, o homem é o “olhar” e a mulher é a “imagem”; logo, a percepção visual da mulher é um produto da predominância do olhar masculino. Essa relação entre olhar e imagem, ligada a um caráter fetichista e sexual, em que o feminino é representado como objeto do discurso masculino, é uma das questões mais complexas da crítica feminista e, mesmo que inicialmente centrada no cinema, constitui uma problemática existente na publicidade, nas artes e nas mídias sociais, entre outros espaços. Nas animações japonesas, o *male gaze* pode ser facilmente identificado por meio da prática do *fanservice*.

Fortalecendo essa ideia, a autora Alexandra Ain desenvolve um estudo analítico sobre a história em quadrinhos *Empowered*, do autor norte-americano Adam Warren. Nela, Warren faz uso do serviço ao fã como forma de denunciá-lo, ao mesmo tempo que brinca com os clichês de gênero, fazendo-o, por vezes, por meio da comparação entre personagens masculinos e femininos usando o mesmo traje sensual, além de cenas e enquadramentos focados em várias partes do corpo masculino, “tornando-o uma mulher sem cabeça e desumanizada” (Ain, 2017, p. 5). Ele tem o intuito de demonstrar o princípio do “olhar masculino”, criticando-o por meio da transposição desse olhar para os personagens masculinos. Segundo Mulvey: “De acordo com os princípios da ideologia dominante e das estruturas psíquicas que a sustentam, a figura masculina não pode suportar o peso

da objetificação sexual. O homem hesita em olhar para o seu semelhante exibicionista” (Mulvey, 1975, p. 445).

Em uma entrevista, Mulvey fala sobre o poder das imagens, cuja força “transcende a representação e contamina a vida [...] Na medida em que as imagens vêm para o real, elas se tornam o real, não são mais representação” (Mulvey, 2005 *apud* Mello; Pedro; Weidner, 2005, p. 359). Nesse contexto, as mulheres são “apresentadas” aos desejos masculinos por meio da venda de imagens pouco reais ou irreais que materializam esses desejos, induzindo-as a desejá-los e a buscar realizar os anseios que lhes são impostos. Voltando à discussão sobre a Mulher-Maravilha, Jehanzeb conclui que “o poder e o controle que personagens como a Mulher-Maravilha têm podem ser percebidos como o controle ou o poder de uma mulher sobre um homem, mas, na verdade, é um controle falso” (Jehanzeb, 2015, p. 9, tradução minha), pois é um controle que está, em primeiro lugar, atrelado ao homem, ao escritor, ao produtor e ao cineasta, uma vez que ela é “um produto de uma fantasia masculina”. Dessa forma, “a feminilidade não tem controle algum, desde que escritores e artistas masculinos persistam com essas representações e atitudes” (Jehanzeb, 2015, p. 10, tradução minha).

Mesmo no contexto da contemporaneidade e dos avanços conquistados pelas mulheres na desconstrução de estereótipos de gênero (de mulher frágil, passiva etc.), as pré-noções sobre o ideário corporal feminino ainda são obstáculos a serem rompidos, principalmente quando as proporções físicas são usadas para estabelecer um padrão de beleza e constantemente atreladas a uma “nova” mulher forte, bem-sucedida e empoderada, em um círculo constante que mescla desconstrução e reforço de estereótipos.

Ademais, essa “lógica” pode ser identificada, por exemplo, nas animações nipônicas, cujo ideário corporal feminino é operacionalizado de modo a agradar a um público masculino (*fanservice*, como problematizado anteriormente), o que denuncia também o sexismo e a fetichização das mulheres nessas produções. É certo dizer que há diferenças culturais entre o Brasil (já complexo e diverso em si) e o Japão. No entanto, segundo pesquisa realizada por Bitencourt e Torres (2021):

[...] Os valores sociais, culturais e históricos das duas nações foram construídos sobre bases patriarcais, atuando diretamente no reforço aos papéis de gênero, na transformação da sexualidade feminina em tabu e na produção de conteúdo midiáticos misóginos e sexistas. Este conteúdo é exibido de maneira cômica e absorvido por uma parte do público ainda jovem que, sem as informações necessárias para contestá-los, passará a reproduzir tais comportamentos. (Bitencourt; Torres, 2021, p. 15).

À vista disso, a escritora Débora Liao procura discutir as questões de gênero na mídia ao escrever resenhas para o site *Garotas Geeks*, que analisa diversos produtos culturais *pop* do ponto de vista feminino. Para ela, a “Toei Animation, estúdio que produz *One Piece*, é ‘um dos piores’, por acrescentar cenas e ângulos de sexualização aos que existem no mangá” (Liao, 2020 *apud* Hinata; Paiva, 2021).

Tratando-se de *One Piece*, uma das questões que geraram debates nas redes sociais foi a respeito da famosa “fórmula” usada por Eiichiro Oda (mangaká de *One Piece*) para desenhar os corpos de suas personagens femininas. Em resposta a um fã, Oda afirma que, para criar as proporções corporais das mulheres, utiliza três círculos e um X: um círculo para a cabeça, e os outros dois correspondem aos seios. O “X” delimita a cintura fina e tem como exemplo a criação da personagem Nico Robin.⁶ Além do padrão corporal, as personagens desse universo são marcadas também pela sexualização. O *fanservice* aqui, apesar de “suave”, é recorrente. Enquadramentos focados em partes do corpo durante momentos de batalha, trajes provocantes e situações constrangedoras com conotações sexuais tornaram-se frequentes com a evolução do anime. Tudo isso, entre outros exemplos, constitui um conjunto de discursos⁷ visuais recorrentes em *One Piece* que busco analisar neste trabalho.

6 Oda só rompe seu padrão, ao desenhar as vilãs ou idosas, essas são normalmente, gordas, com proporções distorcidas e pouco atraentes.

7 A palavra discurso tem por vezes seu significado erroneamente restringido ao campo da produção verbal. No entanto, discurso concerne qualquer movimento que organiza o sentido – ou, mais precisamente, a significação – a partir de plataformas diversas como a “linguística, icônica, audiovisual, gestual etc.” (Charaudeau, 2006 *apud* Barros; Carli, 2018, p. 226).

Percurso metodológico

É por meio da linguagem que nos comunicamos. Uma palavra, um gesto ou uma imagem são suficientes para transmitir uma mensagem e, nesse sentido, “a linguagem está relacionada com a representação, na medida em que organiza e representa aquilo que quero dizer ao outro, construindo também este outro como termo da relação de comunicação” (Peruzzolo, 2006 *apud* Fatoni, 2015, p. 73). O anime, enquanto produção cinematográfica, tem como base para sua comunicação a linguagem audiovisual (verbal, sonora e visual). No entanto, para a análise empírica deste trabalho, o foco será dado à linguagem visual, para, então, a partir dela, buscar entender como são articulados o discurso visual sobre a representação feminina, os aspectos relacionados ao *fanservice* e a objetificação sexual.

Diante disso, a linguagem visual consiste na compreensão de uma ideia ou sentimento gerado pelo uso de símbolos gráficos; é o “visualizar” de um pensamento por meio de uma imagem. Segundo Couto (2000, p. 13), ela “é um fenômeno de cultura que se estrutura como imagem e se constitui como prática significativa, isto é, prática de produção de sentido”. Isso porque o sistema discursivo influencia diretamente as relações de poder, seja na sua manutenção, seja na produção de outros sentidos.

Nesse sentido, pretende-se analisar os elementos da linguagem visual que compõem a identidade imagética das protagonistas Nami e Nico Robin. Em virtude do expressivo número de episódios do anime, foi feito um recorte visando facilitar a observação e a coleta de dados. Foram selecionados, em cada saga, arcos⁸ de relevância para a narrativa, dentre esses: Arco Arlong Park (31–45), Arco Alabasta (92–130), Arco Enies Lobby (264–312), Arco Thriller Bark (337–381), Arco Dressrosa (629–746), Arco Ilha Whole Cake (783–877) e Arco País de Wano – Partes I e II (890–1028).

Em relação à coleta de dados, foram priorizadas imagens que destacavam as mudanças de trajes e características físicas, assim como os materiais que evidenciam a prática do serviço ao fã. O objetivo, portanto, é revelar as escolhas estéticas adotadas na construção de uma forma de “representação imagética” do feminino dentro desse anime. Isso porque se acredita

8 O arco conta uma história específica e menor, já a saga representa uma narrativa mais abrangente e composta por vários arcos, que se conectam ao objetivo central do enredo da saga.

na existência do “efeito de discurso próprio das imagens” (Picado, 2006, p. 163). Segundo Barros e Carli (2018, p. 235), a imagem visual relaciona-se, por meio da memória, com outras representações visuais semelhantes. E, para tratá-la como elemento mobilizador de um discurso visual, é necessário entender a imagem como signo e o seu produtor como alguém “capaz de mobilizá-la de maneira consciente”. Dessa forma:

A imagem pode operar como elemento discursivo não somente porque tem tanto poder simbólico quanto o texto, mas porque ela é tão plástica na sua forma de apresentação e o simbólico é tão dinâmico no seu funcionamento, a ponto de simular o processo de produção de sentido do texto e nos fazer crer que lidar com ela no modo racional e discursivo seja o bastante (Barros; Carli, 2018, p. 235).

A partir dessas compreensões, será explorada, no próximo tópico, a importância que a imagem das principais personagens femininas da obra tem na formação e manutenção de papéis sociais. Como já dizia o historiador Paolo Rossi (2010, p. 57), “às imagens havia sido designada uma dura tarefa: fixar conceitos na memória, agir sobre a vontade e, em consequência, mudar comportamentos”.

Entre representações reais e fictícias: o olhar por trás de Nami e Nico Robin

Conhecida como a “Gata Ladra” ou Gatuna, Nami foi a segunda integrante a entrar na tripulação dos Piratas do Chapéu de Palha durante o Arco Orange Town (episódios 4–8). Na tripulação, ocupa a função de navegadora e é uma habilidosa cartógrafa que possui o sonho de fazer um mapa do mundo inteiro. É apresentada no primeiro episódio do anime com 18 anos, cabelos ruivos curtos, olhos castanhos, 1,69 m de altura e corpo no estilo “garota”. Tem uma tatuagem azul em seu braço esquerdo, composta por laranjas e um catavento.

Já Nico Robin, o Demônio de Ohara, é a arqueóloga e a sexta integrante a entrar na tripulação dos Chapéus de Palha. Sua primeira aparição ocorreu no episódio 67, como antagonista (conhecida como Miss All Sunday)

na Saga Alabasta. Tem as seguintes características: cabelos negros (com franja), 1,88 m de altura, olhos negros/azulados, corpo em formato ampu-lheta e 28 anos quando se juntou aos Chapéus de Palha.

Essa breve apresentação das personagens teve como objetivo situar o leitor sobre as características gerais e intelectuais de Nami e Nico Robin, um alicerce necessário antes de realizar o estudo sobre como o recurso *fanservice* é empregado na obra. Veremos a seguir, a partir da escolha de alguns fragmentos imagéticos, evidências dessa prática. Para facilitar a análise, foram separadas as cenas de *fanservice* mais observadas durante a pesquisa.

Abaixo, segue uma sequência de cinco figuras, cada uma exemplifican-do uma forma de *fanservice*: por ângulos e enquadramentos; em situações de vulnerabilidade; envolvendo insinuações sexuais; durante batalhas; e durante o banho.

Figura 1 - Robin em cena de *fanservice* por ângulos/enquadramento⁹



Fonte: Capturas de tela do site CRUNCHYROLL.

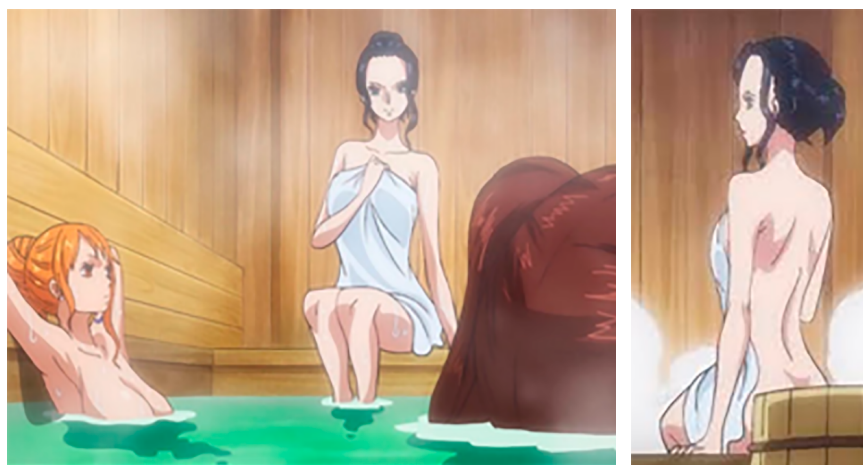
9 Imagem retirada do Arco Dressrosa.

Figura 2 - Nami em cena de *fanservice* em situação de vulnerabilidade¹⁰



Fonte: Capturas de tela do site CRUNCHYROLL.

Figura 3 - Nami e Robin em cena de *fanservice* durante o banho¹¹



Fonte: Capturas de tela do site CRUNCHYROLL.

10 Imagem retirada do Arco Ilha wholecake.

11 Imagem retirada do Arco País de Wano.

Figura 4 - Nami em cena de *fanservice* envolvendo insinuações sexuais¹²



Fonte: Capturas de tela do site CRUNCHYROLL.

Figura 5 - Robin em cena de *fanservice* durante a batalha¹³



Fonte: Capturas de tela do site CRUNCHYROLL.

-
- 12 Imagem retirada sequência do Arco País de Wano. Nessa cena de Wano, Nami está testando as melhorias que seu amigo fez em sua arma. Ela está cercada por homens (homens-animais), quando ela ativa (aperta) a arma, se surpreende com o tamanho e fala “É grande demais, Usopp” enquanto posiciona a arma entre os seios.
- 13 Imagem retirada do arco: Arco País de Wano.

Os fragmentos expostos acima são apenas alguns dos dados coletados que demonstram o uso da estratégia de *fanservice* erótico, muito praticado entre as animações japonesas. Analisando as cenas, podemos dizer que esse recurso, que tem como objetivo agradar ao público masculino, influencia diretamente a construção de um discurso visual da figura feminina a partir da circulação globalizada desses produtos. A sexualização, por exemplo, dos corpos de Nami e Nico Robin torna-se parte da identidade dessas personagens em *One Piece*.

Nami foi uma personagem que evoluiu muito no decorrer dos episódios. Desde o Arco do Retorno a Sabaody, é perceptível um amadurecimento em relação às características físicas, antes mais suavizadas e agora evidenciadas, com proporções corporais mais modeladas, que configuram um corpo no estilo “ampulheta”. Além do cabelo mais comprido, o grande diferencial são os seios maiores e mais arredondados e a delimitação mais acentuada de suas curvas, além de ela ficar um pouco mais alta, atingindo 1,70 m de altura. A mudança em sua caracterização acompanhou o desenvolvimento e a transição de sua personagem de “garota” para “mulher”. Não só isso: a vestimenta em si foi utilizada para caracterizar uma nova identidade visual para a heroína, com peças que valorizavam e afluavam sua sexualidade, servindo, por vezes, como meio ou apoio visual para a prática do “serviço ao fã”.

Em relação a Nico Robin, desde sua aparição no anime, apresenta um corpo considerado “ampulheta”, traço que foi ainda mais acentuado no decorrer da obra. Um fato importante é que seu tom de pele parece ter clareado com o tempo — possivelmente devido ao período gasto em treinamento dentro de casa ou a alguma tendência de branqueamento da personagem com a evolução do anime. No quesito vestimentas, é perceptível a inclinação para trajes mais reveladores e que marcam bem as proporções corporais, principalmente os seios. Tais recursos constituem um dos meios utilizados para erotizá-la com frequência. Com o avanço do anime, o formato ampulheta e suas características físicas vão sendo cada vez mais evidenciados, fazendo de suas vestimentas um suporte para explorar o caráter erótico e objetificante da figura feminina. À vista disso, é importante refletir sobre essa ideia repassada de que as mulheres precisam ser sedutoras quando amadurecem, assim como sobre a noção de que características visuais e proporções físicas são definidoras de uma mulher sensual.

Observa-se que, com os avanços do movimento feminista pelo mundo, as discussões sobre as representações do que é ser mulher na contemporaneidade, assim como sua construção na literatura e nos meios midiáticos em geral, têm alcançado novos espaços de visibilidade e debate. Acorrentada a uma história de repressão e controle, a representação da mulher como frágil e submissa ao homem ainda apresenta traços de permanência na sociedade, à medida que é utilizada para regulamentar comportamentos sociais e identidades femininas. Nesse sentido, a representação do feminino pela mídia interfere na construção da identidade do ser mulher, assim como está relacionada às questões de gênero. Segundo Scott (1990, p. 86), gênero diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo, pois este está vinculado não às características biológicas, mas às construções sociais definidas ao longo do tempo, dentro de uma sociedade que estabelece quais papéis, funções ou comportamentos devem ser esperados de alguém com base no sexo.

Partindo dessa lógica, temos como um dos espaços para essas “construções sociais” os meios de comunicação, que atuam como produtores de sentidos. Uma vez que a representação ganha notoriedade por meio da percepção do outro, podemos dizer que a representação visual “é um processo psicossocial, isto porque ocorre na mente das pessoas e é exteriorizada pela interação social, neste caso, através dos meios [...]. Há, assim, a criação de novos valores, formas de sociabilidade e exercícios de poder” (Fantoni, 2015, p. 52). Logo, sendo o anime um produto inserido e criado principalmente a partir da subjetividade masculina, entende-se *One Piece* como uma obra que, por meio da ficção, também diz sobre e representa a realidade e as relações de gênero que se constroem na história recente, articulando aspectos da cultura local e global. Vale destacar que essa ponte entre ficção e realidade foi um dos espaços em que a visão da mulher passiva em relação à figura do homem foi sendo desconstruída, a partir, por exemplo, da incorporação de heroínas e mulheres protagonistas na literatura, nos mangás, no cinema etc.

Logo, a ficção é um campo em que temas centrais como gênero, identidade e representação operam na produção e ressignificação de sentidos. Luyten (1991, p. 84) sugere, por exemplo, que nos mangás é possível perceber uma distinção de gênero: “[...] os personagens femininos nas revistas para rapazes são frequentemente retratados como objetos sexuais ou mu-

lheres idealizadas, usadas para dar mais encanto ou suavidade ao conteúdo do mundo do mangá masculino”. A autora ainda afirma que os atributos físicos e estéticos são aspectos relevantes e que moldam a identidade das personagens femininas. Assim, pode-se afirmar que, apesar do protagonismo desempenhado por Nami e Nico Robin, suas representações ainda são marcadas pela erotização, cujo discurso visual e imagético está condicionado à prática do *fanservice*.

Considerações finais: O “meio termo” em *One Piece*

Como refletido ao longo do trabalho, o anime é um produto da cultura *pop* japonesa, criado para ser transmitido e que carrega, em sua estrutura, elementos artísticos, ideológicos e mercadológicos. Nesse contexto, *One Piece* é um dos maiores animes produzidos no Japão e uma peça importante no exercício de *soft power* em escala internacional.

Em meio a um enredo complexo e interessante, temos duas personagens que se destacam por fazerem parte da tripulação dos Chapéus de Palha: Nami, a navegadora, e Nico Robin, a arqueóloga. Personagens femininas inteligentes, heroínas com histórias bem construídas e que desempenham papéis importantes ao longo da narrativa. No entanto, quando deixamos de lado o discurso narrativo e passamos a analisar as personagens pela perspectiva imagética, deparamo-nos com um discurso visual dominado pelo olhar masculino.

Corpo em formato ampulheta, vestimentas sensuais e *fanservice* de cunho erótico são elementos que marcam a identidade visual de Nami e Nico Robin. Todos esses aspectos são responsáveis por construir uma forma de identidade imagética do feminino nesse universo criado por Oda, em que a erotização da mulher tem o propósito de agradar a um público predominantemente masculino, além de caracterizar um produto que pretende ser comercializado para diferentes partes do mundo.

No *Male Gaze*, o homem é o “olhar” e a mulher é a “imagem”; logo, a percepção visual sobre as mulheres é um produto do desejo masculino. É observável que, nas animações japonesas, o *male gaze* pode ser facilmente identificado como prática que fundamenta a estratégia do *fanservice*. À vista disso, percebe-se que as representações dessas imagens eróticas resul-

tam de um olhar heterossexual masculino, reforçando papéis de gênero e de sexualidade, dentre eles o da mulher que, por mais dotada de protagonismo, permanece a serviço do consumo masculino e como objeto desse consumo.

Objetivando revelar as escolhas estéticas e os elementos da linguagem visual adotados na construção de uma forma de “representação imagética” do feminino dentro do anime, optou-se pela análise empírica de dados coletados para evidenciar como as vestimentas e as características físicas são utilizadas de modo a promover a erotização das personagens, aqui entendida como *fanservice*. Focos em partes do corpo durante batalhas, enquadramentos de câmera para evidenciar os seios, situações constrangedoras ou de vulnerabilidade para produzir insinuações sexuais são alguns exemplos observados e que demonstram que o *fanservice* condiciona a formação de um discurso visual que categoriza o feminino pela sexualização de seus corpos, além de reproduzir estereótipos de beleza: magreza, cintura fina, seios avantajados e quadris largos.

Esse é o “meio-termo” de *One Piece*: protagonistas fortes e inteligentes, mas, ainda assim, sexualizadas. São heroínas acorrentadas à estética de seus corpos, cujo discurso visual e imagético está condicionado à prática do serviço ao fã. Logo, creio que a imagem vendida e transmitida dessas personagens em animes contribui para fortalecer um estereótipo que vai além das questões corporais e comportamentais, uma vez que adentra o subconsciente e afeta a forma como percebemos a nós mesmos.

Essa subjetividade pode ser compreendida como algo que vai muito além do contexto japonês, configurando-se como um processo de interação entre estéticas orientais e ocidentais em prol de um consumo globalizado. Como diz Barros (2017, p. 10), “as representações da mulher são, na verdade, mercadorias que tanto atendem a desejos eróticos quanto aos de poder”, o que evidencia a importância que a imagem possui na formação e na manutenção de papéis sociais, reforçando que estudar os discursos visuais produzidos e capitalizados sobre a feminilidade por meio de uma obra cinematográfica é buscar compreender como a cultura, as relações de poder e o gênero estão interligados e como são importantes para o entendimento do mundo atual.

Referências

- AIN, Alexandra. Empoderada e o poder do *fan service*. *Revue de Recherche en Civilisation Américaine*, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rrca/766>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- BARROS, Ana; CARLI, Anelise. Notas para um pensamento por imagem: do discurso visual à imagem como queda. *Revista Ícone*, Recife, v. 16, n. 2, p. 225-239, 2018.
- BARROS, Paula. A construção da imagem da mulher por meio do discurso masculino: uma análise a partir das relações de gênero e poder. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11; 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498219873_ARQUIVO_textocompletofazendogenero-doc.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.
- BITENCOURT, E.; TORRES, C. Representação feminina em animações japonesas e sua problematização: uma análise do podcast Otaminas. *Anagrama*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2021.
- BRITO, Q. G.; GUSHIKEN, Y. Animê: o mercado de animações japonesas. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 13., 2011, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: Intercom, p. 1-15, 2011.
- FANTONI, Francieli Jordão. *O fenômeno midiático One Piece: uma análise do feminino através das personagens Nami e Nico Robin no anime*. 2015. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Produção Editorial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- HELDMAN, Caroline. *Sexual Objectification: Part 1 – What is it?* 2012. Disponível em: <https://drcarolineheldman.com/2012/07/02/sexual-objectification-part-1-what-is-it/>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- HIRATA, Luísa; PAIVA, Lara. O *fanservice* do mundo *otaku* sexualiza as personagens femininas? 2021. Disponível em: <http://jornalismojunior.com.br/o-fanservice-do-mundo-otaku-sexualiza-as-personagens-femininas/>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- JEHANZEB. The objectification of women in comic books. *Fantasy Magazine*, n. 59, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.fantasy-magazine.com/nonfiction/articles/the-objectification-of-women-in-graphic-novels/>. Acesso em: 12 out. 2022.

LOURENÇO, Carolina P. *Corpo, beleza e auto-objetificação feminina*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LUYTEN, Sonia M. B. *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. 1. ed. São Paulo: Hedra, 1991.

MELLO, Maluf C.; PEDRO, Vanessa; WEIDNER, Sônia. Políticas do olhar: feminismo e cinema em Laura Mulvey. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 343-363, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200007>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. *Screen*, v. 16, n. 3, p. 6-27, Autumn 1975.

ONE PIECE. Direção: Konosuke Uda *et al.* Produção: Toei Animation. Japão, 1999–. Série de televisão.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória e o esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVEIRA, Isabella. Os países que mais amam os animes. *Team Comics*, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://teamcomics.com.br>. Acesso em: 9 set. 2021.

TECMUNDO. One Piece. *Minha Série*, nov. 2020. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/minha-serie>. Acesso em: 3 out. 2021.



Caminhos de empregadas domésticas: experiências de vida e trabalho entre Santana do Acaraú, Sobral e Fortaleza (1970 – 2022)¹

Ana Cássia de Sousa Carneiro

Resumo: O presente texto se propõe a refletir a respeito das relações de trabalho doméstico no Brasil, pensando a partir da memória e dos relatos de três mulheres empregadas domésticas que tiveram suas vidas atravessadas pelos fatores provenientes da migração, do trabalho infantil e da exploração. Essas mulheres são provenientes de Mulungu, localidade de Santana do Acaraú, e migraram na década de 1970 para Fortaleza para atuar como empregadas domésticas e babás. Ao longo da narração de suas experiências, feita a partir de entrevistas concedidas para a realização da pesquisa, podemos observar como esses fatores são interseccionados pelas questões de raça, classe, gênero e território. Juntamente com a análise das fontes, através da História Oral, dialogamos também com autores como Lélia Gonzalez, com sua obra *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020); Florestan Fernandes, com *A integração do negro na sociedade de classes* (1964); Abdias do Nascimento, com *O genocídio do negro brasileiro*

¹ O presente artigo é uma adaptação do texto apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, uma monografia que possui o mesmo título.

ro (1978); e Joan Scott, com *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995).

Palavras-chave: Emprego doméstico; mulheres negras; migração.

Introdução

Na realidade brasileira, constantemente nos deparamos com notícias a respeito de casos envolvendo trabalhadoras domésticas. Essas notícias geralmente retratam que, ainda nos dias de hoje, trabalhadoras são submetidas a condições de trabalho análogas à escravidão. Uma observação relevante desses casos é que, em sua grande maioria, as mulheres que são resgatadas nessa situação são negras. Segundo uma pesquisa do IPEA (2025), 69,9% das mulheres empregadas domésticas são negras. Esse determinante racial presente no trabalho doméstico, a partir do racismo estrutural que rege a sociedade, faz com que essa modalidade de trabalho seja atravessada pela informalidade, sem assinatura da carteira de trabalho e, em alguns casos, sem o recebimento de um salário mínimo.

Este trabalho foi construído a partir da metodologia da História Oral, que consiste na realização de entrevistas gravadas, guiadas por perguntas geradoras da problemática da pesquisa, que gira em torno de entender como se moldam as relações de trabalho doméstico no Brasil e como os fatores de raça, classe e gênero podem ser percebidos nessas relações. As mulheres que comunicaram suas experiências de vida e trabalho para esta pesquisa são provenientes da zona rural de Santana do Acaraú, na localidade denominada Mulungu, situada no interior do estado do Ceará. Ainda na infância, devido aos fatores decorrentes da falta de condições básicas de vida, elas migraram para Fortaleza para trabalhar como empregadas domésticas.

Nossa perspectiva é construída a partir da confluência das memórias dessas mulheres e de como elas construíram suas vivências tendo seus corpos atravessados pelas questões raciais, pela migração e pelo trabalho doméstico, bem como pela forma como tiveram de construir suas vidas dentro de um sistema hegemonicamente racista, regido por uma predominância branca e cis-heteropatriarcal. Este trabalho é realizado a partir

de um olhar subjetivo da afetividade e da ancestralidade em comum, visto que essas mulheres são minhas familiares, sendo uma delas minha tia (Zefinha) e as outras duas minhas primas de segundo grau. Aqui conto também a minha história a partir das experiências dessas mulheres. Fui formada em meio aos resquícios dos problemas raciais, de gênero e de classe ainda existentes no Mulungu, e consigo perceber a influência do tempo histórico e a importância das políticas públicas, por meio dos benefícios sociais e das cotas, que me permitiram ocupar um espaço dentro da universidade e tornaram possível a escrita deste texto.

História oral, subjetividade e desigualdades: memórias do racismo nas trajetórias de vida das trabalhadoras domésticas migrantes de Mulungu/Santana do Acaraú-CE

A produção deste trabalho parte da metodologia da História Oral, realizada a partir de entrevistas gravadas. Essa metodologia surge com o rompimento da forma de produção historiográfica do século XIX, definida pelo Positivismo e pelo Historicismo, que defendiam que a História deveria ser produzida de maneira objetiva, em que o pesquisador deveria se afastar o máximo possível do objeto e sua abordagem deveria ser neutra e sem subjetividade. Durante esse período, a produção historiográfica que não se adequava aos parâmetros exigidos por essa forma de fazer História era chamada de história amadora, como afirma a historiadora Bonnie Smith em sua obra *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica* (2003), ou seja, essa produção era colocada em uma espécie de “gueto” da historiografia. Ela emerge também do alargamento metodológico vivido pela ciência histórica ao longo do século XX.

Com isso, muitas áreas da História foram colocadas nesses lugares secundários, como a história social, cultural e do cotidiano, ou seja, aquelas que tinham o potencial de capturar a experiência das mulheres. Ao longo do tempo, devido às mudanças ocorridas em todo o mundo e ao surgimento de outras formas de produzir História, como a Escola dos Annales, outras tipologias de fontes históricas, para além dos documentos escritos sobre o passado distante, passaram a ser aceitas com menos resistência. Dessa forma, a História Oral pôde ganhar força e passar a ser uma fonte de

suma importância dentro da produção historiográfica. Losandro Tedeschi, em seu livro *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres* (2014), define História Oral e aborda sua relevância.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros (Tedeschi, 2014, p. 9).

Diante do exposto, apresentamos as mulheres que compartilharam suas memórias. É importante refletir que a memória é seletiva e que os relatos citados constituem narrativas de acontecimentos ocorridos há algum tempo. Além disso, esses acontecimentos são marcados por experiências complexas que podem influenciar tanto a memória quanto os relatos das entrevistadas.

Dito isso, as mulheres que compartilharam suas histórias para a construção deste trabalho são: Josefina Francelina de Souza (63 anos), Maria Alzair Souza da Silva (61 anos) e Maria Alzeneide Machado (57 anos), mulheres nascidas na zona rural de Santana do Acaraú durante a década de 1960. Entre elas, Maria Alzair e Maria Alzeneide, conhecida popularmente como Neuda, são irmãs, enquanto Josefina, popularmente conhecida como Zefinha, é prima das demais.

A metodologia utilizada nos permite conhecer a trajetória de três mulheres migrantes e os atravessamentos que marcaram suas vidas e, a partir disso, refletir sobre as relações sociais na História do Brasil. Neste trabalho, pensamos os corpos dessas mulheres como corpos históricos, e não apenas biológicos, perspectiva defendida pela antropóloga feminista maya Dorotea Gómez Grijalva em *Meu corpo é um território político* (2020). Entendemos que esses corpos históricos foram construídos a partir da rea-

lidade do interior em que viviam, um espaço povoado majoritariamente por sua parentela — tios, primos e avós — e atravessado pelas dinâmicas sociais presentes no território. Ao iniciar as entrevistas, cada uma delas se apresentou e contou um pouco de sua infância.

Eu me chamo Alzair. Eu vim lá do interior, lá do Mulungu. Eu tinha 11 anos quando eu vim para o meu primeiro emprego. Eu vim trabalhar no Conjunto Ceará, Trabalhei lá por dois ou três anos cuidando de bebê, cuidando de bebê especial. Trabalhando lá, passei dois anos lá. E de lá, eu voltava lá em casa, voltava porque os fins de mês eu ia sempre passear lá na casa da mãe, do pai. Eu ia deixar... Eles vinham me visitar aqui, mas eu gostava de ir, eu gostava de ir lá em casa. Aquela viagem que a gente foi para o interior, interior, a gente ia. Eu ia para o interior, passava uma semana, às vezes eu passava até mês, às vezes eu saía da casa e ia passar o mês em casa, passava dois, voltava de novo, porque lá era muito difícil a situação para a gente conviver lá. A situação era muito... Meu pai tinha muitos filhos e não tinha emprego, a pessoa trabalhava no seu próprio trabalho, na Terra, e em época de seca, quando não chovia muito, quando não tinha inverno, tinha só aquelas dificuldades de alimentação, de comida mesmo, a gente não tinha o pão de cada dia, a gente não tinha. A gente não tinha aquele café da manhã, a gente não tinha nem café. A gente tomava chá ou então a gente tomava o chá com farinha. Café é uma vez na vida que aparecia café, e outra coisa, não tinha tapioca, não tinha essas coisas, não. Nada disso. Tinha cuscuz que a gente fazia. Moía o milho. Cansei de moer o milho, ficava com os braços tudo doído de moer o milho para fazer o cuscuz para a gente fazer a merenda do dia seguinte. E até o almoço. Quando chegava o almoço, às vezes era só o cuscuz, que a gente almoçava com peixe (Silva, 2023).

Meu nome é Maria Alzeneide Machado, mas o nome que sou conhecida é Neuda, sou de mil novecentos e sessenta e sete, tenho cinquenta e sete anos hoje e moro no Mulungu. Que eu lembro eu era uma criança feliz né? A dificuldade batia na porta né? Porque naquela época da minha adolescência eu me lembro que comia uma vez por dia. Meu pai pegava

a vareta de anzol e ia pescar no açude e trazia uma traíra, né? Me lembro como se fosse hoje, aquela traíra minha mãe cortava cada pedacinho na largura de dois dedinho. E ali nós jantava, praticamente nós almoçava e jantava, né? O almoço era quase na hora da janta. Mas eu era feliz. Aí o motivo de eu ter saído daqui pra ir trabalhar fora, foi a dificuldade, né? Dificuldade que era grande, aí eu fui pra ajudar o meu pai no que eu podia fazer, né? Eu fazia (Machado, 2023).

Meu nome é Josefina Francelina de Souza, minha idade é 63 anos e moro na periferia da capital do Ceará, Fortaleza. Infância? Infância eu nunca tive. Mas foi por todos, ninguém tinha. E a infância era trabalhando, era na roça, ajudando a minha mãe, que foi a única coisa que ela aprendeu. Ela trabalhou muitos anos no doméstico, mas quando ela casou, ela foi ajudar meu pai na roça. E era o que nós sabia fazer, né? E sempre eu era a companhia dela, como era a do meio, a mais velha tinha que ficar com a menor, então eu era a companhia dela. Então de tudo da roça eu aprendi a fazer. Mas aquela velha história não tinha descanso, só os domingos que eu tinha um pouco de liberdade (Souza, 2023).

Essas mulheres colaboradoras da pesquisa nasceram no município cearense de Santana do Acaraú. O município possui diversos distritos e povoados, entre eles a comunidade de Mulungu, local totalmente ruralizado, sem calçamento ou asfalto, caracterizado pela paisagem típica da Caatinga, verde durante o inverno e seca durante o verão. Atualmente, a comunidade possui cerca de 64 famílias residentes, mas, quando essas mulheres deixaram o local, havia em média apenas quinze famílias.

O povoado possui um riacho que, desde sua formação, marcou uma divisão espacial que atualmente corresponde ao que se convencionou chamar de Mulungu I e Mulungu II. No entanto, em sua origem, essa divisão possuía um caráter racial: de um lado do riacho viviam as famílias brancas; do outro, as famílias negras. Essa separação permaneceu por muitos anos. As participantes desta pesquisa cresceram em um contexto no qual estavam separadas das famílias brancas não apenas por um curso d'água, mas também por profundas desigualdades de acesso a condições dignas de vida. À população negra eram frequentemente negados recursos básicos, como água,

moradia adequada e alimentação, enquanto famílias que residiam a poucos metros de distância dispunham dessas condições. Nesse sentido, o racismo constituiu um elemento central na construção social daquele território. Os moradores da comunidade viviam principalmente do trabalho agrícola familiar, atividade fortemente dependente das condições climáticas. Sabe-se que o Nordeste brasileiro enfrentou sucessivos períodos de seca e estiagem, e aqueles que possuíam recursos para construir açudes e reservatórios de água conseguiam enfrentar melhor esses períodos do que aqueles que dependiam exclusivamente das chuvas. Assim, as desigualdades sociais associadas à questão racial manifestavam-se de forma evidente naquele espaço, reproduzindo dinâmicas presentes em outras regiões do país.

Segundo Alzair (2023), em entrevista: “os brancos, diziam que eram melhor que a gente, melhor assim em situação, porque eles tinham o açude, tinha água no açude, eles seguravam água por mais tempo, nós não tinha, a gente ia ter que pedir água pra beber, da água que os animais deles bebiam”. A entrevistada relata que algumas famílias possuíam açudes e também cacimbões, estruturas construídas no interior dos reservatórios e revestidas com concreto para armazenar água mesmo durante períodos prolongados de estiagem. O acesso à água para necessidades básicas de sobrevivência, como beber, constituía uma das principais formas de desigualdade vivenciadas durante sua infância no chamado Mulungu dos pretos. Todas as entrevistadas destacaram a grande diferença entre as condições de vida existentes nos dois lados da comunidade.

Alzair, na mesma ocasião, relata que o principal problema daquela época era a fome. As longas estiagens presentes no sertão traziam dificuldades para os meios de subsistência da população. Entretanto, uma observação feita pelas entrevistadas é que essas adversidades ambientais impactavam de formas diferentes os habitantes da região. As pessoas negras eram afetadas de maneira muito mais intensa do que as pessoas brancas, porque a separação existente entre os dois Mulungu impunha uma realidade de vida profundamente desigual. Apenas as famílias que viviam no Mulungu dos brancos possuíam recursos básicos, como casas de tijolo, açudes, reservatórios de água, bodegas e outros bens aos quais a população do Mulungu dos pretos não tinha acesso.

As entrevistadas relataram parte de suas vivências nesse contexto, e Alzair descreve o drama vivido por sua família:

Quando nós o grupo tinha a nossa família, que ainda tem hoje, até hoje, a nossa família, e tem outras famílias lá próximas. O pessoal chamava as famílias dos brancos, aquelas pessoas que tinham cor diferente da gente e diziam que era melhor, sim, situação, porque eles tinham o Açude, tinha a água no Açude. Eles seguravam a água por mais tempo, nós não tinha. A gente ia ter que pedir para pegar a água para beber. Às vezes, a água que a gente bebia lá era a mesma água que os animais bebiam. Os bichos que lá bebiam água no Açude, do mesmo lado, deles não, mas do outro lado, sendo o mesmo Açude, a gente bebia água. Água grossa, a gente bebia. Quando tinha tido o inverno, para ter água durante o ano todo, porque os invernos é inverno e outro não. Nunca tinha inverno todos os anos. Então os Açudes não seguravam muito tempo. Tinha deles que secavam. Quando os Açudes secavam, ficava aquele cacimbão. Nos Açudes, eles faziam aquele cacimbão ali. Aí ali, eles já iam diminuindo a tirada da água para os animais. E aí, já ficava só para nós, só para as pessoas ir tirando dali. Tinha aquela filhinha que a gente tinha que ir para pegar água, porque era muita gente, e a gente pegava a água. O meu pai ia pegar a água, eu me lembro de que na época, o papai ia pegar a água três horas da manhã, quatro horas da manhã. Ele ia pegar a água, que era para ver se ele conseguia pegar a água antes que os outros chegassem. Para não chegar a todo mundo de uma vez só. Porque era mundo difícil a água. Pegava ali pote, esse pote d'água, colocava lá e ali se passava o dia. Tomar banho, nem tomava banho todo dia. Porque não tinha água todo dia para a gente tomar banho. Tomava banho, às vezes passava dois dias para tomar banho ou mais. Lava roupa, passava 15 dias para ir lavar roupa, porque não tinha água, nem água a vontade para você lavar. De 15 a 15 dias, que você juntar com a toda a roupa e ia lavar em um açude mais longe, sendo lá mesmo, no nosso Mulungu. A gente do Mulungu, ali, tudo ali, o próximo, os locais, que era tudo conveniente com a família, amigos, todo lado, todo mundo participava do mesmo... Do Açude, todo mundo ia para o Açude, lavar roupa. E aí era desse jeito (Silva, 2023).

Esses problemas descritos até aqui, além de serem provenientes de fatores naturais, especialmente da escassez de chuvas, eram intensificados pelo racismo e pela segregação racial e social não institucionalizada que dividia o Mulungu. Como já foi demonstrado anteriormente, os moradores de cada lado da localidade viviam em condições distintas. Essa diferença era ocasionada pelo acesso desigual a recursos básicos que o atual Mulungu II possuía, como água, casas de tijolo e outras condições materiais.

Diante dessa realidade, observamos como se constituiu o espaço de formação desses corpos dentro da comunidade, destacando o doloroso processo de racialização que impunha a ideia de que um grupo era superior ao outro. Além disso, outro aspecto perceptível nos relatos é a construção das relações de gênero. Alzair afirma, em sua entrevista, que, por ser a irmã mais velha, era responsável por cuidar dos irmãos mais novos, enquanto Zefinha relata que auxiliava sua mãe em todas as tarefas domésticas. Ao longo das entrevistas, observamos como essas experiências impactaram seus processos de formação enquanto sujeitas de suas próprias histórias. Essa realidade era construída desde a infância no Mulungu e acompanhou essas mulheres nos demais espaços de suas vidas após a migração.

Diante dessas circunstâncias de insegurança econômica, alimentar e social, quando surgia uma família com melhores condições financeiras interessada em contratar trabalhadoras domésticas, algumas meninas eram levadas para cidades mais desenvolvidas do estado, como Sobral e Fortaleza. Esse foi o caso das mulheres entrevistadas nesta pesquisa. “A gente não tinha café da manhã, e não tinha nem café, a gente tomava chá com farinha”, conta Alzair (2023) ao explicar os motivos que a levaram a deixar o Mulungu e ir trabalhar em Fortaleza ainda na infância. Essas mulheres passaram parte de suas infâncias cuidando de outras crianças para sobreviver e ajudar suas famílias. Em 1975, Zefinha foi levada para Fortaleza aos 13 anos pela filha da patroa de sua mãe, que também trabalhava como empregada doméstica. No mesmo ano, Alzair deixou o Mulungu aos 11 anos, quando a filha de um fazendeiro da região procurou alguém para trabalhar em sua residência e, diante da necessidade econômica, sua família aceitou enviá-la. Assim teve início sua trajetória no trabalho doméstico. A adaptação foi difícil. As entrevistadas saíram de uma comunidade com aproximadamente quinze residências para viver em uma capital. O salário, embora

reduzido, era enviado às suas famílias para auxiliar na sobrevivência diante das dificuldades já mencionadas. Atualmente, relatam sentir dificuldade em permanecer muitos dias no Mulungu devido ao ritmo mais tranquilo da vida no interior. Ainda assim, afirmam que, ao retornar à comunidade, experimentam uma forte sensação de pertencimento e de retorno ao lar.

Essa realidade específica do trabalho doméstico também era atravessada pelas questões raciais. Como podemos observar, as mulheres que migravam para exercer esse tipo de trabalho eram provenientes do Mulungu dos pretos, situação que não se repetia entre os moradores do outro lado da comunidade. Isso evidencia como as desigualdades raciais brasileiras submetem a população negra a condições mais vulneráveis, especialmente as mulheres negras, atravessadas simultaneamente por questões de raça, classe e gênero.

Como mencionado anteriormente, o trabalho doméstico é historicamente racializado. Segundo dados recentes, cerca de 65% das trabalhadoras domésticas no Brasil são mulheres negras. A filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez, em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), argumenta que essa realidade está relacionada à formação colonial e escravista da sociedade brasileira, que submeteu as mulheres negras a diferentes formas de violência cujos efeitos permanecem até os dias atuais. Sobre essa questão, a autora afirma:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (Gonzalez, 2020, p. 58).

Essa realidade racial presente na história do Brasil produz consequências que influenciam a definição dos lugares sociais ocupados pelos indivíduos na sociedade. Tal dinâmica pode ser observada nas relações de trabalho. O professor e advogado Silvio Almeida argumenta que esse cenário é estruturado pelo racismo estrutural. Segundo o autor, trata-se de uma prática naturalizada ao longo do tempo, cujos mecanismos frequentemente não são identificados como racistas justamente porque operam dentro dos limites da legalidade.

Em diálogo com as reflexões de Lélia Gonzalez, Almeida também afirma que essa forma de organização social constitui um dos legados do processo de escravização ocorrido no Brasil, cujos efeitos permanecem presentes até os dias atuais. Em sua obra *Racismo Estrutural* (2019), o autor define esse fenômeno da seguinte forma:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2019, p. 33).

Segundo Almeida, é o racismo estrutural que contribui para a manutenção dos corpos racializados em condições de subalternidade. Seus efeitos não se restringem às relações individuais, mas atravessam as esferas política, econômica, cultural e social. Dessa forma, entendemos que refletir sobre o racismo constitui um exercício teórico fundamental para compreender historicamente a experiência dessas mulheres, situada em um passado recente.

Esses conceitos oferecem elementos importantes para a interpretação de suas narrativas e memórias, bem como para compreender a maneira

como percebem a si mesmas e o meio social em que estão inseridas, questões que continuaremos problematizando ao longo deste trabalho.

“Não fui sua empregada, eu fui sua escrava”: migração, exploração e objetificação, uma realidade do trabalho doméstico brasileiro

No Brasil, as relações de trabalho historicamente foram marcadas por profundas desigualdades sociais. Em diversos contextos, observa-se a permanência de formas de exploração da mão de obra que atingem especialmente os grupos socialmente vulnerabilizados. Desde o final de 2024, encontra-se em debate uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), apresentada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que propõe o fim da escala de trabalho 6x1 e a redução da jornada semanal para 36 horas. A discussão evidencia a necessidade de refletir sobre a naturalização das condições de trabalho impostas à classe trabalhadora brasileira e sobre os limites entre direitos e exploração.

Os debates em torno dos direitos trabalhistas no Brasil sempre enfrentaram resistências. Um exemplo disso foi o processo de ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas. Embora a chamada PEC das Domésticas tenha sido promulgada em 2013, sua regulamentação ocorreu apenas em 2015. Durante sua tramitação, setores da sociedade manifestaram forte oposição à extensão de direitos básicos, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, jornada regulamentada e assinatura da carteira de trabalho.

Mesmo após a regulamentação desses direitos, as trabalhadoras domésticas continuam enfrentando desafios significativos. Muitas residem no próprio local de trabalho, situação que frequentemente dificulta a delimitação entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso, ampliando jornadas e intensificando relações de dependência em relação aos empregadores.

Segundo as entrevistadas desta pesquisa, o ingresso delas no trabalho doméstico ocorreu de maneira semelhante. As três migraram da comunidade de Mulungu para Fortaleza ainda durante a infância, para trabalhar em residências ligadas a famílias de fazendeiros da região.

Eu tinha 11 anos quando eu vim trabalhar pela primeira vez. A mulher, a senhora que eu vim morar com ela, ela foi até o Mulungu. Eles eram pessoas muito ricas que moravam pertinho do Mulungu, que moravam no local lá perto. Eles eram filhos daqueles fazendeiros, e eles tinham vindo embora pra cá, a família tinha vindo embora pra Fortaleza, fazia muito tempo que eles tinham vindo embora. Então eles tinham lá o Mulungu como gente que trabalhava, gente honesta, todo mundo lá era do bem, então elas voltaram lá pra procurar uma menina pra trabalhar. Aí o meu pai pegou e me indicou. Indicaram o meu pai, aí ele, não, eu tenho uma filha, tenho uma menina pequena, mas ela é muito trabalhadeira, e se não for um serviço pesado, eu deixo minha filha ir. Nessa época era de trem, a gente viajava. Aí eu vim, mais ela. Mas foi ela daqui que foram procura lá no Mulungu, e o papai me indicou e me deixou vir. [...] Quando eu vim trabalhar, eu tinha 11 anos, mas nesse período que eu vim, eu cheguei a voltar. Já passei anos por lá e voltava de novo, mas eu dei continuação mesmo quando eu tinha de 14 até uns 20 anos, eu comecei a trabalhar direto mesmo. Mas em casa de família, mas não uma só, não, trabalhei em várias (Silva, 2023).

Eu não sei nem por onde comecei, eu só lembro que a família do meu pai era de Fortaleza. A maioria da família do meu pai morava em Fortaleza, né? E aí, através das pessoas, eu completei meus 12 anos. Eu me lembro que eu fui trabalhar 12 anos. Já fui ser babá. Através da família do meu pai que moravam lá. É o que eu lembro, e nesse tempo, nós íamos até de trem sair daqui às 11 horas da noite, pra chegar lá de manhã em Fortaleza (Machado, 2023).

Eu queria trabalhar, eu queria comprar as coisas pra mim. Enfim, aí apareceu a mulher atrás de mim, que era uma filha da ex-patroa da minha mãe. A minha mãe não queria me deixar não, porque eu ajudava muito ela mesmo, mas aí meu pai, ele concordou (Souza, 2023).

Observamos aqui, em sua primeira fala, que a escolha da pessoa por parte dos patrões para trabalhar em suas casas seguia um padrão. Na fala de Alzair, ela cita: “Então eles tinham lá o Mulungu como gente que traba-

lhava, gente honesta, todo mundo lá era do bem, então elas voltaram lá pra procurar uma menina pra trabalhar” (Silva, 2023), e assim podemos perceber que essas pessoas estavam se aproveitando do determinante social do território, isto é, das limitações das condições de vida, para levar crianças para trabalhar em suas casas, realizando o serviço de uma profissional adulta sem pagar o devido valor.

É importante ressaltar o discurso moralizante em torno do trabalho. A família branca, tão “boa” que era, estava oferecendo o benefício de um emprego, mas só faria isso com “gente honesta” e “do bem”. Sendo tão boa e moralmente inquestionável, a santa família branca estenderia sua graça sobre crianças pobres que fariam, de graça ou quase isso, o trabalho pesado até para uma pessoa adulta. Por que, para conseguir alguém para trabalhar em sua casa em Fortaleza, a filha do fazendeiro foi buscar em Mulungu? Por que a pessoa que vai trabalhar é uma criança?

É importante pontuar os marcadores de poder que essa relação impõe, porque os patrões se tornam responsáveis pela criança em um lugar geograficamente desconhecido para ela, e isso fortalece uma relação de paternalismo, que, nesse sentido, é o eufemismo para se referir a uma relação de exploração com aparência de proteção em um espaço que deveria ser profissional.

Segundo suas narrativas, ao chegarem às casas onde trabalhariam, elas já começavam, desde o primeiro momento, a realizar diversas tarefas, como as de babá e as domésticas. Nesse primeiro momento, devido ao fato de serem crianças, o simbólico valor do salário era mandado aos seus pais. Elas passaram a frequentar a escola em um horário e, nos demais, cuidavam das crianças; quando estas dormiam, cuidavam da casa. Nesse momento, por saírem do interior, sentiram a dificuldade de se integrar ao espaço da capital, que é construído e moldado a partir de outro modelo de sociabilidade.

Ao migrar para a capital, no primeiro momento, isso se tornava uma dificuldade porque elas sentiam falta de casa e porque viviam a dinâmica de uma cidade que funcionava de maneira diferente do interior. Por não conseguirem se acostumar com facilidade às dinâmicas da cidade, trabalhavam, nesse primeiro momento, em uma espécie de temporada, na qual

passavam um tempo na casa em que trabalhavam e outro em suas casas no interior. Zefinha se sentiu como se estivesse em uma prisão devido ao fato de ficar muito tempo dentro da casa onde trabalhava. Ao ser questionada sobre como se sentiu em relação a essa mudança, ela falou:

Era aquela história, era a ansiedade que eu tinha demais de conhecer, de melhorar. Quando eu cheguei, achei tudo diferente, claro. Fui morar logo em casa de gente de classe média, presa. Nem saía da porta da rua, já foi um quartel pra mim. Mas aí me bateu a saudade, aí voltei, fiquei por lá, aí com o tempo foram me buscar de novo, perguntar se eu queria voltar (Souza, 2023).

Eu tive muita dificuldade, sim, quando eu cheguei. De sair, a gente tinha que apanhar transporte, como eu não tinha muito estudo, o meu estudo foi pouco, e eu muito tímida também, eu não tinha amizade. As amizades que eu tinha era com as meninas que trabalhavam também nas casas de família, né? Aí, cada um ia pro seu local, dos seus parentes, e eu tinha que vir pro meu, e eu não tinha, na época eu não tinha. E aí eu ficava na casa da patroa direto, não saía, não ia pra nenhum canto. Só quando eu saía com a patroa, ou então quando eu viajava lá pra casa com o pai, que ele vinha me pegar, né? Então, eu não saía. Dificuldade muito grande que eu tive de aprender a conviver aqui. Foi só mesmo depois que eu vim aprender, mas foi difícil. Apanhar o ônibus, descer na parada certa, não sei quantas vezes eu descia passando da parada, apanhava o ônibus errado. Aconteceu, foi muitas vezes, mas aí eu continuei. Graças a Deus, deu certo (Silva, 2023).

Chegava lá, entrava dentro de casa para trabalhar e aí só trabalhava, não sabia sair pra canto nenhum. Se eu sáísse, eu me perdia, né? Então, eu não saía. Se não fosse a minha irmã me pegar para nós dar uma voltinha, tirando isso. Aí, chegava o dia da minha folga e eu vinha para casa. E aí, nesse período, às vezes a saudade era tão grande que eu só conseguia ficar lá três meses, corria para casa, chegava em casa, passava 4, 5 meses, aí corria e trabalhava de novo, (Risos) quando a dificuldade apertava (Machado, 2023).

Nesse momento entra em contraste a expectativa com que elas saíam de Mulungu e o que de fato encontraram em Fortaleza. Para se locomover, precisavam pegar ônibus; teriam que enfrentar uma longa jornada de trabalho, muitas vezes indeterminada, e lidar com a ausência da família. Neuda explica que a memória que tem desse período é mais voltada para a lembrança da ansiedade que sentia no local de trabalho pelo desejo de voltar para sua comunidade e rever seus parentes e amigos. Já Zefinha fala que, quando saiu de casa para trabalhar, pensava em mudar de vida e que, diante da realidade da casa e do dia a dia, viu que ela não seria alcançada a partir daquele trabalho.

A expectativa era para vir de lá para cá, quando eu vinha. Para chegar aqui, que eu ia ver meus amigos, que eu ia tá diferente, que eu ia ver o paquerinha. Mas daí para lá, sim, em relação ao emprego, eu não criava expectativa, não. Não me lembro (Machado, 2023).

Quer dizer, eu queria melhorar de vida, mas não era só pensando em receber dinheiro. Claro que eu ia pra trabalhar. Só que eu trabalhei demais e fui desmoronando. Eu parei de estudar, eu não aguentava. Eu estudava à noite. É claro que de dia eu tava lá na casa, trabalhando. Quando eu chegava, 11 horas da noite, eu pegava ônibus pra ir pro colégio, e quando eu chegava... 10h30, 11h... Aí eu ia fazer tanta coisa. Quando eu ia me deitar, que eu pegava os livros, eu colocava na cama pra mim estudar, aí eu dormia em cima. Não tinha mais força. Não tinha mais... Não dava mais pra mim estudar. Aí eu tive que parar, tudo que eu ia fazer nos meus trabalhos, não tinha rendimento. Fiz prova, não passei, não tirei nota boa. E aquilo ali ia deixando a gente tão chateada. Ia deixando a gente tão chateada, tanta coisa que eu achei que eu ia conseguir (Souza, 2023).

Diante dos relatos, fica evidente outro agravante: a exaustiva jornada de trabalho, sobre a qual começamos a refletir anteriormente. Zefinha relata acima que o principal fator que a fez frustrar suas expectativas foi todo o tempo que tinha que dedicar ao trabalho, visto que passava o dia inteiro trabalhando, ia para a escola e, quando chegava já tarde da noite, ainda ti-

nha que fazer as coisas em casa. Isso acontecia porque ela tinha que morar na casa em que trabalhava.

Essa experiência é uma problemática ainda comum até os nossos dias para a categoria das trabalhadoras domésticas. O trabalho doméstico acontece dentro do espaço privado da família e da casa; morar nele, muitas vezes, faz com que o limite de oito horas diárias de trabalho seja extrapolado, porque a pessoa trabalha do momento em que acorda até a hora em que vai dormir, geralmente começando cedo e terminando tarde. Pensando na realidade das trabalhadoras que são babás, muitas vezes elas ainda dormem com a criança. Ou seja, passam as vinte e quatro horas diárias dedicadas quase exclusivamente ao trabalho.

Essa condição laboral, se não for rompida ao longo de sua trajetória, rouba a vida dessas mulheres trabalhadoras domésticas, impede-as de constituir e conviver com sua própria família, colocando-as na condição de “quase da família”, expressão que simboliza a exploração da carga de trabalho sem direitos dessa categoria. Esse cenário, infelizmente, ainda é muito comum em nossos dias: mulheres que dedicam sua vida inteira ao trabalho para determinadas famílias e se mantêm nesses espaços até o fim da vida, trabalhando mesmo com idade avançada. As entrevistadas também pontuaram que morar no local de trabalho fazia com que acordassem cedo para trabalhar e só parassem no horário de dormir.

Sempre nessa casa que eu tava, tinha um quarto da empregada, né? Um quartinho, um guarda-roupa, um armário, não é o que eles chamavam? Um armário, uma cama, um banheiro, né? E ali era onde a gente amanhecia depois do dia que você saía dali, você passava o dia trabalhando ali, você só voltava pro seu quarto na hora de dormir. Né? À noite. Depois de todo trabalho durante o dia, né? Aí é que você entrava pra dormir nove horas, dez horas da noite. Trabalhava até nove horas da noite. Aí era daquela hora que a gente entrava pra dormir. E cinco horas da manhã a gente já tinha que estar acordado. Era pra amanhecer o dia, pra começar tudo na cozinha fazer o café, fazer tudo já. Né? E esse quarto era dentro da casa, dentro da casa, mas no final da casa. Mas era emendado com a casa (Silva, 2023).

Para mim, é tipo assim. Tem suas vantagens e suas desvantagens, a vantagem é que você gasta menos, a desvantagem é que você, no trabalho, você não se sente à vontade como se você esteja na sua própria casa, né? É isso. Porque trabalho é trabalho, né? Por mais que a gente tenha liberdade, mas é diferente da sua casa (Machado, 2023).

Não, lá onde eu vivia não tinha quarto de empregada, não. Eu dormia no quarto mesmo, até com a filha da dona lá. Logo, o menino só dormia mais eu, mulher. Todo mundo que fizesse o menino dormir só era mais eu, era um peso de noite. Aí, eu não tinha, mas eu conheci minhas amigas que tudo tinha, elas não entrava pra dentro de casa, não. Empregado antigamente não era assim, não. Eu ainda tinha os privilégios que eu vivia dentro da casa, entrava na porta da frente e fazia tudo que eu queria lá dentro, eu era até liberta (Souza, 2023).

Outro fator de extrema relevância ao se pensar nas dinâmicas do trabalho doméstico é a relação direta entre os empregadores e as trabalhadoras. Na abordagem feita até aqui, já explicitamos que essa relação é mantida a partir de uma exploração do trabalho, que muitas vezes reforça estigmas da população negra brasileira, mantendo essas trabalhadoras em quartinhos e separando objetos para evitar o contato com aquilo que é utilizado por elas. Ao expor a relação com seus empregadores, podemos ver que essa dinâmica depende de cada casa e de cada empregador. Neuda, por exemplo, nunca se sentiu desconfortável em sua experiência de trabalho; Alzair já percebeu diferenças entre uma casa e outra; e Zefinha sentiu que era explorada na casa em que vivia.

O último patrão que eu tive em Fortaleza, ele era um paião para mim, uma pessoa muito boa. Inclusive, hoje, se eu tivesse um pouco de juízo na cabeça, acho que ainda vivia lá, porque eles eram ótimos para mim, tanto ela como ele. Umas pessoas excelentes. É tanto que eu me sentia super à vontade na casa deles. [...] É, parece, né? Sei que ninguém é igual, cada casa tem uma maneira de ver suas coisas, né? Mas, em relação ao temperamento... Não sei nem dizer direito, mas...É tipo assim, eu respeito o espaço de cada um,

não sou aquela pessoa que...Me meto onde é chamado, só vou onde me chamam. Mas, graças a Deus, para começar, eu nunca trabalho com gente ruim. Procuro uma pessoa boa, que me respeite e me pague o meu salário como eu mereço. Se não for, nem fico. É melhor dizer. (Risos) (Machado, 2023).

Diferença tinha, né? Porque a gente encontrava a patroa boa, que era bem farta em casa, né? Que era tudo à vontade. E tinha outras que era tudo medido, né? Que a gente tinha que fazer todo aquele controle que elas diziam que era pra fazer, né? A nossa alimentação era a mesma deles, mas que era o fim, né? O fim da alimentação deles, o fim da comida que a gente tirava pra nós. Mas era sempre junta a comida. Não era nada separado. Nunca eu trabalhei em casa de família pra ser separada a minha comida. Era tudo junto. Só que depois que a gente tirava tudo, olha. Aí é que a gente... Mas era muito diferente uma patroa da outra. Tinha patroa que eu me entrosava mais. Viajava com elas, passeava com os meninos. E ela me tratava assim como uma pessoa bem da família. Né? (Silva, 2023).

Ela não, e era porque era amiguinha de confiança, que eu conheci. Que era filha da patroa da minha mãe e tudo, mas era aquela mulher que... Como é que se chama? Que explorava. Eu era explorada, ele não, se ele visse eu fazendo muitas coisas, ele mandava eu parar. Se ele entrasse no banheiro e esquecesse a toalha, ele pedia por favor. Tudo ele pedia por favor, na hora do almoço, ele estava comendo e dizia, Zefinha, deixa aí, venha para a mesa. Eu gosto dela, acredite, eu gosto muito dela, mas ela era exploradora, ela conversava de mim e tudo. Quando eu fui sua empregada, eu era sua escrava. Que é isso, nega, eu digo era mesmo. Então eu fui sua escrava, fazia de tudo lá. Aí eu perdi mesmo o rebolado que ela me mandava fazer uma coisa, eu dizia, eu não vou, só tenho duas pernas e duas mãos. Ela dizia, eita, nega, você está doida, pois é, a senhora não quer fazer nada, a senhora é preguiçosa, quer que eu faça. Eu fui tirando, né? Já estava exausta mesmo, já respondi ela que só, era aquela exploradora mesmo, toda vida ela foi (Souza, 2023).

Diante do que foi exposto até aqui, podemos observar que as relações de trabalho doméstico no Brasil são sustentadas a partir da exploração do trabalho, mas também, através dos relatos acima, observamos uma certa agência das pessoas, que não são completamente passivas e ingênuas e que resistem das mais diversas formas.

Essa exploração fica mais evidente quando observada a partir de uma perspectiva que intersecciona raça, classe e, sobretudo, gênero. Para entender como isso acontece, é importante ficarmos atentos também ao conceito de interseccionalidade como um pensamento que nos permite refletir que as violências, ou outros fatores provenientes do gênero, podem atravessar um corpo simultaneamente a outros marcadores, como o racismo, a pobreza, a sexualidade dissidente, entre outros.

O termo foi criado pela advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw, em seu artigo “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” (2002), e é hoje considerado uma área de estudo crucial para refletir sobre os atravessamentos sociais impostos a determinados corpos. Visto que o trabalho doméstico é realizado, em sua grande maioria, por mulheres, uma pesquisa divulgada pelo Gov² revela que 91,1% de quem realiza esse trabalho são mulheres. Isso ocorre porque a realidade é moldada a partir de uma binarização do trabalho feita pelo patriarcado, sistema sustentado pelo colonialismo e pelo capitalismo. Essa binarização, inclusive, definiu por muito tempo o que seria determinado para cada corpo, sendo atribuídos determinados comportamentos às mulheres e outros aos homens. Isso repercute em toda a formação dos sujeitos e, devido aos sistemas citados anteriormente, as ações tidas como “de mulher” são colocadas como inferiores às que são consideradas “de homem”.

Essa binarização dos comportamentos entre os sexos, na qual é construído historicamente que mulheres e homens devem seguir determinados padrões comportamentais na sociedade, é estudada por diversos/as pesquisadores/as. Entre eles/as está a historiadora Joan Scott, em seu clássico artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (1995), onde

2 <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres> Acesso em: 21 fev. 2024.

afirma que as relações de gênero não são definidas biologicamente e sim que o gênero é uma construção social que rege a família, a economia e a política. “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (Scott, 1995, p. 21). Dessa maneira, a construção da sociedade é regida dentro dessa lógica, na qual as mulheres são formadas desde a infância para cuidar, sendo reforçados comportamentos associados à feminilidade, incluindo aqui as relações de trabalho, marcadas por uma divisão sexual.

A divisão sexual do trabalho, dentro dos padrões acima citados, serve para sustentar as relações patriarcais da sociedade. Os dados mostram que os trabalhos de cuidado, em sua grande maioria, continuam sendo exercidos por mulheres, e essas mulheres são submetidas, com significativa frequência, a uma dupla jornada de trabalho. Sendo que, em uma delas, esse trabalho não é remunerado. Silvia Federici afirma, em “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (2019), que essa falta de remuneração do trabalho doméstico, ocasionada devido à naturalização de que ele seria uma ação de amor e cuidado, seria a violência mais sutil aplicada pelo sistema capitalista sobre o corpo das mulheres (Federici, 2019, p. 42). Diante disso, podemos perceber que as relações de gênero são definidas através do sistema patriarcal, que foi se adequando às mudanças do sistema capitalista e mantendo a realidade das mulheres associada a esse tipo de trabalho até os dias de hoje.

Finalizando, até aqui refletimos sobre a precarização do trabalho doméstico a partir das vivências compartilhadas por essas três mulheres. A partir dessas reflexões, observamos que os conceitos trabalhados até aqui nos permitem compreender de onde parte historicamente a precarização do trabalho doméstico brasileiro, que, reforçamos, é racializado, tem suas relações definidas a partir da colonialidade do poder e do racismo estrutural, e também nos faz refletir que a realidade e a ambiência da realização desse trabalho não se encontram desconectadas do restante do país e da América Latina.

Dessa forma, compreendemos de onde partem as dinâmicas que consideramos locais em nossos territórios. O Mulungu teve suas relações espaciais e sociais moldadas pelo racismo, mas essa é uma característica pre-

sente em territórios colonizados, sendo um traço do Brasil que se afunila em especificidades locais e define o contexto social de cada corpo.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 4 set. 2024.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRIJALVA, Dorotéa Gómez. *Meu corpo é um território político*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

MACHADO, Maria Alzeneide. Entrevista concedida a Ana Cássia de Sousa Carneiro. Santana do Acaraú, 4 nov. 2023.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Maria Alzair Souza da. Entrevista concedida a Ana Cássia de Sousa Carneiro. Fortaleza, 30 set. 2023.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOUZA, Josefina Francelina de. Entrevista concedida a Ana Cássia de Sousa Carneiro. Fortaleza, 29 set. 2023.

TEDESCHI, Losandro Antônio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.



A Escrita Feminista de Alina Paim: literatura, gênero e resistência no Brasil do século XX

Cassiano Celestino de Jesus
Maria Aline Matos de Oliveira

Resumo: Este capítulo analisa a escrita feminista de Alina Paim (1919–2011), uma das vozes pioneiras da literatura brasileira na abordagem das relações de gênero, da identidade e da resistência feminina. Busca-se compreender como suas obras literárias e ensaísticas desafiaram as estruturas patriarcais e as normas sociais de seu tempo, contribuindo para a construção de uma narrativa feminista no Brasil. Por meio da análise de obras como *A Sombra do Patriarca* e *Estrada da Liberdade*, discutimos como Paim articulou temas como autonomia, opressão e emancipação, oferecendo uma crítica contundente às desigualdades de gênero. Este estudo busca, portanto, reposicionar Alina Paim no cânone literário brasileiro, destacando sua relevância para os estudos feministas e para a história das mulheres no Brasil.

Palavras-chave: História das Mulheres; Alina Paim; Literatura Feminista.

Considerações iniciais

“Da História, muitas vezes a mulher é excluída”. Essa afirmação, feita por Michelle Perrot (2006, p. 167), reflete uma preocupação que há muito envolve os/as intelectuais. As mulheres foram, por muito tempo, deixa-

das na sombra da História. O ofício do/a historiador/a foi um ofício de homens que escreveram a história no masculino, abordando suas ações e seus poderes, resultando na marginalização do olhar sobre o feminino. Esse processo reforçou a ideia de que a visão das mulheres na História sempre esteve filtrada pela perspectiva masculinista.¹

Ao longo da história, as mulheres foram submetidas à opressão e ao autoritarismo, sendo uma parte delas destinada exclusivamente à procriação, ao papel de esposas e donas do lar, sem voz nem protagonismo. Rotuladas pelo discurso da sensibilidade e restritas ao casamento e à educação dos filhos, mulheres brancas, de classes médias e altas, vivenciavam o silêncio que lhes era imposto como uma norma rígida, quase um mandamento ditado pelo corpo social. Situação agravada no caso de mulheres racializadas que, no Brasil, vivenciavam também estigmas de raça e de classe.

Assim sendo, tanto na História quanto na Literatura, é notável o fato de que as mulheres foram excluídas. Como em diversas outras áreas, os espaços da escrita literária e historiográfica eram reservados aos homens, donos dos consagrados “cânones literários” e historiográficos. As mulheres eram repetidamente representadas pela voz do outro, que sempre foi personificado na figura masculina (Tofanelo, 2015).

Como destaca Michelle Perrot (2005), o silêncio da historiografia em relação à história das mulheres era justificado pela alegação de que não existiam fontes disponíveis nos arquivos públicos ou privados, nos relatórios políticos e nos registros judiciais. Diante disso, como escrever sobre o feminino enquanto protagonista da ação social, cultural ou política na sociedade? Esse silêncio documental, no entanto, não é apenas uma ausência acidental, mas o reflexo de um processo seletivo na construção das

¹ Essa realidade vem se alterando significativamente no último meio século, incluindo em Sergipe, terra natal de Alina Paim, onde vemos uma importante historiografia. Só para citar alguns trabalhos: OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em Busca da Liberdade: Memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979)*. Aracaju: EDISE, 2021. DE FARIA ALVES, Amy Adelina Coutinho; MELO, Ana Maria Vasconcelos. Sergipe na trilha do gênero. *Revista TOMO*, 2006. SANTOS, Nathalia Thais Fontes. “É MINHA ÚLTIMA PALAVRA”: MULHERES EM SERGIPE DEL REI (SÉCULO XVIII). *Horizontes Históricos*, v. 6, n. 1, p. 43-57, 2023. SANTOS, Laiany Rose Souza. *A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência*. Tese (doutorado Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2019. DE MELLO, Janaina Cardoso. Os crimes contra mulheres na fontes do Arquivo Geral do Poder Judiciário em Sergipe (1878-1935). *Albuquerque: revista de história*, v. 8, n. 16, p. 6-31, 2016.

fontes históricas e de suas interpretações, que deliberadamente excluía as mulheres, considerando-as irrelevantes para a narrativa oficial da História. O Movimento Feminista contribuiu para o rompimento da invisibilidade das mulheres, desafiando sua opressão, dominação e subordinação. A partir desse movimento, as mulheres foram conquistando mais espaço para se representarem na literatura, assumindo o papel de protagonistas e contando suas próprias histórias com voz e autonomia.

É justamente dentro desse contexto que se insere a escrita da sergipana Alina Paim (1919-2011), que é aqui nosso objeto de estudo. Em suas obras literárias, a autora questionava, denunciava e subvertia o lugar das mulheres e sua condição feminina. Paim fazia da literatura seu espaço de denúncia e punha em evidência a realidade das mulheres dentro da sociedade, de suas casas e de seus casamentos. Realizava, em suma, uma feroz crítica ao chamado patriarcado.²

Neste trabalho, portanto, buscamos apresentar, de modo muito breve, a escrita feminista da já citada romancista, que foi silenciada não só pelo discurso literário, mas também pelo discurso histórico e historiográfico. Feminista e comunista atuante, fez da literatura um lugar de denúncia do patriarcado, da opressão e da subordinação das mulheres, fazendo delas sujeitos, protagonistas e agentes de sua própria história.³

O Movimento Feminista e a grande reviravolta

No contexto ocidental, parte significativa das mulheres foi condicionada ao espaço doméstico, sendo atribuídas a elas funções associadas ao cuidado, à bondade, ao amor e à misericórdia, consolidando o papel do serviço feminino como pilar fundamental da estrutura familiar. Essa es-

2 “O sistema patriarcal, em uma simples definição, resume-se em um regime de dominação e subordinação em que o homem, geralmente o pai, patriarca, mantenedor e provedor, ocupa a posição de centralidade na família. É, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado (s)” (Cunha, 2014, p. 154).

3 É muito recente o interesse pela literatura de Alina Paim. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho da professora Ana Leal Cardoso, que tem realizado desde o primeiro semestre de 2007, na Universidade Federal de Sergipe, um trabalho de resgate de escritoras sergipanas do século XX, trabalho este fundamental que deu visibilidade a autora por muito tempo esquecida não só pela literatura, mas, também, pela historiografia sergipana, seu local de origem.

trutura opressiva perpetuou a inferiorização das mulheres em relação aos homens em diversos âmbitos sociais, resultando em restrições à sua participação política, educacional e profissional, o que configurava a negação de sua cidadania.

Para muitas mulheres, o ambiente doméstico tornou-se, por muito tempo, o único ou o principal espaço possível de resistência feminina, ainda que de forma velada, uma vez que suas reivindicações eram frequentemente desqualificadas e reduzidas a manifestações de histeria e irracionalidade. No entanto, a transição da invisibilidade para a visibilidade ocorreu de maneira significativa entre o final do século XIX e o início do século XX, quando se intensificou a atuação organizada das mulheres.

O movimento das mulheres, vinculado à primeira onda do feminismo, surgiu nos Estados Unidos, liderado por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony. Assim, diante das manifestações das mulheres, foi constituída a Associação pelo Sufrágio das Mulheres Americanas, representada pelas conservadoras, que se uniram à União Moderada das Mulheres Cristãs e à Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino, representadas pelas radicais (Firestone, 1976).

A chamada primeira onda do feminismo, iniciada no final do século XIX e consolidada nas primeiras décadas do século XX, tinha o objetivo de conquistar o sufrágio feminino e lutar pela emancipação das mulheres nos aspectos políticos, econômicos e sociais. No entanto, apesar de não abranger uma libertação plena e ampla das mulheres, esse movimento inicial foi importante para as conquistas feministas que chegariam posteriormente. A década de 1960 foi o marco da chamada segunda onda do feminismo. Esse período teve representação importante no avanço das mulheres no cenário da luta pela igualdade social, influenciado pela obra *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, que se tornou uma referência para as feministas desse contexto.

A autora afirma, no texto citado, que a herança cultural e a socialização são responsáveis pela construção da mulher na sociedade e pela atribuição de aspectos de inferioridade em relação ao homem. Assim, desde a infância, a menina é ensinada a ter um comportamento diferente

em relação aos meninos. Esse processo de socialização na formação da mulher perpassa todas as fases da vida: infância, adolescência e idade adulta, tornando o sexo feminino caracterizado como “inferior ao masculino” (Beauvoir, 1967, p. 146).

Diante dessa constatação, na ótica de Alves e Pitanguy (1991), o movimento feminista, nesse contexto de meados do século XX, passou a reivindicar, no âmbito social, questões como a formação profissional e o acesso ao mercado de trabalho, bem como a crítica à objetificação do corpo feminino como mercadoria de consumo. Também denunciava a violência simbólica e o autoritarismo no controle do exercício da sexualidade e da procriação, ao questionar a vinculação obrigatória da sexualidade feminina à função biológica da reprodução. Dessa forma, afirmava o prazer sexual e a escolha pela maternidade como direitos da mulher.

Por conseguinte, a pesquisadora Ana Alice Costa (2005) destaca que o feminismo ressurgiu no contexto das mobilizações sociais dos anos 1960. Temos como exemplos o movimento hippie internacional, o movimento estudantil na França, as manifestações contra a Guerra do Vietnã, entre outros acontecimentos. Nesse momento histórico de contestação e luta, o feminismo ressurgiu e, aos poucos, tornou-se um movimento social mais amplo, com potencial político e de questionamento social acerca do papel da mulher na sociedade.

Aqui no Brasil, o Movimento Feminista de segunda onda, delineado a partir da década de 1960, teve marcas distintas das observadas em outros países. Apesar de estarem unidas contra a discriminação de sexo e pela igualdade de direitos, a conjuntura histórica impôs que as mulheres também se posicionassem contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. As feministas, nesse contexto, intensificaram reflexões sobre temáticas relacionadas à sexualidade, ao direito ao prazer e ao aborto. “Nosso corpo nos pertence” era o grande mote (Duarte, 2003, p. 165).

Dessa maneira, o feminismo da segunda onda no Brasil esteve diretamente vinculado ao contexto sociopolítico da ditadura civil-militar, tornando a luta pelos direitos das mulheres inseparável do movimento em

defesa das liberdades democráticas. Esse aspecto conferiu ao feminismo brasileiro particularidades em relação aos movimentos feministas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, onde já se apresentavam de forma mais consolidada e autônoma. No Brasil, por outro lado, o movimento ainda dava seus primeiros passos dentro de um ambiente político fortemente marcado pela repressão.

No que se refere ao contexto sergipano, Anamaria Freitas (2003, p. 50) afirma que, desde o final do século XIX e o início do século XX, mulheres em Sergipe começaram a desafiar as normas tradicionais de gênero ao buscar maior acesso à educação e ao mercado de trabalho, rompendo com papéis sociais restritivos. A historiografia local destaca que essa primeira fase de mobilização esteve fortemente ligada à expansão da escolarização feminina e à ocupação de espaços públicos antes dominados por homens, como a educação formal e a ação política civil. Figuras pioneiras como Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878–1942) e Maria Rita Soares de Andrade (1904–1998) exemplificam essas estratégias de emancipação feminina ao ocuparem funções socialmente significativas e questionarem a ordem patriarcal vigente.

Outro aspecto significativo do desenvolvimento feminista em Sergipe, na primeira metade do século XX, foi a produção de discursos por mulheres na imprensa e em publicações intelectuais, como observado na circulação da revista *Renovação*, na década de 1930, que apresentou um tipo de figura feminina ilustrada, crítica e reivindicativa, rompendo com estereótipos patriarcais (Carvalho, 2009, p. 30).

Portanto, compreendemos que o Movimento Feminista foi fundamental e o grande impulsionador da visibilidade da mulher não apenas na História, mas também, e principalmente, na Literatura. Trata-se de um momento em que as mulheres saem das margens e periferias e atuam de forma ativa na (re)construção de uma nova história e de uma nova fase da literatura. Assim sendo, a romancista aqui estudada é resultado desse contexto histórico e social, e suas obras refletem a luta e a participação das mulheres como protagonistas de diversas narrativas históricas, historiográficas e literárias.

Alina Paim e sua escrita feminista em “*A Sombra do Patriarca*” (1950)

Nascida no ano de 1919 em Estância, cidade do interior de Sergipe, Alina Paim era filha do casal Manuel Vieira Leite e Maria Portela de Andrade Leite. Aos 3 meses de idade, mudou-se com a família para Salvador e, ao perder a mãe, com sete anos de idade, retornou ao interior sergipano, dessa vez para Simão Dias, onde foi viver com as avós e as tias maternas. Foi lá também que realizou os estudos primários. Ao completar 12 anos de idade, retornou a Salvador, indo estudar no Colégio Nossa Senhora da Soledade, educandário de freiras, onde escreveu seus primeiros textos no jornal do colégio e formou-se professora. Atuou no magistério da capital baiana até o ano de seu casamento com o médico Isaías Paim, com quem se mudou para o Rio de Janeiro em 1943.

Com a publicação de *Estrada da Liberdade*, em 1944, Alina Paim participou ativamente da vida literária brasileira, publicando romances como: *Simão Dias* (1949); *A Sombra do Patriarca* (1950); *A Hora Próxima* (1955); *Sol do Meio-Dia* (1961); e a trilogia de Catarina, composta pelos romances: *O Sino e a Rosa* (1965); *A Chave do Mundo* (1965) e *O Círculo* (1965). Além destes, publicou as seguintes obras infantis: *O Lenço Encantado* (1962), *A Casa da Coruja Verde* (1962), *Luzbela Vestida de Cigana* (1963), *Flocos de Algodão* (1966) e *O Chapéu do Professor* (1966). Alguns de seus romances foram editados na Rússia (*A Hora Próxima*, em 1957), na China (*A Hora Próxima*, em 1959), na Bulgária (*Sol do Meio-Dia*, em 1963) e na Alemanha (*Sol do Meio-Dia*, em 1968). Embora tenha escrito dez livros, Alina Paim ainda é pouco conhecida no meio acadêmico e pelo público em geral.

É possível caracterizar as obras de Paim em dois momentos. O primeiro apresenta forte teor social, representado pelo engajamento político. O segundo é voltado para a introspecção, momento em que seus romances focam em personagens femininas e questionam a problemática da mulher em diferentes situações. Ela reúne em seus romances “um leque de questionamentos e denúncias de uma sociedade passiva, amedrontada diante das condições de luta pela sobrevivência em detrimento das imposições do sistema político vigente” (Maciel, 2012, p. 1). Como destaca Luciana Maciel:

Alina Paim traça o perfil de mulheres que expõem seus sentimentos, que deseja realizar-se como tal, não há uma negação do ser feminino, há imposições contra elas, mas lutam para não serem sufocadas. Elas apresentam como finalidade o questionamento da ordem social, sobre os aspectos do real e do ideal. Dentre as ordens impostas pela sociedade e discutidas nos romances, encontram-se a relação patriarcalista, a crítica comunista, a relação matrimonial e principalmente a postura da mulher em meio a essas realidades (Maciel, 2024, p. 35).

As obras de Paim priorizam as personagens femininas, mostram a problemática da mulher em diferentes situações e as consequências dessa condição no contexto social e psicológico. Na escrita dessa autora, há uma preocupação feminista revelada na denúncia da submissão e da passividade das mulheres, bem como na construção de mulheres rebeldes e independentes que rompem com as normas patriarcais, “enredadas em discursos que mostram suas lutas por espaços mais democráticos e inclusivos” (Cardoso, 2010, p. 128).

A Sombra do Patriarca (1950), romance de estreia de Alina Paim, insere-se no contexto da primeira fase de sua produção literária, marcada por forte engajamento político e por uma crítica sistemática às estruturas patriarcais e às desigualdades de classe no Nordeste brasileiro. A obra articula, desde sua arquitetura narrativa, uma leitura feminista e comunista da realidade social, expondo a opressão das mulheres e dos trabalhadores como efeitos de um mesmo sistema de dominação.

O enredo acompanha Raquel, jovem de 25 anos, moradora da cidade, que se desloca para passar férias na fazenda do tio Ramiro, grande latifundiário e proprietário de uma usina de açúcar no interior de Sergipe. Esse retorno ao espaço rural não é apenas episódico: funciona como um dispositivo narrativo que permite à protagonista — e ao leitor — observar de perto a engrenagem do poder patriarcal. Ao longo da narrativa, Raquel confronta um universo regido pela autoridade absoluta do tio, cuja influência extrapola os limites da propriedade e se projeta sobre trabalhadores, familiares e a vida social da região.

Ramiro é apresentado como a figura-síntese do patriarca nordestino: rico, autoritário e violento, sustentado por uma ordem social que legitima sua dominação. O narrador enfatiza esse poder difuso ao afirmar que “o poder do tio Ramiro se estendia até muito longe, e sua sombra, como a sombra de um patriarca, abrangia muitas vidas” (Paim, 1950, p. 15). A metáfora da sombra não apenas nomeia o romance, mas organiza sua lógica interna, simbolizando um poder que se infiltra silenciosamente nas relações familiares, econômicas e afetivas.

Durante sua permanência na fazenda, Raquel testemunha o tratamento brutal dispensado aos trabalhadores da usina, bem como a naturalização da miséria e da submissão. A narrativa evidencia que a exploração econômica é sustentada por um sistema simbólico que desumaniza os sujeitos subalternizados. Em determinado momento, a narradora observa que “ninguém ousava contrariar o senhor da usina, pois dele dependiam o pão, o trabalho e até o silêncio” (Paim, 1950, p. XX). Essa dependência extrema explicita o entrelaçamento entre poder econômico e coerção social, eixo central da crítica comunista presente na obra.

Paralelamente, o romance constrói uma reflexão incisiva sobre a condição feminina. As mulheres que habitam a fazenda, parentes ou agregadas, vivem sob vigilância constante, privadas de autonomia e confinadas ao espaço doméstico. A educação, quando existe, aparece como algo supérfluo ou até perigoso. Em uma passagem significativa, Raquel reflete que “para as mulheres dali, pensar demais era quase um defeito, e aprender, um risco” (Paim, 1950, p. XX). O trecho revela como o patriarcado atua não apenas por meio da violência explícita, mas também pela interdição do pensamento crítico.

Ao final das férias, Raquel retorna à cidade, mas não sai ilesa da experiência. O contato com a fazenda e com a figura do tio Ramiro produz um deslocamento subjetivo: a personagem passa a enxergar com maior nitidez as estruturas de opressão que antes lhe pareciam distantes. Embora o romance não ofereça uma resolução redentora ou revolucionária, ele sugere que a consciência crítica adquirida por Raquel representa uma fissura no modelo patriarcal. A cidade, nesse sentido, não surge como espaço de libertação plena, mas como contraponto simbólico ao mundo arcaico da fazenda.

É nesse ponto que feminismo e comunismo se articulam de maneira mais clara na obra. Alina Paim não trata a opressão feminina como um fenômeno isolado, mas como parte estrutural de uma sociedade baseada na exploração e na desigualdade. A submissão das mulheres e a precarização da vida dos trabalhadores aparecem como faces complementares de um mesmo sistema. Como observa Iracélli Alves (2019, p. 2), o romance denuncia simultaneamente a cultura de submissão imposta às mulheres e as condições desumanas impostas às camadas populares, evidenciando uma visão de mundo alinhada ao pensamento comunista da autora. Segundo a mesma autora:

Sua obra retrata as difíceis condições dos trabalhadores pobres do interior do Nordeste, que viviam sob a autoridade dos grandes latifundiários, chamados de patriarcas na narrativa. Além disso, a autora denuncia a cultura de submissão imposta às mulheres, limitando seus espaços de sociabilidade, especialmente para aquelas das camadas médias, cujo papel era restrito ao ambiente doméstico. O romance também evidencia o racismo, apresentado como uma consequência da escravidão recentemente abolida. Por fim, a narrativa reflete a visão de mundo de uma mulher comunista, destacando a posição de subalternidade historicamente imposta ao feminino (Alves, 2019, p. 02).

As representações de conflitos familiares e de poder presentes em *A Sombra do Patriarca* dialogam com uma tradição da narrativa brasileira do século XX, especialmente aquela produzida por mulheres. No entanto, o romance de Paim se diferencia por integrar esse debate a uma perspectiva explicitamente política. A autora sergipana contribui para a ruptura com modelos narrativos que naturalizavam a submissão feminina, construindo personagens que, ainda que limitadas pelas circunstâncias, revelam inquietação e consciência das injustiças que as cercam.

Assim, a obra inaugural de Alina Paim já antecipa os principais eixos de sua produção posterior: a crítica ao patriarcado, a denúncia das desigualdades sociais e a defesa de uma transformação estrutural da sociedade. Como afirma Leal (2009, p. 4), seus escritos lançam um novo olhar sobre a

realidade feminina nordestina, buscando conscientizar o leitor acerca dos mecanismos que mantinham as mulheres na condição de exploradas.

Diante disso, concordamos com Ana Leal Cardoso ao defender que a obra e a trajetória de Alina Paim exigem maior visibilidade no campo acadêmico. Sua escrita, marcada pela convergência entre literatura, feminismo e engajamento político, justifica plenamente sua inserção ao lado de autoras consagradas da literatura brasileira, não apenas por sua relevância estética, mas também pelo vigor crítico e histórico de sua produção (Cardoso, 2009, p. 37).

Considerações finais

A inserção das mulheres no discurso historiográfico demanda uma reescrita que lhes confira visibilidade, transformando esse reconhecimento em um desafio a ser permanentemente enfrentado. O primeiro passo nessa direção foi dado pelas feministas, após séculos de invisibilidade e silenciamento. Como bem destaca Michelle Perrot (1995, p. 14), “escrever a história das mulheres pressupõe levá-las a sério, atribuindo à relação entre os sexos um peso significativo, ainda que relativo, nos acontecimentos e na evolução das sociedades”. Essa perspectiva não apenas resgata a presença feminina na história, mas também redefine a narrativa histórica, incorporando as mulheres como agentes ativas e fundamentais na construção das sociedades.

No entanto, apesar dos avanços e conquistas das mulheres no campo historiográfico, que as reconhecem como protagonistas e agentes de suas próprias histórias, a luta por sua libertação deve ser permanente. O caminho é longo, e muitos passos ainda precisam ser dados. A história e a literatura produzidas por e sobre as mulheres desempenham um papel fundamental na sociedade, devendo ser constantemente resgatadas e reescritas.

A persistência dessa luta se justifica pela permanência de desafios estruturais que ainda limitam a plena inserção das mulheres nos espaços de produção do conhecimento e na construção da memória coletiva. A reinterpretação da história sob uma ótica feminista não apenas reconhece o protagonismo feminino, mas também desestabiliza narrativas consoli-

dadas que, por séculos, marginalizaram ou apagaram a participação das mulheres. Assim, é essencial que historiadoras, escritoras e pesquisadoras continuem ampliando essa reflexão, promovendo novas leituras que evidenciem a diversidade das experiências femininas.

Referências

- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- CARDOSO, Ana Leal. A obra de Alina Paim. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, ano 4, v. 8, p. 35-45, jan./jun. 2009.
- CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa. *A construção de uma discursividade feminista: a revista Renovação na década de 1930*. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em Linguística e Literatura Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, Niterói, v. 4, n. 2, p. 9-35, 2005.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX*. 2003. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000297137>. Acesso em: 25 ago. 2014.
- MACIEL, Luciana Novais. *As trilhas sociais da escrita de si na ficção de Alina Paim*. 2024. 180 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

PAIM, Alina. *A Sombra do Patriarca*. Rio de Janeiro: Globo, 1950.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Mulheres. In: _____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 167-231.

TOFANELO, Gabriela Fonseca. A trajetória do feminismo na literatura de autoria feminina brasileira: espaços e conquistas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL: FEMINISMOS, IDENTIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2015, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM, p. 1-11, 2015.



Feminismo e cristianismo: reflexões sobre a trajetória de vida de Ivone Gebara a partir do livro *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade* (2005)

Maria Juanessa Ribeiro da Silva

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir da trajetória de Ivone Gebara, o surgimento da Teologia Feminista no Brasil e sua inserção na luta das mulheres pela igualdade de gênero. Com base em um estudo bibliográfico, utiliza-se a obra *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade* (2005) como fonte histórica, destacando como as vivências da autora contribuíram para torná-la uma das principais referências do feminismo e da Teologia Feminista no país. Observa-se, ainda, que as relações entre feminismo e religião permanecem permeadas por desafios, mas que a trajetória e o pensamento de Ivone Gebara revelam-se inspiradores para essa luta.

Palavras-chave: Ivone Gebara; Teologia Feminista; Mulheres.

Introdução

A Teologia Feminista surgiu na década de 1970 em decorrência e em diálogo com a Teologia da Libertação, atendendo a uma demanda de teólogas que buscavam ocupar seus espaços tanto nas Igrejas quanto na sociedade. Elas não aceitavam fazer parte apenas de uma nova teologia, mas queriam construir uma que as incluísse centralmente e que não tratasse de forma generalizada a classe oprimida ou os pobres. Essa teologia começou a se desenvolver no Brasil e teve grandes nomes, como o da intelectual que analisaremos neste artigo, Ivone Gebara. Nesse cenário, o Brasil vivenciava um momento de forte repressão em decorrência da ditadura, e, mesmo assim, os movimentos feministas buscavam se fortalecer, além de a relação entre teólogas e feministas estar sendo desenvolvida.

A década de 1960 foi marcada por grandes acontecimentos no Brasil e na América Latina, como, por exemplo, o surgimento da Teologia da Libertação, conhecida também como “Cristianismo da Libertação” por Michael Löwy no livro *O que é Teologia da Libertação: religião e política na América Latina* (2016, p. 74). Essa teologia trouxe o rompimento com alguns conceitos estabelecidos tanto pela Igreja Católica quanto pela Igreja Protestante, enfocando os ideais de igualdade, assim como os direitos humanos, e buscando o acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que, desde o período de colonização, a Igreja pregava e, não raramente, se posicionava de acordo com aqueles que eram favorecidos, que detinham poder econômico, buscando obter lucros e poder. Esses princípios, de caráter político e econômico, foram de encontro à classe pobre. Isso porque, ao invés de gerar benefícios, legitimaram muitos aspectos da desigualdade social, fazendo com que se passasse a questionar as práticas de uma “Teologia Tradicional”. A Teologia da Libertação foi crítica ao sistema capitalista e a muitas estruturas de poder e, logo, a alguns conceitos estabelecidos pela Igreja Católica.

A Teologia Feminista surgiu devido à insatisfação das mulheres também em relação à Teologia da Libertação e a qualquer outra teologia que as deixasse em posições de subalternidade. Em busca de novas respostas, em meio a um período de extrema repressão e em um contexto em que os movimen-

tos feministas¹ estavam desenvolvendo uma segunda onda,² a emergência de uma Teologia Feminista teve lugar para que essas mulheres, que viviam em posições de inferioridade e subalternização, elaborassem suas interpretações sobre as mulheres, as religiões e a política.

O objetivo desta pesquisa, portanto, não é entrar em uma discussão teológica, mas compreender como esse assunto se insere na história recente e como esta pode ser pensada a partir dessa intelectual, destacando a relevância social que ela possui ao buscar um caminho em que o feminino tenha a mesma valorização que o masculino. Isso porque a figura feminina é vista como inferior em sociedades com estrutura patriarcal. Estudar Ivone Gebara é importante, pois possibilita conhecer a história do período estudado e também compreender como se estabelecem as relações entre feminismo e religião no país, tema muito importante e complexo até hoje.

A figura de Ivone Gebara adentrou o campo de uma teologia que questionava as estruturas da Igreja. Tal feito traduz a relevância de analisar sua trajetória e sua coragem ao colocar essas perspectivas em reflexão no Brasil. Apesar de o debate da Teologia Feminista estar muito ligado ao discurso acadêmico e aos movimentos sociais, a autora consegue fazer com que teólogas e outras mulheres da sociedade se questionem se realmente precisam seguir um caminho subalterno.

É importante lembrar que a Igreja Católica possui, de modo geral, uma relação muito tensa com os movimentos feministas. No entanto, muitas teólogas, como Ivone Gebara, buscaram no feminismo aquilo que, segundo elas, foi esquecido, ou seja, a importância das mulheres dentro dos am-

1 RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. *As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro*. 2021.

2 Desde o século XVIII os movimentos feministas vêm ganhando força. Apesar de sua história ser contada a partir da ideia de “ondas”, é possível observar o feminismo em muitas temporalidades, visto que, também, a ideia de “ondas” feministas não abrange todos os seus assuntos e dinâmicas. Após a primeira onda feminista que surgiu aproximadamente no período de Revolução Francesa e se desenvolveu na segunda metade do século XIX, a qual era muito voltada para questões como direito ao voto, muitas conquistas foram obtidas, mas ainda hoje se observa-se “desvantagens” das mulheres em relação a temas pautados desde aquele período, inclusive no Brasil. Sendo assim, observamos que a segunda onda feminista, que se desenvolve em meados do século XX, é muito marcada por questões vindas de outros países da América Latina, entretanto, no Brasil, essa segunda onda incorpora um movimento diferente desses outros países. Apesar de ser muito voltada para pautas como a autonomia do corpo, da sexualidade, dentre outras características, essa segunda onda sofreu com o período da Ditadura Militar, ou seja, compuseram o campo de resistência ao Regime Militar imposto.

bientes públicos e privados da sociedade. Sendo assim, procuraram entender os porquês de muitas expressões religiosas “excluir” as mulheres dos ambientes em que apenas os homens tinham lugar e prestígio, bem como por que símbolos sagrados ou muitas figuras importantes da Igreja são homens, enquanto as mulheres foram reforçadas a partir de seu lugar de submissão. Dessa forma, entende-se que as relações entre Feminismo e Cristianismo são muito interessantes e podem ser ainda mais exploradas. Refletir sobre essa relação também é importante para a história das mulheres e para o movimento feminista.

De todo modo, é possível afirmar que essa Teologia Feminista se desenvolveu mais no âmbito acadêmico, tendo em vista que algumas religiões, principalmente o Cristianismo Católico, não aceitavam teologias que fugissem de uma perspectiva tradicional.³ No campo religioso, a Igreja, sobretudo a Católica, foi totalmente contrária a essa nova teologia que colocava as mulheres no centro do debate, não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina.

Como citado anteriormente, as reflexões trazidas por essa teóloga e sua coragem de buscar a liberdade e de inserir novamente as mulheres na história da Igreja e da religião são fundamentais para se pensar uma Teologia Feminista.

Tratando desses elementos, esta pesquisa será desenvolvida com o intuito de construir uma reflexão a respeito da experiência e da trajetória de vida de Ivone Gebara. A historiadora Margareth Rago e a socióloga Maria José Rosado Nunes são nomes de referência para se refletir sobre essa intelectual, pois dialogam com sua obra, trazendo reflexões essenciais para compreender os ideais por ela defendidos. É importante observar que pesquisas relacionadas a Ivone Gebara são mais difíceis no campo da História, pelo fato de a própria autora estar mais vinculada à Teologia e à Filosofia. Entretanto, entende-se que analisar as causas que fizeram com que Ivone se tornasse uma teóloga feminista, além de suas contribuições para o movimento, é importante para a reflexão sobre a história das mulheres e as relações de gênero, campos que fundamentam este estudo.

3 A teologia tradicional é marcada por uma verdade tida como única e que tem como base a Bíblia Sagrada, prezando pela família tradicional, em que o homem é visto como superior à mulher e ela é vista como submissa, tendo como papel preservar o lar e os filhos.

Ainda refletiremos sobre a escrita feminina e sobre como as mulheres são afetadas, ao longo da história, pela falta de apoio e por serem vistas como incapazes de dialogar sobre assuntos considerados importantes, principalmente aqueles relacionados às religiões, destacadamente ao Cristianismo Católico. Além disso, observaremos como a Igreja Católica reagiu às posições de Gebara, consideradas radicais no período estudado.

Ivone Gebara- trajetória de vida

Para entender a história de vida da intelectual Ivone Gebara, analisaremos como documento histórico a obra escolhida para esta pesquisa, intitulada *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade*. Esta obra foi produzida pela autora a partir de 2001, com o desafio de ser escrita em francês, tendo como título original *Les eaux de mon puits*. Foi traduzida por Jacqueline Castro e publicada no Brasil em 2005, pela Editora Brasiliense, em sua 1ª edição. Ivone foi desafiada por uma editora que enviou o convite diretamente da Bélgica. Seu nome era Madame Bernadette Mols, que teria lido sobre Gebara e se interessado por sua trajetória, fazendo assim o convite para que escrevesse sobre si mesma a partir de sua própria liberdade. Os desafios para escrever um livro em francês eram grandes; entretanto, apesar de não se sentir totalmente preparada, ela aceitou o desafio, escrevendo de forma simples, mas refletindo sobre sua experiência de vida e sobre a experiência de vida de outras pessoas, trazendo essas reflexões para todos aqueles que buscavam essa liberdade.

O intuito desse livro, além de se tratar de uma autobiografia da autora, é, segundo ela, um convite para que seus leitores e leitoras possam pensar sobre sua própria liberdade, ou sobre a liberdade de Ivone, como uma forma também de conhecerem seu trabalho e refletirem sobre ele. Ainda afirma que não gostaria de ser vista como uma “narcisista” por ter essa opinião a respeito de sua obra, mas que as pessoas pudessem entender e julgar o que, para elas, seria considerado liberdade singular. O livro é dividido em sete partes, mostrando desde o processo de escrita até os mais profundos sentimentos de Ivone em relação às vivências e experiências por ela vividas e observadas.

Ivone Gebara é doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutora em Ciências da Religião pela Universidade Ca-

tólica de Louvain. Nasceu em 1944. Sua mãe era de origem síria e imigrou para o Brasil aos 25 anos. Já seu pai era de origem libanesa. Segundo ela, ele saiu de casa aos 19 anos e, quando Ivone nasceu, já estava próximo dos 50 anos. Como já ressaltado, estamos tratando de uma mulher considerada uma grande intelectual, que, a partir da década de 1970, iniciou sua relação com a escrita, atividade que futuramente seria essencial para a formulação de uma Teologia Feminista crítica.

A teóloga é conhecida por expressar seus ideais voltados para a valorização da mulher nas comunidades de base,⁴ além de defender os direitos à sexualidade, os direitos reprodutivos, a legalização do aborto e várias outras pautas que incluem, em especial, as mulheres pobres. Para Ivone Gebara, as mulheres deveriam ocupar seus espaços dentro das instituições religiosas, locais historicamente centrados na figura masculina, em que o homem era visto como modelo e figura principal desde as interpretações bíblicas. Esse androcentrismo⁵ deixava as mulheres em posições subalternas dentro dessas instituições religiosas, o que precisava ser questionado.

A busca da liberdade e o encontro com o feminismo

Através do livro *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade* (2005), analisamos a forma como Ivone Gebara contou sua autobiografia por meio de reflexões que mostram também como ela se tornou uma teóloga feminista. Vimos que trabalhar sua biografia, no caso de Gebara, não foi descomplicado, pois a autora trouxe memórias vividas no passado, muitas delas de dor, de sentimentos que remoeram seu pensamento e de experiências que foram fundamentais para pensar sua experiência de liberdade. Enquanto feminista, Gebara escreveu sua autobiografia de forma ética. Ela escreve com o objetivo de trazer algo novo, algo que desfaça realidades que desde sempre vêm sendo impostas como barreiras

4 CEBS ou Comunidades Eclesiais de base são grupos que se ligam para praticar a fé. Os fiéis se reúnem e de forma engajada estão diretamente ligados à Igreja Católica, buscando ligar a fé às questões sociais de acordo com o cotidiano.

5 Androcentrismo destaca-se como uma experiência masculina, algo universal. Em contrapartida, observa-se que as percepções femininas muitas vezes são marginalizadas e invisibilizadas dentro da sociedade. Essa prática se manifesta em várias áreas do conhecimento e contribui para um sistema de valores em que é naturalizado a superioridade masculina, enquanto que a feminina fica de forma secundária.

para as mulheres e que se relacionam com as relações entre público e privado. A autora incorpora as emoções e traz originalidade, questões muito presentes em sua autobiografia. De acordo com Margareth Rago:

A escrita autobiográfica, nesse sentido, assume a forma de uma tecnologia feminista de si, que visa tanto a elaboração do próprio eu, escapando dos dispositivos biopolíticos de produção das individualidades, recusando a normatividade insistentemente imposta sobre nossos corpos, quanto a construção de uma nova relação com o outro, já que narrar a própria vida é também uma forma de abrir-se a um outro, ao contrário do que ocorreria com o diário íntimo (Rago; Margareth, 2010, p. 04).

Para essa historiadora, que escreveu sobre Ivone Gebara, essa escrita feita pela autora e por outras feministas foi ganhando força, pois permite o diálogo consigo mesma e com outras pessoas. Ao buscar mostrar sua trajetória, apresentam-se os caminhos percorridos em busca da liberdade, através da experiência e de acordo com a própria escrita, estando longe de ser algo perfeito e acabado. Além disso, Rago afirma que o processo de escrita sobre si é também uma forma de construção do sujeito; não é apenas um relato do que alguém se tornou, mas uma experiência de tornar-se.

Quando Ivone escreveu o livro, estava com 57 anos. Dedicou a obra ao então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, por conhecer a realidade das pessoas mais necessitadas do Nordeste, além de dedicá-la ao seu amigo Humberto Plumm, que acreditava em ideais parecidos com os seus. É interessante e, ao mesmo tempo, curioso o fato de a obra ser dedicada a dois homens tão importantes. Isso reforçou o quanto a autora estava atenta àqueles que apoiavam sua causa ou que se preocupavam com a população empobrecida. Em seus relatos, ela destacou que morava em Camaragibe, cidade localizada a 24,5 quilômetros do Recife.

Gebara percebeu como a liberdade para as mulheres era diferente da liberdade dos homens e também que a história das mulheres só começou a mudar a partir da segunda onda feminista no Brasil. Ao selecionar as circunstâncias de sua vida, percebeu que a escolha desses acontecimentos acabava sendo também uma definição de liberdade. Um dos pontos im-

portantes do livro é que ela não utiliza outros autores para contar sua própria história; relata tudo a partir de sua memória. Ademais, narra sua história passada sempre dialogando com o presente e destacando que “tudo isso é experiência” (Gebara, 2005, p. 38).

Se para ela “tudo era experiência”, uma das fases curiosas de sua vida é que, quando criança, afirmou que Deus lhe foi “apresentado” na escola quando tinha cerca de quatro anos. Observa-se em seus relatos que, enquanto as outras crianças demonstravam interesse e conseguiam criar sentimentos positivos em relação à representação de Deus, Ivone não conseguia. Ao longo de sua vida, tentou ser devota e buscar essa experiência religiosa, mas afirmou que nunca foi suficiente. Para ela, Deus era representado de várias formas, desde um Deus que punia até um Deus associado à justiça. Dentre essas representações, surgiam mudanças em sua vida, passando por momentos de religiosidade e de ateísmo. Entretanto, segundo ela, a força para continuar na vida religiosa permaneceu, mesmo diante desses questionamentos.

Observamos ao longo do livro vários momentos em que a relação que a autora tinha com a mãe era de extremo respeito. Contudo, naquele período, sair da casa dos pais e entrar em um convento, buscando uma espécie de liberdade, era algo difícil devido aos papéis sociais atribuídos às mulheres, baseados no casamento e na subserviência ao marido e aos filhos. Esse não foi o caminho escolhido por Gebara, pois desejava sentir-se livre a partir de uma vida dedicada à religião. Segundo ela, sua mãe tentou de todas as formas impedi-la, mas não conseguiu.

Outro ponto importante é sua relação com o pai, na qual observamos um sentimento de culpa por não ter desenvolvido convivência e proximidade com ele. Para ela, o pai não participava ativamente de sua vida desde a infância e talvez tenha sido esse, entre outros motivos, o fator que tornou a figura materna tão importante em sua trajetória.

O período histórico era bastante complicado. O Brasil e outros países do Cone Sul⁶ passavam por ditaduras. Entretanto, em 1969, Ivone con-

6 Os países do Cone Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Segundo Joana Maria Pedro, esse período foi marcado por grandes acontecimentos catastróficos relacionados às torturas, exílios e perseguições. Mas também, marca na historiografia as relações entre os movi-

seguiu emprego como professora em uma escola pública no período noturno. Ela adorava ensinar e gostava de provocar mudanças na vida das pessoas. Lá conheceu uma amiga, também professora, chamada Carmem, que lecionava Química. Carmem fazia parte de um grupo que pretendia derrubar o regime daquele período. Por isso, as salas de aula eram vigiadas, até que, certo dia, policiais a prenderam, e Ivone a acompanhou.

Carmem sofreu grandes torturas durante a ditadura. Quando foi libertada, após inúmeras atribulações, veio a falecer em decorrência de seu estado físico e mental, profundamente abalado pelo sofrimento na prisão. Nesse momento do livro, a autora relata que, segundo os policiais, tudo aquilo acontecia “em nome de Deus”, fato que ficou eternizado em sua memória. Gebara percebeu que a fé religiosa, dependendo da ideologia que a orienta, pode servir tanto ao bem quanto ao mal, destacando: “Foi então que entendi que a fé religiosa poderia servir a Deus e ao Diabo” (Gebara, 2005, p. 98).

Ainda no mesmo ano, em sua comunidade, Ivone foi chamada para cuidar de uma “irmã” que vinha do Vietnã. Era um grande compromisso ficar responsável por uma pessoa considerada importante. Nesse período, ela relata que aprendeu francês, pois tornou-se amiga de To Thi Ahi, a “irmã”, e percebeu o quanto ela era sábia. Ivone afirma que “queria muito ir até o Vietnã, mas, naquele momento, não foi possível” (Gebara, 2005, p. 100).

O ano era 1971 quando ela chegou pela primeira vez à Europa. Tinha ido para uma assembleia que duraria uma semana. Foi nesse período que, pela primeira vez, fora do Brasil, ela contou ter sentido sua liberdade, longe de tudo e de todos. Observa-se que, após esse momento, ela começou a perceber como a vida religiosa a oprimia. Gebara percebeu que, ao pensar estar livre da ideia de “boa moça”, surgiu a ideia de uma “boa religiosa”. Nesse mesmo ano, foi para a Bélgica, onde ganhou uma bolsa de estudos para a Universidade de Louvain. A partir desse momento, começou a se sustentar e, segundo ela, “se sentia livre em relação à congregação” (Gebara, 2005, p. 104-105).

Em 1973, mudou-se para o Recife, pois, quando ainda estava na Bélgica, recebeu um convite para ensinar Teologia e Filosofia no Instituto de

mentos feministas no período ditatorial, junto com as relações de gênero e as ondas feministas que eram muito característicos da época.

Teologia do Recife. O intuito era ficar apenas três meses para substituir o Pe. Joseph Comblin, que havia sido expulso do Brasil pelo regime militar. Lá fez grandes amizades e tornou-se subdiretora do referido instituto. Quando chegou ao Recife, Ivone encontrou um lugar novo em que, segundo ela, “tudo era fascinante, de cheias e secas nos rios, mas também de muita pobreza”. É nesse momento, entre outros do livro, que observamos a posição de Gebara: uma mulher religiosa, branca, com privilégios, ainda que não tenham sido tantos, e que vivia em um bairro pobre do Recife. Observamos as reflexões feitas pela autora ao perceber que nunca passou fome, nunca viveu em condições precárias e ao constatar que as mulheres eram oprimidas de diversas formas, e que, em grande parte, as instituições religiosas tinham participação nisso.

Trabalhou com Dom Hélder Câmara e percebeu que seu caminho era aquele em que conseguia se mover no mundo masculino, tudo isso através do ensino, percebendo também que seu maior apoio vinha dos homens com os quais trabalhava e mantinha amizades. Todavia, apesar de ter vivido momentos de muita liberdade, ela relata diversos momentos em que experimentou a opressão nas instituições católicas. O Instituto fechou em novembro de 1989, o que repercutiu negativamente para ela, mas percebeu que outros institutos na América Latina também haviam sido fechados. Sua luta e os esforços do Concílio Vaticano II “eram como se não tivessem servido” (Gebara, 2005, p. 70).

Além de fazer parte do Instituto, Gebara integrava uma equipe que formava agentes pastorais nos meios populares; ela era a única mulher. Em acordo com a Teologia da Libertação, esse grupo queria promover a libertação de pensamentos religiosos que não privilegiassem a luta social. O grupo era denominado Departamento de Pesquisa e Assessoria. Segundo ela, trabalharam por doze anos, período em que pôde se aprofundar em estudos sociológicos, pois amava mudar pensamentos e libertar pessoas. Apesar disso, relatou que passaram por dificuldades econômicas, mas que “a sensação libertadora de poder ajudar outras pessoas, formando e mudando pensamentos, era maior” (Gebara, 2005, p. 71-72).

Ivone Gebara, junto a outros membros da equipe, trabalhou por doze anos, mas, conforme o tempo passava, relatou no livro que foi percebendo

do que não se sentia mais livre, porque “queria buscar novas formas de conhecimento para observar a realidade das pessoas, principalmente das mulheres, que viviam nos campos rurais” (Gebara, 2005, p. 76-77).

O interessante é que Ivone mostra que, naquele período de repressão da ditadura, não bastava apenas reproduzir conceitos bíblicos ou um discurso teológico da libertação em que esses pobres permaneciam excluídos; era necessário mudar o pensamento. Foi quando ela percebeu que sua opinião e sua forma de pensar já não agradavam aqueles que a rodeavam. Ela relata que não se sentia bem. Naquele momento, ainda não havia percebido as questões patriarcais envolvidas nas religiões e na sociedade; “o feminismo ainda não havia entrado em sua vida” (Gebara, 2005, p. 74-75).

É a partir desse momento que Ivone narra ter buscado a liberdade em outro lugar. Começou a trabalhar sozinha, sendo convidada para cursos, palestras e seminários, buscando reencontrar a tão sonhada liberdade. Foi nesse período que relatou ter escrito a grande maioria de seus livros e artigos, textos que, logo em seguida, tornaram-se fundamentais para a Teologia Feminista e para os debates do ecofeminismo.⁷

É interessante pensar a figura de Ivone, uma mulher que sempre foi criada para obedecer e seguir as religiões, mas que estava quebrando padrões. Ela teve contato com prostitutas, com quem percebeu a luta que essas mulheres viviam para sobreviver; teve contato com parteiras, com mães de santo do Candomblé, dentre outras interlocuções que não foram citadas no livro. Ivone, seja por meio da Teologia da Libertação, nas comunidades ou depois, quando estava vivendo uma espécie de “solidão” narrada no livro, mostra, através de suas vivências, a importância de pensar diferente, de buscar pensar o sagrado através da liberdade. Assim, os contatos com outras mulheres foram importantes, principalmente no final da década de 1970 e início da década de 1980, para pensar uma teologia que acolhesse essas mulheres, sua sexualidade, sua busca por melhores condições, seus cansaços em relação aos afazeres domésticos e tudo aquilo que fosse importante para a figura feminina, mesmo que isso fosse visto como radical.

⁷ Para Ivone Gebara, o ecofeminismo foi um movimento que surgiu ideologicamente para trabalhar a relação entre natureza e mulheres, em que ambos se relacionavam pela forma de dominação patriarcal que era exercida sobre elas (Gebara, 2005, p. 87).

O encontro com o feminismo se desenvolveu no momento em que ela passou a prestar atenção às causas femininas. Foi na região Nordeste do Brasil que a teóloga da libertação declarou-se feminista, abrindo novos caminhos e refletindo sobre as questões hierárquicas em relação ao gênero, as injustiças sofridas por mulheres da periferia, os caminhos percorridos em uma religião que prezava pelas questões patriarcais e como os meios eclesiais eram, muitas vezes, omissos às causas femininas. Gebara foi percebendo como realmente funcionava um mundo totalmente masculino, em que as mulheres sempre eram vistas como a sombra do homem, colocadas em segundo plano, como aquelas que não influenciavam em nada nas tomadas de decisão, seja em casa, na Igreja ou na sociedade. E foi a partir da cobrança de mulheres mais pobres, que buscavam uma imagem feminina que lutasse por seus direitos, que Gebara afirma ter decidido ler mais sobre o feminismo e tornar-se feminista: “Nascia em mim uma luz. Passei a compreender que a libertação econômica desejada pelos movimentos de libertação na América Latina não levava em conta a verdadeira situação das mulheres” (Gebara, 2005, p. 130-131). De acordo com Josefa Buendía Gómez e Yury Puello Orozco, que também refletem sobre a autora:

Permanecendo na Igreja Católica, e a exemplo de Juana Inês de La Cruz resistiu a ser assimilada pelos discursos masculinos e atreveu-se a desafiar o pensamento oficial, a teologia masculina pretendida como universal, propondo novos caminhos para a teologia. Para Gebara, os corpos das mulheres, suas experiências, dores e alegrias, constituem matéria teológica. Assumiu a teologia feminista como um caminho para descobrir e contar segredos de mulheres e para mulheres. Segredos libertadores que alimentam e iluminam suas vidas e lutas (Gomez; Orozco, 2014, p. 103).

Joana Inés de la Cruz foi uma feminista revolucionária mexicana. Ela foi freira e é considerada uma das primeiras mulheres latino-americanas a abordar a sexualidade de forma polêmica. Gebara percebeu que, embora a Teologia da Libertação tenha sido fundamental para a causa dos mais pobres, ela ainda não era suficiente, visto que uma de suas crescentes preocupações dizia respeito ao corpo das mulheres e às relações de gênero.

O que se destaca na trajetória de Ivone é a importância de percebermos como a escrita de si pode trazer, de forma diferente, situações vividas de modo complexo, mas que demonstram as transformações de uma mulher que começou sua vida religiosa como uma esperança de encontrar sua própria liberdade — tendo em vista que, na casa de seus pais, não se via como uma pessoa livre, já que não poderia ter um pensamento diferente do da família, pois estaria indo contra os princípios tradicionais — e que, ao final, encontrou-se com um pensamento extremamente criticado naquele período: o feminismo.

De toda forma, pode-se relacionar e problematizar aquilo que Kamilla Soraggi demonstrou em sua dissertação de mestrado sobre outra feminista, Rose Marie Muraro. Sua reflexão relaciona-se com o relato de Gebara ao mostrar a importância da seleção dos fatos em uma autobiografia: “Contudo, é necessário inquirir sobre o processo de edificação do livro autobiográfico, ou seja, as escolhas intencionais da seleção de fatos da sua história de vida que resultam em uma narrativa peculiar demarcada por sua subjetividade” (Soraggi, 2021, p. 39). Ou seja, as narrativas de Gebara não são a verdade dos fatos, mas uma forma subjetiva e datada de narrar experiências.

Sendo assim, observamos toda a experiência de vida que Ivone teve para se aproximar do feminismo e chegar a uma Teologia Feminista crítica. O feminismo fez Ivone repensar a imagem de Deus e do Cristianismo e buscar novas perspectivas.

O exílio e a luta pelo direito das mulheres

Nos anos de 1970 e 1980, Ivone relata que Deus era visto como libertador para ela e para aquelas pessoas que buscavam um refúgio na Teologia da Libertação. Já entre as décadas de 1980 e 1990, ela afirmou que seu pensamento sobre Ele ia mudando constantemente, mas que, através disso, foi encontrando novas correntes, dentre elas, como mencionado anteriormente, o ecofeminismo, pois foi percebendo algumas questões ecológicas.

Quando esteve na Índia, em 1980, para participar de um congresso da Associação dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo, Gebara percebeu

como a miséria era algo presente também em outros países e como aquilo a afetou. Mais que contar sua experiência de liberdade, Gebara fala sobre “sentir os desafios de entender os caminhos do outro, de lutar não só por igualdade, mas ir além, lutar por esses direitos, buscando sentido para a própria existência” (Gebara, 2005, p. 192-193).

Há uma atenção especial dos discursos religiosos tradicionalistas para com o tratamento com os corpos e os lugares das mulheres na sociedade. Isto se deve pela constante reprodução da dominação patriarcalista no ambiente religioso. Segundo Tabata Tesser, os discursos religiosos, com ênfase nas Igrejas de matriz cristã, promovem a invisibilidade das mulheres em suas pregações. Esta invisibilidade deriva do fato da maioria das escrituras bíblicas conterem como protagonistas homens e, quando se refere às mulheres, valoriza seu papel doméstico de progenitora e cuidadora, acusando de pervertidas as que não se encaixam nestes papéis, como Eva ou Maria Madalena. Estas pregações introjetam mensagens hegemônicas de dominação entre os sexos nas comunidades, influenciando valores e interesses individuais e coletivos que buscam manter a organização social pautada na submissão das mulheres perante os homens. Em consequência da inserção de ensinamentos e valores religiosos tradicionalistas na esfera pública, há a desvalorização dos movimentos em prol da autonomia e independência das mulheres em relação aos homens, ao tempo em que surgem projetos de leis que violam os seus direitos reprodutivos (Sartori; Hahn, 2021, p. 100-101).

A partir disso, observamos que os direitos reprodutivos e a legalização do aborto foram dois temas importantes pelos quais as teólogas feministas lutaram. Ivone conhecia a luta das mulheres do campo, chegou a conhecer os desafios de mulheres que viviam na prostituição e percebeu os anseios e os mais diversos problemas relacionados ao corpo feminino, seja pela sexualidade, seja por a mulher ser vista apenas como um objeto de reprodução, submissa e responsável pela “ordem” familiar. Esses temas foram essenciais para a criação da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, da qual Ivone Gebara fez parte.

No ano de 1994, foi para Nova York, pois havia sido convidada para ministrar um curso de um semestre em um seminário da Igreja Presbiteriana. O interessante desse momento foi que, mesmo querendo resistir devido às divergências ideológicas em relação aos Estados Unidos, ao medo e ao fato de não ser tão fluente em inglês, ela aceitou o desafio. Quando chegou lá, no bairro em que iria ficar, percebeu a grande variedade de pessoas, de diversos gostos, estilos e origens. Da mesma forma, o contato com os alunos foi uma experiência incrível para ela, pois pôde perceber o acolhimento dessas pessoas em seu curso de Teologia da Libertação e Feminismo. Outro fator importante relatado por ela foi “a abertura que os alunos tiveram para falar sobre identidade sexual, algo que no Brasil, até aquele momento, não tinha sido possível” (Gebara, 2005, p. 106-107).

Um dos pontos mais polêmicos da vida de Ivone ocorreu em 1994, quando concedeu uma entrevista para a revista *Veja* sobre vários temas relacionados à religião, à teologia, à Igreja e ao feminismo. O principal motivo que gerou polêmica foi o tema do aborto, que resultou em inúmeros conflitos, principalmente com o bispo do Recife. Foi exigido que Ivone se retratasse sobre o tema, o que não aconteceu. Segundo ela (2005, p. 151), “o bispo Luciano Mendes de Almeida ajudou-a bastante nessa questão, com um processo de arquivamento das acusações”, mas, tempos depois, surgiram novas acusações e, no ano de 1995, ela foi para a Bélgica refazer sua formação em Teologia, mantendo-se em silêncio durante esse período, sendo exilada⁸ por um processo interno da Igreja Católica. Ivone escreveu para seus amigos sobre tais acontecimentos, o que acabou repercutindo.

Observamos que, assim como Ivone Gebara, outras mulheres foram exiladas por diversos motivos, sejam eles políticos ou eclesiásticos. Durante o período em que esteve fora, ela não deixou de escrever. Sua vida tornou-se pública, pois sua opinião como freira era significativa para as Igrejas e para a sociedade. Nessa busca por liberdade, ela percebe como a Igreja Católica, em seu interior, exercia controle sobre os corpos femininos em nome de Deus, visto que a hierarquização da Igreja pode “castigar” as mulheres por expressarem opiniões contrárias às instituições religiosas.

8 O exílio era uma forma de silenciar, uma forma que a Igreja encontrou de fazer com que as pessoas não seguissem publicamente indo contra os parâmetros estabelecidos pela Igreja. No caso de Ivone Gebara, ela teve que escolher entre o exílio ou deixar a congregação, pois a mesma era vista como radical.

No ano de 2002, ela participou de um congresso de Teologia e Estudos da Religião em Belo Horizonte. Após sua opinião ser exposta ao público, Ivone percebeu a exclusão por parte de membros das instituições. Segundo ela (2005, p. 140), “era como se fingissem que ela não existia, para levar adiante os modelos tradicionais de uma sociedade patriarcal”. A autora relatou como a busca por liberdade foi difícil e discutiu os desafios das teólogas feministas que lutaram por seus espaços dentro dessas instituições e contra sua reduzida representatividade na América Latina. Mesmo sendo “ignorada”, Ivone Gebara continuou e continua ministrando palestras em diversos lugares do Brasil, sendo cada vez mais conhecida por suas opiniões e pela forma diferente de fazer Teologia.

No ano de 2014, recebeu o título de Doutora Honoris Causa no II Congresso Internacional da Faculdade EST. Sua obra mais recente foi o livro *Esperança feminista*, lançado no ano de 2022, em parceria com a professora Débora Diniz.⁹ Ivone Gebara continua atenta às causas femininas e à Igreja, sendo referência para muitas pessoas que buscam respostas no campo religioso ou na Teologia Feminista.

A importância de Ivone Gebara para a teologia feminista

Como vimos, as décadas de 1960 e 1970 marcaram o início dos movimentos feministas de segunda onda no Brasil, surgidos principalmente nos grupos de esquerda e em defesa dos direitos das mulheres durante o período da ditadura. Embora esses movimentos estivessem mais voltados para a esquerda brasileira, como afirmam Cristina Wolff¹⁰ e Lídia Possas¹¹ (2005, p. 587), “esse olhar, porém, nunca garantiu que a esquerda se sentisse realmente comprometida com o feminismo...”. Entretanto, os grupos feministas foram crescendo. Nesse mesmo momento, surgiu a Teologia da

9 Débora Diniz Rodrigues é formada em Ciências Sociais, com mestrado e doutorado em Antropologia. É professora universitária e um dos grandes nomes do feminismo no Brasil em que está relacionada aos direitos da saúde da mulher e da igualdade de gênero.

10 Cristina Scheibe Wolff é Historiadora pela Universidade Federal de Santa Catarina, Possui Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Além de suas outras formações, é pesquisadora de temas como: história das mulheres, gênero, feminismo, dentre outros.

11 Lídia Possas é Historiadora, possui Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado na área da História. É professora e atuante na área de história das mulheres e do feminismo na América Latina.

Libertação nos interiores da Igreja Católica. Essa teologia, segundo os teólogos da libertação, era mais voltada para os oprimidos, principalmente nos movimentos de rua, algo muito característico da época devido ao regime militar.

Para Ivone Gebara, como teóloga da libertação, esse feminismo das décadas de 1960 e 1970 não a “atraía”, pois ela ainda não havia percebido como as mulheres eram oprimidas dentro e fora das instituições. Por ter se tratado de um período ditatorial, o medo e os perigos de se declarar feminista eram muito grandes. Além disso, ser “feminina” e “feminista” naquele período era comumente visto como algo diferente, pelo fato de a sociedade estar muito marcada por ideias patriarcais, como as de que, por um lado, existiam as mulheres de família, que teriam características femininas, enquanto as feministas eram consideradas lésbicas, feias e que semeavam ódio contra os homens. Dessa forma, quando decidiu ser teóloga, ela sempre esteve em ambientes de domínio masculino, sendo por vezes questionada por suas escolhas pelo fato de ser mulher, mas permanecia atenta a dar voz aos mais necessitados, que, para a Teologia da Libertação, eram os pobres e os oprimidos. Abordando algumas dessas tensões, no artigo *A Teologia da Libertação e as mulheres* (2020), disse que:

Poucos sabiam que as agências financiadoras de fundos na época exigiam uma presença mínima de mulheres para liberar o dinheiro necessário para as assembleias nacionais e internacionais da Teologia da Libertação e, por razões econômicas, os teólogos tiveram que acolher em seu meio a presença de algumas “incômodas filhas de Eva” (Gebara, 2020, p. 5).

Antes de se tornar feminista, Gebara já vinha percebendo que a Teologia da Libertação não era apenas sobre os pobres e os oprimidos e que a Igreja Católica, como já salientado, muitas vezes não aceitava qualquer pensamento que fosse contrário ao tradicional, que questionasse as escrituras e a perspectiva masculina como central na história do Cristianismo. Nesse artigo, a autora narra essas questões, mostrando as relações estabelecidas entre feminismo e pensamento cristão naquele momento. Ela afirma que:

Nessa linha, o feminismo realizou e realiza uma intervenção política e filosófica extremamente original no Cristianismo e ela tem suas origens no movimento feminista internacional mais amplo, e, em parte, também na Teologia da Libertação, referência importante para muitas de nós. A busca de libertação abriu para nós mulheres teólogas horizontes inesperados e imprevisíveis. Não era apenas a libertação dos pobres como diziam os teólogos da libertação. Era a libertação de nossas identidades sexuais, de nossas relações cotidianas e a libertação da opressão social, política e religiosa imposta ao nosso sexo pela “natureza patriarcal” (Gebara, 2020, p. 06).

Ou seja, como expressado no trecho citado, Gebara começa, a partir da Teologia da Libertação e do Feminismo, a perceber as mudanças necessárias para que as mulheres pudessem ter sua própria liberdade, sua própria forma de pensamento e controle sobre seus corpos, uma vez que a Teologia da Libertação estava reproduzindo uma abordagem muito masculina, em que as mulheres ficavam em segundo plano. Além disso, quando passou a se identificar como feminista crítica, afirma também que começou a sofrer repressões por parte da Igreja Católica. Ivone não imaginava as consequências de se tornar feminista. Em *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade* (2005), obra estudada nesta pesquisa, ela cita que:

Creio que o encontro com o feminismo, como crítica de uma história e de um pensamento masculino e dogmático, abriu-me as portas para pensar minha vida de outra maneira. Atrevo-me a sair, não sem temor, da admirável perfeição do dogmatismo filosófico e teológico masculino no qual fui formada. Atrevo-me a sair das definições a que preciso adaptar-me porque, segundo dizem, elas constituem a ordem do mundo, do mundo certo, justo, do mundo desejado por Deus. Ouso duvidar do que foi proclamado como verdade e liberdade. Procuo, às vezes sem conseguir, sair da angústia de não ser o que deveria ser e ser o que sou. Neste caso, sinto-me desbravadora de um caminho (Gebara, 2005, p. 26).

A partir do que foi citado, percebemos a coragem de Ivone Gebara em procurar novos caminhos, novas correntes e novos desafios em busca de

transformações no pensamento patriarcal. Ela utilizou sua própria vida e a de outras pessoas para contar sua busca por liberdade, mas também para mostrar o quão complicado foi — e continua sendo — o papel das mulheres dentro da sociedade e das instituições religiosas.

Ivone Gebara, ao longo de sua vida, escreveu mais de trinta livros que são essenciais para compreender os pensamentos teológicos e feministas. Dentre as principais obras, destacamos: *As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina* (1990), *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal* (2000), *Vida religiosa: da Teologia Patriarcal à Teologia Feminista* (1992), dentre outros livros e artigos importantes para pensar as posições femininas dentro do campo religioso e social. Por critérios de acesso e de necessidade de recorte, essas obras não puderam ser analisadas neste artigo, mas entendemos ser de grande importância mencioná-las, visto que compõem o conjunto de elaborações dessa intelectual.

Logo, o sentido do livro autobiográfico é pensar como Ivone procurou tocar as pessoas por meio de sua vida, trazendo reflexões sobre o mundo e mostrando como uma mulher como ela, que sempre esteve envolvida com a Igreja e vinha de uma família conservadora, quebrou os padrões de uma sociedade patriarcal e conseguiu pensar o mundo a partir de sua própria trajetória. Ivone Gebara escreveu esse livro por mais de um ano e, como indicamos anteriormente, os desafios não foram poucos, além de o contexto político daquela época ser o de uma vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, uma das pessoas a quem ela o dedicou. Outro ponto importante, já destacado, é que ela conseguiu pensar o passado e mesclá-lo com o presente durante todo o livro.

Observamos, então, que a descoberta da liberdade para ela, enquanto figura religiosa, não se refere apenas à sua própria experiência, mas está situada em um contexto em que muitas outras mulheres utilizaram o cristianismo e o feminismo para esse fim. Contar a própria história de vida é uma forma de fazer com que outras mulheres se libertem, sendo Ivone uma referência para muitas pessoas até hoje. Logo, quando ela narra a própria vida, está mostrando como isso foi essencial para pensar a forma como as mulheres foram subjugadas e subalternizadas por meio da religião, o que torna essas relações entre feminismo e cristianismo difíceis, mas também

demonstra que, por meio de sua experiência, ela propõe outras formas de articular essas relações.

Além de sua coragem enquanto teóloga, Ivone foi importante por sua coragem feminina de escrever em momentos que, historicamente, foram de exclusão para as mulheres. Para as historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, em *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero* (2007):

Falar de Mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. Nesse número, categorias como, mulher, “mulheres” e condição feminina” eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas. A categoria gênero” ainda era novidade na historiografia brasileira (Soihet; Pedro, 2007, p. 282).

Nesse sentido, observamos ao longo da trajetória de Ivone que as relações de gênero foram extremamente importantes dentro das instituições católicas e para pensar o Cristianismo. A imagem de um Deus patriarcal, sempre representado no masculino, fez a autora refletir se esse Deus não poderia também ser feminino. É propondo reflexões desse tipo que Ivone escreve para mulheres e para todas as pessoas que buscavam um novo olhar para a construção de uma história das mulheres no contexto religioso.

Mesmo que Ivone não seja historiadora, sua filosofia e sua participação ativa em críticas aos sistemas tradicionais foram importantes, principalmente em um momento em que, como sabemos, as mulheres estavam cada vez mais reivindicando seus direitos. Para Michelle Perrot, em *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência* (1995):

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos (Perrot, 1995, p. 09).

O objetivo é mostrar que as mulheres tinham, sim, uma história, mas que ela foi apagada em prol de uma predominância masculina dotada de superioridade em relação às mulheres desde a Antiguidade. No livro *As águas do meu poço*, Ivone selecionou acontecimentos de sua vida que considerou importantes destacar e que poderiam provocar essa transformação profunda citada anteriormente, dialogando e mostrando como a mulher foi historicamente julgada e excluída, vista apenas sob os papéis de reprodução, submissão e inferioridade.

Considerações finais

Ivone Gebara, teóloga e filósofa ecofeminista, ou simplesmente feminista, foi objeto desta pesquisa, pois foi uma das pioneiras da Teologia Feminista Crítica. Estudar e entender a trajetória de vida de Ivone Gebara foi fundamental para compreender os caminhos traçados por ela em busca de uma teologia que acolhesse as mulheres, mas também para entender a circulação das ideias, as lutas sociais e os debates teológicos e ideológicos que marcaram o período recortado para esta pesquisa. É importante lembrar que ela não buscava apresentar essa teologia como uma verdade absoluta, mas criticar ações da instituição religiosa que mantinham e naturalizavam as posições inferiores das mulheres em relação aos homens e, portanto, a desigualdade e a dominação.

Propomos contextualizar e mostrar que a autora estava trazendo um novo olhar sobre o mundo, um novo olhar sobre as relações de poder, um novo olhar sobre os homens e as mulheres na sociedade e, mais que isso, um novo olhar sobre como se constroem visões que destroem a vida como um todo. Para isso, posicionar as mulheres no centro da reflexão, do pensamento e da ação era questão fundamental. A partir do momento em que as instituições foram percebendo que esses assuntos se tornavam mais populares e fomentavam um viés de esquerda aberto às transformações, vemos, nos últimos trinta anos, ser alimentado novamente um cenário mais conservador e fundamentalista, em que ideias como as defendidas pela Teologia Feminista são combatidas. Ou seja, a partir da década de 1990, as lutas contra a chamada “ideologia de gênero” partiram do seio do catolicismo e ganharam espaço no mundo evangélico como uma tentativa

de retomar interpretações teológicas mais conservadoras e ortodoxas, que procuram frear os questionamentos sociais, principalmente sobre as relações de gênero.

A Igreja estava buscando atrair mais a juventude para o catolicismo e recuperar o modelo familiar considerado ideal. Muitas mulheres foram excomungadas da Igreja por acreditarem nos ideais defendidos pela Teologia Feminista. Hoje em dia, muitas teólogas ainda escrevem sobre esses movimentos, mas por meio de uma escrita mais acadêmica, pois, na contemporaneidade, pouco se tem dado importância às lutas sociais por parte da Igreja de forma institucional, prevalecendo uma agenda focada em limitar o avanço da conquista de direitos, por exemplo, dos movimentos de mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

Sendo assim, percebemos que assuntos relacionados ao feminismo ou à Teologia Feminista não são bem vistos por parte da sociedade atual por abordarem temas que são entendidos como radicais em uma sociedade hierárquica e patriarcal. Portanto, concluímos que grandes são os desafios para as gerações futuras que estudam, pensam e agem a partir do Feminismo e da Teologia Feminista, seja na academia ou em outras instituições. Ser feminista e religiosa ao mesmo tempo é uma realidade que muitas mulheres ainda não conseguiram conciliar, mas sabemos que é fundamental lutar pelos direitos das mulheres dentro de uma sociedade machista, sexista e racista, assim como buscar reinventar o lugar das mulheres na sociedade. Nesse sentido, a trajetória e o pensamento de Ivone Gebara são essenciais e inspiradores.

Referências

GEBARA, Ivone. *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GEBARA, Ivone. A Teologia da Libertação e as mulheres. *Sociedade e Cultura*, v. 23, 2020.

GEBARA, Ivone. O feminismo desafiando as teologias cristãs. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, v. 1, n. 1, p. 40-52, 2015. Disponível em: <http://ism.edu.br/periodicos/index.php/genero/article/view/2481>. Acesso em: 15 fev. 2026.

GÓMEZ, Josefa Buendía; OROZCO, Yury Puello. *A teologia feminista de Ivone Gebara e Católicas pelo Direito de Decidir*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

LÖWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

NUNES, Maria José Rosado. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 79-96, 2001.

NUNES, Maria José Rosado. Feminismo, gênero e religião: os desafios de um encontro possível. *Estudos de Religião*, São Paulo, v. 31, 2017.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 9-28, 1995.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: *Sexualidade, Corpo e Direito*, p. 1-15, 2010.

RAGO, Margareth. A coragem feminina da verdade: mulheres na ditadura militar no Brasil. *Caderno Espaço Feminino*, v. 28, n. 2, p. 103-122, 2015.

SARTORI, Alana Taíse Castro; HAHN, Noli Bernardo. Ensaio sobre teologia progressista e direitos das mulheres brasileiras. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, v. 7, n. 1, p. 96-111, 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero como categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SORAGGI, Kamilla Moraes. *O nascimento e ascensão de uma “bruxa”: o feminismo de Rose Marie Muraro (1970-1980)*. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 585-589, 2005.



Josephina Alvares de Azevedo e a escrita engajada: a peça *O voto feminino* (1890) como propaganda e luta

Piedade Aguiar Abreu

Resumo: Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913) foi uma escritora atuante na imprensa, defendendo a conquista de direitos femininos, como educação, trabalho, voto e divórcio. A transição do Império para a República trouxe expectativas em relação à aprovação do sufrágio feminino, inspirando-a na escrita da peça *O voto feminino*. A presente análise busca compreender sua construção, os grupos sociais criticados ou destacados e a forma como as lutas femininas são representadas.

Palavras-chave: Feminismo; Imprensa Feminina; Voto Feminino; Escrita engajada; República.

Contexto político e social das mulheres brasileiras do século XIX

O Brasil foi colonizado por Portugal, que trouxe consigo uma série de costumes sociais e culturais que moldaram a sociedade brasileira desde a sua construção até os dias atuais. Mesmo após a independência, o Brasil

continuou recebendo influências, de forma que seus movimentos e governos deixaram um forte legado de modelos europeus e, posteriormente, estadunidenses. Os costumes sociais no Brasil, moldados pelo patriarcado, sistema no qual o homem é o centro do poder e as mulheres recebem lugares secundários e desvalorizados, de acordo com Branca Moreira Alves (2019), foram também legado de seu colonizador:

“Dentre os costumes trazidos da Europa e implantados no Novo Mundo estava a manutenção do status inferior da mulher: de um lado, a mulher branca, membro dominado da classe dominante, cuja castidade era condição essencial para cumprir sua função de procriadora; de outro a mulher negra, indígena ou mestiça, explorada como braço escravo e objeto sexual” (Alves, 2019, p. 54).

É importante destacarmos que, através do trecho acima e analisando a construção do movimento feminista brasileiro até as sufragistas,¹ percebemos que os sujeitos sociais envolvidos nesse processo, em sua maioria, eram pessoas brancas e de classe alta, pois apenas uma pequena parte da população possuía acesso à educação, e essa porcentagem diminuía ainda mais quando tratamos de mulheres. De acordo com June Huhner (1981), a educação feminina foi ganhando a ideia antiga de educação doméstica e era muito diferente daquela ministrada para os meninos, pois, enquanto a educação masculina objetivava o aprendizado, a educação feminina buscava formar mulheres para serem boas esposas, donas de casa e boas distrações em eventos sociais.

Constância Lima Duarte, ao escrever sobre o feminismo brasileiro, o subdivide em quatro momentos importantes até trabalhar o movimento feminista atual. Segundo a autora, o feminismo, enquanto movimento or-

1 Durante muito tempo, o direito ao voto foi estendido apenas para homens com privilégios como bens e educação. Esse direito, embora estendido apenas a uma pequena parte da população, ainda era compreendido como sufrágio universal. Essa não inclusão das mulheres nesse direito demonstra os limites a partir de uma perspectiva de gênero que moldava a sociedade, onde eram vistas como mães e donas de casa e reservadas aos limites domésticos. A partir do reconhecimento dessa exclusão de direito à cidadania, diversas mulheres, em diversos lugares no mundo ocidental e através de diversas maneiras passaram a lutar pelo direito ao sufrágio, sendo conhecidas como sufragistas por influência do movimento inglês e sua maneira de atuar que ficou mundialmente conhecida (Karawejczyk, 2020, p. 51-59).

ganizado, inicia-se através da escrita, quando os primeiros livros e textos são publicados por mulheres questionando a sociedade sobre a imposição de uma ideia de fragilidade feminina e reivindicando direitos. Através dessa escrita, podemos destacar o papel de Nísia Floresta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, que teve a oportunidade de estudar na Europa e, em seu retorno ao Brasil, trouxe consigo ideias novas e disposição para compartilhá-las com a sociedade em busca de melhorias. O trabalho que Floresta realizou foi inspirado em livros já existentes de europeias que também lutavam por direitos, mas adaptando-os às necessidades das mulheres brasileiras naquele momento:

E aqui está a marca diferenciadora desse momento histórico: o nosso primeiro momento feminista, mais que todos os outros, vem de fora, não nasce entre nós. E Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e feito a tradução cultural de novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileiras (Duarte, 2019, p. 29).

O livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, publicado por Nísia Floresta em 1832, foi o primeiro a exigir respeito ao sexo feminino, argumentando sobre a capacidade das mulheres de ocupar espaços na vida pública e demandando educação básica para elas, a qual, como dito anteriormente, era muito restritamente acessada. A autora também publicou alguns textos na imprensa, aquela chamada “primeira imprensa”, em que já havia jornais escritos por homens dedicados às mulheres, mas somente em 1852, na capital do Império, nasceu um jornal escrito por mulheres.

Juana Paula Manso foi a primeira mulher a fundar e dirigir um jornal no Brasil. De acordo com Zahidé Lupinacci Muzart (2003, p. 227), Juana Paula Manso realizava um importante trabalho na Argentina, fundando escolas mistas e estimulando a educação para as mulheres. Aqui no Brasil, seu periódico *O Jornal das Senhoras*, além de trabalhar sobre outros assuntos, como moda e culinária, trazia textos sobre a importância da educação feminina, levantando críticas à sociedade da época. De acordo com

Muzart, o trabalho de Juana influenciou o nascimento de outros periódicos que surgiram durante o século XIX, nos quais, além da preocupação com a aprendizagem das mulheres, argumentava-se a favor de outras lutas, como o direito à profissão, ao sufrágio e ao divórcio.

A autora Maria Amélia de Almeida Teles (2017) destaca outro momento importante para as mulheres entenderem que possuíam capacidades múltiplas e deveriam adquirir determinados direitos: trata-se do abolicionismo. Enquanto nos Estados Unidos, de acordo com a autora, algumas mulheres participavam politicamente do movimento de abolição, no Brasil muitas mulheres que atuaram na luta feminista também fizeram parte de movimentos abolicionistas, escrevendo e debatendo sobre esse tema.

Os periódicos ocuparam um importante lugar na propaganda das reivindicações femininas, chegando a formar uma rede de comunicação entre brasileiras e ativistas do exterior. Outro importante periódico desse contexto tratou-se de *O Belo Sexo*, fundado em 1862 por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar. De acordo com Duarte:

A novidade desse periódico está no incentivo feito às colaboradoras para assinarem seus trabalhos e participarem ativamente do jornal, discutindo entre si os temas a serem publicados. Como eram mulheres de classe alta, faziam questão de divulgar que a venda do jornal era entregue à Imperial Sociedade Amante da Instrução, uma instituição de caridade voltada para órfãos (Duarte, 2019, p. 31).

Duarte (2019, p. 31) descreve o período posterior a 1870 como o segundo momento no qual há um maior número de jornais com reivindicações feministas. Alguns perduraram muito tempo e fizeram muito sucesso, como *O Sexo Feminino*, e outros nem tanto.

Entre esse grande número de jornais e jornalistas, daremos destaque à jornalista Josephina Álvares de Azevedo, possuidora de uma escrita engajada, que atuava criticando a sociedade da época e procurava convencer mais pessoas a lutarem em prol de direitos femininos, como o sufrágio. A redatora acompanhou importantes momentos da história brasileira, prin-

cialmente a votação sobre o sufrágio feminino em 1891, participando ativamente com seus textos e obras, buscando apoio à causa e rebatendo as ideias contrárias a esta.

Este texto se debruça sobre os feminismos de fins do século XIX e princípios do século XX, entendidos como de primeira onda, nos quais as mulheres indignavam-se com sua condição de desigualdade e exploração. De acordo com Mônica Karawejczyk:

A primeira onda do feminismo no Brasil concentrou sua atenção na opressão de gênero, isto é, considerava que a mulher era oprimida principalmente em função de seu gênero e, de modo periférico, de sua classe social, não levando em conta, por exemplo, outras opressões, como a de raça (Karawejczyk, 2020, p. 29).

Destaco que esta escrita terá como foco um dos textos de Josephina Álvares de Azevedo, mulher letrada e uma das diversas redatoras que lutaram e usaram a escrita como instrumento pedagógico para convencer a sociedade a aderir a essa pauta, no caso da autora mencionada, chegando a se arriscar ao escrever, pela primeira vez, uma peça teatral.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2021), a constituição brasileira anterior ao período da República e posterior à Independência possuía muitas exclusividades quanto à cidadania, ou seja, apenas algumas pessoas, atendendo a vários critérios específicos, poderiam votar:

Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica (Carvalho, 2021, p. 37).

Dessa forma, grande parte da população era excluída do processo eleitoral e, embora esse voto tenha sido descrito como universal, percebemos que apenas homens, brancos e com posses poderiam exercer esse direito. A proclamação da República brasileira possui influências de discussões e ideias que se desenvolveram na política ocidental ao longo do século XIX, como os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, assim como outras correntes, como o positivismo e a religião católica apostólica romana, que também trouxeram influências para o processo de construção da República brasileira. A liberdade, a igualdade e a fraternidade defendidas por muitos deputados eram exclusivas de alguns, de forma que apenas uma pequena parcela da população era considerada cidadã.

Desde o momento da proclamação da República, as jornalistas comentaram ativamente sobre as possíveis mudanças e, durante o processo constitucional, não foi diferente. Josephina Álvares de Azevedo investiu sua escrita em uma ávida propaganda em favor da aprovação do sufrágio feminino, acreditando que a República traria novos ares de liberdade em busca do progresso e, assim, dedicava-se a se engajar em causas favoráveis às mulheres, acreditando que esse novo sistema político traria mais igualdade entre homens e mulheres.

A obra *As Filhas de Eva Querem Votar* (2020), de Mônica Karawejczyk, dedica a primeira parte à análise dos discursos sobre o sufrágio feminino presentes nos anais da Constituinte de 1891. De acordo com a autora, os membros da Assembleia Constituinte e os membros do Primeiro Congresso Nacional Constituinte foram eleitos pela parcela populacional considerada apta. Nesse contexto, havia três votações para cada projeto, seja com adições ou remoções de artigos; entretanto, se o projeto fosse negado na segunda votação, ele seria retirado. Desde a primeira citação sobre sufrágio, Karawejczyk faz uma análise das propostas e dos discursos favoráveis ou contrários, cada um deles baseando-se em justificativas das mais variadas.

Segundo a autora (2020, p. 104-105), as propostas de sufrágio feminino realizadas pelos deputados Trovão Lopes, Leopoldo de Bulhões e Casemiro Júnior apresentavam também exigências para esse sufrágio. Em alguns

casos, a proposta incluía a exigência de casamento; já em outras, a mulher casada não poderia votar, pois estava sob tutela do marido. Em todos os casos de propostas apresentadas, a mulher deveria possuir diploma e bens; portanto, tais exigências ainda excluía boa parte da população e das mulheres, inviabilizando a teoria do sufrágio universal. De acordo com Karawejczyk:

Assim, eles tentaram estender o direito do voto somente para aquelas mulheres que não poderiam ser consideradas legalmente incapazes, uma vez que teriam de ter uma profissão ou uma renda comprovada para poderem participar do jogo político. Pode-se perceber que esses constituintes partem do princípio de um liberalismo jurídico e excludente, pois, ao procurarem incluir as mulheres no rol dos eleitores, por meio de uma reformulação das leis do Estado para garantir o direito dos indivíduos, buscavam, ao mesmo tempo, limitar essa participação a uma reduzida parcela da população feminina, considerada por eles a parcela mais apta a exercer tal função (Karawejczyk, 2020, p. 105).

As diversas propostas e emendas apresentadas por diferentes parlamentares foram negadas sob diferentes alegações. As principais delas reforçavam a separação dos papéis sociais, que colocavam a mulher nas funções de mãe e dona de casa. Além dessas alegações, os parlamentares acusavam as mulheres de serem puramente emocionais e intelectualmente incapazes de realizar atividades públicas ou participar da política. Outra forte influência se dava pelo fato de que nenhum outro país havia permitido que as mulheres votassem ainda, e alguns parlamentares usavam tal argumento como justificativa para apresentar a pauta como absurda.

Durante esses debates entre os legisladores, Josephina fortaleceu seu trabalho de escrita voltado para a temática do voto feminino. Além de uma série de artigos, a autora arriscou-se, pela primeira vez, a escrever uma peça teatral sobre a temática, intitulada *O voto feminino*, a qual faremos uma análise adiante. Antes, porém, é importante compreendermos quem foi sua autora para entendermos melhor o conteúdo da obra.

Josephina Álvares de Azevedo, escritora e ativista pelos direitos das mulheres

Para a compreensão de uma obra, há a necessidade de situar quem é a pessoa que escreve e de que lugar social ela fala, pois seu cotidiano e seu contexto afetam direta ou indiretamente sua escrita e suas ideias. Josephina Álvares de Azevedo, de pseudônimo Zefa, era redatora, escritora, tradutora, poetisa e professora que ficou conhecida através de sua escrita, que era sua principal ferramenta de luta, pela qual divulgava suas ideias buscando denunciar as injustiças sociais das quais as mulheres eram vítimas no século XIX, apontando soluções para mudar esse cenário. Cabe ressaltar que a sociedade na qual Josephina vivia era moldada pelo patriarcado, com fortes influências do catolicismo e do positivismo,² que possuíam uma visão de sexo frágil para as mulheres, principalmente as mais abastadas, definindo seu papel social como esposas e mães.

As informações existentes sobre a vida de Josephina são poucas; sua biografia deixa muitas lacunas, como, por exemplo: quem eram seus pais? Onde estudou? Onde exerceu sua carreira de professora? Que influências a levaram a criar o jornal? O que aconteceu em sua vida enquanto publicou e depois que parou de publicar suas obras? Esse silenciamento, considerado político por Zahidé Lupinacci Muzart (2003), contribuiu para um esquecimento de autoras como Josephina, que foram atuantes politicamente no período em que viveram:

Observa-se que aquelas que compactuaram com o status quo, que compactuaram com ditaduras e opressões, ou simplesmente foram senhoras burguesas bem comportadas, es-

2 O positivismo surgiu na França através de Augusto Comte no século XIX, essa corrente de pensamento defende que sociedade deve ser compreendida através da observação de fatos concretos. Dessa maneira, esse princípio buscou organizar a humanidade através da moral e dos princípios intelectuais. Dentro dessa determinação, Comte sugere uma imagem positiva para as mulheres, na qual devido a sua superioridade moral e habilidade emocional, alinhando-se aos homens que possuíam uma rigidez emocional, racionalidade e agressividade poderiam construir homens mais completos. Essa ideologia chega ao Brasil e gera frutos, pois Raymundo Teixeira Mendes Miguel Lemos criaram o Apostolado positivista em 1881 que enfatizava várias temáticas, dentre elas a importância da hierarquia, da moral buscando conter a degeneração da sociedade e a importância da ciência. Além disso, essa ideologia era contrária à visão de democracia, compreendendo o modelo autoritário como ideal, mantendo a ordem de cima para baixo. Dentro dessa ideia de sociedade, havia um ideal para as mulheres, essas deveriam ser essencialmente mães esposas para assim manter um bom funcionamento da sociedade (Ogando, 2010, p. 3-5).

sas foram muito louvadas. Na verdade, o esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político. Pois não só porque mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra. Posso adiantar, das brasileiras, Josefina Álvares de Azevedo, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Ildefonsa Laura César e Maria Firmina dos Reis foram bastante atuantes (Muzart, 2003, p. 227).

De acordo com Rocha Oliveira (2009), Josephina nasceu em 5 de maio de 1851, na cidade do Recife, Pernambuco. Tais informações foram reafirmadas no próprio periódico da redatora. Em 9 de maio de 1891, foi publicada a edição n.º 103, na qual constam homenagens de suas colaboradoras direcionadas à redatora, por meio das quais foi possível saber a data de aniversário da autora, mas sem outras informações.

O local de nascimento e o parentesco da autora com o poeta Álvares de Azevedo também são alvos de debates entre os pesquisadores. Possivelmente, tal debate tenha sido iniciado pelo Dicionário Sacramento Blake (1970), que levantou a hipótese de que ela seria irmã, por parte de pai, do poeta, ocasionando uma polêmica historiográfica segundo a qual seria filha ilegítima. Entretanto, Souto-Maior (1995, p. 78) e Karine Rocha Oliveira (2009, p. 27) afirmam, com base no periódico, que a redatora era prima do poeta, dado citado pela própria autora em seu periódico, em 1889.³

De acordo com Oliveira (2009) e Souto-Maior (1995), Josephina nasceu no Recife, informação que se confirma quando a autora chega a homenagear sua cidade natal durante uma viagem que realizava pelo país para divulgar seu periódico.⁴

Valéria Souto-Maior realizou um importante estudo sobre a vida de Zefa utilizando periódicos que circulavam na época e o jornal da própria autora. Através desses meios, pôde obter informações sobre a data em que ela se mudou do Recife para São Paulo. A partir desse estudo, a autora concluiu que Josephina, aos 26 anos, mudou-se para São Paulo em 1877. Um fator que auxilia nessa conclusão é a publicação de um livro em 1878.

3 A Família, São Paulo, 23 de fevereiro de 1889, p. 2.

4 A Família, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1889.

Apenas dez anos depois, iniciou a publicação de *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe e da família*. Entretanto, mudou-se, após seis meses de publicação, para o Rio de Janeiro, então capital do Império, em busca de maior aceitação. A forma como o periódico questionava a sociedade e lutava pelos direitos femininos não atraiu grande público. De acordo com Karine Rocha Oliveira:

Já em 1889, a proprietária do jornal decide mudar-se para o Rio de Janeiro, acreditava ela que na Corte suas propostas seriam mais bem aceitas. Na então capital do país seu jornal sobrevive durante nove anos, mas a duras penas. Em vários momentos o periódico passou por sérios problemas financeiros devido ao pequeno número de leitores, já que seu teor era puramente feminista (Oliveira, 2009, p. 26).

Os textos escritos por Zefa em seu periódico eram compostos por indignações com a situação da mulher na sociedade em que vivia, instigando a busca por direitos como emancipação, sufrágio e trabalho, além de estimular outras mulheres a estudarem, buscarem uma carreira e juntarem-se a ela em suas lutas por direitos. Podemos perceber essa questão no trecho:

Negão às mulheres as liberdades e prerogativas que gosam os homens. Porque? Dizem mas que o homem tem o direito de governar, e a mulher a obrigação de obedecer; se assim é, isso é uma tyrania, é um despotismo que precisa acabar (Azevedo, 1888, p. 01).

Embora não tenha obtido muitas assinaturas, o periódico era comentado pela imprensa, seja para apoiar, seja para criticar, como observa Souto-Maior (1995, p. 80). Mesmo inserida nesse cenário, Josephina não calou sua escrita e perpetuou suas indignações e reflexões para além do periódico.

O periódico *A Família* iniciou sua publicação em 1888 e finalizou em 1898. Possuía textos de diferentes autorias, nos quais várias mulheres conseguiam participar divulgando suas ideias e algumas tornando-se até colaboradoras frequentes. Alguns desses textos publicados por Josephina

em seu jornal foram agrupados em livros, sendo eles: *Retalhos* (1890), *A mulher moderna: trabalhos de propaganda* (1891) e *Galleria Illustre das mulheres célebres* (1897). Esta última obra é composta por dez textos biográficos de mulheres consideradas pela autora como “heroínas”. De acordo com Goettens (2024), a redatora realiza, nessa obra, um trabalho pedagógico de propagar a história das mulheres em diferentes períodos, demonstrando sua capacidade na tentativa de desmistificar uma imagem de sexo frágil perpetuada naquele período, construindo, assim, um trabalho feminista em prol da ampliação dos direitos femininos, mas também de recuperação das mulheres na História.

Depois da publicação de seu último livro em 1897, de acordo com Correa e Silva (2021), Ignez Sabino⁵ chegou a mencionar o jornal *A Família* em seu periódico *A Mensageira*, também em 1897. Contudo, após esse ano, não se teve mais notícias sobre a autora e a data de seu falecimento não era confirmada. Entretanto, através de uma pesquisa nos jornais locais do Rio de Janeiro realizada por Laila Correa e Silva (2021), foi identificado que sua morte ocorreu em 2 de setembro de 1913. Através dos anúncios, afirmava-se que a autora era viúva e deixava dois filhos e uma irmã.

Embora haja muitas incógnitas em torno de quem era Josephina, podemos saber como pensava e o que defendia através de seus textos, que formavam parte de um trabalho de divulgação e propaganda realizado pela própria autora em busca de conscientizar a sociedade da época acerca da importância do sujeito mulher. Dessa forma, também buscava direitos e meios para que esse sujeito se tornasse cidadão.

Portanto, recuperar a história de mulheres como Josephina é algo fundamental. A partir da historiografia e da perspectiva literária, que tam-

5 Maria Ignez Sabino Pinho Maia (1853-1911) foi poetisa, cronista, professora e dirigente de empreendimentos comerciais. Seus esforços foram dedicados em prol das causas femininas, através desse engajamento, ligou-se à associações trabalhistas femininas como a Companhia Protetora das Costureiras (1890) e A Liga Promotora dos Trabalhos Femininos. Ignez obteve sua boa parte de sua educação na Europa, mas após a morte de seu pai e consequentemente seu retorno ao Brasil, foi tutorada pelo o advogado Tobias Barreto, a quem lhe influenciou o gosto pela literatura e ciência, para tanto, devido esse feição, foi associada ao Instituto do Ceará e outras instituições científicas. Ignez possuiu mais de 43 textos publicados em jornais como colaboradora e em obras independentes, embora boa parte tenha sido perdida no decorrer do tempo. Ela foi biografada ainda em vida devido ao reconhecimento da importância de suas obras, nasceu na Bahia, em 31 de dezembro de 1853, era filha de Dr. Sabino Olegário Ludgero e D. Gertrudes Pereira Alves Maciel, faleceu em 13 de setembro de 1911 na cidade do Rio de Janeiro (Silva, 2021, p. 169-182).

bém atuaram sob uma lógica de resgate, podemos destacar importantes pesquisadoras, como Constância Lima Duarte (2023) e Zahidé Lupinacci Muzart⁶(2003), que dedicaram grande parte de suas pesquisas ao debate sobre essas autoras de jornais femininos e feministas através da literatura produzida por elas, tanto no século XIX quanto no século XX.

No campo da História, temos Bárbara Figueiredo Souto (2019), que dedicou também parte de suas pesquisas à imprensa feminista no Brasil através da metodologia da história comparada entre os periódicos *O Sexo Feminino* e *A Família*. Laila Correa e Silva possui trabalhos acerca das mulheres de letras, trazendo a história de mulheres intelectuais, além de Josephina, que faziam uso da imprensa como meio político na luta pelos direitos das mulheres. Livia Assunção Vairo dos Santos (2016) produziu um estudo sobre os discursos das mulheres presentes no jornal de Zefa. Karine Rocha Oliveira (2009) desenvolveu um trabalho a respeito de importantes jornais femininos e feministas no Brasil do século XIX. Gabriela Correa da Silva Goettems (2024), por sua vez, produziu um estudo sobre a obra *Galleria Illustre: mulheres célebres*, de Josephina, analisando as indagações da escritora e os objetivos presentes nessa obra biográfica, que, segundo Goettems, trazia pedagogicamente o feminismo, pois questionava os padrões sociais da época e tentava demonstrar a importância das mulheres na História.

Dentro desse contexto de resgate acadêmico das lutas feministas, mencionamos o trabalho da historiadora Mônica Karawejczyk (2020), que realizou uma síntese da história do sufrágio feminino desde o século XIX, através dos anais dos discursos da Constituinte de 1891, até a conquista desse direito em 1932. Ela não apenas analisa os discursos dos governantes envolvidos, mas também apresenta um estudo sobre os discursos e as estratégias das feministas em prol dos direitos das mulheres.

Finalmente, compreendemos que a imprensa feminina do século XIX foi importante para a criação de uma rede de debates entre as mulheres, por meio da qual, através de diversas discussões, elas puderam compreender sua realidade, revoltar-se contra ela e buscar mudanças. Dessa forma,

6 A autora possui muitas contribuições para a pesquisa sobre as jornalistas do século XIX, chegando a ter uma editora dedicada a publicar novamente escritos dessas mulheres, entretanto, a editora foi vendida após sua morte (Ribeiro; Karam, 2020, p. 04).

essa rede criada através da imprensa concretiza-se no século XX, apresentando mudanças em sua forma de agir em prol de seus objetivos.

A produção de teatro de Josephina: a peça o voto feminino

O teatro brasileiro do século XIX era composto, em sua maior parte, por peças inspiradas no teatro realista. Autores como José de Alencar escreviam peças com objetivos pedagógicos, ou seja, para deixar uma reflexão para o público ao final da peça. De acordo com Valéria Souto-Maior (1997, p. 281), o público brasileiro estava cansado desse teatro pedagógico e preferia peças teatrais musicadas ou que objetivavam o riso.

Dessa forma, percebemos que, ao escrever seu texto, Josephina considerou as preferências do público para que sua peça tivesse um maior alcance. A autora utilizou o teatro realista, a comédia musicada e finalizou com um *raisonneur*⁷ em uma peça curta, buscando propagar a causa do voto feminino após a sua recusa na Constituinte de 1891.

A peça, apesar de ser a primeira e única, foi escrita em um curto período de tempo. Em abril de 1890 foi anunciada pela primeira vez, mantendo uma frequência em seu periódico, e, em poucos meses, fora encenada no Teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro. Depois, foi publicada em formato de folhetim em seu periódico *A Família*, do número 72 ao número 83, iniciando em 14 de agosto de 1890 e finalizando em 13 de novembro do mesmo ano. De acordo com Souto-Maior (1997, p. 170-176), a peça parece ter gerado um pacto de silêncio entre a imprensa, de maneira que recebeu críticas apenas de um cronista teatral, mas, fora do país, foi elogiada pela revista *Le Droit des Femmes*.

O *Voto Feminino* (1890) utiliza o cenário de uma casa luxuosa. O enredo é composto por três casais e um visitante, que se tratava de um político favorável à causa. O primeiro casal é mais velho e assume o papel de pais da moça que aparece na trama junto ao seu esposo, formando o segundo casal e, finalmente, o terceiro é composto por um casal de empregados. Ao que parece, Josephina tenta representar a sociedade da época e suas opiniões acerca da temática através de cada personagem, colocando-os para

7 Nome francês dado ao ato final de um personagem que apresenta a “moral da história”.

discutir essas opiniões entre si. O enredo finaliza com uma reflexão, mostrando que, mesmo com a reprovação, a luta pelo sufrágio não acabava ali.

É importante salientar que, apesar de trazer reflexões financeiras e até educacionais, Josephina não apresenta nenhuma reflexão acerca da raça. A autora não traz a representação das opiniões ou lutas desses sujeitos recém-libertos nessa peça teatral sobre a luta pelo sufrágio feminino. Dessa forma, levanta questões como: como se dava a luta das mulheres negras pela cidadania e educação? Como essas mulheres viviam naquele contexto social? Essas questões, dentre outras, nos fazem refletir sobre o lugar social que Josephina ocupa, através do qual era provavelmente branca, possuidora de bens e educação, falava para mulheres que estavam em um lugar social parecido, afinal, tratava de problemáticas pelas quais mulheres em situações semelhantes à dela se sentiam afetadas.

A peça inicia com uma discussão entre a personagem Inês e seu esposo Anastácio sobre os trabalhos domésticos atribuídos à esposa. O marido demonstra indignação por faltar dinheiro de uma compra e culpa Inês por estar lendo em vez de estar atenta ao serviço doméstico: “Anastácio: Apre! Que a Sra. minha mulher, em se metendo no gabinete de leitura, não se lhe importa que a casa caia. Isto é demais. Ora figas!” (Azevedo, 1890, p. 37).

A relação dos dois personagens que compõem esse casal constitui parte central da discussão. Enquanto Inês defende os direitos das mulheres, a liberdade de escolha e anseia pela aprovação do voto feminino, Anastácio argumenta em favor de uma sociedade que reduz as mulheres às funções de mãe e dona de casa; qualquer coisa fora disso lhe parecia um absurdo.

INÊS: Estamos no fim do século XIX, em que o livre arbítrio fez de cada criatura um ser igualmente forte para as lutas da vida, ouviu?

ANASTÁCIO: Ta, tá, tá, tá. Ora figas! Qual lutas da vida! Qual livre arbítrio! Qual século XIX! Qual nada! A mulher foi feita para os arranjos de casa e nada mais! (Azevedo, 1890, p. 39).

Quando analisamos as falas de Anastácio ao contra-argumentar Inês, percebemos um descontrole emocional e falta de argumentos perante a mulher. Dessa forma, apresenta a repetição da expressão “figas”, mostran-

do sua irritação e causando riso. Enquanto isso, Inês é uma personagem que se mostra influenciada pelas ideias de liberdade trazidas pela República e rebate seu marido em prol dessa liberdade para as mulheres.

Outro ponto importante para analisarmos nas falas acima trata-se da defesa de uma divisão de funções com base no gênero pelo esposo, demonstrando como a sociedade da época vivia. As opiniões de Anastácio demonstram que, naquele momento, era polêmico que as mulheres ocupassem espaços privilegiados e/ou considerados masculinos.

Uma das pautas mais discutidas pelas redatoras dos diversos periódicos no século XIX, desde 1852, a partir do *Jornal das Senhoras*, era a educação feminina, pois esta era vista como a possibilidade da emancipação feminina e, conseqüentemente, de um futuro melhor para elas e para o progresso do país. Quando Inês fala que sua filha, Esmeralda, terá um futuro brilhante pela frente, Anastácio concorda em parte e afirma: “Se for uma boa mãe de família...” (Azevedo, 1890, p. 40).

Josephina mostra, através de Anastácio, a insistência de boa parte dos políticos em manter a mulher presa às atribuições da vida privada do lar. Lembramos que esta peça foi publicada durante os debates da Constituinte, e opiniões como as de Anastácio foram amplamente proliferadas, justificando a negativa ao voto feminino.

Através de Inês, Josephina parece representar a si mesma com seus discursos veiculados no jornal *A Família*, tentando convencer a sociedade de que o voto feminino era uma pauta importante e necessária para as mulheres, além de questionar o motivo que levava a sociedade brasileira a considerar as mulheres inferiores. A personagem dizia: “E o senhor não sabe que uma mulher não é inferior a um homem?” (Azevedo, 1890, p. 49), mostrando indignação quanto à recusa destes aos seus direitos: “São insuportáveis estes monstros de egoísmo! E quando se lhes fala em concorrermos com eles na vida pública, é um Deus nos acuda; fazem logo vir o céu abaixo...” (Azevedo, 1890, p. 41).

Na cena 05 aparece a empregada Joaquina, que também traz uma representação social ao enredo. Joaquina parece não compreender exatamente o que está acontecendo e acaba tendo uma interpretação confusa ao ouvir a conversa entre Esmeralda e Inês. Isso pode ser observado quando ela entra

na conversa afirmando o que desejaria ser em uma sociedade em que as mulheres também pudessem participar da vida pública: “Aquele homem que anda num carro fechado e com dois soldados a cavalo...” (Azevedo, 1890, p. 44).

Esmeralda demonstra espanto ao ouvir isso de Joaquina e a questiona: “Oh, mulher, querias logo ser ministra?”, e Inês complementa: “Isso é impossível, Joaquina.” Esse diálogo nos levanta questionamentos: por que Esmeralda nunca poderia ser ministra? Por que era mulher ou porque era pobre? Será que, através de Joaquina, Josephina queria demonstrar que o exercício da cidadania estaria reservado àqueles que possuíam educação e bens? Ou o diálogo demonstrava que as mulheres ocuparem a posição de ministras ainda era algo que parecia bastante distante da realidade em que viviam?

Na cena 06 entra o Dr. Rafael, deputado e esposo de Esmeralda. Ao entrar em cena, ele é questionado sobre a votação da Constituinte para o direito ao voto, afirmando que apoiava a causa e que estava aguardando a decisão do ministro, deixando Esmeralda e Inês animadas e esperançosas quanto à aprovação. Entretanto, quando Anastácio entra e fica ciente da situação, revolta-se. Dessa forma, os três iniciam uma discussão sobre o voto feminino, em que Rafael demonstra não saber quem apoiar:

INÊS: Havemos de ser iguais; se a mulher está habilitada para ser mãe, essa missão sublime e grandiosa, porque não há de estar para exercer o direito de voto?

ANASTÁCIO: Que querem que façam os homens? Que cedam o lugar às mulheres? Que vão para a cozinha? Que vão dar ponto nas meias? Que vão amamentar crianças?

ESMERALDA: Ninguém diz isso. Ninguém quer tirar o lugar dos homens, mas nem por isso continuarmos nós na humilhante condição em que temos jazido até hoje.

ANASTÁCIO: É o mesmo estrabismo. Esta gente está idiota

INÊS: O senhor é que parece que perdeu a razão.

ANASTÁCIO: (Dirigindo-se a Rafael) Meu genro, estamos perdidos, a revolução das saias entrou-nos portas adentro; é preciso reagir. A mulher votante, com direito aos cargos públicos! Que desgraça! Que calamidade! (Azevedo, 1890, p. 51).

Ao analisarmos os trechos acima, percebemos que havia uma distorção de sentidos em prol da desmoralização da causa feminina. Para os homens, era um absurdo a participação das mulheres na vida pública e mostravam ter medo de perder o seu próprio espaço.

Em seguida, há um dueto, como uma espécie de “grito de guerra” ou uma música que buscava encorajar as mulheres a lutarem pela causa, mostrando não ser fácil. Outro dueto é formado logo depois entre Joaquina e seu namorado Antônio, que parece enrolar a namorada para casar. Joaquina explica para Antônio o que entendeu sobre a conversa das suas patroas, afirmando que as coisas na sociedade seriam ao contrário caso as mulheres votassem, deixando o namorado assustado com a possibilidade de exercer serviços domésticos. Devido a essa interpretação, Antônio resolve apoiar os patrões em impedir essa mudança.

Os homens unem-se para que as mulheres não possam ter a possibilidade de votar. Na cena 12 entra o Doutor Florêncio, homem a favor do voto feminino. Em seguida, as mulheres encontram os homens e Antônio retira-se da discussão para não prejudicar seu emprego. Inicia-se novamente um debate acerca do sufrágio, em que os homens afirmam que as mulheres querem roubar seus direitos, e elas rebatem afirmando querer apenas igualdade de direitos. Dessa forma, o Doutor tenta convencer os homens de que esta causa não é absurda:

DOUTOR: Mas senhores, sejamos todos cordatos. O direito de voto às mulheres é de toda a justiça.

ANASTÁCIO: Não é só o direito de voto que elas querem, é o direito de votar e serem votadas. É o reinado das saias.

DOUTOR: Não há tal. Será antes o reinado das competências. De agora em diante não veremos mais na sociedade a impostura de serem as mulheres quem fazem as coisas e os homens quem recebem as honras...como por aí se dá (Azevedo, 1890, p. 69-70).

Além de relatar as injustiças das quais as mulheres são vítimas como estratégia pedagógica para convencê-los a apoiar a causa do voto feminino, o Doutor Florêncio mostrava que as mulheres possuíam diversas capacidades e que negar-lhes o direito ao voto seria injusto.

DOUTOR: Se a mulher tem aptidão para adquirir títulos científicos, porque não há de ter para os cargos públicos?

INÊS: Apoiado, e aqui está a Esmeralda para prova.

DOUTOR: Se pode exercer cargos públicos, porque não há de poder desempenhar o mandato?

ANASTÁCIO: Mas, nesse caso, teremos também de ser governados por elas.

RAFAEL: Virão ocupar nossos lugares.

DOUTOR: Quando provarem competências para eles, por que não? (Azevedo, 1890, p. 70).

Através dessa discussão, percebemos que era um problema a possibilidade de existirem mulheres em posições de autoridade para esses homens; eles se sentiam ameaçados por uma mulher ocupar um cargo mais alto que eles. Josephina mostrava não só o egoísmo masculino, como a necessidade constante que estes possuíam de se sentirem superiores ao sexo feminino.

No decorrer das cenas seguintes, Anastácio sai e retorna com um jornal em mãos, de forma bastante eufórica, anunciando a todos o conteúdo escrito: o voto feminino havia sido negado.

ANASTÁCIO: O ministro despachou a consulta que lhe foi submetida, nestes termos: (*lê*) O governo, resolvendo a questão apresentada, não considera nem oportuna, nem conveniente, qualquer (*aparece Antônio*) inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres *sui juris* ao alistamento e ao exercício da função eleitoral.

Após a notícia lida por Anastácio, as mulheres não perdem a esperança de um dia conseguirem a aprovação do sufrágio feminino, enquanto os homens reafirmavam o lugar social das mulheres, inspirados na religião católica, citando Adão e Eva. As mulheres não desistem da causa apesar da negativa e cantam juntas, ao final, uma música em que falam da esperança de conseguirem tal direito, pois “vencerá a razão, vencerá!” (Azevedo, 1890, p. 37), enquanto os homens permanecem contrários, afirmando que tudo continuaria como estava.

Conclusão

Josephina realizou um importante trabalho ao compartilhar suas indignações com a sociedade da época, usando a escrita como estratégia para alcançar mais pessoas. A redatora buscava, assim, convencê-las e conscientizá-las da absurda desigualdade de gênero existente entre homens e mulheres no século XIX. Embora a autora tenha dedicado boa parte de seus trabalhos a uma causa considerada absurda e polêmica, o voto feminino, sua escrita foi importante de modo a possibilitar que, anos depois, surgissem grupos mais organizados dedicados a alcançar tal medida. Foi preciso debater, usar exemplos e, pedagogicamente, trazer ideias para ir de encontro às normas sociais da época, ou seja, foi preciso primeiro questionar para que o direito ao voto fosse finalmente conquistado no século XX através de um movimento mais organizado.

A historiografia brasileira teve a tendência de apagar mulheres como Josephina, pelo seu hábito de questionar a sociedade da época. Mas, a partir das mudanças historiográficas vividas ao longo do século XX, principalmente com a formação do campo da história das mulheres e dos estudos de gênero, temos uma historiografia dedicada a estudar os excluídos e questionadores da história dos “grandes homens”.

Dessa forma, surgiram vários trabalhos de resgate dessa história ignorada por leituras mais tradicionais. Sendo assim, atualmente possuímos diversas pesquisas nos campos de gênero, raça e classe. Entretanto, essas pesquisas ainda precisam chegar ao público e aos livros didáticos de forma mais abrangente, em uma tentativa de quebrar falsos paradigmas que apresentam os direitos como “conquistados” e não como conquistas permanentes, lembrando sempre que precisamos lutar não apenas pela conquista, mas também por sua permanência.

Referências

ALVES, Branca Moreira. Título do capítulo. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 49-63, 2023.

AZEVEDO, Josefina Alvares de (Dir.). *Retalhos*. Rio de Janeiro: Typ. de A Família, 1890

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 33. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CORREA E SILVA, Laila. *Dos projetos literários dos “homens de letras” à literatura combativa das “mulheres de letras”*: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX. 2021. 356 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

CORREA E SILVA, Laila. O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913). *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 114-131, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/87365>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 25-47, 2023.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*: dicionário ilustrado. v. 1: Século XIX. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

GOETTEMES, Gabriela Correa da Silva. Feminismo, biografia e representação do passado no livro *Galeria Ilustre: Mulheres Célebres* (1897), de Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2024, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista#G>. Acesso em: 7 set. 2025.

HAHNER, June E. *Mulheres brasileiras e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KARAWJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar*: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2020.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa do século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. Entre o público e o privado: as relações de gênero no pensamento positivista e católico (1870-1889). In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis, 2010. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278290628_ARQUIVO_fazendogenero_vf.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

RIBEIRO, Ana Elisa; KARAM, Suelem. Editora Mulheres, Zahidé Muzart e um caso relevante de edição de livros no Brasil. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, e34581, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.1.34581>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, Livia Assumpção Vairo dos. A mulher por ela mesma: vozes femininas no jornal A Família. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 18., 2018, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529468532_ARQUIVO_Anpuhregional-2018-artigocompleto.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

SOUTO, Barbara Figueiredo. *Imprensa feminista no Brasil: mulheres oitocentistas na luta por seus direitos*. Curitiba: Appris, 2019.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O florete e a máscara: Josefina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. 1995. 241 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. A instituição do agiônimo no teatro brasileiro em fins do século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 388-399, 1997.



“Nem só de grécia e roma se faz história antiga”: Análise de como a antiguidade nas américas é abordada nos livros didáticos mais usados no Ceará (2020-2024)

Joycielle Araujo Oliveira

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar como a história das civilizações antigas americanas está presente nos livros didáticos de História utilizados no estado do Ceará entre 2020 e 2024. A pesquisa justifica-se pela importância de crianças e jovens compreenderem de onde vieram, conhecerem sua ancestralidade e reconhecerem que a história americana não deriva da história europeia, mas possui identidade própria.

Palavras-chave: Livro didático; Colonialidade do saber; Civilizações americanas.

O ensino de História no Brasil carrega, em suas entranhas, uma lógica que não morreu com o fim das colônias. Aníbal Quijano (2005, p. 117) nos ensina que a colonialidade sobreviveu ao colonialismo político, naturalizando-se nas estruturas mentais e institucionais que definem o que é válido como saber e quem tem o direito de enunciá-lo. Essa lógica se materializa cotidianamente por meio do eurocentrismo, analisado por Dussel

(1993, p. 8) como uma violência simbólica que decretou a Europa como centro do mundo e encobriu o Outro; por Césaire (2023, p. 34), como um esvaziamento brutal das sociedades originárias; e por Fanon (1968, p. 41), como uma ocupação das mentes que ensina o colonizado a negar a si mesmo. Nos currículos e livros didáticos brasileiros, essa estrutura revela-se na periodização histórica eurocêntrica (Antiguidade, Idade Média e Modernidade), na centralidade atribuída à Grécia e a Roma e na redução das civilizações americanas, africanas e asiáticas, muitas vezes, à condição de complementos ou notas de rodapé. A BNCC, mesmo proclamando o respeito à diversidade, mantém, como aponta Brazão (2017, p. 9), “uma valorização da cultura europeia em detrimento das demais culturas, colocando-as em posição de inferioridade, perpetuando a lógica de superioridade da cultura oriunda da Europa”.

Diante dessa realidade, torna-se imperativo pensar caminhos para sua superação. A proposta de uma escrita historiográfica decolonial não se limita a incluir novos conteúdos ou adicionar capítulos sobre “outros povos”; ela exige, como nos convida Mignolo (2008, p. 288), uma verdadeira desobediência epistêmica, um desprendimento das lógicas impostas pela matriz colonial do poder. Paulo Freire (1987, p. 33-34) já denunciava que a “educação bancária” transforma estudantes em recipientes passivos de uma história alheia. É contra essa lógica que bell hooks (2017) propõe uma pedagogia engajada, na qual a sala de aula seja um espaço de transgressão e libertação. Nesse mesmo horizonte, Catherine Walsh (2009, p. 9) defende uma interculturalidade crítica capaz de transformar radicalmente as relações que produzem a desigualdade, enquanto Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 87) nos convida a substituir a “monocultura do saber” por uma “ecologia de saberes”, na qual diferentes racionalidades possam coexistir em condições de igualdade. O livro didático emerge, nesse contexto, como um dos objetos mais urgentes de transformação. Decolonizá-lo é, antes de tudo, um ato ético e político de restituição da humanidade aos povos que foram sistematicamente silenciados e de devolução à escola de seu papel mais essencial: ser um espaço vivo de resistência e de reexistência.

Se a colonialidade, como demonstramos, habita as estruturas do pensamento e se reproduz nas salas de aula, é preciso compreender agora como ela se materializa concretamente nos dispositivos institucionais que

regulam o ensino brasileiro. O livro didático, longe de ser um objeto neutro ou meramente pedagógico, é, nas palavras de Bittencourt (2008, p. 9), simultaneamente “instrumento de ensino” e “objeto manufaturado”, inscrito em uma lógica industrial e comercial que favorece, sistematicamente, a reprodução de narrativas hegemônicas já consolidadas. Esse caráter mercadológico, aliado ao poder regulador do Estado, faz com que o livro didático opere como o que Antoni (2021, p. 76), dialogando com Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 246), denomina de “produção ativa de não existência”: a invisibilização das civilizações americanas, africanas e asiáticas não é um esquecimento casual, mas resultado de escolhas políticas e epistêmicas que transformam culturas inteiras em notas de rodapé. Como reforça Lisboa (2022, p. 138), esse objeto carrega “a capacidade de formar consciências, recuperar narrativas e perpetuar noções”, exercendo uma autoridade simbólica que naturaliza, aos olhos de estudantes e professores, a história que conta como se fosse a única história possível.

É nesse cenário que a BNCC e o PNLD emergem como os grandes arquitetos institucionais da colonialidade no ensino brasileiro. Brazão (2017, p. 9) documenta que a versão final da Base, homologada em contexto de ascensão conservadora pós-2016, representou um recuo explícito em direção ao cânone eurocêntrico, propondo “uma valorização da cultura europeia em detrimento das demais culturas, colocando-as em posição de inferioridade”. Ferreira e Caimi (2018, p. 11) demonstram que o PNLD, ao exigir alinhamento estrito à BNCC, consolida o que denominam de “currículo avaliado”, gerencialista e homogeneizante, que fecha o cerco sobre as possibilidades de inovação docente. O resultado concreto dessa arquitetura de controle é que as civilizações greco-romanas ocupam, em média, entre 30 e 50 páginas por coleção aprovada, enquanto o conjunto das civilizações americanas raramente ultrapassa 10 a 15 páginas, quase sempre associado à conquista europeia. Essa disparidade, como observa Quijano (2005, p. 127), não reflete limitações historiográficas, mas a colonialidade do poder, que ainda “implica um padrão cognitivo” no qual o não europeu é tratado como passado inferior, primitivo e sem continuidade com o presente. Romper com essa arquitetura exige, como propõem Walsh (2009, p. 9) e Pavan e Tedeschi (2021, p. 263), não apenas reformas pontuais, mas uma desobediência epistêmica radical que transforme o currículo de dispositivo da colonialidade em território vivo de libertação.

Partindo desse horizonte teórico, a investigação voltou-se para o interior dos livros didáticos mais distribuídos nas escolas públicas do Ceará nos ciclos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2020 e 2024. A escolha pelo Ceará como recorte empírico não é fortuita: trata-se de compreender a educação não como fenômeno abstrato, mas como prática concreta que se realiza em territórios específicos, com sujeitos reais. Muitos dos estudantes cearenses que abrem esses livros são descendentes de povos originários, afrodescendentes e filhos das classes populares que buscam, naquelas páginas, compreender a própria história. Falar sobre o livro didático no Ceará é, portanto, falar sobre identidade, pertencimento e direito à memória.

Os dados de distribuição do FNDE revelam um cenário de hegemonia editorial que condiciona, de forma direta, quais narrativas chegam às salas de aula. A Editora FTD S.A. e a Editora Moderna dominam o mercado escolar cearense: em 2020, a FTD alcançou 48% das escolas municipais e a Moderna, 24%; em 2024, a Moderna saltou para 34% e a FTD ficou com 40%. O livro *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, isolou-se como a obra mais utilizada, chegando a 40% das instituições cearenses em 2020 e 36% em 2024, enquanto *Araribá Mais* e *SuperAção História*, ambos da Editora Moderna, foram os segundos mais utilizados nos respectivos ciclos. Os levantamentos foram realizados com base nos dados de distribuição do FNDE, que indicam a quantidade de exemplares, as obras e as editoras distribuídas para as escolas municipais e estaduais. Esses números importam porque a narrativa presente nessas obras é a que efetivamente chega às salas de aula e constrói o imaginário histórico de quase metade da população estudantil das redes públicas municipal e estadual.

Para além das marcas editoriais que estampam suas capas, é fundamental que nos perguntemos: quem são os sujeitos que escrevem essas histórias? Que corpos, que formações, que geografias epistêmicas produzem os saberes que chegam às salas de aula cearenses? A coleção *História: Sociedade & Cidadania* tem como autor Alfredo Boulos Júnior, historiador cujas raízes acadêmicas estão fincadas no Sudeste, com mestrado em História Social pela USP e doutorado em Educação (História da Educação) pela PUC-SP, trazendo consigo uma longa vivência na educação básica.

Já na Editora Moderna, deparamo-nos com dois modelos de construção do saber: a coletividade em *Araribá Mais*, obra organizada por um corpo editorial majoritariamente formado por historiadores e historiadoras da Universidade de São Paulo (USP), tendo como editora responsável Ana Claudia Fernandes, mestre em História Social, que imprime ao manual a tradição historiográfica paulista; e a autoria de Caroline Minorelli e Charles Chiba na coleção *SuperAÇÃO História*. Ambos são historiadores graduados pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná, e possuem especializações que transitam entre a História Social, o Ensino de História e as Teorias da Arte, revelando um olhar que emerge da região Sul do país. Notamos, portanto, que os materiais analisados são frutos de profissionais com sólida formação acadêmica nos campos da História e da Educação, mas que permanecem situados em centros de produção do saber concentrados no Sul e Sudeste, cujas trajetórias moldam as escolhas e os silêncios que atravessam as páginas escolares.

Ao examinarmos o lugar estrutural ocupado pela América Antiga nessas coleções, o primeiro dado que salta aos olhos é a organização dos sumários. As três obras seguem, em linhas gerais, o percurso linear clássico: Pré-História, Antigo Oriente, Grécia e Roma. Há, contudo, uma particularidade que merece atenção: as civilizações americanas são posicionadas, no volume do 6º ano, antes mesmo das sociedades do Antigo Oriente. Esse reposicionamento cronológico poderia sugerir uma ruptura com a linearidade eurocêntrica. Entretanto, uma análise mais cuidadosa revela que essa reorganização é mais formal do que estrutural: as sociedades americanas permanecem conceitualmente isoladas, sem diálogo com a noção de “Antiguidade” mundial. Maias, Astecas e Incas são tratados como blocos temáticos à parte, quase como curiosidades que precedem o “verdadeiro” fluxo histórico, cujo centro continua sendo o eixo mediterrânico.

Essa disposição não é inocente. Ela reproduz aquilo que Edson Antoni (2021, p. 76) descreve, dialogando com Boaventura de Sousa Santos, como a “produção ativa de não existência”: a invisibilização das civilizações americanas não é um esquecimento casual, mas resultado de escolhas políticas e epistêmicas que transformam culturas inteiras em notas de rodapé. Nas palavras do próprio Antoni:

Esta matriz de pensamento, à qual Santos em outros trabalhos também se refere como “epistemologias do Norte”, estabelece uma racionalidade a partir da qual outras formas de saberes, não científicos e não europeus/ocidentais, são desprezados. Uma racionalidade na qual narrativas específicas são impostas como universais (totalizantes) em detrimento de outras formas de conhecimento que serão silenciadas e invisibilizadas. Dessa forma, conclui Santos, um conjunto grande de experiências sociais estão sendo desperdiçadas, promovendo “unepistemicidiomasivo en los últimos cinco siglos, por el que se ha perdido una inmensa riqueza de experiencias cognitivas” (Antoni, 2021, p. 3).

O “epistemicídio massivo” mencionado por Antoni não é uma abstração teórica: ele tem endereço, data e método. Manifesta-se na forma como os livros didáticos classificam os saberes americanos sempre abaixo, sempre à margem, sempre como apêndice do que os europeus já teriam descoberto antes ou melhor. É nesse sentido que a análise quantitativa e qualitativa das três coleções mais utilizadas no território cearense se torna tão reveladora: os números não mentem, e os silêncios falam tanto quanto as palavras.

A análise quantitativa das coleções confirma, com eloquência, esse argumento. Nas três obras, Maias, Astecas e Incas, por exemplo, são descritos em capítulos que raramente ultrapassam 15 páginas, em contraste brutal com as quase 50 páginas dedicadas ao mundo greco-romano. No *História: Sociedade & Cidadania* (6º ano, PNLD 2020/2024), as civilizações americanas ocupam aproximadamente 15 a 20 páginas em um volume de cerca de 280 páginas, o que corresponde a menos de 7% do conteúdo total. Olmecas, Nazcas e Mochicas são reduzidos a breves menções em boxes; Zapotecas e Teotihuacanos são simplesmente omitidos. O *Araribá Mais* (6º ano, PNLD 2020), apesar de reorganizar cronologicamente as sociedades americanas, dedica-lhes apenas 18 a 22 páginas e reduz a trajetória das civilizações Asteca e Inca a apenas uma página (p. 64), sob a justificativa de que o estudo será “aprofundado no volume do 7º ano” (Moderna, 2018, p. 56), por serem as sociedades encontradas pelos espanhóis no momento da conquista. Essa “economia de páginas” produz um silenciamento curri-

cular que reforça a lógica de que a história americana só adquire relevância plena quando conectada ao marco cronológico europeu.

Já no *SuperAÇÃO História* (6º ano, PNLD 2024), a centralidade europeia é reafirmada de modo explícito. Ao discutir a Antiguidade Clássica, o livro define: “Esse período se refere à história e à cultura de antigas sociedades que se desenvolveram na Europa. A Antiguidade Clássica abrange o auge das antigas culturas grega e romana” (Minorelli; Chiba, 2022, p. 148). Ao reservar o título de “primeiras civilizações” apenas ao eixo afro-asiático — “Algumas regiões da Ásia e da África foram habitadas por povos que formaram as primeiras civilizações da História” (Minorelli; Chiba, 2022, p. 81) —, a obra invisibiliza a contemporaneidade dos processos americanos. O próprio livro admite sua base colonial ao afirmar que a cronologia adotada “foi elaborada de acordo com acontecimentos e referências da história do continente europeu” (Minorelli; Chiba, 2022, p. 34), confinando os povos da América a uma temporalidade alheia e subalternizada.

A análise qualitativa aprofunda esse diagnóstico. No *História: Sociedade & Cidadania*, os conhecimentos astronômicos maias são apresentados como curiosidades em um box de meia página, sem conexão com o desenvolvimento da matemática ou da ciência. O texto limita-se a registrar: “Como resultado de suas observações, os maias criaram dois calendários: um religioso, de 260 dias, e outro solar, de 365 dias. O calendário solar maiá era dividido em 18 meses de 20 dias, mais cinco dias adicionais” (Boulos Júnior, 2022, p. 139). A precisão é citada, mas a narrativa a reduz imediatamente a uma ferramenta agrícola, sem discutir a racionalidade científica ou a percepção cíclica do tempo que caracterizava aquela civilização. Não há explicação sobre como os maias calcularam o ano solar com precisão de 365,2420 dias, valor mais exato que o do calendário gregoriano europeu, adotado apenas no século XVI.

A engenharia hidráulica dos astecas, que permitiu a construção de Tenochtitlán sobre o lago Texcoco, sequer é citada como demonstração de domínio tecnológico. Em seu lugar, aparece um relato que prioriza a expansão territorial:

Os astecas, ou mexicas, um povo originário da América do Norte, chegaram ao Vale do México em 1325 e lá ergueram

a cidade de Tenochtitlán. Aos poucos, Tenochtitlán cresceu e os astecas se expandiram, dominando cidades e povos da região e formando um império imenso (Boulos Júnior, 2022, p. 134).

Uma metrópole de cerca de 200 mil habitantes construída sobre um lago, dotada de sofisticados sistemas de aquedutos, diques e canais, é narrada como se a principal façanha asteca fosse a conquista militar, e não o monumental saber técnico e científico que sustentava aquela cidade.

O *Araribá Mais*, embora demonstre maior preocupação em contextualizar as civilizações americanas, também reduz os avanços astronômicos maias à utilidade prática:

Além disso, eles conheciam o movimento do Sol, da Lua e de Vênus e os eclipses solares e lunares; e criaram dois calendários, que utilizavam simultaneamente: um sagrado, de 260 dias (astrológico), e outro não religioso, de 365 dias (solar). Graças a esses calendários, os sacerdotes conseguiam indicar as épocas propícias para o preparo do campo, a semeadura e a colheita (Fernandes, 2020, p. 59).

Fala-se em “religião maia”, mas não em cosmologia; em “sacerdotes”, mas não em sábios ou filósofos. A racionalidade científica desaparece por detrás da imagem mística, reproduzindo, de forma sutil, mas eficaz, a linha abissal que Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 72) descreve como a impossibilidade de copresença dos dois lados: o lado em que existe ciência e o lado em que existem apenas crenças.

O *SuperAÇÃO História* mantém uma narrativa descritiva e sintética, com pouca ou nenhuma problematização acerca das cosmologias, filosofias próprias e saberes científicos e matemáticos. As sociedades americanas são tratadas como unidades isoladas, sem conexão entre si ou com processos históricos de longa duração. Não se estabelecem as redes comerciais que conectavam a Mesoamérica aos Andes, nem se exploram as trocas culturais e tecnológicas entre diferentes povos. O resultado é uma visão fragmentada e estática, como se essas civilizações fossem compartimentos estanques da história, sem dinamismo interno ou relações externas.

Essa abordagem realiza o que Boaventura de Sousa Santos sintetiza com precisão:

Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e torna invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. A invisibilidade desses outros saberes, podemos então afirmar, não está associada a uma pobreza ou escassez de experiências, mas sim a um processo complexo e consciente de produção de não-existência (Santos, 2002, p. 245).

A linguagem utilizada nas três obras reforça essa subordinação epistêmica de forma sutil, mas profundamente eficaz. O que na Grécia é chamado de “filosofia”, na América torna-se “crença” ou “religião”; o que em Roma é “engenharia”, entre os incas aparece como “técnica engenhosa”; o que no Egito são “conhecimentos astronômicos”, entre os maias são “curiosidades matemáticas” apresentadas em boxes. No *História: Sociedade & Cidadania*, o capítulo sobre a Grécia dedica três páginas inteiras à filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles, apresentando-os como fundadores do pensamento racional. Já no capítulo sobre as civilizações americanas, não há uma única menção à palavra “filosofia”. Fala-se em “crenças religiosas” e “rituais sagrados”, nunca em sistemas de pensamento. Um caso sintomático é a afirmação de que “o povo inca não desenvolveu escrita” (Boulos Júnior, 2022, p. 142), frase aparentemente neutra que sugere, implicitamente, um estágio menos desenvolvido, reproduzindo a lógica evolucionista que a historiografia contemporânea critica há décadas.

Essa hierarquização terminológica não é acidental: ela reflete e reproduz a colonialidade do saber, ensinando implicitamente que apenas alguns povos foram capazes de produzir conhecimento científico, filosófico e tecnológico legítimo. O que os livros didáticos fazem é apresentar fatos, descrições de pirâmides e sistemas de irrigação, mas silenciam sobre o essencial: a alma dessas civilizações, seus sistemas de pensamento. Dizem

que os maias tinham “conhecimentos de astronomia”, mas não explicam a filosofia do tempo cíclico que fundamentava esse conhecimento. Mencionam as “construções incas”, mas não exploram o conceito de *ayni* (reciprocidade), que organizava o trabalho coletivo e sustentava uma lógica de mundo radicalmente distinta da europeia. Falam em “agricultura asteca”, mas silenciam sobre o conhecimento botânico que permitiu a domesticação de centenas de espécies vegetais ao longo de milênios, patrimônio científico que alimenta o mundo até hoje. A filosofia náuatle, que desenvolveu conceitos tão rigorosos quanto os gregos, como *neltiliztli* (verdade enraizada) e *in xochitl in cuicatl* (flor e canto como metáfora do conhecimento verdadeiro), simplesmente não existe nas páginas dessas obras. A consequência disso é o que Santos (2007, p. 92) chama de epistemicídio: um assassinato de conhecimentos tão grave quanto qualquer outra forma de violência colonial, porque mata não os corpos, mas as memórias, as identidades e as possibilidades de futuro.

Essa pedagogia do silêncio opera por meio do que Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 71) denomina “pensamento abissal”: um sistema de distinções que traça uma linha radical separando o universo “deste lado” — o mundo europeu, onde existem ciência, filosofia e direito — do universo “do outro lado” — o mundo colonial e indígena, onde existiriam apenas crenças, mitos e práticas irracionais. Nos livros didáticos, essa linha abissal manifesta-se com nitidez: os sábios maias são apresentados como “sacerdotes místicos”; os filósofos gregos, como “pensadores universais”. A engenharia inca é uma “técnica engenhosa”; a engenharia romana, um “legado civilizacional”. O resultado, como Frantz Fanon (1968, p. 41) analisou, é que o colonizado aprende a negar a si mesmo e, na escola, esse aprendizado começa quando uma criança abre o livro de História e descobre que seus ancestrais não pensavam, apenas acreditavam.

Quando um jovem estudante indígena do Ceará lê que “os maias tinham crenças religiosas” e, páginas adiante, que “os gregos desenvolveram a filosofia”, a mensagem implícita é devastadora: gregos pensam, maias acreditam. Gregos são racionais, maias são místicos. Como bell hooks (2017) argumenta em sua proposta de pedagogia engajada, a violência epistêmica não é apenas intelectual; ela é emocional, espiritual e identitária. Afeta a alma dos estudantes que não se veem refletidos nas páginas que

deveriam falar de sua própria história. O espelho está quebrado, e os cacos refletem apenas fragmentos distorcidos: algumas faces nítidas, iluminadas e centrais; outras desfocadas nas bordas ou simplesmente ausentes.

Essa negação sistemática é o que Aimé Césaire (2023, p. 34) chamou de “negação civilizacional” e o que Enrique Dussel (1993, p. 8) analisou como o “encobrimento do Outro”: a chegada dos europeus à América não foi um “descobrimento”, mas um ato que negou a alteridade americana como produtora autônoma de conhecimento. Dussel é preciso ao descrever essa violência: “No melhor dos casos, os índios eram considerados ‘rudes’, ‘crianças’, ‘imatuross’ (*unmündig*) que necessitavam da paciência evangelizadora” (Dussel, 1993, p. 63). Os códices maias queimados por Diego de Landa, em 1562, não eram apenas livros: eram bibliotecas inteiras de conhecimento astronômico, matemático, histórico e filosófico. Cada códice destruído representou um epistemicídio. E cada livro didático que, no século XXI, ainda trata esses saberes como curiosidades exóticas está, à sua maneira, prolongando essa queima.

É diante desse diagnóstico que se impõe, com urgência, a pergunta sobre os caminhos possíveis. A denúncia das ausências não é um fim em si mesma; ela constitui o ponto de partida para uma reflexão sobre como reescrever a história e transformar os materiais escolares em instrumentos de libertação, e não de perpetuação da colonialidade. A obra de Paulo Freire (1987, p. 33-34) oferece o fundamento mais essencial: a “educação bancária”, que transforma estudantes em recipientes passivos de uma história alheia, precisa ser superada por uma educação que seja prática da liberdade, um processo de conscientização no qual educadores e educandos trabalhem juntos para compreender e transformar o mundo. Descolonizar o livro didático é, nesse sentido, um ato freireano por excelência.

Em termos práticos, uma escrita didática decolonial exige transformações que vão muito além de aumentar o espaço dedicado aos maias, astecas e incas. Isso seria apenas o que Catherine Walsh (2009, p. 21) chama de “interculturalidade funcional”: reconhecer a diversidade sem transformar as estruturas de poder que definem o que é considerado “história”, “ciência” e “civilização”. A “interculturalidade crítica”, defendida por Walsh, “*parte del problema de poder, su patrón de racialización y la diferencia colonial y no simplemente cultural*” (Walsh, 2008, p. 140), exigindo que

se questionem e transformem as próprias estruturas que organizam o conhecimento histórico escolar. Aplicada ao livro didático, ela significa não apenas incluir mais conteúdo sobre os povos originários, mas redesenhar a arquitetura narrativa do material: a sequência dos capítulos, a escolha das fontes, a terminologia empregada, as imagens selecionadas e as perguntas propostas nas atividades.

Concretamente, isso significa integrar as civilizações mesoamericanas e andinas ao bloco conceitual de “História Antiga”, em pé de igualdade com Grécia, Roma, Egito e Mesopotâmia, além de ressignificar e reelaborar a própria ideia de História Antiga. Significa substituir terminologias coloniais: “invasão europeia” em vez de “descoberta”; “genocídio dos povos originários” em vez de “conquista espanhola”. Significa utilizar fontes indígenas — códices, tradições orais e análises arqueológicas produzidas por pesquisadores dos próprios povos — como documentos históricos de igual valor às crônicas dos conquistadores. Significa descentralizar a narrativa europeia, demonstrando que havia formas complexas de organização política nas cidades-estado maias; que o conceito inca de *ayni* estruturava relações sociais sofisticadas; que o calendário maia calculava o ano solar com precisão de 365,2420 dias, superando o calendário juliano europeu; e que as construções incas resistem a terremotos que destruiriam muitos edifícios modernos. Isso é ciência. Isso é engenharia. Isso é filosofia. E deve ser ensinado como tal.

A formação de professores é, nesse processo, um elemento indispensável. Um docente formado em perspectiva decolonial não aceita passivamente o que o material apresenta: ele questiona, complementa e desconstrói. Como observa Kelvin Oliveira do Prado (2021, p. 701), a transformação do ensino de História passa necessariamente pela incorporação das epistemologias decoloniais na formação docente, preparando professores não apenas para transmitir conteúdos alternativos, mas para interrogar as próprias estruturas de poder que organizam o conhecimento histórico. Um professor que leciona no Ceará, munido do *História: Sociedade & Cidadania*, não precisa aceitar passivamente sua narrativa eurocêntrica; pode complementá-la, questioná-la e trazer fontes alternativas.

Já existem, pelo Brasil afora, experiências bem-sucedidas de ensino decolonial de História: professores que encontraram formas de descolonizar

suas aulas mesmo trabalhando com materiais eurocêntricos; que utilizam códices como fontes primárias; que discutem a filosofia náuatle ao lado da filosofia grega; que ensinam que o epistemicídio foi uma política deliberada e não um acidente da história. Essa é a desobediência epistêmica que Walter Mignolo (2008, p. 288) propõe em ação, não no plano abstrato das teorias universitárias, mas no cotidiano concreto das salas de aula. O caminho existe. Precisa apenas ser ampliado, sistematizado e institucionalizado.

O percurso investigativo desenvolvido ao longo deste trabalho permitiu chegar a uma conclusão que é, ao mesmo tempo, diagnóstico e convite. O diagnóstico é contundente: o eurocentrismo ainda se manifesta como lógica dominante na escrita da história ensinada no Brasil. As civilizações americanas, quando não são completamente silenciadas — o que ocorre frequentemente com povos como olmecas, zapotecas e teotihuacanos — aparecem de forma fragmentada, exótica e subordinada à narrativa da expansão europeia. A história da América, nos livros didáticos analisados, é frequentemente retratada como um prelúdio estático, uma paisagem a ser “descoberta” e “civilizada”, desprovida de historicidade e agência próprias.

A análise quantitativa e qualitativa das três coleções revelou hierarquias sistemáticas: Grécia e Roma recebem entre 40 e 50 páginas de análise aprofundada, enquanto as civilizações americanas são condensadas em 15 a 20 páginas. Mais significativo que a disparidade quantitativa é o tratamento qualitativo: o que na Grécia é “filosofia” torna-se “crença” na América; o que em Roma é “engenharia” aparece como “técnica engenhosa” entre os incas; o que no Egito são “conhecimentos científicos” transforma-se em “curiosidades matemáticas” nos boxes e trechos dedicados aos maias. Essa hierarquização terminológica não é acidental; ela reflete e reproduz o que Walter Mignolo denomina colonialidade do saber, universalizando parâmetros europeus como medida de toda comparação histórica. Como observa Léia Adriana da Silva Santiago (2015, p. 127), persiste nas obras analisadas “o predomínio de uma história latino-americana que inicia com a intervenção dos europeus sobre ela”, tratando o passado pré-colonial como mero prelúdio do encontro colonial, e não como uma experiência histórica autônoma, dotada de sofisticação e riqueza próprias.

A análise também revelou fissuras e possibilidades de resistência. Os livros *Araribá Mais* e *SuperAÇÃO História* representam esforços editoriais

de ruptura com a linearidade eurocêntrica tradicional ao posicionarem as civilizações americanas antes das civilizações clássicas europeias nos sumários. Esse reposicionamento cronológico, ainda que não implique uma ruptura epistemológica, sinaliza certa sensibilidade editorial às críticas ao eurocentrismo. Contudo, esses avanços formais não se traduzem em ruptura estrutural: as civilizações americanas continuam sendo apresentadas como um bloco temático isolado, enquanto Mesopotâmia, Grécia e Roma funcionam como referências centrais para conceitos como civilização, política, escrita e cidadania. Como argumenta Paulo Augusto Tamanini (2019, p. 10), a inclusão formal de conteúdos sobre povos originários não garante a ruptura epistemológica necessária, pois os saberes americanos permanecem subordinados aos critérios europeus de validação histórica. A presença não garante reconhecimento quando a forma dessa presença é a da inferiorização.

A jornada para descolonizar o ensino de História no Brasil é longa e complexa. Ela exige pesquisa contínua, formação crítica de professores, produção de novos materiais e transformação das políticas públicas, inclusive dos critérios de avaliação do PNLD, que deveriam questionar não apenas se há “diversidade cultural”, mas também se essa diversidade é apresentada de forma subordinada ou em condições de equivalência. Os critérios atuais avaliam a presença formal dos conteúdos, mas não investigam se os saberes americanos são apresentados como ciência ou como curiosidade; se as civilizações americanas são integradas à História Antiga ou aparecem como apêndice exótico; se as fontes indígenas são tratadas como documentos históricos legítimos ou apenas como ilustrações decorativas.

Enquanto essas questões não orientarem os critérios de seleção, mesmo os livros que proclamam a diversidade continuarão reproduzindo, de forma mais sutil, mas não menos eficaz, a colonialidade do saber. Como apontam Ferreira e Caimi (2018, p. 11), o PNLD, ao exigir alinhamento estrito à BNCC, consolida um “currículo avaliado”, gerencialista e homogeneizante, que restringe as possibilidades de inovação docente. Romper com essa arquitetura exige disputar politicamente os próprios critérios que definem o que é um bom livro didático de História, uma disputa que deve envolver, necessariamente, pesquisadores indígenas, educadores dos territórios originários e representantes dos povos cujas histórias seguem sendo invisibilizadas.

Mas trata-se, sobretudo, de uma jornada inadiável. Como nos ensina Paulo Freire (1970, p. 33), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão, mediatizados pelo mundo, transformando o mundo”. A reescrita decolonial dos livros didáticos é exatamente isso: um ato coletivo de libertação, que convoca professores, alunos, historiadores, produtores de materiais e gestores públicos a assumirem, juntos, o compromisso de construir uma educação que não reproduza opressões, mas que emancipe.

Reescrever a história das Américas não significa apenas corrigir ausências nos livros didáticos. Significa restituir humanidade, dignidade e futuro aos povos que foram sistematicamente silenciados. Significa reconhecer que, antes da conquista, já existiam, na América, não apenas história, mas também ciência e filosofia. Significa dizer aos estudantes brasileiros, especialmente àqueles descendentes de povos originários: a sua história importa. Os seus ancestrais foram grandes pensadores, grandes cientistas e grandes construtores. Vocês são herdeiros de uma tradição intelectual rica e complexa, e essa tradição não está morta, não pertence apenas ao passado nem se resume a ruínas arqueológicas. Ela vive nas línguas indígenas que ainda são faladas, nas práticas agrícolas que continuam alimentando comunidades e nas cosmologias que seguem orientando coletividades inteiras.

Quando esse estudante descobre que seus antepassados desenvolveram matemática, astronomia, filosofia e engenharia não como “curiosidades”, mas como formas legítimas de conhecimento, algo se transforma em sua percepção de si mesmo. Muda sua relação com a escola, com o conhecimento e com a própria identidade. Essa é a diferença entre educação bancária e educação libertadora. E essa é a aposta deste trabalho: a de que o espelho da sala de aula pode ser reconstruído; a de que podemos criar novos espelhos que reflitam todas as faces da humanidade, e não apenas aquelas que a colonialidade elegeu como dignas de serem vistas.

Cada professor que ensina História a partir de uma perspectiva decolonial realiza um ato de resistência. Cada estudante que descobre que seus ancestrais eram sábios, cientistas e filósofos reconecta-se com sua própria trajetória histórica e recupera uma dignidade que a colonialidade tentou, mas jamais conseguiu apagar completamente.

Anexos:

Figura 1 – Sumário do livro História Sociedade&cidadania da editora FTD

UNIDADE 2	AFRICA, ORIENTE E AMÉRICA NA ANTIGUIDADE	64
CAPÍTULO 4	Egito e Kush	66
	África: organizações políticas	67
	Catadume no Antigo Egito	68
	O Império Egípcio	70
	Período clássico	70
	Sociedade e poder	73
	O faraó	76
	Os deuses, sacerdotais e os sacerdotes	78
	Artesãos, comerciantes e militares	79
	Os camponeses e os escravos	81
	A religiosidade egípcia	81
	A reforma de Akhenaton	82
	A escrita	84
	O Reino de Kush	85
	Condições de vida no Egito	86
	Condição e mulher no Egito	88
	Economia e sociedade	89
	Atividades	93
CAPÍTULO 6	Mesopotâmia	99
	Os sumérios e os acádios	101
	Assírios e babilônios	102
	Os sumérios	103
	Os assírios	105
	Os babilônios	106
	Sociedade e poder	109
	Economia e tempo e a cidade	110
	Atividades	111
CAPÍTULO 8	Hebreus, Fenícios e Persas	115
	Os hebreus	116
	Formas para a cultura dos hebreus	117
	Os fenícios	118
	A divisão dos hebreus	121
	Os fenícios	123
	Assírios	124
	Os assírios	124
	Os persas	125
	A administração do império	127
	A religião persa	127
	Atividades	128
CAPÍTULO 7	Povos indígenas da América	132
	Espeto e diversidade cultural	133
	O Império Asteca: crenças e sociedade	134
	A cidade de Tenochtitlan	135
	Espeto e sociedade	136
	Os maias	137
	Os astecas: Estado mais	138
	Autonomia	139
	Os incas	140
	As sociedades Incas	141
	Indígenas das terras onde hoje é o Brasil	142
	Condições de vida dos povos indígenas	144
	Relações com a sociedade europeia	145
	Semelhanças entre os indígenas	147
	Atividades	148
	#JovensHistória	154

Fonte: Livro História Sociedade & cidadania.

Figura 2 – Sumário do livro História Sociedade&cidadania da editora FTD

UNIDADE 3	LUTA POR DIREITOS ORIENTE E OESTE	155
CAPÍTULO 8	O mundo grego e a democracia	156
	O conceito de Antiguidade clássica	159
	Império de Alexandre Magno	160
	Clássica antiga: sociedade	161
	A civilização grega	162
	A civilização micênica	163
	Os gregos e o Estado	164
	A cidade-Estado	165
	O que levou os gregos a se expandirem?	166
	Atenas	167
	A democracia ateniense	168
	Epicteto	169
	Política em Esparta	170
	Sociedade espartana	171
	Os deuses e os heróis gregos	172
	Os Jogos Olímpicos	173
	Atividades	176
CAPÍTULO 9	Roma: monarquia e república	183
	Roma antiga	184
	Localização e governo	184
	A origem de Roma segundo uma lenda	185
	Verdade histórica da fundação de Roma	186
	A sociedade no tempo da monarquia	187
	A política no tempo da monarquia	187
	A República Romana	188
	Os magistrados romanos	189
	Roma conquista o Norte	190
	Roma se expande pelo Mediterrâneo	191
	Esclavismo e grande propriedade	192
	A sociedade dos militares	193
	Julius César contra o Senado	194
	O Império e o Império	195
	Atividades	200
	#JovensHistória	204

Fonte: Livro História Sociedade&cidadania.

Figura 3 – Sumário do livro História Sociedade&cidadania da editora FTD

UNIDADE 4	DIVERSIDADE, RESPEITO E PAZ	206
CAPÍTULO 10	O Império Romano	208
	O governo do imperador Otávio Augusto	209
	Afraid, o que era o Império Romano?	211
	As bases do Império Romano	212
	Criação de pessoas, produtos	213
	A cultura na Idade Média	214
	Divisão e poder no Império Romano	215
	Religião e casamento	216
	A literatura romana	217
	Contribuições romanas	218
	Império	219
	Engenharia romana	220
	Dieta romana	221
	Atividades	225
CAPÍTULO 11	Povos e culturas nas terras banhadas pelo Mediterrâneo	230
	A desagregação do Império	232
	O processo de cristianização	234
	Em busca de respostas para o Oriente	235
	A ascensão do cristianismo	236
	A desagregação no ocidente	237
	Comunas: onde viviam e quem eram	238
	Quem não viveu em comunas	239
	Dieta e religião dos germanos	240
	Comércio e abitação	241
	Migrações e invasões no Império	242
CAPÍTULO 12	O feudalismo: sociedade, cultura e religião	243
	O governo do Império	244
	A religiosidade bizantina	245
	O islamismo	246
	Medievalismo: aspectos de interação entre povos e culturas	247
	Atividades	251
CAPÍTULO 13	O feudalismo: sociedade, cultura e religião	260
	O feudalismo	260
	A sociedade feudal	261
	O senhorio	262
	Os vassalhos	263
	Os senhores e as obrigações dos vassalhos	264
	Os vassalhos e as obrigações dos senhores	265
	A cultura na Idade Média	266
	A cultura na Idade Média	267
	A cultura na Idade Média	268
	A cultura na Idade Média	269
	A cultura na Idade Média	270
	A cultura na Idade Média	271
	A cultura na Idade Média	272
	A cultura na Idade Média	273
	A cultura na Idade Média	274
	A cultura na Idade Média	275
	A cultura na Idade Média	276
	A cultura na Idade Média	277
	A cultura na Idade Média	278
	A cultura na Idade Média	279
	A cultura na Idade Média	280
	A cultura na Idade Média	281
	A cultura na Idade Média	282
	A cultura na Idade Média	283
	A cultura na Idade Média	284
	A cultura na Idade Média	285
	A cultura na Idade Média	286
	A cultura na Idade Média	287
	A cultura na Idade Média	288
	A cultura na Idade Média	289
	A cultura na Idade Média	290
	A cultura na Idade Média	291
	A cultura na Idade Média	292
	A cultura na Idade Média	293
	A cultura na Idade Média	294
	A cultura na Idade Média	295
	A cultura na Idade Média	296
	A cultura na Idade Média	297
	A cultura na Idade Média	298
	A cultura na Idade Média	299
	A cultura na Idade Média	300

Fonte: Livro SuperAÇÃO História.

Figura 4 – Sumário SuperAÇÃO História da editora Moderna

Sumário	
UNIDADE 1	O que eu já sei?
UNIDADE 1	Para estudar História
UNIDADE 1	História e vida
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	Atividades
UNIDADE 1	

Fonte: Livro SuperAÇÃO História.

Fonte: Livro SuperAÇÃO História.

Fonte: Livro SuperAÇÃO História.

Fonte: Livro Araribá MAIS História.

Fonte: Livro Araribá MAIS História.

Figura 9 – Sumário livro Araribá MAIS História da editora Moderna

UNIDADE V – A GRÉCIA ANTIGA 124	Nova ordem política 154
CAPÍTULO 11 – Sociedade e política na Grécia Antiga 126	A voz dos plebeus 155
A FORMAÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA 127	EXPANSÃO TERRITORIAL 156
A Grécia pólio-médica 128	Integrar conhecimentos: História e Geografia 157
ESPARTA 129	Mediterrâneo: encontros de civilizações 157
A oligarquia espartana 130	CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO 158
Documento - A educação espartana 130	Em debate - Escravidão e trabalho livre 159
ATENAS 131	na Roma Antiga 159
O sistema democrático 132	A outra face das conquistas 160
AS MULHERES NA GRÉCIA 133	O exército e seus líderes 161
A CONQUISTA MACEDÔNICA 134	Atividades 162
A cultura helenística 135	CAPÍTULO 14 – A Roma Imperial 163
Em debate - O caldeirão cultural mediterrâneo 136	O IMPÉRIO ROMANO 164
Atividades 137	POSIÇÃO CULTURAL 164
CAPÍTULO 12 – Religião e arte na Grécia Antiga 138	Integrar conhecimentos: História e Geografia 165
RITUAIS E FESTIVIDADES RELIGIOSAS 139	A ideia de territorialidade na Roma Imperial 165
Ouvintes 140	Mulheres e crianças na Roma Antiga 166
TEATRO, ESCULTURA E ARQUITETURA 141	Cultura e entretenimento 167
O realismo das esculturas 142	Documento - Sêneca e os gladiadores 167
Arquitetura: a dimensão humana dos deuses 142	QCRISTIANISMO 168
Integrar conhecimentos: História e Arte 143	Deuses e a perspectiva a religião oficial do Império Romano 169
A pintura nos vasos gregos 143	O DECLÍNIO DO IMPÉRIO ROMANO 170
O PENSAMENTO FILOSÓFICO E AS CIÊNCIAS 144	A crise política e a nova forma de governo 171
Os principais filósofos gregos 145	Atividades 172
História e medicina 146	CAPÍTULO 15 – O mundo bizantino 174
Atividades 147	O IMPÉRIO BIZANTINO 175
Ser no mundo - O que é o belo? 148	A sociedade bizantina 176
UNIDADE VI – ROMA ANTIGA 150	Rupturas na cristandade 177
CAPÍTULO 13 – Formação e expansão de Roma 152	Integrar conhecimentos: História e Arte 178
A MONARQUIA (753-509 a.C.) 153	O mundo bizantino e a doutrina cristã 178
A REPÚBLICA (509-27 a.C.) 154	Atividades 179
	Para refletir - Qual é a relação entre a Antiguidade Clássica e o mundo Ocidental? 180

Fonte: Livro Araribá MAIS História.

Figura 10 – Box sobre as civilizações Nazcas e Mochicas



Geoglifo nazca, no Peru. Fotografia de 2014. Para ter ideia de seu tamanho, identifique a estrada acima e à esquerda na fotografia. Por suas enormes dimensões, os geoglifos nazcas só podem ser identificados a grande distância.

Nazcas e mochicas

As civilizações mochica e nazca se desenvolveram, respectivamente, na costa norte e na costa sul do atual Peru, entre 200 a.C. e 800 d.C., aproximadamente.

Os nazcas são famosos por terem traçado imensas figuras, os geoglifos, nas planícies do deserto da Bacia do Rio Grande de Nazca. Também são conhecidos e estudados por sua abundante produção de cerâmica e de tecidos, que contém figuras representando o modo de vida desse povo. Os mochicas, por sua vez, se destacam pelas imagens feitas em peças de cerâmica, que apresentam, entre outros temas, guerreiros e pessoas da elite governante com trajes de uso exclusivo de seu grupo social.

Fonte: Livro SuperAÇÃO História.

Figura 11 – Trecho retirado do Livro

Os maias

Os maias habitaram o território que corresponde ao sul do México e a algumas partes da América Central. Atualmente, na região se situam países como Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador e parte do México, na península de Iucatã.

A civilização maia desenvolveu-se entre os séculos III e X e foi formada por vários povos. Entre eles estavam os olmecas, que habitaram a região em um período anterior aos maias, mas que já haviam desenvolvido elaboradas técnicas de arquitetura, como as utilizadas para a construção de centros cerimoniais.



Escultura olmeca localizada no Parque Museo La Venta, em Villahermosa, México, em 2021.

Fonte: Livro SuperAÇÃO História.

Figura 12 – Box de meia página retirado do Livro

Astronomia

Os maias se destacavam também no campo da Astronomia. Os astrônomos maias conseguiam prever os eclipses do Sol, descrever as fases de Vênus e calcular a duração do ano com bastante precisão.

Os maias possuíam dois calendários e os utilizavam ao mesmo tempo. Um deles era um calendário religioso e festivo de 260 dias, divididos em 13 grupos de 20 dias; o outro era um calendário solar formado de 365 dias, divididos em 18 grupos de 20 dias mais cinco adicionais. A cada 52 anos, esses calendários se reencontravam no mesmo ponto de partida.

O Caracol (visto na imagem) funcionava como um observatório astronômico, um dos poucos edifícios circulares construídos pelos maias. O edifício tem esse nome por causa de uma escadaria espiral nele existente.

Fonte: Livro História Sociedade&Cidadania.

Referências

ANTONI, Edson. A produção da não-existência da América Latina nos livros didáticos de história do Brasil. *Revista de História e Ensino*, v. 27, n. 2, p. 73-90, 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1950)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História Sociedade & Cidadania*: 6º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História Sociedade & Cidadania*: 6º ano. 5. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. *Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático*. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Dados estatísticos do PNLD*: distribuição de livros por UF e município (2020-2025). Brasília, DF: MEC/FNDE, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia Digital PNLD 2020*: ensino fundamental – anos finais. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia Digital PNLD 2024*: ensino fundamental – anos finais. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2023.

BRAZÃO, Diogo Alchorne de. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como território de disputas: o ensino de História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: ANPUH, p. 1-15, 2017.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Anísio Garcez Homem. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2023.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Ana Claudia (org.). *Araribá Mais História*: 6º ano. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

FERREIRA, Sandra Regina; CAIMI, Flávia Eloisa. BNCC, PNLD e escola: vitória da tradição ou resistência da inovação? *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 1-22, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LISBOA, Julia Maria. *Livro didático e memória histórica: construindo identidades no ensino de História*. São Paulo: Contexto, 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. *SuperAÇÃO História*: 6º ano. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

PRADO, Kelvin Oliveira do. Educação histórica e pensamento decolonial: possibilidades para o ensino de História. *Revista História & Ensino*, Londrina, v. 27, n. 2, p. 685-708, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTIAGO, Léia Adriana da Silva. *América Latina e livro didático: uma análise das identidades nas propostas curriculares e manuais escolares de Brasil e Espanha*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 78, p. 71-95, 2007.

TAMANINI, Paulo Augusto. A BNCC e o ensino de História: a colonialidade do saber no livro didático. *Revista de História e Ensino*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e educação intercultural. In: SEMINÁRIO INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, 2008, La Paz. *Anais [...]*. La Paz: Instituto Internacional de Integração do Convênio Andrés Bello, 2009. p. 1-18.



A escrita da história da América: uma análise da coleção *Diálogos em ciências humanas – construção da cidadania* (2020)

Francisco Matheus Daniel Pereira

Resumo: Este trabalho tem o intuito de abordar a escrita da História da América nos livros didáticos da coleção *Diálogos em Ciências Humanas – Construção da Cidadania*, 1. ed., publicada em 2020. A pesquisa pretende desenvolver uma análise crítica do conteúdo dessa produção, bem como dos documentos legais e educacionais que orientam a elaboração dos livros didáticos, tendo como enfoque o que e como essa coleção aborda a História da América. Para tal, pretende-se seguir algumas reflexões centrais e iniciais: quem produziu os livros da coleção? Quais são suas formações na área de História? Já atuaram na educação básica? Quem são seus editores? Em que contexto social o livro foi publicado no Brasil? Como temas, processos e sujeitos históricos são construídos nesse material e como são, ou não, articulados à História da América? A quem interessam as narrativas encontradas nesses livros e quais são suas potencialidades e limitações? Para discutir essas questões, o texto dialoga com autores e autoras importantes do campo do Ensino de História, da Escrita da História e da História da América, tais como Circe Bittencourt (2008), entre outros(as), que contribuíram para a investigação da construção dos saberes históricos e de seu ensino, incluindo

o ensino de História da América, atentando para as relações que este estabelece com a formação da consciência histórica dos(as) estudantes.

Palavras-chave: História da América; livro didático; ensino de História.

Introdução

Esse artigo tem como objeto de pesquisa os livros didáticos da coleção *Diálogos em Ciências Humanas – Construção da Cidadania*, 1ª edição, ano 2020. A partir dele buscamos fazer uma análise crítica a respeito do conteúdo desses documentos, com foco na História da América, indo desde a sua construção editorial até o que chega para as/os discentes como material de estudo, ou seja, que tipo de escrita se materializa nesses materiais didáticos. Para isso, observamos o período de publicação desses materiais, analisando-o.

Quando se trata do livro didático em si, enquanto material de apoio ao/a professor/a, a sua elaboração é ponto crucial para entendermos qual “demanda” conteudista está sendo proposta para ele/a e para as/os alunos/as. A princípio, a distribuição dos livros didáticos é feita através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), um programa federal de compra e distribuição de livros através de editais publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).¹

Quando pensamos no uso e finalidade do livro didático em sala de aula, nos deparamos com questões cruciais e que estão para além do processo de ensino-aprendizagem em História, mas que abarcam um processo formativo mais amplo do/a estudante, como, por exemplo, o modo como os conteúdos do livro se articulam com as ideias de política, cidadania, sociedade e humanidade defendidas por determinada proposta editorial.

Por isso, partimos da necessidade da análise editorial do manual do Ensino Médio *Diálogos em Ciências Humanas – Construção da Cidadania*, 1ª edição, ano 2020.

Essa coleção foi feita pela Editora Ática, com um editorial composto por Cláudio Vicentino, bacharel em Ciências Sociais, professor de História no En-

¹ Informações obtidas através do portal do Fundo Nacional do Desenvolvimento (FNDE). <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 15 abr. 2024.

sino Médio, além de ser autor de obras didáticas e paradidáticas para Ensino Fundamental e Médio; Eduardo Campos, licenciado em Geografia e mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Eustáquio Sene, bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).²

O contexto educacional do pós-2010 tem sido afetado diretamente pelo momento político e social vivido no Brasil. Para falarmos do contexto político ao qual esse material está inserido, devemos observar o que lhe antecedeu, como, por exemplo, o surgimento do movimento Escola Sem Partido, idealizado pelo ex-procurador-geral do Estado de São Paulo, Miguel Nagib.

Embora fundado em 2004, o Escola Sem Partido ganhou notoriedade no cenário nacional dez anos depois, quando participou da defesa do PL 7180/2014, que propôs uma alteração no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), incluindo, no tocante aos princípios do ensino, um dispositivo que se refere ao respeito às convicções do/a aluno/a, de seus pais ou responsáveis, dando prevalência aos valores tidos como de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

Não fica apenas nisso, a influência do Escola Sem Partido, alinhada ao crescente número da bancada conservadora no Congresso Nacional, impôs duro e rotineiro ambiente de perseguição aos/as professores/as, além de propor uma alteração no currículo por meio de Projeto de Lei (PL). Essas questões foram referência para a onda de conservadorismo que se elevou no Brasil, inclusive ocupando espaços de decisão política do país.³

Todavia, cabe ressaltar que o objetivo crucial desta pesquisa não é abordar questões problematizadas por esses grupos conservadores, mas contextualizar como esse momento e como esses debates sociais impactaram a produção de materiais didáticos do país e a produção de conteúdos históricos. O livro didático da coleção *Diálogos em Ciências Humanas* é analisado de maneira mais específica, abordando o conteúdo editorial que é proposto aos/

2 Informações sobre os autores presentes na contracapa do material didático.

3 O crescimento da bancada evangélica dentro do Congresso, por exemplo, subiu para cerca de 20% em 2022. Dados divulgados pelo jornal Folha de São Paulo. <https://bit.ly/4abI9QN>. Acesso em: 17 abr. 2024.

às alunos/as, levando em conta esse contexto histórico e social de produção. Compreendemos que o livro didático nos propicia muitas questões e facetas como material de pesquisa e, como atenta Bittencourt (1993, p. 3),

a natureza complexa do livro escolar explicando que é justamente por este motivo que ele desperta interesse nos mais variados domínios da investigação histórica. O livro didático não se faz apenas de objeto de apoio para o professor em sala de aula, mas também é um objeto editorial, fabricado e atendendo a interesses mercadológicos que podem variar dependendo de seu contexto político e social. Portanto, a autora enfatiza que o livro didático deve ser ainda[...] considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.

Antes de entrarmos em questões específicas sobre o objeto desta pesquisa, cabe aqui dar historicidade às normativas que impactaram a produção de materiais e livros didáticos no Brasil. Um marco importante desse processo foi o período de redemocratização, visto que é nele que surgem as novas recomendações da LDB (Lei nº 9.394/96), tendo como foco introduzir seu papel importante no fortalecimento da democracia e na ampliação do Ensino Básico no Brasil.

Embora o PNLD existisse desde 1929,⁴ com o regimento criado pela LDB (Lei nº 9.394/96) — que ampliava a educação básica brasileira — além do Ensino Fundamental (7 a 14 anos), a partir de 1996 passa a integrar como obrigação do Estado a modalidade Ensino Médio (as três séries após o Ensino Fundamental, previstas para adolescentes de 15 a 17 anos). A reflexão sobre os materiais e suportes pedagógicos passou a ter nova dimensão e escala. O livro aqui analisado está direcionado a essa última fase, o Ensino Médio, e, como dito anteriormente, foi produzido pela Editora Ática e lançado no PNLD de 2020.

Consideramos também os documentos que a orientam enquanto produção, isto é, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o documento oficial

4 Desde 1929, quando foi criado, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi ampliado e apropriado, incorporando novos públicos e componentes curriculares, além de outros materiais destinados ao ensino básico no Brasil.

do PNLD, onde podemos encontrar o objetivo desse programa, o passo a passo para a escolha do PNLD 2020 e suas orientações gerais.⁵ Visto que a coleção *Diálogos em Ciências Humanas* (Ática), segundo dados publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), traz em números brutos que a coleção em questão figura entre as mais adquiridas para o ano de 2021, com 143.576 exemplares vendidos para todo o Brasil.⁶ Dessa forma, demonstra ser importante no mercado editorial.

O contexto e as condições de produção tratam da construção histórica da editora que lançou a coleção, seu projeto editorial, sua inserção no mercado de livros didáticos e, também, a formação daqueles que atuaram na produção do material. O conteúdo do livro é peça fundamental aqui no desenvolvimento da problemática da pesquisa, ou seja, como a História da América aparece nesse material. Que abordagem sobre os sujeitos históricos aparece quando se observa a história americana? Que discursos são destacados em suas páginas? Que conceitos históricos o material aborda? Além disso, analisar o texto escrito e suas imagens de destaque é estratégia rica na interpretação dessa fonte, pois há que se ter uma percepção de que o livro é “instrumento pedagógico, inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino de seu tempo” (Bittencourt, 2013, p. 19).

As discussões desenvolvidas no artigo estão separadas em três momentos. O primeiro aborda o contexto de produção do material e o momento social vivido pelos/as brasileiros/as, produzindo, assim, uma discussão que contempla aspectos político-sociais que rodearam a ascensão da extrema direita no Brasil e o seu impacto dentro do sistema educacional brasileiro. Com isso, será necessário nos debruçarmos sobre alguns autores/as que contribuíram para discutir as demandas conservadoras desse período complicado da política educacional brasileira, como Freire (1996) e Lima, Costa Neto e Silva (2021).

5 Estas informações são necessárias, pois a instituição deve seguir os documentos lançados no portal FNDE através do Ministério da Educação, cadastrar-se para ter acesso ao material digital do programa e em seguida realizar a escolha. Todas essas informações estão contidas no portal do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/guia-pnld-2020>. Acesso em: 22 mar. 2025.

6 Os dados obtidos aqui estão contidos no site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, destacando dados estatísticos que vão até o ano de 2024. Os dados em questão apresentam, por meio de planilhas, dados de distribuição de exemplares realizados por cada editora, assim como o total arrecadado e o valor unitário de cada material, assim como publicar dados por Unidade Federativa. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 22 mar. 2025.

Em um segundo momento faremos um exame do conteúdo desse livro e suas contextualizações no que se refere ao contexto americano em sua pluralidade. Analisaremos questões sobre sujeitos, identidades, disputas de gênero e interseccionalidades (gênero, raça e classe) e conceitos, ou seja, como essas questões são abordadas pelo livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – Construção da Cidadania*, 1ª edição, ano 2020. Nessa perspectiva, observaremos a produção textual, mas também como as imagens foram inseridas, se foram usadas ou se estão apenas fazendo parte como ilustrações que acompanham o texto (Bittencourt, 2017, p. 69), bem como os boxes e as atividades neles inseridas, buscando compreender se essas atividades dialogam, de fato, com as discussões apontadas (ou não). Nesse aspecto, discutiremos e dialogaremos com autores/as como Cerri (2011), Bittencourt (2013; 2017) e Hooks (2013).

Na terceira parte desta escrita abordarei o lugar e as significações do Brasil na e enquanto América Latina, visando discutir se há uma contextualização do Brasil na região ou se sua abordagem ocorre de maneira dissociada. Usarei como guia os textos, os dados e as próprias seções sugeridas pelo material, as fontes imagéticas que aparecem como figuras de representação, além de mapas, trabalhos gráficos e demais recursos utilizados. Ainda nesta perspectiva, abordaremos os sujeitos históricos e coletivos evidenciados no Brasil e o tipo de discurso sobre eles apresentado. Para realizar essa discussão nos apropriaremos das reflexões de Foucault (2012) e Hooks (2013). Os currículos oficiais alinhados com a prática de ensino, ao meu ver, são centrais para as/os discentes e docentes na construção da vida prática e do desenvolvimento da sua própria consciência histórica dentro do continente. É nesse sentido que a reflexão proposta neste trabalho se desenvolverá.

Contextos, parâmetros e dilemas: onde situa o objeto?

Ainda em 2015, com o golpe proferido pelo então ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, vimos ruir o governo da primeira mulher a sentar na cadeira da Presidência do Brasil e, desde então, o cenário político nacional, que já vinha de atribulações políticas e sociais, tornou-se mais tenso. O surgimento do Programa Escola Sem Partido, as manifestações conservadoras a partir de ideias como “o gigante voltou”, “o povo vai às ruas”, as manifestações contra o programa Mais Médicos, são alguns exemplos de ações que contribuíram para uma ascensão notável da extrema

direita no Brasil. Dois anos depois, o então Presidente da República em exercício, Michel Temer, aprova a Lei 13.415/17, que previa a alteração do Ensino Médio no âmbito do ensino regular. Como diz o documento:

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e **institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral** (Brasil, 2017, grifo nosso).

O formato das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral trouxe consigo muitas mudanças, entre elas: a inclusão de itinerários formativos,⁷ o aumento da carga horária escolar, a qualificação profissional, entre outras estratégias formativas que foram inseridas no novo currículo escolar. Dessa forma, é possível verificar claras intenções de aproximação da formação básica escolar com as demandas do mercado de trabalho, isto é, na “[...] estrutura e conteúdo do currículo [...]”, como afirma Ferretti (2016, p. 72) a respeito das alterações sofridas na pasta, o que outrora também se deu com o surgimento da LDB 9394/96.

A ascensão da extrema direita tomou corpo com o resultado das eleições majoritárias de 2018. Naquele momento, fortalecia-se a ideia de que existe uma dominação político-ideológica de esquerda na educação, compreensão que se alinhava, assim, a alas conservadoras e reacionárias da sociedade brasileira.

7 Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Podem se aprofundar nos saberes de uma das áreas do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-un-categorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas> Acesso em: 22 mar. 2025.

Entrando no espectro da educação, não foi tão diferente o Brasil que vimos entre os anos de 2019 e 2022. O Ministério da Educação (MEC) teve cinco ministros, indo de Ricardo Vélez Rodríguez a Milton Ribeiro, o que gerou uma situação de muita instabilidade na pasta e, portanto, nas políticas educacionais do país. A sociedade brasileira sucumbia a problemas sanitários, educacionais e sociais, com uma alta exponencial do desemprego e uma crescente do dólar em relação à valorização do real, ou seja, um cenário complexo.

É em meio a todas essas questões que o material desta pesquisa é lançado. A área de conhecimento das Ciências Humanas, neste cenário político, sofreu muitos ataques com o objetivo de minar sua importância para a reflexão crítica necessária para aquele momento.

Observemos a imagem:

Figura 1 - Livro *Didático Diálogos em Ciências Humanas - Construção da Cidadania* (2020)



Fonte: Acervo pessoal.

A capa do livro didático, de coloração azulada, traz em destaque uma figura feminina observando o letreiro *Diálogos em Ciências Humanas*, as-

sim como três dos demais livros da coleção *Diálogos*, que totalizam seis (*Compreender o Mundo*; *Construção da Cidadania*; *Convívio Democrático*; *Mundo em Movimento*; *Importância do Trabalho e Consciência Ambiental*). Desses, todos trazem representações de pessoas jovens como forma de se aproximar da juventude, que é o público do livro, e três trazem como estampa de abertura uma figura feminina para indicar diversidade, sendo um deles uma mulher negra.

Embora os discursos hegemônicos reforcem uma construção simbólica de dominância da figura masculina (Scott, 1995), no caso da coleção, a figura feminina é algo importante já no primeiro contato com o livro. É necessário compreender, no entanto, se de fato uma abordagem de igualdade de gênero na coleção é desenvolvida ou se cumpre apenas um protocolo de mencionar rapidamente essas questões.

Bittencourt (1996, p. 77) discorre que “[...] a questão da ilustração dos livros está relacionada, assim, aos aspectos mercadológicos e técnicos que demonstram os limites do autor do texto quando observamos os livros também como objeto fabricado”. Pode-se perceber que há uma luta não somente de cunho econômico, mas também social, pois o livro não se destaca apenas como material escolar, mas está inserido em um campo de disputas ideológicas, de valores e também culturais. É exatamente por isso que contextualizar a produção desses livros é elemento fundamental.

O livro didático aqui estudado teve sua 1ª edição publicada em 2020 pela Editora Ática⁸ e traz consigo uma carga discursiva importante de ser analisada, visto que o contexto de sua publicação se dá, como estamos argumentando, em meio a ataques de cunho ideológico às práticas educacionais supostamente feitas na educação brasileira, em especial a Paulo Freire, figura intelectual marcante e símbolo de uma educação transformadora e emancipadora.

Assim, podemos observar que o livro didático tem uma trajetória baseada e marcada pela ação governamental, tendo o Decreto nº 1.006, de 10 de dezembro de 1938, como primeiro documento a indicar a influência estatal nos materiais. Com o tempo, os livros didáticos assumiram prota-

8 Editora Ática foi fundada em agosto de 1965 pelos irmãos Anderson Fernandes Dias e Vasco Fernandes Dias; a editora surgiu no período do Brasil em que o regime civil militar começou a ser instaurado, tendo, anos mais à frente, reformulado currículos e redefinido as disciplinas tradicionais, reduzindo em áreas de ensino (Bittencourt, 2020, p. 8-9).

gonismo nas escolas brasileiras, adaptando-se de acordo com o contexto social, econômico e político.

Com o aumento da importância do livro didático no país, em 1971, em meio ao regime militar, foi desenvolvido o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIEDF), passando o governo federal, em parceria com os estados, a comprar livros didáticos para essa categoria de ensino, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), anualmente. A LDB (Lei nº 5.692), daquele ano, fixou diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus,⁹ tendo como principal objetivo a profissionalização dos alunos e a preparação para o mercado de trabalho, sob a alegação do acelerado processo de industrialização que o Brasil estava vivendo.

A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, estabeleceu uma rígida organização para a seleção e produção dos livros. O decreto instituiu critérios como a “indicação por professores, a reutilização dos exemplares (fim dos descartáveis) e especificações técnicas para maior durabilidade, visando à formação de bancos de livros” (Albuquerque; Ferreira, 2019, p. 252).

Com o aumento da distribuição, o livro didático tornou-se não apenas um pilar da organização educacional, mas também um produto de interesse do mercado, transformando-se em uma mercadoria. Para garantir a qualidade desse produto e atender ao sistema educacional, a LDB de 1996 estabeleceu critérios de avaliação que incluíam a isenção de preconceitos, discriminação e proselitismo político ou religioso.

Desde então, os livros inscritos nesse programa passaram a ser submetidos a trabalhos de análise e avaliação pedagógica, realizados por um grupo de pesquisadores e professores universitários, além de incluir profissionais que iriam utilizá-los, ou seja, professores das redes públicas de ensino.

Ao se tratar do PNLD destinado às escolas, a mudança ocorreu de maneira acentuada em diálogo com a BNCC (Brasil, 2017). Os novos materiais passaram a ter volume único válido para os três anos do Ensino Médio, contendo todas as disciplinas da área do conhecimento. Além disso,

9 O 2º grau correspondia à última etapa do ensino básico brasileiro, ao qual a partir de 1996 foi criado o que conhecemos como Ensino Médio, instituindo três séries para o aluno concluir a etapa da educação básica.

indicava-se um limite máximo e um limite mínimo de páginas para os livros, tanto os destinados aos estudantes quanto os destinados aos docentes. Segue quadro informativo.

Figura 2 - Quadro de organização das obras didáticas por área de conhecimento

Obras didáticas por área do conhecimento	Livro do Estudante Impresso	Volumes	Material Digital do Estudante	Manual do Professor Impresso	Material Digital do Professor	
	Máximo de páginas	Quantidade	Coletânea de áudios	Máximo de páginas	Videotutorial por volume	Coletânea de áudios
Linguagens e suas Tecnologias	160	6	1	288	1	1
Matemática e suas Tecnologias	160	6	-	288	1	-
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	160	6	-	288	1	-
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	160	6	-	288	1	-

Fonte: BRASIL. Quadro 3. Edital de convocação nº 03/2019 – CGPLI. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2021. Brasília, DF: FNDE, 2019.

Como mostra a figura anterior, os discentes receberiam um livro didático contendo, no máximo, 160 páginas. Para efeito de comparação, o PNLD 2018 estabelecia um limite máximo de 288 páginas para os livros de História e Geografia, por exemplo, além de 400 páginas para Sociologia e Filosofia. Segue o quadro abaixo:

Quadro 1 - Quadro de organização das obras didáticas por disciplina

Componente curricular	Máximo de páginas no livro do estudante	Máximo de páginas no manual do professor
Língua Portuguesa	360	460
Matemática	288	420
História	288	388
Geografia	288	388
Física	288	404
Química	288	388
Biologia	288	388
Inglês	224	324
Espanhol	224	324

Sociologia	400	520
Filosofia	400	520
Arte	400	512

Fonte: Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2018).

Segundo o Edital PNLD 2021,¹⁰ seriam publicados seis volumes para os três anos do Ensino Médio. Os materiais se dividiriam em: Livro do Estudante, Manual do Professor Impresso e Livro de Formação Impresso.

Sobre o corpo editorial escolhido para a produção do material, segundo o Edital PNLD 2021, ele precisaria obrigatoriamente cumprir alguns requisitos, como passar por inspeção de formação pedagógica e inspeção de seus respectivos currículos Lattes, por meio da plataforma SIMEC,¹¹ o que visa garantir que o material seja produzido obrigatoriamente por pessoas físicas.

Tomando como base essa comparação e indo na linha do que Bittencourt (2017) enfatiza, o livro didático se mostra como um objeto social, político e, acima de tudo, econômico de seu contexto.

O livro didático é, portanto, atravessado por processos fundamentais do seu contexto de produção, sendo, assim, um instrumento de reprodução ideológica. Dessa forma, é preciso enfatizar também que sua construção está envolta por vários sujeitos (Bittencourt, 2017, p. 70), ainda que haja uma enorme diferença entre quem produz e para quem se destina o material.

Cabe aqui identificar que nuances podem estar envolvidas tanto nos currículos desses autores quanto no fato de terem participado da publicação dos seis exemplares da coleção *Diálogos em Ciências Humanas*. Segundo Jaehn e Ferreira (2012 apud Soares, 2020, p. 182-183), as publicações possuem “como objetivo instituir normas, regulamentos e princípios sobre o que deve ser lecionado”; sendo assim, o livro didático já pode ser enten-

10 Edital disponível no portal do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação MEC.

11 Portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas online do governo federal na área da educação.

dido como um currículo editado. Ainda que não configure todo o programa escolar, é uma forma de materialização desse currículo editado.¹²

Dessa forma, há de se compreender que os autores do material aqui analisado possuem formação diversificada para que suas leituras permitam oferecer:

diversas oportunidades para que você coloque em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do estudo da realidade local, nacional e mundial, exercendo assim seu protagonismo de jovem cidadão e, ao mesmo tempo, tornando a aprendizagem contextualizada e significativa (Campos; De Sene; Vicentino, 2020. p. 3).

Todavia, embora observemos uma espécie de formação diversificada, fica nítido que não há nenhum deles com formação em Sociologia ou Filosofia, levantando um questionamento sobre essa tal “diversificação”, visto que as duas disciplinas compõem o quadro de conteúdos inseridos nos livros didáticos. Assim, dentro dos seis volumes que constituem a coleção, os autores precisam lidar com as várias demandas colocadas pela sociedade, pelos parâmetros e normas estabelecidos e pela própria diversidade de formação entre eles (Oliveira; Caimi, 2021, p. 12).

Sujeitos, conceitos e o livro didático

A análise do livro didático vai além das capas e de quem o escreveu ou produziu. Considerando isso, este artigo se volta para a análise dos contextos de produção, mas também para os abordados no livro didático, tendo como recorte o conteúdo classificado, entendido ou destacado como História da América.¹³ Para isso, seguimos algumas perguntas orientadoras: Que sujeitos e conceitos são trabalhados? Há uma abordagem que possibilite aos discentes compreensões sobre a construção histórica das Américas

12 As obras didáticas se mantêm dentro dos parâmetros da tradição historiográfica e da cultura manualística [...] portanto, não será desta BNCC que se poderá esperar rupturas com os cânones disciplinares

13 Usamos História da América no singular, por ser a nomenclatura usual dos materiais didáticos. Mas a compreendemos aqui como contextualizações que abarcam a América Latina, Anglo-saxônica e Caribe, ou como alguns utilizam, Américas do Norte, Central, do Sul e Caribe.

e da América Latina e Caribe, em particular? Como os/as discentes são convidados/as a pensar sobre esse espaço-tempo e suas conexões?

Primeiramente, situamos o/a leitor/a de que o livro em questão está dividido em duas unidades temáticas, compostas por dois capítulos cada, totalizando quatro capítulos. O nosso recorte analítico se dará principalmente na Unidade 1: *Dimensões da cidadania*, que se materializa através dos capítulos: *Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina e Desafios para construção da justiça social no Brasil*.

Dialogando com o campo da História das Ideias, lembramos que cotidianamente lidamos com significados e conceitos que se fazem presentes desde o mundo antigo, embora boa parte deles não atenda às mesmas significações de outrora. Quando se trata da educação histórica escolar e do que ela traz como conteúdo para seus/suas alunos/as, cabe observar como esses conceitos foram empregados no livro didático ou no discurso do/a professor/a, porque, segundo Bittencourt (2005, p. 194), “o risco maior de utilizar um conceito do senso comum ou proveniente de outros campos de estudos é perder seu sentido histórico e empregá-lo de forma atemporal”. O ensino de História é fundamental para dar perspectiva temporal às ideias, aos conceitos, às relações e às demais questões que constroem o nosso cotidiano, ou seja, dar condições para que elas sejam desnaturalizadas.

A Unidade 1 inicia fazendo um paralelo entre dois conceitos bastante comuns: democracia e ditadura. É justamente a articulação desses dois conceitos que propõe uma primeira significação para a região, que ficou expressa no próprio título do capítulo. A unidade temática do livro faz um preâmbulo do que viria a ser a ditadura e do seu processo de metamorfose ao longo do tempo histórico, iniciando pelo conceito da ditadura romana e chegando às ditaduras contemporâneas baseadas em golpes de Estado. É essa a ligação que o material desenvolve para chegar aos contextos latino-americanos, ou seja, por meio dos problemas sociais e políticos.

Para ilustrar essa escolha, destaca-se a imagem de um jovem empunhando a bandeira do Brasil, rodeado pelos seguintes dizeres: “MAIS DEMOCRACIA. DITADURA NUNCA MAIS!”. Na legenda destacada pelo livro, vemos o seguinte: “Cartaz da exposição Mais democracia, sim! Ditadura nunca mais!, promovida pela Prefeitura de Sobral, CE, em 2014,

como forma de lembrar às novas gerações os horrores ocorridos durante a ditadura no Brasil.”

Figura 1 - Imagem de um jovem empunhando a bandeira do Brasil com os dizeres: Mais Democracia. Ditadura Nunca Mais!



Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

O discurso que a imagem aborda se soma ao que o tópico citado acentua, a partir da construção de narrativas históricas, bem como de “[...] sua noção abstrata de tempo histórico” (Bittencourt, 2009, p. 75). Ou seja, evidencia-se a contribuição que a imagem oferece para a narrativa ali abordada. Assim, a imagem não está desconexa do texto; corresponde a uma intimação para que o jovem, caracterizado pelo rapaz de bermuda azul com a bandeira do Brasil, esteja ciente do ser democrático. A estética do material escolhido pelos autores traz elementos diretos de diálogo com o contexto recente do país. Pessoas nas ruas empunhando bandeiras do Brasil, usando as cores dessa bandeira para pedir, por exemplo, a realização de intervenções militares na realidade política nacional, passaram a fazer parte do cenário de embates políticos da última década. Ao associar essa estética, essas cores e a figura de um jovem com as demandas por democracia e por uma memória antiditadura, os autores produzem uma reflexão e um

sentido sobre esse tema, sobre a realidade política do país e sobre a relação deste com a América Latina.

Nesse sentido, devemos reforçar a relação entre livro didático e disciplina/conteúdo, como é enfatizada por Bittencourt ao afirmar que “programas curriculares e livros didáticos foram sendo produzidos concomitantemente, um auxiliando o outro na elaboração dos conteúdos das diversas disciplinas a serem transmitidos pela educação formal” (Bittencourt, 1993, p. 135). A partir disso, nos perguntamos: a América, segundo os conteúdos didáticos, seria apenas aquilo que se produz academicamente sobre ela? Seria um espaço-tempo de características fixas? E/ou seria uma “autoimagem”, segundo Novaes (1993)? O fato de o material iniciar abordando o conceito de ditadura seria um exemplo de caracterização da América? Essas são questões desenvolvidas a partir do diálogo bibliográfico e da análise dessa fonte.

Entende-se que o foco deste livro está na história política e social da América. O historiador Koselleck enfatiza, em sua obra *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979), que é necessário estarmos atentos aos procedimentos metodológicos que forneçam os contextos dos conceitos empregados em uma dada fonte histórica. Enfatizando a práxis do conceito de democracia, o material o reflete a partir de pensadores do campo sociológico, a exemplo de Max Weber; da economia, Joseph Schumpeter; e da política, Alexis de Tocqueville. Ainda que, ao final do texto, aponte para as discussões que virão posteriormente, tratando de Brasil e América Latina, descreve da seguinte forma:

A democracia, seja a antiga, sejam as contemporâneas, envolve o poder e os embates sociopolíticos quanto à liberdade e direitos. Foi longa e nada simples a trajetória histórica, como veremos a seguir, das pressões e lutas por mudanças e conquistas. A democracia expõe potencialidades para enfrentar e vencer barreiras à melhor vivência social, heranças que continuam na dependência de cada um de nós (Vicentino; Campos; De Sene, 2020, p. 3).

Ponto importante a destacar é que, ao iniciar o tópico *Do século XIX ao XX: América hispano-portuguesa nos limites da independência*, os autores

que produziram o material se preocuparam em dar destaque aos eventos comemorativos do bicentenário das independências nas regiões americanas que foram dominadas por espanhóis e portugueses, salientando ainda que “as comemorações favorecem embates em torno da memória e da história, além de possibilitar reavaliações nas experiências latino-americanas” (*Ibid.*, p. 22). Dessa forma, percebe-se um trabalho atento dos/as autores/as em destacar que, embora independente e liberta, a América Latina — conceito este produzido no século XIX — ainda é sobrecarregada por enormes limitações, sejam elas políticas ou econômicas, sofrendo, assim, com a força do neocolonialismo até hoje.

Todavia, o destaque torna-se defasado, visto que não há aprofundamentos no que se refere às relações de gênero e étnico-raciais. Embora cite grupos sociais importantes para o momento histórico latino-americano da época, como os *criollos*, representados pelas lideranças de José de San Martín e Simón Bolívar, o livro acaba abordando uma história costurada por grandes nomes, produzindo ausências, como as de figuras femininas que estiveram no mesmo campo de disputa desses militares, como Juana Azurduy e Manuela Sáenz, personagens emblemáticas e já bastante estudadas.

“O gênero enquanto categoria útil de análise” (Scott, 1992, p. 88) discute questões da historiografia tradicional, tendo como foco refletir sobre um debate masculinizado no qual a História se desenvolvia. Neste caso, essa crítica ainda é válida, como representação máxima de líderes gerais-militares exaltados em posições de grandeza e virilidade, enquanto quase não há destaque para representações femininas como estrategistas, combatentes, financiadoras e revolucionárias.

No que se refere às relações étnico-raciais, elas não são colocadas como centrais. Encontramos poucas menções aos povos indígenas do século XIX, que ainda estão presas apenas à narrativa de “revoltas isoladas, com projetos distintos de independência” (Vicentino; Campos; De Sene, 2020, p. 23-24). Os parágrafos são curtos e em pouca quantidade devido à materialidade do livro didático. A própria natureza do texto pede isso. Porém, isso não pode servir de argumento para a manutenção e repetição de estereótipos, por exemplo, culminando no uso de uma imagem do monumento de Tupac Amaru II representado ao lado de sua família em uma praça

no Peru. A imagem enfatiza o uso de estratégias simbólicas que destacam a virilidade e a potência de sujeitos masculinos, dialogando com ideias de heroísmo nacional.

Figura 2 - Fotografia de monumento de Tupac Amaru II



países latino-americanos
ón Bolívar (1783-1830) e
quase toda a América do

Monumento representando
Tupac Amaru II, sua esposa
e seus filhos. Praça de
Armas em Cuzco, Peru, em
fotografia de 2017.

Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

Cabe pontuar que foram destinadas duas páginas (26 e 27) para dar destaque à importância do muralismo de Diego Rivera, presente no tópico *Conexões Arte, com o seguinte título: A política na obra de arte – Simbologias históricas – uma obra de Diego Rivera*; uma ruptura temporal que traz consigo um breve contexto dessas simbologias em texto e, ao fim, a famosa obra de Rivera intitulada *A Guerra de Independência do México* (1810). Em seguida, o material traz um box que convida os/as discentes a interpretar a obra e a pesquisarem mais sobre o movimento muralista, além de conhecerem mais profundamente a Revolução Mexicana.

O México ganhou mais ênfase no tópico *Destaques da América Latina depois da Independência*. Nesse trecho, foi tratada a luta de Emiliano Zapata e Pancho Villa na Revolução Mexicana, representados nas Figuras 3 e 4.

Figura 3 - Zapatta e Pancho Villa



Na foto, de 1915, os líderes populares Pancho Villa (no centro) e Emiliano Zapata (à direita) no palácio presidencial da Cidade do México.

Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

Figura 4 - Mexicanos seguindo Zapatta



Joseph Martí Alzamora/ZUMA Press/Getty Images/
Museu de Arte Moderna, Nova York, EUA

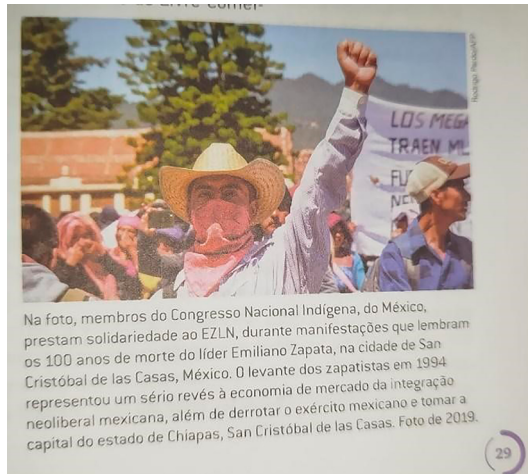
Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

Como reflete Bittencourt (2017, p. 79), é importante observar como se deu “o cuidado de pesquisar e representar retratos de personagens que ficaram famosos posteriormente, para serem apresentados aos mais jovens”: homens viris, representados em destaque, uma maneira de centralizar a figura masculina na escrita dos materiais didáticos.

Também nesse momento, o material aborda conteúdos sobre o movimento nacional indígena mexicano, destacadamente o Movimento Zapa-

tista, que recuperou a imagem de Zapata para lutar contra o neoliberalismo e a favor de outros projetos de sociedade na década de 1990. Dessa maneira, os autores sugerem conexões e interpretações, por parte de professores/as e estudantes, que articulam passados longínquos e história recente (Figura 5).

Figura 5 - Representação dos movimentos indígenas no México (2019)



Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

Além do destaque mexicano, a América Central e o Caribe ganharam espaço em tópico próprio, ainda que de maneira sucinta, com destaque para as intervenções estadunidenses no Panamá, na Guatemala e, especialmente, em Cuba, incluindo os regimes ditatoriais instaurados nesses países. A América Central, portanto, aparece a partir de uma relação com os Estados Unidos da América, mais precisamente em momentos de conflitos e dominação. Ainda nesse sentido, a Guerra Fria também foi destaque na abordagem do contexto latino-americano, tratando de como o “fantasma do comunismo” foi uma narrativa decisiva para justificar a invasão e o financiamento de ditaduras na América Latina, em especial os embargos sofridos por Cuba até os dias atuais.

Contudo, o pequeno tópico menciona o apoio às ditaduras na Guatemala e as pressões exercidas sobre Cuba por meio da Baía de Guantánamo, relacionando o agravamento dessas questões à aproximação entre Cuba e a União Soviética, ponto de ligação para as discussões voltadas à desigual-

dade social na região. Ou seja, deixa lacunas quanto às particularidades de cada país da região.

Esse tópico “sensível”, ou, como define Skidmore (1994, p. 448), “cheio de mal-entendidos”, traz as intervenções estadunidenses descritas pelo livro como sempre alinhadas a interesses políticos, econômicos e sociais sob uma conjuntura dominante e intervencionista, configurando uma relação amarga de dependência.

O livro aborda ainda a transição dos regimes ditatoriais para os regimes democráticos ao final do século XX, destacando um mapa intitulado “Pobreza e pobreza extrema”¹⁴ na América Latina – 2018”, que evidencia a pobreza extrema principalmente na América Central.

Ainda neste tópico, há a representação de um grupo social muito importante na América Latina, as “Mães e Avós da Praça de Maio” (Figura 6), mulheres que conseguiram êxito na condenação de várias autoridades argentinas por suas atuações criminosas durante a ditadura militar naquele país. O contexto argentino tratado no livro é discutido de maneira breve, abordando a figura de Juan Domingo Perón e de sua esposa, Eva Perón, passando pelos governos ditatoriais, pela redemocratização, pelo kirchnerismo e, mais recentemente, pelos governos de Mauricio Macri e Alberto Fernández.

Outra estratégia que merece destaque é o box denominado Conversa,¹⁵ que convida os/as alunos/as a pesquisarem e conhecerem mais sobre os feitos realizados por esse movimento de mulheres, bem como sobre o que aconteceu com os/as filhos/as e netos/as das Mães e Avós da Praça de Maio, além do desfecho das investigações dos casos abordados.

14 O (*) asterisco diz: “são considerados pobres as pessoas que sobrevivem com renda inferior a 3,20 dólares/dia e extremamente pobres as com renda inferior a 1,90 dólares/dia.”

15 O box “conversa” traz uma atividade a ser realizada em grupo, pedindo aos/ alunos/as que pesquisem sobre as “mães da praça de maio”. E, em seguida, levem a discussão para sala de aula a partir de duas questões norteadoras: Quem são as mães e avós que criaram esse movimento? Tomem os casos pesquisados sobre o que aconteceu com seus filhos e netos durante a ditadura militar: quais os desfechos dos casos tratados?

Figura 6 - Foto tirada em 2011 das “Mães da Praça de Maio”



Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

É possível compreender que há algum grau de pluralidade de sujeitos e setores sociais abordados no livro, embora sejam perceptíveis algumas limitações e ausências, por exemplo, quanto à significativa e já bem documentada presença e importância das mulheres nas narrativas sobre o processo de independência da América Latina, comentadas anteriormente. Associada a isso está a própria ausência de abordagens, reflexões e problematizações de gênero na análise dos discursos, dos personagens destacados e dos efeitos desses processos históricos.

Scott (1998) discorre que é necessário assinalar os processos históricos que, “através dos discursos, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências”. Como já é sabido, essa questão não é exclusiva desse material, pois há uma ausência mais ampla da experiência das mulheres nos materiais didáticos, algo que historicamente sempre foi uma problemática nos currículos, como afirma Pinsky:

Os livros didáticos, ao longo do tempo, têm perpetuado uma narrativa histórica que exclui ou minimiza a participação das mulheres, reforçando estereótipos de gênero e negligenciando suas contribuições para a sociedade. Essa ausência não apenas distorce a compreensão do passado, mas também limita as possibilidades de construção de identidades mais plurais e igualitárias no presente (Bassanezi, 2012, p. 605).

Todavia, os debates sobre violência de gênero e suas intersecções com outras violências, como o racismo, a discriminação sexual e a xenofobia, por exemplo, tornam-se cada vez mais necessários para a compreensão e assimilação das experiências sociais por parte dos/as estudantes. Como efeito enriquecedor das discussões difundidas, o atual vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, quando esteve como presidente em exercício, sancionou, em 2024, a Lei nº 14.986, que inclui a obrigatoriedade de abordagens que contemplem as experiências e as perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, além de instituir a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do país (Senado, 2024).

Essa atualização curricular foi mais uma conquista política da luta das mulheres, trazendo ganhos tanto para a educação quanto para a historiografia das mulheres, representando também um importante instrumento no combate à violência de gênero. Portanto, contribuirá para que livros como a coleção aqui analisada, alunos/as e a própria sociedade possam repensar-se e reconhecer as mulheres como sujeitos importantes na luta e na formação histórica como um todo.

Dessa maneira, podemos analisar que o material traz pouquíssimas abordagens a respeito dos povos originários e tradicionais, da população negra e de outras etnias. Além disso, suas poucas menções acabam se tornando sucintas e breves, sem uma compreensão mais complexa de seu protagonismo ou de sua importância na formação da América Latina. Dessa forma, torna-se difícil propor a formação de uma consciência histórica¹⁶ se os vestígios que poderiam contribuir para uma narrativa de luta, e não apenas de subalternidade, não possuem centralidade no material, como ocorre, por exemplo, em relação às abordagens que tratam das heranças culturais e de suas influências nas lutas sociais da região.

Ademais, as relações de classe são descritas sem maior criticidade na compreensão de suas desigualdades, assim como de suas causas estruturais, como a exploração da força de trabalho e a forma como isso pode-

16 Luis Fernando Cerri a partir do pensamento rousseauiano (Jorn Rusen) destaca o conceito como “uma operação mental que articula experiência passada e expectativa futura na compreensão do presente e na orientação da ação prática.” (Cerri. 2011, p.35) Ou seja, permite aos sujeitos situarem-se no tempo, compreenderem sua identidade e se reconhecerem como agentes capazes de intervir nos processos históricos.

ria ser situado na própria experiência da/o estudante. Apesar de sujeitos e grupos que criticam essa realidade serem rapidamente apresentados e mencionados em alguns momentos, há indicativos de uma história contada ainda majoritariamente pelos vencedores. Isso está estampado na maneira como as classes populares são apresentadas e discutidas.

Por fim, compreendemos que a representação construída nesse livro mostra ainda a História da América de forma limitada, reiterando tendências que a apresentam como um espaço-tempo frágil, objeto de exploração e empobrecido, secundarizando ou negligenciando narrativas em que ela aparece de forma mais diversa, crítica e protagonista. Uma abordagem interseccional é inexistente em boa parte das discussões desenvolvidas. Assim, compreende-se que o corpo editorial limita-se a desenvolver perspectivas comparadas, não dando prioridade a aprofundamentos históricos sobre sujeitos marginalizados que contribuíram para a construção dessas sociedades, de suas realidades e de suas lutas.

Dessa forma, entre ausências e esquecimentos, a limitação temporal e, acima de tudo, a necessidade de condensar o volume do material tornaram-se fatores prejudiciais para a discussão histórica e para a compreensão das histórias plurais que precisariam ou deveriam ter sido abordadas ao longo da obra.

O lugar do Brasil na América através do livro didático

Para iniciar a discussão sobre o Brasil nas páginas deste material didático, vale destacar que Brasil e América Latina já se dissociam desde o sumário da obra. As atenções dadas ao Brasil apresentam-se de maneira mais cuidadosa e com um número maior de páginas, reforçando uma compreensão separada do país em relação ao restante da América, em particular da América Latina. Seria esse um problema de identidade, de abordagem ou de ambos, que se propaga através dos livros didáticos de História? Isso confirma o que Bittencourt (2017, p. 69) afirma: “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.”

O conteúdo em que o Brasil é destacado inicia ainda na Unidade 1, com o título *Brasil: da independência ao século XXI*, e logo de início apresenta a coroação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil, imagem retratada através da pintura de Jean-Baptiste Debret. O tópico dá bastante destaque à formação conflituosa do Brasil imperial, trazendo como ponto relevante a inserção das camadas populares nas decisões políticas do Império, embora mantendo uma hierarquização elitista na Corte. Também atribui importância à Confederação do Equador e ao seu papel como “outro projeto político brasileiro”, dando destaque, em seguida, a mais uma pintura, desta vez representando a abdicação de Dom Pedro I ao trono e seu sucessor, ainda criança, sendo resguardado sob a tutela de José Bonifácio.

Encontramos uma menção aos povos originários no tópico *Os excluídos nessa história do Brasil: negros e indígenas*. Com uma abordagem extremamente breve, de apenas um parágrafo, esses sujeitos aparecem de forma passiva, sem protagonismo e sem agência. A população negra escravizada é citada apenas para lembrar que não houve mudanças significativas com a Independência, exceto para um pequeno grupo que esteve à frente das batalhas e rebeliões da época. Os povos indígenas recebem, na mesma página, uma menção a partir de uma citação de Ailton Krenak.¹⁷

Em seguida, o material apresenta um box com três questões (Figura 7) que dialogam com o fragmento da transcrição do depoimento de Krenak para o documentário *Guerras do Brasil*. O material, portanto, dedica poucas páginas à discussão sobre os povos indígenas e a população negra no Brasil.

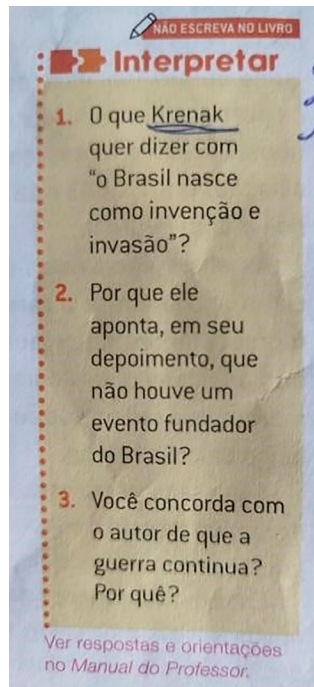
“O brasil é uma invenção! E a invenção do Brasil ela nasce exatamente da invasão. Inicialmente feitas pelos portugueses e depois continuada pelos holandeses, depois continuada pelos franceses, em um modo sem parar, onde as invasões nunca se deram fim. Nós estamos sendo invadidos agora! [...] Quando os brancos chegaram, eles foram admitidos como mais um na diferença. E se os brancos tivessem educação, eles poderiam ter vivido no meio daqueles povos e vivido outro tipo de experiência. Mas eles chegaram aqui com a má intenção de assaltar essa terra e escravizar o povo que vivia aqui. E foi o

17 Líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta, escritor brasileiro da etnia indígena krenak e Imortal da Academia Brasileira de Letras.

que deu errado. [...] A descoberta do Brasil, aquela missa lá é um mito de origem. Nós somos adultos, a gente pode buscar entender a nossa história com as diferentes matizes que ela têm, e ser capaz de entender que não teve um evento fundador do Brasil. [...] Os nossos mundos estão todos em guerra. [...] Não tem paz em lugar nenhum [...] A guerra continua até hoje [...].”

Transcrição de depoimento de Ailton Krenak. Guerras do Brasil – Episódio 1. Nossa história viva. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=VeMISgnVDZ4&list=PLb-f-5dAjBAFbOI_w8JRJI3PyfF5S-yafsK&index=10&t=0s. Acesso em: 6 jun. 2025.

Figura 7 - Recorte do box “interpretar”



Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

O livro traz consigo um *modus* neoliberal de linguagem e de abordagem de muitos temas, propondo discussões mais “objetivas” por meio de gráficos, análises e tabelas. A relação entre os indígenas e o mercado de trabalho, por exemplo, é apresentada de forma que naturaliza, sem maior

criticidade, a ideia de inserção dos povos indígenas na economia capitalista de sobrevivência.

O Brasil segue sendo apresentado nos conteúdos sobre a Era Vargas e a Ditadura Militar. Além de discutir os dilemas e nuances apresentados por Getúlio Vargas, destacam-se grupos minoritários que estiveram ao seu lado em determinados momentos e outros grupos sociais do mesmo contexto histórico, como, por exemplo, o Cangaço. O livro menciona também a primeira mulher eleita deputada federal no Brasil, Carlota Pereira de Queiroz. Apesar disso, o contexto da primeira metade do século XX, marcado pelas lutas de trabalhadores/as, feministas e lideranças populares femininas que se destacaram nesse período, não é contextualizado a partir de dinâmicas e relações regionais.

Essa tendência segue no período posterior à Era Vargas e durante a Ditadura Militar brasileira. Neste último, há mais de cinco páginas abordando a ocupação das ruas por setores da sociedade brasileira, como ocorreu na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 1964, no Rio de Janeiro, bem como as repressões autoritárias promovidas contra grupos que se colocavam contra o regime.

As discussões sobre os períodos ditatoriais no Brasil pouco se conectam às tensões vividas no Cone Sul e nas Américas entre as décadas de 1930 e 1980, sendo apresentadas ao/à estudante por meio dos grandes nomes tradicionalmente exaltados pela historiografia, como militares e elites agrárias. Os Estados Unidos, por exemplo, são mencionados de maneira direta como agentes intervencionistas, aparecendo como financiadores ou apoiadores de intervenções durante esse período.

Trechos do material mencionam a luta popular contra a repressão, aproximando Brasil e América Latina como espaços que enfrentaram problemas semelhantes. A narrativa histórica de um país marcado por desilusões políticas e sociais articula-se a narrativas de resistência, como a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, as manifestações organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e as mobilizações em defesa dos direitos de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

Observa-se, portanto, a tendência de manter uma compreensão dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que separa ou distancia o Brasil do contexto americano e, em particular, da América Latina.

O segundo capítulo, intitulado *Desafios para promover a justiça social no Brasil*, aborda os debates de gênero na atualidade, iniciando com um texto e um subtópico denominado *Diversidades, particularidades e igualdades*. Nessa parte, há uma tabela comparando as médias salariais históricas, de acordo com a PNAD 2017:¹⁸ entre homens, mulheres, brancos, pardos, pretos e a média geral da população brasileira. Segundo os dados apresentados, homens (R\$ 2.410) e brancos (R\$ 2.814) compõem os grupos com os maiores rendimentos médios do país, enquanto pretos e pardos concentram os menores salários.

Nesse sentido, dialoga-se com Gonzalez (2020), ao referir-se ao “capitalismo branco” e às “[...] formações socioeconômicas capitalistas e multiraciais contemporâneas”. Ainda nessa perspectiva, o livro aborda conceitos como o de interseccionalidade, destacando uma pintura de Lucílio de Albuquerque que retrata uma mulher negra amamentando uma criança branca.

Figura 8 - Pintura publicada no livro didático



Fonte: Livro didático *Diálogos em Ciências Humanas – construção da cidadania* (2020).

18 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

Poucos/as autores/as são citados/as durante essa discussão. Apenas Angela Davis, com *Mulheres, raça e classe*, e bell hooks, com *Teoria feminista: da margem ao centro*, são mencionadas em dois trechos. Ambas são antecedidas pelo seguinte enunciado: “Leia a seguir a opinião de duas ativistas pela conquista de direitos civis sobre a remuneração do trabalho doméstico” (*Ibid.*, p. 69). Esse é um momento importante de pluralização de referências no livro, embora ainda privilegie autoras estadunidenses, carecendo de menções a autoras latino-americanas que refletiram sobre as relações entre classe, raça e gênero na região. O trecho citado faz menção às autoras como “duas ativistas”, relegando a segundo plano a condição de intelectuais que também possuem. Mais à frente, Silvio Almeida é mencionado por meio do livro *O que é racismo estrutural?* (*Ibid.*, p. 71), para tratar das relações raciais, do trabalho e da violência.

Um exemplo utilizado para evidenciar essa violência, e que precisou ser pensado de forma interseccional, foi a exclusão das mulheres negras e trabalhadoras domésticas enquanto sujeitos de direitos trabalhistas no país, garantidos apenas em 2015. Embora discussões importantes sejam trazidas neste capítulo, que enfoca o tema da justiça social no Brasil, observamos que os desafios apontados para o país não são aprofundados como questões vividas na e em relação com a região, isto é, sem contextualizações ligadas ao contexto americano e, em particular, latino-americano. No entanto, é importante reconhecer que os autores demonstram estar atentos às reivindicações colocadas pela sociedade brasileira, como as dos movimentos negros, feministas e trabalhistas, que estiveram diretamente ameaçados no contexto político em que o livro foi produzido.

Ademais, o livro apresenta, em seu campo de atividades, boxes que auxiliam minimamente o/a aluno/a a compreender e, acima de tudo, a pensar de maneira mais crítica as discussões inseridas no material. A indicação de obras literárias e historiográficas, ainda que em número reduzido, como as mencionadas anteriormente, contribui para que os/as discentes compreendam de onde as informações são extraídas e, principalmente, o papel das fontes enquanto documentos portadores de discursos e relações de poder.

Alguns exemplos são as indicações dos livros *O general em seu labirinto*, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, obra que aborda a

trajetória de Simón Bolívar em seus últimos dias de vida, e o já mencionado *Mulheres, raça e classe*, da feminista negra estadunidense Angela Davis, que explora a historicidade das relações entre gênero, raça e classe, bem como das lutas políticas naquele país.

Por fim, é possível pensar que a compreensão do Brasil como parte da América ainda constitui um desafio para as abordagens e análises históricas. Percebe-se a existência de várias incompletudes e limitações nesse sentido, que desfavorecem compreensões mais conectadas da política, da cultura e da sociedade brasileira como um todo, além de não contribuírem para a construção de uma identidade latino-americana.

Os Estados Unidos e sua relação com o continente latino-americano, por exemplo, aparecem diversas vezes sob a ótica do imperialismo e das influências exercidas sobre a região, especialmente nas questões econômicas, sociais e políticas, afetando diretamente o modo de vida das populações. Essas questões são observadas e, em boa parte das discussões propostas pela coleção, acabam reforçando estereótipos do continente associados ao atraso, à fragilidade política, à desorganização e à dependência em relação aos Estados Unidos.

Entretanto, também cabe destacar que as condições de produção e os conteúdos ofertados pela coleção, em determinados momentos, sofrem influência de decisões políticas tomadas em um contexto neoliberal. A presença das pautas sociais apenas como parte de um quantitativo estatístico acaba limitando a capacidade crítica do material enquanto produtor de narrativas e identidades históricas.

Desse modo, compreendo que a abordagem da História da América e de suas relações com o ensino de História no Brasil, voltado para estudantes brasileiros, ainda constitui um desafio significativo.

Considerações finais

O livro *Diálogos em Ciências Humanas – Construção da Cidadania* permite que o estudante tenha algum contato com conceitos, debates e sujeitos importantes para pensar as Américas, em especial a América Latina. Contudo, o material apresenta poucas abordagens em apenas 160 páginas

e um condensado de assuntos de disciplinas correlatas, tornando inviável, muitas vezes, uma leitura crítica dos acontecimentos que cercam as Américas enquanto construções históricas e espaciais.

Também cabe destacar que, embora disponha de poucas páginas, o corpo editorial preocupou-se em mencionar discussões importantes para a vivência do/a aluno/a, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma “consciência histórica”, como sugerida por Rüsen (2001). As discussões sobre os povos subalternizados e a relação entre Brasil e América Latina são compreendidas de forma dissociada, embora, na apresentação do livro, os autores enfatizem o seguinte:

Nesse levantamento, enfatizou-se a imposição de poderes sobre populações locais durante os processos de colonização e de independência em diversos países da América Latina. Uma construção que impactou o conjunto latino-americano, especialmente o Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX (*Ibidem*. p. 3).

Entendemos que as dinâmicas mercadológicas e as realidades socioeconômicas construídas pelo neoliberalismo vêm transformando o livro didático. Elas marcam seu discurso, seus critérios e recortes de conteúdos e, em determinados momentos, apresentam identidades e pertencimentos (Bittencourt, 2023, p. 7). Dessa forma, cabe a nós entendermos que o livro didático é produto de seu tempo, formador de conceitos e permeado por ideologias, além de precisar atender às exigências políticas e mercadológicas.

Entretanto, segue sendo uma ferramenta indispensável para o/a professor/a, pois, mesmo diante de tantas questões que o cercam, continua sendo um dos principais instrumentos de mediação do saber histórico por parte daquele/a que atua na formação de uma consciência crítica e emancipadora no ambiente escolar: o/a educador/a.

Referências

Fontes históricas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Dispõe sobre a inclusão da obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 set. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14986.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Edital PNLD 2021*: edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia PNLD 2021*. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CAMPOS, Eduardo; DE SENE, Eustáquio; VICENTINO, Cláudio. *Diálogos em Ciências Humanas: construção da cidadania*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 250-270, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701617>. Acesso em: 5 out. 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. *Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 4, p. 5-15, 2005. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1358>. Acesso em: 30 set. 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 ago. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital PNLD 2021*. Brasília, DF: FNDE, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Nova lei garante ensino sobre as grandes contribuições de mulheres à humanidade*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/09/26/nova-lei-garante-ensino-sobre-as-grandes-contribuicoes-de-mulheres-a-humanidade>. Acesso em: 14 out. 2024.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LIMA, Maria Jocelma Duarte de; COSTA NETO, Francisco Alves da; SILVA, Cícero Nilton Moreira. Ataques à educação: um olhar sobre as críticas que o educador Paulo Freire vem sofrendo do atual governo Bolsonaro. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 43, n. 85, p. 58-74, 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi. As mulheres na história: a invisibilidade feminina nos livros didáticos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 601-623.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SEDUC. Secretaria da Educação do Ceará. *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SKIDMORE, Thomas E. Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal-entendido? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 447-463, 1994.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a escola. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, 2021.

SOARES, Adriana Realejo. *Lugar de autoria: contingências, desafios e possibilidades na produção de livros didáticos de História*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

VARGAS, Mateus. Bolsonaro diz que livros didáticos têm “muita coisa escrita”. *UOL Notícias*, 3 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/01/03/bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.



Cartunistas mulheres na historiografia do humor brasileiro: balanço necessário a partir de um olhar de gênero e feminista (1970-2024)¹

Cintia Lima Crescêncio

Resumo: Este capítulo propõe a construção de um estado da arte sobre as cartunistas mulheres na historiografia do humor no Brasil, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Parte-se da premissa de que os estudos de gênero e feministas, bem como a efervescência da produção on-line, impactaram a criação de obras de referência (coletâneas, dicionários, enciclopédias e antologias) e as pesquisas em História e em outras áreas do conhecimento.

Palavras-Chave: Historiografia; Humor Gráfico; Artistas Mulheres.

Considerações iniciais

A história das mulheres no humor gráfico brasileiro ainda é pouco conhecida. A historiografia do humor, com foco especial na segunda metade

¹ Este texto foi produzido no âmbito do Projeto “Uma História das Artistas do Traço no Brasil”, coordenado por Cintia Lima Crescêncio e financiado pelo CNPq, Processo: 403648/2023-8.

do século XX, raramente dedicou-se a pensar o humor gráfico de autoria de mulheres, apesar do expressivo número de cartunistas. É muito comum a presunção de que elas não existiam e, por isso, não são lembradas por obras de referência, como dicionários, enciclopédias, compilados e pesquisas históricas. A cartunista Crau, idealizadora e editora da revista *As Periquitas* (Crau, 2014), com foco no humor e no desenho de mulheres, em depoimento a outra revista dedicada à arte produzida por mulheres, rememora que a publicação foi, em parte, a resposta a uma “provocação” dos cartunistas Jal e Gualberto durante uma exposição sobre a revista de quadrinhos *O Bicho*, publicada entre 1975 e 1976, no Rio de Janeiro. Na ocasião, eles disseram que “não há mulheres fazendo quadrinhos” (Riscal, 2015, p. 73), quando apresentados à ideia de uma publicação de humor gráfico composta apenas por mulheres. Crau, “as periquitas” e tantas outras provam o contrário.

Apesar disso, a historiografia do humor brasileiro pouco ou nada explorou sobre cartunistas mulheres, mesmo em tempos mais recentes, marcados pela efervescência da produção de mulheres e feministas. É fundamental compreender e refletir sobre o lugar das mulheres autoras e artistas do humor gráfico nesta escrita que reservou a elas, no máximo, reflexões sobre as representações do “feminino” ou sobre o risível da feminilidade. Nesse sentido, este capítulo propõe a construção de um estado da arte sobre cartunistas mulheres na historiografia do humor no Brasil, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

A pergunta “onde estão as mulheres no humor gráfico brasileiro?” tem ecoado. Em estudos que desenvolvo há mais de 10 anos, uma das grandes questões é localizar fontes, nomes e informações básicas das cartunistas mulheres, e muita coisa mudou, inclusive a partir da inspiração de investigações em países vizinhos. Argentina (Acevedo, 2019) e Chile (Lavin; Aguayo; Cárcamo, 2021) são destaques na construção de genealogias feministas (Ciriza, 2006) de cartunistas mulheres.

Atualmente, elas são rememoradas por artistas mais jovens em listas, linhas do tempo, bancos de dados e por pesquisadoras que procuram contar outras histórias do humor gráfico brasileiro. Cahú, Ciça, Crau, Mariza, Hilde Weber, Marlene Crespo, Maria Godoy, Anita Costa Prado e tantas

outras são nomes conhecidos para quem pensa a história do humor gráfico no Brasil a partir de uma perspectiva de gênero. Fruto do estudo e da pesquisa, essas artistas tornaram-se vestígios bem documentados de histórias ainda não contadas, compondo documentos ricos para a história das mulheres, do gênero, dos feminismos, para a história do Brasil e para a história cultural do humor.

Embora a história cultural do humor e os pesquisadores dedicados às histórias em quadrinhos² resistam em revisar o cânone, ampliar e revistar fontes, investigações com perspectiva de gênero e feminista tendem a renovar o campo. As cartunistas mulheres, em sua maioria, mesmo que não identificadas como feministas, demonstram sensibilidade à discriminação sofrida pelas mulheres em seus traços, temas e estilos, ao mesmo tempo em que suas existências e expressões artísticas afirmam-se por si sós como inegáveis gestos feministas (Duarte, 2019). Regina Barreca (1991) afirma que o simples ato de produzir humor, para quem sempre teve essa habilidade negada, já é um acontecimento feminista. Tendo o feminismo como pano de fundo, em um contexto de fortes mobilizações de mulheres durante a ditadura e na redemocratização, todas parecem incorporar a ideia de que “o humor é uma guerra que não produz morte, mas riso” (Raznovich, 1996, p. 7), um riso que provoca, entristece, alegra, mobiliza, radicaliza e faz pensar sobre o futuro. A cartunista Ciça afirma que o “humor mostra... como as coisas não devem ser” (Crescêncio, 2019, p. 3). Muito do humor gráfico produzido por essas artistas é uma representação do que elas temem, desprezam ou com o que se preocupam. O humor dessas mulheres parece ser um projeto de mundo.

A produção humorística, de qualquer ordem, tem como objetivo promover o riso, gesto que não necessariamente se articula a um contexto de diversão e alegria. Umberto Eco (2011) fala da tristeza como vetor do riso; Terry Eagleton (2020) aponta o riso como expressão de desespero, raiva e estados não racionais. Nesse sentido, caricaturas, charges, cartuns e tiras cômicas produzidas com o intuito de pensar o Brasil por cartunistas mu-

2 Neste texto optei por chamar as artistas de cartunistas em função do foco da pesquisa ser o humor, no entanto, destaco que a maioria das cartunistas produz, também, quadrinhos e ilustrações. Não é equivocado, nesse sentido, referenciar também a produção e historiografia dos quadrinhos, uma vez que a arte gráfica e o humor gráfico articulam-se a este universo.

lheres não necessariamente geram um riso divertido e satisfeito. Esse riso, conforme Eco (2011), pode ser um riso de descoberta das injustiças. Parte expressiva do humor gráfico de mulheres que produziam entre as décadas de 1970 e 1990 encara assimetrias de poder problematizadas a partir de diferentes motes. Essa informação é importante para destacar que essas artistas não tinham como tema, necessariamente, o que se convencionou chamar de “feminino”, embora isso não deva ser considerado um demérito. Elas pensavam sobre o mundo, e também sobre um mundo gendrado, porque é assim que ele opera. No contexto digital, os discursos feministas de cartunistas contemporâneas abundam.

A partir da identificação da presença de mulheres artistas no humor gráfico brasileiro ao longo da segunda metade do século XX, e de uma enorme projeção delas com o advento da internet, proponho, neste texto, a realização de um balanço da produção historiográfica a partir de um olhar de gênero e feminista, procurando identificar os silêncios e os despertares de historiadoras(es) no que se refere à produção de mulheres. O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, proponho uma reflexão sobre a história cultural do humor e o lugar das mulheres nesse campo. Na segunda, apresento os avanços nos estudos sobre mulheres cartunistas no passado e no presente, quando temos a possibilidade de uma mirada interdisciplinar e em um contexto de difusão dos feminismos.

O mau humor gendrado de Clio

A renovação historiográfica proposta pelos historiadores da terceira geração dos Annales, que constitui a chamada Nova História, deu continuidade ao alargamento do contingente de fontes e documentos passíveis de atenção das(os) historiadoras(es), iniciado pela primeira geração do movimento francês. Se antes a preferência recaía sobre documentos oficiais, nos quais só havia homens poderosos e sérios, no final da década de 1960 as metodologias foram renovadas, o que permitiu a investigação histórica a partir de fontes menos convencionais, como aquelas associadas aos meios de comunicação de massa. Ampliaram-se, também, os temas e as abordagens. Em contexto de “liberdade” histórica, fontes cômicas e humoradas tornaram-se alvos de investigação.

Já na década de 1990, merecem destaque as obras *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio* (2002) e *Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários: ensaios de história cultural do humor* (2018), de Elias Tomé Saliba; *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique* (1992) e as coletâneas *Agostini: obra, paixão e arte do italiano que desenhou o Brasil* (2014) e *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais* (2011), de Isabel Lustosa. É de 1989, no entanto, o livro *Prazer e poder do Amigo da Onça* (1989), de Marcos Antônio da Silva, anterior à década de 1990. Nessas obras, artistas mulheres têm pouco ou nenhum espaço.

O momento do surgimento de revistas semanais e de ampla difusão de caricaturas e charges humorísticas é a base do trabalho de pesquisadoras como Paula Ester Janovitch (2006; 2011), Marilda Queluz (2016) e Mônica Pimenta Velloso (2011), que estudam, entre outras questões, os estereótipos culturais presentes nas caricaturas da passagem do século XIX para o XX. Forte presença nas fontes e resultado de um momento de grande adesão à imprensa como documento histórico, o humor fortaleceu-se como possibilidade de investigação histórica.³

Verena Alberti também é importante referência. Autora de *O riso e o risível na história do pensamento* (1999), obra que sistematiza as teorias filosóficas do humor da Antiguidade à Contemporaneidade, a autora apresenta a relação do riso com o pensamento como uma questão que se impõe à filosofia há séculos (Alberti, 1999). Outro tema relevante nos estudos históricos sobre humor, que merece menção, são as representações cômicas veiculadas na imprensa durante a ditadura brasileira, alvo das discussões de Rodrigo Patto Sá Motta (2006; 2016), Rachel Soihet (2005; 2007) e Cintia Lima Crescêncio (2016; 2018).⁴

Contrariando a ideia de que não haveria mais novidades no que se refere à história cultural do humor (Saliba, 2017), mais recentemente uma im-

3 Ver, a este respeito, CRESCÊNCIO, Cintia Lima; FERREIRA, Gabriela Alves. “Por que tão séria? Uma reflexão sobre humor e riso na Revista Brasileira de História (1981-2020)”. XV Encontro de História da ANPUH/MS - História em Combate: ciência e ensino, ética e engajamento, 2021, Três Lagoas/online. *Anais*. Campo Grande: ANPUH-MS, 2021.

4 Ver, a este respeito, CRESCÊNCIO, Cintia Lima. “Fontes Humoradas no Ensino de História”. XXVI Encontro de História da ANPUH-SP - O Futuro do Passado: Memória, História e Historiografia, 2022, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Anpuh-SP, 2022.

portante renovação vem sendo encabeçada pelos estudos de gênero e feministas, que se fortalecem de maneira bastante nítida nos estudos históricos, também desde a década de 1990. É equivocado buscar uma origem para estudos articulados ao humor, mas é prudente citar Rachel Soihet (2005; 2007) como um importante nome na pesquisa sobre gênero e humor, ao problematizar o papel do jornal *O Pasquim* na produção de violência simbólica contra as mulheres em contexto de ditadura e emergência dos feminismos. A autora, que se dedica aos estudos de gênero e à história das mulheres, aponta as contradições do periódico semanal, cujos articulistas atacavam a ditadura, mas também as mulheres, especialmente aquelas que lutavam por seus direitos (Soihet, 2005). Historiadoras das mulheres e feministas têm contribuído para a expansão dos estudos do humor no Brasil, embora nem sempre sejam oficialmente “reconhecidas pelo campo”.

Um desafio que os estudos de gênero e feministas trouxeram aos estudos do humor é a investigação de fontes até então pouco exploradas, como o humor gráfico feminista e o humor gráfico assinado por mulheres. Alvos recorrentes dos estereótipos do humor tradicional, frequentemente discriminatório, as mulheres passaram a ser consideradas pela pesquisa histórica enquanto produtoras do riso. O deslocamento do olhar é uma novidade, uma vez que, na maioria dos estudos históricos cujas fontes são o humor gráfico, os artistas são homens.

Maria da Conceição Francisca Pires (2019) destaca o baixo número de pesquisas que consideram cartunistas mulheres, em especial feministas, na área de estudos do humor gráfico. A autora, que anteriormente pesquisava o trabalho do cartunista Henfil, tem se dedicado às cartunistas mulheres e às questões feministas da contemporaneidade (Pires, 2020), apontando “como esses produtos culturais expressam formas inovadoras de resistência e atuação política” (Pires, 2019, p. 73). Não podemos deixar de lembrar o papel fundamental da internet para a circulação da produção humorística de mulheres, uma vez que, nas décadas anteriores, quando o principal veículo do humor gráfico eram as revistas impressas, elas não figuravam entre os cartunistas de maior projeção (Pires, 2019; Crescêncio, 2016).

São inúmeros os(as) autores(as) que se apropriam de fontes humorísticas, especialmente da imprensa, para discutir a abolição da escravatura,

a ascensão da República, os embates políticos em torno de partidos, a luta sindical, o golpe e a ditadura (Lustosa, 2015; Saliba, 2002; Soihet, 2005; 2007). Os estudos históricos entendem as charges e, consequentemente, o humor gráfico, como ação política (Liebel, 2017), por isso trata-se de componente importante para os estudos históricos. Um dos grandes historiadores do nosso tempo defendeu que o riso, produto do humor, é um fenômeno cultural e que ele, portanto, tem uma história (Le Goff, 2000). Nesse sentido, é fundamental pensarmos não apenas no uso do humor como elemento histórico, mas incorporá-lo como problemática e fonte, movimento que tem sido feito pela história cultural do humor. A produção das cartunistas mulheres, no entanto, bem como um olhar de gênero para a tradicional história do humor gráfico no Brasil, não tem sido a tônica da historiografia do humor gráfico no Brasil, sendo apenas recentemente provocada por historiadoras da área dos estudos de gênero e feministas. Um dos pontos que podem impactar esse reconhecimento é, certamente, a ideia de que muitas cartunistas, especialmente as feministas, tematizavam assuntos “menores”, “femininos”, e não “políticos”. Aborto, trabalho doméstico, contracepção e carestia, ainda hoje, são considerados assuntos exclusivamente de mulheres e não “políticos”.

Minha tese de doutorado, *Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico na imprensa feminista do Cone Sul* (Crescêncio, 2016), na busca por compreender os usos e abusos do humor pelos feminismos do Cone Sul, especificamente por meio da publicação de humor gráfico em jornais alternativos feministas, teve como efeito colateral a descoberta de escassas informações sobre as artistas que produziam quadrinhos, humor gráfico e ilustrações no Brasil dos anos 1970 e 1980. Essa pesquisa trouxe à tona a urgência de investigações sobre a produção humorística de mulheres. Desde então, tenho dedicado todos os meus esforços a revelar, conhecer e analisar a produção de mulheres cartunistas a partir de uma perspectiva de gênero e feminista, tendo a reflexão sobre o humor como elemento central.⁵

5 Uma das primeiras pesquisadoras a pensar a representação “feminina” nos quadrinhos no Brasil é Sônia Maria B. Luyten. Ver, a este respeito, LUYTEN, S. M. B. A mulher e a história em quadrinhos: sua produção e retratação no Ocidente e no Oriente. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE COMUNICAÇÃO, 2002, São Paulo. *Anais*[...]. São Paulo: USP, 2002.

Também em 2016, Maria da Conceição Francisca Pires e Mara Burkart organizaram um dossiê na revista *Tempo & Argumento*. De inegável qualidade e intitulado *Humor e Política*, nenhum dos 11 artigos abordava a produção de humor por mulheres.⁶ Pouco tempo depois, em 2018, Cintia Lima Crescêncio e Maria da Conceição Francisca Pires organizaram o dossiê *O humor das mulheres e as mulheres no humor*, na revista *Ártemis*, da área de gênero e feminismos, que contou com 12 artigos.⁷ Por fim, em 2020, essas três pesquisadoras organizaram o dossiê *Mulheres, humor e cultura de massa*, também na revista *Tempo & Argumento*, com 8 artigos.⁸ Em 2024, publicamos o artigo *Construindo genealogias feministas: cartunistas brasileiras do papel ao online (1970-2020)* (Crescêncio; Pires, 2024), na revista *Territórios e Fronteiras*. Trata-se, portanto, de uma transformação em curso que passa, sem dúvida, pelo diálogo com a história das mulheres e com os estudos de gênero.

Clio sorri diante de uma mirada interdisciplinar

Os debates sobre a história do humor gráfico brasileiro não estão, contudo, restritos aos estudos históricos. Trata-se de um campo com vasta produção, e aqui apresento um pequeno apanhado, já com um recorte de gênero e com ênfase na produção nacional. Neste caso, é importante mencionar que, no geral, livros, coletâneas, dicionários e antologias sem recortes de gênero, ou seja, sem preocupação declarada em colocar em cena as artistas mulheres, dedicam nenhum ou pouco espaço a elas. Quem buscar as mulheres nessas obras pode chegar à perigosa conclusão de que não existiram cartunistas ou quadrinistas mulheres.

Na *Enciclopédia dos Quadrinhos*, os autores afirmam que “Não é muito fácil encontrar mulheres quadrinistas [...]” (Goida; Kleinert, 2011, p. 72). Infelizmente, publicações da década de 1970 e da década de 2020 incorrem, com frequência, nesse mesmo equívoco, quando consideram essa possibilidade. Trata-se de um desafio para pensar a atuação das mulheres

6 Ver, a este respeito, <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/508>. Acesso: 10 fev. 2025.

7 Ver, a este respeito, <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/issue/view/2227>. Acesso em: 10 fev. 2025.

8 Ver, a este respeito, <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/795>. Acesso em: 10 fev. 2025.

no campo do humor, de maneira geral, pois a habilidade de fazer rir foi historicamente contraposta ao ideal de feminilidade, apesar de muitas evidências provarem o contrário. Consuelo Patricia Lozano (2020) discute, entre outras questões, no livro *Género, humor e ironia. La risa de las mujeres en el patriarcado*, o permanente riso das mulheres ao longo da história e como, nas últimas décadas, o humor delas tem se manifestado, em especial, na produção visual de toda sorte.

Um ponto-chave para refletir sobre a produção das artistas do humor e dos quadrinhos antes do contexto da internet é a pesquisa em arquivos e em iniciativas que já buscaram mapeá-las. Ainda assim, deparamo-nos com alguma incerteza. Nem todas as obras de referência mencionam o trabalho de Mariza n'O *Pasquim*, por exemplo. Um erro recorrente é a afirmação de que a cartunista Ciça publicava suas tiras n'O *Pasquim*. Para sanar erros e imprecisões, é fundamental o estímulo e o financiamento de pesquisas acadêmicas, especialmente na área de História, pois ainda estamos diante da necessidade de mergulhar nos arquivos. A imprecisão, muitas vezes, ocupa o lugar do silêncio absoluto sobre as artistas mulheres. O silêncio, no entanto, não marca apenas a ausência das mulheres artistas, porque as mulheres e o “feminino” são alvos do humor e dos quadrinhos brasileiros em obras dos anos 1970, bem como em coletâneas do século XXI, que insistem em não referenciar mulheres e as colocam como objeto de sexualização e riso (Crescêncio, 2018). Na sequência, apresento alguns exemplos que incluem esse tipo de abordagem.

A obra *Dez em Humor*, publicada em 1968, é resultado de um trabalho coletivo e nela nenhuma mulher é mencionada como artista, mas seus corpos desfilam nus pelas páginas do livro. Na *Antologia brasileira de humor* (Adail, 1976), publicada em dois volumes e organizada por um conselho editorial composto por Edgar Vasques, Guaraci Fraga, Ivan Gomes Pinheiro Machado, Luis Fernando Veríssimo, Paulo de Almeida Lima e Renato Canini, os nomes de Mariza e Ciça compõem os 84 artistas apresentados.

Em obras mais recentes, o desafio permanece. O livro *Uma história do Brasil através da caricatura*, de Renato Lemos, publicado em 2001, reúne caricaturas, charges e tiras para narrar a história do Brasil de 1840 a 2006. Ao longo das 174 charges, produzidas por 56 caricaturistas diferentes, com

mais de 180 ilustrações, não há uma única charge, tira ou caricatura assinada por uma mulher. O livro *Entre sem bater!: o humor na imprensa: do Barão de Itararé ao Pasquim 21*, de Luis Pimentel, publicado em 2004, ignora as mulheres, apesar de seus corpos figurarem nus já na capa.⁹

No *Historia del Humor Gráfico en el Brasil* (Cavalcanti, 2005, p. 198), Ciça recebeu algumas linhas dedicadas ao seu trabalho e, no *Grande Dicionário do Quadrinho Brasileiro* (2022), de Gutemberg Cruz, há muitas quadrinistas, ilustradoras e humoristas gráficas do tempo presente citadas. No entanto, o dicionário sinaliza um problema: o esquecimento das artistas mulheres do passado. A grande maioria das cartunistas e quadrinistas citadas produz no contexto da internet.

Alba Valéria Tinoco Alves Silva, em pesquisa sobre humor escrito por mulheres, insinua um processo de invisibilização constante e repetido que inclui também o humor gráfico. Ao observar que muitos escritores produzem humor gráfico, e vice-versa, como Ziraldo, Henfil, Millôr e Luis Fernando Veríssimo, a autora ampliou sua reflexão para o humor gráfico, concluindo que, na imagem gráfica do humor, as mulheres também são omitidas (Silva, 2015).

Apesar da insistência em recusar a existência de mulheres na arte gráfica humorada, o fanzine *Quadrix*, de 1985, teve um número “Especial das Mulheres”. Esse número, como muitas publicações de quadrinhos com perspectiva de gênero e feminista hoje, conta com uma cronologia que lista, exaustivamente, mulheres que atuaram no ramo do humor gráfico, dos quadrinhos, da ilustração e do roteiro entre 1909 e 1985. Além disso, apresenta entrevistas e uma série de informações sobre artistas mulheres.

Essa publicação tem 60 páginas em formato A4, impressas frente e verso, e expõe um universo de informações sobre a produção das mulheres ao longo do século XX no Brasil. Trata-se de um levantamento exaustivo e valioso que indica, já naquele período, o que é possível identificar no século XXI: elas eram muitas e estavam em todas as frentes. O número reúne entrevistas; uma cronologia iniciada em 1909, repleta de nomes e

9 Ver, a este respeito, CRESCÊNCIO, Cintia Lima. “As mulheres ou os silêncios do humor: uma análise da presença de mulheres no humor gráfico brasileiro (1968-2011)”. *Revista Ártemis*, João Pessoa, vol. XXVI, n. 1, p. 53-75, 2018.

informações importantes; apresentação da produção das mulheres em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba; e “quadrinheiras” que atuam em núcleos, estúdios e na imprensa. Seu editorial termina com um convite: “Essa edição deu muito trabalho e demorou muito tempo para sair, mas aqui está; esperamos que, com ela, apareçam novas e melhores pesquisas, e que motive suficientemente as quadrinheiras a ocupar seu merecido espaço na HQ nacional” (Quadrix, 1985, p. 3). Assina o editorial Worney Almeida de Souza, que utilizava o pseudônimo Waz e era o proprietário e produtor do fanzine.

Encontramos vestígios em outras pesquisas. Na tese de Gilmar Adolfo Hermes (2005), temos acesso a informações raras sobre Mariza. O trabalho intitulado *As ilustrações de jornais diários impressos: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte* apresenta, entre outras questões, a análise de uma entrevista realizada com a própria artista, na qual Mariza fala sobre seu processo criativo, sua técnica e estilo, sua relação com a redação e com o jornal *Folha de S. Paulo*. Na tese de Daiany Ferreira Dantas (2006), *Sexo, mentiras e HQ: representação e autorrepresentação das mulheres nas histórias em quadrinhos*, encontramos um dos primeiros esforços para colocar a produção de mulheres cartunistas em cena, em uma espécie de estudo comparativo da produção da artista brasileira Marguerita Fahrre e da argentina Maitena Burundarena. Chama atenção, inclusive, o número de dissertações e teses sobre Maitena.

A tese de Ediliane Boff, *De Maria a Madalena: representações femininas nas histórias em quadrinhos* (2014), apesar de não se dedicar às mulheres artistas, aborda o tema informando sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Em 2016, Maria de Fátima Hanaque Campos publicou o livro *Nair de Teffé: artista do lápis e do riso*, dedicado a uma das primeiras cartunistas mulheres do Brasil, ainda do início do século XX.

A dissertação da pesquisadora e cartunista Carolina Ito Messias (2018), *Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil*, embora dedicada à produção contemporânea de mulheres, não deixa de realizar um recuo no tempo. A tese de Nara Bretas Lage (2022), intitulada “Aconteceu comigo”: *mulheres, narrativas de vida nos quadrinhos de Laura Athayde*, dedica-se a pensar a produção de uma artista contemporânea, mas prioriza, também, a compreensão de que o caminho trilhado

por cartunistas e quadrinistas mulheres é anterior ao advento da internet. A autora não apenas se movimenta em direção à construção de articulações, filiações e pertencimentos entre as artistas da era digital e aquelas que tinham como espaço de trabalho a imprensa das quatro décadas finais do século XX, como também, ao final de seu trabalho, formula minibiografias sobre essas artistas. Os estudos da Comunicação, ao que tudo indica, têm sido um lugar essencial de investigação e reflexão sobre cartunistas mulheres.

O livro *Mulheres & Quadrinhos*, organizado por Laluña Machado e Dani Marino (2019), coroa, em alguma medida, esse contexto de efervescência temática, embora as pesquisas ainda sejam escassas. A obra reuniu artistas e pesquisadoras de todo o Brasil e de países vizinhos, publicando capítulos e quadrinhos que colocam, em sua maioria, debates sobre gênero, arte e feminismo no centro da discussão. Por fim, merecem menção as revistas *Risca!* (2015), *As Periquitas* (2014) e *Mina de HQ* (2020, 2021, 2022 e 2023), que, com perspectiva de gênero e feminista, dedicaram-se a pensar a arte e o humor das mulheres cartunistas no passado e no presente.

É a mirada interdisciplinar, já em contexto mais contemporâneo e muito motivada pela forte atuação digital de artistas de novas gerações, que permite observar um fortalecimento dos estudos sobre cartunistas mulheres no Brasil. Aliado a isso, o crescimento dos estudos de gênero e feministas parece selar a emergência de novos objetos de estudo e pesquisa para todas as áreas, inclusive para a História, disciplina que se mantém, muitas vezes, resistente às inovações.

Considerações Finais

Pesquisas em arquivos demonstram que havia mulheres cartunistas na grande imprensa: *Folha de S. Paulo*, *Placar*, *MAD*, *Crás* e *Pancada*; na imprensa alternativa: *O Pasquim*, *Movimento*, *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*; e nas publicações de quadrinhos: *O Bicho*, *Circo*, *Balão*, *Quadrix*, *Chiclete com Banana* e *A Roleta*. É fundamental sublinhar que, entre as décadas de 1970 e 1990, elas não eram raras nessas publicações. Também as encontramos em editoras, galerias, exposições e salões de arte e humor. Além disso, alguns compilados da produção de mulheres que atuavam em contexto anterior à internet foram e continuam sendo publicados. Ciça teve duas

coletâneas publicadas pela editora Codecri (Ciça, 1978; 1979). Em 2006, novamente, sua série *O Pato* foi publicada em livro (Ciça, 2006). Hilde Weber publicou uma coletânea de sua produção, reunindo mais de 30 anos de cartuns (Weber, 1986). Mariza Dias Costa teve duas coletâneas publicadas recentemente (Mariza, 2013; Expressa, 2020). Anita Costa Prado teve uma coletânea de tiras produzidas em 1990, publicada em 2006 (Prado, 2006).

Em 2010, surgiram iniciativas digitais que procuraram dar visibilidade à produção de mulheres, como o site *Lady's Comics*, ativo até 2019, e a plataforma *Mina de HQ*,¹⁰ iniciativas que não se contentaram com a atuação online e se dedicaram também a promover encontros presenciais e a publicar revistas. A internet tem sido campo de atuação e disputa de artistas e coletivos que tensionam questões de gênero, sexualidade, raça e região, enquanto esforços genealógicos feministas têm procurado colocar as cartunistas mulheres do passado no mapa brasileiro. Apesar de mirarem o presente e o futuro, a maior parte dessas iniciativas não deixa de pensar no trabalho das artistas “pioneiras”, como são chamadas pelas cartunistas mais jovens.

Apesar disso, a historiografia do humor no Brasil segue reticente. Mesmo diante da emergência de novos documentos, que colocam as cartunistas mulheres em cena, e da intensa atuação de artistas contemporâneas, que têm a internet como palco e que procuram, em geral, estabelecer filiações com artistas do passado, a pesquisa histórica sobre o tema ainda parece adormecida, mal-humorada, com algumas poucas exceções. Estudos, dissertações e teses sobre humor gráfico produzido por mulheres, ou desenvolvidos a partir de uma perspectiva de gênero e feminista, têm avançado lentamente na História, embora outras áreas se mostrem muito mais impactadas pelos estudos de gênero e feministas quando o assunto é o humor gráfico.

Esta revisão bibliográfica está, certamente, em aberto. As memórias fraturadas sobre as mulheres cartunistas devem ser enfrentadas com esforços semelhantes aos que já vêm sendo empreendidos por pesquisadoras argentinas e chilenas. É por meio do estudo e da pesquisa que conseguiremos construir outras histórias sobre o humor gráfico brasileiro, e um passo importante nessa direção é a reflexão sobre o lugar das mulheres na construção da historiografia do humor, além, é claro, do necessário trabalho de investigação histórica.

10 Ver, a este respeito, <https://minadehq.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Referências

- ACEVEDO, Mariela. *Nosotras contamos: un recorrido por la obra de autoras de historieta y humor gráfico de ayer y hoy*. Buenos Aires: Mariela Alejandra Acevedo, 2019.
- ADAIL et al. *Antologia brasileira de humor*. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 1976.
- ADAIL et al. *Antologia brasileira de humor*. v. 2. Porto Alegre: L&PM, 1976.
- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BARRECA, Regina. *They used to call me Snow White... but I drifted: women's strategic use of humor*. New York: Penguin Books, 1991.
- BOFF, Ediliane. *De Maria a Madalena: representações femininas nas histórias em quadrinhos*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. *Nair de Teffé: artista do lápis e do riso*. Curitiba: Appris, 2016.
- CAVALCANTI, Lailson de Holanda. *Historia del humor gráfico en el Brasil*. Lleida: Editorial Milenio, 2005.
- CIÇA. *O pato*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.
- CIÇA. *O pato no formigueiro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- CIÇA. *Pagando o pato*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.
- CIRIZA, Alejandra. Genealogías feministas y ciudadanía: notas sobre la cuestión de las memorias de los feminismos en América Latina. In: JORNADAS NACIONALES DE HISTORIA DE LAS MUJERES, 8.; CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS DE GÉNERO, 3., 2006, Villa Giardino. *Anais [...]* Villa Giardino: Universidad Nacional de Córdoba, 2006.
- COSTA, Mariza Dias. *... e depois a maluca sou eu!*. São Paulo: Peixe Grande, 2013.
- CRAU et al. *As Periquitas*. São Paulo: Kalaco, 2014.
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima. As mulheres ou os silêncios do humor: uma análise da presença de mulheres no humor gráfico brasileiro (1968-2011). *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 53-75, 2018.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Bia Sabiá em “O pessoal é político”: (re)invenção do político no humor gráfico feminista de Ciça (Nós Mulheres, 1976-1978). *Fronteiras*, Dourados, v. 20, n. 35, p. 117-136, 2018.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Fontes humoradas no ensino de História. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 26., 2022, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ANPUH-SP, 2022.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. O humor mostra... como as coisas não devem ser: uma entrevista com Ciça. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-5, 2019.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. *Quem ri por último, ri melhor*: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; PIRES, Maria da Conceição Francisca. Construindo genealogias feministas: cartunistas brasileiras do papel ao online (1970-2020). *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 17, n. 1, p. 95-118, 2024.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; FERREIRA, Gabriela Alves. Por que tão séria? Uma reflexão sobre humor e riso na Revista Brasileira de História (1981-2020). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-MS, 15., 2021, Três Lagoas. *Anais [...]* Campo Grande: ANPUH-MS, 2021.

CRUZ, Gutemberg. *Grande dicionário do quadrinho brasileiro*. São Paulo: Noir, 2022.

DANTAS, Daiany Ferreira. *Sexo, mentiras e HQ*: representação e autorrepresentação das mulheres nas histórias em quadrinhos. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro*: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

EAGLETON, Terry. *Humor: o papel fundamental do riso na cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ECO, Umberto; IVANOV, V. V.; RECTOR, Monica. *Carnival! Approaches to semiotics*. Berlin: Walter de Gruyter, 2011.

EXPRESSA. *Mariza Dias Costa*. n. 16. São Paulo, dez. 2020.

GOIDANICH, Hiron Cardoso; KLEINERT, André. *Enciclopédia dos quadrinhos*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

HERMES, Gilmar Adolfo. *As ilustrações de jornais diários impressos: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

JAGUAR *et al.* *Dez em humor*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.

JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911*. São Paulo: Alameda, 2006.

JANOVITCH, Paula Ester. Os jornalistas macarrônicos da imprensa humorística paulista. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: UFMG, p. 271-289, 2011.

LAGE, Nara Bretas. “Aconteceu comigo”: mulheres, narrativas de vida nos quadrinhos de Laura Athayde. 2022. Tese (Doutorado) – CEFET-MG, Belo Horizonte, 2022.

LAVIN, Vivian; AGUAYO, María Eliana; CÁRCAMO, Francisca. *Catálogo de mujeres chilenas en la historieta*. Santiago: Gobierno de Chile, 2021.

LE GOFF, Jacques. O riso na Idade Média. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (org.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, p. 65-82, 2000.

LE MOS, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

LIEBEL, Vinícius. Charges. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, p. 83-114, 2017.

LOZANO, Consuelo Patricia Martínez. *Gênero, humor e ironia: la risa de las mujeres en el patriarcado*. Cidade do México: Ediciones Eón, 2020.

LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LUSTOSA, Isabel (org.). *Agostini: obra, paixão e arte do italiano que desenhou o Brasil (1843-1910)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LUYTEN, Sonia Maria Bibe. A mulher e a história em quadrinhos: sua produção e retratação no Ocidente e no Oriente. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE COMUNICAÇÃO, 6., 2002, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: USP, 2002.

MARINO, Dani; MACHADO, Laluña (org.). *Mulheres & quadrinhos*. São José: Skript, 2019.

MESSIAS, Carolina Ito. *Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 9-39, 2016.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Outras mulheres, outras condutas: feminismos e humor gráfico nos quadrinhos produzidos por mulheres. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 21, n. 39, p. 71-87, 2019.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. A defesa da interrupção voluntária da gravidez nos cartuns “Abortinho” de Fabiane Langona (2015-2017). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 31, 2020.

PRADO, Anita Costa. *Katita: tiras sem preconceito*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2006.

QUADRIX. *Especial das mulheres*. São Paulo, n. 5, 1985.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. Humor e política nas caricaturas de Aluísio Azevedo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 134-153, 2016.

RAZNOVICH, Diana. Llorar en privado, reír en público. *Fempres*, Santiago, ano 171, jan. 1996.

REVISTA MINA DE HQ. n. 1. Florianópolis, 2020.

REVISTA MINA DE HQ. n. 2. Florianópolis, 2021.

REVISTA MINA DE HQ. n. 3. Florianópolis, 2022.

REVISTA MINA DE HQ. n. 4. Florianópolis, 2023.

RISCA! *Memória e políticas das mulheres nos quadrinhos*. Belo Horizonte: Lady's Comics, n. 1, 2015.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALIBA, Elias Thomé. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisa. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 1-39, 2017.

SALIBA, Elias Thomé. *Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários*: ensaios de história cultural do humor. São Paulo: Intermeios, 2018.

SILVA, Alba Valéria Tinoco Alves. *Deus e o diabo no humor das mulheres*: contos, casos e crônicas com humor escritos por mulheres. Salvador: EDUFBA, 2015.

SILVA, Marcos Antônio da. *Prazer e poder do amigo da onça*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, 2005.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A mulata, o papagaio e a francesa: o jogo dos estereótipos culturais. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura*: a questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, p. 365-390, 2011.

WEBER, Hilde. *O Brasil em charges*. Rio de Janeiro: Circo Editorial, 1986.



Agência, escritas e possibilidades: a produção sobre pessoas trans nas ciências humanas no Ceará a partir dos anos 2000

Misa Gonçalves da Silva

Resumo: A produção científica sobre pessoas trans, apesar dos avanços, ainda encontra uma série de dificuldades no que diz respeito à compreensão da autonomia desses sujeitos nas análises, especialmente nas Ciências Humanas. Neste trabalho, proponho-me a debater tais limites e apresentar o transfeminismo como uma possibilidade para superá-los. Além disso, analiso as produções bibliográficas acerca de pessoas trans no Ceará, a partir de uma revisão bibliográfica de trabalhos encontrados no Google Acadêmico, no Portal de Periódicos da CAPES e nos repositórios da UECE e da UFC. Dessa forma, mapeamos artigos, dissertações de mestrado e teses, por meio de uma leitura panorâmica, produzidos no período entre 2007 e 2022.

Palavras-chave: Trans; Travestis; Ceará.

Introdução

A produção teórica carrega em si uma relação de saber-poder, uma vez que está imersa em um processo que envolve os sujeitos que escrevem, suas vivências, intenções e epistemologias. Assim, a produção científica

também está envolvida nessa relação, ou seja, as escritas acadêmicas são protagonizadas pelos corpos que acessam esse espaço e o desenvolvem a partir de seus limitados parâmetros metodológicos, especialmente no que diz respeito ao que é pensado e analisado sobre e para os grupos que historicamente são privados da escrita de si.

Conceição Evaristo (2020) ressalta a escrevivência como o lugar de retomada da escrita enquanto prática subversiva. A partir da figura da Mãe Preta, ela passa a relatar a experiência pessoal da mulher negra e sua forma de contar o mundo como um poder da escrita de si. Desse modo, se os escravocratas haviam limitado o potencial de escrita e fala dessas mulheres, a escrevivência seria a prática disruptiva de produzir conhecimentos de um mundo impedido de exercer o direito à escrita e à produção sobre seus saberes e epistemologias:

Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não (Evaristo, 2020, p. 30).

No caso de pessoas trans e travestis (especialmente travestis), tal relação com a escrita científica de si também é uma realidade, uma vez que, segundo levantamento apontado pela ANTRA (2024), menos de 0,3% das pessoas trans existentes no Brasil ocupam as universidades. A ausência desses corpos no ambiente acadêmico simboliza também a falta dessas epistemologias na construção do saber científico, uma vez que, se cada pesquisa carrega em si um legado subjetivo, a autonomia dessas pessoas a respeito de suas vivências possibilitaria conclusões e encaminhamentos metodológicos que pesquisadores cis provavelmente não terão.

Sendo assim, a bibliografia acerca de pessoas trans não necessariamente encara e projeta esses corpos em sua autonomia e visões de mundo, visto que a escrita acerca do outro está igualmente entrelaçada em uma relação de poder e se manifesta nos espaços acadêmicos.

Tais afirmações não se ancoram em uma falsa interpretação acerca do lugar de fala, seguindo a ideia de que a experiência de um determinado

grupo está necessariamente ligada a uma compreensão teórica acerca dos mecanismos sociais que rodeiam tais vivências, ou seja, no pensamento equivocando e anticientífico de que só se pode pesquisar aquilo que se vive. No entanto, compreender esse lugar significa realocar pesquisadores no meio em que foram formados, desde o econômico até o cultural, pois, como afirma De Certeau ao pensar a ciência histórica:

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural... Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam (Certeau, 1982, p. 66).

Desse modo, pesquisadores de gênero e raça nas Ciências Humanas refletem suas posições pessoais acerca de suas produções, a exemplo do questionamento de Vale (2005) sobre as influências de suas vivências no trabalho realizado com travestis:

O que dizer de um trabalho sobre travestis e transgêneros escrito por um gay-branco-ocidental-de-classe-média? Ou da tentativa de empreender uma discussão com feminismo feita por um homem-gay-branco-ocidental escrevendo sobre feminilidade e às vezes falando de ‘trans’ como se fossem mulheres? São questões certamente arriscadas e que, no limite, podem chegar ao suicídio acadêmico (Vale, 2005, p. 24. *apud* Nascimento, 2024, p. 25).

O debate aqui levantado parte de uma curiosidade e desejo pessoal de compreender o que há de produção no campo científico (mais especificamente nas Humanidades) acerca de pessoas trans e travestis no Ceará, além da forma como esses trabalhos situam tal comunidade em seus discursos. Dessa forma, proponho-me a utilizar como metodologia a pesquisa bibliográfica (Souza *et al.*, 2021) e realizar um levantamento acerca das produções existentes no campo das Ciências Humanas sobre tais sujeitos no estado, destacando minhas percepções, enquanto uma travesti pesquisadora, acerca das publicações e das linhas trabalhadas pelos autores.

São as pessoas trans e travestis agentes nas análises realizadas? Quais os parâmetros utilizados nas pesquisas que as enquadram? Quais os assuntos abordados (educação, saúde etc.)? O transfeminismo é uma perspectiva incorporada para que tais pesquisas não repitam vícios cisnormativos, como uma compreensão colonial da identidade, buscando na natureza as respostas para questões políticas?

Ao pesquisar palavras-chave no Google (por exemplo: trans, travestis, Ceará), deparei-me, nos primeiros resultados, com notícias afirmando a continuidade do Ceará na liderança de mortes de pessoas trans e travestis, além de sites informando onde encontrar parceiras sexuais e links de conteúdos pornográficos. Tal resultado não é simplesmente um dado de uma realidade unitária, como se falar de transgeneridade implicasse única e exclusivamente debater assassinato e pornografia, mas o resultado de uma prática cisnormativa de não nos apresentar enquanto sujeitos autônomos, com pensamentos e teorizações, com desenvolvimento da política e da cultura, com capacidade de fomentar pesquisas e refletir novas epistemologias.

No processo de busca de artigos científicos para complementar o levantamento bibliográfico que me propus a fazer, pude encontrar algumas publicações que se propunham a analisar discursos e vivências de pessoas trans e travestis a partir de referências cisgêneras, ou seja, não havia o esforço de articular teóricos cisgêneros com autoras/es trans e/ou transfeministas, sendo as pessoas analisadas simples objetos de pesquisa, mas não sujeitos sócio-históricos naquele espaço.

Para esta pesquisa foram mapeados 23 trabalhos, abrangendo áreas das Ciências Humanas e algumas inserções na área da saúde, utilizando as ferramentas digitais onde tais produções podem ser encontradas. Apesar de ter trabalhado com apenas 8 produções ao longo do artigo, é importante destacar que, entre esses 23 trabalhos, estão 5 na Antropologia, 2 nas Ciências Sociais, 1 na Medicina, 3 na Linguística, 2 no Direito, 4 na Psicologia, 1 na Comunicação, 1 nas Humanidades, 1 na Arte e 3 na História (no entanto, todos vinculados a apenas um historiador). Levando em consideração que outros trabalhos podem ter ficado fora do meu mapeamento, e certamente ficaram, pode-se dizer que, neste artigo, foram analisados apenas 34,78% das produções que consegui mapear.

Assim, desenvolver trabalhos com pessoas trans e travestis significa também situá-las em seu tempo e espaço, uma vez que suas experiências não são unitárias, assim como suas teorias acerca do corpo. Além disso, exige reconhecê-las enquanto agentes de suas próprias interpretações sobre o mundo, reforçando a distinção que Amadeu Nascimento (2024) estabelece entre “trabalhar sobre” travestis e “trabalhar com” travestis:

Quando escutei pela primeira vez de uma Travesti “qual é o seu lugar?” pensei: Por que elas não me querem aqui pesquisando “sobre” suas vidas? Depois descobri que elas querem ser pesquisadoras, e que as pessoas cisgêneras pesquisem/trabalhem “com” elas. A diferença entre a conjunção “sobre” e “com” não é só na semântica, mas no engajamento, nas demandas de suas pautas e no afeto, pois a linguagem diz muito sobre o que somos e como vamos encaminhar a pesquisa (Nascimento, 2024, p. 25).

Portanto, minha proposta é analisar o que se tem de produção bibliográfica acerca de pessoas trans e travestis, com foco nas Ciências Humanas no Ceará, pensando onde tais grupos são situados, de que forma e se sua autonomia em relação ao saber produzido é respeitada e impulsionada. Desse modo, proponho-me a sugerir, especialmente aos historiadores, outras formas de abordar nossos corpos e saberes, incorporando o transfeminismo como guia teórico e a epistemologia travesti enquanto teoria social acerca do corpo.

A escrita travesti como teoria possível

De início, ressalto a insuficiência do levantamento bibliográfico realizado no processo da pesquisa, pois, como é de conhecimento geral entre pesquisadores da área de Ciências Humanas, toda pesquisa é incompleta, uma vez que adquire novas perspectivas a partir de outras fontes e abordagens. Dessa forma, os trabalhos foram encontrados a partir dos resultados obtidos ao pesquisar palavras-chave no Portal da CAPES, nos sites da UECE e da UFC e em mecanismos de busca na internet, além de algumas recomendações do professor Elias Ferreira Veras.¹

1 Elias é professor de História na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Agrupar as produções analisadas ao longo deste trabalho não foi uma tarefa isenta de dificuldades, o que me trouxe questionamentos acerca da disponibilidade de produções sobre pessoas trans e travestis no Ceará. Existe um esforço para publicizar esses trabalhos? Em quais plataformas estão majoritariamente disponíveis? Como realizar um levantamento bibliográfico que dê conta de um número suficiente de produções? De que maneira se pode distinguir quais pesquisas se propõem a observar pessoas trans e travestis e quais debatem trans/travestilidades?

Uma outra ressalva diz respeito à disponibilidade acadêmica da produção teórico-política do movimento de travestis e pessoas trans, o que se reflete na falta de um aprofundamento acerca dos sujeitos e identidades frente ao sistema sexo-gênero no Ceará. Dessa forma, observei a ausência de referências bibliográficas e/ou teórico-metodológicas produzidas por pessoas trans e travestis em grande parte das publicações aqui analisadas. Ao perceber tais ausências, refleti sobre ações em busca de superá-las, especialmente indicando o transfeminismo como um guia epistemológico possível.

Nesse sentido, a busca pela escrita e pelos pensamentos de pessoas trans e travestis é, no fim das contas, um compromisso ético de recuperar a autonomia de tais sujeitos, sendo essa uma ação fundamental de todos os pesquisadores que se comprometem com a criação de novos conceitos e abordagens que exploram o mundo a partir de lentes dissidentes. A escrita para tais pessoas é, então, a retomada de seu lugar no mundo frente a uma prática de negação sistemática do poder-saber ou, como diria Cláudia Rodrigues: “[...] Yo hablo de una poesía travesti, pudiendo haber hablado de una filosofía travesti, por ejemplo, si hubiera tenido los recursos a la mano, a disposición, para poder crecer como ser humano” (Rodrigues, 2021).

É nesse contexto de negação do pensamento autônomo que as travestis escrevem sobre novas abordagens epistemológicas, o que ressalta não somente suas teorias, mas também novas formas e alternativas de renovação metodológica. É nesse sentido que Isadora Ravena Teixeira da Silva, em sua dissertação de mestrado na área de Artes da UFC, intitulada *Por Travecametodologias de Criação em Arte Contemporânea* (2022), reflete sobre uma “travecametodologia”, ou seja, um conjunto de práticas e compreensões contra-hegemônicas que desafiam a linguagem e apresentam novas

formas de compreensão e leitura do mundo, uma leitura travesti que, em sua gênese, transiciona a materialidade.

Cismeí durante o mestrado que eu estava cansada de acessar a travestilidade unicamente como plano temático de criações em arte: feitas por travestis ou as mais absurdas: as feitas por cisgêneros, os transfake que de fake não tem nada, que são verdadeiramente cruéis. Eu me sinto atravessada pelo desejo de fabular sobre a travestilidade como metodologia, como contra-metodologia, como submetodologia, como metodologia indisciplinar, como TRAVECAMETO-DOLOGIA (Silva, 2022, p. 11).

A partir dos anos 2000, o transfeminismo começa a ser virtualmente propagado, tendo em vista que as pessoas trans e travestis não possuíam os mecanismos e as ferramentas necessárias para publicar suas obras em revistas acadêmicas. Ou seja, essas publicações eram compartilhadas principalmente por meio de listas de e-mails. Em 2011, o site *Transfeminismo.com* passa a refletir novas disputas no interior do movimento feminista, popularizando manifestos e escritos até então pouco explorados pela maioria dos pesquisadores de gênero.

Portanto, apontar o pensamento e a escrita travesti como teoria possível — e necessária — não se resume a uma vaga compreensão de visibilidade ou à tentativa de tornar óbvio que travestis pensam. Pelo contrário, diz respeito à criação de alternativas à visão hegemônica de mundo, à subversão do corpo e dos discursos que nele se encarnam, a uma contralinguagem e à criação de novas palavras que escrevem e reescrevem o mundo por meio de códigos próprios. De Indianarae Siqueira a Tertuliana Lustosa, o pensamento travesti indica novas possibilidades não apenas de compreensão daquele corpo, mas também de outras epistemologias e metodologias ou, melhor, contra-metodologias.

As travestilidades no olhar acadêmico

Em 2007, na revista *OP SIS*, foi lançado o artigo *O Voo da Beleza: Experiência Transgênero e Processo Migratório*, no qual o professor Alexandre Fleming² analisa as narrativas de pessoas trans e travestis acerca de suas

2 Professor Titular na Universidade Federal do Ceará e Coordenador do Núcleo de Estudos em Antropologia Visual, Gênero e Oralidade (LEO).

identidades e dos motivos que as levaram a optar pela migração. As entrevistas foram realizadas com pessoas de Fortaleza e Paris. Nesse sentido, o autor traz à tona debates acerca da identidade trans e travesti, dialogando com filósofos dissidentes, e relata a forma como a Europa parecia uma alternativa real para tais sujeitos, que concentrariam seu trabalho na prostituição, especialmente a partir do auge dessa atividade na década de 1980. Assim, o professor realiza suas reflexões ancorado principalmente em filósofos como Judith Butler e Michel Foucault, o que já nos informa acerca de suas posições quanto ao gênero e seu processo de corporificação, em diálogo com a teoria queer.

Ainda no campo da teoria queer, em 2015, o professor e pesquisador Elias Veras publica *Carne, Tinta e Papel: A Emergência do Sujeito Travesti Público-Midiatizado em Fortaleza (CE) no Tempo dos Hormônios/Farmacopornográficos*, no qual analisa o processo em que a travestilidade deixa de ser uma prática, ou seja, apenas uma performance voltada principalmente aos carnavais, e passa a apontar o surgimento de um novo sujeito que se constrói a partir de novas biotecnologias de gênero que entram em ascensão no período farmacopornográfico. Dessa forma, Elias parte de Foucault, Butler e Preciado para compreender a identidade e a relação das travestis na criação de novos corpos e formas de ser e estar no mundo, o que lhe permite transitar por diferentes teses acerca dessas corporeidades e vivências e inovar os estudos de gênero no Ceará, tornando-se uma referência nacional nesse campo.

Nesse sentido, a *teoria queer* aparece como tal pela primeira vez em 1990, a partir do discurso de Teresa de Lauretis³ em uma palestra chamada *Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*, e desde então tem alcançado grande projeção nos debates acadêmicos, influenciando autores do Norte e do Sul Global. Assim, seu uso por ambos os autores permite pensar e enquadrar tais dissidências em um lugar de subversão do sistema sexo-gênero, bem como pensar os corpos travestis em seu potencial político de autonomia corporal e questionamento de uma ordem biologicista.

No entanto, a ausência de menções a escritoras travestis, seja ao longo das obras, seja nas referências bibliográficas, reflete a forma como a escrita

3 Teresa de Lauretis é uma importante autora feminista italiana e professora emérita distinta de História da Consciência na Universidade da Califórnia, Santa Cruz.

travesti permaneceu alheia às produções acerca de pessoas trans, tendo em vista que, desde os anos 2000, diversos manifestos transfeministas já haviam sido lançados e o blog *Transfeminismo.com* já popularizava tais escritas e pensamentos nas redes sociais desde 2011.

O artigo *Rosa é Choque: Enfrentamentos de Gênero no Chão da Sala de Aula e a Invisibilidade no Universo Trans na Educação*, de autoria de Antônio Simão Cavalcante, Isaíde Bandeira da Silva e Regina Cláudia Pinheiro, foi publicado em 2018 e se propunha a debater a relação de estudantes e professores dos municípios do Sertão Central cearense, além de refletir sobre o papel de uma educação bancária e cisnormativa na formação dos sujeitos. Dessa forma, os três autores discutem o uso do ensino para a manutenção e a reprodução de práticas cisheteronormativas, formando sujeitos que reproduzirão tais normas e serão novas engrenagens do capitalismo ou, como é ressaltado no artigo: “ser professor e ser aluno nos tempos atuais torna-se um desafio diante da escola que temos e dos padrões impostos pela sociedade capitalista que afina e que vê na escola uma linha de montagem para a produção do modelo econômico vigente” (Cavalcante; Silva; Pinheiro; 2018, p. 140).

Em minha leitura, esse artigo foi uma das produções que pretendiam trabalhar com uma perspectiva dissidente na educação, mas sem articular o transfeminismo enquanto guia para a proposição de uma compreensão do corpo e da identidade a partir de uma epistemologia outra que não a cisgeneridade. Dessa forma, nenhuma pessoa trans ou travesti e, por consequência, nenhuma autora transfeminista, compõe sua bibliografia, de modo que os autores pensam a agência e os discursos desses sujeitos a partir de parâmetros externos às suas próprias produções teóricas.

Ao longo do artigo, as questões de gênero e sexualidade são abordadas e debatidas a partir da teoria queer, a exemplo do diálogo estabelecido com Butler acerca da inexistência de um sexo natural, sendo este tão cultural e discursivo quanto o próprio gênero.⁴ No entanto, novamente, a falta de referências travestis se mostra uma realidade, como se a teoria queer,⁵ por

4 BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

5 Compreendendo que a teoria queer não é homogênea, me refiro, aqui, as produções feitas por pessoas cis.

si só, fosse suficiente para abarcar a relação que travestis constroem com o mundo a partir de seus próprios corpos. Nesse sentido, tal ausência leva os autores a formularem afirmações problemáticas sobre travestis, como caracterizá-las como homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens e que, por não apresentarem conflitos com sua genitália, assumiriam para si uma identidade feminina, incorporando assim determinados signos de gênero (Cavalcante; Silva; Pinheiro, 2018, p. 150).

Em contrapartida, desde os escritos e manifestos dos anos 2000, o lançamento do blog *Transfeminismo.com* e os recentes debates transfeministas, a travestilidade tem sido debatida e teorizada a partir de um lugar de subversão da cisgeneridade, de direito ao corpo e de autonomia frente ao sistema sexo-gênero. Dessa forma, se as nossas referências acerca de um determinado tema nas Ciências Humanas são políticas, a “não referência” é, por si só, uma escolha igualmente política, relegando as travestis ao lugar de objetos de estudo, mas não de sujeitos autônomos e pensantes. Sobre a travestilidade, nos anos 2000, Lohana Berkins escreve:

A opressão, desde o ponto de vista das travestis, tem a ver com a ideia de que só se pode ser homem ou mulher no esquema sexo-gênero (que implica que a uma condição biológica corresponda um determinado rol social e um desejo; mulher: mãe: dona de casa). Esta sociedade fica um pouquinho permissiva - um pouquinho - e diz: podem ser gays ou lésbicas. E justamente o travestismo vem produzir uma ruptura. Por que tenho que escolher um dos dois gêneros, como se estes gêneros fossem a panacéia do mundo, um por opressor e a outra por oprimida? (Berkins, 2000).

Novos estudos no Ceará passaram a ressaltar o papel da arte no combate ao genocídio promovido contra pessoas trans, a exemplo do artigo *Das Páginas de Jornal à Cena: Corpo, Imagem e Narrativas Trans no Coletivo Artístico As Travestidas*, lançado em 2019, que explora a forma como o coletivo utilizava a arte e a performance numa perspectiva de subversão de gênero e denúncia do transfeminicídio. A partir daí, o professor Alexandre Nunes, autor do texto, realiza um diálogo com Butler e Foucault acerca do papel da performance e das artes cênicas na incorporação de um discurso,

ou seja, de como as imagens e as performances assumem e materializam corporeidades que intervêm na realidade.

Dessa forma, o coletivo As Travestidas, desde 2010, procurou encontrar na arte do transformismo um lugar de subversão de gênero, incorporando o pajubá e demais referências travestis em suas apresentações, especialmente na denúncia da violência contra pessoas trans e travestis. Assim, dialogando com a obra do professor Elias Veras anteriormente apresentada, pode-se dizer que o coletivo evidenciava o “tempo das perucas”, ou seja, a travestilidade enquanto prática artística de ruptura com o modelo cisheteronormativo, evidenciando o caráter performático e artificial do gênero.

Apesar de não explorar a travestilidade enquanto identidade, o artigo cita travestis para abordar questões como a violência transmisógina no Brasil, que se manifesta desde a esfera micro até a macro, evidenciando esses corpos em um lugar de vulnerabilidade.

Os lugares de violência institucional são reflexo da dura realidade enfrentada por pessoas trans e travestis no Ceará. O estado prossegue liderando os índices de mortes dessas pessoas, e a violência policial e prisional contribui para a manutenção dessa realidade. Nesse sentido, o artigo *Agrupamento de Travestis e Transexuais Encarceradas no Ceará, Brasil* (2020) apresenta uma perspectiva acerca desse contexto, articulando debates sobre a violência sofrida por corpos dissidentes com uma crítica ao sistema prisional e às suas relações de poder e controle. Assim, por meio de dados etnográficos, o autor Francisco Elionardo apresenta as diferentes categorizações utilizadas pelo sistema prisional em uma tentativa de separar as “bichas” e os “artigos errados” do restante dos prisioneiros, permitindo um melhor governo interno a partir da nomeação e do agrupamento do “outro”, bem como da apresentação do Estado como um “protetor” (Nascimento, 2020, p. 2).

Dessa forma, em uma articulação entre estudos de gênero e sociologia das prisões, o autor relata as violências sofridas pelas travestis em busca de uma “norma do corpo”, o que expõe a organização prisional como estruturada a partir de uma lógica masculina, e o impacto que as travestilidades operam nesses espaços ao contestarem o masculinismo e a cisheteronormatividade.

A experiência relatada e debatida na ala E da CPPL III (Casa de Prisão Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto) permite localizar o estranhamento e a violência do sistema carcerário cearense em relação ao agrupamento de pessoas trans e travestis que, a partir daquele espaço, organizaram abaixo-assinados para reduzir as mazelas da comunidade nos ambientes prisionais, como a reivindicação por celas separadas.

Outras travestis que também “puxaram cadeia” na ala E entrevistadas por Silva (2015) relataram os xingamentos e chacotas proferidos pelos agentes penitenciários durante as vistorias que são realizadas por esses profissionais no cotidiano da prisão. Não se trata apenas do ato de cortar os cabelos ou do desnudamento dos atributos de feminilidade das pessoas trans, mas também de um ritual moralizador que descaracteriza e ridiculariza as identidades e sexualidades não hegemônicas, aponta como anormal e reatualiza os aspectos físicos e condutas estabelecidas socialmente para pessoas com genitália masculina. Ritual sistematizado desde uma materialidade específica: o “fardamento padrão” como um fardamento de performance de gênero masculina (Nascimento, 2020, p. 7).

No que diz respeito à empregabilidade, é de conhecimento geral que a prostituição compulsória continua sendo a realidade de uma grande parcela da população trans e travesti no contexto brasileiro,⁶ apesar da existência de alguns projetos voltados à inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. É nesse contexto que, em 2020, o projeto *Transemprego* é analisado no artigo *Transemprego: Limites e Possibilidades na Empregabilidade da População Travesti na Região Metropolitana do Cariri* (2020), escrito por Ítalo Pereira Coelho, Larissa Vasconcelos Rodrigues e Francisco Francinete Leite Júnior.

Explorando o referencial teórico, os autores abordam o conceito de identidade e a forma como seus significados se aplicam e dialogam com a experiência de pessoas trans e travestis, especialmente no que diz respeito às relações familiares e estruturais e às vulnerabilidades sociais decorrentes do sistema cisnormativo. Assim, dialogando com pesquisadores como Simaka-

6 ANTRA. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Ver em: [relat-c3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf](https://antra.org.br/c3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf).

wa,⁷ o debate realizado sobre identidade ressalta seu caráter de reconhecimento coletivo, ou seja, a forma como a identificação de um indivíduo o insere em uma dinâmica coletiva, e diversa, de reconhecimento e luta.

A partir das pesquisas realizadas e dos materiais que consegui analisar — ressalto que não utilizei aqui todos os documentos e artigos encontrados —, pude perceber a escassez da historiografia no que se refere à trajetória histórico-política e cultural de pessoas trans e travestis, especialmente quando falamos de análises ancoradas no transfeminismo. Das 23 produções que mapeei, apenas três pertenciam ao campo da História, sendo todas vinculadas a um mesmo historiador.

Para além da historiografia, outras áreas das Ciências Humanas parecem reproduzir um vício cisheteronormativo ao pressupor que possuem respostas e hipóteses suficientes sobre as relações entre transgeneridade e sociedade sem recorrer ao transfeminismo como guia teórico e político. Essa postura frequentemente conduz ao enquadramento dessas corporeidades a partir de uma ótica normativa.

O transfeminismo, nesse sentido, não deve representar para os pesquisadores cearenses uma simples nota de rodapé em seus trabalhos. Trata-se de uma contribuição indispensável ao conhecimento acadêmico, constituindo-se como uma teoria social capaz não apenas de suscitar novas hipóteses sobre os dispositivos de normatização e regulação dos corpos, mas também de mobilizar sujeitos na contestação dessas estruturas. Assim, se a historiografia possui o papel de inserir o indivíduo no mundo a partir de sua realidade temporal, também possui o dever de torná-lo sujeito ativo de suas abordagens. Cabe-lhe desnaturalizar aquilo que se apresenta como anormal ou a-histórico e oferecer alternativas interpretativas no processo de tomada de consciência dos sujeitos, questionando a trajetória histórico-social daquilo que se estabelece como norma.

Ao pesquisar nos repositórios da UFC e da UECE as palavras-chave “trans + saúde”, por exemplo, encontrei, desde trabalhos na Psicologia até estudos na Medicina, poucas contribuições que abordassem a travestilidade em sua autonomia e agência. Tal constatação chama a atenção para

7 Viviane Vergueiro Simakawa é ativista transfeminista e doutoranda em Estudos sobre Gênero, Mulheres e Feminismos (PPGNEIM).

o fato de que a experiência coletiva relacionada às tecnologias de feminização corporal possui maior relevância entre pessoas trans e travestis do que os discursos médicos que, quando se propõem a abordar esses corpos, frequentemente o fazem a partir de um olhar ainda patologizante, desconsiderando a materialidade do “fazer gênero”.

Um exemplo dessa relação foi debatido na dissertação de mestrado de Juliana Silveira Sampaio, que, em 2013, entrevistou quatro travestis e recolheu relatos acerca da exclusão vivenciada no sistema de saúde. A partir de uma relação binária com os corpos, esse sistema frequentemente inviabiliza condições mínimas de dignidade e humanização para pessoas trans e travestis. O trabalho, intitulado *Viajando Entre Sereias: Saúde de Transexuais e Travestis na Cidade de Fortaleza*, inicia discutindo a forma como a cisheteronorma organiza os espaços de saúde e, conseqüentemente, sequer garante o respeito aos nomes sociais das pacientes trans que acessam esses serviços.

Apesar de se fundamentar em uma perspectiva foucaultiana, sua análise deixa de localizar determinados fenômenos da saúde e da medicina a partir do transfeminismo, especialmente no que diz respeito ao acesso aos métodos de hormonização e sua conexão com o movimento feminista na luta pelos direitos reprodutivos. Tal questão já havia sido abordada pelo Manifesto Transfeminista dos anos 2000:

In addition, transfeminism needs to learn from the women's health movement. Research on health issues that is of particular interest to women, such as breast cancer, did not arise in a vacuum. It was through vigorous activism and peer education that these issues came to be taken seriously. Realizing that the medical community has historically failed to address women's health concerns adequately, transfeminists cannot expect those in the position of power to take trans women's health seriously. That is why we need to participate in and expand the women's health movement (Koyama, 2001, p. 8).

O transfeminismo, ao abordar a saúde, pretende ir além da relação binária que estrutura o sistema de saúde e da estigmatização dos corpos que nele ingressam como pacientes. Busca também relacionar a exclusão de corpos trans a um projeto mais amplo de controle dos corpos não masculinos, garantindo a constante reafirmação da masculinidade cisgênera

frente às dissidências. Trata-se de compreender como a falta de autonomia historicamente imposta a mulheres e pessoas trans está vinculada a mecanismos de poder e controle. Mesmo com essas limitações, o trabalho de Sampaio apresenta uma crítica fundamental: o sistema de saúde, estruturado a partir de uma lógica binária, continua promovendo exclusões de pessoas trans e travestis, ao mesmo tempo em que o discurso médico ainda não superou completamente a patologização desses sujeitos.

Porém, alguns autores (Mello *et. al.*, 2011) têm observado que mesmo com a implantação de políticas públicas, essas populações historicamente excluídas não têm acessado os serviços públicos de saúde. Transexuais e travestis são apontadas (Brasil, 2010) como um dos grupos que mais sofrem com o preconceito por subverterem a heterossexualidade compulsória, como também os padrões de masculinidade e feminilidade vigentes. Estudos apontam que o preconceito dos profissionais da saúde tem prejudicado o atendimento adequado dessa população (Gonzaléz; Lincona, 2006, Romano, 2007, Campo-Arias; Herazo, 2008, Campo-Arias; Herazo, Cogollo, 2010; Cerqueira-Santos *et al.*, 2010).

Apesar do artigo ser voltado para a área das Ciências Humanas, realizei uma inserção no tema da saúde, no qual me chamou a atenção o artigo *Transexualidades, desconstrução de paradigmas e políticas públicas de saúde no processo transsexualizador do SUS*. Nele, a autora Ana Luísa Almeida Melo questiona o discurso médico patologizante, exemplificado na tentativa de definir quem seria uma pessoa “trans de verdade” a partir de um diagnóstico. Ao abordar a transsexualidade a partir de Foucault (2014) e Berenice Bento (2006), a autora demonstra como as negligências estatais relativas à saúde e à transição de pessoas trans e travestis também constituem mecanismos de controle dos corpos e das sexualidades. Sua reflexão dialoga diretamente com a análise foucaultiana acerca das transformações dos dispositivos de controle da sexualidade a partir do século XIX, período em que a disciplina dos corpos deixa de operar apenas por meio da coerção física e passa a atuar também sobre a subjetividade dos indivíduos.

No entanto, apesar da importância de sua crítica no contexto de um Estado onde as políticas de saúde para a comunidade trans e travestis ainda são

muito insuficientes, a autora cai nos mesmos erros citados anteriormente: a falta de referências transfeministas em suas análises, o que faz com que algumas defesas e reducionismos ocorram na tentativa de enquadrar uma experiência disruptiva em parâmetros e concepções teóricas cisgêneras, mesmo que sob o véu da teoria queer. Um exemplo dessa ação se dá nas constantes defesas que Ana Luisa faz à tese de Berenice Bento (posição que reflete os limites de algumas pesquisadoras e pesquisadores da teoria queer no Brasil quanto ao pensamento travesti): a cirurgia de redesignação sexual reforça o binarismo de gênero e atua como uma ferramenta cisnormativa.

Não vejo problemas no fato de que uma parte das pessoas que pensam e debatem teoria queer sejam cisgêneras, inclusive porque essas pessoas também possuem gênero e sexualidade, além de que a transgeneridade também pode trazer outras perspectivas de si no processo de tomada de agência em relação à norma. No entanto, é importante que a teoria queer reflita e aplique na prática da pesquisa o lugar do pensamento travesti e do transfeminismo em suas análises, tendo em vista que os mecanismos de gênero e processos de materialização dos corpos para pessoas cis não caminham no mesmo sentido subversivo que o uso de tais tecnologias por pessoas trans. Assim, a partir de qual teórica transfeminista se debate a tal cirurgia? Qual movimento organizado de pessoas trans reconhece a redesignação sexual como tecnologia cisnormativa? Quais sujeitos afirmam em suas retóricas e experiências no mundo o desejo de adentrar a norma e assumir a “binariedade” nos espaços que transitam? Se a teoria queer pretende compreender a travestilidade como uma experiência capaz de romper a norma cisgênera, é importante se basear na agência teórica desenvolvida pelas travestis desde os anos 2000.

No campo das Ciências Humanas, como demonstrado anteriormente, tal discussão ainda precisa avançar. O pressuposto de que o diálogo com alguns autores cisgêneros da teoria queer dá conta das corporeidades trans e travestis expõe uma contradição no que diz respeito ao desafio que (especialmente para os historiadores) as Humanidades encaram em suas pesquisas e discussões: tornar os sujeitos conscientes de sua agência em relação ao tempo e espaço no qual estão inseridos. Assim, seja devido à falta de acesso ou ao desinteresse em consumir literatura trans, a maioria dos trabalhos mapeados não possuía sequer uma referência bibliográfi-

ca de alguma autora transfeminista (ressalto sempre “transfeminista” por compreender que não é só sobre a identidade de quem escreve, mas as motivações políticas e coletivas que a levam a escrever).

Em contrapartida, há também produções que se referenciam nas travestilidades de modo a não somente situar as travestis e pessoas trans no seu lugar de agência, mas também formular novas teorias capazes de posicionar tais corpos para além dos discursos usuais, ou seja, as velhas compreensões da transgeneridade como um “desvio da natureza” (travestis, nessa concepção, são meninos que viraram meninas porque não se identificam com o “sexo biológico”) e dos simples apontamentos sobre as problemáticas do preconceito. Um grande exemplo é a dissertação de mestrado intitulada “Por Travecametodologias de Criação em Arte Contemporânea” (2022), onde a autora Isadora Ravena (travesti e transfeminista) aponta a necessidade de abordar as travestilidades a partir de uma metodologia travesti, uma visão da afirmação e negação frente ao gênero, uma travecametodologia:

Se articulo então uma “escrita travesti” me refiro mais a uma miríade de pensamentos tecidos no Sul (no cu) do mundo. Ensaio falar sobre uma escrita que está em constante contaminação com a produção de saberes ancestralmente arquitetados em diferentes partes da América Latina e por que não dizer do planeta?! Afinal tecer redes entre o centro das periferias intelectuais e as periferias intelectuais do centro também gera prazer. Falo ainda de uma escrita sobre/ feita por/ com/a partir de corpos a quem historicamente não fora atribuída a capacidade de pensar. Ainda é incomum imaginar que uma travesti é capaz de pensar. E se pensamos, como pensar numa contra onda ao investimento de nossos algozes? (2022, p. 57).

Muito mais do que falar sobre travestis, Isadora utiliza sua experiência no mundo para poetizar sobre a travestilidade, para “brincar de ser filósofa” (2020, p. 10) e inserir sua agência na nomeação de suas experiências, pensamentos e na formulação de novas teorias a partir de tal corporeidade, especialmente a partir da arte. Nesse sentido, a identidade “travesti” é explorada em um lugar que o olhar cisgênero não alcança, mesmo que sob a teoria queer, e é nesse lugar de escrita de si, de suas escrevivências, que pessoas trans e travestis devem

ser alocadas durante as pesquisas que serão realizadas, durante as entrevistas que serão planejadas e durante a escrita de trabalhos acadêmicos.

Sendo a primeira travesti a retificar seus documentos no Ceará, Luma de Andrade carrega o legado de ser a primeira doutora travesti no país, defendendo, em 2012, a tese que lhe deu o título de doutora, ou seja, sua obra denominada “TRAVESTIS NA ESCOLA: ASSUJEITAMENTO E RESISTÊNCIA À ORDEM NORMATIVA”. Em sua tese, Luma ressalta que, nessa época, apenas 25 municípios do Ceará (em um total de 184) possuíam estudantes trans, o que resultava em um processo de exclusão de tais corpos, até mesmo em evasão escolar.

Para a diretora, a travesti deve ser negada para não causar — constrangimento⁸, devendo ser imperceptível, algo que —as escolas não estão ainda preparadas para tratar [...], apenas convivem⁹, mas não interagem. Não percebem o(a) aluno(a) diferente porque tratam todos(as) como iguais, atendendo aos modelos de comportamentos heterossexuais. Parto da hipótese de que este comportamento pode estar sendo imposto às travestis como condição para o acesso e permanência na escola. Será que, mesmo forçadamente tentando tornar a travesti igual aos demais colegas, seremos impossibilitados de identificá-las na escola, principalmente quando flagradas subvertendo as normas? (Andrade, 2012, p. 33).

Dediane Souza é outro grande exemplo do poder da escrevivência quando protagonizado por travestis, carregando o legado de uma travesti preta e militante transfeminista que contribuiu para a academia cearense com outra forma de se trabalhar Antropologia, longe da cisheteronormatividade como protagonista dos saberes e do “olhar o outro” a partir da norma. Sua dissertação de mestrado, denominada “DANDO O NOME: EU E DANDARA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DE HUMANIDADES DE TRAVESTIS EM FORTALEZA-CE A PARTIR DE UM RECORTE DO JORNAL O POVO”, defendida em 2022, articula o transfeminismo e o feminismo negro na construção das travestilidades, assim como ressalta seu lugar no mundo como ponto de partida para abordar as travestilidades e as violências, o que pode ser visto na sua análise do caso Dandara:⁸

8 Dandara dos Santos foi uma travesti cearense que tornou-se um símbolo da luta contra a violência lgbtfóbica. Expondo ao mundo a brutalidade da violência contra pessoas trans, ela foi vítima

Ressalte-se que minha identidade é constantemente apresentada de forma pejorativa pelos veículos de comunicação, por isso, eu, enquanto travesti negra, pretendo ter, na produção acadêmica, mais uma ferramenta de enfrentamento à transfobia e ao racismo para, assim, ampliar a percepção da sociedade sobre a população de travestis e transexuais em especial as negras e os negros. Nós: no ato de construir narrativas de humanidades, a nós! (Souza, 2022, p. 35).

Um outro exemplo desse movimento vem sendo realizado pelo pesquisador Amadeu Cardoso do Nascimento⁹ que, em 2024, lançou o livro *Travestis em Todos os Lugares: Resistências, Alianças e Ativismo*, sendo uma versão da sua dissertação de mestrado (defendida em 2022). Antes de partir para as entrevistas e para a análise da vivência de importantes militantes travestis em Fortaleza, Amadeu começa situando qual o seu lugar no mundo e como sua pesquisa afeta sua experiência, além da diferenciação feita entre o que seria “pesquisar sobre” e “investigar com”:

Talvez a minha resposta e a de Vale (2005) sejam diferentes porque estamos em tempos históricos e lugares diferentes. Acredito que fomos afetados de outras formas em nossas pesquisas. Enquanto Vale pesquisou “sobre” travestis e as questões que envolvem as experiências de travestilidades relacionadas ao processo feminilização de seus corpos, violência, prostituição e os efeitos de liberdade e de miséria enfrentado nos processos migratórios, busco aqui investigar “com” travestis as suas alianças, ativismos e resistências para garantir seus direitos (Nascimento, 2024, p. 25).

Ademais, antes de iniciar a introdução de sua pesquisa, o autor dedicou toda uma seção do livro a abordar o transfeminismo como um importante guia para as discussões que seriam posteriormente feitas, o que demonstra um compromisso em não somente falar sobre travestis e suas vivências, mas em construir com elas uma abordagem teórica que reforce os seus locais de agência na pesquisa. No campo da historiografia, o professor Elias

de uma agressão brutal filmada pelos próprios agressores no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza.

9 Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia e Antropologia (PPGSA), pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

Ferreira Veras também tem realizado um excelente trabalho. O historiador tem sido essencial na disputa de uma historiografia que posicione o indivíduo frente às identidades materializadas em seus corpos, especialmente em suas produções junto de Dediane Souza, nas quais ambos utilizam das ferramentas foucaultianas para explorar as relações de biopoder quanto à comunidade LGBTQ+ no Ceará.¹⁰

Conclusão

Apesar da existência de obras muito importantes sobre pessoas trans e travestis no Ceará, ainda encontramos na academia dificuldades para compreender a agência e a autonomia de tais sujeitos, além da pequena quantidade de historiadores que pensam as travestilidades a partir da historiografia e de uma noção ainda biologicista presente no campo das Ciências da Saúde. A partir das obras aqui analisadas, pude concluir que há uma prática comum entre pesquisadores nas universidades cearenses: a de não trabalhar transgeneridades e travestilidades a partir do transfeminismo, o que leva suas obras a apresentarem falhas não somente na conceituação dessas identidades, mas também no enquadramento dessas corporeidades a partir de suas escritas.

Há, nesse sentido, a necessidade de compreender o transfeminismo como uma nova teoria social, ou seja, como a bússola que orienta a pesquisa para o lugar social que ela precisa alcançar, não somente como uma nota de rodapé ao tentarmos apontar que pessoas trans e travestis existem no mundo, mas como um exercício de questionamento do nosso lugar frente ao sistema sexo-gênero. As escritas aparecem nesse cenário como a potencialidade das escritas e experiências das travestilidades, como a manifestação de um corpo que parece impossível, utópico, amedrontador e alvo de todas as adjetivações produzidas pelas várias instituições que produzem e reproduzem os corpos sob o sistema capitalista cispatrilárquico.

Portanto, este artigo é também um lembrete aos pesquisadores em geral (e do Ceará, em específico) de que as travestilidades são manifestações autônomas e conscientes de sua agência frente ao sistema sexo-gênero, o que

10 Ressalto o texto “Travestis, imprensa e necropolítica na ditadura civil-militar em Fortaleza (CE)” que ambos escreveram para o livro “A ditadura militar no Ceará: um balanço historiográfico (1964-2024)” publicado pela INESP.

exige que as abordagens teóricas nas pesquisas sobre pessoas trans ultrapassem a mera representatividade. Fala-se, aqui, de uma outra epistemologia.

Referências

- ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 2012. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2024). *Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior*. Brasil: ANTRA, 2024.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Editora Garamond, 2006.
- BERKINS, Lohana. *Travestida para transgredir (entrevista de Clarisa Palapot)*. Arquivo Marxista na Internet, 2000. Disponível em: Travestida para transgredir.
- BRASIL. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- CAMPO-ARIAS, Adalberto; HERAZO, Edwin. *Homofobia en estudiantes de medicina: una revisión de los diez últimos años*. MedUNAB, 2008.
- CAMPO-ARIAS, Adalberto; HERAZO, Edwin; COGOLLO, Zuleima. Homophobia among nursing students. *Rev. Esc. Enferm., USP*, v. 44, n. 3, 2010.
- CAVALCANTE, Antônio Simão; SILVA, Isaíde Bandeira da; PINHEIRO, Regina Cláudia. Rosa é Choque: Enfrentamentos de Gênero no Chão da Sala de Aula e a Invisibilidade no Universo Trans na Educação. *Revista Multidebates*, v. 2, n. 1, Palmas-TO, 2018.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder *et al.* Percepção de usuários de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do sistema único de saúde. *Revista Interamericana de Psicologia*, v. 4, n. 2, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- EVARISTO, Conceição. *A escrivivência e seus subtextos*. DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org). 1. Ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FIGÁREZ, Kim Perez; DE FREITAS, Aline; GUERRILLA TRAVOLAKA; REDE PUTA BOLLO NEGRA TRANSFEMINISTA. *Pequenos manifestos transfeministas dos anos 2000*. Bibliopreta, 2023.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2013/ Paz e Terra, São Paulo, 2014. V.1.

GONZÁLES, Maria; LINCONA, Nelso. *Normalización del discurso homofóbico*. Aspecto bioético. Acta Bioethica, v.12, n.2, 2006.

KOYAMA, Emi. *The Transfeminist Manifesto*. 2001.

LAURETIS, Teresa de. *Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*. Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies, 1991.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto traveco-terrorista. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, 2016.

MELLO, Luiz *et al.* *Sexualidad, Salud y Sociedad* - Revista Latinoamericana, n. 9, p. 7-28, 2011.

MELO, Ana Luisa Almeida. *Transsexualidades, desconstrução de paradigmas e políticas públicas de saúde no processo transexualizador do SUS*. Tese (doutorado em Medicina). Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

NASCIMENTO, Amadeu Cardoso do. *Travestis em todos os lugares: resistências, alianças e ativismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2024.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Agrupamento de Travestis e Transexuais Encarceradas no Ceará, Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2020.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

RODRIGUEZ, Claudia. Las travestis tenemos que defender también otras luchas sociales. *Presentes*, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://agenciapresentes.org/2021/02/26/claudia-rodriguez-las-travestis-tenemos-que-defender-tambien-otras-luchas-sociales/>. Acesso em: 03 jul. 2026.

SAMPAIO, Juliana Silveira. *Viajando entre sereias: saúde de transexuais e travestis na cidade de Fortaleza*. Dissertação (mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, Isadora Ravena Teixeira. *Por travecametodologias de criação em arte contemporânea*. 2022. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Pela descolonização das identidades trans*. VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. 2012. Acesso em: [Pela_descolonizacao_das_identidades_tran.pdf](#).

SOUSA, A. *et al.* *A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos*. Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUSA, Alexandre Nunes. *Das páginas de jornal à cena: corpo, imagem e narrativas trans no coletivo artístico As Travestidas*. INTERCOM- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte (Ceará), 2019.

SOUZA, Dediane. “*Dando o nome*”: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal O Povo. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia)- Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário*. 2007. *Rev. OPSIS*, v. 7, n. 8, 2007.

VERAS, Elias Ferreira. *Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-mediatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico*. Tese (doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.



As mulheres e o debate de gênero nas páginas do jornal sobralense *Correio da Semana* (2010-2014): uma análise dos discursos e representações das mulheres

Taís Adelaide Sousa

Resumo: Este trabalho pretende analisar de que forma as mulheres e o debate de gênero aparecem no jornal católico sobralense *Correio da Semana*, entre os anos de 2010 e 2014. A proposta central é investigar se o jornal produziu e/ou reproduziu discursos políticos e sociais que reforçam os estereótipos associados à feminilidade e à masculinidade, observando a representação das mulheres, principalmente na esfera política local e nacional.

Palavras-Chave: Mulheres; *Correio da Semana*; gênero; política.

O presente artigo busca compreender de que forma as mulheres e o debate de gênero foram representados no jornal *Correio da Semana*, um periódico católico da cidade de Sobral-CE. O recorte temporal, de 2010 a 2014, justifica-se pelo contexto político do Brasil que, sob o governo de Dilma Rousseff, enfrentou acalorados debates sobre gênero e feminismo. A ascensão do conservadorismo no mundo e a forte presença da Igreja Católica nos debates públicos tornam o jornal um espaço fundamental para

a análise das narrativas sobre as mulheres na sociedade e sobre como essas questões impactam a realidade local.

O jornal *Correio da Semana* foi idealizado e fundado por Dom José Tupinambá Frota¹, no ano de 1918. Com mais de cem anos de circulação, é representante, segundo o próprio Dom José, da “Boa Imprensa” na cidade de Sobral. Portanto, sendo pertencente à Diocese, difunde valores cristãos e religiosos, “defende” a família, mas não deixa de abordar uma diversidade de assuntos do cotidiano, além de opiniões e debates políticos.

Para a pesquisa, foi analisado o semanário do nº 387 ao nº 608, somando duzentos e vinte e um números ao todo, entre os anos de 2010 e 2014. O jornal possui 24 páginas e conta, geralmente, com as seguintes seções: capa com a manchete, editorial, Igreja, Assembleia Legislativa, política, geral/cidade, publicidade, esporte e educação. Nessas seções encontram-se artigos, colunas sociais, comentários, notas pastorais etc.

Ao entrar em contato direto com a fonte, observamos que, embora as mulheres não apareçam de forma massiva em suas páginas, alguns temas relacionados às suas experiências sociais e corporais foram tratados com certa regularidade no jornal. As mulheres apareciam, então, em assuntos ligados: 1) à esfera política (discussões que tratam da esfera pública e que mencionam as mulheres ou foram escritas por elas); 2) a assuntos familiares (reflexões e debates sobre temas relacionados à esfera privada, como família, sexualidade, maternidade etc.); 3) homenagens (honrarias concedidas às mulheres); 4) como escritoras/jornalistas (observação do que foi escrito por mulheres no jornal); e 5) organizações de mulheres (menção a grupos ou movimentos organizados de mulheres em prol de alguma causa ou questão).

Ressaltamos, porém, que esses assuntos não aparecem de maneira isolada. Pelo contrário, muitas vezes surgem articulados entre si, principalmente no âmbito da crítica política que, na maioria das vezes, manifesta-se mesclada a outros temas, com maior recorrência aos assuntos familiares.

1 José Tupinambá da Frota foi o primeiro Bispo da cidade. Nasceu em Sobral no ano de 1882, onde iniciou seus estudos, sendo no ano de 1895 enviado por seus pais para o Seminário Arquiepiscopal na Bahia, onde ficou até 1899, quando embarcou para Roma onde se graduou em Filosofia e Teologia.

Jornal *Correio da Semana*: há mais de cem anos “informando e evangelizando”

Discorrer sobre a história desse semanário é também tratar da história da cidade de Sobral e de suas peculiaridades. Sobral, conhecida como a “Princesinha do Norte”, fica localizada a 235 km da capital, Fortaleza, e destaca-se pelo apego às tradições, algo que pode ser facilmente notado pelas ruas históricas da cidade.

Idealizado por Dom José Tupinambá da Frota, o periódico é considerado, desde sua criação, um importante e influente veículo de comunicação. Não somente por pertencer à Diocese, mas também pelo fato de que, além de ser divulgador de informações paroquiais, o *Correio da Semana* expõe e discute questões não paroquiais. Além disso, não deixou de trazer os embates políticos existentes ao longo do tempo e ainda resistiu durante todas essas décadas.

Conforme o sociólogo Aurélio Ponte Filho (2016), devemos levar em consideração dois pontos principais para compreendermos o surgimento do semanário. São eles: o contexto que a Igreja Católica enfrentava, em longa e curta duração, e a trajetória formadora do pensamento de seu idealizador (Dom José). O primeiro refere-se ao cenário mundial vivido pela Igreja Católica, que se sentia ameaçada pela secularização das instituições sociais e pela laicização dos costumes, ou seja, pela ideia e pela prática da separação entre Igreja e Estado, além dos movimentos revolucionários decorrentes da Reforma Protestante, liderada por Martim Lutero, e da Revolução Francesa, em 1789 (Ponte, 2016, p. 70).

O segundo ponto diz respeito à trajetória individual de Dom José que, segundo Ponte Filho (2016, p. 27), “se confunde com suas ações pastoral e episcopal, sempre elas relacionadas ao contexto social onde se movimentou a Igreja Católica de Roma, do Brasil e, particularmente, a do Ceará”. Assim, o jornal sofreu influências da educação e da formação religiosa do próprio Dom José, profundamente marcado pelos princípios católicos e contrário às crescentes ideias do comunismo, do socialismo, da maçonaria e do espiritismo, entendidos como expressões de afastamento da fé cristã.

Por conseguinte, segundo Ferreira (2010, p. 37), após ser educado em Roma e retornar a Sobral, “a política por ele assumida, na cidade, é a política de romanização, cuja meta era trabalhar em favor do fortalecimento da fé cristã em Sobral e combater as ideologias e religiões opositoras ao catolicismo”. Além disso, a cidade, ao final do século XIX e início do século XX, já contava com um número expressivo de jornais impressos, como aponta Ponte (2016, p. 71):

Em Sobral o jornalismo impresso já havia fincando as suas raízes e desde o surgimento do primeiro jornal da cidade, o “Tabyrá”, no final do século XVIII, e no decorrer dos primeiros decênios do século XX, o número de jornais só crescia, supondo-se o decorrente aumento de um público leitor dentro da população sobralense. [...] Uma boa camada da população de Sobral era letrada e por tradição também o jornal era o único e principal veículo de comunicação de massa, onde circulavam as notícias, opiniões e informações, além de constituir-se, não raro, num instrumento de passatempo e diversão.

Assim, com o aumento do público leitor e a facilidade de difusão de informações que o jornal proporcionava, a Igreja viu uma oportunidade de seguir reforçando sua missão evangelizadora. Inclusive, havia jornais classificados como pertencentes à “Má Imprensa”, como era o caso do jornal *A Lucta*, de Deolindo Barreto,² que trazia conteúdos considerados incompatíveis com a moral religiosa. Desse modo, o *Correio da Semana* surge como reafirmação das tradições católicas, da moralidade cristã e como representante da chamada “Boa Imprensa”.

O Jornal *Correio da Semana* nos anos 2010-2014

Ao estudar o semanário nesse período, podemos perceber que, mesmo após muitas décadas, a periodicidade semanal é mantida e que seu objetivo principal é, sempre que possível, reforçado e enaltecido. Ao comemorar

2 Jornalista e liberal foi o criador do jornal *A Lucta*, o mais forte adversário político de Dom José e do jornal *Correio da Semana*.

seu aniversário de fundação, no mês de março, a direção relembra a história e a função do jornal na cidade:

Vários outros periódicos foram fundados ao longo dos anos, mas sucumbiram diante das dificuldades e o *Correio da Semana* permanece vivo, moderno, atual e sempre vigilante, levando, a toda a população da região, as principais notícias da semana e difundindo as palavras deixadas por Cristo. Parabéns *Correio da Semana*! (Editorial da edição de 02/04/2011 do *Correio da Semana*).

Assim como mostra o trecho acima, as edições dos anos seguintes também apresentam o jornal como um veículo de caráter informativo e evangelizador. Com isso, podemos destacar que o propósito iniciado com Dom José continuou a ser seguido, embora seja necessário compreender que o jornal passou por transformações e adaptações.

A equipe de redação do periódico, em seus primeiros anos, era composta apenas por clérigos, mas, ao longo do tempo, passou a contar com outros colaboradores. É interessante notar que todas as edições a serem publicadas precisam passar pelo bispo diocesano para análise e aprovação. No recorte temporal da pesquisa, apenas homens faziam parte dessa equipe central: a supervisão do bispo Dom Odelir Magri, a direção e edição do jornalista e radialista Araújo Pathelle, a assessoria diocesana de comunicação do Pe. Assis M. Rocha e os editoriais assinados pelos padres Martins de Medeiros e Simon Nobre.

Além desses, o grupo de colaboradores contava com quinze integrantes: Silveira Rocha, Artemísio da Costa, Pe. Valdery da Rocha, João Barbosa Cavalcante, Pe. João Batista Nery, Adalberto Mendes, Osvaldo Avelino, Willian Vasconcelos, Marcelo Marques, Sgto. Vaumirtes, Chico Prado, Aurélio Ponte, Mesquita da Silva, Márcia Cunha e José Donato. Esses eram colaboradores fixos, o que não significa que outros nomes não aparecessem eventualmente.

Destaca-se o fato de que apenas uma mulher figurava na lista de colaboradoras fixas. Márcia Cunha possuía uma coluna intitulada *Reflexões*, na qual publicava crônicas e fábulas com “lições de moral”, geralmente

localizadas a partir da página 10. Ao observarmos essa questão, surgem alguns questionamentos iniciais: será que essa divisão nos diz algo sobre a atuação das mulheres no jornal? Por quais motivos havia somente uma mulher colaboradora fixa? O que isso pode nos revelar sobre o debate de gênero ou sobre a história das mulheres e suas representações? Essas questões serão aprofundadas em outro momento deste artigo.

Boa parte dos colaboradores escrevem comentários e notícias por meio de colunas, com exceção do Pe. Valdery da Rocha e do bispo Dom Odelir Magri,³ que, na maioria das edições, optavam por textos mais extensos, em formato de artigo. Ambos escreviam sobre assuntos relacionados à vida religiosa, à família e a discussões atuais e polêmicas, como aborto, casamento homoafetivo, segundo casamento, entre outros.

Escritos por diferentes pessoas, os artigos e colunas são importantes para compreendermos a organização e o posicionamento do jornal em relação a determinados assuntos, assim como as aproximações e diferenças existentes entre seus autores. Eventualmente, percebemos que alguns colunistas divergiam entre si, como em críticas feitas à ex-presidenta Dilma Rousseff pelo jornalista Silveira Rocha, logo nas primeiras páginas, e que não eram compartilhadas pelo professor Leunam Gomes, ao final das edições.

Podemos destacar, como exemplo de outros nomes importantes que aparecem nas edições analisadas e que não integravam o quadro de colaboradores fixos, o ex-deputado estadual e ex-reitor da UVA, José Teodoro Soares.⁴ Na página dedicada à Assembleia Legislativa, o ex-deputado expressava opiniões sobre diversos assuntos ligados ou não ao parlamento, divulgava notícias, projetos e comentava as novidades da política cearense.

3 Dom Odelir José Magri nasceu dia 18 de Abril de 1963. Ingressou no Seminário Comboiano de Campo Erê, e concluiu o segundo grau no Seminário Comboiano de Lages, estudou Filosofia na Universidade Católica do Paraná, concluindo a Licenciatura em 1987. Em outubro de 2010 foi comunicado, pelo Vaticano, a sua nomeação como bispo de Sobral, passando a ser o sexto bispo diocesano. Disponível em: <https://saltinho.sc.gov.br/noticia-31707/#:~:text=No%20dia%2010%20de%20Outubro,sua%20forma%C3%A7%C3%A3o%20religiosa%20na%20Europa%E2%80%9D>. Acesso em: 29 ago. 2025.

4 Professor José Teodoro Soares atua no Partido Social Democrata (PSD), foi reitor da UVA nos anos 1990-2006. Mestre em Administração Pública Instituto Internacional de Administração Pública. Bacharel em Filosofia Seminário de Olinda e Recife Bacharel em Direito Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal Licenciado em Ciências Políticas Instituto de Estudos Políticos Universidade de Paris Licenciado em Ciências Sociais Instituto Católico de Paris. Disponível em: <https://al.ce.gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/67-psd/249-professor-teodoro>. Acesso em: 29 ago. 2025

Integrante da chamada bancada religiosa do legislativo, demonstrava e reiterava posicionamentos conservadores.

O parlamentar declarava-se contrário à legalização do aborto, pauta amplamente discutida no periódico. Inclusive, como já foi mencionado, fez parte da bancada religiosa e, em determinado momento, ressaltou a importância desse grupo, alertando que a “família está sob ameaça”.

Figura 1 - Artigo do Deputado José Teodoro

Desde nosso primeiro mandato, tivemos a iniciativa de criar a Frente Parlamentar em Defesa da Família. Já submetemos à presidência da Casa a instalação, também, de um fórum permanente de discussão sobre os temas que dizem respeito à família. Ao dar início a uma nova etapa na vida parlamentar, é nosso propósito atrair cada vez mais a comunidade cristã para uma maior participação na vida parlamentar do Brasil e do Ceará, gerando maiores benefícios para as famí-

lias, sobretudo aquelas carentes de justiça e inclusão social.

Para isto, daremos prioridade a projetos nas áreas de educação, desde o ensino básico até a universidade, com ênfase na formação do professor e melhoria do ensino de qualidade. Acreditamos que família e educação estão intrinsecamente ligadas na construção de uma sociedade melhor para todos.

Conforme afirmou Bento XVI em sua visita a Lourdes, “a família se encontra no meio de uma tempestade”. O papa referia-se à conjuntura de mudanças por que passa a sociedade globalizada deste o início do século. Mudanças que afetam profundamente a instituição familiar em sua estrutura.

Fonte: *Jornal Correio da Semana*, edição de 19/02/2011.

Com isso, podemos notar que o deputado criticava as alterações que, segundo sua interpretação, estariam afetando os “valores da família”. Além disso, demarcava um espaço fundamental de atuação para combater essas mudanças: o parlamento, onde se colocava como defensor dos valores cristãos.

Outro nome que aparece com frequência nas páginas do jornal *sobralense* é o da professora e escritora Norma Soares. Ela escrevia artigos, poemas e notas sobre assuntos relacionados à educação e ao Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense (MMLC),⁵ do qual era presidenta. No entanto, apesar de sua presença constante no semanário e de sua representatividade no meio político, não era considerada colaboradora fixa. Sendo esposa do deputado José Teodoro, seus textos geralmente apareciam logo abaixo da coluna escrita por ele.

5 O Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense (MMLC) foi fundado em 04 de junho de 1987 com o nome de Associação das Esposas dos Deputados, com o objetivo de desenvolver atividades de caráter filantrópico.

Outras mulheres aparecem de forma esporádica no semanário. É o caso de Fabiana Maranhão, que surge ao final de 2014 com comentários recorrentes sobre as ações do deputado José Teodoro, atuando como uma espécie de assessora responsável pela divulgação de suas atividades. Outra colaboradora ocasional era Luciana Sousa, que publicava felicitações de aniversário e comentários sobre a trajetória de colaboradores e leitores do jornal. Outras mulheres também aparecem com poemas e textos sobre saúde e educação, porém de maneira mais pontual.

Outra característica persistente no semanário, principalmente nos anos eleitorais (2012 e 2014), é a atuação orientadora da Diocese junto aos fiéis durante o processo eleitoral. Isso ocorre, sobretudo, por meio da coluna do bispo Dom Odelir Magri, intitulada *A Voz do Pastor*, e pela reprodução de mensagens da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),⁶ responsável pela articulação da comunicação das dioceses no país. A CNBB dirigia-se à comunidade católica em âmbito nacional, enquanto a coluna de Dom Odelir, localizada na primeira página das edições, buscava orientar especificamente a população sobralense. Ambas incentivavam o voto em candidatos comprometidos com a democracia e com os valores religiosos. Podemos observar essas questões na publicação a seguir onde Dom Odelir traz na íntegra a mensagem da CNBB:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reuniu-se em sua 50ª assembleia geral em Aparecida, São Paulo, de 18 a 26/04/2012. Saúda a população brasileira em sintonia com os importantes acontecimentos que marca o país neste ano, especialmente as eleições municipais no próximo mês de outubro. Expressão da participação democrática as eleições motivam-nos a dizer uma palavra que ilumine, ajude nossas comunidades eclesiais e todos os eleitores chamados e a exercerem um de seus mais expressivos deveres de cidadão, que é o voto livre e consciente.

Inspira nos. A palavra do Papa Bento XVI ao afirmar que a sociedade justa sonhada por todos deve ser realizada pela política e que a igreja não pode nem deve ficar à margem

6 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, é uma instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no País. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb/>. Acesso em: 24 maio 2022.

na luta pela justiça. Para o cristão, participar do processo político eleitoral, impulsionado pela fé, é tornar presente a ação do espírito que aponta o caminho a partir dos sinais dos tempos. Inspira os que se comprometem com a construção da justiça e da paz. [...] Nos municípios, manifestam-se também as crises que o mundo atravessa, incluindo a própria democracia. Isso torna ainda mais importante a missão de votar bem, ficando claro para o eleitor que seu voto, embora seja gesto pessoal e intransferível, tem consequências para a vida do povo e para o futuro do país. As eleições são, portanto, um momento propício para que se invista coletivamente na construção da cidadania. Solidificando a cultura da participação e dos valores que definem o perfil ideal dos candidatos. Estes devem ter seu histórico de coerência de vida e discurso político referendado pela honestidade. Competência e transparência e vontade de servir ao bem comum. Os valores éticos devem ser o farol a orientar os eleitos em contínuo diálogo entre poder local e suas comunidades. O exercício da cidadania, no entanto, não se esgota no voto. É dever, especialmente de quem vota a corresponsabilidade na gestão de uma nova civilização, fundamentada na defesa incondicional da vida, desde a fecundação até a morte natural, na promoção do desenvolvimento sustentável, possibilitando a justiça social e a preservação do planeta. [...] Para o cristão, participar da vida política do município, do país, é viver o mandamento da Caridade como real serviço aos irmãos. Conforme disse o Papa VI: “a política é uma maneira exigente de viver o compromisso cristão ao serviço dos outros”. Só assim seremos fermento que leveda todas as massas (Gn1-5). Que Nossa Senhora Aparecida abençoe o povo brasileiro e ilumine candidatos e eleitores no exigente caminho da verdadeira política.

Aparecida, 21/04/2012 (Magri I, 2012, p. 2).

Com isso, podemos perceber a relação da Igreja com a política local. A instituição se coloca no papel de instruir a comunidade para defender os interesses católicos. Outro aspecto relevante na atuação do semanário é sua ligação com as emissoras de rádio, também criadas e administradas pela Diocese. Isso pode ser percebido por meio de menções à programação dessas emissoras e pelo fato de que alguns integrantes da redação do jornal

também atuavam como radialistas, como Araújo Pathelle, Márcia Cunha, Leunam Gomes, Artemísio da Costa, entre outros.

Diante do que foi exposto, podemos observar que o jornal *Correio da Semana*, além de possuir um caráter evangelizador e informativo, apresenta também outras características que evidenciam uma atuação produtora de discursos e embates políticos, ideológicos e sociais. Além disso, contribui para a história da cidade, sendo utilizado como fonte por diversas pesquisas.

Gênero e a representação das mulheres no *Correio da Semana*

Santas, maternais e caridosas: as mulheres destacadas no jornal

Como destaca a socióloga Elizabeth Lima (2020), a visibilidade midiática é um fator fundamental na produção de sentidos nas sociedades contemporâneas. Por isso, a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação, “como um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política” (Miguel; Biroli, 2011, p. 5).

Por isso, nesta seção será analisada a representação das mulheres no jornal *Correio da Semana*, ou seja, de que forma aparecem, quais lugares ocupam, que mulheres aparecem e quais discursos e tendências existem sobre elas.

Segundo Foucault (2004), em uma sociedade as pessoas observam uma estreita relação entre conhecimento e poder, uma vez que o discurso que ordena as normas sociais de determinada sociedade é o discurso de quem detém o saber. Ainda segundo Foucault (2004), o discurso é a verbalização da prática social em que estamos inseridos e, assim, possui uma força formadora ao viabilizar a materialização de ideologias, produzindo e reforçando relações sociais hierarquizadas, promovendo o preconceito e a segregação contra determinados indivíduos (*apud* Silva, 2019, p. 51). Portanto, conforme Beraldo (2018) *apud* Klipp (2020, p. 26):

Se o discurso midiático é produzido em um contexto sociopolítico patriarcal existe uma norma que rege o comportamento

e a aparência das mulheres, um padrão que seria o aceitável. Consequentemente, esse padrão se manifesta na mídia. Em sociedades regidas pela cultura patriarcal é possível observar que há uma imagem ideal de mulher e esta é imposta como meta para as mulheres dentro dessa sociedade. Constrói-se essa imagem através dos padrões culturais de cada sociedade.

Sendo assim, a ordem patriarcal dominante produz discursos sobre as mulheres. Como salienta a historiadora Joan Scott (1995), a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da masculina. Por isso, ao analisar o periódico *Correio da Semana*, observamos que as mulheres pouco aparecem participando do processo de escrita do jornal, mas são apresentadas e representadas de forma reiterada pelos homens.

Notamos que a maior parte do perfil de mulheres que aparece no periódico está quase sempre relacionada a determinada classe social e religião. Santas, missionárias, professoras, vereadoras, médicas, por exemplo, são mencionadas como “mulheres de fibra” ou mulheres exemplares. Em grande parte dos casos, aparecem em homenagens e devoções. Como exemplo, observemos a edição n.º 422, de 21 de maio de 2011:

Figura 2 - Coluna escrita por Dom Odelir Magri



A Voz do Pastor

Dom Odelir José Magri

Uma Santa Nordestina

A baiana **Irmã Dulce** será beatificada em Salvador, sua terra natal, neste domingo, dia 22 de maio. Sua beatificação é relevante para todo o Brasil, porém, enaltece especialmente a Bahia e todo o nosso querido Nordeste. Sua figura e atuação vão muito além da Igreja Católica sendo muito querida e admirada também por gente de outras denominações religiosas. Para a sua beatificação foi importante o reconhecimento de um milagre por sua intercessão, a recuperação de uma mulher sergipana que havia sido desenganada por médicos após sofrer hemorragia durante o parto. Con-

falecida em 1992, já com fama de santidade, a Irmã Dulce, conhecida como o “anjo bom da Bahia”, chamava-se Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes. Ao tornar-se religiosa na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, passou a ser chamada Ir. Dulce. Quando enferma, teve a graça de ser visitada pelo beato Papa João Paulo II, em 1991. Deixou-nos grandes lições de vida como a humildade, a caridade, o serviço, a solidariedade e a partilha, motivada pela fé em Cristo e animada por uma vida intensa de oração. Consagrou-se a Deus servindo aos que sofrem

co dos pobres, dos desamparados e dos doentes, reconhecendo neles o rosto sofredor de Jesus. Confiando na divina Providência e contando com a solidariedade das pessoas, fundou diversas obras sociais e estabelecimentos, dentre os quais se destaca o renomado Hospital Santo Antonio, em Salvador, em cuja capela encontra-se sepultada. Louvamos a Deus pela nova beata declarada pela Igreja, Irmã Dulce, assim como, por tantas mulheres e homens que se dedicam generosamente ao serviço da caridade em nossas famílias, hospitais, casas de acolhida e comunidades. “Beato”, isto é, “feliz”



Fonte: *Correio da Semana*, edição de 21 de maio de 2011.

Figura 3 - Homenagem à professora Jacyra Gomes

Cidadania cearense para a professora Jacyra Gomes

Assembleia aprova projeto de lei de autoria do deputado Professor Teodoro (PSDB) que concede título de cidadania cearense a professora Jacyra Pimentel Gomes pelos relevantes serviços prestados ao Estado.

Professora Jacyra nasceu em 10 de março de 1920, na cidade de Brejo dos Anapurus, no Maranhão, e reside em Sobral (CE). Ela já recebeu, dentre outros, os títulos de Cidadã Sobralense; Educadora do Ano pelo Grupo Princesa do Norte em Fortaleza e conquistou a Medalha Justiniano de Serpa como educadora, em outubro de 1992.



Fonte: *Correio da Semana*, edição de 21 de maio de 2011.

Neste número, temos a visão de mulheres idosas, dedicadas às suas funções, marcadas pelo sacrifício, pela dedicação e pela abnegação, e essas representações são recorrentes em outras edições. Podemos observar, nas imagens anteriores, que a Irmã Dulce e a professora Jacyra Pimentel são caracterizadas como benfeitoras nos campos da religião e da educação, como mulheres exemplares que dedicaram suas vidas aos outros.

E, por falar na função da mulher na sociedade, em outro número é destacado que o movimento feminista possibilitou a inserção da mulher no mercado de trabalho, ocasionando uma espécie de “crise” no núcleo familiar. O artigo, escrito pelo já citado deputado José Teodoro Soares, afirma que, apesar de ter sido uma conquista para a liberdade das mulheres, a possibilidade de elas trabalharem fora do lar causou problemas, principalmente no que se refere à criação e à educação dos filhos. Segundo o deputado:

Mesmo que seja uma conquista positiva do ponto de vista da liberação da mulher do milenar jugo masculino, nas sociedades patriarcais, o dia a dia das famílias, a convivência entre pais e filhos, entre marido e mulher, tornou-se diferente; há menos tempo para esta convivência e, entre outros fatores, a televisão surgida após a Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, passou em muitos casos a preencher de forma não muito adequada essa ausência (Soares, 2011, p. 05).

É possível notar que, embora José Teodoro aponte como positiva a conquista das mulheres, logo em seguida apresenta os problemas que afetariam a família “ideal”, como se a função de cuidar dos filhos e do lar fosse exclusivamente das mulheres, ou como se as motivações para o trabalho fossem apenas as de realização pessoal.

Outro ponto que merece destaque é a forma como as datas comemorativas referentes às mulheres, o Dia das Mães e o Dia Internacional da Mulher (8 de março), aparecem no semanário. Nas homenagens ao Dia das Mães, as mensagens reforçam a maternidade como algo virtuoso que naturalmente exige sacrifício da mulher, como podemos notar nos exemplos abaixo:

Figura 4 - Homenagem do Deputado José Teodoro ao Dia das Mães



Fonte: *Correio da Semana*, edição de 12 de maio de 2012.

Figura 5 - Homenagem do Colégio Santana ao Dia das Mães



Fonte: *Correio da Semana*, edição de 12 de maio de 2012.

Como podemos observar nas imagens anteriores, são muitas as mensagens e os poemas que reiteram os chamados “valores femininos”, como a docilidade, a fragilidade, a “renúncia de si mesma”, a dedicação ao cuidado dos outros, entre outros. Inclusive, em muitas homenagens, associa-se a imagem de santas e religiosas à figura das mulheres de modo geral. Algumas dessas imagens também estão relacionadas ao diálogo comercial do jornal, por meio dos anunciantes que ocupam espaços em suas páginas, como podemos ver na imagem a seguir:

Figura 6 - Homenagem às mulheres pelo 08 de março



Fonte: *Correio da Semana*, edição de 08 de maio de 2014.

Figura 7 - Homenagem da direção às mulheres pelo 08 de março

Mulheres, parabéns!



“Obrigado a ti, mulher-mãe, que te fazes ventre do ser humano na alegria e no sofrimento de uma experiência única, que te torna o sorriso de Deus pela criatura que é dada à luz, que te faz guia dos seus primeiros passos, amparo do seu crescimento, ponto de referência por todo o caminho da vida.

ra, empenhada em todos os âmbitos da vida social, econômica, cultural, artística, política, pela contribuição indispensável que dás à elaboração de uma cultura capaz de conjugar razão e sentimento, a uma concepção da vida sempre aberta ao sentido do « mistério », à edificação de estruturas econômicas e políticas mais ricas de humanidade.

Obrigado a ti, mulher-consagrada, que, a exemplo da maior de todas as mulheres, a Mãe de Cristo, Verbo Encarnado, te abres com docilidade e fidelidade ao amor de Deus, ajudando a Igreja e a humanidade inteira a viver para com Deus uma resposta « sponsal », que exprime maravilhosamente a comunhão que Ele quer estabelecer com a sua criatura.

Obrigado a ti, mulher, pelo simples fato de seres mulher! Com a percepção que é própria da tua feminilidade, enri-

Fonte: *Correio da Semana*, edição de 08 de maio de 2014.

Podemos destacar que, mais uma vez, mulheres religiosas aparecem homenageando as mulheres em geral. Outro ponto é o uso de adjetivos referentes à beleza e a definição da mulher por meio da maternidade, apresentada como sua principal condição. Alguns estereótipos de gênero são reforçados pelo semanário: mulheres como sujeitos delicados, que teriam “vocação” para cuidar do próximo e sacrificar-se.

Também é curioso notar que, em algumas edições, ao tratar do 8 de março, o colunista Artemísio da Costa⁷ frisa que as mulheres não ocupam mais espaços na política por falta de “união do gênero”. Em três anos seguidos, o colunista insistiu em justificar a reduzida presença feminina no espaço público pela falta de entendimento e articulação do movimento de mulheres. Vejamos:

Infelizmente as conquistas continuam sendo à custa de muita luta e demoradas por causa da falta de mais união do gênero (mulheres). Explica-se: Elas são em maior número que os homens no mundo como um todo e em muitos países, como o Brasil; em muitos estados, como Ceará; e em Sobral, como em outros municípios. Mas falta algo muito importante, é uma pena ainda não terem atentado para a força que poderão ter, caso resolvam se unir. Mas fica o alerta (Costa, 2012, p. 4).

[...] Segundo o Censo de 2010 Sobral tem 188.233 habitantes, dos quais 91.462 são homens e 96.771 são mulheres. Unidas, poderiam até eleger prefeito e vários vereadores. Só que a conscientização do seu potencial é o que está faltando às sobralenses. Resolvida a questão do grau (de conscientização) as demais estão resolvidas (Costa, 2013, p. 4).

Questão de gênero: As palavras bancada, política, câmara e mulher são do gênero feminino. Mas na bancada política da Câmara local há apenas duas mulheres exercendo mandato. Prova incontestável da falta de união delas em Sobral (Costa, 2014, p. 4).

7 Artemísio da Costa é engenheiro de operações (Edificações), radialista e colunista do *Correio da Semana*.

Apesar de o colunista mencionar a luta feminina, ele banaliza relações de poder estruturalmente construídas, pois romper com a ordem vigente não é um processo simples, como sugere. Além disso, atribui a uma suposta “falta de união” das mulheres o reduzido número de representantes femininas na Câmara Municipal. Tal interpretação aponta para uma estratégia de descredibilização da participação social e das lutas políticas dos movimentos de mulheres. É evidente que a união é importante, mas não suficiente.

Também podemos observar que o autor da coluna faz uma comparação trivial entre os gêneros gramaticais das palavras para minimizar a complexidade da participação das mulheres no jogo político-partidário, como se sua inserção na política fosse apenas uma questão de conscientização individual. Nessa perspectiva, o problema não estaria na sociedade patriarcal, mas nas próprias mulheres. Aos homens caberia apenas o papel de observadores externos, já que “gênero” não seria um assunto que lhes diz respeito.

Inclusive, é interessante verificar que, em outro número, o colunista critica o movimento feminista por fazer “barulho” e pede que as mulheres “pisem no freio”, pois estariam promovendo uma suposta “discriminação dos homens”.

Figura 8 - Pé no freio

Pé no freio
É a minha sugestão a algumas feministas isoladas e aos movimentos feministas. É sagrado o direito de lutar sempre por seus direitos. E de jamais aceitar discriminação dos homens. Mas cuidado: A empolgação desenfreada para conquistar direitos pode gerar a discriminação aos homens. Já se constata isso.

Fonte: Costa, 2012, p. 4.

Dessa maneira, a análise dos textos do colunista evidencia uma imprecisão conceitual no uso dos termos “gênero” e “mulheres”, bem como uma tentativa de deslegitimar a luta das mulheres por participação política, re-

duzindo-a à suposta falta de união e de compreensão entre elas. Ao mesmo tempo, observa-se a crítica dirigida a “algumas feministas” por reivindicarem seus direitos, sob a alegação de que tais ações estariam causando incômodo aos homens.

Na maioria das vezes, as mulheres homenageadas nas páginas do jornal por ocasião do 8 de março oferecem uma percepção das mulheres “homenageáveis” na sociedade de modo geral e na sociedade sobralense em particular. Ou seja, constrói-se uma imagem das mulheres “ideais”, que transmitiriam valores e pensamentos tradicionais. Três nomes se destacam ao longo do período analisado como exemplos dessas mulheres consideradas merecedoras de homenagem: Norma Soares, Dra. Imaculada e Christiane Coelho, todas ligadas a homens da política.

O que se pode afirmar é que existe uma tendência no semanário que oscila entre o progressismo e o conservadorismo. Ao mesmo tempo em que apoia determinadas mulheres no âmbito local, desqualifica as mulheres enquanto movimento autônomo e também na figura de Dilma Rousseff, que naquele momento representava a principal visibilidade feminina na política nacional.

A radialista Márcia Cunha escreve a coluna social “Reflexões”, na qual traz mensagens reflexivas e motivacionais para o cotidiano. Trata-se de textos curtos e com menor destaque na disposição geral do jornal.

Finalmente, podemos observar que, ao longo do período analisado, a representação das mulheres esteve associada a ideias vinculadas à suposta “natureza” feminina, como a mansidão, a fragilidade, a maternidade, a caridade e a devoção religiosa. Em síntese, predominam estereótipos de gênero que reforçam e naturalizam determinados comportamentos femininos como inerentes à condição das mulheres.

Gênero no Mundo e no Jornal *Correio da Semana*

O surgimento do termo gênero nos estudos feministas remonta aos anos 1970, quando se percebeu que a categoria “mulher” não dava mais conta da diversidade de pautas existentes dentro da própria categoria. Tratava-se, então, de mulheres no plural, com diferenças, por exemplo, de

classe e raça, mas que compartilhavam muitas pautas em comum, como a luta por direitos reprodutivos, por igualdade de gênero, por representação no poder e por respeito à orientação sexual, entre outras. Assim, com a intenção de fortalecer essa luta, passou-se a adotar o termo gênero para englobar a categoria “mulheres” e outras pautas relacionadas às próprias mulheres e a outros sujeitos.

As feministas passaram a utilizar a expressão “perspectiva de gênero” para se referir aos estudos e às pautas ligadas às suas lutas, buscando conferir-lhes maior legitimidade científica. Segundo a antropóloga Marcela Lagarde (1996), a perspectiva de gênero procurava contribuir para a construção de uma nova perspectiva subjetiva e social, bem como de uma nova configuração baseada na ressignificação da história, da sociedade, da cultura e da política a partir das mulheres e com as mulheres.

Para a historiadora Joan Scott (1995), o gênero não possui uma definição fixa; sua própria trajetória constitui uma disputa por definição. Assim, ela propõe que o gênero se divide em duas partes e diversos subconjuntos que se relacionam, mas que devem ser analisados de maneiras distintas. A primeira trata do gênero como elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e subdivide-se em quatro elementos inter-relacionados. O primeiro desses elementos são os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, por vezes contraditórias. Scott cita como exemplo Eva e Maria como símbolos da mulher “ideal” na cultura cristã ocidental, mas também “mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção” (Scott, 1995, p. 86).

A segunda parte da definição de Joan Scott (1995) refere-se ao gênero como forma primária de dar significado às relações de poder. Segundo ela:

O gênero é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Além do mais, com a divisão binária da sociedade a heteronormatividade é considerada “normal”, tornando de forma clara as relações de gênero/sexuais misóginas e organizadas de forma hierárquica, que em sua maioria considera o masculino no topo da pirâmide (Scott, 1995, p. 88).

Como afirma Lagarde (1996), pressupõe-se que as mulheres não devam participar plenamente dos esforços institucionais, econômicos e políticos, como se o desenvolvimento e a democracia fossem questões exclusivamente masculinas. Nesse sentido, Joan Scott aponta:

O sociólogo francês Pierre Bourdieu tem escrito sobre como a “divisão do mundo”, baseada em referências às “diferenças biológicas, e, notadamente, àquelas que se referem à divisão do trabalho de procriação e de reprodução”, operam como “a mais fundada das ilusões coletivas”. Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social (Scott, 1995, p. 88).

Enquanto essas referências produzem organizações e distribuições de poder, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. Desse modo, ele define diferenças que não são meramente biológicas entre homens e mulheres. Por isso, observa-se um grande potencial analítico no conceito de gênero para discutir e compreender os paradigmas históricos.

Nessa definição de Scott (1995), há outra questão fundamental para compreendermos o gênero: ele não trata apenas das mulheres. O conceito é útil não somente para a história das mulheres, mas para a história em geral. Como afirma o historiador Torrão Filho (2005), além de fornecer um terreno fértil para a análise das desigualdades e hierarquias sociais, o gênero permite estudar homens, mulheres, as relações entre homens e mulheres, as relações entre homens e as relações entre mulheres e outros sujeitos.

Parafraseando Joan Scott (2012), ao refletir sobre o conceito em contexto mais recente, o gênero tornou-se cada vez mais um conceito disputado na arena política, impreciso e com efeitos, por vezes, muito diferentes daqueles originalmente pretendidos pelas feministas. Os movimentos feministas fizeram o gênero adentrar pautas mais populares e, muitas vezes, ele passou a ser confundido com algo relacionado apenas à sexualidade, sendo atacado por questionar estruturas e dogmas religiosos.

Sonia Corrêa (2018) aponta que a atuação da chamada cruzada contra o gênero, assim como outras movimentações religiosas, é um fenômeno transnacional, mas que atua com maior intensidade na Europa e na América Latina. No continente europeu, surgiu nos anos 2010 e causou hesitação devido à cultura secular consolidada e ao fato de a União Europeia ter se posicionado globalmente, desde os anos 1990, como modelo de democracia sexual e de gênero. Além disso, o caráter neocolonial desses discursos e das práticas políticas a eles associadas frequentemente criava tensões (Abbas, 2012 *apud* Corrêa, 2018, p. 12).

No contexto latino-americano, Corrêa (2018, p. 12) afirma que estamos experimentando a “síndrome da denegação”. Considerando a forte influência histórica do catolicismo e os efeitos da expansão evangélica nas últimas duas décadas, observa-se uma nova onda de ataques às pautas democráticas relacionadas ao gênero e à sexualidade.

A Argentina produziu vasta literatura antigênero após os anos 2010. Já no Peru e no Uruguai, o “sintagma” circulava desde a década de 1990 (Corrêa; Kalil, 2018). No Brasil, após quinze anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), via-se surgir uma ampla frente conservadora que intensificou os debates sobre aborto, orientação sexual e casamento homoafetivo, acusando essas pautas de integrarem a chamada “ideologia de gênero”.

As semelhanças na forma como essa cruzada ocorre nos países latino-americanos são notáveis. Como já foi mencionado, na maioria desses países os discursos da política antigênero concentram-se especialmente no campo da educação:

Parece ser onde eles têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar. Tais propostas são denunciadas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, impostas por governos e organismos internacionais. Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usur-

par dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar-lhes a propaganda gender e doutriná-los conforme crenças e valores de um sistema de “pensamento único”, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana (Junqueira, 2018, p. 453).

Essa atuação reafirma a posição da família como instituição primária responsável pela formação moral dos filhos, fazendo com que determinados grupos questionem os currículos escolares e exijam uma escola “livre de ideologias”. Nesse contexto, é inevitável lembrar o caso ocorrido no Brasil entre 2010 e 2011, quando vídeos que abordavam a diversidade sexual provocaram grande repercussão pública. Os materiais faziam parte do projeto Escola sem Homofobia, do Ministério da Educação durante o governo Dilma Rousseff, sob a gestão do ministro Fernando Haddad, e buscavam promover o respeito à diversidade sexual por meio de atividades desenvolvidas nas escolas.

Mobilizações como o projeto Escola sem Partido, com a ascensão da bancada evangélica no Congresso, ganharam cada vez mais força no ataque a temas associados ao gênero, sob a justificativa da defesa da família. E, como destacam Prado e Corrêa (2018), é fundamental reconhecer a contribuição da participação de outras vozes religiosas, como kardecistas e judeus conservadores, bem como de setores seculares, entre eles os autodenominados liberais do Movimento Brasil Livre (MBL), juristas, médicos(as), professores(as) e políticos que não são necessariamente religiosos, como no próprio caso do Escola sem Partido.

O jornal *Correio da Semana*, no período aqui analisado (2010-2014), embora não utilize de forma explícita o termo gênero, aborda questões, temas, sujeitos e discursos diretamente relacionados a essa categoria. Como exemplo, podemos citar o aborto, o uso de contraceptivos, a família, o casamento homoafetivo e a relação de apoio de políticos ao discurso religioso conservador, entre outros assuntos que expressam a compreensão e a atuação do jornal na construção das relações de gênero na sociedade, especialmente na realidade sobralense.

Ao analisar o semanário, foi possível perceber a enorme quantidade de vezes em que o tema do aborto, por exemplo, aparece. Em grande parte das edições, a prática é condenada tanto pela Igreja quanto pelos colunistas. Houve uma mobilização ainda mais intensa a partir das campanhas eleitorais de 2010, quando a então candidata do PT, Dilma Rousseff, declarou-se favorável à descriminalização do aborto. Em decorrência disso, foi acusada de contrariar princípios cristãos, chegando a ser chamada de “matadora de criancinhas”, o que gerou grande repercussão política e religiosa. A polêmica intensificou-se quando a candidata tentou esclarecer sua posição e, posteriormente, passou a se declarar contrária ao aborto, conforme demonstra a passagem escrita pelo colunista Silveira Rocha:

Figura 9 - Aborto do PT

Aborto do PT

O PT tenta abortar a proposta do aborto em seu plano de governo. Não caiu bem nas vistas do povo a idéia “inovadora” do partido, que deixou de lado muitos itens de apoio social para inserir a matança crianças.

Fonte: Rocha, 2010, p. 3.

Podemos observar, através do texto da passagem anterior, um discurso conservador, proferido por um jornalista que escreve para o Correio da Semana e para um blog pessoal. Ele utiliza um jogo de palavras para criticar o aborto e ainda classificá-lo como um assunto não social. Interessante observar também como esse discurso é reproduzido por diferentes setores da sociedade. Vejamos outra passagem sobre o aborto, agora em um artigo escrito por José Teodoro Soares, então deputado estadual do Ceará, que atuava pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e possuía um espaço de escrita no jornal:

Quero me solidarizar com a Igreja católica por sua postura em defesa da vida, quero me solidarizar com os bispos, na qualidade de presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Família, que tem como um de seus principais objetivos ressaltar os valores morais e lutar contra a legalização do aborto, expresso na coragem de não se deixar abater por seus opositores. Como Cristo afirmou, se eles calarem as pedras clamarão.

Uma das formas de desqualificar o debate é restringir o tema do aborto a uma questão religiosa. Realmente, os verdadeiros cristãos, sejam católicos ou evangélicos, espíritas e de outras denominações, são contra o aborto. Mas a defesa da vida é muito mais ampla e deve ser assumida por todos como questão humanitária, em que até mesmo ateus e agnósticos devem se juntar. Caso contrário, teremos a barbárie (Soares, 2010, p. 5).

Foi difícil escolher quais menções ao aborto expor aqui, pois elas são exorbitantes. Contudo, a centralidade desse tema revela-se fundamental para a análise das representações das mulheres e das relações de gênero construídas pelo jornal, uma vez que o debate sobre o aborto é mobilizado como um dispositivo discursivo de regulação dos corpos femininos. Nesse enquadramento, observa-se a reafirmação de normas morais e sociais que vinculam a identidade feminina à maternidade compulsória e à responsabilização individual, ao mesmo tempo em que se deslegitimam as reivindicações por autonomia reprodutiva. O aborto, portanto, não aparece apenas como uma questão de saúde pública ou de direitos, mas como um campo simbólico no qual se disputam sentidos sobre feminilidade, sexualidade e papel social das mulheres.

Além disso, os discursos veiculados tendem a reforçar uma perspectiva moralizante, na qual a mulher é frequentemente associada à culpa, à irresponsabilidade ou à transgressão de valores considerados tradicionais. Essa abordagem contribui para a construção de estereótipos que limitam a pluralidade das experiências femininas e encobrem as dimensões sociais, econômicas e políticas envolvidas na questão. Ao silenciar ou marginalizar perspectivas que defendem a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos, o jornal participa da reprodução de uma ordem de gênero hierar-

quizada, na qual a autoridade masculina e os valores conservadores ocupam posição central.

Vejamos mais uma citação que trata do tema do aborto e que consideramos fundamental para compreender a posição do jornal *Correio da Semana* como porta-voz não apenas da Igreja, mas também de parte significativa de seu público leitor. Segue abaixo o editorial escrito pelo Pe. Martins Medeiros:

O brasileiro é contra o aborto. Não se trata apenas de uma opinião, mas da uma constatação verificada em inúmeras pesquisas. A última, do Datafolha, foi contundente. Mais de 70% dos brasileiros disseram que eram contra o aborto.

Para aplacar os ânimos acirrados dos setores da sociedade civil, notadamente a sua imensa porção religiosa, engajados na luta em defesa da vida, a então candidata petista assinou documento e se comprometeu, em público, de não aceitar ou promover qualquer alteração no texto da Lei de Aborto vigente.

Encerradas as eleições, o eleitor brasileiro, soberanamente, parece ter ficado satisfeito com as garantias ofertadas e decidiu pela continuidade do projeto político iniciado em 2003, quando o presidente Lula iniciou o seu primeiro mandato, elegendo a mineira, radicada no Rio Grande do Sul, Dilma Rousseff, como a primeira mulher que irá governar o país no período republicano (Medeiros, 2010, p. 2).

O editorial acima teve como título “O recado das urnas”, publicado logo após a vitória, por pequena margem de votos, de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. Depois da polêmica envolvendo a posição da candidata sobre o aborto, o jornal apresenta as urnas como a voz do povo, que teria dado mais uma oportunidade ao partido, desde que não fossem promovidas alterações nessa questão. Na maior parte das menções ao aborto, seja pela Igreja, por políticos, por jornalistas ou por colunistas, o tema é apresentado como um ataque à vida. Em nenhum momento é citada a opinião de alguma mulher diretamente afetada pelo debate, nem se menciona que as decisões discutidas recaem sobre seus corpos. Da mesma forma, não são apresentadas políticas públicas voltadas ao acolhimento ou à complexidade da questão.

Desse modo, a recorrência do tema do aborto não apenas evidencia a presença de um discurso normativo sobre a sexualidade feminina, mas também revela os mecanismos simbólicos por meio dos quais se mantêm relações de poder desiguais entre homens e mulheres, contribuindo para a legitimação de práticas discursivas que restringem a cidadania plena das mulheres no espaço público.

Outros dois temas que aparecem e que têm relação direta com a vida das mulheres, mas que raramente incorporam suas opiniões, são o uso de contraceptivos e o casamento como ato essencial na vida feminina. O debate sobre os contraceptivos, no ano de 2010, ganhou destaque após declarações do então papa Bento XVI acerca da possibilidade do uso da camisinha como instrumento de combate à AIDS.

Sobre o casamento, por diversas vezes o jornal o apresenta como uma instituição desvalorizada na sociedade contemporânea e procura reafirmar sua importância. O Pe. Valdery da Rocha é quem mais escreve sobre o tema, publicando artigos como “Casamento: por que ele continua a valer a pena?” (Rocha, 2012), “Para onde está indo a família?” (Rocha, 2014) e “O casamento religioso está em crise” (Rocha, 2014). Nesses textos, procura reforçar a importância do matrimônio religioso e aconselha os católicos que vivem em união consensual a regularizarem sua situação perante a Igreja.

Outra questão polêmica abordada pelo jornal é a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em 2011, um projeto apresentado pela então senadora Marta Suplicy propôs a alteração da legislação, uma vez que o art. 1.723 do Código Civil reconhecia como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (Brasil, 2002). A proposta buscava substituir essa definição por “a união estável entre duas pessoas”, mantendo o restante do texto. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, por unanimidade, a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

Os casais homoafetivos passaram, então, a ter acesso aos mesmos direitos garantidos às demais entidades familiares reconhecidas pela legislação. Ao longo da análise desses temas, percebe-se que os discursos produzidos

em torno da família e de sua defesa fazem parte do debate de gênero, na medida em que tratam de relações sociais e estruturas de poder. Ao falar do aborto, discute-se o controle sobre os corpos femininos. Ao tratar do casamento homoafetivo, abordam-se sujeitos historicamente excluídos do reconhecimento jurídico e social, como a comunidade LGBTQIAPN+. Quando o jornal apresenta a família como uma instituição ameaçada na contemporaneidade, pressupõe que determinadas pautas estariam fora daquilo que considera uma ordem natural, procurando deslegitimá-las e enfraquecê-las no debate público.

Como afirmam Corrêa e Kalil (2018), o Brasil tornou-se um centro geopolítico de agendas antigênero e antiaborto, contribuindo para processos de corrosão democrática. Assim como o tema do aborto, o casamento homoafetivo aparece em várias edições do periódico e, em todas elas, é alvo de condenação.

Esses discursos fazem parte de uma hierarquia produzida a partir da divisão heteronormativa do mundo. A partir do momento em que os estudos de gênero são atacados e comparados a uma ideologia, torna-se possível visualizar um sistema que utiliza o pânico moral para mobilizar a população contra propostas que supostamente ameaçam a “família natural”, recorrendo, muitas vezes, à religiosidade como instrumento de manutenção das estruturas de poder e da ordem social.

Finalmente, o tema explorado neste trabalho possui significativa relevância não apenas para reflexões acadêmicas, mas também para o debate político e democrático. Analisar os discursos que atacam as questões de gênero permite compreender que uma sociedade organizada de forma hierárquica e baseada na divisão sexual do trabalho tende a resistir a transformações na ordem social.

Como defendemos ao longo do artigo, enxergar as mulheres como sujeitos históricos e políticos implica questionar estruturas sociais e relações de poder historicamente consolidadas. Ao tratar de temas como os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, os direitos das mulheres sobre seus corpos, a diversidade sexual e a presença das mulheres em cargos públicos, discutem-se pautas que desafiam elementos estruturantes do patriarcado enraizado em nossa sociedade.

Diante do cenário político contemporâneo brasileiro, no qual discursos de ódio são frequentemente mobilizados contra essas pautas e, muitas vezes, justificados em nome da crença ou da religião, torna-se possível perceber que tais discursos extrapolam a mera defesa de princípios religiosos. Em muitos casos, estão associados à manutenção de uma ordem social que produz desigualdades e posições de desvantagem para as mulheres e outros grupos historicamente marginalizados.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 14 dez. 2025.

CORRÊA, Sonia. A política do gênero: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>. Acesso em: 2 maio 2022.

CORRÊA, Sonia. *Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita?* 12 nov. 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wpcontent/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofeperfeitamesclado.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Brasil. In: CORRÊA, Sonia (org.). *Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais*. Tradução de Nana Soares. Rio de Janeiro: ABIA, 2021.

COSTA, Artemísio da. *Poucas e boas*. Correio da Semana, Sobral, 2010-2014.

FERREIRA, Luciana de Moura. *Memória social, imaginário e representação no álbum do centenário de Sobral – 1941*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KLIPP, Telma Paulina. *A violência política de gênero na América Latina: a relação entre Dilma Rousseff e a mídia*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo: desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas y Horas, 1996.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, n. 56, p. 252-278, 2020.

MAGRI, Odelir José. A voz do pastor. *Correio da Semana*, Sobral, n. 492, 29 set. 2012. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/000422995c-f181cfbcae>. Acesso em: 3 jul. 2026.

MEDEIROS, Martins. O recado das urnas. *Correio da Semana*, Sobral, n. 394, 6 nov. 2010. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0004229957b18c183741f>. Acesso em: 3 jul. 2026.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: UNESP, 2011.

PONTE FILHO, Aurélio. *Dom José e o Correio da Semana: a “Bôa Imprensa” em Sobral (1918-1925)*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ROCHA, Valdery da. Em dia com a Igreja. *Correio da Semana*, Sobral, 2010-2014.

ROCHA, Valdery da. Atualidade. *Correio da Semana*, Sobral, 2010-2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.

SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. *A cidade disciplinada: a Igreja Católica e os trabalhadores urbanos em Sobral-Ceará (1920-1925)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, Perla Haydee da. *De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

SOARES, José Teodoro. A favor da vida. *Correio da Semana*, Sobral, n. 392, 23 out. 2010. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/000422995c-c4263490835>. Acesso em: 3 jul. 2026.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

Fontes

JORNAL CORREIO DA SEMANA. Edições de 18 set. 2010 a 20 dez. 2014.



Quantas mortes na prisão são necessárias para virar capa de jornal? O Massacre do Carandiru a partir do periódico Folha de São Paulo: uma análise de como a vida e a morte são pensadas a partir da chacina

Antonio Gustavo Vasconcelos Rodrigues

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo compreender a maneira pela qual a vida dos presidiários e de suas famílias foi pensada e noticiada durante o Massacre do Carandiru (1992), a partir do periódico *Folha de S. Paulo*. Para isso, utilizaremos reflexões que envolvem as relações entre História e imprensa, assim como a história das prisões, ambas a partir de uma perspectiva das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Massacre do Carandiru; imprensa; vida; morte;

Introdução

Este trabalho tem como principal objetivo compreender o Massacre do Carandiru (1992) a partir do jornal *Folha de S. Paulo*. Nesse sentido, nossa análise se dará sobre a maneira pela qual o jornal retrata e conduz a vida das pessoas envolvidas no massacre, especialmente os presidiários e suas famílias.

Nesse sentido, no primeiro tópico iremos realizar uma revisão bibliográfica da maneira pela qual a historiografia e as Ciências Humanas têm pensado as prisões como objeto de estudo científico. Em seguida, apresentaremos nossas escolhas teóricas e a maneira como direcionamos nossa pesquisa, especificando que olharemos para as prisões a partir das reflexões que envolvem as relações étnico-raciais no Brasil.

Logo em seguida, entraremos na discussão e análise dos documentos históricos. No tópico *A morte como escândalo*, iremos pensar a maneira pela qual a *Folha* noticiou a chacina como um “escândalo”, dando ênfase ao número de mortos, com uma sensibilidade que, além de negar os princípios da dignidade humana, mede as vítimas a partir de dados estatísticos, transformando vidas singulares em números homogêneos.

No tópico seguinte, realizaremos uma análise comparada da maneira como a morte dos presidiários foi narrada em relação à morte de Ulysses Guimarães, político institucional que morreu em um acidente aéreo na mesma época. Por fim, iremos pensar como o noticiário construído pela *Folha* nos permite perceber as diversas violências de Estado envolvendo o massacre, tanto antes quanto depois do ocorrido.

Com base nesta pesquisa, defendemos a ideia de que o Massacre do Carandiru virou manchete dos jornais por uma espécie de escandalização da morte e da chacina, que se mostra medida a partir da quantidade de mortos. Fica claro também, dentro desse processo, a construção de uma desumanização dos sujeitos envolvidos na chacina, tanto por parte do periódico quanto do Estado brasileiro.

História das prisões: caminhos e perspectivas

Nesta parte do texto, iremos realizar um panorama geral de como a História das prisões tem se desenvolvido no Brasil e no mundo. No contexto internacional, podemos destacar três autores(as) principais, os(as) quais foram utilizados(as) como referencial teórico-metodológico e bibliográfico nesta pesquisa.

Nesse sentido, podemos mencionar os estudos de Foucault (2014)¹, que nos apresenta uma análise histórica e filosófica da prisão a partir do

1 Especialmente com sua obra *Vigiar e Punir: O nascimento das prisões* (2014).

advento da modernidade. Em seguida, temos as produções historiográficas de Michelle Perrot, que mostram uma análise histórica das prisões francesas no século XIX. Por fim, citamos Angela Davis² e sua análise da complexidade do sistema carcerário estadunidense, destacando trabalhos que pensam o cárcere a partir das categorias de gênero, classe e raça.

No Brasil, a História das prisões tem apresentado um número considerável de produções. Nesse sentido, vale a pena destacarmos a coletânea denominada *História das Prisões no Brasil* (2009), organizada por Clarice Nunes Maia, Flávio de Sá Neto, Marcos P. Costa e Marcos Luiz Bretas, que reúne trabalhos desenvolvidos no Brasil e na América Latina, apresentando textos sobre diferentes períodos históricos produzidos por jovens historiadores(as). Além disso, temos como um dos principais trabalhos sobre o assunto a produção do sociólogo Fernando Salla (2006),³ que estuda a história das prisões no estado de São Paulo.

Enquanto realizávamos esta revisão bibliográfica, percebemos que a maioria das pesquisas sobre crimes, criminalidade e instituições punitivas concentra-se em períodos um pouco mais recuados no tempo, como a Primeira República e o Brasil Império. Para testarmos tal hipótese, construímos um levantamento de teses e dissertações defendidas entre 2009 e 2019 que tinham como tema a História das prisões e outras temáticas correlatas, por meio do banco de dados de teses e dissertações da CAPES.⁴

Na área que permite pesquisar temas específicos a partir de palavras-chave, utilizamos os termos “prisão”, “polícia”, “penitenciária”, “cadeia”, “crime” e “criminoso”, selecionando o filtro da área de Ciências Humanas, especificamente na subárea de História.

Essa pesquisa gerou um conjunto de trabalhos dentro da temática, que foram analisados por nós, a partir dos títulos e, em alguns casos, dos resumos, excluindo aqueles que não correspondiam à temática pesquisada. Sobre a suspeita anterior de que poucos trabalhos têm abordado a História das prisões no período pós-ditadura, sistematizamos todos os trabalhos

2 Com sua obra *Estariam as prisões obsoletas?* (2020).

3 *As prisões de São Paulo, 1822-1944* (2006).

4 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Ver em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

encontrados a partir de divisões historiográficas convencionais da História do Brasil, considerando as pesquisas defendidas entre 2009 e 2019, obtendo os seguintes dados:

Tabela 1- Relação de produções sobre História das prisões por ano e período historiográfico/temporal

Período	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Colônia (1530-1815)	2	0	0	2	0	1	0	1	3	1	1	11
Joanino e Império (1815-1889)	9	6	7	9	3	5	2	5	3	6	3	58
Primeira república (1889-1930)	8	5	10	9	4	8	5	5	3	6	10	73
Era Vargas, governo provisório /república (1930-1964)	4	4	7	6	2	8	4	4	7	4	3	53
Ditadura-civil militar (1964-1988)	5	2	5	6	3	4	2	4	5	5	2	43
Nova república (1988- 2022)	2	3	2	7	3	3	1	6	2	3	4	36
Total/ano	30	21	33	40	15	29	14	25	23	25	23	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir da plataforma CAPES.

A grande maioria das produções historiográficas concentra-se no período da Primeira República (73 trabalhos), seguido pelos períodos Imperial e Joanino (58 trabalhos). Como suspeitávamos, o período com menos produções a respeito é o Brasil Colônia (11 trabalhos), o que se explica pela inexistência de prisões nos moldes em que as conhecemos hoje.⁵ Nesse sentido, aparece em seguida o Brasil pós-ditadura, com apenas 36 pesquisas. Dessa maneira, podemos perceber que a História das prisões ainda se encontra em desenvolvimento no Brasil (Maia, 2009) e que, mesmo dentro das produções já existentes, há uma grande lacuna no que diz respeito à História do Brasil pós-ditadura. É considerando também esse aspecto que

5 Entendendo, como nos mostra Aguirre (2009), que o desenvolvimento da prisão e da perda da liberdade como principal forma de punir é um fenômeno que ganha força na América Latina apenas a partir do século XIX. Antes disso, tínhamos formas de punir que se aproximavam bem mais do *Antigo Regime* do que propriamente de uma forma moderna de punir no sentido foucaultiano (Foucault, 2014).

situamos nossa pesquisa, nos desafios e nas possibilidades colocados pela História das prisões no Brasil.

Classe e raça no sistema judiciário brasileiro

Nesse sentido, iremos, ao longo deste tópico, pensar o modo como as categorias de raça e classe⁶ podem nos ajudar a compreender a estrutura judiciária brasileira. Partindo da questão mencionada, nosso objetivo é mostrar a impossibilidade de compreendermos o sistema judiciário brasileiro sem chegarmos a um debate sobre raça. Isto é, em um país erguido a partir de mais de 300 anos de escravidão formalmente instituída, encerrada sem o mínimo de assistência às populações historicamente exploradas, a raça tornou-se um fator decisivo na maneira como a sociedade se organiza atualmente. O que inclui, obviamente, o funcionamento das leis e de todas as suas estruturas.

Todos e todas, independentemente do grau de instrução formal, sabem ou pelo menos já ouviram falar que o Brasil foi estruturado, desde o período colonial, a partir de uma economia baseada na mão de obra escravizada. Portanto, torna-se, ou pelo menos deveria ser, fácil lembrarmos que nosso país possui um histórico de colonização em que os europeus e, posteriormente, uma elite formada por descendentes de europeus brancos escravizaram negros e negras trazidos à força de suas regiões de origem, no continente africano. O mesmo pode ser dito em relação ao genocídio indígena.

Desse ponto de vista, o Brasil tem sido pensado como uma sociedade de não racializada, gerando a ideia de democracia racial, contestada por diversos autores, em especial Abdias Nascimento (2016). Para citarmos um exemplo recente, podemos lembrar da fala do então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que, em 2019, afirmou que no Brasil não

6 É inegável que as prisões podem ser também compreendidas a partir do ponto de vista de gênero, basta pensarmos como homens são presos por crimes diferentes daqueles cometidos por mulheres, isto é, há uma diferença na forma pela qual o sistema judiciário brasileiro pensa os sujeitos que varia de acordo com o gênero. No entanto, como a pesquisa exige recortes específicos que são construídos a partir de diversas variáveis, não iremos ao longo do tópico, tomar como análise central o conceito de gênero, uma vez que não caberia nos limites desta pesquisa.

existia racismo.⁷ Abdias Nascimento, ainda na década de 1980, já nos alertava sobre a seriedade dessa questão, relatando principalmente a maneira pela qual outros países possuíam uma visão internacional do Brasil como um espaço onde todas as raças viveriam de maneira harmoniosa, onde negros e brancos conviveriam sem conflitos, caracterizando uma suposta democracia racial.⁸

Abdias demonstra que essa construção da “democracia racial”, na verdade, constitui uma das muitas formas de genocídio da população negra brasileira. Dessa maneira, as classes que se encontravam em posição de poder partiam do pressuposto de que o racismo não existia no Brasil; portanto, se ele não existe, não precisa ser combatido.⁹

Vimos, então, que nossa sociedade costuma pensar que vivemos em um paraíso racial, presunção que, de maneira alguma, pode ser sustentada, pois carece de amparo na realidade socioeconômica do país. O que percebemos é que o racismo funciona de maneira a estruturar a sociedade brasileira, isto é, ele próprio participa de sua construção e, portanto, qualquer temática e experiência social e histórica pode ser lida do ponto de vista das relações étnico-raciais, uma vez que estas constituem a organização de nossa sociedade (Almeida, 2020).

Vimos, então, dois pressupostos centrais para entendermos o racismo brasileiro: sua existência estrutural e sua máscara de “democracia racial”. Nesse sentido, conseguimos pensar o racismo como construtor de estruturas sociais e gerador dos números que encontramos ao longo deste trabalho, especialmente no que diz respeito ao fato de que a grande maioria das pessoas presas é negra. Vale a pena, então, pensar-

7 Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/20/no-brasil-nao-existe-racismo-diz-mouro-sobre-assassinato-de-negro-no-carrefour>.

8 A expressão “Democracia Racial” passa a ganhar popularidade nos meios acadêmicos a partir dos anos de 1930, tendo como expoente máximo o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala* (2003).

9 Tenho pensado bastante sobre essa questão nas escolas de ensino básico que leciono. Sem dúvidas, além de um colegiado de profissionais conservador, a maioria dos docentes dificilmente tem uma formação para pensar as relações étnico raciais. E quando apresentam algumas ações, geralmente agem de maneira não crítica, muitas vezes reforçando o mito da democracia racial, sob lemas do tipo “somos todos iguais”.

mos especificamente a maneira como as prisões¹⁰ estão organizadas do ponto de vista racial.

Para isso, analisaremos os dados produzidos pelo SISDEPEN,¹¹ sistema de informações do sistema penitenciário brasileiro. Na plataforma, encontramos dados organizados a partir de recortes específicos, como sexo e raça. Buscamos, então, para termos um panorama da situação atual, os dados referentes à população prisional segundo classificação racial durante o período de julho a dezembro de 2022, os últimos dados disponibilizados pela instituição.

Num primeiro momento, os números parecem ir contra nossa hipótese central neste trabalho, a de que a maioria das pessoas presas é composta por negros e negras. Vejamos: a plataforma utiliza as seguintes classificações raciais: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Dessa maneira, de um total de 642.638 pessoas presas, possuímos informações sobre raça para apenas 572.623 indivíduos. As estatísticas mostram que a maior parcela da população prisional é composta por pessoas pardas, totalizando 289.225 indivíduos (50,52%). Em seguida aparecem as pessoas brancas, com 179.646 indivíduos (31,37%), e as pessoas pretas, com 95.674 (16,71%). Já os grupos amarelo e indígena correspondem, respectivamente, a 6.692 (1,17%) e 1.386 (0,24%) pessoas.

Pensando por esse ponto de vista, portanto, a maioria das pessoas privadas de liberdade seria composta por pessoas pardas e brancas, e não negras. O que ocorre é que esses dados e classificações apresentam inúmeros problemas. Se tomamos como ponto de partida as reflexões feitas por Abdias Nascimento (2016), que nos fala sobre a dificuldade de obtermos estatísticas precisas sobre raça no Brasil devido ao histórico de branqueamento da população, processo no qual foram criadas diversas categorias destinadas a suavizar ou apagar a identidade negra, sendo o termo “pardo” uma das principais delas, encontramos elementos para problematizar esses dados.

10 Tomamos como objeto de análise por ser este nosso principal objeto de pesquisa, como também a existência de dados organizados pelo SISDEPEN, sistema de coleta de dados do sistema carcerário brasileiro.

11 Ver: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiTFRkZDA5MDEtZmJjNi00YjRhLTlkOTUtYWU-xZjE3NWE3NDU5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSectionf330443a7e0c245a2804>.

Dessa maneira, tomando como referência o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010)¹² podemos compreender a categoria “pardo” como parte constitutiva da população negra. Assim, percebemos que o número de pessoas pertencentes a esse grupo, considerando pardos e pretos conjuntamente, é significativamente superior ao dos demais grupos étnico-raciais. Portanto, partindo das reflexões de Abdias Nascimento (2016), as estatísticas construídas a partir da categoria “pardo” não podem ser tomadas como absolutas, tendo em vista a tendência histórica de branqueamento presente na sociedade brasileira.

Assim, devemos compreender que os dados sobre autoidentificação étnico-racial são extremamente complexos e necessitam de problematizações teóricas, como as realizadas por Abdias Nascimento. Nesse sentido, podemos perceber a prisão, na estrutura histórica e social brasileira, como um espaço que atinge de forma mais intensa as populações não brancas, especialmente pardos e pretos.

Construímos, assim, um panorama da configuração racial que marca as prisões brasileiras, tendo em vista os sujeitos afetados negativamente pelo encarceramento. Agora realizaremos o movimento inverso: pensaremos a configuração racial daqueles que executam o sistema judiciário brasileiro, que, como veremos, também apresenta uma configuração racial específica, marcada pela predominância de pessoas brancas.

Nesse sentido, iremos nos utilizar dos dados organizados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão que apresenta o perfil sociodemográfico de todos(as) os(as) sujeitos que compõem o sistema de justiça brasileiro, detendo-nos especificamente sobre as diferenciações raciais. Os dados encontram-se organizados por Unidades da Federação e demonstram que, em todas as UFs, sem exceção, o percentual de pessoas brancas é superior ao percentual de pessoas negras e pardas.

Os números variam desde o Piauí, onde encontramos a menor diferença entre brancos e negros/pardos, com 54% de magistrados brancos e 45% de negros e pardos, até o estado de Santa Catarina, onde se observa a maior

12 BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12288.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

disparidade: 97% dos magistrados são brancos, enquanto apenas 3% são negros ou pardos. Fica clara, portanto, a imensa disparidade étnico-racial entre os sujeitos que compõem a dinâmica da justiça brasileira.

Dessa maneira, conseguimos compreender a forma pela qual o racismo estrutural, pensado tanto por Abdias Nascimento (2016) quanto por Almeida (2020), se manifesta, bem como a permanência da concentração do poder nas mãos de pessoas brancas. São elas, em sua maioria, que ocupam os espaços de decisão e julgamento, definindo quem será considerado infrator ou não, ao mesmo tempo em que observamos um sistema prisional composto majoritariamente por pessoas negras e pardas. Assim, podemos afirmar que existe, no sistema judiciário brasileiro, uma questão política evidente. Podemos falar, em grande medida, de brancos julgando negros. Dessa forma, realizadas essas discussões teóricas, podemos nos direcionar às reflexões sobre o Massacre do Carandiru a partir da imprensa.

A morte como um escândalo

Nesse sentido, a primeira questão que pretendemos compreender trata da maneira como os jornais narraram, pensaram e sentiram o Massacre. Partimos da hipótese de que os periódicos trataram a morte dessas pessoas como uma espécie de escândalo; ou seja, o tema chamou a atenção da imprensa pela quantidade de pessoas mortas, como veremos a seguir.

Para comprovar tal hipótese, realizamos alguns recortes que nos permitem aprofundar melhor a discussão. A primeira matéria que podemos mencionar aparece na página 14 do primeiro caderno da *Folha de S. Paulo*, em 5 de outubro de 1992. A reportagem intitulada “Funcionário do IML chora entre pilhas de corpos” (Folha de S. Paulo, 1992, p. 14) chama a atenção, já em seu título, para a quantidade de mortos, ao optar pelo termo “pilhas”; que remete a uma grande quantidade de corpos. Há uma ênfase na descrição do acontecimento como uma chacina, um massacre. Assim, podemos perceber que o jornal relaciona a sensibilidade dos funcionários à quantidade de mortos.

O argumento anterior fica evidente no próprio desenvolvimento da matéria, como podemos observar no seguinte trecho: “Funcionários do

instituto choravam quando cadáveres de detentos começaram a ser despejados aos montes pelos rabecões e amontoados na sala dos legistas à espera de autópsia e caixão” (Folha de S. Paulo, 1992, p. 14).

Podemos perceber, assim, que o sentimento humano gerado pela morte não surge exclusivamente da morte individual de cada detento. Eles não aparecem individualizados, com nomes e especificidades. Surgem, antes, inseridos em números. A sensibilidade é produzida pelos “montes despejados”. Sustentamos, dessa maneira, que os jornais relacionam a sensibilidade humana diante da chacina a uma ideia de choque, de escândalo, que merece destaque pela quantidade de pessoas mortas, e não diretamente pelo respeito à vida.

Luta no luto

Percebemos, então, a maneira pela qual a própria imprensa, que a princípio (e em uma análise mais ampla) funcionou como um dos principais veículos de denúncia do massacre, acabou também, em suas entrelinhas, desumanizando essas pessoas. Agora iremos pensar, para além do tratamento dispensado aos próprios detentos, as formas pelas quais as matérias do jornal conseguem apresentar a luta das famílias na busca por informações sobre seus entes queridos que estavam na prisão durante o massacre.

Nesse sentido, uma das principais angústias sofridas pelos parentes e amigos das pessoas que estavam na Casa de Detenção durante o massacre foi a dificuldade de acesso à informação. A busca dos familiares pelo paradeiro de seus entes queridos demonstra que o Estado brasileiro agiu com descaso mesmo após a morte dessas pessoas. Ou seja, além de 111 indivíduos terem sido mortos, seus familiares ainda sofreram na busca por informações, produzindo uma nova forma de violência de Estado. Uma matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* em 4 de outubro de 1992 mostra a luta dos parentes em frente à Casa de Detenção, bem como denuncia a violência dos policiais que cercavam o presídio:

Parentes dos presos recolhidos no pavilhão 9 se aglomeravam ontem em frente à penitenciária. Gritando palavras de ordem contra o ‘descaso’ da direção da Casa de Detenção,

eles pediam informações e queriam que os repórteres tivesse acesso ao interior da penitenciária. O portão estava cercado de policiais que chegaram a soltar os cães contra os manifestantes. 'Se eu não tivesse tirado a blusa, os cães tinham me matado'. Disse Joaquim Mendes da Silva, 71. Que procurava notícias de seus filho (Folha de S. Paulo, p. 14, 1992).

Neste caso, a *Folha* teve como objetivo mostrar ao leitor o drama vivido por essas pessoas, evidenciando que os policiais continuavam a tratá-las de maneira violenta, utilizando cães para proteger o presídio. Dessa maneira, os fragmentos do jornal revelam que a violência de Estado (termo pouco utilizado pelos periódicos) foi praticada antes, durante e depois da chacina. Antes, porque as pessoas que viviam no Carandiru já experimentavam condições desumanas, como a superlotação do presídio. Durante, pelo próprio processo brutal da chacina, como várias matérias deixaram evidente. E depois, quando os familiares não tiveram sequer o direito de vivenciar dignamente o luto de seus entes queridos.

Isso ocorreu de diversas formas. A primeira delas foi a omissão do governo de São Paulo como um todo, mas principalmente o fato de o presídio ter sido cercado por policiais para impedir que os familiares buscassem informações ou tivessem acesso ao local.

Outro tipo de violência foi cometido nesse momento de luto pós-massacre, ainda relacionado à busca por informações. A lista de mortos divulgada pelo governo de São Paulo gerou inúmeras dúvidas, pois algumas pessoas apareciam como mortas sem que seus corpos fossem localizados, enquanto outras constavam como mortas, mas estavam vivas. Foi o caso de Salete Carvalho, que, ao procurar notícias de seu filho, recebeu um prontuário que o indicava como vivo, mas posteriormente descobriu que ele havia sido morto pela polícia:

Só entravam no Pavilhão 9, na tarde ontem, parentes de presos cujos nomes vinham acompanhados da anotação 'vivo'. Maria Selete Cassilha Carvalho, 40, mãe do preso Claudio José de Carvalho, 20, entrou ontem às 10h no pavilhão em busca do filho. O prontuário da Detenção dava seu filho como vivo - mas o registro estava errado (Folha de S. Paulo, p. 14, 1992).

Salete só conseguiu descobrir que seu filho estava morto quando um de seus companheiros lhe contou o que havia ocorrido:

Até que um detento lhe fez um relato trágico. Cláudio, que cumpria pena de seis anos, condenado por roubo a mão armada, havia se escondido debaixo do colchão de sua cela, para fugir das balas da Polícia Militar. ‘Seus amigos me disseram que a PM falou com ele ‘ou você sai ou você morre’. Ele demorou para sair debaixo da cama e foi fuzilado com tiros de metralhadora (Folha de S. Paulo, p. 14, 1992).

Dessa maneira, conseguimos compreender, a partir das páginas do periódico, as diversas formas de violência e desumanização presentes na história do Brasil e de São Paulo, como ocorreu no Carandiru. Tais violências possuem múltiplas dimensões e se cruzam a partir de questões de gênero, classe e raça. Percebemos que os familiares dos detentos foram, em um primeiro momento, tratados com extrema violência, sem acesso sequer a informações básicas sobre seus parentes, desconhecendo se estavam vivos ou mortos.

Outrossim, os próprios jornais acabam por desumanizar essas pessoas de maneira indireta, apresentando seus nomes quase sempre vinculados à sua trajetória dentro do sistema prisional.

Infelizmente, essa questão não foi uma especificidade do Carandiru. A imprensa e o Estado continuam a reproduzir formas semelhantes de violência, especialmente se pensarmos no surgimento e fortalecimento dos jornais policiaiscos, nos quais a violência impulsionada pelo racismo se manifesta de maneira ainda mais intensa, bem como nas diversas chacinas cometidas por policiais militares em diferentes estados brasileiros, sobretudo nas periferias.

O Carandiru é apenas um ponto específico a partir do qual nós, historiadores, podemos olhar para compreender uma problemática estrutural da sociedade brasileira. E, honrando a vida e o pensamento de pessoas como Angela Davis, agir para questionar e transformar um Estado que historicamente se organiza de forma a produzir a morte de pessoas negras e pobres.

Considerações finais

Com este trabalho, pudemos perceber que a prisão ainda é um objeto pouco estudado pela comunidade historiográfica brasileira. Dessa forma, as pesquisas sobre o tema tornam-se ainda mais escassas quando se trata da História recente do Brasil. Assim, esta pesquisa pretendeu apresentar uma pequena contribuição diante de uma lacuna ainda significativa: a História das prisões no Brasil contemporâneo.

Com isso, conseguimos desnaturalizar a prisão, de maneira a compreender que ela está sujeita a questões de raça, classe e gênero. Especificamente no caso brasileiro, percebemos como as prisões funcionam como espaços de segregação de pessoas empobrecidas e racializadas.

Percebemos também que os jornais compreenderam a trajetória das pessoas mortas no Carandiru apenas a partir de sua passagem pelo sistema carcerário brasileiro. Isto é, esses sujeitos foram desumanizados mesmo após a morte nas páginas da imprensa. Da mesma forma, o processo de escandalização da morte também integra esse movimento de desumanização da vida e da morte dessas pessoas.

Dessa forma, esperamos que este trabalho, além de acrescentar uma contribuição relevante à História das prisões e da violência de Estado no Brasil, tenha levado o(a) leitor(a) a refletir sobre o funcionamento histórico da sociedade brasileira, especialmente acerca da maneira pela qual a vida de pessoas colocadas nos últimos lugares da hierarquia racial e social vale menos aos olhos do Estado brasileiro.

Assim, esperamos que este trabalho tenha sido também um convite à reflexão e à ação. Não podemos permanecer de braços cruzados diante da morte de nossos(as) companheiros(as), vítimas das desigualdades estruturais da sociedade brasileira e das múltiplas formas de violência exercidas, inclusive, pelo poder estatal.

Referências

- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos P. P.; BRETAS, Marcos Luiz (org.). *História das prisões no Brasil I*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 5-25, 2009.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Capitalismo, classes sociais e prisões no Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16., 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, p. 1-28, 2014.
- ALMEIDA, M. de A. *Maternidade contra o genocídio: o Movimento Mães de Maio frente à democracia das chacinas*. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, v. 54, n. 3, 2022.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhante. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- IFCH UNICAMP. *Massacres e(m) Democracias: 30 anos do Massacre do Carandiru* [Vídeo 1]. YouTube, 28 set. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/ldBLKJIXKMI>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- IFCH UNICAMP. *Massacres e(m) Democracias: 30 anos do Massacre do Carandiru* [Vídeo 2]. YouTube, 28 set. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/xXSHDgO-Svg>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- IFCH UNICAMP. *Massacres e(m) Democracias: 30 anos do Massacre do Carandiru* [Vídeo 3]. YouTube, 28 set. 2022. Disponível em: https://youtu.be/sS2hXY98y_o. Acesso em: 4 nov. 2022.
- MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos P. P.; BRETAS, Marcos Luiz (org.). *História das prisões no Brasil I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PERROT, Michelle. Revolução e prisões. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. p. 299-343.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

Fontes históricas

FOLHA DE S. PAULO. Edição publicada em 4 de outubro de 1992.

FOLHA DE S. PAULO. Edição publicada em 5 de outubro de 1992.



Minibiografias

Lic. Anabelle Rodrigues Melo

(Maracanaú, Ceará, Brasil, 2004) é feminista, historiadora graduada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL/UEVA), onde também atuou como bolsista de Iniciação Científica (BICT/FUNCAP) entre 2023 e 2025. Em suas pesquisas, investiga problemáticas como violência contra as mulheres, neoliberalismo e patriarcado.

Lic. Luiz Carlos da Costa Lima

É historiador, graduado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.. Atua como professor de História pela rede municipal de Mucambo-CE. Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. É membro pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa de História, Gênero e América Latina – GEHGAL. Áreas de pesquisa: Quilombos, racismo e futebol.

Lic. Vinícius Chaves Almeida

É Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, com especialização em Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais, e em Design Educacional pela Faculdade Líbano. Professor temporário na educação básica, nas redes municipal e estadual de Poranga-CE. É membro pesquisador do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero na América Latina (GEHGAL/UVA).

Me. Wagner Cavalcante Farias

É graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH - UFSC). Professor Efetivo da Rede Básica de Ensino da Prefeitura Municipal de Sobral, atuando na ETI Raul Monte. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero na América Latina (GEHGAL/UVA) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

Lic. Amanda Alves Vieira

É graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), ex-bolsista vinculada ao Programa de Bolsa de Permanência Universitária (PBPU - UVA), na Universidade Estadual Vale do Acaraú - sendo vinculada em 2022 ao Programa de Iniciação Científica, em 2023 Programa de Extensão, em 2024 e 2025 ao Grupo de Estudo e Pesquisa. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero na América Latina (GEHGAL/UVA).

Lic. Vitória Veras Cavalcante

É graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA, com especialização em História do Brasil pelo Instituto Prominas. Atua como professora no ensino básico da rede municipal de Guaraciaba do Norte - CE. É pesquisadora do Grupo de Estudos de História, Gênero e América Latina (GEHGAL/UVA).

Lic. Andressa Sâmela Mendes Aragão

É graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Espacialidade da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade Focus. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL).

Me. Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima

É historiadora, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em Metodologia do Ensino de História pelo Instituto Brasil de Ensino e Consultoria. Mestre em História Global, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como formadora do Programa Paic Integral, no eixo de Ciências Humanas. É Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina – GEHGAL.

Lic. Suellen Maria Félix da Silva é graduada em História (licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Centro de Estudos de Especialização e Extensão LTD (CENES). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Gênero e América Latina (GEHGAL).

Lic. Maria Natália dos Santos Ferreira é graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). cursando especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Centro de Estudos de Especialização e Extensão LTDA (CENES). Atua como professora de História na rede municipal de Morrinhos-CE.

Lic. Ana Cássia de Sousa Carneiro

É historiadora, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina - GEHGAL. Atua como educadora na rede estadual de ensino.

Me. Maria Aline Matos de Oliveira

É doutoranda em História Social pelo Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em História pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora bolsista CNPq. Desenvolve pesquisas na área de história das mulheres e gênero, com ênfase na militância feminina durante a ditadura civil-militar no Brasil, atuando nos campos de memória e história oral.

Lic. Maria Juanessa Ribeiro da Silva

É graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Possui Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho CEAD/UFPI e Pós-graduada em Metodologia do Ensino da História e da Geografia -FAVENI. Possui Segunda Licenciatura em Pedagogia -UNIASSELVI, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento e Psicopedagogia- FOCUS. Atua como professora da rede privada de ensino, com as disciplinas de História e Geografia. É professora Temporária da rede municipal de Ipu, com as disciplinas de Cultura Afro-brasileira e Cidadania e Responsabilidade Social.

Lic. Piedade Aguiar Abreu

É graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), pesquisa sobre História das mulheres e feminismo através da escrita. Foi membro do Programa de Educação Tutorial (PET). Atua como formadora do Programa Paic Integral, no eixo de Ciências Humanas. É pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina – GEHGAL.

Lic. Joycielle Araújo Oliveira

É historiadora, graduada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Atua como instrutora e educadora no Programa Pré-Vestibular da UVA – PREVEST. Desenvolve pesquisas nas áreas de História Antiga Americana, Ensino de História e História Digital. É pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa de História, Gênero e América Latina – GEHGAL e do Grupo de Estudos e Pesquisas: Política Educacional, Cultura Escolar e Ensino de História – PONDERA.

Lic. Francisco Matheus Daniel Pereira

É historiador, graduado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em Ensino de História pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Atua como professor de História pela rede municipal de Santa Quitéria-Ce. É pesquisador no Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina – GEHGAL.

Dra. Cintia Lima Crescêncio

Historiadora, professora dos Cursos de Licenciatura em Ciências Humanas e História da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde atua nos Programas de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais e Economia Política Mundial. Integra o Núcleo de Estudos de Gênero (UFABC) e é pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Atualmente coordena o projeto “Uma História das Artistas do Traço no Brasil (1960-1990)”, financiado pelo CNPq.

Lic. Misa Gonçalves da Silva

Graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), ex membro do Programa de Educação Tutorial (PET), militante transfeminista do Coletivo Juntos! e estudante-pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL).

Lic. Taís Adelaide Sousa

Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com especialização em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-sociais e Raciais pela faculdade FAVENI. Atua como professora temporária de História na rede municipal de Cariré-CE. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Estudos de História e Gênero na América Latina (GEHGAL/UVA).

Lic. Antonio Gustavo Vasconcelos Rodrigues

Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UVA), com especialização em Ensino de História da América pela Faculdade de Minas (FACULMINAS). Mestrando em História pela Universidade Estadual do Ceará. Fui bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-UVA). Ex formador do Programa de Educação em Tempo Integral, pelo MEC/UFC. Pesquisador do Grupo de Pesquisas e Estudos em História, Gênero e América Latina (GEHGAL-UVA). Atualmente sou professor de História da rede Estadual de Educação do Ceará.



Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 472 páginas e em e-book formato pdf. Junho de 2026.

Este livro é resultado de muito trabalho acadêmico coletivo e individual, e principalmente, de frutíferos diálogos, trocas e afetos compartilhados. Nele, temos um registro de parte importante de pesquisas iniciadas, desenvolvidas e amadurecidas no Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina, o GEHGAL, desde o seu surgimento na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral, no Ceará, em maio de 2020, até o ano de 2026.

Nascido no difícil e incerto contexto inicial da pandemia de COVID-19, o grupo foi idealizado pela Profa. Gleidiane de Sousa Ferreira e pelo Prof. Ítalo Bezerra Viana como um lugar de incentivo à pesquisa acadêmica e ao senso crítico com base nas discussões fomentadas nos campos da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero e Feministas e dos estudos Latino-americanos, ao passo que buscava criar um momento semanal, e posteriormente quinzenal, de acolhimento a todas/os/es nós que, naquele período, sofríamos em meio a um cenário político distópico, de um cotidiano de tragédias e perdas, enquanto víamos também a dinâmica remota invadir nossas relações de ensino e aprendizagem.

